

REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 18	n. 3	415 p.	Dezembro 2021
----------------	-----------	-------	------	--------	---------------

DIRETORIA DO GEL / 2021-2023 (USP)

Presidente: Prof. Dr. Marcelo Módolo

Vice-Presidente: Prof. Dr. Alexander Yao Cobbinah

Secretária: Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

Tesoureira: Profa. Dra. Marcella Cherchiglia Aquino

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <https://revistas.gel.org.br/rg>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto, Prof. Dr. Eduardo Penhavel, Prof. Dr. Oto Araújo Vale,
Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Marcelo Módolo

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Matheus Nogueira Schwartzmann

REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, EDIÇÃO E ARTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ), Evani Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP/FCLAr), Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (The University of Texas), Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP), Otto Zwartjes (University of Amsterdam), Pierre Swiggers Katholieke (Universiteit Leuven), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP/FCLAr) e Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Catálogo na Publicação elaborada por

Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO / CONTENTS

APRESENTAÇÃO	8
Marcelo Módolo	
NOMINATA DE PARECERISTAS	11
EDIÇÃO TEMÁTICA	
<i>INTRODUÇÃO</i>	26
Alexander Cobbinah	
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo	
Márcia Santos Duarte de Oliveira	
<i>INTRODUCTION</i>	33
Alexander Cobbinah	
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo	
Márcia Santos Duarte de Oliveira	
CONCORDÂNCIA DE GÊNERO VARIÁVEL EM PORTUGUÊS: APROXIMAÇÕES ENTRE VARIEDADES AFRICANAS E AFRO- BRASILEIRAS'	40
<i>VARIABLE GENDER AGREEMENT IN PORTUGUESE: APPROXIMATIONS BETWEEN AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN VARIETIES</i>	
Ana Livia Agostinho, Luana Lamberti e Eduardo Ferreira dos Santos	
PORTUGUÊS GUINEENSE E PORTUGUÊS EUROPEU: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A PERCEPÇÃO DAS SUAS DIFERENÇAS ENTOACIONAIS	70
<i>GUINEAN-BISSAU PORTUGUESE AND EUROPEAN PORTUGUESE: A PRELIMINARY STUDY ON THE PERCEPTION OF THEIR INTONATIONAL DIFFERENCES</i>	
Gabriela Braga, Sónia Frota e Flaviane Romani Fernandes-Svartaman	

**O USO VARIÁVEL DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME
POSSESSIVO NA VARIEDADE URBANA DO PORTUGUÊS DE SÃO
TOMÉ** 95

*THE VARIABLE USE OF THE DEFINITE ARTICLE IN FRONT OF A POSSESSIVE
PRONOUN IN THE URBAN VARIETY OF SANTOMEAN PORTUGUESE*

Danielle Kely Gomes e Livia Rodrigues Cordeiro

**ANÁLISE COMENTADA DO MANUSCRITO “GUIA DE CONVERSAÇÃO
PORTUGUESA PARA USO DOS LIBOLOS”, DO PADRE RENATO
ROBERT** 115

*ANNOTATED ANALYSIS OF THE MANUSCRIPT GUIA DE CONVERSAÇÃO
PORTUGUESA PARA USO DOS LIBOLOS, BY FATHER RENATO ROBERT*

Carlos Filipe Guimarães Figueiredo, Margarida Maria Taddoni Petter e Vanessa Martins
do Monte

**O CONCEITO DE LÍNGUA GERAL DE MINA: APONTAMENTOS PARA A
COMPREENSÃO DE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO** 143

*THE CONCEPT OF “LÍNGUA GERAL DE MINA”: NOTES ON ITS HISTORICAL
MEANING*

Ivana Stolze Lima

**A SINTAXE DA LÍNGUA GERAL DE MINA NO CONTEXTO DA
SINTAXE DAS LÍNGUAS GBE: PROBLEMATIZANDO HIPÓTESES DE
REESTRUTURAÇÃO** 169

*THE SYNTAX OF LÍNGUA GERAL DE MINA IN THE CONTEXT OF THE
SYNTAX OF GBE LANGUAGES: CRITICISMS TO RESTRUCTURING
HYPOTHESES*

Wellington Santos da Silva

PREDICATIONAL ENCODING IN UPPER GUINEA LINGUISTIC AREA 191
CODIFICAÇÃO PREDICATIVA NA ÁREA LINGUÍSTICA DA ALTA GUINÉ

Chiara Truppi

**O SENTIMENTO DE IDENTIDADE E A MANUTENÇÃO/SUBSTITUIÇÃO
LINGUÍSTICA: O CASO DO VÊNETO EM SÃO BENTO DE URÂNIA,
ESPÍRITO SANTO** 219

*THE FEELING OF IDENTITY AND THE LANGUAGE MAINTENANCE/
REPLACEMENT: THE CASE OF VENETO IN SÃO BENTO DE URÂNIA,
ESPÍRITO SANTO*

Katiusica Sartori Silva Cominotti e Edenize Ponzo Peres

FROM AFRICA TO JAMAICA AND BACK: THE ATLANTIC AS A DYNAMIC LINGUISTIC CONTACT ZONE 243

VON AFRIKA NACH JAMAICA UND ZURÜCK: DER ATLANTIK ALS DYNAMISCHE SPRACHLICHE KONTAKTZONE

Andrea Hollington

ARTIGOS

APÓS MARIANA E BRUMADINHO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE NOTÍCIAS SOBRE O DESCASO 264

AFTER MARIANA AND BRUMADINHO: A DISCURSIVE ANALYSIS OF NEWS ABOUT NEGLECT

Maria Lúcia C. V. O. Andrade e Celia Regina Araes

INSUBORDINAÇÃO: UMA PROPOSTA FUNCIONALISTA PARA O ESTUDO DE (DES)ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS 285

INSUBORDINATION: A FUNCTIONALIST PROPOSAL FOR THE STUDY OF (DES)ARTICULATION OF CLAUSES

Gabriela do Couto Baroni e Violeta Virginia Rodrigues

ALTERNÂNCIA DE ESTILO EM ENTREVISTAS SOCIOLINGUÍSTICAS: UMA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA ÁRVORE DE DECISÃO LABOVIANA 311

STYLE-SHIFTING IN SOCIOLINGUISTIC INTERVIEWS: AN APPLICATION OF THE CRITERIA OF THE LABOVIAN DECISION TREE

Elisa Battisti, Bruna Silva dos Santos, Rodrigo Lerner Gutterres, Thomaz Torres Teixeira e Victória Goulart Cunha

O FENÔMENO DA SHIPPAGEM NA NOMEAÇÃO DE CASAIS: UM NOVO EMPREGO DO CRUZAMENTO VOCABULAR 335

THE PHENOMENON OF SHIPPING IN THE APPOINTMENT OF COUPLES: A NEW EMPLOY OF LEXICAL BLENDING

Carlos Alexandre Gonçalves e Vitória Benfica da Silva

ANÁLISE DE MARCAS DE DOIS GOVERNOS FEDERAIS PÓS- IMPEACHMENT	366
<i>ANALYSIS OF BRANDS OF TWO FEDERAL GOVERNMENTS AFTER- IMPEACHMENT</i>	
Juciano Rocha Professor e Marcelo Saporas	
JOEY E SUA MECÂNICA DO “CORPO”: UM OLHAR SOBRE A ESCOLHA DO SUJEITO AUTISTA DE SE ALIENAR PARCIALMENTE À LINGUAGEM	386
<i>JOEY AND HIS “BODY” MECHANICS: A LOOK AT THE AUTISTIC SUBJECT’S CHOICE TO PARTLY ALIENATE HIMSELF TO THE LANGUAGE</i>	
Elisangela Maria da Silva	
ALTMAN, Cristina. A guerra fria estruturalista : estudos em historiografia linguística brasileira. São Paulo: Parábola, 2021. 262 p. Resenha	404
Ronaldo de Oliveira Batista	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	408
SUBJECT INDEX	411
ÍNDICE DE AUTORES	414

APRESENTAÇÃO

Este terceiro número do volume dezoito da *Revista do GEL* apresenta nove artigos da edição temática “O contato linguístico e a área transatlântica”, organizada pelos professores doutores Alexander Cobbinah (USP), Carlos Filipe Guimarães Figueiredo (UM) e pela professora doutora Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP). Além disso, esse número apresenta seis artigos do fluxo ordinário e uma resenha crítica, em que são discutidas diferentes materializações do fenômeno linguístico por meio da Linguística Sistêmico-Funcional, Análise Crítica do Discurso, Ecolinguística, Sintaxe Funcional, Sociolinguística Laboviana, Morfologia Prosódica, Gramática do Design Visual, Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais e Historiografia da Linguística.

Em “Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso”, Maria Lúcia C. V. O. Andrade e Celia Regina Araes identificam os processos avaliativos de julgamento – dos comportamentos de empresários e representantes legais divulgados na mídia impressa – sobre o rompimento das barragens nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho. O *corpus* é constituído por duas notícias veiculadas na *Folha de S. Paulo* em 2019, uma que aponta o alto lucro da mineradora Vale, considerada responsável pelos acidentes, e outra que expõe a situação da população carente que ainda enfrentava falta de moradia e emprego. Selecionou-se o Sistema de Avaliatividade como categoria de análise, que se origina no arcabouço teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional, e buscou-se apoio na Análise Crítica do Discurso e na Ecolinguística. Como uma antecipação de resultados, verificou-se que os interesses econômicos empresariais superaram o bem-estar humano e a preservação ambiental.

No texto “Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des) articulação de cláusulas”, Gabriela do Couto Baroni e Violeta Virginia Rodrigues propõem um panorama a respeito dos estudos sobre insubordinação e assumem, com base em Cristofaro (2016), que o desengajamento oracional é um subtipo de insubordinação que envolve padrões sintáticos distintos.

O artigo “Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão Laboviana”, de Elisa Battisti, Bruna Silva dos Santos, Rodrigo Lerner Gutterres, Thomaz Torres Teixeira e Victória Goulart Cunha, discute os critérios de identificação de estilos contextuais previstos pela Árvore de Decisão de Labov (2001) e aplica-os a transcrições de entrevistas sociolinguísticas. Retomam-se os critérios da Árvore de Decisão, um dispositivo metodológico usado para investigar a variação linguística intrafalante e a alternância estilística em entrevistas sociolinguísticas,

revisando as propostas de outros estudiosos acerca do dispositivo. O objetivo do artigo é demonstrar os desafios de identificar estilos contextuais e efetuar a anotação da trilha Estilo em transcrições de entrevistas do acervo LínguaPOA, que reúne registros de fala do português brasileiro falado na cidade de Porto Alegre coletados por pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 2015 a 2019.

Mudada a perspectiva para a análise morfológica, Carlos Alexandre Gonçalves e Vitória Benfica da Silva, em “O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular”, descrevem o fenômeno da “*shippagem*” (prática que consiste em nomear relações afetivas de personagens, casais ou amigos). Além de empregarem a morfologia prosódica (MCCARTHY, 1986), os autores tomam por base outras contribuições sobre o cruzamento vocabular em português (BASILIO, 2005; ANDRADE, 2013), a fim de verificar se a tipologia proposta para nomes comuns também se aplica a antropônimos “shippados”: (a) interposição ou entranhamento lexical, (b) combinação truncada e (c) reanálise ou substituição sublexical. Nesta descrição, os autores pretendem mostrar que nem sempre são claras as fronteiras entre os denominados processos não concatenativos, uma vez que “*ships*” parecem estar entre o cruzamento, de um lado, e a siglagem e a hipocorização de nomes compostos, de outro.

Juciano Rocha Professor e Marcelo Saparas, no artigo “Análise de Marcas de dois governos federais pós-*impeachment*”, analisam “Marcas de Governo” – construções imagéticas produzidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) para identificar visualmente o mandato de um presidente da República. Os dados de análise são duas Marcas de Governo, da gestão Itamar Franco e da gestão Michel Temer, escolhidas por serem ambas de mandatos pós-*impeachment*. O objetivo deste trabalho é analisar, conforme a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 2002; SAPARAS; IKEDA, 2017; FENG, 2017), a relação dessas Marcas com as Marcas dos governos que os antecedem, bem como as metáforas e metonímias que as compõem.

No término da sequência de artigos há “Joey e sua mecânica do ‘corpo’: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem”, de Elisângela Maria da Silva. Nesse artigo, a autora discute a escolha do sujeito autista, ou seja, a de se alienar parcialmente ao outro, e examina como o sujeito autista não deixa de manter um domínio sobre um objeto, retendo-o ou construindo uma borda em torno dele. Para tanto, utiliza recortes do Caso Joey, relatado no livro *A fortaleza vazia*, de Bruno Bettelheim, a título de exemplificação.

Essa seção de artigos ordinários finaliza com a resenha, elaborada por Ronaldo de Oliveira Batista, sobre a obra *A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira*, de Cristina Altman.

Esses trabalhos do fluxo ordinário apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e dialogam com linhas de pesquisa constantemente presentes em volumes anteriores da *Revista do GEL*. Reiteram, assim, o compromisso com a diversidade e a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente norteadores para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento inovador e revigorante em todos os sentidos.

Agradeço à Letraria e a seus colaboradores, ao auxiliar editorial Milton Bortoleto, aos organizadores da edição temática “O contato linguístico e a área transatlântica”, a todos os autores e pareceristas, cujos ânimo e contínua resistência têm dado prosseguimento, mesmo em momento tão adverso, a este importante projeto científico.

Excelente leitura!

Marcelo Módolo¹
Editor da Revista do GEL

São Paulo, 14 de dezembro de 2021.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; modolo@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

NOMINATA DE PARECERISTAS

Adail Ubirajara Sobral

Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Adelma Lucia de Oliveira Silva Araújo

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Adriana Viana Postigo Paravisine

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

Afonso João Miguel

Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Luanda, Angola

Agnes dos Santos Scaramuzzi-Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Alessandra Del Ré

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Alessandro Jocelito Beccari

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Alexandre Marcelo Bueno

Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), São Paulo, São Paulo, Brasil

Alexandre Pinheiro Hasegawa

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Alice Vieira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Aline Evers

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Feliz, Rio Grande do Sul, Brasil

Aline Suelen Santos

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Amanda Muniz da Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Carolina Sperança Criscuolo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, Brasil

Ana Cristina Biondo Salomão

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Ana Elisa Ribeiro

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Ana Lúgia Barbosa de Carvalho e Silva

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Ana Lúvia Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Ana Margarida Belém Nunes

Universidade de Macau (UM), Macau, China

Ana Paula de Oliveira Santana

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Ana Paula Machado Goyano Mac-Kay

Universidad Santo Tomas (UST), Viña del Mar, Chile

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Ana Paulla Braga Mattos Aarhus

Aarhus University, Dinamarca

Anderson Salvaterra Magalhães

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

André Campos Mesquita

Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo, São Paulo, Brasil

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

André Stefferson Martins Stahlhauer

Université Clermont-Auvergne, Clermont-Ferrand, France

Andre Vinicius Lopes Coneglian

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Andressa Cristinne Arrelias Costa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Angel H. Corbera Mori

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Antonio Pessotti

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Aparecida Negri Isquerdo

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil

Aquiles Tescari Neto

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Aracy Ernst-Pereira

Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Arnaldo Cortina

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Aroldo Leal de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Cubatão, São Paulo, Brasil

Atilio Catosso Salles

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

Aurea Suely Zavam

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Beatriz Curti-Contessoto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Beatriz Protti Christino

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Benivaldo José de Araújo Júnior

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Beth Brait

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Bruno Oliveira Maroneze

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Camila Höfling

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Camila Tavares Leite

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Carina Maria Melchiors Niederauer

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Alberto Turati

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Eduardo Mendes de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Carlos José Lírio
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Carola Rapp
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Carolina Rodríguez-Alcalá
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Carolina Lindenbergl Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Carolina Queiroz Andrade
Centro Universitário de Brasília (CEUB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

César Nardelli Cambraia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Cezar Alexandre Neri Santos
Universidade de Alagoas (UFAL), Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil

Cilaine Alves Cunha
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Cíntia da Costa Alcântara
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Claudia Mendes Campos
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Claudio Aquati
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Cristiane Lazzarotto-Volcao
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Dantielli Assumpção Garcia
Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel, Paraná, Brasil

Dayane Celestino de Almeida
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Dirceu Cleber Conde
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Diva Cleide Calles
Faculdade Sumaré, São Paulo, São Paulo, Brasil

Dominika Swolkien
Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde

Donizete Aparecido Batista
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Ednalvo Apóstolo Campos
Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Eduardo Ferreira dos Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Eduardo Alves Vasconcelos
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

Eduardo Penhavel
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Eduardo Henrik Aubert
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Eliane Santos Leite da Silva
Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), Governador Mangabeira, Bahia, Brasil

Eliane Soares de Lima
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Elias Ribeiro da Silva
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Elisa Battisti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Emerson de Pietri
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Emmanuel Santiago
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Enilde Faulstich
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Erica Reviglio Iliovitz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Ernani Terra

Sem vínculo institucional

Esmeralda Vailati Negrão

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Eugênio Vinci de Moraes Centro

Universitário Internacional (UNINTER), Curitiba, Paraná, Brasil

Fabiana Cristina Komesu

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Fábio César Montanheiro

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil

Fabricio Paiva Mota

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista Roraima, Brasil

Fernanda M. Ziober Vrije

Universiteit Amsterdam, Amsterdam, Noord-Holland, Países Baixos

Fernanda Consoni

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Fernanda Vieira da Rocha Silveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Filipe Mantovani Ferreira

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Salto, São Paulo, Brasil

Flavia Bezera de Menezes Hirata-Vale

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Flavia Karla Ribeiro Santos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Flaviane Romani Fernandes Svartman

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Flávio Brandão Silva

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Francisca Paula Soares Maia

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Francisco Elton Martins de Souza

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Francisco Iací do Nascimento
Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE), Palhano, Ceará, Brasil

Francisco João Lopes
Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde

Geovana Soncin
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Geraldo Tadeu Souza
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo, Brasil

Geraldo Vicente Martins
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Gilberto Figueiredo Martins
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Graça Rio-Torto
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Graziela Pigatto Bohn
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos, São Paulo, Brasil

Guida Fernanda Proença Bittencourt
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Guilherme Fromm
Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Hélcio Batista Pereira
Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Heronides Maurílio de Melo Moura
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Hugo Cardoso
Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal

Ieda Maria Alves
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ivana Stolze Lima
Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Brasil

Ivonaldo Leidson Barbosa Lima
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Jackson Wilke da Cruz Souza
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Varginha, Minas Gerais, Brasil

Jan Edson Rodrigues Leite
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Jane Marian
Centro Universitário Franciscano do Paraná (FAE), Curitiba, Paraná, Brasil

Jania Martins Ramos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Jarbas Vargas Nascimento Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Jean Pierre Chauvin
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

João Carlos Tavares da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

João Marcos Mateus Kogawa
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Joceli Catarina Stassi-Sé
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Jorge Leite Júnior
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo

José Augusto de Oliveira Pires
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Cezinaldo Rocha Bessa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Jussara Abraçado
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Kathrine Butieri Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Kelcilene Grácia-Rodrigues
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

Kelly Cristiane Henschel Pobbe de Carvalho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Larissa Maués Pelúcio Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil

Laura Márcia Luiza Ferreira
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Lígia Negri
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Lílian Teixeira de Sousa
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Lou-Ann Kleppa
Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

Lourenço Chacon
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

Lucia Teixeira
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Lúcia Regiane Lopes-Damasio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Luciana Lucente
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais

Luciana Nogueira
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Luciane Sippert Lanza Nova
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Luciane Cristina Eneas Lira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Luciane de Paula
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Luciani Ester Tenani
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Lucilene Bender de Sousa
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil

Luiz Carlos Travaglia
Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Lurdes Teresa Lopes Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Maira Angélica Pandolfi
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Manuele Bandeira de Andrade Lima
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Marcia Sipavicius Seide
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE), Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil

Márcia Monteiro Carvalho
Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba, Pará, Brasil

Márcia de Souza Luz Freitas
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, Minas Gerais, Brasil

Márcia Santos Duarte de Oliveira
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marco Aurelio Schaumloeffel
The University of the West Indies Cave Hill Campus, Barbados

Marcos Bagno
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Marcus Vinicius Borges Oliveira
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Margarida Maria Taddoni Petter
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Margarita Correia
Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal

Maria Angélica Furtado da Cunha
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Nascimento Decat
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Maria Carlota Amaral Paixão Rosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora, Évora, Portugal

Maria Helena Voorsluys Battaglia
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Inês Batista Campos
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria José Bocorny Finatto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Maria Maura da Conceição Cezário
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marian Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia, Brasil

Mariana Luz Pessoa de Barros
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Mariana Giacomini Botta
Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Mariana Terra Teixeira Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Mariangela Rios de Oliveira
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Marie-Eve Bouchard
University of British Columbia, Vancouver, Canadá

Marilza de Oliveira
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Mário Pinharanda Nunes
Universidade de Macau (UM), Macau

Mario Eduardo Viaro
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Mayumi Denise Senoi Ilari
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Moisés Olímpio-Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Monclar Guimarães Lopes
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Monica Maria Guimarães Savedra
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Naiá Sadi Câmara
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Nélia Alexandre
Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal

Nicholas Faraclas
Universidad de Puerto Rico, San Juan, Puerto Rico

Nilza Barroso Dias
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Olga Ferreira Coelho Sansone
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Oto Araújo Vale
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Paulo Chagas de Souza
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paulo Ramos
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Paulo Jeferson Pilar Araújo
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paulo Sérgio de Vasconcellos
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Peter Bakker Aarhus
Aarhus University, Dinamarca

Plínio Almeida Barbosa
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Priscilla Chantal Duarte Silva
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, Minas Gerais, Brasil

Rafael Dias Minussi
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Raquel Salek Fiad
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Rauer Ribeiro Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

Renata Ciampone Mancini
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Renato Caixeta Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Renato Miguel Basso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Ricardo Ferreira de Sousa
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantins, Brasil

Rita Gonçalves
Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal

Rita de Cassia Dalla Tardin
Faculdade Saberes, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Roberta Pires de Oliveira
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Roberto Gomes Camacho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Rodrigo Lazaresko Madrid
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), São Paulo, São Paulo, Brasil

Rosana Aparecida Rogeri
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Rosana do Carmo Novaes-Pinto
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Sandra Aparecida Ferreira
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Sandra Denise Gasparini Bastos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Sandra Mara Moraes Lima
Universidade Estadual do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

Sebastião Elias Milani

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Sheila Vieira de Camargo Grillo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Shelton Lima de Souza

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Shirley Freitas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Silvana Silva de Farias Araujo

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

Simone Cristina Mussio

Faculdade de Tecnologia de Jahu, Jaú, São Paulo, Brasil

Solange Aranha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Stella Esther Ortweiler Tagnin

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Susiele Machry da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTPR), Pato Branco, Paraná, Brasil

Taisa Peres de Oliveira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

Talita Serpa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José Do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Tarcísio de Arantes Leite

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Terezinha de Jesus Machado Maher

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

Thissiane Fioreto

Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso, Brasil

Thomas Finbow

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Valéria Faria Cardoso

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Alto Araguaia, Mato Grosso, Brasil

Vanessa Giacchini

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa Hagemeyer Burgo

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

Vera Lucia Abriata

Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, São Paulo, Brasil

Vinícius Gonçalves dos Santos

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Wânia Miranda

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

INTRODUÇÃO

O estudo do contato linguístico é intrinsecamente multidisciplinar, pois implica o movimento de pessoas e de ideias dentro de um cenário histórico específico. Assim, o *locus* do contato linguístico está, obviamente, na mente de falantes multilíngues de todas as idades que, consciente ou inconscientemente, alteram essas línguas em vários graus a partir de modificações linguísticas estruturais quase imperceptíveis até reorganizações drásticas. Para entender ou explicar com algum grau de detalhe como as línguas são afetadas, quais escolhas esses falantes multilíngues fizeram e por que e como esses fatos podem estar correlacionados a certo desfecho observável, é preciso entender o contexto sociológico, histórico, cultural, político, econômico e até mesmo geográfico em que análises linguísticas sofisticadas (fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e ainda outras) podem ser conduzidas. Os artigos publicados neste número temático da *Revista do GEL* respondem a diferentes facetas das questões introduzidas acima, apresentando dados recentes e inovadores ligados ao contato linguístico, além de discussões centradas em uma ampla gama de perspectivas, tópicos de pesquisa e cenários históricos.

O contexto histórico do contato linguístico transatlântico, tema deste volume especial, é o fluxo de mercadorias e pessoas que cruzaram o oceano Atlântico e sendo também “derramados” nos oceanos Índico e Pacífico entre o século XV e os dias atuais. Um incontável número de navios transportou milhões de refugiados, comerciantes de todos os tipos, soldados, escravizados, colonos, administradores, missionários, pessoas de diversas profissões da Europa, África e Américas, criando cenários de contatos altamente dinâmicos e sem precedentes na história; cenários esses que envolveram povos, línguas e práticas culturais de todos os tipos. Esses fluxos influenciaram e mudaram as línguas dos três continentes, levando algumas à extinção, transformando outras, ou mesmo fazendo emergir línguas em um contexto de enorme complexidade que envolveu: genocídios, trabalho forçado, escravidão em sistemas de plantações, colonização sedentária e pirataria. A escala continental desses processos ligados a milhões de pessoas, centenas de línguas, modelos sociais, sistemas religiosos, competências técnicas, e tudo o mais que foi trazido através do oceano, representa um problema em si para o estudioso interessado na grande quantidade de dados envolvidos e nem todos eles facilmente disponíveis. Assim, uma maneira de lidar com a superabundância de detalhes tem sido evidenciar fatos linguísticos e elaborar teorias abrangentes concentradas em macroestruturas; nos dizeres do antropólogo haitiano Rolphe Trouillot, esta tem sido a maneira como as teorias linguísticas dentro da corrente da “crioulística”, desde o século XIX, vêm lidando

com resultados a partir de uma tendência de “exclusividade”: “Do ponto de vista epistemológico e metodológico, a semelhança marcante entre essas teorias [de contato] é sua exclusividade. Seus adeptos, passados e presentes, certos ou errados, tendem a ser virulentamente monocausais.” (TROUILLOT, 2006, p. 11, tradução e grifos nossos)¹.

Logo, para Trouillot (*op. cit.*), as teorias de contato (chamadas pelo autor de “crioulística”) são exclusivistas e fiéis a uma única proposta teórica; esses modelos exclusivistas insistem no fato de que todos os efeitos de contato podem ser satisfatoriamente explicados “[...] de uma mesma forma e ao mesmo tempo [...]”².

A insistência de que todos os efeitos de contato possam ser satisfatoriamente explicados através de modelos como *aquisição imperfeita*, *relexificação* ou qualquer outra teoria bastante divulgada tem proporcionado debates menos ou mais acalorados sobre quase todas as questões envolvidas. No entanto, é importante que se diga que teorias distintas têm também proporcionado estudos fascinantes e toda uma série de hipóteses testáveis. Curiosamente, Trouillot (2006, p. 12) insinua que a situação nas ciências históricas e sociais, quando se trata de contato transatlântico, é ainda mais “difícil” de ser investigada do que nas ciências linguísticas, pois, diferentemente do que acontece entre os linguistas, há uma relutância geral por parte dos pesquisadores das ciências históricas e sociais em enfrentar a história transatlântica, o efeito distorcido do viés eurocêntrico, a falta de dados confiáveis sobre micro configurações e outros imensos obstáculos no caminho dos estudiosos interessados. Essa situação melhorou nas primeiras décadas do século XXI, com a linguística assumindo uma perspectiva mais interdisciplinar, um interesse renovado nos aspectos sociais que envolvem as línguas e uma disposição, junto a outras disciplinas, ao enfrentamento do racismo e etnocentrismo profundamente incorporados nos paradigmas científicos – ver Trouillot (2006, p. 12-13).

Como pesquisadores interessados no contato linguístico transatlântico, nós precisamos de fato entender as estruturas e processos linguísticos que são resultado dos contatos populacionais transatlânticos. No entanto, também precisamos levar em consideração o contexto sociopolítico e histórico em que o contato se deu e as escolhas que moveram os falantes a usarem a língua da maneira que fizeram, atentando para as especificidades que trouxeram com eles. Especialmente quando se trata de africanos ou de seus descendentes em outras partes do espaço transatlântico, as questões de

1 No original: “From an epistemological and methodological viewpoint, the striking similarity between these theories is their exclusiveness. Their adherents, past and present, right or wrong, tend to be virulently monocausal.” (TROUILLOT, 2006, p. 11).

2 Trouillot (2006) cita Lefebvre (1986, p. 282): “In the works of Claire Lefebvre, creolists [try] to explain everything the same way at the same time.” (TROUILLOT, 2006, p. 11).

“agencidade”, de identidade, de estratégias de sobrevivência física e cultural – as formas como eles construíram conscientemente novas sociedades a partir dos destroços de suas vidas antigas – ainda são exploradas e consideradas de modo insuficiente; porém, também não sabemos muito sobre as escolhas estratégicas dos europeus ou ameríndios envolvidos nessa mesma situação. As pesquisas sobre multilinguismo ligadas a traços retóricos e pragmáticos das línguas africanas e americanas na África ou na América pré-colonial são, ao momento presente, incipientes. Sabemos ainda menos sobre como essas pessoas “navegaram” nos ambientes altamente plurilíngues da era transatlântica com base em suas concepções anteriores de língua, em seu comportamento multilíngue e em suas necessidades sociais e experiências.

A descrição e documentação de línguas africanas e ameríndias, de línguas europeias no Novo Mundo e de variedades mais fortemente reestruturadas, chamadas de línguas crioulas, têm avançado rapidamente, embora muitas lacunas ainda precisem ser preenchidas em termos de línguas não descritas, do pouco entendimento de fenômenos e de áreas de pesquisa. A investigação sobre os aspectos sociohistóricos e socioeconômicos da era transatlântica estão também ganhando fôlego e os resultados estão sendo incorporados às análises linguísticas.

Diversas pesquisas arquivísticas estão revelando cada vez mais detalhes sobre todos os aspectos da vida em macro e micro ambientes na África, Europa e Américas, permitindo-nos identificar com mais precisão quais populações com quais características linguísticas específicas entraram em contato e também sob quais circunstâncias e relações de poder; esses “detalhes” têm nos permitido correlacionar dados linguísticos e históricos de formas sofisticadas.

Uma série de contribuições dão suporte, neste número temático da *Revista do GEL*, aos esforços acima mencionados, favorecendo a nossa compreensão acerca do contato linguístico no espaço geográfico e cultural transatlântico para onde foram transplantadas línguas europeias, incluindo: o Caribe, a América do Sul e partes da África Ocidental. Tematicamente, os nove artigos que compõem esta edição apresentam e discutem dados semânticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos a partir de perspectivas diacrônicas e sincrônicas, argumentando sobre questões de relevância histórica e sociolinguística, bem como sobre questões de identidade e de dinâmica transatlântica.

Três das contribuições neste número desenvolvem aspectos inéditos de variedades transatlânticas de português faladas em São Tomé, Guiné-Bissau, Angola, Brasil e ainda do português falado em Portugal.

No primeiro artigo, *Concordância de gênero em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileiras*, Ana Livia Agostinho, Luana Lamberti e Eduardo Ferreira dos Santos apresentam um estudo comparativo da não concordância de gênero do sintagma nominal, atestado de forma semelhante em três variedades africanas da língua portuguesa: o português falado em Angola, especificamente do Município do Libolo, Província do Cuanza Sul; o português falado em São Tomé e Príncipe; e o português falado em Helvécia, na Bahia, Brasil. Aliados a vários estudos sobre a temática apresentados na literatura especializada e a partir da descrição e análise de dados coletados em trabalhos de campo, os autores concluem que os modelos de concordância de gênero não ligados à norma padrão de português compartilhados entre essas variedades podem ser explicados pelo contato com línguas africanas; corroboram ainda a ideia de que contextos sociais similares podem gerar resultados linguísticos similares.

A seguir, no artigo 2, *Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais*, Gabriela Braga, Sónia Frota e Flaviane Romani Fernandes-Svartman divulgam os resultados de um experimento piloto que lhes permite concluir, aliando características prosódicas a contextos histórico e social, que, prosodicamente, a variedade de português falada em Guiné Bissau (PGB) se distingue da variedade lisboeta de português, a norma tida como alvo na Guiné Bissau. A conclusão do estudo – que apresenta ainda uma revisão de análises prosódicas de variedades de português do Brasil, de Portugal e de Guiné Bissau (a primeira variedade africana de português a receber estudos na área de fonologia prosódica) – é singular. Para as autoras, estudos prosódicos permitem que a variedade do PGB seja considerada “uma variedade de português em formação, e não a variedade europeia sendo falada de maneira defetiva”.

No artigo 3, *O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé*, Danielle Kely Gomes e Livia Rodrigues Cordeiro fornecem uma análise sobre o uso do artigo definido, investigando-o diante de pronomes possessivos na variedade urbana de português falada em São Tomé (PST). Tomando como base o aporte teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança, as pesquisadoras concluem que, na variedade do PST estudada, a presença do artigo diante de pronomes possessivos é um fenômeno produtivo; a ausência do artigo nesse contexto é vinculada a condições de natureza sintática, ao tipo de posse e à escolaridade do falante. As autoras afirmam que, contrariando a hipótese inicialmente formulada, os dados do PST estudados “não são sensíveis à influência do crioulo Forro”.

Após os três primeiros artigos, a quarta contribuição para este número temático lança luzes sobre o cotejo da língua quimbundo e do português falados no início do século XX na região do Libolo (Angola) com essas mesmas línguas faladas nessa área nos

dias atuais. Assim, por meio de esforços de uma equipe desenvolvendo estudos lexicais e morfossintáticos e ainda esforços em filologia (edição crítica de textos) e história, no artigo 4, *Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert*, Carlos Filipe Guimarães Figueiredo, Margarida Maria Taddoni Petter e Vanessa Martins do Monte detalham o primeiro registro inédito e completo da gramática (e também de aspectos vocabulares) do quimbundo do Libolo (ROBERT, 1923), língua falada pelos povos ambundos que se instalaram nesta região do interior angolano a partir de meados do século XVI. No estudo do manuscrito (a ser publicado), os pesquisadores apontam os principais aspectos do documento em que sobressai a sua importância como registro de um momento da história das duas línguas em contacto faladas no Libolo: o quimbundo libolo e o português.

Nos dois artigos seguintes, história e linguística estão correlacionadas em abordagens distintas sobre a língua geral de Mina, uma “língua africana gbe” falada em Minas Gerais, Brasil, no século XVIII. Esses trabalhos centram-se em um intrigante e único livro de frases escrito por um oficial colonial português da época oitocentista: *Obra nova da língua geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto (1731 e 1741).

No artigo 5, *O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico*, Ivana Stolze Lima analisa a referida obra de Peixoto (1731 e 1741) por meio da historiografia e da história linguística. A autora apresenta o leitor ao “conceito gbe”: uma abordagem para tratar povos africanos em uma extensa faixa territorial plurilíngue como “falantes gbe”. Assim, embasando seu texto em uma perspectiva transdisciplinar, Ivana Lima foca sua atenção nos falantes africanos de línguas gbe “classificados pelos portugueses como mina ou como ‘de língua geral mina’ (ou jeje, no caso baiano)”. A autora afirma que o conceito de “língua geral de Mina” (LGM), por se tratar de um construto político e cognitivo, não deve permitir que deduzamos que as práticas linguísticas na Costa da Mina correspondiam à existência de uma língua. Quanto ao trabalho de Peixoto (1731 e 1741), Lima afirma que o manuscrito não pode ser “representativo de toda a comunicação estabelecida pelos gbe falantes entre si e com os falantes de português (e quem sabe de outras línguas) nas Minas Gerais naquelas primeiras décadas do século XVIII”.

Em *A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas gbe: problematizando hipóteses de reestruturação*, artigo 6, Wellington Santos da Silva segue em direção distinta da de Ivana Stolze Lima sobre a *Obra nova da língua geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto (1731 e 1741); esse fato permite que o leitor tenha seu conhecimento enriquecido sobre “uma língua” africana falada no Brasil. Wellington Silva – após apresentar uma resenha de trabalhos tradicionais e de dois trabalhos que argumentam sobre a reestruturação acentuada da LGM (que defendem pidginização e crioulização

da LGM) – discorda que esta língua tenha sido reestruturada no Brasil por processo de pidginização ou criouliização. O pesquisador propõe, por meio de análises embasadas na sintaxe de línguas gbe, que é possível dizer que a LGM tem muitas semelhanças com as outras línguas gbe, tanto do ponto de vista diacrônico quanto do ponto de vista das línguas gbe modernas.

No artigo 7, *Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area* (Codificação predicacional na área linguística da Alta Guiné), Chiara Truppi centra sua análise na codificação predicacional do grupo de línguas crioulas da Alta Guiné (UGC): caboverdiano, guineense e casamancês. Essas línguas são faladas em uma região de intenso contato entre dois outros grupos de línguas: (i) línguas africanas das famílias *Atlantic* e Mande; (ii) algumas línguas não africanas – francês, português, inglês e árabe. Truppi apresenta três traços que caracterizam os sistemas copulares dos crioulos UGC: (i) divisão entre predicação nominal e locativa; (ii) predicação não verbal; (iii) predicação sem cópula. O cotejo entre os dados dos crioulos UGC com línguas que contribuíram para a sua formação e/ou para o seu desenvolvimento posterior (línguas de substrato e/ou adstrato) permite que sejam avaliadas as influências deste último grupo de línguas na emergência do sistema predicacional dos crioulos UGC.

Os dois artigos que fecham este número temático da *Revista do GEL* discutem duas questões étnico-sociais e linguísticas; são elas: (i) manutenção ou substituição da língua de um grupo minoritário relacionado a sentimento de identidade; um estudo de caso do vêneto falado em São Bento de Urânia no estado brasileiro do Espírito Santo; (ii) questões de interrelações identitárias, culturais e linguísticas que são percebidas entre a Jamaica (Caribe) e áreas africanas e vice-versa.

No artigo 8, *O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo*, de Katiusica Sartori Silva Cominotti e Edenize Ponzio Peres, analisa-se o processo de substituição da língua falada pelos imigrantes vênéticos que se fixaram no distrito de São Bento de Urânia, em Alfredo Chaves, uma região bastante significativa para a história da imigração italiana no estado do Espírito Santo, Brasil. As autoras corroboram a ideia de que as crenças e as atitudes linguísticas são um aspecto fundamental do comportamento linguístico de um indivíduo e de grupos minoritários e que podem levá-los a manter ou a substituir a sua língua. Assim, Cominotti e Peres concluem que o sentimento de identidade dos uranienses age para que o vêneto, mesmo perdendo praticamente todos os domínios de uso para o português, ainda esteja presente na localidade. Os participantes da pesquisa se mostraram favoráveis à manutenção do vêneto em sua comunidade, o que é observado pelas atitudes positivas dos falantes em relação à língua.

Em *From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone* (Da África à Jamaica e vice-versa: o Atlântico como zona de contato linguístico e dinâmico), artigo 9, Andrea Hollington discute questões de interrelações linguísticas, culturais e identitárias entre a Jamaica e a África de um ponto de vista dinâmico, apontando para fluxos multidirecionais de informação que se manifestam como herança cultural e linguística africana na Jamaica, mas que são também refletidos de volta à África por meio da difusão global das práticas musicais e linguísticas jamaicanas. Assim, a autora buscou mostrar que os fluxos linguísticos transatlânticos são mais dinâmicos, conscientes e multidimensionais do que o que se observa nas abordagens sobre o contato linguístico centradas nas origens do comércio transatlântico de escravizados.

Como linguistas envolvidos com pesquisas ligadas ao contato linguístico transatlântico, esperamos que os nove trabalhos descritos acima e que compõem essa edição temática da *Revista do GEL* possibilitem reflexões dinâmicas e produtivas não apenas sobre estruturas e processos linguísticos, sempre tão importantes para o nosso conhecimento de línguas, mas também sobre o contexto sociopolítico e histórico que envolve as pessoas e suas línguas em contato.

Alexander Cobbinah³
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo⁴
Márcia Santos Duarte de Oliveira⁵
(Os organizadores)

Referências

LEFEBVRE, C. Relexification in Creole genesis revisited: The case of Haitian Creole. *In*: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (ed.). **Substrata versus Universals in Creole genesis**. Amsterdam: John Benjamin, 1986. p. 279-300.

TROUILLOT, M.-R. Culture on the edges: Creolization in the plantation context. *In*: A.C.T.I.O.N. Foundation. **The African Diaspora and Creolization Literary Forum**. Fort Lauderdale, FL: Broward County, 2006. p. 9-22.

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; cobbinah@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6399-5488>

4 University of Macau (UM), Macau, China; carlosgf@um.edu.mo; <https://orcid.org/0000-0003-2416-0060>

5 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; marcia.oliveira@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-4495-9489>

INTRODUCTION

The study of language contact is intrinsically multidisciplinary, as it implies the movement of people and of ideas within a specific historical setting. The site of language contact is obviously in the heads of multilingual speakers of all ages who consciously or unconsciously change and adapt these languages in various degrees, from almost imperceptible structural changes to drastic reorganizations. In order to understand or explain to some degree of detail how languages are affected, what choices these multilingual speakers have made and why and how this is correlated to the observable outcome, we need to understand the sociological, historical, cultural, political, economic, even geographical background, against which sophisticated analyses of the syntax, phonology, lexicon, pragmatic structure etc. can be conducted. The articles published in this special volume answer to different facets of the issues introduced above, presenting fresh and innovative data and discussions from a wide range of perspectives, research topics and geographical settings.

The historical background of transatlantic language contact, the topic of this special volume, is the flow of goods and people who have crossed the Atlantic Ocean (and spilled into the Indian and Pacific Oceans) between the 15th century and now. Thousands of ships have carried millions of refugees, merchants of all trades, soldiers, slaves, colonists, administrators, and professionals of all kinds between Europe, Africa and the Americas to create highly dynamic scenarios of unprecedented contacts of peoples, languages and cultural practices of all sorts. These fluxes have influenced and changed the languages of the three continents, pushing some to extinction, changing others, or even creating new idioms against a backdrop of enormous complexity involving genocides, forced labour, plantation slavery, sedentary colonization, and piracy. The continental scale of these processes, involving millions of persons, hundreds of languages, social models, religious systems, technical abilities, and everything else that was brought across the ocean, poses a problem in itself for the interested scholar for the sheer amount of data involved and not all of it easily available. One way to cope with the overabundance of detail is to focus on linguistic facts and devise sweeping theories that focus on macrostructures. As the Haitian historian Michel-Rolph Trouillot dryly remarks, this has been the way the mainstream of 20th century research on Creole languages has gone. In his own words: "From an epistemological and methodological viewpoint, the striking similarity between these theories is their exclusiveness. Their adherents, past and present, right or wrong, tend to be virulently monocausal" (TROUILLOT, 2006, p. 11).

According to Trouillot, the contact theories, labelled by him as creolistic, in their exclusivity tend to filter all information through the lens of a single model that is supposedly able to “explain everything the same way at the same time” (TROUILLOT, 2006, p. 11).

The insistence that all contact effects can be satisfactorily explained through imperfect acquisition, or relexification, or any other grand theory led to bitter debates on almost all issues involved, but also to fascinating studies and a whole range of hypotheses. Interestingly, Trouillot insinuates that the situation in the historical and social sciences, when it comes to transatlantic contact, is even more dire than in the linguistic sciences: a general unwillingness to confront transatlantic history, the distorting effect of Eurocentric bias and a lack of reliable data on micro settings etc. are immense obstacles in the way of interested scholars. The situation has improved in the first decades of the 21st century, with linguistics assuming a more interdisciplinary outlook, a renewed interest in the social aspects of language and a willingness across disciplines to confront racism and ethnocentrism deeply embedded in scientific paradigms.

As researchers interested in transatlantic language contact, we need to understand the linguistic structures and processes that are the outcome of the transatlantic populational contacts, we also need to take into consideration the sociopolitical and historical background against which the contact happened and the choices that moved speakers to use language the way they did and the specific skills and abilities they brought along with them. Especially when it comes to Africans or their descendants elsewhere in the transatlantic space, the issues of agency, of identity, of strategies of physical and cultural survival, the ways they consciously built new societies out of the wrecks of their old lives, are still insufficiently explored, and considered, but neither do we know much about the strategic choices of Europeans or Amerindians involved in the situation. Research on multilingualism in Africa or precolonial America, on the rhetoric and pragmatic features of African and American languages, is still incipient and we know even less on how these persons navigated the highly multilingual settings of the transatlantic era based on their previous conceptions of language, their multilingual behaviour and their social needs and experiences.

The description and documentation of African and American languages, as well as New World varieties of European languages and the more heavily restructured so-called Creole languages has rapidly advanced, although many gaps in terms of still undescribed languages and little understood phenomena and areas of research, need to be filled still. The research on historic and socioeconomic aspects of the transatlantic era is also gaining steam, and the results are being incorporated into linguistic analyses.

Excellent archival research is revealing more and more detail about all aspects of life in macro and micro-settings across Africa, Europe and the Americas, allowing us to pinpoint more exactly which populations with which characteristics and linguistic skills entered into contact under which circumstances and power relations, allowing us to correlate linguistic and historical data in sophisticated ways.

Several contributions in this special volume cooperate to this endeavour with papers on various aspects contributing to our understanding of language contact in the transatlantic geographic and cultural space, including the Caribbean, South America and various parts of Africa. Thematically the papers present and discuss phonological, morphological and syntactic data from diachronic and synchronic perspectives, discuss issues of sociolinguistic relevance as well as issues of identity and transatlantic dynamics.

Three of the contributions present inedited aspects of transatlantic varieties of Portuguese, as spoken in São Tome, Guinea Bissau, Angola and Brazil. In the first article, *Concordância de gênero em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileiras* (Gender agreement in Portuguese: Approximations between African and Afro-Brazilian varieties), Ana Livia Agostinho, Luana Lamberti e Eduardo Ferreira dos Santos present a comparative study of gender agreement in three Portuguese varieties spoken in Africa: The Angolan regional variety of Portuguese spoken in the Libolo Municipality, the Portuguese of São Tomé and Príncipe and the Brazilian variety of Portuguese spoken in the community of Helvécia in the State of Bahia. Based on published data on these varieties and data collected in the field, the authors conclude that the shared patterns of non-standard gender agreement can be attributed to contact with African languages. It is also suggested that similar social contexts can lead to similar linguistic outcomes.

In the second article, *Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais* (Guinean Portuguese and European Portuguese: A preliminary study on the perception of their intonational differences), Gabriela Braga, Sónia Frota e Flaviane Romani Fernandes-Svartman, share results from a pilot study of intonational features of Guinea Bissau Portuguese (GBP), one of the first analyses of intonation in African varieties of Portuguese and one of very few projects dedicated to GBP. Based on the prosodic data gained collected through experimental designs and correlated with facts of sociohistorical nature, the authors affirmed that GBP is intonationally different from European Standard Portuguese as spoken in Lisbon, the written standard used in Guinea Bissau. One of the conclusions of the study, which also compares the prosodic patterns found in Guinea Bissau to the equivalent patterns in European and Brazilian Portuguese, defines GBP as “a variety of Portuguese in development and not a wrongly spoken European variety”.

In the third article, *O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé* (Variation in the use of the definite article before possessive pronouns in urban varieties of the Portuguese spoken in São Tomé), Danielle Kely Gomes and Livia Rodrigues Cordeiro provide an analysis of the use of the definite article in combination with possessive pronouns in the urban variety of São Tomé. Based methodologically on the Theory of Variation, the authors conclude that, in this variety of Portuguese, the presence of the definite article is productive. Its absence can be explained through syntactic conditions, types of possession and social factors such as schooling. The authors state that, contrary to the initial hypothesis, the observed variations in the use of the article in possessive constructions are not relatable to contact influences from the local language Forro.

The fourth contribution to this volume sheds light on the coexistence of Portuguese and Kimbundu spoken in the beginning of the 20th century in the Libolo region of Angola, where they are spoken until today. The Ambundu people, installed themselves and their language Kimbundu in the area from the 16th century on. Through a team effort, combining research on the lexicon morphosyntax and philology (critical editing) as well as history, the fourth article, *Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert* (Commented analysis of the manuscript “Portuguese conversation guide for the Libolos” by Father Renato Robert), Carlos Filipe Guimarães Figueiredo, Margarida Maria Taddoni Petter e Vanessa Martins do Monte give a detailed account of the first grammatical and lexical description of the Kimbundu of Libolo in Robert’s (1923) manuscript. The description of the soon to be published manuscript focusses on the main characteristics of the text and its importance as historical evidence of two languages in contact spoken in Libolo: the local variety of Kimbundu and Portuguese.

In the fifth article, *O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico* (The concept of Língua Geral de Mina: Notes for a comprehension of its historical significance), Ivana Stolze Lima analyses the manuscript of Antonio da Costa Peixoto (1731 and 1741) from a perspective that unites historical research and historical linguistic considerations. The author introduces the inclusive linguistic and cultural concept of Gbe, that allows to group various populations in an extensive multilingual area as speakers of closely related Gbe languages. From a transdisciplinary point of view, Ivana Stolze Lima zooms in on Gbe-speakers categorized by the Portuguese as mina or “of the Mina language” (or Jeje in the Bahian context). The author claims that the label of “língua geral de Mina” (LGM), as a political and cognitive category should not lead us to the conclusion that the linguistic practices of the West African Mina Coast correspond to a specific language. In the context of Peixoto’s manuscript, this means

that the manuscript cannot be “representative of the totality of the established Gbe-communities, among themselves or including speakers of Portuguese and potentially other languages in the first decades of the 18th century in Minas Gerais”.

In *A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas gbe: problematizando hipóteses de reestruturação* (The syntax of the Língua Geral de Mina in the context of Gbe syntax: A critical discussion of hypotheses of restructuring), article 6 of the volume, Wellington Santos da Silva pursues a different direction from Ivana Stolze Lima in his analysis of the *Obra nova da língua geral de Mina* by Antonio da Costa Peixoto (1731 and 1741), further enriching the readers’ knowledge of an African language spoken in Brazil. Wellington Silva discusses various proposals made by previous authors, who have argued that the *língua geral* is a restructured variety of an African language, affected by processes of pidginization or creolization – a position that Silva ultimately rejects. Silva proposes, based on syntactic analyses, that the *língua geral* shares many traits and similarities with other Gbe languages, both from a diachronic and a synchronic perspective.

In article 7, *Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area* (Codificação predicacional na área linguística da Alta Guiné), Chiara Truppi centers her analysis on the predicational encoding in the Creole languages of the Upper Guinea Coast (UGC) spoken in Cape-Verde, Guine-Bissau and Casamance. These languages exist in an intensely multilingual region and in contact with languages of two different genetic families, the Mande and Atlantic languages of the Niger-Congo phylum, and other languages spread through more recent colonial or cultural contact like French, Portuguese, English and Arabic. Truppi presents three criteria which characterize the copula constructions in UGCs: 1) distinction between nominal and locative predication; 2) non-verbal predication; 3) predications without copula. The comparisons between data, from the various UGCs and the languages they have been in contact during or after their formation, allows to evaluate the influences these various languages have had on the development of the predicational systems of the Creole languages.

The two papers that close this thematic edition discuss social and linguistic issues tied to questions of identity. The first one on the patterns of language maintenance and language shift of an ethnic minority using the Veneto language in the community of São Bento de Urânia in the Brazilian state of Espírito Santo. The second one addresses identity-based interrelationships of cultural and linguistic nature between populations of Jamaica and parts of Africa.

In article 8, *O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo* (Feelings of identity and language

maintenance and shift: The case of Veneto in São Bento de Urânia, Espírito Santo Espírito Santo), Katusica Sartori Silva Cominotti and Edenize Ponzo Peres analyse processes of language shift within the district of São Bento de Urânia, in the town of Alfredo Chaves. The region has been heavily settled by migrants from the Italian Veneto region. The authors affirm that linguistic attitudes are a fundamental aspect in explaining linguistic behaviour and choices of individuals and whole language communities, which can lead to either the maintenance or extinction of the minority language. Cominotti and Peres conclude that the feelings of identity attached to the Veneto variety are favourable, although the language is rapidly losing domains to the Portuguese language, heavily present in the community. The participants of the study express positive attitudes towards the Veneto variety used in São Bento and are in favour of its maintenance within their community.

In *From Africa to Jamaica and back: The Atlantic as a dynamic linguistic contact zone* (Da África à Jamaica e vice-versa: o Atlântico como zona de contato linguístico e dinâmico), article 9 of this volume, Andrea Hollington discusses linguistic, cultural and 'identarian links between Jamaica and Africa from a dynamic point of view. Multidirectional information flows manifest as African cultural and linguistic heritage in Jamaica, but these same traits reflect to Africa through the global diffusion of Jamaican music and culture. The author uses these examples to point out that the transatlantic linguistic dynamics are both more multidimensional and more conscious than most publications on the language contact scenarios resulting from transatlantic trade and slavery suggest.

As linguists working on issues related to transatlantic language contacts, we sincerely hope that these nine contributions of this thematic edition of the *Revista do GEL* will stimulate dynamic and productive reflections not only on linguistic structures and processes, which are certainly dear and relevant to all of us, but also on the sociopolitical and historical processes that affect the speakers and their languages in contact.

Alexander Cobbinah¹
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo²
Márcia Santos Duarte de Oliveira³
(The Organizers)

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; cobbinah@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6399-5488>

2 University of Macau (UM), Macau, China; carlosgf@um.edu.mo; <https://orcid.org/0000-0003-2416-0060>

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; marcia.oliveira@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-4495-9489>

Referências

LEFEBVRE, C. Relexification in Creole genesis revisited: The case of Haitian Creole. *In*: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (ed.). **Substrata versus Universals in Creole genesis**. Amsterdam: John Benjamins, 1986. p. 279-300.

TROUILLOT, M.-R. Culture on the edges: Creolization in the plantation context. *In*: A.C.T.I.O.N. Foundation. **The African Diaspora and Creolization Literary Forum**. Fort Lauderdale, FL: Broward County, 2006. p. 9-22.

CONCORDÂNCIA DE GÊNERO VARIÁVEL EM PORTUGUÊS: APROXIMAÇÕES ENTRE VARIEDADES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA

Ana Livia AGOSTINHO^{1,2}

Luana LAMBERTI³

Eduardo Ferreira dos SANTOS⁴

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3276>

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar uma breve descrição comparativa dos aspectos da não concordância de gênero do sintagma nominal, atestados de forma semelhante em três variedades africanas da língua portuguesa, a saber: o português falado em Angola, especificamente do Município do Libolo; o português falado em São Tomé e Príncipe; e o português falado em Helvécia, na Bahia, Brasil. Trabalhos sobre a concordância nominal para as variedades brasileira e europeia do português apontaram, por exemplo, para uma regra variável para a primeira e categórica para esta última (BRANDÃO; VIEIRA, 2012; BRANDÃO, 2018). Alguns estudos sobre as variedades africanas e afro-brasileira do português já destacam as descrições e análises acerca da concordância nominal em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Helvécia, Brasil (INVERNO 2004, 2009; PETTER, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; FIGUEIREDO, 2010; SEDRINS; SILVA, 2017; entre outros). A partir da descrição e análise de dados coletados em trabalho de campo, proporemos aproximações entre as três referidas variedades e os possíveis fatores sociais que possam influenciar a não realização dessa concordância nominal, principalmente no que concerne ao contato linguístico, contexto sociohistórico e aprendizado do português como L2 ou como L1 a partir de um modelo de L2.

Palavras-chave: Concordância Nominal. Concordância de Gênero. Português de Angola. Português de São Tomé e Príncipe. Português de Helvécia. Contato Linguístico.

1 Os autores estão dispostos em ordem alfabética uma vez que contribuíram igualmente para o desenvolvimento e escrita do texto. Assim, a ordem apresentada não reflete ordem de autoria.

2 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; a.agostinho@ufsc.br; <http://orcid.org/0000-0002-2395-4961>

3 Ohio State University (OSU), Columbus, Ohio, Estados Unidos da América; luanalamberti@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0001-9060-2715>

4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil; eduardo@unilab.edu.br; <http://orcid.org/0000-0001-9127-9235>

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

VARIABLE GENDER AGREEMENT IN PORTUGUESE: APPROXIMATIONS BETWEEN AFRICAN AND AFRO- BRAZILIAN VARIETIES

Abstract: This article presents a brief description of the aspects of gender non-agreement in the noun phrase that were similarly attested in three African varieties of Portuguese, knowingly: Angolan Portuguese, specifically spoken in the municipality of Libolo; São Tomé and Príncipe Portuguese; and Helvécia Afro-Brazilian Portuguese, spoken in Bahia, Brazil. Previous works on nominal agreement of Brazilian and European Portuguese pointed to a variable rule for the former and a categorical rule for the latter (BRANDÃO; VIEIRA, 2012; BRANDÃO, 2018). Some studies on the African and Afro-Brazilian Portuguese varieties have highlighted descriptions and analyzes of nominal agreement in Angola, Mozambique, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau, and Helvécia (WINTER, 2004, 2009; PETTER, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; FIGUEIREDO, 2010; SEDRINS, SILVA, 2017, among others). From the description and analysis of data that was collected in fieldwork, we propose approximations between the three varieties and the possible social factors that can influence their nominal agreement, especially regarding language contact, the sociohistorical context of each community, and the acquisition of Portuguese as an L2 or as an L1 from an L2 template.

Keywords: Nominal Agreement. Gender Agreement. Angolan Portuguese. São Tomé and Príncipe Portuguese. Helvécia Portuguese. Language Contact.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma descrição comparativa preliminar dos aspectos da não concordância de gênero do sintagma nominal em três variedades de contato da língua portuguesa, a partir da descrição de dados semelhantes. As variedades estudadas são: o português falado em Angola, especificamente do Município do Libolo; o português falado em São Tomé e Príncipe e o português falado em Helvécia, na Bahia, Brasil.

Nos estudos de descrição e análise da língua portuguesa, nos últimos anos, diversos trabalhos apontaram as diferenças e aproximações nas gramáticas do português brasileiro (doravante, PB) e do português europeu (doravante, PE), como no quadro dos pronomes, no uso das preposições, na ordem dos constituintes, na interface sintaxe/discurso etc. Para o fenômeno da concordância nominal, também há trabalhos que buscaram descrever e analisá-lo nessas variedades.

Seguindo Lucchesi (2009), as categorias gramaticais de número e gênero associam-se, no plano semântico-lexical, essencialmente ao nome e se estendem, no plano sintático, através do mecanismo da concordância, aos termos que lhe determinam o sentido: o artigo, o adjetivo, o pronome e o numeral. Assim, o sintagma nominal (doravante, SN) é uma construção sintática em que o nome é o elemento nuclear.

Em relação à concordância de gênero, a sua indicação mórfica, na maioria das vezes, é feita exclusivamente através da concordância, na medida em que a maioria dos nomes não porta nenhuma marca formal de gênero (LUCCHESI, 2009). Vejamos o SN abaixo:

(1) [as tribos indígenas]

Em (1) o núcleo *tribos* tem seu gênero feminino depreendido apenas pela morfologia de feminino do artigo e do adjetivo, atestando que a análise da categoria gramatical do gênero compreende, por um lado, a sua estruturação no léxico da língua e, por outro lado, a sua manifestação na estrutura sintagmática da sentença (LUCCHESI, 2009).

Na língua portuguesa, o gênero compreende apenas dois valores, masculino e feminino, e é um índice gramatical sem qualquer implicação semântica e também uma categoria flexional para toda uma classe de nomes. No plano referencial, está relacionado à distinção entre os sexos dos seres. Para as classes dos nomes de gênero único, é difícil encontrar um padrão regular na indicação formal do gênero (LUCCHESI, 2009).

Lucchesi (2009) chama a atenção para o fato de a variação na concordância de gênero não ser comum entre as variedades rurais do português – e conseqüentemente de outras variedades mais urbanas. Mas destaca, também, que só se registra um nível significativo de variação na concordância de gênero em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história, como o português afro-brasileiro de Helvécia (LUCCHESI, 2009), – dados (13) e (15), renumerados:

(2) Ele era [uma pessoa] muito *querido*].

(3) se tirá [o [certidão] de óbito do meu pai]

Em (2), o núcleo do SN *pessoa* apresenta concordância com seu determinante *uma*. No entanto, a mesma concordância não se dá com o adjetivo *querido*, manifestado, no dado, com o gênero masculino. Em (3), o núcleo do SN *certidão*, gênero feminino, não concorda com seu determinante masculino *o*.

Essa variação também pode ser encontrada em variedades vernáculas e de português como segunda língua, como as variedades africanas, que assim como o PB e algumas de suas variedades, estão imersas em um ambiente plurilíngue e de intenso

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

contato linguístico. Essa aproximação levou ao que Petter (2008) considerou como um *continuum* afro-brasileiro, fazendo com que o entendimento mútuo das variedades africanas e brasileira do português, e suas especificidades, nos auxiliaria em apontar o que, de fato, nos aproxima (ou distancia).

Para as variedades africanas de português, Figueiredo (2009) apresenta concordância variável de gênero no português de Almojarife, São Tomé e Príncipe, uma variedade reestruturada cujo substrato é o santome (ou forro, ver 2.2). Brandão (2018) elenca uma série de trabalhos que contemplaram a concordância nominal em São Tomé, Moçambique, Cabo Verde e Angola. Para o português falado em Guiné-Bissau (doravante, PGB), Castro (2013, *apud* SEDRINS; SILVA, 2017, – dados (3), remunerados) indica que a distinção entre o gênero masculino e feminino é quase inexistente, como vemos em (4):

- (4)
- a. o meu irmã
 - b. meu mãe
 - c. ele tem três filho fêmea

Se olharmos para este fenômeno em uma perspectiva linguística ampla, a variação da concordância de gênero é comum em variedades do espanhol que foram formadas em um contexto de intenso contato linguístico, como o espanhol andino e o falado na Província de Corrientes na Argentina (PINTA, 2021, no prelo). No último cenário, esta variedade do espanhol, que mantém um contato histórico com o Guaraní na região, apresenta um desfavorecimento da concordância de gênero em contextos com modificadores não adjacentes ao núcleo do SN (PINTA, 2021, no prelo). Este e outros estudos sobre o tema (SÁNCHEZ, 1996; LIPSKI, 2006) oferecem uma contribuição importante sobre o papel do contato na variação e mudança linguística que afetam o sistema de marcação de gênero.

Assim, para além das questões de estruturação regular e básica, precisamos considerar que “em sociedades multilíngues em que se tem desenvolvido uma segunda língua veicular e/ou oficial pós-colonial como L2 [...] há amplas evidências da influência das línguas maternas originais dessas comunidades sobre as emergentes L2/L1” (BAXTER, 2009), como é o caso de Angola, em que temos, para além do português, algumas línguas do grupo bantu, como o quimbundo, falado no Município do Libolo; o caso de São Tomé e Príncipe, que convive com quatro línguas crioulas, e o caso do português afro-brasileiro de Helvécia que foi formado no século XIX através de um intenso contato linguístico entre línguas do oeste africano (majoritariamente o Iorubá e diversas línguas do grupo bantu) e o português.

Nosso trabalho, portanto, apresentará os aspectos sociolinguísticos de Angola, São Tomé e Príncipe (doravante, STP) e Bahia, destacando, respectivamente, o Município do Libolo, São Tomé e Príncipe e a comunidade de Helvécia. Consideramos fundamental a contextualização sociolinguística destas três localidades pelo papel central que o contexto social exerce na formação linguística de uma determinada variedade. Diversos autores no campo da sociolinguística (THOMASON; KAUFMAN, 1988; WINFORD, 2013) destacam a importância deste tipo de contextualização, quando estudamos fenômenos que envolvem um contato linguístico intenso. Sendo assim, destacamos esses aspectos para estabelecer uma fundamentação que será relevante para a discussão do fenômeno de nosso interesse: a concordância de gênero.

Em seguida, apresentaremos, de maneira breve, um panorama dos estudos da concordância do SN no PB, PE e algumas variedades africanas da língua portuguesa e a abordagem do fenômeno da concordância no SN em relação ao gênero no português do Libolo (PLB), do português de São Tomé e Príncipe (PSTP) e do português de Helvécia (HEL). Encerramos nosso artigo com as considerações finais e as referências bibliográficas.

Contextualizando a língua portuguesa em Angola

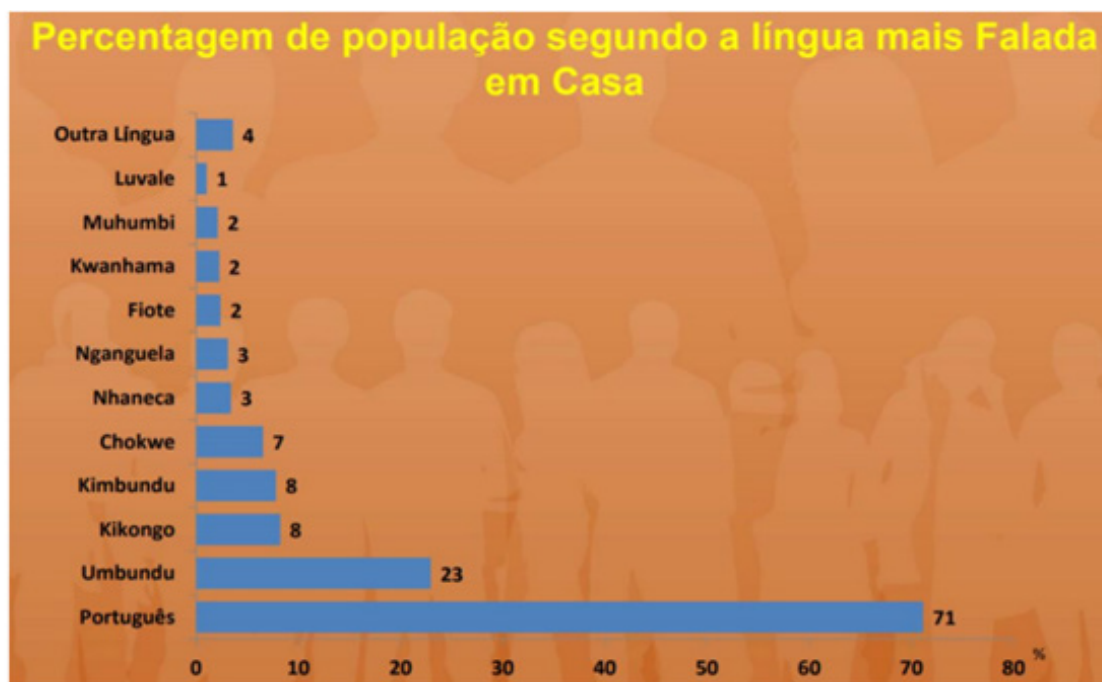
Angola é um país localizado na região ocidental da África Austral e suas fronteiras são ao norte/nordeste, com a República Democrática do Congo, a leste, com a República da Zâmbia e, ao sul, com a República da Namíbia, sendo banhado pelo Oceano Atlântico, a oeste.

O último CENSO realizado no país em 2014 mostrou que a população angolana é de 25.789.024 habitantes, distribuídos em 18 Províncias conforme sua divisão político-administrativa, sendo a Província de Luanda, que abriga a capital do país de mesmo nome, a mais habitada, com 6.945.386 de residentes.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos, o mesmo CENSO aponta que predomina, em números quantitativos, línguas pertencentes ao grupo bantu, como umbundo, quicongo, quimbundo, chokwe etc. No entanto, a língua, em número percentual, com a maior quantidade de falantes é o português, correspondendo a 71% da população. Essa elevada percentagem pode ser explicada, principalmente, em razão de a língua portuguesa, em Angola, ter estatuto de única língua oficial do país, impactando nas esferas econômico-sociais, culturais e educacionais.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Gráfico 1. Línguas mais faladas nas residências angolanas



Fonte: CENSO (2014)⁵.

A presença da língua portuguesa em Angola, em um espaço geográfico plurilíngue, predominantemente bantu, remonta ao processo de colonização que Portugal, dentre outros países, empreendeu no contexto colonial e escravista, em meados do século XV. No território que hoje equivale à atual configuração político-administrativa angolana, os portugueses iniciaram sua invasão no período de 1482 a 1484, liderados por Diogo Cão. Os povos, que ali já estavam, formavam o que se reconhece como uma das primeiras grandes unidades políticas formadas no século XIII, após as migrações bantu: a unidade política do Reino do Congo, mais as regiões de Ndongo e Matamba (BIRMINGHAM, 1974). Essa grande unidade política possuía línguas e culturas próprias e seus povos resistiram até onde foi possível para que fossem mantidas suas hegemonias sociopolítica e econômica.

Neste período colonial, não foram apenas as relações comerciais que motivaram a presença portuguesa em Angola, mas também o uso do grande contingente populacional para fins da escravidão, servindo aos interesses coloniais portugueses como abastecimento de mão de obra escravizada para a Metrópole e demais colônias portuguesas, intensificando-se, assim, uma diplomacia e contato entre portugueses e a população angolana, com os primeiros influenciando, inclusive, os costumes religiosos e linguísticos (SANTOS, 2018).

⁵ <https://bit.ly/3stmmPc>

No século XIX, com a pressão e imposição inglesas pelo fim da escravização, extinta oficialmente em 1878 (PELISSIER, 1997), os portugueses se voltam para o desenvolvimento de suas colônias africanas, inclusive Angola, agora tomadas como Províncias Ultramarinas, com a emigração dos portugueses e a proposta de disseminação da civilização e cultura europeias. Surge, portanto, uma dinâmica social pautada, entre outros fatores, pela questão sociolinguística, com uma hierarquização da população entre colonizadores e colonizados, implicando uma divisão entre assimilados e indígenas (HERNANDEZ, 2008), em que o domínio da língua portuguesa é um dos pré-requisitos para pertencimento dessa nova condição social. Já na segunda metade do século XX, o aumento do número de colonos e o desenvolvimento de uma comunidade urbana propiciam a generalização da língua portuguesa, com as línguas nacionais sendo consideradas empecilhos para uma unidade nacional (MIGUEL, 2003).

Para Miguel (2008), o contato da língua portuguesa com as diferentes línguas angolanas deve ser considerado um fator de marcação da identidade linguística de Angola como uma nova variedade de português distinta da norma europeia.

O Município do Libolo

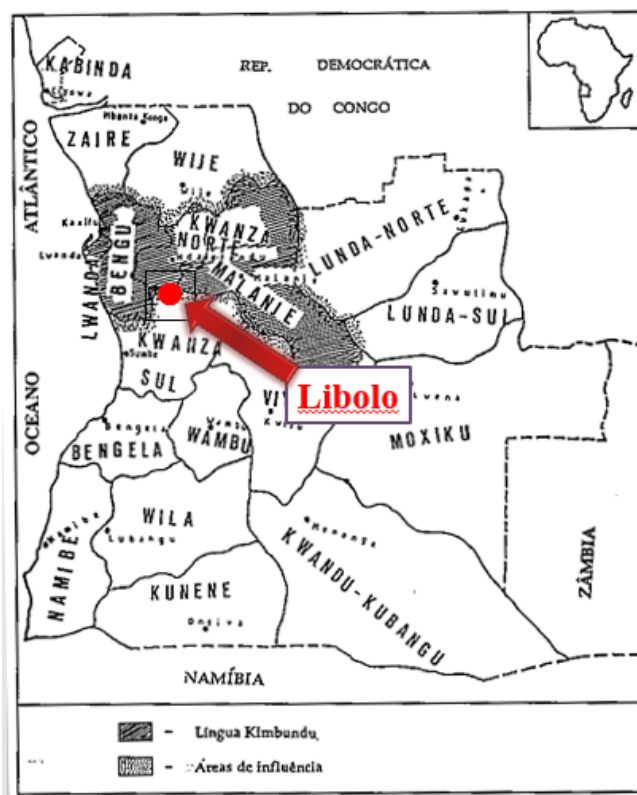
O Libolo está localizado no interior de Angola, na Província Cuanza Sul – capital Sumbe – e possui cerca de 87.244 habitantes (FIGUEIREDO, 2018) distribuídos em quatro Comunas: Calulo (sede do Município), Munenga, Quissongo e Cabuta.

A maior parte do contingente populacional angolano pertence ao grupo linguístico bantu, repartido em grupos linguísticos distintos em termos numéricos e que caracterizam as relações entre etnia, língua e cultura, delimitando os agrupamentos etnolinguísticos e explicitando o cenário linguístico do país (REDINHA, 2009).

Conforme aponta Figueiredo (2018), o Libolo é uma região abundante onde se encontram falantes do quimbundo língua materna, variedade libolo, além da variedade chamada de ngoya por alguns habitantes das comunas de Calulo e Quissongo. O Município é uma zona de confluência de falantes de quimbundo kissama e kibala, além de falantes da língua songo, e está nas limitações de regiões ovimbundo, com falantes da língua umbundo (FIGUEIREDO, 2018).

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Mapa 1. Limites fronteiriços da língua quimbundo e o Município do Libolo



Fonte: Figueiredo e Santos (2013) – adaptado de Mingas (2000).

A presença da língua portuguesa no Município também remonta ao período colonial e à chegada dos portugueses em terras angolanas. Vale destacar, neste caso, que o tipo de colonização territorial dos portugueses, em Angola, privilegiou, a princípio, as zonas litorâneas e suas proximidades, ficando o interior do país quase inexplorado em meados do século XIX e início do século XX. Para Figueiredo (2018), esse fato propiciou condições para uma diglossia linguística no país: de um lado, uma elite afro-portuguesa bilíngue, restrita aos centros urbanos e ao uso do português nestes espaços; e de outro lado, uma grande parcela de falantes monolíngues nas mais diversas línguas maternas angolanas e habitantes das zonas rurais e interioranas do país. A ocupação do Libolo inicia-se, de forma sistemática, a partir de 1840, culminando na instalação da Missão Católica de Santo Antonio de Calulo, em 1893.

Embora se tenham registros de confrontos entre nativos e forças militares portuguesas para a ocupação dos territórios libolenses, com a consequente pacificação da região em 1918, durante o período que se desenrolou a independência de Angola (1975), o Município do Libolo viveu um certo período de paz (FIGUEIREDO; OLIVEIRA,

2013). No entanto, o Município foi alvo de algumas incursões de tropas dos três grupos nacionalistas que, após combater o colonialismo português, demandavam o controle do país. Com esses ataques, “as estruturas do Município colapsaram e o isolamento das Comunas administrativas acentuou-se, extinguindo-se também o seu sistema educacional, rodoviário e de comunicação” (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013, p. 121). Para Figueiredo (2018), estas particularidades propiciaram para que no Libolo tivéssemos além da defesa e preservação de ideologias autóctones, também a conservação de tradições socioculturais milenares e de marcas linguísticas específicas dos seus falantes, como traços morfossintáticos da LI quimbundo incorporados no português falado no Município.

São Tomé e Príncipe

As ilhas do Golfo da Guiné eram desabitadas antes da chegada dos portugueses no final do século XV. Segundo Cardoso (2007), as ilhas de São Tomé e Príncipe teriam sido descobertas pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, chegando a São Tomé em 21 de dezembro de 1470 e ao Príncipe em 17 de janeiro de 1471. Segundo Araujo *et al.* (2013), a data exata da chegada de europeus à Ilha de Ano Bom é controversa. O ano da descoberta de Ano Bom é situado entre 1471 e 1501 por diferentes autores (ARAUJO *et al.*, 2013).

Há quatro línguas crioulas autóctones e geneticamente relacionadas (SCHUCHARDT, 1889; GÜNTHER, 1973; FERRAZ, 1979; HAGEMEIJER, 2011; ARAUJO *et al.*, 2013; BANDEIRA, 2017, entre outros) no Golfo da Guiné: santome (ou forro), angolar, lung’le e fa d’Ambô. As duas primeiras são faladas na Ilha de São Tomé e Príncipe, a terceira na Ilha do Príncipe e a última é falada nas ilhas de Ano Bom e Bioko, na Guiné Equatorial. As quatro línguas, embora aparentadas, são atualmente ininteligíveis entre si. O kabuverdianu, nativo de Cabo Verde, também é falado no Príncipe.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Mapa 2. O Golfo da Guiné



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gulf_of_Guinea_\(English\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gulf_of_Guinea_(English).jpg).

O povoamento de São Tomé por portugueses, outros europeus e escravizados se deu através de uma ordem da coroa portuguesa e começou a ser contínuo a partir de 1493 (CARDOSO, 2007). A Ilha de São Tomé foi a primeira a ser povoada, entre os anos 1480 e 1493. As ilhas do Príncipe e de Ano Bom foram povoadas a partir de São Tomé por portugueses e escravizados africanos oriundos de São Tomé a partir de 1500 e de 1503, respectivamente. A Ilha de São Tomé foi inicialmente povoada por escravizados principalmente do Delta do Níger, onde são faladas línguas edóides, e, mais tarde, principalmente do Congo e de Angola (CALDEIRA, 2008, 2013; SEIBERT, 2013, 2014), onde são faladas línguas do grupo Bantu. Posteriormente, foram transplantados diretamente para a Ilha do Príncipe um contingente de escravizados oriundos da região Delta do Níger, local onde se falavam línguas do grupo Edo. Ao mesmo tempo, o Príncipe recebeu um número pequeno de prisioneiros de regiões Bantu, ao contrário de São Tomé (HAGEMEIJER, 2011), após a separação dos falantes de PGG. Assim, o principal substrato africano do PGG são as línguas do Delta do Níger, particularmente as línguas edóides. As línguas do grupo Bantu tiveram um papel secundário (HAGEMEIJER, 2011; ver também LADHAMS, 2012; AGOSTINHO; ARAUJO; SANTOS, 2019).

Neste cenário multilíngue, do contato entre os colonos e os escravizados, surge uma língua emergencial, que, expandida, deu origem ao Protocrioulo do Golfo da Guiné (doravante PGG) (cf. FERRAZ, 1979; HAGEMEIJER, 2011; BANDEIRA, 2017). Após a formação do PGG, durante o início até meados do século XVI, deu-se início à separação geográfica de seus falantes (cf. BANDEIRA, 2017) que contribuiu para a especiação que resultou nas quatro línguas faladas hoje. Nesse sentido, consideramos que os escravizados levados de São Tomé ao Príncipe já fossem falantes do PGG (BANDEIRA, 2017).

A segunda fase de povoamento de STP, a partir do século XIX, trouxe trabalhadores contratados de outros países africanos, sobretudo de Cabo Verde (HAGEMEIJER, 2009), o que contribuiu ainda mais para o plurilinguismo dessa sociedade. Posteriormente, outros grupos de falantes de kabuverdianu foram levados ao Príncipe devido à escassez de mão de obra local, relacionada a uma epidemia de doença do sono na ilha durante o início do século XX (MAURER, 2009).

Os dados referentes ao número de habitantes de STP são, muitas vezes, díspares. Assim, a população de São Tomé e Príncipe pode variar de 100 mil a 200 mil habitantes, dependendo da fonte. A população da Ilha do Príncipe varia entre 6 mil a 13 mil habitantes. Segundo Cardoso (2007), a população de São Tomé em 2000 era de 133.624 habitantes, enquanto a do Príncipe era de 6.036, somando 139.660 habitantes para todo o arquipélago.

O censo de 2012 não oferece dados sobre o bilinguismo ou o multilinguismo, porém afirma que cerca de 98,9% da população são-tomense fala o português (sem defini-lo como primeira língua, L1, ou como segunda língua, L2). Um total de 72,4% falaria o santome e 2,4%, o lung'le. As línguas restantes (angolar, kabuverdianu, francês, inglês, entre outras) formam o grupo 'outras línguas', totalizando 12,8%. Na tabela abaixo, podemos observar o número de falantes para cada língua registrado nos censos dos últimos anos. Segundo Santiago e Agostinho (2020), o censo de 2019 não apresenta dados sobre as línguas faladas no arquipélago. É válido ressaltar, porém, que esse número não corresponde necessariamente à realidade. Dados obtidos em trabalho de campo com o lung'le, por exemplo, atestam para um número de falantes de 20 a 200 pessoas, por exemplo (AGOSTINHO, 2015, 2016, 2019; MAURER, 2009).

Tabela 1. Distribuição por número de falantes por língua

Censo	Português	Santome	Lung'le	Angolar	Kabuverdianu	Outras
1981	60.519	54.387	1.533	-	-	8.180
1991	94.907	69.999	1.558	-	-	12.781
2001	136.085	99.621	3.302	-	-	17.612
2012	170.309	62.889	1.760	1.217	14.725	4.224

Fonte: Balduino (2018)

O português, língua oficial desde a independência em 1975, é a língua mais falada em São Tomé e Príncipe. Seu crescimento está atrelado a políticas linguísticas e educacionais desde a independência do país, em 1975, e ao abandono das línguas nacionais. É possível observar nos dados dos censos que o número de falantes de português praticamente

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

triplicou em um intervalo de 30 anos. A língua é empregada em todas as comunicações de Estado, na educação e na mídia. Segundo Araujo e Agostinho (2010), a norma portuguesa europeia é ensinada nas escolas e dominá-la é o objetivo do sistema escolar. Segundo os autores, o uso generalizado do português na mídia, na escolarização, no governo, bem como o uso das variedades reestruturadas que convivem com variedades próximas da 'norma' europeia não podem ser descartados do contexto sociolinguístico de São Tomé e Príncipe.

O santome, que tem se tornado a língua crioula mais falada mesmo pelos outros grupos minoritários, é cada vez menos aprendido como língua materna, papel desempenhado pelo português. O angolar é falado na Ilha de São Tomé, majoritariamente no distrito de Caué.

O lung'le é falado majoritariamente na Ilha do Príncipe. O número de falantes nativos, dependendo da fonte, varia de 20 (MAURER, 2009) a 1300. Valkhoff (1966) mencionou ter tido dificuldade para encontrar falantes nativos dessa língua já em 1958. Günther (1973), por sua vez, aponta que o lung'le estaria em processo de extinção, sendo substituído pelo santome e pelo português. Segundo Araujo e Agostinho (2010), a mídia e a escolarização (fenômenos pós-independência) dão ao português um prestígio que não pode ser rivalizado, o que implica um abandono crescente das línguas nacionais.

Segundo Agostinho *et al.* (2016), de acordo com a tipologia de Crystal (2000), o lung'le pode ser categorizado como uma língua ameaçada, devido à ausência de crianças a adquirindo como primeira língua, à atitude da comunidade que não tem buscado, majoritariamente, fazer uso regular do lung'le em todas as circunstâncias sociais, e, por fim, ao nível de impacto de outras línguas, principalmente o português, língua oficial e mais utilizada em todas as esferas sociais, e o kabuverdianu, já que há muitos falantes descendentes dos trabalhadores contratados que chegaram na ilha no final do século XIX e começo do XX.

Atualmente, existem mais falantes nativos de kabuverdianu no Príncipe do que falantes nativos de lung'le, havendo, inclusive, inúmeros falantes monolíngues (AGOSTINHO, 2015). Maurer (2009) afirma que, embora o Censo de 2001 tenha apontado que 16,3% da população da Ilha do Príncipe, aproximadamente mil pessoas, seriam falantes do lung'le, trata-se de um dado superestimado, a não ser que se considere o conhecimento passivo da língua como critério. Agostinho (2015) afirma que há, em média, apenas 200 falantes de lung'le na Ilha do Príncipe, com diferentes níveis de competência linguística.

Além das variedades de português de São Tomé (PST) e português do Príncipe (PP), que consideramos neste trabalho como parte da macro-variedade de São Tomé e Príncipe

(PSTP), e das línguas crioulas supracitadas, há também variedades reestruturadas de português, como o português dos Tongas e o português de Almojarife (cf. FIGUEIREDO, 2008, 2009).

O português falado na comunidade baiana de Helvécia

Os colonizadores portugueses invadiram as terras, que hoje chamamos de Brasil, logo no início do século XVI, chegando, primeiramente, à região de Porto Seguro, no estado da Bahia (TAVARES, 2001). Durante o longo período da colonização portuguesa no Brasil (que durou de 1500 a 1822), a língua portuguesa esteve em contato com centenas de outras línguas tipologicamente diversas. Dentre elas, os primeiros contatos aconteceram com as línguas faladas pelas centenas de povos nativos que já habitavam o Brasil por vários séculos, por exemplo, línguas pertencentes às duas principais famílias linguísticas: Macro-Jê e Tupi (PETTER, 2007). Além das línguas referidas, o português europeu esteve em um intenso e longo contato com diversas línguas africanas, principalmente, as pertencentes às famílias linguísticas níger-congo (majoritariamente as línguas do grupo Bantu e Kwa) e afro-asiática (sendo a principal, Hauçá).

O contato linguístico entre o português europeu e as línguas africanas, mencionadas acima, se deu pelo fato de os portugueses terem usado o trabalho escravo de pessoas africanas sequestradas, por quase quatro séculos, fazendo com que a escravidão fosse parte da base econômica da colônia brasileira neste período (GOMES, 2019). De acordo com Tavares (2001), a importação de pessoas escravizadas para o Brasil se deu em quatro fases distintas, que são classificadas de acordo com as regiões do oeste africano nas quais o império brasileiro-português exercia o comércio escravo: I Ciclo da Guiné (século XVI); II Ciclo da Angola (século XVII); III Ciclo da Costa da Mina (séculos XVIII e XIX); IV Última fase (importações ilegais no final do século XIX).

Levando em consideração estas diferentes fases do tráfico de pessoas africanas escravizadas para o Brasil, o período que concerne à sócio-história de Helvécia é o do século XIX. Helvécia está localizada no extremo sul da Bahia e faz parte do Município de Nova Viçosa. A comunidade se situa em terras que, há mais de duzentos anos, faziam parte de um conjunto de plantações de café, denominada Colônia Leopoldina. Esta plantação, fundada em 1818 (CARMO, 2010), fazia parte de um conjunto de terras doadas pelo governo imperial do Brasil a imigrantes europeus (que integrava, em parte, um projeto de “embranquecimento” da população brasileira). Uma das condições destas “doações” era que os imigrantes não poderiam usar trabalho escravo, mas que deveriam eles mesmos trabalhar nas terras cedidas. Apesar disso, já em 1825, os europeus presentes na Colônia

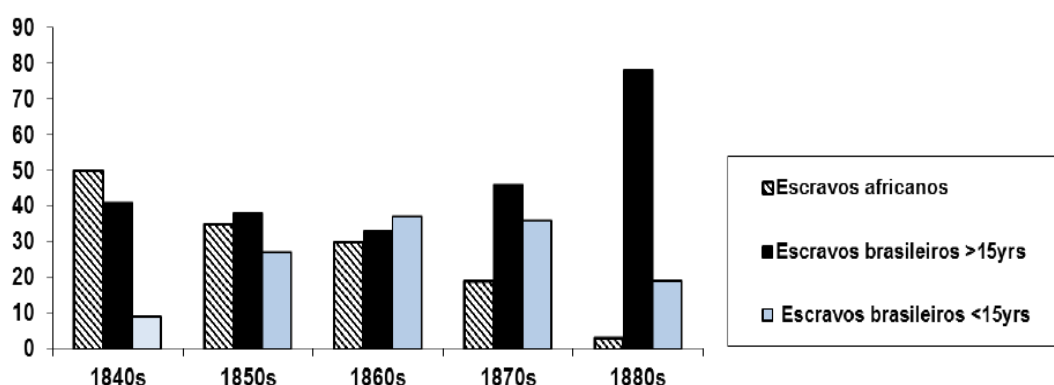
- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Leopoldina, em sua maioria suíços-alemães, começaram a comprar ilegalmente pessoas escravizadas para trabalhar nas suas imensas plantações de café. A produção de café no Brasil neste período estava crescendo, progressivamente, devido à revolução haitiana, que abriu o mercado cafeeiro para outros países como o Brasil.

Os colonos da Leopoldina compraram pessoas escravizadas ilegalmente até por volta de 1845, quando o tráfico foi proibido pela Lei Britânica de Aberdeen, que proibia a atividade. A Colônia existiu por quase 70 anos e teve seu pico econômico em 1848, quando grande parte da produção de café baiana era oriunda da Colônia Leopoldina. O seu fim se deu em 1888, ano que coincidiu com a abolição da escravatura no Brasil.

Em relação ao cenário linguístico da Colônia Leopoldina, muito ainda pode ser explorado, no entanto, alguns trabalhos acadêmicos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014, entre outros) se propuseram a investigar as origens das pessoas escravizadas nesta localidade. De acordo com Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), havia uma média de 10 pessoas escravizadas para 1 pessoa livre nas diversas plantações da Colônia. Já no que diz respeito aos números de pessoas escravizadas que foram importadas diretamente do continente africano, no Gráfico 2 podemos observar que este grupo formava quase a maioria de pessoas escravizadas na década de 1840. Essa porcentagem vai caindo com o passar dos anos, muito provavelmente pela proibição do tráfico escravo no Brasil, na época. Baxter, Mello e Santana (2014) possuem um dos escassos dados sobre os grupos linguísticos africanos mais consistentes nas plantações da Colônia, demonstrando que os falantes das línguas Iorubá (referido como Nagô, na tabela) e as pertencentes ao grupo bantu eram os mais numerosos e consistentes na Colônia (ver Tabela 2).

Gráfico 2. Pessoas escravizadas africanas e brasileiras nas fazendas da Colônia Leopoldina



Fonte: Baxter, Mello e Santana (2014).

Tabela 2. Origem das pessoas escravizadas africanas na Colônia Leopoldina entre 1847 e 1872

‘ORIGEM’ AFRICANA	‘grupo linguístico’	5 roças da Colônia Leopoldina 1847-1872 (Baxter 1999)	
Mina	NCNB	-	
Calabar	NCNB	1	
Tuãe	NCNB	1	
Tapa	NCNB	2	
Nagô	NCNB	26	
Gêge	NCNB	3	46%
Benim	NCNB	1	
Aussá	CHÁDICO	3	4%
Rebôla	BANTU	1	
Rebolbo	BANTU	1	
Benguela	BANTU	10	
Congo	BANTU	10	
Cabinda	BANTU	8	
Moçambique	BANTU	7	
Angola	BANTU	2	
Cassange	BANTU	1	
Manjala	BANTU	1	
Monjolo	BANTU	1	54%
São Tomé	?	1	
Não identificada	????	14	

Fonte: Baxter, Mello e Santana (2014).

Os dados de Helvécia usados neste artigo são oriundos de dois trabalhos de campo, um realizado por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) no início dos anos 1990, e outro feito por um dos autores do presente artigo em julho de 2019. Neste último trabalho de campo, a pesquisadora encontrou alguns vestígios da língua nagô (iorubá) em canções realizadas por alguns falantes idosos da comunidade (ver Quadro 1). Estas canções foram escutadas por três falantes nativos de iorubá, que puderam entendê-las parcialmente.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Quadro 1. Canções em Nagô

Falante/Idade	Transcrição Fonética das Canções em Nagô
H14/60	[pa'pa ku ze ʃi'ʃa gwi kwa ke'do] [pa'pa ku ze ʃi'ʃa gwi kwa] [pa'pa ku ze ʃi'ʃa gwi kwa]
H16/67	[bo'lo bo'lo bo'lo ki nu kanu'ze ʌ'ze] [fa'ze a'ro a'ro co'mi ba'be] [bʌmba ay'a bʌmba ay'a]

Fonte: Lamberti (2021).

Por fim, os dados históricos e de campo apresentados acima, em conjunto com os apresentados por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) e Baxter, Mello e Santana (2014), nos demonstram dois principais aspectos sobre a situação histórico-linguística de Helvécia: que as línguas da família níger-congo eram majoritariamente faladas pelas pessoas africanas na Colônia Leopoldina e que, dentre elas, as línguas iorubá e diversas da família bantu eram as mais prevalentes.

Metodologia

Os dados analisados neste artigo foram obtidos a partir de trabalhos de campo realizados em Angola, em São Tomé e Príncipe e no Brasil. Em Angola, realizamos as coletas no Município do Libolo, Província de Cuanza Sul, Angola, em 2011 e 2013, no âmbito do Projeto⁶ que leva o mesmo nome do Município. Foram analisadas três entrevistas de informantes do sexo masculino (1) e feminino (2), dentro das faixas etárias de (13-20), (21-40) e (+60) anos, no momento da realização das coletas. Para a transcrição, seguem-se as orientações definidas em Santos (2015). Para São Tomé e Príncipe⁷, os dados foram coletados e transcritos ortograficamente por uma das autoras deste artigo a partir de quatro entrevistas sociolinguísticas realizadas durante trabalho de campo em

6 A equipe de estudos linguísticos realizou uma série de entrevistas sociolinguísticas, assim como registros informais de interlocução entre os libolenses, para compor o espólio do Projeto e parte do *corpus* para descrição e análise linguísticas. Os dados do Libolo são oriundos do espólio do "Projeto Libolo" - Centro de Investigação e Desenvolvimento (R&DAO) da Universidade de Macau, sob o número de referência SRG011-FSH13-CGF.

7 Por termos encontrado o fenômeno nas variedades das duas ilhas e por não estarmos fazendo uma análise quantitativa ou comparativa entre elas, consideramos aqui a macro-variedade do país (PSTP), conjunto das variedades de português de São Tomé (PST) e do Príncipe (PP).

2013 e em 2016 (AGOSTINHO, 2013; AGOSTINHO; BALDUINO, 2016) com falantes do sexo feminino e masculino. Finalmente, para o Município baiano de Helvécia, os dados foram coletados através de entrevistas sociolinguísticas realizadas em dois momentos diferentes: em 1994 pelo projeto Vertentes (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) e em 2019 por uma das autoras deste artigo⁸. Para a transcrição, os dados seguem o padrão do grupo de pesquisa Vertentes. Foram analisados dados de três entrevistas sociolinguísticas, com dois falantes do sexo feminino (entrevistadas nos anos 90) e um do sexo masculino (entrevistado em 2019); todos tinham mais de 80 anos no momento das entrevistas. Cada entrevista durou cerca de uma hora.

Destacamos, também, que por mantermos as transcrições dos dados respeitando as versões originais das chaves de transcrição dos respectivos bancos de dados, não haverá conformidade nas transcrições dos dados dos três contextos aqui apresentados.

Após um recorte de parte do *corpus* das três variedades de português apresentadas, prosseguimos à descrição do material selecionado e destacamos as (não) realizações de concordância de gênero em cada uma delas. Observamos, então, os contextos em que aparecia o fenômeno em análise e buscamos sistematizá-los, conforme discutiremos a seguir.

Enfatizamos que o presente trabalho apresenta uma descrição preliminar do fenômeno de não concordância de gênero nas variedades analisadas, não apresentando, portanto, uma análise quantitativa dos dados, por se tratar de *corpora* obtidos a partir de metodologias de coleta diferentes com objetivos, a princípio, específicos, o que dificultaria uma análise quantitativa estatística na pesquisa em destaque.

Discussão dos dados

Nesta seção, traremos os dados da variedade do português falado no Município do Libolo, em São Tomé e Príncipe e na comunidade de Helvécia que apontam para a realização da não concordância de gênero no sintagma nominal e as análises que podem ser daí depreendidas. Antes, faremos uma breve retomada da literatura de alguns trabalhos que tratam da concordância em foco em diversas variedades da língua portuguesa, em especial, as variedades imersas em contato linguístico.

⁸ Os exemplos provenientes do Projeto Vertentes serão marcados como HEL-VER, e os coletados por uma das autoras deste artigo serão apresentados como HEL-19.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Nossa hipótese é que a não concordância de gênero encontrada nos dados do Libolo, de São Tomé e Príncipe e de Helvécia é resultado do contato dessas variedades com línguas africanas e línguas crioulas, associado à reestruturação no aprendizado de L2 e de L1 com base em um modelo de L2 pelas primeiras gerações falantes de português nesses contextos a partir de uma transmissão do tipo *bottleneck*, em que alguns traços gramaticais são “regularizados” ou neutralizados (cf. BAKKER, 2014; GOOD, 2012, entre outros). Nesse sentido, dois dos traços comumente regularizados em processos de criouliização e de transmissão linguística irregular são o de concordância de número e gênero gramatical. Apesar do caráter descritivo e comparativo deste trabalho, enfatizamos que cada variedade tem uma gramática própria que é, portanto, diferente daquela do português padrão.

Primordialmente, exemplos de não concordância de gênero em determinantes e pronomes compõem a maior parte dos nossos dados, como podemos observar nos exemplos do PLB e do PSTP, a seguir. Na maioria dos casos, observamos o uso de modificadores masculinos como *os*, *desses*, *esse* e *pouco* com os substantivos femininos.

- (5) não... é assim soba ele o meu irmão como vai a... a Lisboa e vai fazer as pesquisas na... no... *no coisa ultramar...* na biblioteca [PLB]
- (6) então nesse... *nesses pesquisa* que os soba fazem [PLB]
- (7) pra eles comemorarem *uma grande uma grande feriado* [PLB]
- (8) Castigava quando encontra ali *o pessoa* [PLB]
- (9) Não é? Assim aqui a- a- *aquele tradição* antigamente num mete sale [PLB]
- (10) Lá em Luanda só tem lá as casas, chafarizes, a... o coiso, *os árvore*. Aqui então tem muitas palmeiras ma... palmeira, *muitos folha tabaco*, muitos pau [PLB]
- (11) Ele lá... fazem brasas, trabalham, colhe *os ca... cabra* [...] *O cabra* é do se... do senhô do Cabibi [PLB]
- (12) E agora eu tô com *os netas* [PSTP]
- (13) Folha de mato, *esses folhas* que a gente faz calulu, bocadinho bocadinho *desses folhas* [...] porque ele é que corta a gente parir [PSTP]
- (14) E: Mas aquela *casa* antiga a senhora chegou a ver?
I: Eu vi sim
E: Achou bonita?
I: [...] *Esse* já que o presidente fica nele [PSTP]

- (15) Ela é de Trindade, eu é de Santana, quando a gente é amiga com *o outro*, é que não toma homem de *outro* [PSTP]
- (16) Eu já tenho *pouco sorte* [PSTP]

Já nos casos de Helvécia, podemos constatar alguns exemplos em que a não concordância ocorre entre determinantes femininos, como *a* e *uma*, com substantivos masculinos (17-18), além dos casos em que o oposto acontece, ou seja, o determinante masculino *esse* aparece com substantivos femininos (19-20).

- (17) Com remédio, comprava purgante dava eles purgante, fazia *a azeite* de baga e dava purgante [HEL-VER]
- (18) ocê pránta um prantinha, *uma aimpim*, uma batata, um milho, um feijão, você atira, né? [HEL-VER]
- (19) É! Morreu. *Esse gente* de tempo, a maió parte tudo...[HEL-VER]
- (20) Eu agradeço muito a Deus por *esse passagem* [HEL-19]

Outro contexto frequente nos nossos dados de uso de uma marca *default*, que seria o gênero masculino em PB e PE, é com pronomes resumptivos ou lembretes⁹. Nos exemplos (21-23) de São Tomé e Príncipe há o uso do pronome *ele* resumptivo fazendo referência a *boneca*, *banana* e *casa*; no exemplo (24) de Helvécia podemos observar o uso do pronome demonstrativo *esse* fazendo referência a *terra*; e, por fim, no exemplo (25) do Libolo temos o pronome *dele* que se refere ao substantivo feminino *pessoa*.

- (21) ... *boneca* que a menina tava brincando *com ele* [PSTP]
- (22) ... *banana* não tá época *dele* [PSTP]
- (23) E: Mas aquela *casa* antiga a senhora chegou a ver?
I: Eu vi sim
E: Achou bonita?
I: (...) Esse já que o presidente fica *nele* [PSTP]

9 Não há um consenso na literatura linguística sobre a definição de pronome lembrete, também referenciado como pronome resumptivo a depender do arcabouço teórico em consideração. Em geral, o pronome lembrete apresenta um caráter mais discursivo, relacionando-se com a noção de pronome-cópia em estruturas de tópico, ou é entendido como o pronome presente na formação de sentenças relativas resumptivas (ROCHA *et al.*, 2011; ROCHA; RASO, 2013). Para o presente trabalho, foge de nosso escopo uma discussão acerca dessas peculiaridades, embora não ignoremos as diferenças e discussões inerentes a esse fato. Consideramos, assim, a noção de pronome lembrete para nossa análise, como um aspecto discursivo, nos termos de Pontes (1987 *apud* ROCHA; RASO, 2013, p. 40), em que esse pronome é correferente ao tópico sentencial.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

(24) *Verdadêra terra* de nós é *esse* lá [HEL-VER]

(25) De cabrar é assim: *a pessoa*, se o marido *dele* morreu fica [PLB]

Contextos de particípio passado ou com adjetivos formados por particípio passado também apresentam marca morfológica de masculino para substantivos femininos, como *pessoa, filha, carga, mãe, terra, bengala, menina* e *estrada* podendo ser observados nos exemplos abaixo:

(26) *Se uma pessoa* está *parado*... [PSTP]

(27) Até outra *minha filha* que tá *parido*... [PSTP]

(28) ...ou por *carga pesado*... [PSTP]

(29) ...pra pegar *mãe* com mão, se deixar *maltratado*, *mãe* também chegou na altura já não pode fazer nada. [PSTP]

(30) com *essa terra destragado* [PSTP]

(31) *essa... essa bengala* é *fabricado* em Paquistão [PLB]

(32) *A menina* tá mei *doentado*, mas tá aí em casa. [HEL-VER]

(33) *Essa estrada* do boi aí *todo asfaltado* [HEL-19]

Já nos exemplos (34) do PLB e (35) de Helvécia, notamos o caso oposto no qual há marca morfológica de feminino nos particípios que acompanham substantivos masculinos como *senhor* e *corpo*:

(34) *Fazia* lá trabalho, vivia num *senhor chamada* Manoel Albino [PLB]

(35) E cipó dele era desses cipó grosso, dobrava que rochava em duas dobra, mas *corpo* da gente ficava *toda empoladinha* [HEL-VER]

A não concordância em contextos com o pronome *eu*, que faz referência a informantes do sexo feminino, também foi encontrada nos dados de São Tomé e Príncipe e Helvécia:

(36) eles se revoltaram, porque *eu* é *achado* [PSTP]

(37) ieu não lembra nada, poqu' *eu* tá *pequeno*, né? minha... meu pai morreu, eu pequeno. [HEL-VER]

(38) Meu irmão, quando saí daí, *eu* era *casado*, teve só essa Luiza [HEL-VER]

- (39) Ieu? Não, senhô. *Fui nascido* ali na roça, ficô criô lá na roça, até dobrô, casô, tudo na roça. [HEL-VER]

Por fim, os exemplos a seguir apresentam casos de não concordância de gênero em adjetivos que modificam substantivos femininos em dados das três variedades investigadas neste artigo:

- (40) E: Viu casa... Sundry?
 I: Casa *novo*? Não
 E: Mas aquela antiga a senhora chegou a ver?
 I: Eu vi sim
 E: Achou bonita?
 I: Tava *bom*, tava *bom* [PSTP]
- (41) ... passa *mama inteiro*... [PSTP]
- (42) Senhor disse um dia já *mulher* bebeu, tirou roupa, ficou *nu* [PSTP]
- (43) tem porta de entrada... há *uma rocha* memo bem *largo* [PLB]
- (44) Vai cavar *a mandioca* na lavra e casca descasca e mete n' água, depois de ficar *pronto* estende [PLB]
- (45) *A festa* aí é *bonito*. Quand'eles faz, é bonito [HEL-VER]
- (46) Eu gosto porque *Helvécia* é *calmo* [HEL-19]

Em suma, se combinarmos as análises de todos os dados aqui apresentados, podemos observar que as três variedades investigadas compartilham o traço de não concordância de gênero nos contextos em que há determinantes e pronomes seguidos de um substantivo, em pronomes resumptivos ou lembretes, em adjetivos formados por particípio passado e adjetivos masculinos que modificam substantivos femininos. É importante notar que, nestes contextos, o padrão mais comum que encontramos ocorre com marcadores masculinos que aparecem com substantivos femininos.

Desta maneira, podemos concluir que há um uso sistemático dos marcadores masculinos nas variedades investigadas aqui. Este comportamento foi também descrito por Figueiredo (2009) para o português de Almojarife e de Helvécia. Por fim, a única característica que encontramos não ser compartilhada por todas as variedades é a não concordância de gênero do sintagma nominal quando o contexto traz o pronome *eu* com referência a falantes do sexo feminino, sendo este contexto encontrado somente nos exemplos provenientes de São Tomé e Príncipe e Helvécia.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

Línguas do grupo níger-congo, que inclui línguas bantu, edóides e kwa, não possuem marcação de gênero baseada em sexo, sendo as distinções ‘masculino’ e ‘feminino’ irrelevantes (HEINE; NURSE, 2007). Como mencionado acima, o português do Libolo permanece em contato com línguas do grupo bantu, principalmente o quimbundu. As línguas crioulas do Golfo da Guiné, como já apontado, possuem substrato edóide, além da influência adstratal bantu. No caso de São Tomé e Príncipe, as primeiras gerações de falantes de português eram falantes nativos das línguas crioulas do país. Atualmente, a língua portuguesa permanece em contato com línguas crioulas, apesar do crescente abandono das línguas nacionais (ARAUJO; AGOSTINHO, 2010) Em Helvécia, o português esteve em contato com línguas bantu e kwa entre no século XIX. Assim, os três contextos analisados neste artigo apresentavam ou apresentam contato com línguas da mesma macro-família.

Apesar disso, é válido ressaltar que o fenômeno estudado aqui não se comporta de maneira idêntica nas variedades pesquisadas. Isso se dá porque, apesar de serem contextos que apresentam algumas similaridades, fatores como o nível de bilinguismo, a história social e a duração do contato, e as diferentes dinâmicas de poder existentes em cada comunidade de fala diferem (WINFORD, 2013), fazendo que a frequência e extensão da não marcação de gênero em cada variedade sejam distintas. Assim, apesar de não observarmos exatamente os mesmos fatores sociais na formação de cada uma destas variedades, alguns fatores (sócio)linguísticos envolvidos neste processo são semelhantes, sendo que os indivíduos que adquiriram português nestes contextos eram falantes nativos de línguas tipologicamente semelhantes, além do fato de que essas línguas não eram variedades de prestígio. Sendo assim, acreditamos que, em virtude disso, podemos observar a não concordância de gênero nas três variedades.

Além disso, é comum a perda das marcas flexionais através das quais se realizam as concordâncias de número e de gênero em processos de crioulição (MCWHORTER, 2001; HOLM, 2004; CROWLEY, 2008; LUCCHESI, 2009). Nas línguas crioulas do Golfo da Guiné, por exemplo, os nomes e determinantes não se flexionam morfologicamente quanto a gênero, e a distinção do sexo entre seres animados é marcada pelos adjetivos macho/fêmea. Assim, os dados aqui apresentados estão de acordo com nosso pressuposto inicial, de que fatores sociais comuns em um ambiente de contato podem gerar resultados linguísticos similares (cf. YAKPO, 2020), o que indica que a variação e mudança linguísticas estão relacionadas com fatores sociais e que o contato linguístico é um desses fatores.

Considerações finais

Este artigo apresentou dados de concordância variável de gênero em três variedades de português em contato: Libolo, São Tomé e Príncipe e Helvécia. Observamos que as três variedades não apresentam concordância em contextos similares, tais como, determinantes, pronomes, pronomes lembrete, substantivos/adjetivos e adjetivos formados por particípio passado. Em todos os casos de não concordância encontrados, o uso de uma marca gramatical *default*, o que corresponderia ao gênero “masculino” em PB e PE, foi utilizado, como já era esperado (cf. FIGUEIREDO, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Assim, observamos que, nas variedades analisadas, a concordância de gênero difere da norma padrão do português, apontando para o caráter variável e para a possibilidade de não realização do fenômeno nas três variedades.

A presente comparação parece corroborar nossa hipótese de que a não concordância de gênero nessas variedades é resultado do contato linguístico com línguas africanas do grupo níger-congo, que não possuem marcação morfológica de gênero relacionada a sexo, além do aprendizado de L1 a partir de um modelo de L2 que passa por uma transmissão do tipo *bottleneck*. Nesse sentido, a literatura sobre línguas crioulas e de contato oferece evidências suficientes para afirmarmos que fatores sociais em combinação com fatores linguísticos formam a gramática das variedades que são resultado do contato linguístico (cf. WINFORD, 2013).

Como apresentado anteriormente, a não distinção da marcação de gênero na macro-família níger-congo pode ter sido imposta na aquisição do traço gênero, quando os falantes nativos dessas línguas estavam em processo de aquisição do português. Assim, nossos dados indicam que variação e mudança linguísticas estão associadas a fatores sociais, além de corroborar a ideia de que contextos sociais similares podem gerar resultados linguísticos similares.

Referências

AGOSTINHO, A. L. External vowel sandhi processes in *lung'le* considering stress and tone. **Working papers em linguística**, v. 20, p. 74-92, 2019.

AGOSTINHO, A. L. **Fonologia do *lung'le***. München: LINCOM, 2016.

AGOSTINHO, A. L. **Fonologia e método pedagógico do *lung'le***. 2014. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

AGOSTINHO, A. L. **Trabalho de campo em São Tomé e Príncipe**. 2013. Inédito.

AGOSTINHO, A. L.; ARAUJO, G.; SANTOS, E. F. Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências humanas, v. 14, p. 857-872, 2019.

AGOSTINHO, A. L.; BALDUINO, A. **Trabalho de campo em São Tomé e Príncipe**. 2016. Inédito.

AGOSTINHO, A. L.; BANDEIRA, M.; ARAUJO, G. A. O lung'le na educação escolar de São Tomé e Príncipe. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 55, n. 3, p. 591-618, 2016.

ARAUJO, G. A.; AGOSTINHO, A. L.; SILVEIRA, A. C.; FREITAS, S.; BANDEIRA, M. Fa d'Ambô: Língua crioula de Ano Bom. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 25-44, 2013.

ARAUJO, G. A.; AGOSTINHO, A. L. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 26, p. 49, 2010.

BAKKER, P. Creoles and typology: Problems of sampling and definition. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 29, n. 2, p. 437-455, 2014.

BALDUINO, A. M. **A nasalidade no português de STP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BANDEIRA, M. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAXTER, A.; MELLO, C. F.; SANTANA, N. G. A. A construção de objeto duplo e as influências do substrato no português afrobrasileiro (e africano). **PAPIA**, v. 24, p. 283-306, 2014.

BAXTER, A. A concordância de número. In: LUCCHESI, D. *et al.* (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 269-293.

BIRMINGHAM, D. **A conquista portuguesa de Angola**. Porto: A Regra do Jogo, 1974.

BRANDÃO, S. F. Concordância nominal no português de São Tomé e no português de Moçambique. *In*: BRANDÃO, S. F. (org.). **Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas**. São Paulo: Blucher, 2018. p. 203-244.

BRANDÃO, S. F. Concordância nominal. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). **Ensino de Gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 57-83.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 1035-1064, 2012.

CALDEIRA, A. M. Tráfico de escravos e conflitualidade. O arquipélago de São Tomé e Príncipe e o reino do Congo durante o século XVI. **Revista Ciências e Letras**, [S. l.], v. 44, p. 55-76, 2008.

CARDOSO, M. **Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe**. Porto: IPAD, 2007.

CARMO, A. F. **Colonização e Escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CASTRO, P. P. **As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CROWLEY, T. Pidgin and creole morphology. *In*: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (ed.). **The Handbook of Pidgin and Creole Studies**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 74-97.

CRYSTAL, D. **Language Death**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FERRAZ, L. **The Creole of São Tomé**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FIGUEIREDO, C. F. G. Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil. *In*: OLIVEIRA, M. S. D.; ARAUJO, G. A. (org.). **O Português na África Atlântica: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: FFLCH/USP/Humanitas, 2018. p. 47-97.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

FIGUEIREDO, C. F. G. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé** (Desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional). 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Macau, 2010.

FIGUEIREDO, C. F. G. A configuração do SN plural do português reestruturado de Almojarife – S. Tomé Carlos. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 28-55, 2009.

FIGUEIREDO, C. F. G. A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almojarife (São Tomé). **PAPIA**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 23-43, 2008.

FIGUEIREDO, C. F. G.; OLIVEIRA, M. S. D. Português do Município do Libolo Angola, e português étnico da comunidade de Jurussaca Brasil cotejando os sistemas de pronominalização. **PAPIA**, v. 2., n. 23, p. 105-185, 2013.

FIGUEIREDO, C. F. G.; SANTOS, E. F. Construções [FOC + QUE]: português do Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola. **Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE (Associação de Crioulos de Base Portuguesa e Espanhola) com o Congresso de Verão de 2013 da SPCL (Society for Pidgin and Creole Linguistics)** – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2013. [Manuscrito]

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal ate a morte de Zumbi dos Palmares**. v. 1. São Paulo: Editora Globo, 2019.

GOOD, J. Typologizing grammatical complexities. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 27, n. 1, p. 47-93, 2012.

GÜNTHER, W. **Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe**. Marburg an der Lahn: Im Selbstverlag, 1973.

HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea Creoles: Genetic and Typological Relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.

HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2009.

HEINE, B.; NURSE, D. **A linguistic geography of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HERNANDEZ, L. **A África na sala de aula**. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOLM, J. **An Introduction to Pidgins and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. *In*: CARVALHO, A. M. (org.). **Português em contato**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert, 2009. p. 87-106.

INVERNO, L. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. *In*: ENCUESTRO DE ACBLPE, 3, 2003, Coruña. **Actas del III encuentro de ACBLPE**, Madrid: Iberoamericana: Vervuert, 2004. p. 201-213.

LADHAMS, J. Article agglutination and the African contribution to the Portuguese-based Creoles. *In*: BARTENS, A.; BAKER, P. (ed.). **Black through White**. London: Battlebridge, 2012. p. 31-50.

LAMBERTI, L. Language Ideologies in Afro-Brazilian Portuguese. **Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics**. 2021. No prelo.

LIPSKI, J. M. El dialecto afroyungueño de Bolivia: en busca de las raíces del habla afrohispanica. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, v. 4, n. 2, p. 137-166, 2006.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. A concordância de gênero. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 295-318.

MAURER, P. **Principense (Lung'le)**. London: Battlebridge Publications, 2009.

MCWHORTER, J. H. The world's simplest grammars are creole grammars. **Linguistic Typology**, v. 5, n. 2, p. 125-166, 2001.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

MIGUEL, M. H. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. **Lucere**, n. 5, p. 35-48, 2008.

MIGUEL, M. H. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MINGAS, A. **A Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Porto: Campo das Letras, 2000.

PELISSIER, R. **Histórias das campanhas de Angola**: resistência e revoltas (1845-1941), v. 1 e 2. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PETTER, M. M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. **PAPIA**, n. 19, p. 201-220, 2009.

PETTER, M. M. T. **Variedades linguísticas em contato**: português angolano, português brasileiro, português moçambicano. 2008. Tese (Livre docência) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, 2008.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. África: **Revista do Centro de Estudos Africanos**, v. 27-28, p. 63-89, 2007.

PINTA, J. Gender Agreement in Correntino Spanish. **Journal of Language Contact**, 2021. [No prelo]

REDINHA, J. **Etnias e culturas de Angola**. Coimbra: AULP, 2009.

ROCHA, B.; RASO, T. O pronome lembrete e a Teoria da Língua em Ato: uma análise baseada em corpora. **Veredas**, v. 17, n. 2, p. 39-59, 2013.

ROCHA, B. *et al.* O pronome lembrete e a Teoria da Língua em Ato: novas perspectivas de análise. *In*: COLÓQUIO BRASILEIRO DE PROSÓDIA DA FALA, 3, 2011, Belo Horizonte. **Anais do Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala**, v. 1, 2011.

SANTIAGO, A. M.; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A Cor Das Letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.

SANTOS, E. F. Aspectos da língua portuguesa em Angola. **PAPIA**, v. 28, n. 1, p. 25-49, 2018.

SANTOS, E. F. **Sentenças marcadas para o foco no português do Libolo**: uma proposta de análise derivacional. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÁNCHEZ, L. Word order, predication and agreement in DPs in Spanish, Southern Quechua and Southern Andean bilingual Spanish. *In*: ZAGONA, K. (ed.). **Grammatical Theory and Romance Languages: Selected Papers from the 25th Linguistic Symposium on Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1996. p. 209-218.

SCHUCHARDT, H. Beiträge zur Kenntnis des kreolischen Romanisch. Zum Negerportugiesischen der Ilha do Principe. **Zeitschrift für Romanische Philologie**, Saarbrücken, v. 13, p. 461-475, 1889.

SEDRINS, A. P.; SILVA, C. R. T. Padrões de concordância de gênero e número no sintagma nominal em variedades africanas do português. **Revista Leitura**, Maceió, v. 2, n. 59, p. 85-105, 2017.

SEIBERT, G. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, [S. l.], v. 49, p. 41-70, 2014.

SEIBERT, G. São Tomé and Príncipe: The first plantation economy in the tropics. *In*: LAW, R.; SCHWARZ, S.; STRICKRODT, S. (ed.). **Commercial Agriculture, the Slave Trade and Slavery in Atlantic Africa**. Suffolk: Boydell & Brewer, 2013. p. 54-78.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. EdUFBA/UNESP, 2001.

THOMASON, S.; KAUFMAN, T. **Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988.

VALKHOFF, M. F. **Studies in Portuguese and Creole**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1966.

WINFORD, D. Social factors in contact languages. *In*: BAKKER, P.; MATRAS, Y. **Contact languages: a comprehensive guide**. De Gruyter, 2013. p. 363-416.

- | Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira

YAKPO, K. Social Factors. *In*: ADAMOU, E.; MATRAS, Y. (ed.). **The Routledge Handbook of Language Contact**. London: Routledge, 2020. p. 129-146.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: AGOSTINHO, Ana Livia; LAMBERTI, Luana; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 40-69, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 31/08/2021 | Aceito em: 18/10/2021.

PORTUGUÊS GUINEENSE E PORTUGUÊS EUROPEU: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A PERCEPÇÃO DAS SUAS DIFERENÇAS ENTOACIONAIS

Gabriela BRAGA¹

Sónia FROTA²

Flaviane Romani FERNANDES-SVARTMAN³

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3164>

Resumo: A Guiné-Bissau é um país multiétnico e multilíngue em que o português é a língua oficial, embora não seja língua materna. Estudos desenvolvidos com base na Fonologia Prosódica e na Fonologia Entoacional sobre o português falado na Guiné-Bissau (PGB) apontam que, quanto à densidade tonal, ele afasta-se da variedade lisboeta (SEP) e aproxima-se de variedades ultramarinas, como o português brasileiro. Entretanto, novos dados do PGB mostram maior similaridade ao SEP quanto ao contorno entoacional: ambos apresentam platôs melódicos, porém SEP apresenta um platô contínuo, enquanto PGB, uma composição de pequenos platôs. Neste trabalho, apresentamos um teste de percepção piloto, verificando se PGB e SEP são de fato distintos, embora o SEP seja a norma-alvo. A tarefa de discriminação AX categorial foi realizada por brasileiros e portugueses, em que apenas o contorno entoacional de sentenças declarativas neutras do SEP e do PGB era apresentado. Os resultados mostram que brasileiros percebem mais a diferença entre SEP e PGB quando ouvem primeiro a entoação do SEP, indicando que um contorno seria melhor distinguido pela alternância entre tons do que pela quantidade de acentos tonais. Assim, o tipo de contorno entoacional parece uma pista mais robusta do que densidade tonal na diferenciação de variedades/línguas.

Palavras-chave: Entoação. Percepção. Variedades de português. Português falado na Guiné-Bissau. Português Europeu.

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; gabraga.g@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8127-9511>

2 Universidade de Lisboa (FLUL), Lisboa, Portugal; sonia.frota@mail.telepac.pt; <https://orcid.org/0000-0002-6102-0772>

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; flavianesvartman@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-9941-3934>

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

GUINEAN-BISSAU PORTUGUESE AND EUROPEAN PORTUGUESE: A PRELIMINARY STUDY ON THE PERCEPTION OF THEIR INTONATIONAL DIFFERENCES

Abstract: Guinea-Bissau is a multiethnic and multilingual country, in which Portuguese is the official language, although not a native one. Studies about Portuguese spoken in Guinea-Bissau (PGB) developed within the Prosodic Phonology and the Intonational Phonology framework show that PGB tonal density is different from Lisbon European Portuguese (SEP) and closer to overseas varieties, such as Brazilian Portuguese. However, new data from PGB shows a similarity to SEP regarding the intonational contour: we found melodic plateaus in both varieties, with SEP having a long plateau whereas PGB shows a series of small plateaus. In this paper, we present findings from a perception pilot to examine if PGB and SEP are perceived as similar or different. A categorical AX discrimination task with Brazilian and Portuguese participants was used. The stimuli were low-pass filtered to show only the intonation contour of broad focus sentences of SEP and PGB. The results showed that both Portuguese and Brazilian participants perceive the difference between SEP and PGB, especially when they first hear the SEP intonation, indicating that a contour would be better distinguished by alternation between tones than by the pitch accents amount. Thus, contour type seems a more robust cue than tonal density in variety/language differentiation.

Keywords: Intonation. Perception. Varieties of Portuguese. Portuguese spoken in Guinea-Bissau. European Portuguese.

Introdução

O que estabelece estarmos diante da variedade de uma língua? Além da localização geográfica dos falantes, podemos pensar que nasce uma nova variedade quando há a criação de uma nova norma linguística, que traga diferenças lexicais, sintáticas, semânticas, pragmáticas, fonéticas e fonológicas da língua “inicial”, embora em muitos aspectos as variedades de uma “língua-mãe” ainda possam ser inteligíveis entre si. Para além das características linguísticas, a construção de uma variedade carrega consigo seu contexto histórico e sociocultural, perpassando seu ambiente de uso e intenção do falante.

Estudos sobre as características entoacionais das sentenças declarativas neutras do português falado na Guiné-Bissau (PGB) (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015; SANTOS; BRAGA, 2017) apontam que, ao menos do ponto de vista entoacional, o português falado neste país (doravante PGB) se afasta da variedade europeia

tida como padrão (português falado em Lisboa, doravante SEP) e se aproxima de outras variedades ultramarinas de português, como o português brasileiro (PB) e o português de São Tomé (PST, falado em São Tomé e Príncipe). Entretanto, novos dados do PGB mostram uma maior similaridade ao SEP no que diz respeito à forma que o contorno entoacional assume, embora a densidade tonal pareça ser diferente.

Neste trabalho, apresentamos os resultados de um teste de percepção piloto em que testamos se essa diferença seria percebida por falantes de PB e de SEP, verificando se, assim como do ponto de vista da produção, o PGB, uma variedade de português que acreditamos estar em formação, já apresenta características entoacionais próprias, que o afastam do SEP, variedade-alvo no país.

Contexto histórico e sociolinguístico da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país da África do oeste localizado entre o Senegal (ao norte) e a Guiné (ao sul e leste) e banhado pelo oceano Atlântico. Com uma população de cerca de 1759 mil habitantes (EBERHARD; SIMONS; FENNIG, 2018), o país é um território multilíngue e multiétnico, onde encontram-se mais de 20 grupos com suas respectivas línguas, além do guineense (também denominado como “kriol”) e do português.

O país faz parte da região que compreendia a Costa da Alta Guiné, que se estendia desde a margem sul do rio Gâmbia até uma área definida vagamente ao longo da costa do atual sudeste da Libéria, abarcando, assim, seja em parte ou totalmente, Gâmbia, sul do Senegal, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa e Libéria, do ponto de vista geográfico, e que também abrangia o oeste da Costa do Marfim, numa perspectiva histórica e cultural (KNÖRR; TRAJANO FILHO, 2010), sendo a região continental também designada como Rios de Guiné do Cabo Verde (BULL, 1989).

Desde o século XIII, as estruturas sociais e políticas existentes na Alta Guiné incluíam pequenos grupos descentralizados (ou mesmo sem a liderança de um Estado) que viviam em aldeias dispersas, assim como comunidades relativamente grandes (de até 7000 pessoas) e organizadas de maneira mais centralizada (D’AZEVEDO, 1962; HORTON, 1985), que ocupavam territórios já mais afastados da costa (BROOKS, 2003; HAWTHORNE, 2003; SILVA HORTA, 2000). De acordo com Knörr (no prelo), essa estrutura social e política da região da costa da Alta da Guiné teria sido formada por múltiplos encontros entre os diferentes grupos e sociedades da região. Autores como Hawthorne e Nafafé (2016) apontam que, na região da costa da Alta Guiné, estavam os baga, balanta, banhum, biafada, bijagó, cassanga, felupe, fula, djola, nalu, papel, sape, jolonke e mandinga, falantes de línguas pertencentes a três famílias linguísticas africanas (grupos Atlântico, Mande, Kru).

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

A chegada dos portugueses à costa da África do Oeste em meados do século XV causou mudanças sociais de longo prazo na região, que afetaram as políticas recém-formadas, particularmente aquelas no litoral (KNÖRR, no prelo). No início do século XVI, um número pequeno de portugueses começa a se estabelecer na área, concentrando-se na região de Bissau e Cacheu, assim como em outras cidades portuárias (HAWTHORNE; NAFAFÉ, 2016). Por todo território ao longo da costa da Alta Guiné, colonos e mercadores portugueses encontraram pessoas de um vasto número de grupos étnicos que já haviam se estabelecido ali. Além disso, a chegada dos portugueses ao local também desencadeia o surgimento de novos grupos e categorias sociais.

Jacobs (2010) postula que existem argumentos históricos e linguísticos de que um protocrioulo da Alta Guiné tenha emergido e se nativizado no final do século XV e início do século XVI em Santiago (Cabo Verde), de onde teria sido levado para o continente por caboverdianos que se instalaram na região ao redor de Cacheu no final do século XVI. O autor argumenta que esse contingente de caboverdianos desencadeou o estabelecimento e difusão do protocrioulo da Alta Guiné em Cacheu, de onde teria se espalhado para locais como Ziguinchor (hoje pertencente ao Senegal), Geba e Bissau.

A primeira fortificação no território que viria a se tornar a Guiné-Bissau foi a Praça de Cacheu, fundada em 1558, junto à foz do rio Cacheu, marcando o início da ocupação portuguesa. A fortaleza de Bissau, atual capital do país, só foi construída no final do século XVII. Segundo Bull (1989, p. 62), as “praças” e os “presídios” constituíam na Guiné os principais centros populacionais, sendo as bases da colonização.

Segundo Hawthorne e Nafafé (2016), os portugueses que se estabeleceram na Alta Guiné antes do século XIX se adaptaram aos costumes locais e se engajaram nas práticas culturais locais, tornando-se parte de algo que já era intrínseco à história da Alta Guiné. O tipo de relação estabelecida entre “lançados” e as populações locais se deu de forma estratégica: as alianças matrimoniais entre lançados e as mulheres pertencentes às famílias de chefes locais geravam novas posições sociais e contribuía para o desenvolvimento da sociedade crioula que então se formava (KNÖRR, no prelo).

De acordo com Hawthorne (2010), no século XVIII, portugueses e africanos que residiam nas praças (lançados, tangomãs, filhos da terra e até os grumetes, por terem sido batizados) eram conhecidos como moradores e se autodenominavam portugueses independentemente de onde tivessem nascido. Entretanto, poucos que haviam nascido ali falavam a língua portuguesa, de modo que a maioria conhecia línguas africanas locais, incluindo o kriol. A coroa portuguesa não tinha força política na região, e mesmo depois de séculos de interação com grupos locais, apenas uma parcela ínfima da população

falava português, pois o crioulo era a língua preferida dos africanos nas praças e as línguas locais eram faladas nas demais regiões.

A presença portuguesa no território intensifica-se após a Conferência de Berlim (1884-1885), pois Portugal passa a buscar maior domínio sobre a região, atacando as áreas de maior densidade populacional. Em 1912, tem início a campanha de “pacificação” rumo aos territórios do interior e do arquipélago de Bijagós. Segundo Kihm (1994), após diversas campanhas sangrentas, travadas até 1915, Guiné-Bissau estava completamente conquistada pelos portugueses, embora a submissão de Bijagós tenha se dado em 1936.

A Carta Orgânica da Província da Guiné, promulgada em 1917, assegurava a toda a população dessa colônia a cidadania portuguesa, com todos os direitos civis e políticos, desde que o indivíduo desse provas de dedicação à “Nação Portuguesa”: soubesse ler, escrever ou ao menos falar a língua portuguesa; possuísse os meios necessários para sua subsistência ou a capacidade de trabalho para tal; e tivesse bom comportamento, atestado pelas autoridades.

Entretanto, como afirma Kohl (2018, p. 164), tais medidas não foram eficazes no apagamento do crioulo e no “aportuguesamento” da população. Pelo contrário, conforme assume Carreira (1984), a influência do crioulo expandiu-se lentamente entre as décadas de 1920 e 1930, até que a incursão portuguesa para o interior, levando infraestrutura e fazendo com que muitas pessoas migrassem para as cidades, desencadeasse sua rápida expansão. Assim, o crioulo, inicialmente falado pela parcela da população que residia na região das praças e presídios e que constituía a sociedade crioula, passou a ser usado como língua franca também no interior, em especial porque nenhuma das línguas étnicas possuía uma hegemonia dentre os diversos grupos e o português, além de não estar massivamente no território a ponto de fornecer o *input* para seu aprendizado, representava o invasor a ser combatido.

Embora esse tenha sido o momento em que o crioulo tenha se expandido por todo o território guineense, este é também o início de sua estigmatização. Em 1940, tem-se início a escolarização primária, feita pelas missões católicas e unicamente em português, sendo as línguas autóctones e o crioulo declaradamente banidos do ambiente escolar.

Com a formação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, surge um sentimento nacionalista que culmina na luta pela independência (1961-1974). É nessa conjuntura que o crioulo encontra seu *status* como língua de identidade nacional. Segundo Kihm (1994, p. 6, tradução nossa⁴), a língua guineense

4 No original: “[...] it became both a practical tool for linguistic unification within the Party and the armed forces and a symbol of the new Bissau-Guinean nationality”.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

“se tornou tanto um instrumento prático para a unificação linguística dentro do partido e das forças armadas quanto um símbolo da nova nacionalidade guineense”. Hoje, o kriol é a língua mais falada no país, da unidade nacional, sendo utilizado por cerca de 90% da população, entre falantes de língua materna e segunda língua, de acordo com o último Censo realizado no país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2009), embora outras fontes afirmem que na verdade cerca de 839 mil pessoas (quase 48% da população) falem kriol, sendo declarada como língua materna por cerca de 239 mil falantes (EBERHARD; SIMONS; FENNIG, 2018).

Após a independência (1974), entretanto, adotou-se o português como a língua oficial do país, tendo como justificativa a necessidade de manutenção do contato com as outras ex-colônias portuguesas e com a lusofonia em geral (KIHM, 1994). Ainda segundo o Censo de 2009, um terço da população fala português, majoritariamente como uma das línguas faladas como segunda língua, sendo a variedade lisboeta (SEP) a variedade-alvo e a gramática normativa lusitana a norma escrita adotada no país.

É a partir deste quadro que perguntamos como é a língua portuguesa falada na Guiné-Bissau. Os órgãos públicos e os meios de comunicação em massa do país utilizam o português no dia a dia, nas situações de formalidade, e, nas escolas, o português é a língua de uso obrigatório. Considerando as circunstâncias históricas, culturais e sociolinguísticas da Guiné-Bissau, podemos assumir que a língua portuguesa está em contato intenso e permanente (ao menos) com o kriol, sendo possível que os guineenses, ao usarem o português, o façam utilizando parâmetros que o distingam de SEP. Neste estudo, buscaremos investigar se de fato o português falado na Guiné-Bissau difere-se do português europeu no que tange à percepção.

Aparato teórico

Neste trabalho, utilizamos os pressupostos da Fonologia Entoacional Autossegmental-Métrica, na linha de Pierrehumbert (1980), Ladd (2008 [1996]), entre outros, numa perspectiva integrada à Fonologia Prosódica, proposta por Selkirk (1984, entre outros) e Nespor e Vogel (2007 [1986]), para a descrição e análise entoacional do PGB e da relação entre a associação de eventos tonais ao seu contorno entoacional e a formação de seus constituintes prosódicos. O mesmo enquadramento teórico foi utilizado para a descrição entoacional do SEP e do PB, variedades com as quais comparamos o PGB e que correspondem às línguas maternas dos participantes desta pesquisa.

A Fonologia Entoacional Autossegmental-Métrica postula que a entoação tem uma organização fonológica. Considerando a entoação em níveis de altura tonal e seguindo

uma linha de análise utilizada inicialmente por Pierrehumbert (1980), a teoria tem como principal objetivo identificar os elementos contrastivos da estrutura entoacional, além de fornecer ferramentas que sejam capazes de descrever universalmente as gramáticas entoacionais das línguas naturais.

De acordo com Ladd (2008 [1996]), um contorno entoacional é constituído por uma parte fonológica e uma contraparte fonética. Fonologicamente, ele é constituído por uma sequência de unidades discretas, denominadas eventos tonais, que se formam a partir de dois níveis de altura distintos: alto (H – *high*) ou baixo (L – *low*). Foneticamente, ele é realizado através do contorno da frequência fundamental (F_0 do sinal acústico). A teoria assume que os eventos tonais são definidos localmente, um em relação ao anterior, de modo que é considerado suficiente o uso de somente dois tons para a descrição dos contornos, mesmo sendo ampla a variação de altura de F_0 . Além disso, os eventos tonais formam blocos de contorno e estão associados a pontos específicos na cadeia segmental. Os eventos tonais que descrevem o contorno entoacional nessa teoria são os “acentos tonais” (*pitch accents*) e os “tons relacionados a fronteiras” de constituintes prosódicos.

Os acentos tonais são associados às sílabas proeminentes da cadeia segmental e podem ser simples (L ou H) ou complexos, sendo acentos tonais ascendentes (L+H) ou descendentes (H+L) (LADD, 2008 [1996]). O tom que estiver alinhado à sílaba tônica do item lexical aparecerá marcado com um asterisco em seu lado direito. Também podemos utilizar diacríticos para descrever movimentos específicos do tom H: utilizamos ‘!’ para sinalizar um processo de *downstep* (degrau abaixo), indicando que este tom H se realiza relativamente mais baixo do que o tom H anterior, e ‘ı’ para o processo de *upstep* (degrau acima), em que o tom H se realiza relativamente mais acima do que o tom H que o precedeu. Neste estudo, o uso dos diacríticos diz respeito a características fonológicas, fazendo parte da gramática entoacional da língua.

Quanto aos tons que se relacionam às fronteiras, estes são encontrados associados às fronteiras de domínios prosódicos e podem ser de dois tipos: acentos frasais (T), que se associam às fronteiras de constituintes prosódicos mais baixos que o sintagma entoacional; e tons de fronteira (T%), que podem se associar às fronteiras de sintagmas entoacionais (PIERREHUMBERT, 1980).

A perspectiva de análise entoacional assumida neste estudo prevê a integração entre a estrutura entoacional e os domínios formados pelos algoritmos da Fonologia Prosódica (cf. FROTA, 2000 para o PE; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b para o PB; entre outros), de modo que a atribuição de eventos tonais à cadeia segmental depende da relação de constituência (da interface da fonologia com as outras áreas da gramática) e proeminência (o elemento mais importante de um constituinte prosódico) definidos na estrutura prosódica.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

A Fonologia Prosódica, por sua vez, assume que a cadeia da fala se dá de forma organizada e que reflete uma gramática dos sons. Essa organização revela uma estrutura hierárquica formada por constituintes. Estes constituintes, por sua vez, se formam através da interface entre a Fonologia e os outros módulos da Gramática (tendo em mente que esta é uma teoria de cunho Gerativista) (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 2007 [1986]). Entretanto, não há necessariamente isomorfia entre um constituinte prosódico e um elemento morfossintático, podendo esses constituintes coincidir ou divergir.

Neste trabalho, seguimos uma abordagem teórica *relation-based*, que postula que a organização dos constituintes prosódicos se daria através do acesso à informação sobre a relação núcleo-complemento existente entre os constituintes sintáticos (NESPOR; VOGEL, 2007 [1986]; entre outros).

Na esteira dos trabalhos realizados para a descrição das variedades de português que se utilizam da visão integrada entre Fonologia Entoacional e Fonologia Prosódica, adotamos aqui as definições de palavra prosódica (PW), sintagma fonológico (PhP) e sintagma entoacional (IP) feitas inicialmente para o português europeu e estabelecidas a partir das definições *relation-based* de Nespor e Vogel (2007). Estes são os domínios prosódicos levados em consideração em nossas análises, visto que já foram atestados em muitas línguas do mundo e os que se mostraram mais relevantes na associação de eventos tonais ao contorno entoacional nas variedades de português já estudadas no mesmo arcabouço teórico (variedades de PE, de PB, o PST e o próprio PGB)⁵.

Em linhas gerais, em português, a PW é o domínio prosódico que contém um único acento primário (VIGÁRIO, 2003)⁶. PhP é constituído por um núcleo lexical, os elementos funcionais de seu lado não recursivo (o esquerdo, em português) dentro da mesma projeção máxima e, opcionalmente, o sintagma complemento e não ramificado desse núcleo lexical, se dentro da mesma projeção máxima (FROTA, 2000). Já IP apresenta um contorno entoacional definido, cujas fronteiras coincidem com a posição nas quais pausas gramaticais podem ser inseridas, sendo formado por toda sequência de PhPs adjacentes de uma sentença raiz ou por toda sequência de PhPs adjacentes que não esteja incorporada estruturalmente à árvore da sentença (FROTA, 2000).

5 Nas variedades já estudadas (variedades de PE, de PB, o PST e o PGB), tem-se que o domínio privilegiado para a associação de acentos tonais pode ser PW (FERNANDES, 2007A, 2007B; TONELI, 2014; BRAGA, 2018), PhP (TENANI, 2002; VIGÁRIO; FROTA, 2003; CRUZ, 2013; entre outros) ou mesmo IP (FROTA, 2000, 2014; FROTA; VIGÁRIO, 2007). Quanto à associação de eventos tonais às fronteiras de constituintes, tem-se que o domínio relevante para a associação de acentos frasais é PhP (FERNANDES, 2007A, 2007B; CRUZ, 2013; SANTOS, 2015; BRAGA, 2018; entre outros), e para tons de fronteira, IP (FROTA, 2000; TENANI, 2002; FROTA; VIGÁRIO, 2007; CRUZ, 2013; SANTOS, 2015; BRAGA, 2018; entre outros).

6 Em nossas análises, consideramos o clítico fonológico como um elemento funcional, sem acento e prosodicamente dependente, sendo adjungido ou incorporado à palavra prosódica hospedeira.

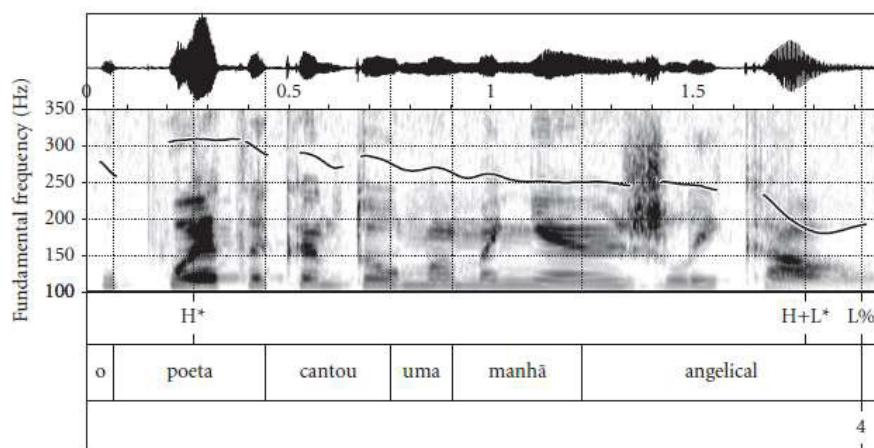
Características entoacionais das sentenças declarativas neutras de SEP e PGB

Entendemos como sentenças declarativas neutras (ou “de foco amplo”) aquelas produzidas sem condições discursivas especiais (foco, tópico ou produção de sentenças interrogativas). São aquelas em que uma nova informação é introduzida no discurso, de maneira que o foco recobre a sentença como um todo (FROTA, 2000) e não só um elemento específico da sentença (como ocorre em sentenças de foco estreito). Seu contexto de produção seria uma resposta à pergunta “O que aconteceu?”.

As sentenças declarativas neutras da variedade de português europeu falada em Lisboa (SEP) já foram estudadas do ponto de vista entoacional em muitos trabalhos. Inicialmente descritas como consistindo em uma subida inicial e uma descida final (VIANA, 1987; VIGÁRIO, 1998; GRØNNUM; VIANA, 1999; FROTA, 2000, 2002a, 2002b; entre outros), seu contorno entoacional é marcado por uma distribuição esparsa de acentos tonais, conforme ilustra a Figura 1.

De acordo com a literatura, encontra-se em seu início um evento tonal (podendo este ser um acento tonal H^* ou L^*+H associado à primeira sílaba tônica; um tom de fronteira inicial $\%H$; ou um tom inicial H seguido por uma associação secundária à primeira PW) marcando o pico inicial do contorno e sua fronteira esquerda (FROTA, 2003), um platô sem qualquer acento tonal associado às PWs no meio da sentença (FROTA, 2000, 2014; FROTA *et al.*, 2015), e um acento tonal final descendente $H+L^*$ associado à última sílaba acentuada de IP seguido por um tom de fronteira baixo, $L\%$ (FROTA, 2002a, 2014; VIGÁRIO; FROTA, 2003).

Figura 1. Contorno entoacional do enunciado “O poeta cantou uma manhã angelical”, produzida como uma sentença declarativa neutra da variedade SEP



Fonte: Frota (2014, p. 17).

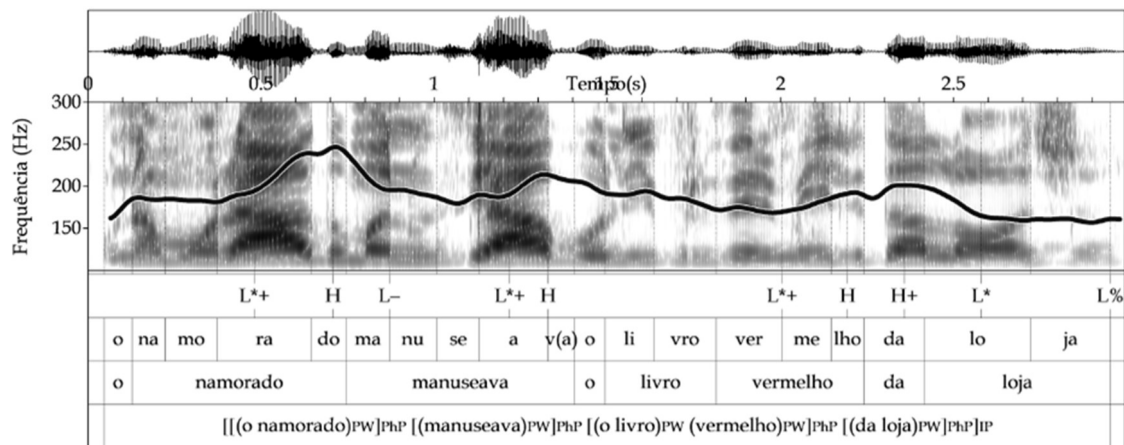
- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

Já as sentenças declarativas neutras do PGB, em trabalhos prévios (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015; SANTOS; BRAGA, 2017) foram descritas como tendo obrigatoriamente um acento tonal associado a todas as PWs cabeça de sintagma fonológico, embora também tenha sido encontrada uma alta associação de acentos tonais a PWs não cabeça de PhP, o que revela a alta densidade tonal dessa variedade de português. Também foi verificado que há maior associação de acentos tonais a sintagmas fonológicos que compõem o sujeito do que naqueles que compõem o predicado da sentença, de modo que há associação de acento tonal a todas as PWs que pertençam ao sujeito, independentemente de sua ramificação prosódica ou sintática e de seu comprimento em número de sílabas. Já na posição de predicado, PWs não cabeça de sintagma fonológico podem não receber acento tonal (SANTOS, 2015). Ademais, Santos e Fernandes-Svartman (2014) também verificaram a possibilidade de associação de eventos tonais adicionais H às PWs longas, semelhante ao que foi encontrado para PB (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; entre outros).

No que tange ao contorno nuclear, assim como nas variedades de PB, SEP e de Albufeira (região portuguesa do Algarve) (FROTA, 2000; CRUZ, 2013; FROTA *et al.*, 2015, entre outros), foram encontrados predominantemente acentos descendentes seguidos de tom de fronteira baixo: 'H+L* L%' (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015). Entretanto, é possível a realização de um contorno nuclear baixo 'L* L%' (SANTOS, 2015) para as sentenças declarativas neutras nessa variedade de português, configuração também encontrada nas variedades portuguesas de Braga (FROTA; VIGÁRIO, 2007), de Castro Verde (região do Alentejo) (ALE) (CRUZ, 2013) e para PST (BRAGA, 2018).

Além disso, o PGB, assim como ALE e o PST, apresenta a possibilidade de associação de acento frasal baixo (L⁻) à fronteira de sintagma fonológico. Entretanto, diferentemente do que foi encontrado para a variedade lusitana, os acentos frasais em PGB, assim como em PST, aparecem associados à fronteira direita de sintagma fonológico não final de IP. Tais acentos frasais apresentam-se associados majoritariamente a fronteiras de sintagmas fonológicos que constituem o sujeito da sentença (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015). As características entoacionais do PGB são ilustradas na Figura 2.

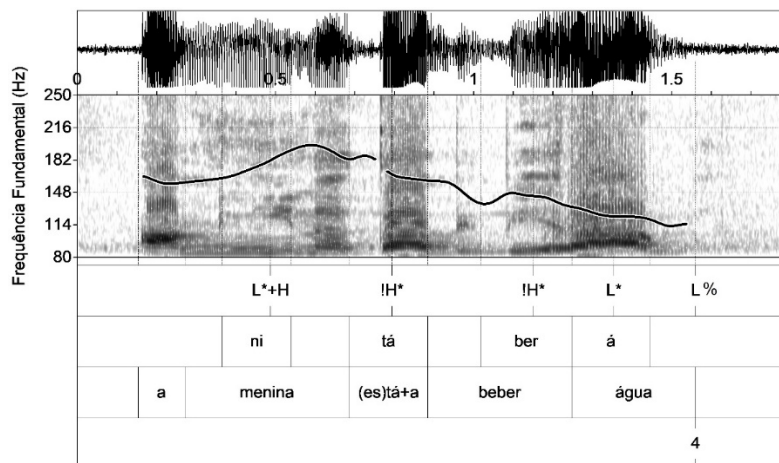
Figura 2. Contorno entoacional do enunciado “O namorado manuseava o livro vermelho da loja”, produzida como uma sentença declarativa neutra da variedade PGB



Fonte: Santos e Braga (2017, p. 76).

Entretanto, na análise de novos dados (BRAGA, em preparação), encontramos nas sentenças declarativas neutras de PGB um contorno melódico parecido com o do SEP (no que diz respeito à presença de platô), mas que apresenta tons H associados a todas as palavras prosódicas que compõem o enunciado, como podemos ver na Figura 3.

Figura 3. Contorno entoacional do enunciado “A menina está a beber água”, produzida como uma sentença declarativa neutra da variedade PGB



Fonte: Braga (em preparação).

Diante deste comportamento e por esses tons H serem perceptualmente salientes para ouvidos não nativos, perguntamo-nos se o PGB seria percebido como uma variedade que apresenta mais densidade melódica, o que indicaria a associação de acentos tonais às PWs, ou se seria percebido tal qual SEP, o que poderia nos indicar que na verdade trata-se de um único tom H que se estenderia, por interpolação, até o contorno nuclear H+L* L% ou L* L%, embora, durante a análise entoacional dos novos dados, a sequência de tons H tenha sido encontrada.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

Materiais e Métodos

Para tentarmos responder nossa pergunta central, elaboramos um teste de percepção, seguindo os trabalhos de Frota, Vigário e Martins (2002a, 2002b) e Cruz e Frota (2014), que consistiu em uma tarefa de discriminação categórica no formato AX categorial (igual-diferente), em que o participante ouve dois elementos em sequência num estímulo (estímulo A e estímulo X) e decide se estes elementos correspondem à mesma língua ou a línguas diferentes.

Para a construção do teste foram selecionadas duas sentenças declarativas neutras que fazem parte de *corpora* de fala semiespontânea, produzidas numa tarefa de completar o discurso (*Discourse Completion Test* – DCT) realizada para estudos prévios sobre SEP e PGB⁷. Para a produção das sentenças declarativas neutras, apresentava-se uma imagem e perguntava-se ao informante o que acontecia ali. Essas duas sentenças foram realizadas por duas falantes do SEP e dois falantes do PGB (2 sentenças × 2 falantes × 2 variedades), totalizando 8 sentenças, que compuseram o arranjo de combinações apresentadas aos participantes. Tanto as sentenças em SEP quanto as em PGB apresentavam de 8 a 10 sílabas. Cada sentença, por sua vez, foi filtrada (filtro *pass Hann band*) através do *software* PRAAT (BOERSMA; WEENINK, 2014) a 400Hz, para que apenas o contorno entoacional fosse preservado e não houvesse pista segmental.

Formaram-se 48 combinações (AA, BB, AB, BA), sendo 16 pares com sentenças da mesma variedade (8 SEP-SEP e 8 PGB-PGB) e 32 com sentenças de variedades diferentes entre si (SEP-PGB e PGB-SEP), todos eles constituídos por estímulos realizados por falantes diferentes. Entre os estímulos do mesmo par foi inserido um silêncio de 500 ms (*interstimulus interval*) separando as sentenças.

O experimento foi elaborado e realizado em maio de 2020, no início da pandemia de COVID-19, o que acarretou uma série de decisões metodológicas necessárias para sua viabilização. Os áudios de produção do PGB que estavam disponíveis para a realização do experimento eram produções de falantes masculinos, enquanto para o SEP dispúnhamos de gravações de falantes femininos. Portanto, para neutralizar a diferença de gênero dos falantes do PGB e SEP, as sentenças de PGB foram equalizadas 4 semitons acima através do *software Audacity*.

7 As sentenças em SEP foram gentilmente cedidas pelo Laboratório de Fonética do Centro de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pertencendo à base de dados do Projeto InAPoP, assim como a DCT utilizada para as duas variedades. Já as sentenças do PGB foram retiradas dos *corpora* de Braga (em preparação).

Na altura da realização do teste, não dispúnhamos de plataformas *on-line* que abarcassem o *design* do experimento com os arquivos de áudio, de modo que a tarefa de percepção teve que ser montada na plataforma Google Forms. Para isso, os áudios foram transformados em vídeos sem imagens, em que constava apenas a pergunta-chave (se as sentenças ouvidas pertenciam à mesma língua ou a línguas diferentes), inseridos individualmente na plataforma YouTube e, enfim, vinculados ao formulário do teste⁸.

Seguindo a metodologia de Frota, Vigário e Martins (2002a, 2002b), no texto inicial do teste era informado aos participantes que eles ouviriam sentenças foneticamente modificadas de duas línguas: *tíboli*, do Oriente Médio, e *nuembú*, da Oceania, não sendo informado aos participantes que tais línguas são fictícias. Após um treinamento de familiarização, eles deveriam decidir se os estímulos ouvidos pertenciam à mesma língua ou a línguas diferentes. Após o teste, era apresentado um questionário sociolinguístico, em que eram solicitadas informações sobre idade, escolarização, local de nascimento e de residência dos últimos 10 anos, línguas faladas, língua(s) materna(s), com quem residia e língua(s) falada(s) em casa, e duas questões de resposta aberta, que tratavam da motivação do julgamento das sentenças.

Para a etapa de treinamento, os participantes ouviram 4 sentenças em *tíboli* e 4 sentenças em *nuembú*. Em seguida, ouviram 2 pares descritos como sendo da mesma língua, e depois 2 pares descritos como sendo de línguas diferentes. A etapa final do treinamento consistiu na apresentação de 5 pares para os quais os participantes julgavam se eram compostos por sentenças da mesma língua ou de línguas diferentes. Nessa etapa, os participantes receberam *feedback* após cada resposta.

Para a realização da tarefa, foram selecionados participantes de dois grupos distintos, cujas variedades apresentam grande divergência entoacional: falantes nativos do SEP, variedade com poucos eventos tonais associados ao seu contorno e baixa alternância entre tons L e H em seus acentos tonais, e falantes nativos de PB da cidade de São Paulo, variedade que apresenta uma alta densidade tonal e grande alternância em tons H e L, caracterizada por uma sequência de acentos tonais pré-nucleares L*+H associadas a praticamente todas as PWs (FROTA; VIGÁRIO, 2000; FROTA, 2014; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; FROTA *et al.*, 2015; entre outros).

⁸ Na época, não foi possível utilizar as plataformas *PsychoPy* e *OpenSesame*. A plataforma *PsychoPy* apresentou problemas para a apresentação dos áudios *on-line* (havia distorções quando o experimento era iniciado) e não foi possível obter as licenças necessárias em tempo hábil para a realização do teste *on-line* na plataforma *OpenSesame*, visto a necessidade do registro da universidade no sistema *JATOS*, responsável pela hospedagem do experimento na *web* e pelo gerenciamento da coleta de dados.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

A tarefa foi realizada *on-line* por 27 sujeitos, sendo um grupo formado por 8 falantes de SEP e outro formado por 19 falantes de PB da região da cidade de São Paulo. Embora o convite para a participação do teste tenha sido feito a falantes de SEP e PB de São Paulo, alguns participantes não preenchiam este critério (verificado através do questionário sociolinguístico), sendo suas respostas descartadas. Da mesma forma, encontramos apenas um participante na faixa etária entre 40 e 50 anos e um acima de 50 anos, que foram descartados para não enviesarem a amostra. Desse modo, 6 participantes do Brasil e 2 de Portugal foram eliminados por critérios sociolinguísticos. Em seguida, foram excluídas as respostas de participantes que não tiveram um desempenho satisfatório na tarefa de percepção por não terem conseguido identificar os pares de estímulos SEP-SEP e PGB-PGB como pertencentes à MESMA língua acima do nível de chance (50%), seguindo Frota, Vigário e Martins (2002a, 2002b) e Cruz e Frota (2014). Como havia 16 pares com essa configuração, utilizamos as respostas apenas dos participantes que acertaram a partir de 9 combinações de sentenças da mesma variedade.

Assim, nossos resultados correspondem à percepção de 11 participantes, sendo 6 falantes nativos do PB de São Paulo (PB-SP) e 5 falantes nativos do SEP, em três grupos etários, universitários ou já formados no grau de licenciatura ou mestrado, conforme expomos no Quadro 1.

Quadro 1. Características sociolinguísticas dos participantes

Participante	Língua materna	Idade	Escolaridade
1	SEP	19 anos	universitário
2			
3		20-29 anos	licenciado
4			
5			
6	PB-SP	20-29 anos	universitário
7			mestre
8		30-39 anos	universitário
9			licenciado
10			licenciado
11			mestre

Fonte: Elaboração própria.

Resultados e discussão

Como primeiro resultado do experimento, apontamos as respostas livres às perguntas “O que motivou a responder que as frases eram em línguas diferentes?” e “O que motivou a responder que as frases eram em línguas iguais?”. Como as duas perguntas eram obrigatórias, o participante poderia dar a mesma resposta para ambas ou eleger critérios diferentes para cada uma delas. Dos 11 participantes, 8 repetiram suas respostas para as duas perguntas, enquanto 3, além de darem a mesma resposta, a complementaram na segunda. Isso revela que os participantes parecem ter seguido os mesmos parâmetros para a categorização dos pares (se os estímulos pertenciam à mesma língua ou a línguas diferentes).

Quanto à qualidade das respostas, encontramos 15 menções à entoação/melodia das sentenças; 5 ao ritmo das sentenças; 5 à velocidade de fala como sendo um critério de julgamento; 2 menções diretas à prosódia das sentenças; e 4 aos segmentos percebidos, embora as sentenças estivessem filtradas. De maneira geral, estava claro aos participantes que o que diferenciava os estímulos dizia respeito à prosódia das línguas que estavam sendo comparadas.

Portanto, os índices de acerto mostram se de fato a percepção pode ser utilizada como mais um argumento de que o PGB apresenta, com relação às sentenças declarativas neutras, um contorno entoacional distinto de SEP.

Com relação às respostas para os pares formados por estímulos de variedades diferentes, esperava-se um alto índice de acerto tanto para os participantes falantes do SEP quanto para os falantes do PB-SP, o que significaria que para ambos, lisboetas e paulistanos, SEP e PGB possuem uma diferença entoacional: para os participantes falantes do SEP seria clara a distinção de um padrão com poucos eventos tonais de um contorno que apresentasse uma maior quantidade de tons; já para os falantes do PB-SP esperava-se que, por sua variedade apresentar uma alta densidade tonal e grande alternância entre tons L e H (já que nessa variedade há uma preferência pela alternância LHLH ao longo do contorno entoacional), fosse possível distinguir uma alta associação de tons, embora com pouca variação na configuração tonal, como é o PGB. Os resultados para os acertos dos pares formados por estímulos de variedades diferentes são apresentados na tabela 1.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 1, tanto os participantes falantes paulistanos quanto os falantes lisboetas percebem quando as sentenças apresentadas nos estímulos pertencem a línguas diferentes, ambos apresentando 59,4%, de modo que nossa hipótese de que o PGB, do ponto de vista entoacional, é uma variedade caracterizada como tendo alta densidade tonal com pouca variação tonal parece se confirmar, embora essa taxa não seja muito acima do nível de chance.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

Tabela 1. Acertos dos pares de sentenças formados por variedades diferentes (SEP-PGB ou PGB-SEP) de acordo com a língua materna do participante

Variedade do participante	Número de participantes	Média de acertos de pares de variedades DIFERENTES	% de acertos
PE-Lisboa	5	19	59,4
PB-São Paulo	6	19	59,4

Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, se olharmos por faixa etária (tabela 2), vemos que a diferenciação do contorno entoacional do SEP e do PGB não é clara para os participantes de 19 anos, que acertaram apenas 48,4% dos pares DIFERENTES. Já para os participantes de idade entre 20 e 39 anos, essa diferenciação do contorno entoacional é mais nítida: participantes com idade entre 20 e 29 anos acertaram 61,9% desses pares, seguidos pelo grupo de participantes com idade entre 30 e 39 anos, que acertaram 61,7% dos pares que apresentavam sentenças de variedades diferentes. Porém, como é pequeno o número de sujeitos, é possível que esses resultados reflitam uma variação individual.

Tabela 2. Acerto dos pares de sentenças formados por variedades diferentes de acordo com a faixa etária do participante

Faixa etária do participante (anos)	Número de participantes	Média de acertos de pares de variedades DIFERENTES	% de acertos
19	2	15,5	48,4
20-29	5	19,8	61,9
30-39	4	19,8	61,7

Fonte: Elaboração própria.

Do mesmo modo, se tomamos como base a escolaridade dos participantes (ver tabela 3), vemos que, enquanto a distinção entre variedades, utilizando apenas o contorno entoacional, é de 69,8% para os participantes que concluíram o grau de Licenciatura e de 59,9% para os participantes universitários, para os participantes que já concluíram o mestrado tal distinção não é clara, pois o índice de acertos foi de apenas 42,2%, o que indica que participantes mais escolarizados não foram capazes de julgar como diferentes os contornos melódicos de SEP e PGB. Entretanto, precisamos ter cuidado ao interpretar esses resultados, pois podem ser o reflexo de idiosincrasia do pequeno número de participantes desse grau de escolaridade.

Tabela 3. Acerto dos pares de sentenças formados por variedades diferentes de acordo com a escolaridade do participante

Escolaridade do participante (grau)	Número de participantes	Média de acertos de pares de variedades DIFERENTES	% de acertos
Universitário (cursando)	6	19,2	59,9
Licenciado	3	22,3	69,8
Mestre	2	13,5	42,2

Fonte: Elaboração própria.

Analisando se nos pares de variedades diferentes a ordem em que os estímulos aparecem interfere na percepção das sentenças, verificamos que, para os participantes paulistanos, a diferença entre SEP e PGB é muito mais nítida quando o estímulo de SEP é apresentado primeiro, sendo encontrado 71,9% de acerto nesses casos. Entretanto, quando o estímulo em PGB é o primeiro a ser apresentado, a taxa de acerto é de 51%, muito próxima ao nível de chance, conforme podemos verificar na tabela 4.

Já para os participantes da variedade lisboeta, a taxa de reconhecimento de que as duas sentenças pertencem a variedades diferentes é de 65% quando o primeiro estímulo apresentado é SEP. Por sua vez, quando o primeiro estímulo pertence ao PGB, os participantes portugueses conseguem apontar que estão diante de línguas diferentes em 56,8%, pouco mais que os participantes brasileiros.

Tabela 4. Acertos dos pares de sentenças formados por variedades diferentes de acordo com o estímulo inicial por língua materna do participante

Variedade do participante	Número de participantes	Acertos em pares iniciados por estímulos de SEP	Acertos em pares iniciados por estímulos de PGB
PE-Lisboa	5	65%	56,8%
PB-São Paulo	6	71,9%	51%

Fonte: Elaboração própria.

O fato de o contraste entre o SEP e o PGB ser mais robusto quando a variedade com menos densidade tonal é o primeiro estímulo a ser ouvido nos leva a conjecturar que os participantes conseguem perceber a maior densidade tonal do PGB por comparação, mas que ela não é tão clara quando não há uma grande alternância de LHLH ao longo do contorno entoacional. Ou seja, ao ouvir o contorno de SEP (com pouca alternância de acentos tonais complexos) e, em seguida, o contorno entoacional de PGB (também com pouca alternância entre tons L e H, mas com alta densidade tonal), a quantidade de acentos tonais presentes no contorno se torna mais saliente para o participante do experimento. Entretanto, se o participante ouve primeiro o contorno entoacional de PGB

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

seguido do contorno entoacional de SEP, a diferença entre eles não é tão clara, pois a baixa alternância de acentos tonais L e H no contorno entoacional presente nas duas variedades encobre a diferença da densidade tonal, indicando-nos que um contorno entoacional é mais facilmente distinguido por essa alternância LHLH do que pela quantidade de acentos tonais que contém.

Corroborando essa análise, temos a taxa de 71,9% de acerto para brasileiros, quando o primeiro estímulo apresentado é o SEP. O PB é uma variedade que possui grande alternância LHLH, visto que seus acentos tonais pré-nucleares são ascendentes, e uma alta densidade tonal, fazendo sentido que seus falantes percebam a maior densidade tonal do PGB, quando este é apresentado logo após terem ouvido um contorno com pouca densidade tonal, como é o caso do SEP. Da mesma forma, a taxa de 51% de acerto dos brasileiros (próximo ao nível de chance), quando o contorno do PGB é o primeiro a ser apresentado, mostra-nos como a baixa alternância de tons L e H em um contorno entoacional é uma pista mais robusta do que a densidade tonal, quando se trata de diferenciarmos uma variedade/língua da outra.

Entretanto, desvincular variação melódica, ou seja, a alternância entre tons L e H, de densidade tonal não parece ser uma tarefa fácil. Ao examinarmos os pares de sentenças compostos por estímulos da mesma variedade (pares SEP-SEP e PGB-PGB), verificamos que diante dos pares SEP-SEP, que apresentam baixa densidade tonal e pouca variação melódica (por ter no contorno pré-nuclear apenas o evento tonal inicial do tipo H), observamos que a taxa de acertos dos participantes lisboetas foi de 85%. Em contrapartida, os pares PGB-PGB geraram estranhamento neste grupo de participantes, visto que as respostas corretas corresponderam a apenas 48,6%. Ou seja, a baixa variação melódica (dada pela falta de alternância de tons H e L) pode ter sido percebida, mas a presença de muitos acentos tonais fez com que os participantes acreditassem estarem diante de sentenças de línguas diferentes, como mostram os números na tabela 5.

Tabela 5. Acertos dos pares de sentenças formados pela mesma variedade de acordo com a língua materna do participante

Variedade do participante	Número de participantes	% de acertos em pares SEP-SEP	% de acertos em pares PGB-PGB
PE-Lisboa	5	85	48,6
PB-São Paulo	6	83,3	64,3

Fonte: Elaboração própria.

Já para os falantes de PB, cuja gramática exhibe uma alta densidade tonal, a exposição a contornos entoacionais com muitos acentos tonais associados não causou tanta confusão, sendo a taxa de acertos de 64,3%. Entretanto, parece ser mais natural que uma

língua com pouca alternância de acentos tonais L e H apresente poucos acentos tonais associados a ela, como é o caso dos pares SEP-SEP, que foram reconhecidos pelos falantes de PB como pertencentes à mesma língua em 83,3% dos casos.

Considerações finais

Neste estudo, procuramos pistas de que, também no domínio da percepção, o PGB se distingue prosodicamente do SEP, norma tida como alvo na Guiné-Bissau. Somando as características prosódicas aos contextos histórico e social, acreditamos existir argumentos para que o PGB seja considerado uma variedade de português em formação, e não a variedade europeia sendo falada de maneira defectiva.

Ainda que este seja um estudo preliminar — e, portanto, se faça necessário um número maior de dados e a submissão dos resultados a análises estatísticas para que possamos afirmar categoricamente que o PGB e o SEP são variedades perceptualmente distintas —, os resultados do experimento piloto indicam haver uma diferença na maneira como essas duas variedades de português são percebidas e apontam quais são as pistas entoacionais mais salientes.

A ordem de apresentação das variedades parece ter influência na taxa de acerto quando não se verifica a alternância entre tons L e H em um contorno entoacional, como é o caso do SEP e do PGB, sendo a diferença entre elas melhor percebida quando a primeira variedade apresentada for aquela que, além de não apresentar alternância LHLH, possuir poucos tons associados ao seu contorno entoacional (como é o caso do SEP).

Portanto, a densidade tonal parece só se tornar uma pista para a distinção de variedades quando a alternância entre acentos tonais L e H não estiver presente. Ainda assim, a alta densidade tonal em um contorno que apresente pouca alternância entre tons L e H parece estranha para aqueles cuja variedade correlacione pouca alternância LHLH à baixa densidade tonal, como é o caso dos lisboetas, que, diante da alta densidade tonal do PGB, não conseguiram identificá-lo. Dessa forma, os falantes do SEP estranham o contorno melódico do PGB, o que nos leva a crer que ele seja distinto do SEP também do ponto de vista da percepção.

Em trabalhos futuros, entretanto, pretendemos explorar também a hipótese de que a assimetria perceptiva possa ser a responsável pela distinção das variedades. Esperamos poder contar com um maior número de participantes na realização do experimento, uma plataforma de fácil desenvolvimento do *design* experimental e de fácil coleta de dados, assim como contar com a participação de falantes do crioulo como língua materna e do PGB

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

como uma segunda língua, para investigarmos os resultados também da perspectiva dos falantes dessa variedade. Ademais, uma análise estatística adequada poderá nos mostrar o quão significantes são os resultados encontrados.

Estudos pilotos como este lançam novos olhares para variedades de português na África, assim como para a grandeza que trabalhos de percepção trazem para nosso entendimento sobre os aspectos prosódicos das línguas naturais e seu processamento na mente humana.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – processos 437021/2018-1 (Chamada MCTI/CNPQ Nº 28/2018 – Universal) e 313103/2018-6 (Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, nível 2) e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal (PTDC/CLE-LIN/119787/2010 e UIDB/00214/2020), pelos quais agradecemos.

Referências

BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat**: doing phonetics by computer (Version 5.3.82) [Computer Program], 2014. Versão: 26 julho de 2014. Disponível em: <http://www.praat.org>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRAGA, G. **Prosódia de línguas em contato**: a gramática entoacional do guineense (kriol) e do português falado na Guiné-Bissau (título provisório). Tese de Doutorado. Em preparação.

BRAGA, G. **Prosódia do português de São Tomé**: o contorno entoacional das sentenças declarativas neutras. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BROOKS, G. E. **Eurafricans in western Africa**: Commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio University Press, 2003.

BULL, B. P. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1989.

CARREIRA, A. **Os portugueses nos Rios de Guiné (1500–1900)**. Lisbon: Self-published, 1984.

CRUZ, M. **Prosodic variation in European Portuguese: phrasing, intonation and rhythm in central-southern varieties**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

CRUZ, M.; FROTA, S. Rhythm in central-southern varieties of European Portuguese: production and perception. *Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, APL, p. 214-230, 2014.

D'AZEVEDO, W. L. Some historical problems in the delineation of a Central West Atlantic region. *Annals of the New York Academy of Sciences*, n. 96, v. 2, p. 512-538, 1962.

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue: Languages of the World**. Twenty-fourth edition. Dallas, Texas: SIL International, 2018. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/GW>. Acesso em: 22 set. 2018.

FERNANDES, F. R. Tonal association in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 5-6, p. 91-115, 2007a.

FERNANDES, F. R. **Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia**. 2007b. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007b.

FROTA, S. The intonational phonology of European Portuguese. *In: JUN, S.-A. (ed.). Prosodic Typology II*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 6-42.

FROTA, S. The phonological status of initial peaks in European Portuguese. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 2, p. 133-152, 2003.

FROTA, S. Nuclear falls and rises in European Portuguese: a phonological analysis of declarative and question intonation. **Probus**. Special Issue on Intonation in Romance. edited by José-Ignacio Hualde, v. 14, n. 1, p. 113-146, 2002a.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

FROTA, S. Tonal association and target alignment in European Portuguese nuclear falls. *In: GUSSENHOVEN, C.; WARNER, N. (ed.). **Laboratory Phonology**, Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter, v. 7, p. 387-418, 2002b.*

FROTA, S. **Prosody and focus in European Portuguese**: phonological phrasing and intonation. New York: Garland Publishing, 2000.

FROTA, S.; CRUZ, M.; SVARTMAN, F.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; OLIVEIRA, P.; VIGÁRIO, M. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. *In: FROTA, S.; PRIETO, P. (ed.). **Intonation in Romance**. New York: Oxford University, 2015. p. 235-283.*

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Intonational Phrasing in two varieties of European Portuguese. *In: RIAD, T.; GUSSENHOVEN, C. (ed.). v. 1. **Tones and Tunes**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 265-291.*

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. *In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P. (org.). **Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Coimbra: APL, 2000, v. 1, p. 533-555.*

FROTA, S.; VIGÁRIO, M.; MARTINS, F. Language Discrimination and Rhythm Classes: Evidence from Portuguese. **Speech Prosody Proceedings**. Aix-en-Provence, p. 315-318, 2002a.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M.; MARTINS, F. Discriminação entre línguas: evidência para classes rítmicas. *In: GONÇALVES, A.; NUNES CORREIA, C. (ed.). **Actas do XVII Encontro da APL**. Lisboa: APL/Colibri, 2002b. p. 189-199.*

GRØNNUM, N.; VIANA, M. do C. Aspects of European Portuguese Intonation. *In: **ICPhS 99**, San Francisco, v. 3, 1997-2000, 1999.*

HAWTHORNE, W. **From Africa to Brazil**: Culture, Identity and an Atlantic Slave Trade, 1600 to 1830. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

HAWTHORNE, W. **Planting rice and harvesting slaves**: Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900. Portsmouth, NH: Heinemann, 2003.

HAWTHORNE, W.; NAFAFÉ, J. L. The historical roots of multicultural unity along the Upper Guinea Coast and in Guinea-Bissau. **Social Dynamics**, v. 42, n. 1, p. 31-45, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02533952.2016.1164955>

HORTON, R. Stateless societies in the history of West Africa. *In*: FESTUS, J.; AJAYI, A.; CROWDER, M. (ed.). **History of West Africa**. v. 1. London: Longman, 1985. p. 87-128.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. RGPH. **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação – 2009**. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: Guiné-Bissau. 2009.

JACOBS, Bt. Upper Guinea Creole: Evidence in favor of a Santiago birth. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 25, n. 2, p. 289–343, jan. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1075/jpcl.25.2.04jac>

KIHM, A. **Kriyol Syntax**: The Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1994.

KNÖRR, J. Creolization in Atlantic West Africa: the example of Sierra Leone. *In*: LÜPKE, F. (ed.). **Oxford Guide to the World's Languages: Atlantic**. Oxford: Oxford University Press, in press.

KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. Introduction. *In*: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (ed.). **The powerful presence of the past**: integration and conflict along the upper Guinea Coast. Leiden/Boston: Brill, 2010. p. 1-23.

KOHL, C. Creole language and identity in Guinea-Bissau: socio-antropological perspectives. *In*: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (ed.). **Creolization an pidginization in contexts of postcolonial diversity**: language, culture, identity. Boston: Brill, 2018. p. 158-177.

LADD, R. **Intonational Phonology**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LADD, R. **Intonational Phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic phonology**: with a new foreword. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2007.

- | Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic phonology**. Dordrecht: Foris: 1986.

PIERREHUMBERT, J. **The phonology and phonetics of English intonation**. 1980. Tese (PhD) – MIT, Cambridge, Mass., 1980.

SANTOS, V. G. dos. **Entoação do contorno neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação com o português brasileiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, V. G. dos; BRAGA, G. Associação tonal em sentenças declarativas neutras do português de Bissau e de São Tomé. **PAPIA**, v. 27, n. 1, p. 7-32, 2017.

SANTOS, V. G. dos; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação preliminar com o português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, p. 48-63, 2014.

SELKIRK, E. O. **Phonology and syntax: the relation between sound and structure**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1984.

SILVA HORTA, J. da. Evidence for a Luso-African identity in “Portuguese” accounts on “Guinea of Cape Verde” (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa**, n. 27, p. 99-130, 2000.

TENANI, L. E. **Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TONELI, P. **A palavra prosódica no português brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

VIANA, M. do C. **Para a síntese da entoação do Português**. 1987. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar. Lisboa: CLUL-INIC, 1987.

VIGÁRIO, M. **The prosodic word in European Portuguese**. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2003.

VIGÁRIO, M. **Aspectos da prosódia do português europeu**: estruturas com advérbio de exclusão e negação frásica. Braga: CEHUM, 1998.

VIGÁRIO, M.; FROTA, S. The intonation of Standard and Northern European Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**. Special Issue on Portuguese Phonology edited by W. Leo Wetzels, v. 2, n. 2, p. 115-137, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: BRAGA, Gabriela; FROTA, Sónia; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 70-94, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 29/07/2021 | Aceito em: 16/10/2021.

O USO VARIÁVEL DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO NA VARIEDADE URBANA DO PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ

Danielle Kely GOMES¹
Livia Rodrigues CORDEIRO²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3159>

Resumo: Neste artigo investiga-se o comportamento do artigo definido diante de pronomes possessivos na variedade urbana do Português de São Tomé (PST). Para tanto, utilizam-se dados recolhidos em 17 entrevistas, realizadas em 2009 na capital do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Os inquéritos pertencem ao *corpus Variedades do Português* (VAPOR), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Toma-se como base o aporte teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), com o intuito de identificar os condicionamentos linguísticos e sociais que concorrem para a ausência do artigo definido na variedade analisada. Os resultados revelam que, na variedade urbana do PST a presença do artigo diante de pronomes possessivos é um fenômeno produtivo (54%), sendo a ausência nesse contexto condicionada por restrições vinculadas à natureza do sintagma em que figura o pronome possessivo, à função sintática do sintagma em que figura o pronome possessivo, ao tipo de posse e à escolaridade do informante. A análise multivariável indicou que os dados não são sensíveis à influência da frequência de uso do crioulo Forro, o que contraria a hipótese inicialmente formulada.

Palavras-chave: Artigo Definido. Pronomes Possessivos. Variação. Português de São Tomé.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; daniellekgomes@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0001-6335-1674>

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; liviardrigues20@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-7280-5225>

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

THE VARIABLE USE OF THE DEFINITE ARTICLE IN FRONT OF A POSSESSIVE PRONOUN IN THE URBAN VARIETY OF SANTOMEAN PORTUGUESE

Abstract: This paper investigates variation in the use of the definite article in front of possessive pronouns in the urban variety of Santomean Portuguese (STP). We use data from 17 interviews conducted in 2009 in the capital of São Tomé and Príncipe. The surveys are part of the *Varietades do Português (VAPOR) corpus*, from Center of Linguistics of the University of Lisbon. Our study is based on the theoretical-methodological contribution of the Theory of Variation and Change (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), in order to identify the linguistic and social factors that contribute to the absence of the definite article in the analyzed data. The results reveal that, in the urban variety of STP, the presence of the article before possessive pronouns is a productive phenomenon (54%), and the absence in this context is constrained by the nature of the phrase in which the possessive pronoun occurs, the syntactic function of the phrase in which the possessive pronoun appears, the type of possession, and the informant's education. Multivariable analysis indicated that the data are not sensitive to the influence of the frequency of use of Forro, which contradicts the hypothesis initially formulated.

Keywords: Definite Article. Possessive Pronouns. Variation. Santomean Portuguese.

Introdução

O uso de artigos diante de pronomes possessivos (*meu livro* x *o meu livro*) é uma regra variável no que se refere às variedades do Português Brasileiro (doravante PB). Diversos trabalhos, inspirados na análise apresentada em Silva (1982), descrevem a dinâmica da variação no PB.

No âmbito do Português Europeu (daqui por diante, PE), as investigações disponíveis revelam que não há variação no uso de artigos diante de possessivos na variedade europeia, que se define pelo uso categórico do determinante definido diante de possessivos. A ausência de artigo nesse contexto só é possível em construções cristalizadas (*Nossa Senhora, Vossa Senhoria*) e em estruturas vocativas (*Não, minha senhora!*), “sendo a não ocorrência do artigo definido nas restantes frases sentidas como anômala” (INVERNO; SWOLKIEN; 2003, p. 182).

De modo a ampliar o espectro de descrição de outras variedades do Português além do eixo PB-PE, propõe-se, neste trabalho, a descrição do comportamento de artigos definidos diante de pronomes possessivos em dados representativos de uma variedade

africana do Português, a partir da análise da variedade urbana do Português de São Tomé (doravante PST). A investigação justifica-se pela caracterização da comunidade investigada: a realidade sociolinguística da variedade – marcada pela convivência entre o Português e crioulos de base lexical portuguesa (especificamente o Forro) – revela questões importantes para a descrição da regra variável na localidade.

Busca-se contribuir, com a presente investigação, para a descrição de uma regra linguística que demarca diferenças entre variedades do Português e também se toma por propósito ampliar o escopo de análises de processos linguísticos em realidades marcadas pelo multilinguismo, para verificar de que maneira as relações de contato entre línguas atuam na modelagem da gramática de comunidades de fala.

O artigo se organiza de acordo com as seções a seguir, apresentadas em sequência: apresenta-se o “estado da arte” sobre a variação no uso de artigos definidos diante de pronomes possessivos em Português, a partir da síntese de trabalhos sobre o tema; propõe-se um panorama breve sobre aspectos sociolinguísticos da comunidade de fala em análise; indicam-se os referenciais teóricos e a metodologia adotados para a investigação; discutem-se os resultados da análise quantitativa e tecem-se considerações sobre a investigação realizada neste artigo.

A variação no uso de artigos diante de possessivos em português

No que se refere às variedades do PB, há uma farta descrição acerca da regra variável de uso de artigo diante de pronomes possessivos. Essas investigações, apesar de indicarem índices percentuais variáveis no uso de artigo definido nesse contexto, apresentam uma reflexão consistente sobre a interação entre restrições linguísticas e sociais para a dinâmica da variação. No âmbito da variedade europeia, contudo, os trabalhos sobre o tema são unânimes em destacar que há uma regra categórica de uso de artigo diante de possessivos. Já no que tange às variedades africanas do Português, os trabalhos sobre o tema são escassos, se concentram em comunidades isoladas, e se pautam na descrição de variedades parcialmente reestruturadas (cf. LORENZINO, 1996; FIGUEIREDO, 2019). A seguir, um breve panorama de investigações que atestam a complexidade do fenômeno em foco.

Silva (1982), em um trabalho pioneiro que se dedica a investigar a variação no uso de artigo diante de possessivos – em uma análise diacrônica e contrastiva entre variedades do PB e do PE –, revela que as variedades tomam direções opostas no que se refere ao uso do artigo nesse contexto. Para a análise da variedade europeia, a autora realizou uma investigação de tempo real de longa duração (em textos escritos entre os séculos XIV e

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

XX); para análise do PB, o trabalho parte de uma análise diacrônica em textos escritos dos séculos XIX e XX e uma descrição sincrônica de amostras de fala do Projeto NURC. Os resultados relativos ao PB indicam que, na perspectiva diacrônica, houve um ligeiro aumento das taxas de uso de artigo diante de possessivos entre os séculos XIX e XX (variação entre 30% e 40% nos dois recortes temporais investigados), o que revela uma estabilidade na regra variável.

A autora controlou as variáveis linguísticas que poderiam condicionar a realização de artigo diante dos possessivos, tais como a especificidade do possuidor e o número do sintagma. Sobre a atuação da primeira variável, Silva (1982) afirma que os dados ‘não específicos’ indicam estruturas em que “o informante não necessita destacar elemento(s) do conjunto: a informação ou não é necessária ou, pelo contrário, já está bem clara” (SILVA, 1982, p. 271). De forma bastante uniforme, os dados analisados se mostraram sensíveis à especificidade do referente possuído: a variante possuído ‘específico’ se mostrou favorecedora do uso de artigo, ao passo que a variante ‘não específico’ desfavoreceu a presença de artigo. No âmbito da atuação da variável número, o plural favoreceu a ausência de artigo – o que em certa medida “reforça” o efeito da variável ‘especificidade’, uma vez que o plural demarca uma “definição intrínseca” que dispensa o uso de artigo. Nos termos de Silva (1982, p. 367), “o plural refere-se ao conjunto inteiro. Não necessitando de artigo para expressar veladamente a idéia de todos, o artigo torna-se redundante”.

Lucchesi (1993), em um trabalho que descreve o sistema de artigos em crioulos de base lexical portuguesa de Cabo Verde e São Tomé, estabelece uma generalização acerca do comportamento dos artigos definidos nas variedades do PB e do PE. O autor afirma que “em Portugal e no sul do Brasil, o artigo definido e o possessivo normalmente coocorrem enquanto no norte e no nordeste do Brasil o artigo é normalmente apagado” (LUCCHESI, 1993, p. 91, tradução nossa³). Essa tendência também foi observada por Callou e Silva (1997), que identificam um *continuum* de frequência de uso de artigo definido frente a possessivos. As autoras atestam que o *continuum* se estabelece conforme se avança da região nordeste para o extremo sul do Brasil, conforme se expressa na tabela 1, a seguir.

3 No original: “In Portugal and the south of Brazil, the definite article and the possessive normally co-occur, whereas in northern and northeast Brazil the article is normally absent.”

Tabela 1. *Continuum* de uso de artigos definidos diante de pronomes possessivos nas capitais do Projeto NURC/BR

Regiões	Frequência
RE	60%
SSA	66%
RJ	70%
SP	70%
POA	79%

Fonte: Leite e Callou (2010, p. 53).

Menon (2016), ao realizar o mapeamento geográfico da variável artigo diante de pronomes possessivos em uma capital de um estado do Nordeste (João Pessoa) e uma do Sul do país (Curitiba), constatou um certo equilíbrio entre os índices de presença (54%) e ausência (46%) de artigo em João Pessoa. Já em Curitiba, os resultados revelaram que o uso de artigo (63%) era mais saliente do que a ausência do determinante (37%). O mapeamento de Menon, ainda que indique diferenças percentuais na distribuição da variação, acaba por reforçar a proposta de *continuum* elaborada por Callou e Silva (1997), na medida em que a capital do Nordeste apresenta uma frequência de uso do artigo menor do que a verificada na capital da região Sul.

Os trabalhos de Schei (2009) e Magalhães (2011) trazem contributos importantes para a compreensão do fenômeno no âmbito do PE. Schei (2009), apesar de concentrar a investigação no comportamento de artigo definido diante de possessivo em sete romances brasileiros, realizou uma análise do fenômeno em romances portugueses dos séculos XIX e XX. A autora verificou que o emprego de artigo definido no Português Europeu caracteriza-se em uma regra categórica, tendência notoriamente distinta da que se observa no âmbito do Português do Brasil.

Magalhães (2011) faz um mapeamento diacrônico da generalização do emprego de artigo definido diante de possessivos na variedade europeia, a partir da análise de textos escritos entre os séculos XVI e XIX. Os resultados revelaram duas tendências distintas para a evolução do fenômeno: i) em sintagmas nominais, a realização variável de artigo é atestada já no século XVI. No entanto, a variação se torna rarefeita em meados do século XVII, tendo seu desaparecimento total no século XVIII. No século XIX, há uma generalização significativa do emprego de artigo definido, de modo a evidenciar seu uso categórico; ii) em sintagmas preposicionais, a ausência de artigo diante de possessivo no século XVI era categórica. No século XVII, os dados atestam o início da variação nesse contexto, tendência que perdurou até o século XIX.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

Os estudos apresentados até aqui se dedicam a investigar *corpora* escritos e amostras de fala urbana das variedades brasileira e europeia. Entretanto, cabem considerações sobre estudos que se debruçam em variedades reestruturadas do Português. Destacam-se, nesse âmbito, os trabalhos de Baxter e Lopes (2009), sobre o falar de Helvécia, e Figueiredo (2019), sobre o Português de Almojarife.

Baxter e Lopes (2009) descrevem o comportamento de artigo definido no dialeto de Helvécia – uma comunidade linguística afro-brasileira localizada no sul do estado da Bahia. Os autores observaram, no que se refere à variável presença de outros modificadores em SN's, um efeito contrastivo entre as variantes presença de oração relativa e ocorrência de pronomes possessivos em sintagmas nominais. A presença de uma oração relativa não foi um condicionamento que atuou na inibição do uso de artigo definido. Já a presença de pronomes possessivos no sintagma nominal foi uma condição que atuou para desfavorecer o uso do artigo definido. Uma provável explicação para a diferença no comportamento desses dois condicionamentos que atuam na delimitação da referência pode ser atribuída ao fato de que os possessivos atuariam de forma mais consistente na atribuição da referência, sendo a ocorrência de artigo definido nesse contexto uma redundância.

No português de Almojarife (PA), comunidade localizada em São Tomé, Figueiredo (2019) verificou que os homens tendiam a empregar mais o artigo em sintagmas nominais do que as mulheres. Uma provável justificativa para o comportamento dos informantes do sexo masculino pode estar atrelada ao fato de que os homens têm mais contato com o mundo exterior à comunidade, devido aos fluxos de migração nos centros urbanos, à inserção destes indivíduos no exército e ao fator maior escolarização destes. As mulheres, ao contrário, apresentam maior variação quanto ao uso de artigo definido em sintagmas nominais, uma vez que tendem a se concentrar mais na comunidade.

No que se refere à atuação da variável social idade do informante, Figueiredo (2019) comparou a variedade do Português de Almojarife (PA) com os trabalhos sobre as variedades do Português dos Tongas, Roça Monte Café, São Tomé (PT) (BAXTER; LOPES; 2005, 2006) e do Português rural de Helvécia, Bahia (PHEL) (BAXTER; LOPES, 2009). O autor identificou diferença geracional entre a primeira variedade e as duas últimas, porque “o PT e o PHEL apresentam aquisição diacrónica semelhante, denotando um crescente uso do artigo definido, ou seja, aquisição em direção à nivelção com a variante padrão” (FIGUEIREDO, 2019, p. 373). Não foi possível notar essa tendência no PA, já que a comunidade esteve isolada por muito tempo, o que provavelmente motivou uma estabilidade na variação do emprego de artigo definido em sintagmas nominais.

Os trabalhos resenhados nesta seção atestam a complexidade no uso variável de artigo diante de pronomes possessivos. Neste artigo, buscam-se lançar novas luzes sobre o papel do multilinguismo na estrutura da variação. Para tanto, torna-se essencial uma reflexão sobre a história sociolinguística da comunidade de fala investigada, na medida em que o conhecimento dos aspectos sociais e históricos na base da formação do PST oferecem subsídios para a formulação das hipóteses e análise quantitativa dos dados.

Breves considerações sobre a história sociolinguística do Português de São Tomé

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é marcado pela coexistência entre o Português e quatro línguas crioulas de base portuguesa – três autóctones (Forro/Santome, Angolar, Lung'ie) e o Kaboverdiano, originário da Alta Guiné (SANTIAGO; AGOSTINHO, 2020, p. 40). O multilinguismo da comunidade é resultado de uma série de eventos históricos que ocorreram ao longo dos séculos e que tornaram a região um local onde o contato entre línguas é saliente. Tais fatores históricos estão associados a dois ciclos econômicos, frutos de dois processos de colonização na ilha. O primeiro ciclo é marcado pelo cultivo de cana-de-açúcar, entre o final do século XV e o fim do século XVI. O segundo ciclo é caracterizado pela cultura de café e cacau em meados do século XIX.

Segundo Gonçalves e Hagemeyer (2015, p. 88), durante o primeiro ciclo, o contato entre portugueses e africanos motivou o surgimento de um *pidgin*, para que houvesse uma comunicação minimamente possível entre os grupos que se concentravam em um contexto marcado pela convivência entre várias línguas. Ainda nesse primeiro momento, conforme apontam os autores, a difusão desse *pidgin* contribuiu para a origem de um crioulo de base lexical portuguesa. Nesse sentido, “a continuação no tempo desta proto-língua é a língua que hoje é conhecida como Forro, o crioulo maioritário de São Tomé e Príncipe” (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015, p. 88).

Após um período inicial de sucesso na atividade colonial em São Tomé, o processo sofre um revés. Naverdade, há uma interrupção na colonização da ilha após o breve período de prosperidade no século XVI, por conta do êxodo dos colonizadores portugueses para o Brasil. A migração dos colonizadores se deu em função de rebeliões de africanos escravizados e de ataques de saqueadores, o que tornou impraticável a manutenção dos portugueses na ilha (LUCCHESI, 1993). A migração dos portugueses para o Brasil ecoa no processo de crioulação, pois – como aponta Ferraz (1976, p. 35, tradução nossa⁴) –, “este fator, ocorrendo no estágio inicial da formação do crioulo, contribuiu para um substrato

4 No original: “This factor, occurring at an early stage in the formation of the Creole, contributed to a pronounced African substratum, not only in the Creole of São Tome, but also in the Creoles of Principe and Anno-bón, islands which were dependent on São Tome.”.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

africano pronunciado, não somente em São Tomé, mas também nos crioulos do Príncipe e Ano-Bom, ilhas dependentes de São Tomé”.

O segundo ciclo também é marcado por acontecimentos históricos que mudaram o panorama linguístico da comunidade são-tomense, dentre eles, destacam-se a abolição da escravidão (1869) e a formalização jurídica (1875), que concedia a liberdade aos escravos. Isso configurou uma grave crise de mão-de-obra em São Tomé, porque “os escravos recém-libertos se recusaram a trabalhar nas empresas agrícolas” (2015, p. 89). Para solucionar esse problema, recorreu-se ao regime de contrato, para o recrutamento de trabalhadores de outras colônias portuguesas em África (Angola, Cabo Verde e Moçambique). De acordo com Gonçalves e Hagemeyer (2015), até o século XVIII, o crioulo era a língua majoritariamente falada, mas, devido à chegada desses contratados, essa realidade linguística mudou: os contratados adotam o Português como L2 e não o crioulo.

No decorrer do processo de colonização na ilha, o Português era a língua materna de uma pequena parcela da população. Contudo, o Estado Novo português (1933-1974) forjou a criação de uma política linguística que consolidava a língua portuguesa na região, e, por efeito, criava condições objetivas para a repressão às línguas locais. Mesmo anterior à independência, em 1975, e à determinação do Português como língua oficial de São Tomé, o Português já era língua materna da maior parte da população, como também era utilizado em sistemas de radiodifusão e já estava implementado como norma de referência no processo de escolarização.

É importante destacar, todavia, que o rótulo “Língua Portuguesa” em São Tomé e Príncipe recobre um leque de situações linguísticas que contribuem para a realidade plural da comunidade. Nesse sentido: (i) o Português Europeu é a “língua oficial”; (ii) paralelamente, verifica-se a existência de uma variedade fortemente condicionada pelo contato entre o português e o Forro – crioulo de base lexical portuguesa que funciona como língua materna de alguns santomenses e como L2 de 36.2% dos falantes⁵ (INE 2012); também se destacam (iii) as variedades forjadas pelo contato entre o Português e os demais crioulos.

Dessa feita, a descrição linguística do PST não pode prescindir dos efeitos da relação entre a língua oficial padrão – o Português Europeu – e a variedade “veicular” – “um falar de características fonológicas e morfossintáticas próprias, cujos desvios em relação à norma

5 Dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação (documento 12 – “Características Educacionais da População”). Os documentos estão disponíveis em <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/category/72-relatorio-tematicos-recenseamento-2012>. Acesso em: 28 ago. 2021.

são significativos, em que se assiste a uma tendência cada vez maior para a contaminação do código escrito para o código oral” (AFONSO, 2009, p. 70). É essa variedade que configura a língua materna da maioria da população são-tomense – resultado do processo de contato entre o Português e as línguas crioulas, e se caracteriza por uma série de traços linguísticos que o diferenciam do Português Europeu⁶.

Aportes teóricos e metodologia

Para a descrição da regra variável de uso de artigos definidos diante de pronomes possessivos, recorre-se ao modelo teórico postulado pela Sociolinguística Variacionista, proposta originalmente por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e refinado em trabalhos posteriores de Labov (1972, 1994, 2001). O modelo parte do princípio de que todas as línguas são suscetíveis aos processos de variação e mudança. Tendo em vista isso, os autores propõem que:

- (i) todos os sistemas linguísticos são caracterizados por uma heterogeneidade inerente, ordenada e sistemática, e
- (ii) o caráter heterogêneo das línguas não prejudica seu funcionamento.

Para a compreensão de como se configura a diferenciação ordenada dentro dos sistemas linguísticos, os autores postulam que é preciso investigar a relação entre língua e os contextos sociais nos quais ela é utilizada. Desse modo, assumem que o objeto de análise é a comunidade de fala, porque é por meio dela que é possível compreender os processos de variação e mudança. Assim, pode-se identificar fenômenos variáveis como também padrões de variação dentro de uma comunidade linguística.

Além de um modelo de descrição da variação, é importante ressaltar que esta investigação parte de quadros teóricos que lidam com questões de contato entre línguas (WEINREICH, 1953; THOMASON; KAUFMAN, 1988; WINFORD, 2003; LUCCHESI; BAXTER, 2009; entre tantos outros), na medida em que se toma por hipótese que o contato entre o Português e as línguas crioulas – em especial destaque para o Forro – molda a gramática da comunidade de fala são-tomense. Conforme destacado na seção anterior, entende-se que a variedade do Português falada na comunidade apresenta um conjunto de traços linguísticos (fonológicos e morfossintáticos) que a distanciam do Português Europeu.

⁶ Lorenzino (1996, p. 14) denomina como “português aéreo” a variedade forjada na situação de contato entre o Português e as línguas locais.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

A descrição da regra variável parte da análise de 517 dados, extraídos de dezessete entrevistas – organizadas de acordo com as variáveis sociais sexo, escolaridade e faixa etária. Os inquéritos pertencem ao *corpus Variedades do Português* (VAPOR), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. As gravações foram feitas na capital de São Tomé e Príncipe, no ano de 2009. Os dados que comportam o *corpus* deste trabalho foram analisados estatisticamente com o auxílio do programa Goldvarb-X.

As variáveis linguísticas controladas neste trabalho verificam em que medida questões relacionadas à natureza do sintagma, ao tipo de posse, à função sintática do sintagma, ao tipo de verbo com que se relaciona o sintagma possessivo, à pessoa do discurso e à presença de elementos entre o possessivo e o nome atuam para favorecer a ausência do artigo definido nos dados analisados. No que se refere às variáveis sociais, controlam-se as restrições que figuram na estratificação da amostra, além da variável frequência de uso do crioulo Forro⁷. No quadro 1, a seguir, elencam-se os condicionamentos investigados.

Quadro 1. As variáveis investigadas

Variáveis linguísticas	Tipo de sintagma
	Tipo de preposição
	Tipo de verbo
	Pessoa do discurso
	Tipo de posse
	Função sintática do sintagma em que figura o pronome possessivo
	Presença de elemento interveniente entre o possessivo e o nome
Variáveis sociais	Sexo
	Faixa etária
	Escolaridade
	Frequência de uso do crioulo Forro

Fonte: Elaboração própria.

Assume-se como valor de aplicação a ausência de artigo definido justamente para tentar verificar se as questões relacionadas ao contato entre o Português e o Forro vão condicionar a dinâmica da regra variável. Segundo Lucchesi (1993), no Forro não há artigos definidos. É importante ressaltar que a partícula “*se*”, conforme aponta Ferraz (1979), ora pode desempenhar a função de demonstrativo, ora pode cumprir a função de artigo

7 Brandão (2016, p. 91) descreve as seguintes variantes para a variável Frequência de uso do crioulo Forro: “frequência (a) zero/baixa, referente aos indivíduos que se expressam fundamentalmente em português; (b) média, relativa aos indivíduos que se expressam em português, mas dominam um crioulo e dele fazem uso eventualmente; (c) alta, abarcando os indivíduos que, embora falem o português e o tenham como L1, se expressam, regularmente, num crioulo.”

definido. Outra característica do crioulo Forro que se deve levar em consideração é o fato de que a presença de elementos modificadores no sintagma nominal – como adjetivos, orações relativas e pronomes possessivos – pode inibir a presença do demonstrativo (LUCCHESI, 1993). Tendo em vista esses aspectos relativos ao crioulo Forro, parte-se da hipótese de que a não existência de artigo definido no crioulo são-tomense poderia contribuir para a não ocorrência de artigo definido diante de pronomes possessivos na norma veicular são-tomense.

Resultados

Nesta seção, apresentam-se e discutem-se os resultados da análise estatística. Toma-se por hipótese que o emprego de artigo definido diante de pronomes possessivos se configura como uma regra variável na variedade urbana são-tomense. Os dados (1) e (2), a seguir, ilustram as variantes ausência e presença de artigo definido em análise.

- (1) *Meu pai* sempre foi comerciante e ainda é. (ST-A-3-m)
- (2) a língua crioulo, ela existe, porque existem *os seus falantes*. (ST-A-3-h)

Na tabela 2, abaixo, expressam-se os índices gerais de distribuição das variantes nos dados analisados

Tabela 2. Índices gerais referentes à variação de artigo definido diante de possessivos na variedade do Português de São Tomé

Variante	Apl/T	%
Ausência de artigo diante do possessivo	235/517	45%
Presença de artigo diante do possessivo	282/517	54%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 2, é possível observar que, no PST, a presença de artigo definido diante de pronomes possessivos é um fenômeno produtivo (54%). Contudo, os dados gerais evidenciam tendências muito distintas das quais se verificam no Português Europeu, que constitui sua norma de referência – em que o uso de artigo definido no referido contexto caracteriza-se como uma regra categórica (SCHEI, 2009; MAGALHÃES, 2011). Os resultados expostos na tabela acima revelam um comportamento mais próximo às tendências observadas no Português do Brasil, em que a realização variável de artigo definido é bastante saliente entre as regiões do país (CALLOU; SILVA, 1997).

No Quadro 2, estão expressas as restrições que foram selecionadas pelo programa Goldvarb-X como significativas para a implementação da variante em que se verifica a ausência de artigo diante de possessivos.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

Quadro 2. Variáveis estatisticamente relevantes para a ausência de artigo definido diante de possessivos

Escolaridade Tipo de sintagma Função sintática do sintagma em que figura o pronome possessivo Tipo de posse			
Apl/T	Input Inicial	Input da rodada selecionada	Significância da rodada selecionada
235/517 = 45%	.455	.437	.000

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 2, acima, observa-se que, das onze variáveis independentes postuladas para a investigação do fenômeno, somente quatro – uma social e três linguísticas – foram indicadas como relevantes estatisticamente para a ausência de artigo definido diante de pronomes possessivos. A seguir, apresentam-se os resultados estatísticos para cada variável selecionada e a interpretação desses dados à luz das hipóteses de investigação.

No que se refere à correlação entre nível de escolarização do informante e a ausência do artigo definido diante de possessivo, a Tabela 3, a seguir, apresenta os índices percentuais e os pesos relativos.

Tabela 3. Efeito da variável *escolaridade* sobre a ausência de artigo definido

Nível	Apl/T	PR
básico	96/126 = 73,8%	.772
intermediário	70/174 = 40,2%	.435
superior	72/217 = 33,2%	.378

Fonte: Elaboração própria.

Conforme o exposto na Tabela 3, os índices de ausência de artigo decrescem na medida em que se avançam pelos níveis de escolarização: quanto menor a escolaridade do indivíduo, maior é a implementação de sintagmas possessivos sem presença de artigo definido. Cumpre destacar que esses índices corroboram os resultados obtidos na análise feita sobre o comportamento de cada informante, que será apresentada posteriormente neste artigo.

Na tabela 4, são expostos os índices percentuais e os pesos relativos acerca da variável tipo de sintagma.

Tabela 4. Efeito da variável *tipo de sintagma* sobre a ausência de artigo definido

Tipo	Apl/T	PR
Sintagma nominal	187/345 = 52,2%	.669
Sintagma preposicional	48/172 = 27,9%	.196

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados expressos na tabela acima revelam que os falantes são-tomenses tendem a não realizar os artigos definidos quando os pronomes possessivos se encontram em sintagmas nominais (.669). Essa tendência também pode ser observada no trabalho de Baxter e Lopes (2009), sobre a variação no emprego de artigos definidos em sintagmas nominais no dialeto de Helvécia. Os autores puderam notar que nessa estrutura a presença de pronomes possessivos demonstrou ser um fator considerável para a não realização do artigo definido, já que o possessivo tem referência definida suficiente capaz de dispensar o artigo em sintagmas nominais. Portanto, é possível perceber que o artigo definido está mais propício à não realização em sintagmas nominais do que em sintagmas preposicionais; estes, conforme apontam os dados na tabela 4, atuam como bloqueadores do fenômeno investigado. A seguir, é apresentado o exemplo (3) que ilustra o contexto morfosintático que bloqueia a presença de artigos definidos diante de pronomes possessivos.

(3) pra outros país é perto de qualquer maneira, *nossa realidade* são zonas longínquas e eu fui chamado agora (ST-B-3-h)

Em relação à atuação da variável função sintática do sintagma possessivo, apresentam-se, na Tabela 5 – a seguir, os índices percentuais e os pesos relativos.

Tabela 5. Efeito da variável *função sintática do sintagma em que figura o pronome possessivo* sobre a ausência de artigo definido

Função	Apl/T	PR
Adjunto adverbial	40/90 = 44,4%	.752
Oblíquos nucleares	22/62 = 35,5%	.691
Predicativo	12/18 = 66%	.667
Objeto indireto	1/6 = 16,7%	.499
Adjunto adnominal	5/36 = 13,9%	.419
Objeto direto	46/97 = 47,4%	.409
Sujeito	106/186 = 57%	.405
Construção de tópico	3/22 = 13,6%	.124

Fonte: Elaboração própria.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

Os resultados expressos na Tabela 5, acima, demonstram que as funções que mais propiciam a não realização de artigo definido diante de possessivo na variedade são-tomense correspondem às variantes adjunto adverbial (.752), oblíquos nucleares (.691) e predicativo (.667). É interessante observar que há uma gradação entre essas funções para a ausência de artigo definido diante de pronomes, indicando que a variante adjunto adverbial apresenta um valor considerável para a não realização do determinante. As demais funções sintáticas controladas se mostraram como contextos de bloqueio para a não ocorrência do artigo. Os exemplos de (4) a (6), a seguir, ilustram os contextos sintáticos que favorecem a não ocorrência de artigos definidos.

- (4) respondi ele *em nosso português* (ST-A-3-h)
- (5) fui trabalhar na casa de pessoa porque salário era muito baixo, também com a ajuda *de minha avó* sempre ela apoiou-me (ST-A-1-m)
- (6) Se você não é *meu homem*, eu vou dançar com você (ST-B-1-m)

Na Tabela 6, apresentam-se os índices percentuais e os pesos relativos associados à variável tipo de posse.

Tabela 6. Efeito da variável *tipo de posse* sobre a ausência de artigo definido

Tipo de posse	Apl/T	PR
Partes do corpo	2/3 = 66,7%	.723
Relações pessoais	17/29 = 58,6%	.653
Relações de parentesco	106/174 = 60,9%	.643
Posse alienável	9/21 = 42,9%	.526
Posse abstrata	101/289 = 34,9%	.393
Relação parte-todo	0/1 = 0	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 6 indicam que as variantes semânticas mais favorecedoras para a ausência de artigo definido diante de pronomes possessivos são as estruturas que indicam partes do corpo (.723), as que remetem a relações pessoais (.653), as estruturas que indicam relações de parentesco (.643) e os sintagmas que representam posse alienável (.526). Contudo, não é muito seguro tecer considerações acerca da variante *partes do corpo*, visto que há um número pequeno de dados. A variante *posse abstrata* se revelou como um contexto de bloqueio para a não realização do artigo definido e, no que se refere à relação parte-todo, não houve dado de ausência de artigo diante de possessivo. A seguir, encontram-se expressos os exemplos de (7) a (10), que evidenciam a atuação das variantes que propiciam a não realização do artigo definido no contexto investigado.

- (7) Eu fiquei lá desde vinte e três horas que nós chegámos até três horas madrugada que *meu pé* não saiu daqui pra pisar pista de dança (ST-B-1-m)
- (8) Homem já tem *sua mulher* (ST-C-1-h)
- (9) *Minha mãe* disse que foi nascido aqui (ST-B-1-h)
- (10) As pessoas trazem *seus tecidos* nós confeccionamos (ST-C-2-m)

A análise multivariável não indicou como relevante para a implementação de sintagmas sem artigos definidos a variável *Frequência de uso do crioulo Forro*. A hipótese inicial era de que haveria uma correlação estrita entre o emprego de sintagmas sem artigo definido e a proficiência dos informantes no crioulo Forro. Tendo em vista a não comprovação da hipótese, buscou-se realizar uma nova análise, com a observação do comportamento de cada um dos informantes que compõem o *corpus*, de modo a identificar se comportamentos idiossincráticos comprometeriam a seleção da variável pelo programa de análise computacional. A seguir, na Tabela 7, encontram-se expostos os índices percentuais de não realização de artigo definido relativos a cada informante.

Tabela 7. Índices de não realização de artigo definido diante de pronome possessivo (distribuição por informante)

	Nível 1		Nível 2		Nível 3	
Faixa A						
Sexo do informante	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino
Frequência de uso do crioulo Forro	BAIXA/ NULA	MÉDIA	MÉDIA	BAIXA/ NULA	BAIXA/ NULA	MÉDIA
Apl/T	24/39 = 61%	25/28 = 89%	33/80 = 41%	4/14 = 28%	25/79 = 31%	14/43 = 32%
Faixa B						
Sexo do informante	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino
Frequência de uso do crioulo Forro	MÉDIA	BAIXA/ NULA	MÉDIA	MÉDIA	BAIXA/ NULA	MÉDIA
Apl/T	10/11 = 90%	14/21 = 66%	10/24 = 41%	8/22 = 36%	11/40 = 27%	6/18 = 33%

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

Faixa C ⁸					
Sexo do informante	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino
Frequência de uso do crioulo Forro	ALTA	MÉDIA	BAIXA/ NULA	BAIXA/ NULA	BAIXA/ NULA
Apl/T	15/19 = 78%	5/8 = 62%	6/14 = 42%	9/19 = 47%	16/37 = 43%

Fonte: Elaboração própria.

Dois traços morfossintáticos do Forro poderiam influenciar o emprego de artigos definidos na norma são-tomense. O primeiro, já mencionado em seções anteriores, se vincula à não existência de um sistema de artigos definidos nessa língua. O segundo diz respeito à existência, no Forro, de uma forma demonstrativa, “se”, que ora pode funcionar como propriamente um demonstrativo, ora pode desempenhar a função de artigo definido (FERRAZ, 1979). Em função dessas propriedades, havia uma expectativa de que o índice percentual de ausência de artigo diante de possessivo, presente na Tabela 2, fosse maior – principalmente no comportamento dos falantes que se identificam como falantes do Forro em variadas situações de interação – uma vez que o uso do crioulo Forro poderia exercer influência no uso do artigo em Português, inibindo a sua presença.

No entanto, conforme exposto na Tabela 7, a configuração do *corpus* (há somente um informante que reconhece utilizar mais o crioulo Forro do que o Português) não permitiu comprovar se, de fato, a coexistência entre as duas línguas condicionaria a não realização de artigo definido diante de possessivos na variedade são-tomense. Os resultados presentes na Tabela 7 revelam muito mais uma influência da escolarização no emprego de artigos definidos diante de possessivos.

Os informantes menos escolarizados não são sensíveis às pressões da norma reforçada pela escola, o que se reflete no favorecimento da variante ausência de artigo definido. Esse comportamento é verificado inclusive em análises sobre outras variedades do Português faladas em São Tomé (FIGUEIREDO, 2019). No conjunto de dados analisados neste artigo, a questão do trânsito do falante entre o Português e o Forro deve cumprir um papel secundário na dinâmica da regra variável. Esse resultado pode ser decorrente da própria estrutura da amostra, que não é equilibrada em termos do preenchimento das células relativas ao domínio das línguas locais.

⁸ A célula relativa à informante do sexo feminino com nível superior completo está vazia porque não havia, na ocasião de recolha dos inquéritos, informantes que se enquadrassem nesse perfil.

Reflexões finais

O trabalho descrito neste artigo tinha por objetivo investigar se, de fato, na variedade são-tomense, haveria variação no emprego de artigos definidos diante de sintagmas possessivos. Os dados revelam, efetivamente, que o emprego do artigo definido nesse contexto morfossintático se configura como uma regra variável. Os resultados estatísticos indicam que a variedade são-tomense apresenta uma dinâmica distinta, no que se refere a essa variável, do que a observada no Português Europeu, que se caracteriza como sua norma de referência: na variedade europeia, a presença de artigo diante de pronomes possessivos é uma regra categórica, com violação apenas em contextos discursivo-pragmáticos bastante específicos. As análises realizadas neste trabalho revelaram que a variedade urbana do PST apresenta um comportamento mais próximo às tendências observadas na variedade do Português do Brasil, em que a realização variável de artigo é saliente entre as regiões.

No que se refere à análise variável, das onze variáveis independentes postuladas para a investigação apenas quatro se revelaram estatisticamente relevantes para a ocorrência de artigos definidos diante de possessivos. Mostraram-se relevantes para a ausência de artigo a escolaridade do informante, o tipo de sintagma, a função sintática do sintagma em que figura o pronome possessivo e o tipo de posse.

Com relação à variável que buscava verificar o papel do contato entre línguas no comportamento de artigos diante de possessivos, a frequência de uso do crioulo Forro não foi um condicionamento selecionado como relevante para a ausência de artigo nos dados da variedade são-tomense. Tal resultado frustrou as expectativas iniciais, uma vez que se partiu da hipótese de que na variedade urbana do PST a ausência de artigo definido no contexto investigado poderia ser a variante mais provável por influência do Português Europeu e também por influência do contato entre o Português e o Forro. O Forro, de acordo com Ferraz (1979) e Lucchesi (1993), não apresenta um sistema de artigos definidos, embora conte uma partícula demonstrativa que, eventualmente – e de acordo com situações muito específicas – pode assumir o mesmo papel morfossintático desempenhado pelos artigos.

De forma a buscar explicações para a não seleção do condicionamento que trata da relação de contato entre as línguas, procedeu-se a uma nova análise, com a investigação do comportamento de cada um dos informantes que compõem a amostra. A estrutura do *corpus* – a amostra não é equilibrada no que se refere à distribuição dos falantes em termos de Português como língua materna ou língua segunda, além de contar com apenas um informante que se identifica como falante prototípico do crioulo Forro – não tornou

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

possível verificar se a coexistência de ambas as línguas no mesmo território poderia exercer influência quanto ao uso de artigo, inibindo sua presença na variedade aqui investigada.

Os resultados da análise do comportamento do informante revelaram, de forma consistente, a influência da escolaridade do informante (que foi a primeira variável independente selecionada pelo programa de análises estatísticas). Dessa maneira, este trabalho traz uma contribuição importante para a descrição de um fenômeno variável fartamente descrito em variedades do Português e revela a necessidade de novas perspectivas de investigação, seja na reformulação das hipóteses, seja na organização de *corpora* que sejam mais equilibrados no que se refere à distribuição dos falantes quanto à aquisição do português e à proficiência no crioulo Forro. A investigação apresentada neste artigo tem suas limitações, e os resultados aqui discutidos são importantes para revelar o panorama de uma variedade africana do Português, cuja descrição vem despertando cada vez mais o interesse da comunidade científica.

Referências

AFONSO, H. L. **Interferências linguísticas**: um contributo para o ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

BAXTER, A.; LOPES, N. O artigo definido. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 319-330.

BAXTER, A.; LOPES, N. Bare definite reference NPs in an afro-brazilian portuguese dialect. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, Madrid, v. 4, n. 1, p. 55-69, 2006.

BAXTER, A.; LOPES, N. O artigo definido em variação com zero no SN de referência específica: re-estruturação em três variedades do português. Comunicação apresentada no **XIV Congresso Internacional ALFAL – Asociación de Linguística e Filología de América Latina**, Monterrey, México, 17-21 de outubro, 2005.

BRANDÃO, S. F. Variação e o estatuto de variedades do Português. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 18, n. esp., p. 83-104, 2016.

CALLOU, D.; SILVA, G.M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. *In*: HORA, D. da (org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

FERRAZ, L. I. **The creole of São Tomé**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FERRAZ, L. I. The origin and development of four creoles in the Gulf of Guinea. **African Studies**, London, v. 35, n. 1, p. 33-38, 1976.

FIGUEIREDO, C. F. G. Uso variável do artigo definido no português da comunidade de Almoхарife, São Tomé. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 358-389, 2019.

GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. O Português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**. Moçambique, v. 1, n. 1, p. 87-107, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. INE: São Tomé e Príncipe em números. 2012. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/file/343-12-caracteristicas-educacionais-da-populacao-recenseamento-2012>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INVERNO, L.; SWOLKIEN, D. O artigo definido zero em dois contextos específicos no português do Brasil e no crioulo de Cabo Verde. **Biblos**. Coimbra, l, p. 179-192, 2003.

LABOV, W. **Principle of linguistic change**. v. 2: social factors. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

LABOV, W. **Principle of linguistic change**. v. 1: internal factors. Oxford: Blackwell Publishing, 1994.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEITE, Y.; CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LORENZINO, G. Uma avaliação socio-linguística sobre São Tomé e Príncipe. *In*: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (org.). **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. v. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística /Edições Colibri, p. 435-449, 1996.

LUCCHESI, D. The article systems of Cape Verde and São Tomé creole portuguese: general principles and specific factors. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, Amsterdam, v. 8, n. 1, p. 81-108, 1993.

- | O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. *In*: BAXTER, A.; LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 101-124.

MAGALHÃES, T. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. **Leitura**, Maceió, v. 1, n. 47, p. 123-143, jun. 2011.

MENON, O. P. S. Presença/ausência de artigos diante de nomes próprios no português do Brasil (PB). *In*: ANAIS DO V ENCONTRO DA REDE SUL LETRAS. Tubarão. **Anais ... UNISUL**, p. 729-738, 2016.

SANTIAGO, A. M.; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A cor das Letras**, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.

SCHEI, A. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX. **Revista da ABRALIN**, v. 8, n. 2, p. 15-44, jul./dez. 2009.

SILVA, G. M. O. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1982.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. **Language contact, creolization and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988.

WEIREICH, U. **Languages in contact: findings and problems**. New York: Mouton, 1953.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WINFORD, D. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

COMO CITARESTE ARTIGO: GOMES, Danielle Kely; CORDEIRO, Livia Rodrigues. O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 95-114, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 28/07/2021 | Aceito em: 30/08/2021.

ANÁLISE COMENTADA DO MANUSCRITO “GUIA DE CONVERSACÃO PORTUGUESA PARA USO DOS LIBOLOS”, DO PADRE RENATO ROBERT

Carlos Filipe Guimarães FIGUEIREDO¹

Margarida Maria Taddoni PETTER²

Vanessa Martins do MONTE³

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3181>

Resumo: Este trabalho apresenta a conjugação de esforços levados a cabo em história, filologia e linguística de contato, por pesquisadores do *Projeto Libolo*, com vista à edição semidiplomática parcial e à análise comentada do manuscrito *Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos pelos missionários da Missão Católica de Calulo*, da autoria do padre espiritano Renato Robert (1872-1925). Datado de 1923 e descoberto em 2015, este documento é uma tentativa de registro escrito da gramática da variedade de quimbundo falada na região do Libolo, Angola, cuja colonização se iniciou em finais do século XIX. O manuscrito, enriquecido também com uma listagem de vocabulário do quimbundo libolo (ou quimbundo bolo), importa aos estudos da linguística de contato porque: (i) permite observar se já há incorporação de léxico português no quimbundo libolo, logo a partir do início da sua colonização; (ii) permite cotejar estruturas gramaticais do quimbundo libolo atual, atestadas em dados de fala desta língua recolhidos recentemente pelos pesquisadores do *Projeto Libolo*, com idênticas estruturas de inícios do século XX patentes no documento, concluindo-se acerca do impacto que o português terá tido, ou não, na evolução diacrônico-estrutural da língua autóctone do Libolo.

Palavras-chave: Linguística de contato. Contato português/quimbundo. Quimbundo libolo. Documentação missionária de Angola. Ocupação colonial de Angola.

1 Universidade de Macau (UM), Macau, China; carlosgf@um.edu.mo; <https://orcid.org/0000-0003-2416-0060>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; mmtpetter@usp.br; <https://orcid.org/0000-0003-1981-7371>

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; vmmonte@usp.br; <http://orcid.org/0000-0002-4929-5298>

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

ANNOTATED ANALYSIS OF THE MANUSCRIPT “GUIA DE CONVERSAÇÃO PORTUGUESA” PARA USO DOS LIBOLOS, BY FATHER RENATO ROBERT

Abstract: This paper presents the combined efforts in History, Philology and Contact Linguistics carried out by researchers from the *Libolo Project*, aiming the partial semi-diplomatic edition and commented analysis of the manuscript *Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos pelos missionários da Missão Católica de Calulo*, by father Renato Robert (1872-1925). Dating back to 1923 and discovered in 2015, this document is an attempt to study and record the grammar of the Libolo Kimbundu (or Bolo Kimbundu) variety spoken in the region of Libolo, Angola, whose colonization by the Portuguese settlers began at the end of the 19th century. The manuscript is also enriched with a Libolo Kimbundu vocabulary list, and it is important for the study of Contact Linguistics because: (i) it allows to confirm whether the Portuguese lexicon has already been incorporated or not into the Libolo Kimbundu right from the beginning of the colonization of Libolo region; (ii) it allows comparing grammatical structures of the contemporaneous Libolo Kimbundu, attested in speech data recently collected by the researchers of the *Libolo Project*, with identical structures from the beginning of the 20th century annotated in this document, to provide an overview about the impact of the Portuguese on the diachronic-structural evolution of the Libolo Kimbundu.

Keywords: Contact linguistics. Portuguese/Kimbundu contact. Libolo Kimbundu. Missionary documentation from Angola. Portuguese colonial settlement in Angola.

Introdução

Neste trabalho⁴, conjugamos esforços em história, filologia e linguística de contato, no âmbito das pesquisas do *Projeto Libolo*⁵, visando quer à edição semidiplomática parcial quer à análise comentada da cópia do manuscrito *Guia de conversação portuguesa para uso*

4 Este trabalho resulta dos desenvolvimentos efetuados a partir de uma apresentação dos autores (FIGUEIREDO; PETER; MONTE, 2016). O autor Carlos Figueiredo agradece à Universidade de Macau pelo apoio financeiro que lhe permitiu efetuar a apresentação. A autora Vanessa Martins do Monte agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo custeio da sua viagem.

5 O *Projeto Libolo* é coordenado pelo autor Carlos Figueiredo e por Márcia Santos Duarte de Oliveira (Universidade de São Paulo). Parcialmente financiado pela Universidade de Macau e por entidades privadas filantrópicas de Angola, o projeto incide as suas pesquisas na Província do Cuanza-Sul, Angola, sobretudo nas áreas de linguística, história, antropologia, etnografia e filologia, mas promovendo também ações pedagógicas e de cariz humanitário nesta região. O *Projeto Libolo* é ainda membro da *Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo*, estando patenteado pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento (R&DAO) da Universidade de Macau, sob o número de referência SRG011-FSH13-CGF. Desta forma, o *Projeto Libolo* encontra-se ao abrigo da proteção de direitos autorais de propriedade intelectual designada por “Copyright © 2016, R&DAO University of Macau”.

dos libolos pelos missionários da Missão Católica de Calulo, de autoria do padre espiritano Renato Robert⁶. O documento original, datado de 1923, foi elaborado pelo autor durante o seu período de missão no Município do Libolo, Angola.

O documento, uma cópia reprográfica do original – cuja localização se desconhece –, foi fotocopiado e digitalizado pelo autor Carlos Figueiredo, em 2015, no Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, Lisboa, onde se encontra depositado desde 1975. Neste ano, em sequência da Guerra Civil que se instalou em Angola, os espiritanos abandonaram o Libolo, tendo levado vários documentos para o seu Centro de Documentação de Lisboa, entre os quais o *Guia de conversação*, um registro escrito da gramática da variedade de quimbundo⁷ do Libolo.

Em primeiro lugar, e numa perspectiva sócio-histórica, faremos a apresentação do Libolo, com breves apontamentos sobre a forma como decorreu a sua ocupação tanto pelos povos abundos, a partir do século XVI, como pelos europeus, a partir de finais do século XIX. Durante este processo de ocupação, os missionários franceses da Congregação Espírito Santo chegaram ao Libolo. Assim, teceremos também alguns comentários acerca desta congregação e suas atividades no Libolo. Trataremos igualmente de estudos etnolinguísticos sobre o povo libolo efetuados pelos espiritanos, com destaque quer para as atividades do padre Robert – do qual forneceremos também alguns apontamentos biográficos –, quer para o seu *Guia de conversação*.

Na sequência, relatamos as atividades da equipe de filologia do *Projeto Libolo*, envolvendo alunos de iniciação científica da Universidade de São Paulo, Brasil, para se proceder à leitura, transcrição e edição semidiplomática do *Guia de conversação*, visando à sua publicação sob a forma de monografia anotada, analisada e comentada.

Por fim, e numa perspectiva linguística, apresentamos as características sociolinguísticas dos falantes do Município do Libolo, com enfoque nas duas línguas usadas na região: a variedade do quimbundo libolo e a subvariedade do português do Libolo. Neste ponto, observamos também como o *Guia de conversação* dá contributo para os estudos em linguística de contato a que nos propomos no presente trabalho.

6 Renato é o nome português adotado pelo padre bretão René Jean Francis Marie Robert, nascido a 26 de agosto de 1872, em Lamballe, França. Licenciado em filosofia, o padre Robert ingressou na Congregação Espírito Santo e do Santo Coração de Maria em 22 de setembro de 1892. Antes de seguir para Angola, estagiou em Portugal, nas casas da Congregação de Braga (1893-1896) e de Formiga (1897-1901). O padre recebeu os votos perpétuos em 30 de novembro de 1901, quando ele já se encontrava destacado no Libolo, onde havia chegado, pela primeira vez, a 04 de fevereiro desse mesmo ano (CONGRÉGATION DU SAINT-ESPRIT ET DU SAINT COEUR DE MARIE, 1898, p. s.n.; 1901, p. s.n.).

7 Em português, para designação dos grupos linguísticos, famílias e línguas africanas, foi seguida a proposta ortográfica avançada por Fiorin e Petter (2008).

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

Encerramos o trabalho com conclusões que permitem atestar a relevância do *Guia de conversação* não só para o estudo tipológico e funcionamento gramatical diacrônico do quimbundo libolo, mas também para ajudar a perceber tanto a maneira como esta língua foi afetada pelo contato com o português quanto o modo como participou na formação do português falado no Libolo e em Angola, em particular, e no Brasil, de uma forma geral, via transplante de escravizados do Libolo e de Angola para as Américas.

O Libolo: ocupação e primeiros estudos etnolinguísticos sobre a região

Após os primeiros contatos estabelecidos entre Diogo Cão e os soberanos bacongos do Reino do Congo, norte de Angola, a partir de 1482, os portugueses instalaram-se nas áreas costeiras do atual país, passando a controlar o comércio transatlântico de escravizados (CALDEIRA, 2013). Em virtude de tal, e sendo a penetração de europeus praticamente nula no interior angolano, originou-se uma situação de diglossia linguística na colônia: por um lado, uma elite minoritária afro-portuguesa instalada no litoral e restringindo o uso do português aos centros urbanos costeiros; por outro lado, uma comunidade nativa majoritária, monolíngue nas suas línguas autóctones e habitando as zonas rurais e inexploradas do interior angolano (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013). Quanto aos contatos entre agentes europeus e africanos envolvidos no tráfico de escravizados, reduziram-se a encontros entre os *guenzes*, comerciantes nativos ao serviço dos sobas angolanos que levavam os escravizados aprisionados para as feiras localizadas no interior do território, e os *pumbeiros*, intermediários negros ou mestiços a soldo dos europeus, por norma bilíngues em português e em uma das línguas autóctones, que adquiriam os escravizados aos *guenzes* e os conduziam para os locais de embarque no litoral (FIGUEIREDO, 2018).

Assim, a ocupação efetiva do interior angolano por europeus apenas se iniciou depois da independência do Brasil (1822) e do fim do comércio de escravizados (1836-1842), pois a coroa portuguesa teve de procurar proventos que compensassem a perda de rendimentos daí resultantes. No caso do Libolo, localizado no centro-interior de Angola, a chegada de militares portugueses, missionários espíritanos e colonos europeus apenas aconteceu em finais do século XIX (FIGUEIREDO, 2016).

A Congregação Espírito Santo, ordem católica francesa criada em 1703 pelo padre Claude Poullart des Places (1679-1709), tinha como objetivo principal “salvar as populações negras da abjecção e miséria a que eram votadas” (CORREIA, 1922, p. 10), por meio da prestação de ajuda e educação, sobretudo a estudantes pobres das colônias francesas na África (FIGUEIREDO, 2016). Em 1866, a pedido da coroa portuguesa, o padre Poussot e o noviço Espitalli foram enviados para Angola, onde inauguraram a Missão Católica de Lândana (atual Cacongo, Província de Cabinda).

Posteriormente, em 1893, os padres espiritanos Manuel Gonçalves de Sousa e Jorge Kraftt e o padre secular nativo Joaquim de Oliveira Gericota chegaram ao Libolo, ali fundando a Missão Católica de Calulo (FIGUEIREDO, 2018). Uma das prioridades dos espiritanos foi o resgate de escravizados, adquiridos quer aos colonos quer aos sobas do Libolo, para serem depois devolvidos à condição de homens livres. Contudo, a empresa da evangelização e do ensino nos primórdios da colonização pressupunha um contato próximo com os autóctones e um conhecimento aprofundado dos seus dogmas e preceitos. Assim sendo, os espiritanos decidiram preparar também jovens resgatados para se tornarem os primeiros professores não missionários do Libolo.

Em 1896, chegou ao Libolo o padre Eduardo Georger. Nesse mesmo ano, em carta datada de 05 de novembro e dirigida aos superiores da sua congregação, o missionário indicava que a sua principal ocupação no Libolo era o estudo da língua autóctone, a fim de ajudar, da melhor forma possível, a comunidade⁸. Refira-se, a este propósito, que o padre Georger é autor do manuscrito do primeiro dicionário conhecido em quimbundo libolo⁹, cuja redação foi iniciada no ano da chegada deste espiritano ao Libolo.

Quem teve também intervenção muito ativa nos estudos linguísticos efetuados no Libolo foi o padre Robert, destacado em três ocasiões para esta região: a primeira vez, entre 1901 e 1908; a segunda vez, por alguns meses em 1914; e a terceira vez, entre 1919 e 1925, ano em que faleceu (RIBAS, 1970). No livro do registro do pessoal da Missão do Libolo, consta a seguinte observação sobre o padre Robert: “Bom missionário, bom historiador, um sábio. Os seus manuscritos levam a história da Missão até 1921 e parte até 1924” (LIVRO DO PESSOAL DA MISSÃO DO LIBOLO, s.d., p. 15)¹⁰.

Não obstante, a atividade deste missionário não se limitou à missionação e ao estudo da história da Missão Católica do Libolo, já que foi também explorador, etnógrafo, linguista e tradutor. Para o nosso trabalho, interessam, essencialmente, os documentos de carácter linguístico, com especial enfoque no *Guia de conversação*, pelo que deixaremos a análise de outros manuscritos para ocasião oportuna.

8 “Ma principale occupation actuelle est l’étude de la langue indigène afin de pouvoir faire le plus de bien possible aux nombreux Noirs qui nous entourent”. Citação extraída da missiva manuscrita datada de 05 de novembro de 1896 e assinada pelo padre Eduardo Georger, na Missão Católica de Santo António de Calulo. O manuscrito foi descoberto e fotografado, na íntegra, pelo autor Carlos Figueiredo, em 05 de junho de 2017, nos arquivos da casa mãe da Congregação Espírito Santo, em Paris, França.

9 *Pequeno dicionário português – libolo, edição do P. Georger, aumentada pelo P. LeGouill*, manuscrito sem data, descoberto e fotografado, na íntegra, em 29 de julho de 2016, pelo autor Carlos Figueiredo, no Arquivo da Congregação Espírito Santo, Luanda, Angola. Dois trabalhos sobre o manuscrito foram recentemente apresentados no âmbito de pesquisas do *Projeto Libolo* (ALBANO, 2012; CASTRO, 2021).

10 Manuscrito descoberto e fotocopiado, na íntegra, no Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, Lisboa, Portugal, em agosto de 2015, pelo autor Carlos Figueiredo.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

Ainda assim, e por estabelecerem ligações com o *Guia de conversação*, salientamos três manuscritos que apresentam um misto de reflexões de caráter teológico, filosófico, etnográfico e linguístico sobre o povo libolo (ROBERT, 1912, 1920; s.d.)¹¹ e que resultam do fato de o padre Robert ter permanecido por longos períodos nas zonas mais remotas do Libolo em comunhão com os habitantes das mesmas, ouvindo as suas vozes, entendendo mais sobre as suas linhas de pensamento e contactando com a língua autóctone.

Nos manuscritos, o autor, além de conectar a linhagem dos libolos ao povo que, durante a Era do Bronze, habitou a “Terra de Cuxe”, na atual República do Sudão, anota também as suas primeiras impressões acerca do quimbundo libolo. Contudo, a obra mais notável do missionário sobre esta língua é, sem dúvida, o *Guia de conversação*, pois inclui uma gramática detalhada do quimbundo libolo, além de uma lista do seu vocabulário organizada por temas diversos, devidamente anotada e traduzida para português.

O padre Robert deixou para a posteridade um legado linguístico do qual constam ainda várias traduções manuscritas, para quimbundo libolo, de evangelhos, passagens bíblicas, missais, cânticos e catecismos¹².

No ponto seguinte, focaremos a nossa atenção no *Guia de conversação*, descrevendo aspectos do trabalho filológico necessário para procedermos à sua edição semidiplomática e facilitarmos a sua leitura para observações de âmbito linguístico.

Análise filológica e edição parcial semidiplomática do *Guia de conversação*

O *Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos pelos Missionarios da Missão Católica de Calulo*, datado de 5 de outubro de 1923, foi escrito na Missão Católica de Calulo pelo padre Renato Robert, conforme colofão disposto no verso da última página da cópia reprográfica do documento a que tivemos acesso. Trata-se de uma cópia encadernada composta por 120 páginas numeradas continuamente de 1 a 120. Não se tem notícias sobre a localização do códice original. A cópia reprográfica, conforme já referido, encontra-se depositada no Centro de Documentação espiritano de Lisboa.

Devido a seu ineditismo e a sua importância tanto para os estudos da língua portuguesa na África quanto para a análise do quimbundo, optou-se por realizar uma edição conservadora do documento, preservando o estado de língua, com baixo grau de

¹¹ Manuscritos descobertos e fotocopiados, na íntegra, no Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, Lisboa, Portugal, em agosto de 2015, pelo autor Carlos Figueiredo.

¹² Manuscritos vários descobertos e fotografados, na íntegra, no Arquivo da Congregação Espírito Santo, Luanda, Angola, em agosto de 2015, julho de 2016 e maio de 2018, pelo autor Carlos Figueiredo.

intervenção dos editores, considerando que se trata de documento de inestimável valor para pesquisas linguísticas.

A edição do manuscrito de Robert foi realizada a partir da imagem em preto e branco da cópia reprográfica, digitalizada pelo autor Carlos Figueiredo em 2015. Participaram do processo de leitura, decifração e transcrição do texto alunos de iniciação científica do *Projeto Escritos do Libolo*¹³. A metodologia de trabalho consistiu na divisão do *Guia de conversação* em três seções de 20 fólhos recto e verso, cabendo cada uma delas a um aluno, responsável por sua leitura e transcrição. Após a finalização da etapa de transcrição, realizamos uma revisão cruzada, em que cada aluno revisava e comentava a transcrição do colega. A última etapa consistiu numa segunda rodada de revisão cruzada, da qual participaram alunos que não compuseram a etapa inicial de transcrição. O grupo de alunos encarregado da transcrição inicial procedeu, então, a mais uma leitura da edição, e a revisão final foi realizada pela coordenadora do projeto e uma das autoras deste artigo, Vanessa Martins do Monte¹⁴. As normas de edição utilizadas fundamentam-se nos critérios dispostos em Megale, Toledo Neto e Fachin (2009) e em Monte (2015). As normas utilizadas nos trechos de edição citados neste artigo são reproduzidas a seguir, mas convém destacar que os exemplos de transcrição elencados nas normas foram extraídos da edição semidiplomática do *Guia de conversação*:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “Numero”, que leva a abreviatura “N^o” a ser transcrita “Numero”, sem acento;
 - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Sao” e “Sam”, que levam a abreviatura “S.” a ser transcrita “Sao”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: k’utanga, tu não lês | muene k’atanga, tat’enu, aiuê! mam’etu uê! mam’ê! Ngambu | etu uê! tat’ório!
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “ikanguelo; [espaço], o que | fica depois de derretido | o toucinho”.

¹³ O *Projeto Escritos do Libolo* contou com o apoio da Reitoria da Universidade de São Paulo, que financiou três bolsas de auxílio à pesquisa destinadas a alunos de Iniciação Científica no âmbito do Programa Unificado de Bolsas 2015-2016. Os alunos bolsistas são Greta Coutinho Teixeira, Larissa Resende Moreira, Lucas Drummond Moraes e Raquel Nascimento Everton. Além disso, participaram do Projeto as seguintes alunas não bolsistas: Fernanda Nogueira Hyra Chagas Rodrigues e Vivian Maria Florêncio Ramos.

¹⁴ A edição integral do *Guia de conversação* será publicada futuramente.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “arvore de fruto”, “oleo de palma”, “noções de gramatica”.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela inserção de uma quebra de linha. Trata-se de edição justalinear. Quando for necessário citar um trecho da edição no corpo do trabalho, será usada a barra vertical | para indicar mudança de linhas.

O documento apresenta-se constituído da maneira descrita no Quadro 1. A numeração das páginas está presente na parte central superior de cada folha.

Quadro 1. Estrutura do conteúdo do códice

Nº da(s) Página(s)	Conteúdo
Página 1	Capa contendo o título: “GUIA DE CONVERSAÇÃO PORTUGUESA PARA USO DOS LIBOLOS pelos Missionarios da Missão Católica de Calulo – 1923”
Página 2	Advertência informando: “Este guia de conversação é destinado aos professores das nossas escolas rurais, e deve servir para dirigi-los no ensino pratico da lingua portuguesa aos seus alunos; e foi este o motivo que nos levou a emprehender a sua redação. Contudo quizemos atender tambem a quem queria adquirir algum conhecimento da lin- guagem falada no Libôlo, um dos dialectos da lin- gua ambunda. São estes os dois fins que tivemos em vista, e que condicionaram a redação do nosso trabalho.”.
Páginas 3 a 29	“1ª PARTE: NOÇÕES DE GRAMÁTICA”
Páginas 29 a 119	“2a PARTE GUIA DE CONVERSAÇÃO”
Páginas 119 a 120	Índice

Fonte: Elaboração própria.

O texto do manuscrito distribui-se em duas partes (veja-se Figuras 1 e 2).

Figura 1. Reprodução da edição conservadora do Índice do *Guia de Conversação*

		-----		-119-
		INDICE		
Advertencia	Pagina	2	12 -	pronomes possessivos 11
	1ª PARTE		13 -	<i>pronomes</i> demonstrativos 12
	Noções de gramatica		14 -	<i>pronomes</i> relativos 13
	=====		15 -	Exemplos 13
1 -	Ortografia. Plural		16 -	mais exemplos 14
	dos substantivos	3	17 -	pronomes interrogativos 14
2 -	prefixos prenominais	4	18 -	<i>pronomes</i> indefinidos 14

3 -	particula restrictiva	5	19 -	verbo kuikalá	15
4 -	numerais cardinais	6	20 -	verbo ser	17
5 -	<i>numerais</i> ordinais	7	21 -	<i>verbo</i> ter	17
6 -	pronomes pessoais	8	22 -	<i>verbo</i> sai e eji	17
7 -	pronomes prefixos de concordancia	8	23 -	Conjugação regular	17
			24 -	<i>Conjugação</i> negativa	21
8 -	os mesmos, correspondentes aos substantivos	9	25 -	preterito indefinido	21
			26 -	<i>preterito</i> definido	22
9 -	pronomes infixos objectivos	10	27 -	verbos passivos	23
			28 -	complemento de causa eficiente	24
10 -	os mesmos correspondentes aos substantivos	10	29 -	verbo reflexo	24
11 -	pronomes sufixos	10	30 -	outras formas	25

Fonte: Elaboração própria (Reprodução de Robert, 1923, p. 119).

Figura 2. Reprodução da edição conservadora do Índice do *Guia de conversação*

31 -	Verbos relativos	25	25 -	Doenças	56
32 -	<i>Verbos</i> acusativos	26	26 -	Comer, beber	59
33 -	preposições	26	27 -	cosinhar ... etc	62
34 -	advérbios	27	28 -	luz e calor	64
35 -	conjunções	28	29 -	andar, viajar	66
36 -	interjeições	29	30 -	passar, chegar	68
	-----		31 -	correr, saltar	70
	2ª PARTE		32 -	trabalhar, arranjar	73
	Guia de conversação		33 -	construir casas, cultivar	75
	-----		34 -	forjar, pescar, caçar	78
1 -	partes do corpo	29	35 -	cortar, furar	81
2 -	<i>partes do corpo</i> particulares dos animais	31	36 -	cavar, abrir, dobrar	83
3 -	animais domesticos	31	37 -	guardar, misturar, levar	86
4 -	animais bravos, anti-lopes... etc	32	38 -	bater, tocar musica	89
5 -	cobras, ratos, peixes	33	39 -	dar, pagar, negociar	91
6 -	aves	34	41 -	querer, arrepender-se	96
7 -	insectos	35	40 -	religião, superstições	93
8 -	o ceu, os elementos	35	42 -	ouvir, pensar	98
9 -	a terra, o reino mineral	36	43 -	falar, julgar questões	100
10 -	raiz, campos... etc	37	44 -	gaguejar, cantar	103
11 -	agua, rios	38	45 -	o palmar	105
12 -	cereais, plantas cultivadas	38	46 -	qualificativos	107
13 -	arvores, paus, hervas	39	47 -	uma pagina dos evangelios	110
			48 -	A Saudação angelica	117
			49 -	A Portuguesa	118

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

14 -	especies de arvores	40	Indice	119
15 -	farinhas, alimentos	41		
16 -	bebidas, tabaco	42		
17 -	aldeias, casas, celeiros	42		
18 -	utensílios diversos	44		
19 -	o homem, parentesco	45		
20 -	divisão do tempo	47		
21 -	saudações	50		
22 -	nascimento, morte	51		
23 -	respirar, tossir	52		
24 -	dormir, vestir	54		

Missão Católica de Calulo 5 de Outubro de 1923

Padre Renato Robert

Fonte: Elaboração própria (Reprodução de Robert, 1923, p. 120).

A reprodução da edição do Índice do manuscrito (Figuras 1 e 2) permite tomar conhecimento dos tópicos em que são subdivididas as suas duas seções. Percebe-se que a sistematização gramatical ocupa cerca de um quarto do conteúdo, enquanto o “Guia de Conversação” propriamente dito responde pelos outros três quartos do texto.

A primeira parte do *Guia de conversação* – “Noções de Gramática” – apresenta, de modo resumido, os elementos gramaticais que ajudarão a “compreender o texto libolo do guia de conversação” (p. 3). A segunda parte contém o vocabulário em quimbundo, distribuído em 46 campos semânticos. As listas lexicais são seguidas por sentenças e diálogos que ilustram os termos apresentados, com tradução para o português. Uma página da Bíblia com tradução para o português, a Saudação Angélica (Lucas, 1, 28 e 1, 42) e o Hino Nacional de Portugal encerram o *Guia de conversação*.

As “Noções de Gramática” tratam principalmente dos pronomes e dos verbos, que respondem por 14 subtópicos cada, do total de 36 subtópicos. Há um subtópico dedicado às categorias a seguir: ortografia do plural dos substantivos, partícula restritiva, numerais ordinais e cardinais, preposições, advérbios, conjunções e interjeições.

O “Guia de Conversação”, segunda parte do manuscrito, conta com 49 subtópicos, nos quais são apresentadas traduções de diversos verbos e substantivos ligados a cada tema (por exemplo, “Bebidas, tabaco, etc...”; “Saudações portuguesas, Visitas”; “Comer, beber... etc.”) e, após isso, a tradução de possíveis perguntas e respostas sobre o tema em questão, simulando um diálogo.

Na Figura 3, reproduz-se um trecho da edição do subtópico “Comer, beber... etc.” para exemplificar o modo de construção do *Guia de conversação*.

Figura 3. Reprodução da edição de parte do subtópico “Comer, beber”

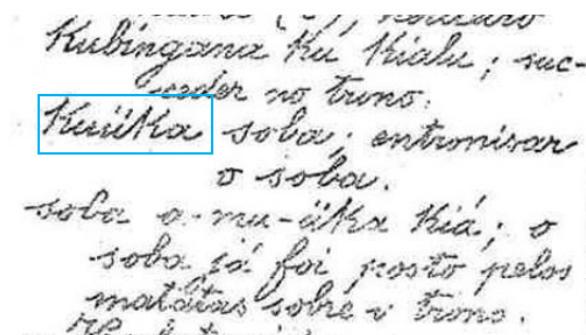
___ Iki a-ki-anda?— Isto come-se?
 ___ Kiene muene; áua ária, áua k'ari;— sim, senhor! alguns comem-no, outros não comem.
 ___ Lolako hanji, pala kutala se muotórie môngua;— prova primeiro para ver se tem sal
 ___ Etu túria kiusau? _ e nós comeremos sem sal?
 ___ Muari kia? — comestes?
 ___ Kiene muene, tuékuta; uatekula kiambote xingamba xê;— sim, senhor; estamos satisfeitos; tr[ata]ste⁹⁰ bem os teus carregadores.
 ___ Etu ke turi xitu ia matu; tulesulako ngó kiofele;—nós não comemos carne de gente; lambemos só um bocado.

Fonte: Elaboração própria (Reprodução de Robert, 1923, p. 61).

Comentários paleográficos

Do ponto de vista paleográfico, o documento não apresenta desafios em termos de decifração do tipo de letra traçado pelo punho do padre Robert. Ainda que alguns trechos apresentem manchas de tinta e estejam um pouco apagados, tais ocorrências não chegam a comprometer a leitura do documento. As dificuldades advêm da transcrição das partes escritas em quimbundo, já que a raridade e, por consequência, o pouco contato com documentos manuscritos nessa língua suscitam algumas dúvidas específicas de leitura. Um exemplo é a representação do grafema i dobrado – ii –, que pode facilmente ser confundido com o traçado do grafema u com trema – ü, como se vê na Figura 4.

Figura 4. Trecho retirado do *Guia de conversação*

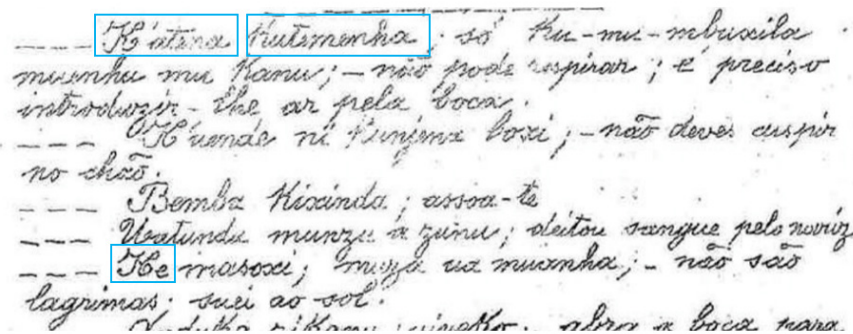


Fonte: Elaboração própria (Extraído de Robert, 1923, p. 91).

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

A opção pela transcrição mais adequada requer respaldo na representação escrita do quimbundo. Tal palavra surge, por exemplo, em outra gramática (TORREND, 2007, p. 213): “Ncbombua ti-la-kuiika ko-onse”, dando peso para a hipótese de se tratar de *ii*. Uma particularidade do punho do padre Robert é o traçado do grafema ‘k’ maiúsculo e minúsculo. O grafema ‘k’ é extremamente frequente no documento, já que se trata de letra utilizada majoritariamente para a representação do fonema /k/ do quimbundo no alfabeto latino, como se pode observar na Figura 5.

Figura 5. Trecho retirado do *Guia de conversação*



Fonte: Elaboração própria (Extraído de Robert, 1923, p. 53).

Como se observa na Figura 5, a primeira palavra “K’atena” apresenta o grafema inicial maiúsculo, que se diferencia do grafema minúsculo, da palavra seguinte, “kutemenha”, não pelo módulo, mas pelo traçado e pelo fato de se levantar o instrumento de escrita para iniciar o traçado do grafema subsequente, como pode ser observado na palavra “Ke”, na penúltima linha da figura. Ambos são grafemas compostos de dois traços, um para a haste inicial, que desce em direção à pauta inferior do tetragrama, e outro para o desenho da segunda parte do grafema, que apresenta um traçado que se inicia na linha superior do tetragrama, desce em direção à haste inicial, encontrando-a e tornando a descer.

No caso do grafema maiúsculo, ambos os traços são mais adornados, havendo, no primeiro, um traço inicial que corre paralelo à linha do tetragrama. No grafema minúsculo, não há o referido traço paralelo, sendo o desenho da haste iniciado com um traçado vertical que sobe à linha superior, de onde torna a descer. O segundo traço do grafema maiúsculo apresenta duas voltas, no início e no final do mesmo, enquanto o grafema minúsculo possui um traçado menos adornado. Tal diferenciação dos grafemas ‘K’ maiúsculo e ‘k’ minúsculo merece destaque, já que se trata de um grafema típico da representação escrita do quimbundo e é importante preservar a capitalização ou não em uma edição de natureza conservadora, como a que se propõe para o *Guia de conversação*, de modo a garantir a fidedignidade da edição em relação ao original.

Cabe ressaltar que somente o olhar atento do paleógrafo sobre o manuscrito é capaz de descrever os critérios mais adequados para diferenciar o grafema maiúsculo do minúsculo já que, neste caso, tal diferenciação não se dá pelo módulo do grafema, mas pela observação atenta do *ductus*¹⁵ do autor e da morfologia do grafema. Reproduz-se, na Figura 6, a edição da imagem disposta na Figura 5, agora para se observar a transcrição dos grafemas ‘k’ maiúsculos e minúsculos nela atestados.

Figura 6. Edição justalinear de trecho do Guia de conversação

<p>--- K'atena kutemenha; só ku-mu-mbuxila muenhu mu kanu; — não pode respirar; é preciso introduzir-lhe ar pela boca.</p> <p>--- K'uende ni kunjena boxi; — não deves cuspir no chão.</p> <p>--- Bemba kixinda; assoa-te.</p> <p>--- Uatundu munzu a zunu; deitou sangue pelo nariz.</p> <p>--- Ke masoxi; muza ua muanha; — não são lagrimas; suel ao sol.</p> <p>--- K'atena kutemenha; só ku-mu-mbuxila muenhu mu kanu; — não pode respirar; é preciso introduzir-lhe ar pela boca.</p> <p>--- K'uende ni kunjena boxi; — não deves cuspir no chão.</p> <p>--- Bemba kixinda; assoa-te.</p> <p>--- Uatundu munzu a zunu; deitou sangue pelo nariz.</p> <p>--- Ke masoxi; muza ua muanha; — não são lagrimas; suel ao sol.</p>	<p>--- K'atena kutemenha; só ku-mu-mbuxila muenhu mu kanu; — não pode respirar; é preciso introduzir-lhe ar pela boca.</p> <p>--- K'uende ni kunjena boxi; — não deves cuspir no chão.</p> <p>--- Bemba kixinda; assoa-te.</p> <p>--- Uatundu munzu a zunu; deitou sangue pelo nariz.</p> <p>--- Ke masoxi; muza ua muanha; — não são lagrimas; suel ao sol.</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria (Extração e reprodução de Robert, 1923, p. 53).

Nesse trecho, temos três ocorrências do morfema de negação do quimbundo ‘KI’ (BAIÃO, 1946; PEDRO, 1993): aos dois primeiros segue-se um apóstrofo (“K’atena” e “K’uende”), o que não sucede relativamente ao último (“Ke”). As três realizações atestam o levantar do instrumento de escrita para o grafema ou sinal de pontuação seguintes. Na página 23 do manuscrito, ao apresentar a conjugação negativa em ‘libolo’, Robert registra as partículas negativas **ka**, **ke**, **ki**, **ku**, **k’**, e aponta os seus usos nos diferentes contextos: **ka**, precedendo **i** ou **u**; **ki** ou **ke** antes de **a**; e **k’** antes de **u** ou **a**. Essas observações revelam a preocupação do autor em documentar a língua em uso, sem descuidar, no entanto, de indicar, na escrita, as elisões que ocorrem na fala em ambientes específicos.

A exposição gramatical do *Guia de conversação*, embora sucinta, traz os esclarecimentos necessários para a sua leitura. Para uma compreensão mais ampla do texto de Robert, apresentamos a sequência “Particularidades sociolinguísticas do Libolo”, a fim de se situar essa variedade no conjunto “quimbundo”, seguida da análise linguística do manuscrito.

15 Tomamos aqui a acepção de *ductus* conforme Contreras (1994, p. 40, tradução nossa): “a ordem de sucessão e o sentido (da esquerda à direita, de cima até embaixo etc.) em que o escriba executa os traços que compõem cada uma das letras”.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

Particularidades sociolinguísticas do Libolo

Figueiredo (2016, 2018) apresenta as particularidades sociolinguísticas do Libolo, zona de ambundos falantes da variedade do quimbundo libolo e do português. A região localiza-se na zona H.23 dos falantes do quimbundo (LEWIS; SIMONS; FENNIG, 2021), estabelecendo isoglossas tanto com áreas de falantes de outras variedades do quimbundo (quissama e quibala) como com zonas de utilizadores do songo e ainda, de certa forma, com a área R.10 (GUTHRIE, 1948) de ovimbundos falantes do umbundo (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013)¹⁶.

Contudo, alguns habitantes do Libolo referem-se ao quimbundo libolo como *ngoya*. Tal não surpreende, pois esta variedade é oficialmente atestada no Município da Quibala (LEWIS; SIMONS; FENNIG, 2021), o qual estabelece fronteira administrativa com o Libolo e lhe pertenceu até 1921 (FIGUEIREDO, 2016). Portanto, o Libolo é uma área inserida nos domínios dos povos ambundos falantes do quimbundo, mas que registra influências de outras línguas (MINGAS, 2000), uma vez que as regiões de falantes do *ngoya* confluem com domínios de povos ovimbundos.

À parte os manuscritos dos espíritanos sobre o quimbundo libolo descobertos no âmbito das pesquisas do *Projeto Libolo*, Angenot, Mfuwa e Ribeiro (2011) produziram também um estudo sobre as classes nominais do *ngoya*. Contudo, este falar apenas passou a ser minuciosamente analisado a partir de dados de fala coletados por pesquisadores do *Projeto Libolo*. Como tal, o manuscrito *Guia de conversação* é de capital importância para estudo e entendimento não só da evolução diacrônica do quimbundo libolo, língua classificada como “6a”, isto é, vigorosa (LEWIS; SIMONS; FENNIG, 2021), na escala *EGIDS* – *Expanded Graded Intergenerational Disruption Scale*¹⁷, mas também para observação do português do Libolo, que incorpora vocabulário e traços morfossintáticos do quimbundo libolo (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2003), alguns atestados também no português falado em Angola e no Brasil.

16 As letras e os números aqui apontados correspondem à classificação geográfica das línguas do grupo banto proposta por Guthrie (1948), referências essas para identificarem as diferentes línguas desse grupo. As línguas do sudoeste da África, onde se situa Angola, estão situadas nas zonas H, K e R. Assim, H20 é o grupo quimbundo, enquanto H23 identifica o ‘libolo’ (bolo), uma variedade do quimbundo.

17 Na escala elaborada por Lewis e Simons (2010), a *EGIDS*, são estabelecidos os critérios de avaliação da vitalidade das línguas. Os níveis variam de 0 (língua internacional) a 10 (língua extinta) e coincidem com os propostos na *GIDS* – *Fishman’s Graded Intergenerational Disruption Scale* (FISHMAN, 1991). O nível “6a” de vitalidade atribuído ao quimbundo libolo classifica-o como língua de uso na comunicação face a face por todas as gerações, concedendo-lhe o patamar de situação estabilizada e sustentável.

Análise linguística do *Guia de conversação*: a introdução

Na introdução do *Guia de conversação*, Robert informa que o manuscrito se destina a dois públicos (p. 2), podendo, então, ser lido como o registro de línguas em contato na região do Libolo: o português e a variedade local de quimbundo [identificada pelo religioso como “um dos dialectos da língua ambunda” (p. 2)].

Suas fontes bibliográficas são variadas e nos permitem concluir que Robert conhecia uma bibliografia básica de quimbundo. Consultou estudos feitos por padres sobre outras línguas angolanas (*olunyaneka* e *kikongo*) e afirma ter seguido, sem muitas modificações, o *Método prático da língua mbundu, falado no distrito de Benguela*, do padre Ernesto Lecomte (1897), por julgar muito bem feito o livro e, provavelmente, por saber que a língua falada no Libolo estava numa área de transição entre o quimbundo e o umbundo, idioma falado em Benguela. Sobre o quimbundo, especificamente, Robert julga-se “devedor” da *Grammatica elementar do kimbundu*, de Heli Chatelain (1888/1889), e do livro *Elementos para o estudo do kimbundu*, do Padre Luiz L. Cancelli, Malange (1920). Robert menciona, também, o já referido “dicionário Português-Libolo, manuscrito coligido pelo Padre Eduardo Georger” (p. 3)¹⁸.

É digno de nota o fato de Robert ter consultado o trabalho de Chatelain – até hoje a gramática mais completa sobre o quimbundo e que serve como referência para os demais estudos que se vêm desenvolvendo sobre a língua –, o qual, por seu lado, faz menção à “primeira obra puramente gramatical sobre o kimbundu”, a *Arte da lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe & Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu*, publicada em 1697, em Lisboa, mas redigida no Brasil (1888/1889, p. XVI).

Estrutura do *Guia de conversação*: primeira parte do documento

Sob a rubrica ‘noções gramaticais’ (da p. 3 à p. 29) estão apresentados, de forma bem sucinta, os tópicos referentes à ortografia, fonética/fonologia e morfossintaxe que abordaremos neste texto. Reproduzimos os dados do manuscrito de acordo com a edição referida em seção anterior, procedendo apenas a uma alteração: o uso de itálico para os termos em quimbundo e de aspas simples para a tradução ao português.

O autor informa que, por respeito aos mestres, seguirá a ortografia do quimbundo proposta pelos padres Magalhães e Cancelli. Observa apenas que “O Libôlo” se lê como

¹⁸ A propósito do dicionário do padre Eduardo Georger, veja-se nota de rodapé 9.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

o português, mas “o **g** é sempre gutural e o **s** sempre forte, valendo ç”. Apesar de haver alguma variação na escrita, a ortografia utilizada já coincide em grande parte com a que preconiza o Instituto de Línguas Nacionais de Angola desde a década de 1980.

Com relação aos aspectos suprasegmentais, o autor nota que a “entoação ou acentuação” é diferente nas duas línguas e afirma que isso não se aprende nos livros, mas “falando e ouvindo falar a língua”¹⁹. Quanto às vogais, apenas observa que o “o final tem o valor próprio do o e não do u como em português”.

Sua observação quanto à prosódia das duas línguas é perspicaz, tendo em conta que é recente a descoberta de que essa língua é tonal e não acentual como o português.

Robert observa, ainda no primeiro item, que o plural dos substantivos se forma pela substituição ou anteposição de prefixos. Concisamente, resume a questão: da 1^a à 5^a classe, muda o prefixo; da 6^a à 9^a classe, antepõe-se *ma-* ao singular; na 10^a classe antepõe-se *xi-* ao singular. Esta apresentação difere da proposta por Chatelain em alguns aspectos: os prefixos de plural das classes 6 a 9, que se acrescentam à forma do singular, embora resulte no mesmo que Chatelain apresenta como substituição; a ordenação das classes 10, 5, 9; e o prefixo de plural da classe 9/10 (variação entre consoante surda e sonora, que reflete a realização como sonora dos falantes do Libolo, como se observa ainda hoje). O Quadro 2 apresenta os prefixos das classes segundo os dois autores.

Quadro 2. Prefixos das classes do quimbundo, segundo Robert e Chatelain

Classes	ROBERT		CHATELAIN	
	Pref. Sing.	Pref. plural	Pref. Sing.	Pref. Plural
1 ^a	<i>mu</i>	<i>a</i>	<i>mu</i>	<i>A</i>
2 ^a	<i>mu</i>	<i>mi</i>	<i>mu</i>	<i>Mi</i>
3 ^a	<i>Ki</i>	<i>i</i>	<i>ki</i>	<i>I</i>
4 ^a	<i>Ri</i>	<i>ma</i>	<i>ri</i>	<i>Ma</i>
5 ^a	<i>Ka</i>	<i>tu</i>	<i>u</i>	<i>Mau</i>
6 ^a	<i>U</i>	<i>ma</i>	<i>lu</i>	<i>Malu</i>
7 ^a	<i>Lu</i>	<i>ma</i>	<i>tu</i>	<i>Matu</i>
8 ^a	<i>Tu</i>	<i>ma</i>	∅ <i>ku</i>	<i>Maku</i>
9 ^a	<i>Ku</i>	<i>ma</i>	∅ (<i>vários</i>)	<i>Ji</i>
10 ^a	--	<i>xi</i>	<i>ka</i>	<i>Tu</i>

Fonte: Elaboração própria.

19 Na seção **O Libolo: ocupação e primeiros estudos etnolinguísticos sobre a região**, fizemos referência às deambulações do padre Robert pelo Libolo e aos seus períodos de permanência entre as diversas comunidades da região, a fim de ter contato direto com os falantes do quimbundo libolo.

Para efeito de comparação, veja-se a apresentação atual das classes nominais (BONVINI, 1996, baseada em PEDRO, 1993), que segue o princípio estabelecido para as línguas bantas (BLEEK, 1869; MEINHOF, 1906), que indica o singular por números ímpares e o plural, por números pares. No Quadro 3, reformulado para este estudo, manteve-se o agrupamento SG/PL, mas indicando-se a respectiva classe.

Quadro 3. Classes nominais do quimbundo

GÊNEROS	CLASSES (SG/PL)	Valor de referência	EXEMPLOS SG/PL
I	1-2 <i>mu/a</i>	humano	<i>mútù/átù</i> ‘pessoa’
II	3-4 <i>mu/mi</i>	planta	<i>múxi/míxi</i> ‘árvore’
III	5-6 <i>di/ma</i>	corpo	<i>dízwì/mázwì</i> ‘língua’
IV	7-8 <i>ki/i</i>	fabricado	<i>kínù/inù</i> ‘pilão’
V	9-10 Ø; i/ji	animal	<i>hómbò/jihómbò</i> ‘cabra’
VI	11-6 <i>lu/ma</i>	objeto	<i>lúmbù/málúmbù</i> ‘muro’
VII	12-13 <i>ka/tu</i>	diminutivo	<i>kàmbwà/tùmbwà</i> ‘cachorrinho’
VIII	14-6 <i>u/ma</i>	abstrato	<i>ùkàmbà/mákàmbà</i> ‘amizade’
IX	15-6 <i>ku/ma</i>	infinitivo	<i>kúà/mákúà</i> ‘ir’, ‘ida’
	16 <i>bu</i>	em cima de	<i>búlú</i> ‘no céu’
	17 <i>ku</i>	junto a	<i>kúkù</i> ‘por aqui’
	18 <i>mu</i>	dentro de	<i>mùbátà</i> ‘na casa’

Fonte: Elaboração própria, com base na proposta de Bonvini (1996).

Segundo a proposta dos bantuístas, desde Bleek (1869), cada emparelhamento – 1-2; 3-4; 14-6, por exemplo – constitui um *gênero*, sem que essa designação implique sexo, pois significa *classe, agrupamento*. Desta forma, há no quimbundo 9 gêneros, como se pode observar no Quadro 3 (o acento grave indica tom baixo e o agudo, tom alto).

Nota-se bastante semelhança entre as classes propostas por Robert e os gêneros da apresentação atual, que inclui as três classes locativas não submetidas à flexão de número. Quanto ao valor semântico dos prefixos, o autor apenas observa que o prefixo *ka-* indica normalmente o diminutivo. Embora apresente 10 classes, Robert reconhece que são 19 os prefixos que possuem “um prefixo concordante ou pronominal que se liga às palavras que concordam com o substantivo” (p. 4), a exemplo dos adjetivos, que o autor afirma serem pouco numerosos. Apresenta os prefixos pronominais de todas as classes que estabelecem a concordância dos adjetivos com os substantivos, como o seguinte: 5ª *kangulo kauaba* ‘um bonito leitão’; *tungulu tuauaba* ‘leitões bonitos’ (p. 5).

Ainda sobre a concordância no sintagma nominal, Robert nota que “Os complementos limitativos, possessivos e de matéria, regidos em português da preposição

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

de” também são ligados pelos mesmos prefixos concordantes acrescidos pela “partícula restritiva ou limitativa *a*”. Ex: *kinama kia mona*, ‘a perna do filho’; *onzo ia tat’etu*, ‘a casa de meu pai’ (p. 6).

Os pronomes pessoais são apresentados juntamente com os prefixos de concordância, os morfemas de flexão de pessoa e número, que antecedem a forma verbal. No Quadro 4, comparamos as formas de Robert às coletadas no Libolo em 2013.

Quadro 4. Morfemas de flexão de pessoa e número do verbo no quimbundo libolo

	ROBERT (1923)	PROJETO XXXXXX (2013)
1SG	<i>Eme ngi</i>	<i>Eme Ngj</i>
2SG	<i>Eie u</i>	<i>Eie U</i>
3SG	<i>Muene u</i>	<i>Muene U</i>
1PL	<i>Exe tu</i>	<i>Etu Tu</i>
2PL	<i>Enhe mu</i>	<i>Enu Nu</i>
3PL	<i>Ene a</i>	<i>Ene A</i>

Fonte: Elaboração própria.

O autor exemplifica, com verbos conjugados no presente e no pretérito, o uso dos pronomes e os prefixos de concordância, transcritos aqui com destaque (p. 9):

- (1) *Eme ngitanga* – eu leio *Exe tuabângele* – nós fizemos
Eie utanga – tu lêes *Enhe muabânguele* – vós fizestes
Muene utanga – ele lê *Ene abângele* – eles fizeram

Para evidenciar o mecanismo de concordância no nível da sentença, quando o sujeito não é pronominal, o autor apresenta um quadro com os índices de concordância das dez classes e dá exemplos, como este: *Kiama kilenga*, ‘o bicho foge’ (p. 9).

São apresentados, na sequência, os pronomes pessoais na função de complemento, ou os “Pronomes infixos objetivos referidos a pessoas”, e os que se referem a nomes, correspondentes às 10 classes de substantivos, os “pronomes prefixos subjetivos” (p. 9-10). No caso de haver dois objetos expressos por pronomes, Robert argumenta que o complemento indireto deve ser infixo (p. 11)²⁰; o direto é sufixo e toma diferentes formas, conforme a classe do nome substituído.

- (2) (*mahongo*) a-**mu**-bene-**namo**
 (‘bananas’) eles- **lhe** - dar.pres.- **as** (glosa e destaque acrescentados)
 ‘Deram-lhas’ (p. 11)

²⁰ Embora Robert trate o morfema do complemento indireto como um infixo, na verdade trata-se de um prefixo, visto que não quebra a raiz do verbo.

O autor informa que os relativos são idênticos aos prefixos de concordância do verbo com seu sujeito, o que significa dizer que “em Libôlo não há pronomes relativos propriamente ditos” (p. 13). O padre alerta os catequistas para essa dificuldade e sugere diferentes estratégias de tradução do relativo do português em trechos da Bíblia.

Robert mostra também a complexidade da conjugação verbal do ‘libolo’. Cita os auxiliares, sendo *kuíkala*, ‘estar, ficar’ o mais importante. Afirma que não existe o verbo substantivo *ser* (p. 17). Substitui-se, nas 1^{as} e 2^{as} pessoas, singular e plural, pelos prefixos de concordância: *ngi*, *u*, *tu*, *mu* ou *nhi*. Ex.: êie *urinhanga*, ‘ele é caçador’ (p. 17).

As anotações do autor mostram também que não há o verbo *ter* no quimbundo libolo, que é substituído por *kuíkala*, ‘estar’ acompanhado pela preposição *ni*, ‘com’. Ex: *ngala ni nzala*, ‘tenho fome, estou com fome’ (p. 17).

Relativamente ao verbo *kutanga*, ‘ler’, Robert observa que, dos 27 tempos ou formas verbais, só são utilizados 6: “presente simples do indicativo, presente contínuo 2^a forma, pretérito definido do indicativo, imperativo e o presente simples do *conjunctivo*” (p. 18). Ao lado da conjugação de todos os tempos, o autor apresenta uma tradução em português, como a do futuro contínuo 2^a forma. Ex: *eme ngakékala kitanga* ‘eu lerei, eu hei de ler; eu estarei lendo ou a ler; eu estiver lendo ou a ler...etc’ (p. 19).

Note-se a dupla tradução das formas *lendo... a ler*. Para se sinalizar, em português, o aspecto do momento rigoroso ou durativo (presente contínuo), a construção perifrástica *estar + gerúndio* surge já em documentos vetustos como *Da demanda do Santo Graal*, do século XIV ou XV (HUBER, 1993, p. 211), enquanto a forma *estar a + infinitivo* (infinitivo gerundivo) não aparece em estruturas trecentistas e apenas se desencadearia no final do século XVIII, destacando-se depois como um fenômeno típico do século XX (MOTHÉ, 2006). Por seu lado, as gramáticas de quimbundo do final do século XIX apenas trazem o gerúndio como tradução de formas do quimbundo equivalentes ao presente contínuo em português: (i) *Eme ngolobanga* - ‘eu estou fazendo’ (CHATELAIN, 1888-1889); (ii) *Ene uenio um tanga* - ‘elles continuam contando’ (BATALHA, 1891).

Veja-se também que, no século XX, Baião (1946) ainda atesta o uso do gerúndio: *ngolotanga* ‘estou lendo’ (p. 74). Porém, o manuscrito de Robert permite visualizar um retrato do português do Libolo na época em que as duas formas estariam em variação²¹,

21 Poderia levantar-se aqui a possibilidade de as formas em variação atestadas no manuscrito refletirem interferência da língua materna do padre Robert, o francês, no português L2 do missionário. Contudo, outros documentos em português do autor revelam também a sua boa fluência nesta língua, resultante do fato de ele ter intercalado os seus períodos de ausência no Libolo com estadias na França e em Portugal, sobretudo nas instalações dos espiritanos em Formiga. Estudioso atento dos fenômenos linguísticos, certamente que Robert, em caso de dúvidas sobre algumas formas do português, teria consultado os seus colegas missionários portugueses do Libolo e de Portugal antes de as atestar, da mesma forma que fazia em relação aos falantes nativos do quimbundo libolo, quando se levantavam incertezas sobre realizações desta língua (veja-se, no texto, o parágrafo que se segue ao número que introduz esta nota de rodapé).

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

fato que não ocorreu no português brasileiro, que manteve a forma do gerúndio. Presentemente, no Libolo, conforme dados de fala recolhidos entre 2013 e 2019, no âmbito do *Projeto Libolo*, a mudança se completou em favor da construção *a + infinitivo*.

Robert apresenta as regras complexas de formação do pretérito definido e indefinido (p. 22-23); preocupando-se em explicar as onze terminações do pretérito definido: *ele, ene, ile, ine, uele, uene, uile, urile, uine, irile, uirile*. Sugere também que se veja a gramática de Chatelain e, se não resolver, aconselha: “Em caso de dúvida consulte-se o dicionário vivo, que é... o preto” (p. 23)²².

Tal como Dias (1697) e Chatelain (1888/1889), Robert concorda que não há, em ‘libolo’, uma forma passiva como as demais línguas do grupo banto (p. 23-24). Porém, apresenta a “conjugação dos verbos passivos”, uma forma equivalente à voz passiva (p. 23), em que o agente ou “complemento de causa eficiente” é introduzido por *kua* ou *ku*.

- (3) êie *a-ku-uábela kua tat’enu*, ‘tu és amado de teu pai’ (p. 24).

Para Robert, os “Verbos relativos” são uma das particularidades mais interessantes das línguas *cushitas* africanas, pois acredita que o ‘libolo’ seja um idioma dessa família. O autor segue a proposta do padre Magalhães, para quem seria imprópria a classificação desses povos como “Bantu”. Afirma que as línguas “cushitas” são faladas pelo grupo étnico de mesmo nome, [que é] “descendente de Noé por Chus, filho de Cham, e que ocupa actualmente o centro da África” (p. 25)²³. A confusão entre povo e língua feita pelo padre Magalhães é frequente ainda hoje e, neste caso específico, pode ser explicada: o termo “bantu” foi cunhado no século XIX por Bleek (1862) para identificar um conjunto de línguas da África austral que apresentava um sistema complexo de classificação nominal, o que deixa claro que a referência “bantu” é, originalmente, linguística.

22 Relativamente a esta afirmação de Robert, remete-se o leitor para a nota de rodapé 19.

23 De acordo com Figueiredo (2016, p. 188-190), além de o padre Robert conotar a origem do povo libolo aos *cushitas* (atual povo etíope), é importante referir que o missionário presenciou também diversos rituais no Libolo durante os períodos em que permaneceu junto das suas comunidades, conotando-os aos egípcios. As observações do padre e suas ligações aos egípcios vão desde simples hábitos do quotidiano, como o fato de os sobas, tal como sucedia com os faraós, terem um indivíduo ao seu serviço, o Ngana Tandela, especificamente encarregado de transportar o seu chapéu de chuva (sombriinha, no vocabulário do português de Angola) para o proteger do sol quando se deslocava, até os cerimoniais dos funerais destes chefes africanos. No Libolo, as técnicas de mumificação dos sobas, únicas em Angola, são conotadas pelo missionário às praticadas pelo povo descendente de Mizraim, segundo filho de Cam (Cham), ou seja, pelo povo egípcio (ROBERT, 1920). Dado que Cuxe (Chus), líder do povo *cushita*, é o filho mais velho de Cam, estabelece-se, assim, uma teia de ligações etnoculturais prístinas entre o povo libolo (descendente de Cuxe) e os outros povos liderados pelos filhos de Cam, com especial ênfase para o povo egípcio. Pute, líder ancestral do povo líbio, e Canaã, primeiro chefe dos cananeus (israelitas), foram os outros filhos de Cam.

Segundo o autor, que utiliza a mesma denominação de Chatelain (1888/1889, p. 90), os “verbos relativos” acrescentam à “forma primitiva uma ideia de relação, às mais das vezes de fim, de troca, de lugar para onde, de repetição, de causa, a favor de... relações expressas em português por preposições” (p. 25); dentre os quais situa os verbos causativos, como *kutanga*, ‘ler’; *kutangesa*, ‘fazer ler’ (p. 26).

Robert encerra a descrição gramatical apontando “algumas” preposições, conjunções, interjeições e “alguns” advérbios. Menciona as preposições *mu*, *bu*, *ku*, ‘em’, correspondentes às *classes locativas* na classificação atual do quimbundo, e *katé*, provavelmente emprestada da forma portuguesa ‘até’. Dentre os advérbios de afirmação, indica *xim*, adaptação fonológica do ‘sim’ português. Refere também algumas conjunções emprestadas do português, ao lado das “libôlas”, como *manhi*, *se* (*aportuguesando*) *se*; - *okula*, *okuila se*, ‘se’ e *maji*, ‘mas’ (p. 28). Embora *pala*, ‘para’ apareça também como preposição nos diálogos transcritos, Robert só a classifica como conjunção (p. 28)²⁴.

Estrutura do *Guia de conversação*: segunda parte do documento

Esta parte contém 49 itens; de 1 a 46 é apresentado o vocabulário da língua, organizado por um critério semântico. A partir do tópico 20 (divisão do tempo), há exemplos de sentenças e diálogos. O item 47 apresenta “uma pagina dos evangelhos” (São João, cap. 5) em quimbundo e em português; no 48, há “a saudação angelica”, também nas duas línguas e, no 49, o autor transcreve “A Portuguesa” (Hino Nacional).

A lista de palavras que compõem cada campo não segue a ordem alfabética, mas parece orientar-se pela observação da realidade. As análises gramaticais e apreciações etnográficas, quando ocorrem, surgem em notas colocadas logo após o item lexical.

Os apontamentos gramaticais são constantes e já aparecem no primeiro termo do tópico 1, *partes do corpo*, - *mukutu* (*mi*) *corpo* (p. 29). O autor explica que indicará o prefixo de plural desta forma, colocando a “partícula” (*mi*) ao lado da palavra, sem indicar a classe dos substantivos. Ainda assim, informa que algumas palavras só se usam no plural, como *rikala* (*ma*) ‘carvão’ (p. 36). Observa, também, casos de variação no uso dos prefixos de concordância, como no sintagma *malenda a ngulu* ‘gordura de porco’, em que é usado o prefixo *a* em vez de *ma*, “o que é frequente no Libolo” (p. 41). Ao constatar a variação (irregularidade) do plural, no item 18 - *utensílios diversos* -, depois dos termos *ohua*, *mochua*, ‘pedras’, Robert comenta que há outros registrados no *Guia de conversação* e

24 Por limitações da extensão do presente texto, não é possível apresentar aqui a totalidade dos fenômenos gramaticais já observados no âmbito dos estudos do *Projeto Libolo*, remetendo-se, para trabalhos futuros, apresentações mais detalhadas sobre os mesmos.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

reconhece a importância do uso da língua, em que a variação é constante, principalmente quanto à concordância decorrente do sistema de classes nominais.

Por outro lado, a lista lexical revela o conhecimento da natureza local e a preocupação etnográfica de registrar as particularidades observadas. Resumimos, a seguir, algumas anotações culturais feitas por Robert:

- i) na lista das partes do corpo (1), informa que *muxima (mi)* significa ‘fígado’, que é a “sede dos sentimentos morais que nós chamamos coração” (p. 30). Dessa forma explica a tradução da palavra portuguesa ‘coração’ por *muxima* em todos os textos religiosos;
- ii) no campo semântico *o homem, parentesco, condições das pessoas* (item 19) há vários termos que mostram a organização familiar e social (p. 45-47). São registrados três termos para designar o papel da mulher como esposa: *mukaji (a)*, ‘esposa’; *kutembo, akutembo*, ‘mulher principal do soba’ e *munguku, akuku*, ‘as outras mulheres do soba’. Os termos *cambari, himbari*, ‘preto civilizado, negociante’ mostram a discriminação entre os aculturados (assimilados) e os demais, identificados como *mumbundu, ambundo*, ‘preto’;
- iii) o campo semântico 38, *bater, tocar música... etc.* (p. 89-91), compreende verbos como *kumbeta*, ‘bater’; *kubanga*, ‘lutar’; *kutala hari, kumona hari* ‘padeecer, sofrer’; *kumbeta*, ‘castigar’; *kusamba*, ‘bater palmas’; *kukina*, ‘dancar’; *kutonoka*, ‘brincar’; *kuxika*, ‘tocar musica, tocar sino’ e instrumentos como *marimba*, ‘piano com teclas de pau duro’; *mbanza (xi)* ‘especie de harpa’; *huita, xihuita*, ‘instrumento de musica, uma caixa redonda com capim dentro, produzindo fortes roncós’²⁵. No final da lista lexical há frases, como: “*Munguetu iú uala kutala kiávulu ohari; izua ioso a-mu-mbeta ni chicote*; - este nosso camarada padece muito; todos os dias o chicoteiam” (p. 90)²⁶.

25 No Brasil, o dicionário de Macedo Soares (1888) registra o termo *puíta*, hoje ‘cuíca’, instrumento que tem as mesmas características da *huita*, conforme a descrição de Robert. O bispo espiritano Vidal (1916, p. 122-123), em visita ao Libolo, assistiu a danças tradicionais acompanhadas pelo batuque, marimba e *kuita*, instrumento musical que ele nunca tinha visto. Atraído pelos “roncos maravilhosos” da *kuita*, Vidal descreve detalhadamente o instrumento, bem como sua forma de tocar. A marimba e a *kuita* estão praticamente extintas no Libolo, mas o autor Carlos Figueiredo (2016), durante as suas atividades de campo no âmbito das pesquisas do *Projeto Libolo*, teve oportunidade de as encontrar e fotografar em 2013, pois ainda são usadas entre o povo mucongo do Libolo. Tanto quanto o autor observou, o termo pronunciado entre os mucongos é *mpwita*, aproximando-se da forma atestada por Macedo Soares (1888).

26 Os itens que destacamos indicam o bom conhecimento do autor sobre a estrutura verbal; já o uso do ‘chicote’ em português talvez revele um resultado inesperado do contato.

- iv) no item 44, *gaguejar, cantar, gritar... etc.* (p. 103-105), há termos que parecem não se encaixar na acepção do subtítulo, como *kuxinga*, “insultar por seus modos, por exemplo deixando de convidar alguém, não lhe respondendo, mostrando-se amuado... etc.”.

Considerações finais

Nesta abordagem, analisamos o primeiro registro completo da gramática do quimbundo libolo, o *Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos pelos missionários da Missão Católica de Calulo*, de autoria do padre espiritano Renato Robert, e que inclui também uma extensa lista de vocabulário desta língua. No estudo do manuscrito, procuramos apontar os aspectos principais do documento, em que sobressai a sua importância como registro de um momento da história das duas línguas utilizadas no Libolo: o quimbundo libolo e o português do Libolo. Cabe notar que vários tópicos gramaticais que estão em discussão hoje nos estudos sobre o contato do português com o quimbundo, tanto em Angola quanto no Brasil, como a variação na concordância ou as construções passivas e impessoais, já haviam sido registrados pelo autor à época.

A localização geográfica do Libolo, em uma zona de confluência entre povos abundos e ovimbundos, e o modo como ocorreu a sua ocupação pelos primeiros, foram fatores importantes para o desenvolvimento de uma cultura singular e também da variedade específica do quimbundo falado na região. Os missionários, tendo consciência dessas especificidades, estudaram e registraram tais fenômenos, pois o seu entendimento revelava-se essencial para levarem a cabo um adequado trabalho de missionação.

Para analisarmos linguisticamente o *Guia de conversação*, a equipe de filologia do *Projeto Libolo* trabalhou na edição conservadora da cópia reprográfica do manuscrito original, tendo em vista a preservação do estado de língua. Revelando um momento em que as duas variedades linguísticas do Libolo foram utilizadas no mesmo espaço geográfico e influenciaram-se mutuamente, como ocorre em toda situação de contato, o documento evidencia que, do lado do “libolo”, ocorreram interferências gramaticais e empréstimos lexicais do português. Por exemplo, o uso da preposição *pala*, já atestado no manuscrito em construções aplicativas, ainda que o autor apenas classifique este item como conjunção, resultou, no quimbundo documentado em 2016 pelos pesquisadores do *Projeto Libolo*, em: *Nzumba u-a-lambe okudia pala wana*, ‘Nzumba cozinhou a comida para as crianças’, que ocorreu em variação com a ocorrência aplicativa e a preposição *ko* do quimbundo: *u-a-lambela okudia ko wana*.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

Destacamos também, entre os empréstimos lexicais do português, a especificação de alguns tipos de alimentos (p.e.: *honjo ria maçã* ‘banana maçã’, *mafua ma couve* ‘folha de couve’), determinados nomes de referentes novos para os africanos (p.ex.: *rilesu*, *malesu* ‘lenço para a cabeça’, *kabalo* ‘cavalo’, *nzolo* ‘anzol’, *orolha* ‘rolha’, *ngarrafao* ‘garrafão’, *vinhu* ‘vinho’), ou verbos como “*kukazala*” ‘casar de forma moderna’ (em oposição a *kusokana* ‘casar de modo tradicional, amigar’). Na página dos evangelhos (p. 110-118), vários termos portugueses são também adaptados ao “libolo” (p.ex.: *anju*, *sabalu* ‘sábado’, *rivulu ria Nzambi* ‘escrituras’, *festa xijudeu* ‘festa dos judeus’).

Com relação ao português falado no Libolo, vários termos do ‘libolo’ atestados no *Guia de conversação* fazem hoje parte do vocabulário recorrente da região (e até de Angola): *makunde* ‘feijão’, *muamba* ‘molho de óleo de palma’, *makanha* ‘folhas de tabaco enroladas em forma de trança’. Alguns desses termos foram importados da forma plural, podendo sofrer nova pluralização no português e originar palavras sincréticas, uma vez que coabitam nelas o prefixo plural de classe do ‘libolo’ e o sufixo português de pluralização: *kubatas* ‘cabanas, palhotas’ (singular *bata*).

No que concerne ao português falado no Brasil, muitos vocábulos registrados por Robert continuam em uso, às vezes com alguma modificação de forma e sentido, como *muxiba* (‘veia’ no *Guia de conversação*; ‘carne magra, pelanca’, cf. HOUAISS 2009) ou *mulundu* (‘montanha, monte’ no *Guia de conversação*; *murundu* ‘uma quantidade de qualquer coisa, monte’, cf. HOUAISS 2009).

O *Guia de conversação* responde à necessidade de construir um código de comunicação eficiente para os objetivos da missão, que depende da busca de equivalências linguísticas entre as duas variedades em contato: o ‘libolo’ e o português. À tradução da língua associa-se a tradução da cultura, que se revela na organização semântica da lista lexical, frequentemente acompanhada de observações etnográficas.

Dificuldades no estabelecimento de semelhanças entre as duas línguas são também apontadas, como na prosódia, quando Robert observa que a “entoação ou acentuação” é diferente nas duas línguas, e que essa particularidade só se aprende “falando ou ouvindo falar”. Num outro momento, por exemplo, o autor constata também a impossibilidade de explicar as terminações do pretérito definido, que só se resolveria com a consulta ao falante nativo do ‘libolo’. Robert demonstra, desta forma, que o conhecimento da língua do outro é necessariamente construído em relação com o outro, no trabalho de campo, que ele realizou intensamente com os instrumentos de que dispunha na época e que se revelariam de capital importância na atualidade quer para ajudar, por exemplo, a compreender particularidades do registro ortográfico do quimbundo instituído pelo

Instituto de Línguas Nacionais de Angola na década de 1980, quer para permitir entender a forma como as duas línguas do Libolo se entreteceram diacronicamente na construção dos seus cunhos identitários.

Referências

ALBANO, O. C. L. J. **Para uma reavaliação do sistema de classes nominais do kimbundu do Libolo a partir da edição do manuscrito: Georger (s/d)**. Trabalho apresentado ao 68º Seminário do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), Universidade de São Paulo, evento *on-line*, 2021. Disponível em: <https://www.gel.org.br/eventos/seminario-2021/sexo-de-painis/1270>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ANGENOT, J. P.; MFUWA, N.; RIBEIRO, M. A. As classes nominais do kibala-ngoya, um falar bantu de Angola não documentado, na intersecção dos grupos kimbundu [H20] e umbundu [R10]. **PAPIA**, v. 21, n. 2, p. 253-266, 2011.

BAIÃO, D. V. **O kimbundu sem mestre**: elementos coligidos e coordenados. Porto: Imprensa Moderna, 1946.

BATALHA, L. **A língua de Angola**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891.

BLEEK, W. H. I. **A comparative grammar of South African languages. Part II. The concord**. London, Trubner: Paternoster R., 1869.

BLEEK, W. H. I. **A comparative grammar of South African languages. Part I. Phonology**. London, Trubner: Paternoster R., 1862.

BONVINI, E. "Classes d'accord" dans les langues négro-africaines. Un trait typologique du Niger-Congo. Exemples du kasim et du kimbundu. **Faits de Langues, Revue Linguistique Ophrys**, n. 8, p. 77-88, 1996.

CALDEIRA, A. M. **Escravos e traficantes no império português**: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

CASTRO, O. H. L. C. **Aspetos filológicos de um documento do séc. XX: Georger (s/d)**. Trabalho apresentado ao 68º Seminário do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), Universidade de São Paulo, evento *on-line*, 2021. Disponível em: <https://www.gel.org.br/eventos/seminario-2021/sexo-de-painis/1271>. Acesso em: 12 jul. 2021.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

CHATELAIN, H. **Kimbundu grammar. Grammatica elementar do kimbundu ou lingua de Angola.** Genève: Typ de Charles Schuchardt, 1888/1889.

CONGRÉGATION DU SAINT-ESPRIT ET DU SAINT COEUR DE MARIE. **Information sur l’admission aux vœux perpétuels du P. Robert René.** Archives Générales à Chevilly de la Congregation du Saint-Esprit, Paris, França, 1901. (manuscrito).

CONGRÉGATION DU SAINT-ESPRIT ET DU SAINT COEUR DE MARIE. **Information sur l’admission à la profession de M. Robert René.** Archives Générales à Chevilly de la Congregation du Saint-Esprit, Paris, França, 1898. (manuscrito).

CONTRERAS, L. N. **Manual de paleografía.** Madrid: Cátedra, 1994.

CORREIA, J. A. **Civilizando Angola e Congo: os missionários do Espírito Santo no padroado português.** Braga: Tip. Sousa Cruz, 1922.

DIAS, P. **Arte da lingua de Angola:** oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos pretos. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade Miguel Deslandes, 1697. Disponível em: <http://purl.pt/31521>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FIGUEIREDO, C. F. G. Aspectos histórico-culturais e sociolinguístico do Libolo: aproximações com o Brasil. In: OLIVEIRA, M. S. D.; ARAUJO, G. A. **O português na África Atlântica.** São Paulo: Humanitas, 2018. p. 47-97.

FIGUEIREDO, C. F. G. **Retratos do Libolo.** Lisboa: Chiado Editora, 2016.

FIGUEIREDO, C. F. G.; OLIVEIRA, M. S. D. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. **PAPIA**, v. 23, n. 2, p. 105-185, 2013.

FIGUEIREDO, C. F. G.; PETTER, M. M. T.; MONTE, V. M. **Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre René Robert.** Trabalho apresentado ao Encontro Anual da ACBPLE (Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola), Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde, 2016.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FISHMAN, J. A. **Reversing language shift**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 1991.

GUTHRIE, M. **The classification of the african languages**. London: Oxford Univ. Press, 1948.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Editora Objetiva, 2009.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F. Assessing endangerment: Expanding Fishman's GIDS. **Revue Roumaine de Linguistique**, v. 55, n. 2, p. 103-120, 2010. Disponível em: <http://www.lingv.ro/RRL%20202010%20art01Lewis.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue: Languages of the world**, 18th ed. Dallas, Texas: SIL International, 2021. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MACEDO SOARES, A. J. **Diccionario brasileiro da lingua portugueza: elucidario etymologico-critico**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1888.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A.; FACHIN, P. R. M. (org.). **Caminhando mato dentro: documentos do ouro do século XVIII**. São Paulo: Espaço Editorial, 2009. (Série Diachronica, n. 6)

MEINHOF, C. **Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantusprachen**. Berlin: Reimer, 1906.

MINGAS, A. A. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Porto: Campo de Letras Ed., 2000.

MONTE, V. M. do. **Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)**. São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2015.

PEDRO, J. D. **Étude grammaticale du kimbundu**. 1993. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade René Descartes, Paris, 1993.

- | Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert

RIBAS, A. Missão do Libolo (1893): Santo António. In: COSTA, C. F. A. **Cem anos dos missionários do Espírito Santo em Angola (1866-1966)**. Nova Lisboa: Nova Lisboa Ed., 1970. p. 92-94.

ROBERT, R. **Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos pelos missionários da Missão Católica de Calulo**. Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, Lisboa, caixa 191, capa 2, 1923. (manuscrito).

ROBERT, R. **A Missão Católica do Libolo**: do modo mais conveniente pelo qual os missionários devem propagar a religião cristã na terra dos negros. Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, Lisboa, caixa 191, capa 1, 1920. (manuscrito).

ROBERT, R. **O povo do Libolo**. Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, caixa 191, capa 1, 1912 (manuscrito).

ROBERT, R. **O Libollo**. Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo, caixa 192, capa 3, s.d. (manuscrito).

TORREND, J. **A comparative grammar of the South African Bantu language, comprising those of Zanzibar, Mozambique, the Zambesi, Kafirland, Benguela, Angola, the Congo, the Ogowe, the Cameroons, the lake region, etc.** Londres: St. Austin's Press, 2007. Disponível em: https://archive.org/stream/comparativegramm00torruoft/comparativegramm00torruoft_djvu.txt. Acesso em 20 jul. 2021.

VIDAL, J. E. L. **Por terras d'Angola**. Coimbra: F. França Amado Ed., 1916.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; PETTER, Margarida Maria Taddoni; MONTE, Vanessa Martins do. Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 115-142, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 12/08/2021 | Aceito em: 16/11/2021.

O CONCEITO DE LÍNGUA GERAL DE MINA: APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

Ivana Stolze LIMA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3277>

Resumo: O artigo propõe uma análise do conceito “língua geral de Mina”, a partir de sua ocorrência no título de um dos mais importantes registros sobre línguas africanas no Brasil (*Obra Nova da Língua Geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto, 1731 e 1741) e incorporando ocorrências similares e elaborações pertinentes à questão linguística em documentos históricos relacionados ao tráfico atlântico e escravização de povos africanos falantes de línguas gbe. Lança mão de historiografia já disponível e dialoga com estudos da área de história linguística, buscando uma perspectiva transdisciplinar. A principal hipótese é apontar tal conceito como um constructo português, através do qual a diversidade linguística dos povos envolvidos pelo tráfico e escravização foi enfrentada. Ao mesmo tempo, busca contribuir para a compreensão da experiência dos povos africanos escravizados, sua possibilidade de resistir e reconstruir vínculos sociais e comunitários.

Palavras-chave: Língua Geral. Línguas Gbe. Tráfico atlântico. Escravidão. Línguas Africanas no Brasil.

¹ Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, ivana@rb.gov.br; <http://orcid.org/0000-0001-6488-1036>

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

THE CONCEPT OF “LÍNGUA GERAL DE MINA”: NOTES ON ITS HISTORICAL MEANING

Abstract: The article proposes an analysis of the concept “língua geral de Mina” or General Language of Mina, based on its occurrence in the title of one of the most important records about African languages in Brazil (*Obra Nova da Língua Geral de Mina*, by Antonio da Costa Peixoto, 1731 and 1741). It includes an examination of similar occurrences of the concept, and elaborations pertinent to linguistic issues of the Atlantic slave trade and enslavement of African gbe-speaking peoples. It seeks a transdisciplinary approach between social history and linguistic history. The main hypothesis points to this concept as a Portuguese construct, through which the colonial agents faced the linguistic diversity of the peoples involved in the trade and in enslavement. At the same time, it seeks to contribute to the understanding of the experience of enslaved African peoples, as well their ability to resist and rebuild social and communal ties.

Keywords: General Language. Gbe Languages. Atlantic Slave Trade. Slavery. African Languages in Brazil.

Introdução

Esse artigo busca discutir o conceito histórico de língua geral de Mina. Antonio da Costa Peixoto (Felgueiras, Portugal, 1703 – Ouro Preto, 1763), que foi um escrivão e juiz da vintena na área mineradora, intitulou e datou os seus dois manuscritos que sobreviveram nos arquivos. O mais antigo, de 1731, chamou de *Obra nova de lingoa minna, traduzida ao nosso igdioma portuguez*². O segundo documento, de 1741, tem o título *Obra nova de lingoa geral de mina, traduzida, ao nosso igdioma*. Assim, trata-se quase do mesmo título em duas edições – manuscritas – de uma obra, que seguem a mesma estrutura básica na sua concepção e ordenamento, sendo que a de 1741 tem mais itens, frases e diálogos do que a primeira, além de outros elementos diferenciais.

Como interpretar o sentido de língua mina, ou língua geral de Mina, nos títulos dos documentos de 1731 e 1741? A análise que proponho objetiva problematizar seu significado

2 No documento original, que consultei no acervo de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, esse título foi riscado, e foi atribuído, por Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818), bibliotecário-mor da então Real Biblioteca Pública da Corte, o título *Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes*. A identificação da letra de Antonio Ribeiro dos Santos foi apontada pela bibliotecária Ana Cristina de Santana Silva, quando me atendeu em julho de 2018. Ultrapassar sua rasura, que aliás cobriu outros trechos do documento, e cuja motivação pretendo explorar em outro trabalho, é importante para recuperar a continuidade entre os dois manuscritos.

na tessitura histórica que os produziu, investigando sua ocorrência e relacionando-a a outros registros históricos sobre aspectos linguísticos dos povos gbe. Serão explorados, em perspectiva transdisciplinar, a historiografia e os estudos linguísticos pertinentes à questão³. Alguns elementos importantes da dimensão linguística da escravização de homens e mulheres podem ser evidenciados por essa abordagem, além de melhor perceber as implicações do que o raro registro elaborado por Antonio da Costa Peixoto e seus prováveis coautores anônimos têm a nos dizer, como um complemento ou contraponto a trabalhos já publicados sobre o documento. Pretende-se, com essa discussão, contribuir para o conhecimento acerca da experiência de povos africanos da chamada diáspora mina no Brasil, marcada pela violência da escravização, bem como pela possibilidade de resistir e reconstruir vínculos sociais e comunitários.

O conceito de língua geral de Mina e outras representações do tráfico e escravização na área gbe

É fato que a expressão consiste em uma representação portuguesa do que os próprios portugueses denominaram língua geral de Mina. Trata-se assim de um constructo intelectual-cognitivo, parcialmente exterior, forjado pelas relações principalmente comerciais travadas com a Costa da Mina, baseadas no tráfico de homens e mulheres, na circulação de tabaco, de ouro, de búzios, de aguardente, de armas, de tecidos e outros produtos. O conceito de Costa da Mina, através do qual a região era apreendida pelos portugueses; a categoria mina, a forma genérica de designar os povos; e o conceito de língua mina ou língua geral de Mina compõem esse projeto econômico-colonial. Seu conteúdo aponta para a expectativa de que haveria, entre os africanos traficados, uma possibilidade de comunicação. A montagem do tráfico na região, parte de um sistema atlântico que funcionou a ponto de gerar milhares de homens e mulheres traficados a cada ano, contou com essa expectativa.

O conhecimento linguístico atual considera a paisagem linguística da região a partir da discussão do conceito de línguas gbe, que se baseia na semelhança tipológica entre tais línguas, na verificação da possibilidade de intercompreensão entre seus falantes, na

³ Não faz parte do escopo deste artigo discutir os debates da linguística contemporânea sobre as possíveis definições e ressignificações do conceito de língua geral, os quais aliás se debruçam mais frequentemente sobre sua relação com as línguas dos povos ameríndios. No entanto, pode ser que a discussão aqui tratada contribua para tais debates, na medida em que busca entender o sentido histórico da expressão, presente em registros documentais, em sua formulação específica – língua geral de Mina. Certamente alguns contrapontos com o uso histórico do conceito “língua geral” quando referido às línguas ameríndias serão pertinentes para o problema aqui recortado. Além disso, alguns trabalhos da área de linguística histórica estão na base da investigação aqui proposta e serão apontados ao longo do artigo.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

hipótese de um possível proto-idioma gbe⁴. O conceito gbe foi incorporado por outras áreas, como a história e a antropologia, como um determinado nível de abordagem para a consideração dos povos envolvidos como “gbe falantes”, assim como para a região da sua ocorrência como “área gbe”, sem desconsideração das especificidades e dinâmicas próprias⁵. Por área gbe, entende-se uma faixa territorial que vai da região fronteira entre Gana e Togo, atravessa o Togo e o Benim, até parte da Nigéria, e do litoral até cerca de 200 quilômetros para o interior.

O historiador Carlos Silva Jr. foi quem identificou uma demanda específica por homens e mulheres daquela área linguística, apontando que, dentre outros aspectos de um sistema complexo que envolvia diferentes interesses e agentes do tráfico, a possibilidade de comunicação animava tal demanda. Isso teve impacto violento sobre as relações entre os povos da região, com a reconfiguração e fortalecimento de reinos pelos interesses do tráfico.

A demanda das Américas por escravos de grupos étnico-linguísticos específicos amplificou processos sociais já em curso no Golfo do Benim. Entre eles, o crescimento dos conflitos com reinos rivais e das razias sobre comunidades vizinhas. Embora os métodos de obtenção de escravos fossem variados – punições judiciais, vingança contra adversários políticos, não pagamento de dívidas, penhora humana, acusações de feitiçaria, razias e sequestros –, os conflitos bélicos foram o mecanismo básico. (SILVA Jr., 2020, p. 36).

Como escreve esse pesquisador, a história da escravização na região foi de uma violência “linguisticamente orientada, avançando sobre os grupos gbe-falantes” (SILVA Jr., 2020, p. 36). Carlos Silva apresenta um panorama da “diáspora mina-gbe”, apontando que já no século XVI havia comércio atlântico de escravizados no Golfo do Benim, levando povos falantes de gbe às Américas. Ingleses levaram-nos a Barbados, e Jamaica, desde a segunda metade do século XVII e durante todo o século XVIII. Para o Haiti (então São Domingos), foram levados pelos navios franceses ao longo do século XVIII. Para Cuba, principalmente no século XIX, até quase 1870, pela produção açucareira. Estavam

4 Retomarei esse debate na segunda parte do artigo.

5 A expressão área gbe ajuda a enfrentar a diversidade de representações geográficas e denominações que os povos europeus construíram sobre a região, bem como a historicidade das fronteiras dos Estados nacionais após a independência dos atuais Benim, Togo, Gana, Nigéria. Um dos pesquisadores que lança mão e explica sua utilização é Parés (2007). Outro exemplo é Sweet (2011). O conceito de área gbe é útil, mas deve ser utilizado com cuidado, pois se trata de uma área multilíngue, que tem a presença de línguas de outras famílias. No Benim, por exemplo, há também as línguas de outros grupos, como bariba, dendi, ditamari e iorubá, como assinala Kluge (2007).

também na Louisiana e Costa Rica (SILVA Jr., 2020). A presença dos falantes de línguas gbe foi importante também na gênese de línguas crioulas como as do Suriname, e Haiti (ABOH, 2015). Suas estimativas apontam que, durante o século XVIII, do total de 1.284.00 africanos levados do Golfo do Benim para as Américas, 72% eram falantes de línguas gbe (SILVA Jr., 2020).

Embora provavelmente anterior, em 1553 há notícias do contato de portugueses com povos gbe do litoral, envolvidos com a produção de pesca, sal e com o comércio (PARÈS, 2007). O tráfico da área gbe para as áreas de colonização portuguesa já existia desde o século XVI, se tornou constante no século XVII, e deslanchou em um ritmo altíssimo com o início da mineração do ouro e metais e pedras preciosas no final daquele século. Além da significativa concentração demográfica nas Minas Gerais, estiveram em outros centros urbanos e zonas rurais, uma vez que a mineração teve efeitos econômicos nas demais regiões. Estiveram na produção de açúcar e tabaco da Bahia, nos caminhos do sertão, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, na região platina, no Maranhão e Grão Pará.

No século XVII, o reino de Aladá (comumente referido na documentação em português como Arda) se configurou como um dos mais importantes reinos escravistas do tráfico transatlântico, e sua relação com Portugal data já do século anterior. Serafim Leite, na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, menciona a existência de um “Catecismo da língua dos ardas”, elaborado por um padre angolano que viveu no Brasil, Manoel de Lima (Luanda, c. 1667 – Salvador, 1718) e que, além de ser perito na língua de Angola, teria sido um “apóstolo dos Ardas”, mas essa obra estaria hoje perdida (LEITE, 1949). Se por um lado pode-se tratar de um equívoco (ZWARTJES, 2011), trata-se de um indício verossímil, dada a preocupação jesuítica em doutrinar os africanos em suas línguas, a presença significativa de pessoas ardas no período, e o fato de que foi comum a produção de catecismos manuscritos para uso dos padres. Outro catecismo dirigido aos ardas, tendo sido esse impresso, foi feito em espanhol, pelo padre capuchinho José de Najera, em 1658, a *Doctrina Christiana, y explicacion de sus misterios, en nuestro idioma Español, y en lengua Arda* (LABOURET; RIVET, 1929). Servindo também como vocabulário, como aponta uma nota no início da edição, esse é provavelmente o primeiro instrumento linguístico europeu, impresso, sobre uma língua gbe.

Outro vínculo entre o tráfico de escravizados e o mapeamento linguístico da região aqui focalizada pode ser visto pela atuação de Jean Barbot (1655-1712), um traficante francês, que atuou no tráfico britânico e elaborou um pequeno vocabulário do que

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

chamou as “principais línguas faladas na costa da Guiné”: as dos *geloffs* (jolofo?), a dos *foules* (fulas?), a da Costa do Ouro e, em uma só coluna, como uma mesma língua, a de Uidá e Aladá, que ele teria recolhido em Uidá. A partir de uma lista de palavras em inglês, em ordem alfabética, Barbot enumera as correspondentes naquelas línguas (BARBOT, 1732; LAW, 1992)⁶.

Outro documento que apresenta a tentativa de domínio linguístico pelos interesses do tráfico de humanos e demais relações comerciais sobre os povos falantes de gbe é a *Grammaire abrégée, ou entretien en langue française et celles des Nègres de Juda*, cujo título e subtítulo são bastante diretos: *Gramática abreviada, ou entrevista na língua francesa e na dos Negros de Uidá, muito útil aos que fazem o comércio de Negros nesse Reino, e para os cirurgiões das embarcações, para interrogar os Negros quando estão doentes, e que pode servir para compor um pequeno Dicionário* (LABAT, 1730, capa, tradução nossa)⁷. Produzido na década de 1720, quando então Uidá já era um dos portos importantes do embarque de cativos, é um vocabulário que compreende cerca de 80 frases curtas relativas a comércio, saúde, corpo humano, alimentação, numeração (LABAT, 1730; LABOURET; RIVET, 1929).

Um outro exemplo de registros elaborados por agentes envolvidos com o tráfico, escravização ou doutrinação é o de Christian Oldendorp, uma história das missões nas ilhas caribenhas, publicado em alemão em 1777. Há uma lista de itens lexicais em várias línguas africanas que o missionário recolheu nas ilhas, dentre as quais línguas gbe nomeadas por ele como *watje* e *papaa* (OLDENDORP, 1987)⁸.

Uma dimensão comum pode ser identificada a partir de relatos como os de Barbot, Labat, Oldendorp, Dalzel e o conceito português de língua geral: todos esses agentes europeus envolvidos com o tráfico e escravização estiveram atentos à possibilidade de intercompreensão. Essa era uma questão decisiva, ainda que eles próprios não conseguissem decodificar tais línguas. Barbot escreve, ao tratar da Costa do Ouro, de duas

6 BARBOT, Jean. *Description of the Coasts of North and South Guinea*. 1732. Ver o tópico “Vocabulary of words, names, and phrases, in the languages of the Geloffs, Foules, Gold Coast, Fida, and Ardra”, p. 416-420. Há um manuscrito em francês que não foi publicado, de 1688, e uma tradução publicada em inglês em 1732, mas baseia-se em viagens feitas no século XVII, além de relatos de outros viajantes. Sobre essa fonte, ver Law (1992).

7 No original: “[...] très utile à ceux qui font le commerce des Noirs dans ce Royaume, et pour les Chirurgiens des Vaisseaux, pour interroger les Noirs lorsqu’ils sont malades; ce qui peut servir pour composer un petit Dictionnaire”.

8 O *watje* pode ser o *aja*, e o *papaa*, o autor diz que seria o nome correto do reino do Popo. A publicação original é: OLDENDORP, Christian. *Geschichte der Mission der Evangelischen Brüder auf den Caraibischen Inseln, S. Thomas, S. Croix, und S. Jan*. 1777. Utilizamos a edição em inglês: OLDENDORP, C. G. A. *History of the Mission of the Evangelical Brethren on the Caribbean Islands of St. Thomas, St. Croix, and St. John*. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1987.

zonas distintas em relação a esse aspecto. Alguns dos termos que utiliza apontam que se trata de áreas que não são gbe, atualmente situadas em Gana:

Embora a Costa do Ouro não tenha mais que sessenta milhas de extensão, todavia há sete ou oito variadas línguas, tão diferentes que três ou quatro delas são ininteligíveis entre si, a não ser para os respectivos Nativos: os Negros de Junmore, dez milhas acima de Axim, não podem entender aqueles de Egira, Abocroe, Ancobes e Axim. Há de fato uma vasta diferença em suas línguas. Aquela de Axim tem um som brutal e desagradável; a de Ante é bem diferente daquela, embora não muito mais bonita. Mas a mais chocante é a de Acra, que não tem a menor similitude com nenhuma das demais. (BARBOT, 1732, p. 130-132, tradução nossa⁹).

Na sequência, ele traça a comparação com outro conjunto de povos, em que haveria intercompreensão:

Os outros Negros da Costa do Ouro, com exceção apenas daqueles de Aquamboe, geralmente entendem-se uns aos outros. Mas os Negros do interior são os mais agradáveis e prazerosos; falo daqueles de Dinkira, Akim, Acanny e Adom; essa diferença é facilmente perceptível, mesmo para uma Pessoa com quase nenhuma familiaridade com suas línguas. (BARBOT, 1732, p. 130, tradução nossa)¹⁰.

Barbot (1732, p. 131, tradução nossa¹¹) ainda aventa a possibilidade de compreender essa língua:

9 No original: "Though the Gold Coast is not extended above sixty miles in length, yet we find seven or eight several languages, so different that three or four of them are interchangeably unintelligible to any but the respective Natives: the Negroes of Junmore, ten miles above Axim, can not understand those of Egira, Abocroe, Ancobes and Axim. There is indeed a vast difference in their languages. That of Axim is a very disagreeable brutal sound; that of Ante, very different from it, though not much more beautiful. But more shocking is that of Acra, not having the least similitude with any of the rest."

10 No original: "The other Coast Negroes, those of Aquamboe only excepted, generally understand one another. But the in-land Negroes is by much the pleasantest and most agreeable; I mean those of Dinkira, Akim, Acanny and Adom; this difference is easily discernable to a Person but the least acquainted with their languages [...]."

11 No original: "And if the Negroes, which we dayly converse with, who live about our Forts, expressed themselves as agreeably as the others, 'twould be no difficult matter to learn their Language in two or three years [...] Some of us, amongst which I dare reckon myself, have made such a progress, that we understand the greatest part of it, though we can hardly hit the pronunciation."

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

E se os Negros, com quem nós diariamente conversamos, que vivem próximos aos nossos fortes, se expressam tão agradavelmente como os outros, não haveria tanta dificuldade em aprender sua língua em dois ou três anos [...]. Alguns de nós, dentre os quais eu ousou me incluir, têm feito tanto progresso, que nós entendemos a maior parte dessa língua, embora seja muito difícil pronunciá-la.

O traficante francês ainda vai além, apontando que se houvesse uma escrita entre os africanos, ou se os europeus conseguissem transliterar seus “estranhos sons”, seria mais fácil dominar a língua:

Pudessem os Negros, como eu dissera, ler ou escrever, nós poderíamos aprender suas línguas rapidamente, observando as Letras que expressam cada coisa; mas não tendo auxílio senão dos sons, eu acho que seria loucura tentar ir além. (BARBOT, 1732, p. 132, tradução nossa¹²).

O conceito português de língua geral pode ser entendido nesse quadro da experiência europeia para o estabelecimento das relações comerciais e do tráfico de humanos, diante da diversidade de línguas africanas. Independente de decodificar e construir um conhecimento mais detalhado sobre línguas específicas, tais agentes buscavam esse mapeamento mais genérico de como administrar a diversidade e a comunicação. Daí, listas comparativas, tentativas aproximadas de transliteração, ou avaliações como as pontuadas por Barbot, dentre outros. Ao mesmo tempo, como parte dessa “administração linguística” do tráfico, o uso de intérpretes locais foi decisivo, bem como tentativas de aprendizado ou ao menos compreensão das línguas locais pelos agentes europeus.

Na década de 1720, o reino do Daomé se fortaleceu, conquistando Aladá, Uidá e Jakin. Tanto na invasão do reino de Aladá, em 1724, como na conquista da cidade portuária e reino de Uidá, em 1727, foram feitos milhares de cativos. Comunidades litorâneas foram vítimas desse avanço, como os povos hulas e huedas, que foram nomeados no Brasil como courás ou couranos (MAIA, 2013). O foco de atração principal desse fluxo era justamente a inédita exploração aurífera na América portuguesa. Na década seguinte, a escravização avançou para o interior, atingindo o país mahi, de populações também falantes de gbe. Povos de língua iorubá, chamados anagôs, também foram alvo dessa conquista, estando

12 No original: “Could the Negroes, as I have said, either read or write, we should be able to learn their tongues speedily by observing the Letters which expressed each thing: but having no other assistance than the bare sound, I think ‘tis folly to attempt farther”.

presentes, ainda que de forma bem minoritária e pontual nesse período. A preferência dos portugueses por *huedas*, *fons* e *ardas* foi observada em 1728, pela Royal African Company, empresa que organizava o tráfico britânico (SILVA Jr., 2020).

Embora tal demanda não se baseasse apenas na dimensão linguística, havendo também representações apontando um vigor físico dos povos dessa origem, dentre outros aspectos, alguns registros explicitam aquela dimensão, como aponta Carlos Silva. Em documento de 1755, o capitão Jerônimo Leite Ferreira salientou que em Salvador havia grande procura, para as Minas Gerais, de escravizados dos portos de Uidá, Ipé e Popo Grande, “por serem de língua geral”¹³. A expressão aparece também no relato do traficante escocês Archibald Dalzel, que foi diretor do forte britânico em Uidá, e autor de uma *History of Dahomy*, do final do século XVIII. Ao apresentar o reino do Daomé, após uma breve introdução geográfica e econômica, afirma:

A língua é aquela que os Portugueses chamam língua geral, e é falada não apenas no Daomé, mas em Uidá, e os outros estados dependentes; e da mesma forma em Mahi, e muitos outros locais vizinhos. (DALZEL, 1967 [1793], p. v, tradução nossa¹⁴).

Dalzel é portanto um exemplo interessante que associou aos portugueses essa percepção e categorização sobre uma “língua geral”, que ele menciona literalmente no seu texto.

Ao optarem por escravos dos grupos étnicos da área gbe, senhores de escravos buscavam não apenas cativos com os quais estavam acostumados a lidar, um resultado direto das zonas de produção de escravos no Golfo do Benim; os documentos acima revelam um interesse direto na obtenção de cativos cujas línguas fossem mutualmente inteligíveis, de alguma maneira associadas à performance econômica no trabalho das minas. Era um cálculo econômico moldando suas preferências e as dinâmicas do tráfico no outro lado do Atlântico. (SILVA Jr., 2020, p. 43-44).

13 “Auto da investigação testemunhal a que procedeu o Desembargador António José da Fonseca Lemos”, de 20 de março de 1755, AHU, CU, Bahia, CA, doc. 1617. Citado por Silva Jr. (2020).

14 No original: “The language is that which the Portuguese call *lingua geral*, or general tongue, and is spoken not only in Dahomy-proper, but in Whydah, and the other dependent states; and likewise in Mahee, and several neighbouring places.”. O conteúdo do trecho é comentado também por Silva Jr. (2020).

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

Também no espaço americano, o conceito de língua geral através do qual os portugueses apreendiam os povos minas, aparece em registros paroquiais e cartas de alforria. Carlos Silva Jr. apresenta alguns exemplos ocorridos na Bahia, entre 1765 e as primeiras décadas do século XIX¹⁵. No caso de Vila Rica, foi localizado um registro, feito pelo pároco Pedro Leão de Sá em 1756, em um batismo de 11 escravos do mesmo proprietário: “[...] Batizei [...] a João, a Vitorino, a André, a Domingos, a Bernardo, a Manuel, a Jerônimo, a Tomás, a Pedro e a Matheus, escravos de João Pereira Pinto [...] todos são de nação mina de língua geral”.¹⁶

A noção de uma língua geral entre a comunidade mina foi corrente a ponto de ser utilizada inclusive por um africano liberto mahi (ou maqui) que, após viver em Salvador, se estabeleceu no Rio de Janeiro.

Em 1748 que cheguei a esta Capital vindo da cidade de Bahia, achei já esta Congregação ou Corporação de pretos Minas de varias nações daquela costa a saber Dagomé, Maqui, Iano, Agolin, Sabaru, todos de língua geral com muita união. [...] e continuando o tempo começaram os pretos a se zingarem as Nações umas com as outras [...].¹⁷..

Sua experiência apontou exatamente uma possibilidade de comunicação entre nações que se entendiam como distintas entre si. Com exceção do etnônimo Iano, cuja identificação não está estabelecida, os demais referem-se a povos falantes de gbe. Esse curto testemunho ganha uma importância preciosa para a compreensão de que havia uma língua partilhada, que permitiu uma associação, mas não anulava os sentimentos de identidades particulares.

O conceito gbe

Passemos agora a buscar a experiência linguística da região, em uma perspectiva endógena, construída por dois pesquisadores e linguistas beninenses: Hounkpati Capo (1983, 1988, 1991), autor que se dedicou à difusão e definição do conceito de gbe, e

15 Dentre outros exemplos citados pelo autor, há esse: “Óbito de João, da Costa da Mina, língua geral”, de 19 de janeiro de 1765, ASCMBa, Livro de Registro de Banguê 1261 (1764-1772), f. 24. (SILVA Jr., 2020, p. 44-45).

16 Arquivo Eclesiástico de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. códice 493, fl.135v, *Registro de Batismo* de 25/07/1756. Uma parte desse registro foi citada por Maia (2013) a quem devo a localização do documento.

17 Estatutos da Congregação dos pretos minas Maki no Rio de Janeiro (1786). Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos, 9, 3, II. Soares (2019) organizou uma edição do documento, acompanhada de um estudo histórico.

Christian Hounnouvi (2020), que apresenta algumas ponderações bastante ricas à difundida teorização de Capo, e ensaia uma interpretação sobre a obra de Antônio da Costa Peixoto e sobre o significado múltiplo do termo mina.

Precisamos antes nos despir de algumas visões naturalizadas que apontam fronteiras linguísticas construídas pela história ocidental que associam *uma* língua a *uma* nação. A formação dos estados nacionais, em um processo longo, mas que se consolidou no século XIX, teve como um de seus elementos de construção da soberania a definição de línguas nacionais que subsumiu um quadro de diversidade linguística interna. A partir da escolarização, da unificação da língua escrita, da produção de uma administração centralizada, dentre outros processos, esvaziou regionalismos, variedades linguísticas, particularidades locais, forjando a noção de uma língua única que se decalaria das fronteiras políticas nacionais, de onde emanou um nome para tais línguas unificadas: o inglês, o francês, o português, o espanhol, o italiano¹⁸... Assim, despidos dessas visões, sabemos que a diversidade linguística é intrínseca ao uso da linguagem. E ainda que o multilinguismo, ou a faculdade de se comunicar em outras línguas, é algo também intrínseco, embora essa mesma faculdade tenha sido e continue sendo coibida pelas políticas linguísticas unificadoras de estados nacionais. No continente africano, além da diversidade linguística estimada em cerca de 2 mil línguas, ou um terço das línguas do globo (estimado em 6 mil línguas vivas no início do século XXI), o multilinguismo faz parte da experiência cotidiana dos povos (BONVINI; BUSUTIL; PEYRAUBE, 2011, capítulo “Les langues d’Afrique”).

Essa última noção ajuda a que deixemos de lado outra visão distorcida, composta pelo imaginário de que a diversidade linguística africana levaria a uma incomunicabilidade. Imaginário construído externamente, que por vezes é reificado pela historiografia sobre a escravidão no Brasil (LIMA, 2017).

Como definiu Hounkpati Capo, no Golfo do Benim, em uma área geográfica que se estende do curso inferior do rio Volta (ou Amugan) a oeste, ao rio Ouémé/Wemé (ou Wógbó) a leste, e do litoral atlântico ao sul, até a latitude 9º ao norte, área que atravessa os países do Gana, Togo, Benim e Nigéria, por volta de 50 línguas aí faladas poderiam ser reunidas no grupo gbe (CAPO, 1991)¹⁹. Teria existido um proto-idioma do qual esse

18 No campo da história, diferentes autores se dedicaram a analisar esse processo. Sobre o conceito de comunidades imaginadas, e a importância da língua impressa e unificada para a formação da nação, ver Anderson (1999). Sobre a política da Revolução Francesa acerca da diversidade linguística, ver a obra coletiva de Certeau, Julia e Revel (1975). O caso italiano e as discussões teóricas são feitas ainda por Steinberg (1997).

19 O consenso sobre o uso do termo gbe foi resultado de discussões no 14º Congresso de Línguas Africanas, que ocorreu em Cotonu, Benim, em 1980 (CAPO, 1991).

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

complexo seria formado, embora essa hipótese não tenha sido demonstrada com clareza (HOUNNOUVI, 2020). As línguas gbe são classificadas como línguas cuá (kwa), que por sua vez fazem parte do tronco nígero-congolês. Vizinhas, línguas de outras famílias são faladas nas regiões fronteiriças: iorubá, adele, akpafu, acan, dangme. E dentro da área gbe haveria enclaves de falantes de avatime, lolobi e aguna (CAPO, 1988).

Capo propõe que essas cerca de 50 línguas podem ser identificadas em um *continuum* linguístico, ou complexo dialetal, ou mesmo como uma língua única, devido ao grau de intercompreensão entre si, que pode ser maior ou menor dependendo das línguas envolvidas. Ao mesmo tempo, o autor reconhece e não pretende invalidar os sentimentos comunitários, os contornos étnicos e as especificidades linguísticas que envolvem cada um desses falares. O autor classifica essas 50 línguas em 5 grupos: vhe (ou ewe), gen, aja, fon e phlá-pherá. Ao mesmo tempo em que, dentre esses povos, existiriam diferenças de cunho linguístico, simbólico, político, haveria um *continuum*. Assim, ainda que considerando tais especificidades, na perspectiva dos seus distintos grupos, o linguista propõe que se forje, na língua escrita, uma estandarização que serviria ao conjunto desses povos. A escolha pelo termo gbe, que significa língua em todas essas variantes, foi justificada por ser um termo neutro, que superaria a disputa envolvida em escolher um dos nomes específicos, como fon ou ewe para orientar esse projeto. A questão que estaria em aberto seria justamente saber se é possível falar em uma língua gbe, no singular, ou em um aglomerado (*cluster*) de línguas²⁰.

O conceito de gbe é útil também para perceber criticamente a história dos instrumentos linguísticos (AUROUX, 2009) produzidos pelo colonialismo europeu dos séculos XIX e XX, que disseminaram nomeações próprias e usaram sistemas de transcrição fonética específicos. Como aponta Capo, na tradição alemã, seguida pelos autores de língua inglesa, o termo ewe se tornou comum, a partir da obra de Schlegel, *Schlüssel zur Ewe-Sprache*, de 1857 e Alfred B. Ellis, *The Ewe-Speaking Peoples of the Slave Coast of West-Africa*, de 1890. Os franceses, que tenderam a usar mais o conceito de aja, adja, ou adja-fon, usaram também a nomenclatura “daomeano”, como aponta a obra de Maurice Delafosse,

20 “On vient de montrer, ou d’argumenter que, quelque soit la definition de ‘langue’ par rapport à ‘dialecte’ e a ‘groupe de langues’, tout le continuum Gbe peut être traité – en fait devrait être traité – comme une seule langue. Convaincu que cette position est à l’avantage des populations locutrices de cette langue, ainsi que de l’unité africaine, j’ai ainsi insinué qu’il est possible d’avoir une orthographe standard du Gbe. Je dois dire maintenant, de façon explicite, qu’il faut s’engager dans la voie de la standardisation consciente du Gbe pour en faire une langue moderne et sous-régionale.” (CAPO, 1983, p. 55). Em texto posterior, de 1988, provavelmente pelas críticas recebidas, o autor reforçou a questão das singularidades existentes, das representações particulares dos povos envolvidos sobre suas marcas linguísticas. Em texto de 1991, ele afirma que a questão de se tratar de uma língua única ou de um *cluster* continuaria em aberto e discute, dentre outros pontos, o nome que os próprios falantes atribuiriam a suas línguas.

Manuel Dahoméen, de 1894 e de missionários católicos como o padre Basilio Seguro, que começou a elaborar seu dicionário fon-francês em 1948. Capo enumera e analisa toda uma tradição escrita sobre as línguas gbe, apontando a heterogeneidade dos critérios de transcrição, que em geral obedeciam ao próprio alfabeto das línguas europeias dos seus autores. Mesmo as tentativas de transcrição com sistemas padronizados seriam ainda limitadas. Essa situação impediria trocas mais amplas na língua escrita. Um dos objetivos de Capo seria exatamente definir critérios para uma estandarização de uma escrita que pudesse atender à proposta de unificação, bem como alçar o gbe a uma “modernização” (CAPO, 1988, p. 47).

O pesquisador beninense Christian Hounnoui traz uma abordagem bem interessante, pois considera a diáspora mina em uma perspectiva africana e endógena, e discute criticamente as posições colocadas por Hounkpati Capo na década de 1980, buscando por um lado relativizar a intercompreensão e, por outro, frisar o multilinguismo da experiência gbe. Na medida em que, na diáspora, eram englobados na categoria mina tanto povos do litoral, como do interior, Hounnoui (2020, p. 64) afirma que “Embora até certo ponto pudessem se entender, eles falavam idiomas diferentes”.

A classificação mais aceita das línguas gbe é a do professor Hounkpati Capo, que as divide em cinco grupos de dialetos vhe (ou ewe), gen, ajá, fon e phla-pherá (xwla-xweda). Mas essa classificação não deve obscurecer o mosaico impressionante que o mapa linguístico gbe realmente é. Só no Benim, esses grupos costumam ser divididos em uma dúzia de subgrupos que, por sua vez, são compostos por uma infinidade de topoletos mais ou menos diferentes. Para cada topoletto, o número de falantes pode variar de algumas centenas a alguns milhares, e nem sempre é fácil enumerá-los e agrupá-los. A esta divisão válida no Benim, os subgrupos ganenses e togoleses devem ser adicionados para obter uma visão mais completa deste *continuum* dialetal. (HOUNNOUVI, 2020, p. 67).

Hounnoui apresenta o que entende pela situação de intercompreensão, tanto na área gbe, como provavelmente também na diáspora dos gbe-falantes: os interlocutores falam, cada um, sua própria língua e assim estabelecem a comunicação. No entanto, há exemplos em que essa intercompreensão não ocorre, como no caso dos falantes de xwla do sul do Benim, que não compreenderiam as línguas aja e ewe, sendo necessário o recurso a uma língua franca (gen ou gun). Haveria situações em que o bilinguismo precisaria ser acionado para se estabelecer a comunicação, pois além de diferenças lexicais, haveria distanciamentos nos verbos e estruturas sintáticas (HOUNNOUVI, 2020).

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

Outra contribuição importante de Hounnouvi diz respeito à existência de uma língua franca na área gbe: o gengbe. Segundo já havia sido apontado por Capo, o gengbe funcionaria como uma espécie de eixo do *continuum* gbe.

Com efeito, seja devido à influência generalizada do reino que o consolidou, seja porque muitos mercadores beninenses se abasteciam com produtos de todos os tipos no sul do Togo já no século XIX, ou ainda porque se tratava de uma língua com uma morfossintaxe mais acessível, o gengbè foi e continua a ser a única língua veicular cuja extensão cobre toda a costa, desde o oeste de Lomé até a região de Cotonu, incluindo o Mono mais ao norte. (HOUNNOUVI, 2020, p. 75).

Haveria indícios de que, em meados do século XIX, essa língua já fosse utilizada para essa intercomunicação, o que apontaria que sua formação deve ter se dado ainda antes desse período. A língua gen seria também chamada, por alguns, de mina. Seria tanto uma língua materna como uma língua para trocas comerciais e administrativas, uma língua de comunicação.

No Benim, o lexema mina refere-se a uma língua materna, ou segunda língua, de povos do sudoeste do país, principalmente os habitantes da região do Mono. Seu uso é quase exclusivo em cidades como Agoue ou Hilacondji, onde a influência Gen se fez presente desde o século XVIII. É a língua de identificação de muitos falantes desta região e serve como língua de comunicação em múltiplos contextos, inclusive sendo considerada uma língua nacional. (HOUNNOUVI, 2020, p. 62).

Os gen são povos que migraram de Accra para Anexo no século XVII e é nessa área que estão estabelecidos, com influência até o Popo Grande.

É falado em toda a capital e seus arredores como uma língua franca. Podemos ver então, do prisma endógeno benino-togolês, como os etnônimos gen e mina referem-se a uma realidade cultural e a um contexto geográfico bem definido. Diversos autores, entre os quais o ganês Divine Edem Kobla Amenumey, apresentam-nos os motivos dessa pluralidade de denominações, além de confirmarem a visão exógena que o termo mina carrega e o caráter local do etnônimo gen. (HOUNNOUVI, 2020, p. 63).

Numa análise preliminar da *Obra nova da língua geral de Mina*, Hounnouvi identificou traços de quatro línguas, que ocorrem nos atuais países Benim e Togo: kogbè (cotafon) (na área de fronteira com o Togo), fongbè (na parte central sul do Benim), gungbè (leste), gêngbè (Togo e parte ocidental do Benim).

Após a primeira leitura que fizemos do manuscrito de língua geral de Peixoto, notamos uma morfossintaxe e um léxico que tendem a um predomínio de palavras e estruturas cotafon / fon. A língua gun, também presente, era menos representada; notamos uma tímida presença do gêngbè, e o ewe ganense era quase ausente. (HOUNNOUVI, 2020, p. 75).

Isso leva o autor a se perguntar por que o manuscrito de Peixoto não manifestou a existência dessa língua franca já existente entre os povos gbe, e sim, predominantemente, o fon/cotafon. A língua chamada mina, da região da área gbe do Togo e parte do Benim, denominada preferencialmente por esses falantes como gengbe, em nada corresponde, portanto, ao que os portugueses denominaram língua geral de Mina, ao menos tal como foi registrada por Peixoto.

A Obra nova da língua geral de Mina

O histórico do conhecimento linguístico dos séculos XIX e XX sobre as línguas gbe apresentado por Capo, acrescentado dos registros dos séculos XVII e XVIII elencados e brevemente discutidos na primeira parte desse artigo, evidencia a dimensão temporal e a especificidade do conceito setecentista português: diante das diversidades²¹, não projetavam na ideia de língua geral exatamente uma unidade, mas antes a possibilidade de comunicação. Essa dimensão histórica sobre os registros e representações acerca dos povos gbe permite também situar a especificidade da *Obra nova da língua geral de Mina*. Não é nossa intenção, nesse artigo, fazer uma análise ampla dessa obra, e sim dialogar com alguns aspectos já comentados por outros pesquisadores, remetendo a trabalhos já publicados (LIMA, 2018, 2020).

Antonio da Costa Peixoto foi escrivão e juiz da vintena, cargos inferiores da administração colonial, tendo morrido pobre e solteiro (ARAÚJO, 2013). Peixoto não tinha uma formação intelectual específica como aquela a que os missionários religiosos

21 No início da década de 2000, os estudos historiográficos sobre culturas africanas no Brasil tiveram um grande desenvolvimento, motivado, dentre outros fatores, pela lei de 10.639/2003. A essa altura, Silvia Lara (2002) publicou um artigo no qual aponta a percepção das etnicidades africanas, pelos próprios agentes escravistas e a relação entre a linguagem e o domínio senhorial.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

tiveram acesso para construir todo um mapeamento linguístico dos povos que buscaram doutrinar. Por outro lado, ele conseguiu forjar um sistema de transcrição para a língua mina. Aproximou convenções alfabéticas da língua portuguesa para enfrentar sonoridades distintas e criar um critério para transformar aquilo que ouvia em escrita e organizar o vocabulário. Boa parte do documento foi construído com pequenos “blocos” de textos, à maneira de parágrafos, organizados por campos semânticos e por associação temática, e não por ordem alfabética. Aos termos na língua mina se seguem os termos em português. Seu formato é semelhante a listas de palavras, registros comuns quando se tratou de decodificar a língua do outro, elaboradas por viajantes, exploradores, comerciantes, que buscavam um uso prático. Tais blocos semânticos, ou de associação temática, se seguem em boa parte do vocabulário: corpo, vestimentas, utensílios, comidas, animais de criação, atividades ligadas ao trabalho, etc. Além de palavras, de vez em quando pequenas frases são inseridas. Como em “zo—fogo//zoqui – apagou-se o fogo//zotim = tem fogo” ou *zemmárófiéhéhâ*, “a panela ainda não ferve”, *hiháhúfelázou nim*, “sopra-lhe o fogo depressa”. A determinada altura (f. 6 do manuscrito de 1731, f. 14 no de 1741) além de frases, perguntas e diálogos, aparecem algumas vezes introduzidos com os marcadores “Pergunto” e “Responde”. Os diálogos e traduções apresentados por Costa Peixoto, em seu contato com os falantes de língua mina, *representam* relações sociais na escravidão. Trata-se de um peça textual que, para além do que tenham sido seus objetivos e formas de uso e circulação, opera uma representação e uma elaboração simbólica sobre a experiência. Daí a potência dos diálogos relacionados à violência brutal e à tensa negociação da escravidão (ver a esse respeito o estudo de Lara, 2002), com um teor dramático raríssimas vezes explicitado.

Aryon Rodrigues (2002) nos brinda com uma belíssima história sobre como conheceu o “livrinho de Costa Peixoto” e o que fez com ele. Em 1957, pesquisava nos arquivos portugueses, em uma missão da Universidade de Hamburgo sobre línguas africanas, onde conheceu Luís da Silveira que, em 1944, quando dirigia a Biblioteca Pública de Évora, fora o responsável pela primeira publicação impressa do manuscrito de 1741. Aryon conta que essa edição foi censurada e apreendida pelo governo salazarista. Já no ano seguinte, Silveira fez uma nova edição, dessa vez incorporando as informações do manuscrito de 1731, do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Essa edição de 1945 tentou se ajustar ainda mais à censura, expurgando trechos em português (o que já tinha tentado fazer na primeira edição, mas não foi suficiente para ajustar a “licenciosidade” condenada pelos valores da época). Minha hipótese é que o motivo da restrição à circulação e consulta da obra foi a forma como a violência da escravidão aparece ali representada, bem

como a possibilidade de uma negociação e resistência da parte dos escravizados²². Os africanos falantes de mina são representados na obra como enunciadores, interlocutores de um diálogo com o mundo que os escravizou (LIMA, 2018, 2020), e isso seria talvez insuportável para o regime colonialista e ditatorial português.

Aryon conta que, após obter autorização para adquirir um exemplar na Agência Geral das Colônias (órgão do governo que lidava com a administração das colônias africanas e que havia editado o livro), teve oportunidade de cotejar a edição impressa com o manuscrito em Évora, com uma interessante síntese,

[...] tendo anotado à margem de meu exemplar desta todas as divergências que encontrei devidas a leituras equivocadas ou a descuidos de quem executou a cópia para a publicação. A grande maioria das diferenças tem a ver com a leitura dos acentos gráficos, mas também houve omissão acidental de algumas poucas frases e a omissão proposital – imposta pela censura – de muitas traduções. (RODRIGUES, 2003, p. 92).

Dedicando-se depois a seus estudos sobre a língua tupinambá, tendo se tornado um dos principais especialistas sobre línguas indígenas, só voltou ao trabalho de Peixoto nos anos de 1980, quando fez amigos beninenses que estudavam na UNICAMP, sendo dois que falavam o fon, um falante de gun, e outro de mahi. Com esses amigos, de forma mais sistemática com um dos falantes de fon, leu a escrita de Peixoto e de certa forma *re-oralizou* todo o documento, partindo do que estava escrito a uma nova transcrição fonética e chegando a uma contundente conclusão:

Pelo menos 90% dos dados do manual de Costa Peixoto foram imediatamente reconhecíveis, não só os vocábulos soltos, mas igualmente as sentenças, de modo a não deixar dúvidas de que a língua em questão pertence ao complexo dialetal Ewe [Gbe] e coincide sobretudo com o Fõ. Algumas formas divergem e se identificam com um ou outro dialeto, ora com o Mahi, ora com o Gum. (RODRIGUES, 2003, p. 93).

Nessa espécie de performance, Aryon Rodrigues e os estudantes beninenses, ao emprestarem uma forma oral à escrita de Peixoto, injetam vida naquele documento,

22 Em 2018, consulte diferentes acervos portugueses em busca de registros sobre a censura e limitações à circulação das edições de 1944 e 1945 da *Obra nova da língua geral de Mina*, mas infelizmente não consegui localizar tais informações. Ao menos àquela altura, a documentação da Agência Geral das Colônias, sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, não estava organizada. Buscas nos diários oficiais e outros arquivos foram também infrutíferas.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

sendo a melhor evidência de que se tratava ali de um registro íntegro de uma comunicação africana na primeira metade do século XVIII. Rodrigues adverte também que dada a proximidade fonológica, gramatical e lexical dessas línguas, a correspondência exata com a chamada língua mina nas Gerais seria uma tarefa difícil, mas que a proximidade com o fon e o gun seriam as mais percebidas.

Outra pesquisadora brasileira construiu com a obra de Antonio da Costa Peixoto uma aventura de conhecimento também muito instigante. A etnolinguista Yeda Pessoa da Castro fez um trabalho de campo entre 1972 e 1974 nas cidades de Porto Novo e Abomey, no Benim, com o interesse principal de cotejar o vocabulário recolhido em terreiros de candomblé da Bahia, bem como o registro de Peixoto, para melhor compreender o que ela denominou como língua mina-jeje no Brasil. Ela organizou uma nova edição do documento, emprestando a ele uma ordenação bem diferente, listando as entradas em ordem alfabética (o documento original foi organizado, em geral, por associação conceitual). 82% do vocabulário foi identificado por ela como correspondente à língua fon, sendo o restante identificado como mina (outro nome para a língua gen), gun, ewe e mahi (CASTRO, 2002)²³. Ao lado de cada entrada, apontou o correspondente da transcrição fonética do fon, algo que Aryon Rodrigues também havia feito no seu material de trabalho que permanece inédito. Dessa forma, a edição publicada por Castro é uma ferramenta muito útil para conhecer e explorar a *Obra nova*, embora tenha acabado por suprimir muito do que a estrutura original do documento indica e sugere. O volume buscou também uma interpretação histórica e cultural dos elementos do vocabulário.

Wellington Santos da Silva (2020), a partir de uma minuciosa análise inspirada no trabalho do linguista beninense Enoch O. Aboh, indica que a língua geral de Mina tal como documentada por Antonio da Costa Peixoto, seria fruto da situação diaspórica do encontro de falantes de línguas gbe, com inovações na sua estrutura sintática. Seu trabalho reitera que o registro feito na *Obra nova* foi bem-sucedido no sentido de ter apontado uma língua plena, no entanto se distingue de trabalhos anteriores por focalizar a morfossintaxe da língua registrada. Silva (2020, p. 209) identificou na língua geral de Mina características de uma “gramática essencialmente gbe”, principalmente do grupo oriental, fongbe e gungbe, embora com inovações devidas à ecologia das línguas naquele contexto específico, que pôs em comunicação falantes dos distintos grupos gbe, falantes de português e africanos de outras áreas. Com os dados que apresenta, ele embaralha outras análises, mais centradas na conferência do léxico, que apontaram o predomínio fon, para mostrar que há elementos morfossintáticos também do gun, embora esses tenham

23 Na tabela em que classifica os itens lexicais do documento, a autora não menciona mais o gen (mina), ver Castro (2002).

sido reconfigurados em formas de falar inovadoras da diáspora. Deixando de lado noções correntes de que houve uma “perda” ou “degeneração”, sua análise reitera a vitalidade e uma capacidade de negociar a comunicação. Essa dimensão é bastante interessante, quando investigamos como os povos africanos escravizados e traficados reconstruíram seus vínculos sociais e comunitários.

Uma marca interessante de tais pesquisas é a colaboração com falantes beninenses do gbe. O professor Aryon Rodrigues com os jovens estudantes, Yeda Pessoa de Castro com seu trabalho de campo, Wellington de Souza com o linguista Enoch O. Aboh. Nossa aposta é que também Antonio da Costa Peixoto contou com a colaboração anônima dos falantes da *língua mina*, os quais podem ser considerados de alguma forma coautores do vocabulário (YAY, 2000; LIMA, 2018 e 2020). Quando esse documento é lido à luz da historiografia sobre os povos categorizados como minas, ou categorias subjacentes (couranos, mahis, jejes, savalus, ladanos, dagomés e outras) em diferentes partes do Brasil, e mais particularmente nos estudos sobre a área mineradora onde veio à luz o registro de Costa Peixoto, é bastante visível a perspectiva africana que o moldou. A experiência feminina nas relações de comércio, nas questões de intimidade e vida afetiva, nos usos e apropriações da própria língua senhorial pode ser acompanhada na leitura cruzada do documento com outras fontes e trabalhos analíticos. As análises linguísticas aqui referidas, de Rodrigues, Castro e Wellington, são bastante pertinentes face ao conhecimento demográfico sobre o tráfico para a então América Portuguesa que, no século XVIII, teve um amplo predomínio de povos falantes de línguas gbe (SILVA Jr., 2020; PARÈS, 2007, MAIA, 2013, dentre outros).

Como conciliar, porém, o meu argumento de que “língua geral de Mina”, nas suas ocorrências genéricas, significaria antes uma representação portuguesa sobre a possibilidade de comunicação, com o registro feito por Antonio da Costa Peixoto, cujas análises linguísticas apontam para o predomínio do fon (HOUNNOUVI, 2020; RODRIGUES, 2003; CASTRO, 2002), ou para uma variante inovadora com traços do fon e gun (SILVA, 2020)?

Conclusão

Para construir a ordem colonial e escravista, o conceito (político e intelectual) de língua geral foi estratégico. Na relação com os povos ameríndios, o uso do conceito é bastante conhecido. Ocorreu também na relação com os povos da região Congo-

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

Angola²⁴. Até onde já consegui perceber, é uma expressão que foi corrente entre as línguas ibéricas. “General language” não é uma expressão utilizada em inglês, por exemplo, sendo mais corrente a noção de língua franca. Ao menos no significado aqui apontado, língua geral, no universo cultural português, em seu uso histórico no período colonial, não significaria exatamente o mesmo que língua franca. Foi empregado como uma forma de administrar a diversidade de línguas e povos a serem incorporados e submetidos a essa ordem. Estabelecer a comunicação, mapear as línguas faladas, construir conhecimento e instrumentos de domínio sobre as mesmas (vocabulários, dicionários, gramáticas, catecismos), fez parte da colonização linguística, que de alguma forma arruma o cenário para a difusão da língua do colonizador, que foi lenta e violenta. Línguas gerais são, nesse sentido uma categoria conceitual política talvez inventada pelos portugueses. Inventada, ou forjada, sobre uma prática de intercomunicação vivenciada pelas habilidades linguísticas dos povos envolvidos. O fato de ser um constructo político e cognitivo é importante para que não deduzamos, numa projeção, que as práticas linguísticas na Costa da Mina correspondiam à existência de uma língua. Ou que sua comunicação dependesse especificamente dessa uma língua comum, projetada de forma exógena. O ambiente cotidiano desses povos era marcado pelo multilinguismo.

É possível que o conceito de língua geral empregado para os povos da Costa da Mina seja decorrente da experiência colonizadora ibérica com os povos ameríndios, e portanto é interessante um contraponto sobre sua aplicação no quadro americano e no africano. No caso das línguas gerais indígenas, há muito mais registros históricos e uma maior tradição de pesquisas na área dos estudos linguísticos. Produções da historiografia linguística associam o conceito a uma política linguística ibérica, como por exemplo a coletânea e seminário sobre o tema, realizado na UERJ em 2000²⁵: “políticas de difusão de algumas línguas ameríndias, identificadas pelos colonizadores como ‘línguas gerais’, em face da extensão e posição de seus falantes, bem como pelas funções que elas desempenham.” (ROSA; BESSA-FREIRE, 2003, p. 7). Mais especificamente, se tratou de uma política missionária, estimulada pelas monarquias, que visaram atender ao projeto de catequese, e conseqüentemente ao estabelecimento de uma ordem colonial específica. A proposta de obter uma comunicação com povos distintos em uma língua mais ou menos uniforme, contou, por um lado, com características linguísticas dos povos indígenas envolvidos nas diferentes situações – vide, por exemplo, a percepção sobre a “língua mais falada na costa”, cristalizada no trabalho de José de Anchieta, ou a existência de uma koiné

24 Cannecatim, missionário que atuava em Angola desde as últimas décadas do século XVIII, trata da “Língua Bunda, ou geral do Reino de Angola” (CANNECATIM, 1804, p. iv).

25 I Colóquio sobre Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial.

no império Inca, como mostra Consuelo Alfaro Lagorio, preexistente à invasão ibérica e que serviu de base a uma tentativa de expansão padronizada pelos agentes coloniais (LAGÓRIO, 2003). Mas por outro lado, para que tal política ganhasse consistência, todo o trabalho de decodificação escrita dessa “língua geral” foi fundamental para que a mesma atingisse certo grau de uniformização e circulação. Assim, o fenômeno de sua formação não se separa da elaboração de vocabulários, descrições gramaticais, catecismos. Havia ainda um empenho explícito para que padres e catequistas aprendessem tais línguas. Os colégios jesuítas da América Portuguesa foram espaços dessa formação missionária. Houve assim um efeito importante em que esse processo de decodificação, circulação dos instrumentos linguísticos e aprendizagem, em meio a falantes “não nativos”, e novos usos e funções sociais, teria levado a mudanças estruturais (RODRIGUES, 1996). Bessa-Freire (2007) descreve e analisa a implantação da língua geral amazônica entre povos não tupis no Rio Negro.

Mas o caso da língua geral de Mina, ao menos com a documentação e referências que puderam ser utilizadas, parece ter sido bem diferente. Insistimos aqui na hipótese de uma possibilidade de comunicação entre falantes de línguas próximas (ou muito próximas), mais do que na identificação de uma língua específica compartilhada, pois não houve (ou não restaram indícios) de nenhuma produção escrita de instrumentos linguísticos para o que chamaram de língua mina, da forma como houve para as línguas ameríndias, de forma a ocasionar ou mesmo produzir um uso mais ampliado e relativamente mais homogêneo. Considero improvável que a *Obra nova* tenha circulado muito além do entorno de Vila Rica, embora seu formato e a frase final do autor sugiram a possibilidade de cópias manuscritas, indícios de que teve uma circulação local. Seu conteúdo, porém, estaria muito longe de ser aceito em uma sociedade de códigos morais rígidos.

Tenho dado fim ao que prometi, no princípio deste caderno; e peço ao dono dele, o estude, de sorte que dê por bem empregado o limitado dispêndio. E que o não empreste, nem traslade, nem dê a trasladar a ninguém, e finalmente me enculque curiosos para que me comprem outros volumes, que com ânsia e fervor, fico dando ao prelo, e breve me sairão. E do contrário me darei por muito mal servido; e satisfeito pois notório e público a grande despesa, e esplêndido gasto que tenho feito, nesta nova oficina. (PEIXOTO, 1741, fólhos 41 e 42).

Dessa forma, para além de identificar a que línguas específicas a chamada língua mina poderia corresponder, vale não perder de vista que havia diferentes povos que conseguiam se comunicar uns com os outros.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

Deve-se assim considerar que o trabalho de Peixoto nunca será representativo de toda a comunicação estabelecida pelos gbe falantes entre si e com os falantes de português (e quem sabe de outras línguas) nas Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII. Isto é, que a comunicação travada entre os povos falantes de línguas atualmente classificadas como gbe, foi sem dúvida muito mais amplo do que o registro fixou. Em outras áreas da América, outras soluções podem ter sido elaboradas pelos povos gbe para sua intercomunicação. Na Bahia, onde se formou uma “nação jeje” metaétnica entre falantes de gbe, nos termos apontados por Nicolau Parès (2007), devem ter surgido outras soluções e negociações. Da mesma forma, no Rio de Janeiro setecentista, a percepção de uma língua geral da nação mina (SOARES, 2002, 2019) pode ter tido características distintas. Os falantes africanos, classificados pelos portugueses como mina ou como “de língua geral mina” (ou jeje, no caso baiano), que usavam línguas gbe, já se comunicavam na sua terra e suas conversas certamente foram além do que foi denominado e registrado como a língua geral de Mina.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa de produtividade (PQ2), aos bolsistas PIBIC Ana Luíza Guimarães Ribeiro, Lucas Sampaio Costa Souza e Vinicius Steidle, e aos diferentes interlocutores da área de Linguística que contribuíram para essa abordagem transdisciplinar, particularmente aos colegas do Laboratório de Estudos Linguísticos Transatlânticos (USP). Agradeço ainda as sugestões e críticas dos pareceristas anônimos.

Referências

ABOH, E. O. **The Emergence of Hybrid Grammars. Language Contact and Change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, F. **Fome de ouro e fama da obra. Antonio Costa Peixoto e a Obra Nova de Lingoa Geral Mina.** 2013. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a53-faraujo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora UNICAMP, 2009.

BARBOT, J. **Description of the Coasts of North and South Guinea.** s. ed.: Londres, 1732. Disponível em: <https://archive.org/details/b30453549>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BESSA-FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. **Línguas Gerais. Política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

BONVINI, E.; BUSUTIL, J.; PEYRAUBE, A. **Dictionnaire des langues.** Paris: PUF, 2011.

CANNECATIM, B. **Diccionario da Lingua Bunda, ou Angolense, explicada na portuguesa, e latina.** Lisboa: Impressão Régia, 1804.

CAPO, H. B. **A Comparative Phonology of Gbe.** Berlin: De Gruyter Mouton, 1991.

CAPO, H. **Renaissance du Gbe: réflexions critiques et constructives sur l'éve, le fon, le gen, l'aja, le gun etc.** Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1988.

CAPO, H. Le Gbe est une langue unique. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 53, n. 2, p. 47-57, 1983.

CASTRO, Y. P. de. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

CERTEAU, M. de; JULIA, D.; REVEL, J. **Une politique de la langue. La Révolution Française et les patois: l'enquête de Grégoire.** Paris: Gallimard, 1975.

DALZEL, A. **The History of Dahomy, an Inland Kingdom of Africa** [1793]. Londres: Frank and Cass, 1967. Disponível em: <https://archive.org/details/b28764808>. Acesso em: 24 nov. 2021.

HOUNNOUVI, C. Povos gbe da Costa da Mina: questionando a intercompreensão e a identidade linguística. In: RODRIGUES, A.; FARIAS, J.; LIMA, I. S. (org.). **A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020. p. 55-83.

KLUGE, A. The Gbe Language Continuum of West Africa: A Synchronic Typological Approach to Prioritizing In-Depth Sociolinguistic Research on Literature Extensibility. **Language, Documentation and Conservation**, v. 1, n. 2, p. 182-215, dez. 2007.

LABAT, J.-B. **Voyage du Chevalier des Marchais em Guinée, isles voisines et à Cayenne, fait em 1725, 1726 et 1727**, Tomo 4. Paris: Saugrain, 1730. Disponível em: <https://archive.org/details/LabatMarchais1731>. Acesso em: 24 nov. 2021.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

LAGÓRIO, C. A. Elementos de política linguística colonial hispânica: o Terceiro Concílio Limense. *In*: BESSA-FREIRE, J. R.; ROSA, M. C. (org.). **Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 43-57.

LARA, S. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. *In*: ALMEIDA, M. V. de; BASTOS, C.; FELDMAN BIANCI, B. (org.). **Trânsitos Coloniais**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 205-225.

LAW, R. Jean Barbot as a Source for the Slave Coast of West Africa. **History in Africa**, v. 9, p. 155-173, 1992.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Rio de Janeiro/Lisboa: Civilização Brasileira/Portugália, 1949.

LIMA, I. S. Tradução mina para a terra do branco. *In*: RODRIGUES, A.; FARIAS, J.; LIMA, I. S. (org.). **A diáspora mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nau Editora, 2020. p. 385-411.

LIMA, I. S. A voz e a cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. **Revista Brasileira de História**, Dossiê "Por escravos", v. 38, n. 79, p. 41-63, 2018.

LIMA, I. S. Língua e diversidade: imagens sobre africanos e escravidão. **História da Historiografia**, v. 25, p. 44-64, 2017.

MAIA, M. **De reino traficante a povo traficado. A diáspora dos courás do golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa. 1715-1760**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NAJERA, J. de. **Doctrina Chistiana**. Madrid: Domingos Garcia Morras, 1658. Edição facsimilar reproduzida em LABOURET, H.; RIVET, P. **Le Royaume d'Arda et son évangélisation au XVII siècle**. Paris: Institut d'Ethnologie, 1929.

OLDENDORP, C. G. A. **History of the Mission of the Evangelical Brethren on the Caribbean Islands of St. Thomas, St. Croix, and St. John**. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1987.

PARÉS, N. **A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEIXOTO, A. da C. **Obra nova da lingoa geral de mina, traduzida ao nosso igdioma.** 1741 (Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora).

PEIXOTO, A. da C. **Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes.** 1731 (Manuscrito, Seção de reservados Biblioteca Nacional de Lisboa).

PEIXOTO, A. da C. **Obra nova da língua geral de Mina.** Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944. Disponível em: <https://purl.pt/16608>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PEIXOTO, A. da C. **Obra nova da língua geral de Mina.** Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

PETTER, M. T. **Introdução à linguística africana.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

RODRIGUES, A. **Obra Nova da Lingua Geral de Mina: a língua ewe nas Minas Gerais.** *Papia*, v. 13, p. 92-96, 2003.

RODRIGUES, A. **As línguas gerais sulamericanas.** *Papia*, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996.

SILVA, W. S. da. **A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil.** 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA Jr., C. **A diáspora mina-gbe no mundo atlântico.** In: RODRIGUES, A.; FARIAS, J. B.; LIMA, I. S. (org.). **A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Nau Editora, 2020. p. 21-52.

SOARES, M. de C. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão. Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, M. de C. (org.). **Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza. Manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786.** São Paulo: Chão Editora, 2019.

STEINBERG, J. **O historiador e a questione della lingua.** In: BURKE, P.; PORTER, R. (org.). **História Social da Linguagem.** UNESP/Cambridge, 1997.

- | O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico

SWEET, J. **Domingos Alvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World**. The University of North Carolina Press, 2011.

ZWARTJES, O. **Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: LIMA, Ivana Stolze. O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 143-168, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 01/09/2021 | Aceito em: 29/10/2021.

A SINTAXE DA LÍNGUA GERAL DE MINA NO CONTEXTO DA SINTAXE DAS LÍNGUAS GBE: PROBLEMATIZANDO HIPÓTESES DE REESTRUTURAÇÃO

Wellington Santos da SILVA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3311>

Resumo: O objetivo deste trabalho é propor a análise de alguns tópicos da sintaxe da língua geral de Mina, uma língua africana falada em Minas Gerais, durante o século XVIII. A análise dos dados sintáticos, calcada na literatura sobre a gramática das línguas Kwa/Gbe, serve para problematizar as abordagens de Yai (1997) e Bonvini (2008), os quais argumentam que a língua africana em questão passou por processos de reestruturação acentuada no Brasil. Porém, os tópicos gramaticais mostram que é possível dizer que a língua geral de Mina tem muitas semelhanças com as outras línguas Gbe, tanto do ponto de vista diacrônico quanto do ponto de vista das línguas Gbe modernas. Por tal razão, defendemos que ela não pode ser classificada como uma variedade crioulizada ou pidginizada.

Palavras-chave: língua geral de Mina. Línguas Gbe. Construções de Serialização Verbal. Verbos de Complementação Inerente.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; santosdasilvawellington@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-8502-8429>

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

THE SYNTAX OF “LÍNGUA GERAL DE MINA” IN THE CONTEXT OF THE SYNTAX OF GBE LANGUAGES: CRITICISMS TO RESTRUCTURING HYPOTHESES

Abstract: This paper aims to analyze some topics of the syntax of “língua geral de Mina”, an African language that was spoken in Minas Gerais during the 18th century. Based on the literature on Kwa/Gbe grammar, we analyze some syntactic data in order to criticize Yai’s (1997) and Bonvini’s (2008) proposals, who argue that “língua geral de Mina” underwent a noteworthy grammatical restructuring process. However, we submit that this African language has many similarities with other Gbe languages – modern and diachronic Gbe –, a reason why it cannot be classified as a creolized or pidginized variety.

Keywords: língua geral de Mina. Gbe languages. Serial Verb Constructions. Inherent Complement Verbs.

Introdução

Um dos aspectos mais salientes da história linguística brasileira consiste no contato estabelecido entre o português e várias línguas africanas, um dos frutos da terrível história colonial brasileira que, ao longo de mais de três séculos, levou vários povos africanos à travessia forçada do Atlântico. Não obstante as íntimas relações entre África e Brasil, houve, no campo dos estudos linguísticos, um longo período de negação do impacto das línguas africanas na formação do português do Brasil (doravante, PB). Porém, nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas que buscam desvendar os impactos dessas histórias de contato em vários domínios da gramática do PB, indo do léxico até a sintaxe.

Apesar do referido impulso dos estudos relativos aos impactos do contato linguístico na formação do PB, pouca atenção tem sido dada ao exame das línguas africanas que foram faladas no país. Em geral, parece ser dominante a concepção de que, no contexto colonial, os africanos escravizados rapidamente abandonavam suas línguas para fazer uso do português. Ora, conforme atestam várias pesquisas, é inegável a contribuição dos africanos escravizados para a formação e espraiamento do PB. Porém, parece-nos problemático não considerar que as línguas africanas propriamente ditas também compunham a *ecologia de contato* do Brasil colonial – no sentido de Mufwene (2008)² –,

² Em linhas bastante gerais, a *ecologia linguística*, na concepção de Mufwene (2008), diz respeito ao ambiente no qual se processam os fenômenos de evolução linguística, isto é, o nascimento, o desenvolvimento e a eventual morte de línguas, além dos contatos entre os seus falantes. Numa ecologia linguística, são considerados os fatores socioeconômicos estruturantes, aspectos sociais, históricos, políticos etc., bem como as línguas que entram em contato. Por isso, defendemos que a história linguística brasileira tem as línguas africanas como um dos seus eixos principais.

visto que, de acordo com dados hauridos da historiografia, variedades oriundas de África serviram como meios de comunicação em diferentes pontos da colônia, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (cf. SOARES, 2019). Naturalmente, um elemento complicador para a abordagem desses aspectos da história linguística reside no fato de que é rara a existência de documentos que possibilitem a identificação das línguas africanas faladas no Brasil, ao contrário, por exemplo, das línguas gerais indígenas, que foram registradas pelos padres jesuítas. Entretanto, mesmo diante da pobreza de fontes, consideramos que alguns dos poucos documentos existentes não têm sido estudados a partir de critérios que possam realçar a relevância das línguas neles registradas para a compreensão do impacto do contato linguístico no Brasil.

Um dos documentos que podem ser inseridos no rol dos raros testemunhos sobre as línguas africanas no Brasil é a *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina, traduzida, ao nosso Igdioma*, apresentada por António da Costa Peixoto, em 1741. Costa Peixoto era um homem português que, no século XVIII, desempenhava o cargo de juiz de vintena (cargo da Justiça não letrada) em São Bartolomeu, próximo ao distrito de Vila Rica de Ouro Preto – naquele momento, o epicentro da economia mineradora do Brasil colonial (ARAÚJO, 2013; SOUZA, 2004). No contexto da sociedade mineradora, Costa Peixoto mantinha sólidas interações com a comunidade dos africanos escravizados, tendo sido, inclusive, pai de quatro crianças mestiças, filhos de africanas Mina³. Devido a essa proximidade com o grupo dos africanos escravizados, na *Obra Nova*, Costa Peixoto apresenta uma espécie de manual de conversação na língua geral de Mina (doravante, LGM), composto de glossário e alguns diálogos na LGM, ambas as seções com traduções livres para o português.

É importante pontuar que a *Obra Nova* se constitui como um documento bastante diferente de outros encontrados no cenário colonial brasileiro, como as obras jesuíticas dedicadas às línguas gerais indígenas, como também a *Arte da Lingoa de Angola* (1697), gramática do quimbundo, escrita pelo jesuíta português Pedro Dias. A primeira diferença importante reside justamente na autoria do manuscrito, pois, diferentemente de outros, Costa Peixoto era um homem leigo (leia-se, não religioso), sem ambições de converter os africanos à religião cristã e que vivia imerso na densa comunidade dos *desclassificados do ouro* (cf. SANTOS DA SILVA, 2020; ARAÚJO, 2013)⁴. Além disso, diferentemente dos missionários, os quais detinham formação intelectual avançada para a época, Costa

3 De acordo com Parés (2018, p. 79), no século XVIII, o termo *mina* era utilizado para fazer referência aos africanos escravizados capturados na região da Costa da Mina, localidade que atualmente corresponde, aproximadamente, aos países de Gana, Togo e Benim.

4 Vale destacar que, segundo se registra em Araújo (2013), Costa Peixoto foi removido de seu cargo de juiz de vintena a pedido de pessoas ligadas aos agentes coloniais, devido às relações que ele mantinha com os africanos escravizados, sobretudo no ambiente das vendas.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Peixoto aparentava ser um homem modesto, de baixa instrução letrada. Segundo Fernandes (2012), embora apresentasse uma escrita razoável para a sua época, o autor da *Obra Nova* exibia variantes estigmatizadas do português. Vale destacar que o próprio Costa Peixoto tece comentários a respeito de sua baixa formação intelectual ao justificar a escrita da *Obra Nova*.

Dadas as razões apresentadas, entendemos que a *Obra Nova* não consiste numa gramática semelhante àquelas apresentadas pelos jesuítas. Aliás, de acordo com Rosa (2019), aqueles religiosos tinham como objetivo estudar os vernáculos locais encontrados tendo como base a gramática latina, sendo frequente o cotejo entre as variedades descritas e a língua clássica. Em Costa Peixoto (1741), pelo contrário, não há comparações com estruturas de outras línguas, muito menos com estruturas latinas. Aliás, segundo destacamos em Santos da Silva (2020), a *Obra Nova* não traz nenhuma descrição gramatical detalhada da LGM, mas apenas poucos comentários sobre questões pragmáticas, destinados a orientar a comunicação naquela língua. Assim, julgamos ser possível dizer que a *Obra Nova* não pode ser vista como uma gramática, mas sim como um manual de conversação, no qual, aparentemente, Costa Peixoto, homem em intenso contato com as redes de africanos escravizados, registrava as suas interações com os africanos mina ou as interações reportadas a ele.

O fato de Costa Peixoto não ter apresentado uma análise propriamente gramatical da LGM fez da *Obra Nova* uma incógnita para muitos estudiosos das línguas africanas, os quais procuraram especificar a língua que estava por detrás do rótulo *língua geral*. Esse trabalho de identificação da língua foi facilitado pelos dados oriundos das pesquisas historiográficas, nas quais se via que grande parte dos africanos escravizados que estavam nas Minas Gerais do século XVIII era oriunda da Costa da Mina, área de fala das línguas Gbe, variedades linguísticas caracterizadas por uma notável homogeneidade lexical e morfossintática, desde o século XVII (cf. ABOH, 2015a). Isso fez com que alguns linguistas identificassem a LGM com línguas Gbe atualmente faladas, como é o caso de Castro (2002), que define a LGM como o fongbe, língua falada no Benim. Entretanto, alguns estudiosos, como Yai (1997) e Bonvini (2008), analisaram a LGM como uma língua de contato, descrevendo-a como uma variedade em fase de crioulização ou como uma variedade pidginizada, concepções por nós classificadas como hipóteses de reestruturação acentuada, na medida em que defendem que a LGM, devido ao contato, se transforma, por assim dizer, numa língua com menos propriedades gramaticais⁵.

5 A concepção de crioulização e de pidginização de ambos os autores será elucidada na análise crítica dos argumentos por eles apresentados, trabalho este realizado na próxima seção deste artigo.

Neste trabalho, apresentamos uma perspectiva crítica às propostas de Yai (1997) e Bonvini (2008), sob o argumento de que a análise de tópicos da sintaxe da LGM coloca em xeque o entendimento dos autores supracitados sobre o impacto das ecologias de contato na trajetória das línguas. Neste sentido, o objetivo do trabalho não é arguir teoricamente os conceitos de *pidgin* e crioulo, mas sim mostrar que alguns tópicos da sintaxe da LGM mostram que tais classificações devem ser feitas com mais cautela. Assim, começamos por apresentar as visões de Yai (1997) e Bonvini (2008) sobre o papel que o contato linguístico teve na formação da LGM. Em seguida, apresentamos alguns aspectos gerais sobre a sintaxe das línguas Gbe, comparando-os aos traços exibidos pela LGM. Na sequência, apresentamos algumas considerações finais. No que diz respeito à metodologia do trabalho, informamos que os dados da LGM aqui analisados foram retirados da *Obra Nova* e, após a segmentação morfológica⁶, foi feita a análise sintática, com base em trabalhos representativos sobre a sintaxe das línguas Gbe.

A língua geral de Mina e as línguas de contato: revisitando as abordagens de Yai (1997) e Bonvini (2008)⁷

Conforme dissemos anteriormente, a configuração da *Obra Nova* fez da LGM uma incógnita para os estudiosos das línguas africanas, os quais, em diferentes trabalhos, procuraram vincular a variedade documentada por Costa Peixoto a uma das línguas Gbe modernamente faladas. Embora os vários trabalhos possam divergir quanto à identidade específica da LGM, um ponto comum entre eles é a observação de que, devido às condições estabelecidas num cenário de intenso contato linguístico, a variedade exposta na *Obra Nova* consiste numa língua, por assim dizer, diferenciada. Esta é a perspectiva, por exemplo, de Edmundo Correia Lopes, autor da primeira análise linguística conhecida da LGM, publicada em 1945, junto da edição da *Obra Nova* preparada pela Agência Geral das Colônias, sob o comando de Luís Silveira⁸. Nesse trabalho, Correia Lopes (1945) defende a hipótese de que a LGM seria uma variedade do gu, variedade esta, no entanto, modificada pelo uso de falantes, os quais, na visão de Lopes, estariam mais habituados à língua portuguesa:

6 Na grande maioria dos casos, os dados da *Obra Nova* vêm unidos, como se fossem, em termos leigos, uma só palavra. Por tal razão, foi feita uma segmentação morfológica.

7 A seguir, apresentamos a lista de glosas e abreviações utilizadas nos dados linguísticos analisados: NEG = Negação; TMA = Tempo, Modo e Aspecto; EXCL = Exclamação; SG = singular; POSS = possessivo; ACC = acusativo; MOOD = modo; NRL = numeral; V_{icv} = *inherent complement verb* (verbo de complementação inerente); RED = reduplicação.

8 Vale destacar que uma primeira edição da obra foi feita pela Agência Geral das Colônias em 1944.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Em todo o caso, vê-se imediatamente que não se trata de uma mistura de línguas. Passando por muitas bocas em que não era senão hóspede, usada como meio de dissimulação por muitos escravos que falariam melhor o português, pode a linguagem africana ter perdido certo número de recursos próprios e, já por esse motivo, já, sobretudo, por influência do português, modificado pouco a pouco a sua sintaxe de posição, o seu vocabulário é na generalidade *evɔe* e particularmente *gu*. (LOPES, 1945, p. 47).

Semelhantemente, podemos fazer referência ao trabalho de Castro (2002), no qual se assume com bastante clareza a hipótese de que a LGM seria, de fato, uma variedade de fongbe falada no Brasil. Porém, apesar da defesa dessa tese central, ao analisar o vocabulário da língua e atestar a presença de itens lexicais de outras variedades que não o fongbe – mais especificamente, do ewe, do gun, do mahi e do aizô –, Castro (2002) destaca que dados dessa natureza poderiam ser um reforço à proposta de Yai (1997), segundo o qual a LGM seria uma língua em fase de crioulização, resultante da mistura de variedades Gbe. Examinemos, pois, a proposta de Yai (1997).

De acordo com Yai (1997), a LGM seria o fongbe *em fase de crioulização*, processo que, de acordo com ele, seria comum nas Américas. É importante destacar que Yai (1997) não apresenta, de maneira explícita, o que ele entende por língua crioula e, conseqüentemente, pelo processo de crioulização. Entretanto, a interpretação do texto nos leva a argumentar que, no entendimento do intelectual beninense, a crioulização teria uma face linguística e outra cultural, e seria o reflexo da nativização de uma cultura Gbe diaspórica no Brasil⁹. De acordo com o autor, no Brasil, o fon teria servido como língua veicular para muitos falantes de diferentes etnias, pois devido ao histórico de conquistas do reino do Daomé no território da Costa da Mina¹⁰, os africanos escravizados das Minas Gerais teriam diferentes origens e diferentes línguas, tais como, o gungbe, o aladagbe, o mahi e até mesmo línguas Bantu, dada a referência que a *Obra Nova* fizera aos *aglonos*. Para Yai (1997), esse cenário de contato entre diferentes etnias Gbe e não Gbe, as quais tomavam a LGM como uma *língua franca*, fazia do fongbe uma língua de estrutura variada. Uma prova disso, na visão do autor, estaria no léxico, no qual seriam percebidas palavras e estruturas gramaticais de diferentes línguas do *continuum Gbe* (YAI, 1997).

9 Remetemos o leitor ao capítulo 4 de Santos da Silva (2020), em que essa questão é discutida em maiores detalhes.

10 Neste ponto, Yai (1997) faz referência aos intensos conflitos travados nos reinos africanos de Alada e Daomé, que culminam com a vitória de Daomé, em 1724, através da tomada do controle da Costa dos Escravos e do tráfico transatlântico. O reino do Daomé, também conhecido como o *reino Fon*, tinha um perfil expansionista e travava intensas batalhas com os reinos vizinhos, sobretudo com Alada, seu principal antagonista (cf. ABOH, 2015a).

Outro argumento utilizado por Yai (1997) em defesa de sua hipótese de crioulização do fongbe diz respeito àquilo que Santos da Silva (2020, p. 164) interpretou como a “nativização de uma cultura Gbe diaspórica no Brasil”. Assim, na perspectiva de Yai (1997), uma vez em solo brasileiro, os africanos Gbe, relacionados a outros povos, estavam formando uma nova comunidade, adaptando conceitos trazidos de África a uma nova visão de mundo, qual seja, a visão do catolicismo europeu, que, em combinação com crenças africanas, parecia resultar num catolicismo, por assim dizer, *híbrido*, aspecto perceptível no léxico da LGM. Ora, a razão central para a configuração híbrida do catolicismo dos Gbe de Minas Gerais reside no fato de que, originalmente, os africanos escravizados oriundos da Costa da Mina cultuavam outras divindades, como Vòdú, Dàngbúi e Dàn (cf. ABOH, 2015). Porém, uma vez cativos na colônia brasileira, muitos deles passaram a professar o catolicismo, evidenciando, no entanto, a permanência de algumas concepções religiosas progressas. A fim de entendermos melhor essa questão, vejamos o comentário de Yai (1997) sobre a estratégia utilizada pelos Gbe para nomear Satanás, figura central no cristianismo, mas ausente na cosmovisão das religiões mais comuns na Costa da Mina:

Mas o conceito de Satanás ou deus do mal absoluto, da religião abraâmica, tão estranho e, na verdade, incompatível com sua visão de mundo africana, não poderia ter sido inteiramente compreendido em 1741. Um contato mais longo seria necessário. Não é surpreendente que os informantes de Peixoto tenham traduzido Satanás como **Leba (Legba em fon)**, baseando sua tradução no “atributo de trapaceiro”, comum a Satanás e a Legba, no qual Peixoto insistiu, assim como fizeram antes e depois dele todos os missionários cristãos. A linha de raciocínio é sustentada pelo fato de que os africanos encontraram traduções mais adequadas para Legba ao sincretizá-lo, no Brasil e em Cuba, com vários santos católicos e não com Satanás, quando eles alcançaram um melhor entendimento da doutrina cristã da visão de mundo judaico-cristã em geral. (YAI, 1997, p. 549, tradução nossa)^{11,12}.

11 No original: “But the abrahamic religion concept of Satan or god of absolute evil, so strange, and indeed incompatible with their African worldview, could possibly not have been entirely grasped in 1741. A much longer contact would have been necessary. It is not surprising that the Peixoto’s informants translated Satan as **Leba (Legba in fon)**, basing their translation on the “trickster attribute” common to Satan and Legba, on which Peixoto must have insisted, as did before and after him all Christian missionaries. This line of reasoning is supported by the fact that Africans did find more adequate translations to Legba by syncretizing him, in Brazil and Cuba, with various Catholic saints and not Satan, when they did have a better understanding of the Christian doctrine and the judeo-christian worldview in general.”.

12 Com efeito, de acordo com Castro (2004), na cosmovisão daqueles povos africanos, *Legba* seria uma espécie de mensageiro dos demais voduns, sendo caracterizado por sua capciosidade e ligação com a libido, mas não por ser a entidade representante do mal.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Assim como ocorre com as formas *Leba/Legba*, outros itens lexicais da LGM, destacados por Yai (1997), dão a dimensão da aproximação dos Gbe de Minas Gerais com o mundo católico do Brasil colonial. Alguns dos itens lexicais são apresentados a seguir:

- (1) Avoduno (literalmente, *homem de vodun*) = “padre”
- (2) Avoduchuhe (literalmente, *casa de vodun*) = “igreja”
- (3) Avodumge (literalmente, *colar de vodun*) = “contas de rezar”
- (4) hihavouvodum (literalmente, *vodum de homem branco*) = “Nosso Senhor”

Ao analisar esses dados, Yai (1997) chama a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro deles é que, assim como ocorrera no catecismo *La Doctrina Christiana* (1658), documento escrito por missionários capuchinos em visita ao reino de Alada, na *Obra Nova*, houve uma equiparação entre o conceito cristão de *Deus* e o conceito africano de *vodum*. Já o segundo aspecto destacado por Yai (1997) diz respeito ao dado em (4), pois enquanto em *La Doctrina Christiana*, um documento redigido em solo africano, *Jesus* havia sido equiparado a *Lisa*, uma divindade local, na LGM, uma nova palavra teria sido criada, demonstrando a vitalidade da língua na diáspora e a adaptação dos falantes aos conceitos formulados no catolicismo branco.

Deste modo, vemos que a hipótese de Yai (1997) acerca da crioulização do fongbe no Brasil é sustentada por dois eixos: de um lado, a LGM apresentaria palavras e estruturas gramaticais oriundas de diferentes variedades do *continuum Gbe*, devido ao seu uso como *língua veicular*; e de outro, o léxico da língua evidenciaria a formação de uma cultura Gbe diaspórica, diferente daquela deixada na Costa da Mina. Mais adiante, apresentamos uma problematização da tese de Yai (1997), mas antes observaremos a hipótese formulada por Bonvini (2008).

Emilio Bonvini apresenta uma breve e importante análise da LGM em seu texto *Línguas africanas e português falado no Brasil* (2008). Nela, o autor parte da ideia de que, no contexto colonial, a variedade documentada por Costa Peixoto servira de *língua veicular*, uma “*solução econômica*” para garantir a comunicação entre falantes de diferentes línguas, embora tipologicamente similares. O autor toma como base o trabalho de Lopes (1945), aqui citado anteriormente, no qual se defende a ideia de que a LGM, por ter sido utilizada como segunda língua e em um contexto de contato com o português, teria perdido alguns dos traços característicos das línguas africanas. Bonvini (2008), por sua vez, vai aprofundar essa análise, assumindo que, além de funcionar como uma *língua veicular*, no Brasil, a LGM estaria passando por uma fase de *pidginização*, no sentido de Manessy (1995):

[...] Qual é, então, a verdadeira sintaxe da língua “mina” em relação ao português falado por Peixoto?

Esperando uma resposta a essas questões, mantemos nossa hipótese inicial [...], a saber, que a língua “mina” corresponderia a um falar veicular, mas acrescentando que, na verdade, este último se encontrava numa fase de pidginização (Manessy, 1995: 22-27), isto é, uma fase em que a língua estava submetida ao triplice fenômeno de “adaptação” (= reinterpretação seguindo um modelo estrangeiro), de “simplificação” (= diminuição do número de manifestações externas dos mecanismos gramaticais e melhoria do seu rendimento funcional) e de “redução” (= redução a zero da complexidade do sistema linguístico). [...] (BONVINI, 2008, p. 45).

A teoria de Manessy (1995), utilizada por Bonvini (2008) para definir o conceito de pidginização, estabelece uma distinção entre *língua natural* e *língua franca*. Na perspectiva de Manessy (1995), uma *língua natural* seria aquela variedade adquirida como *língua materna* pelos falantes de uma determinada comunidade, ao passo que a *língua franca* seria uma variedade adquirida como segunda língua (L2) por indivíduos pertencentes a diferentes povos e usuários de diversas línguas maternas (L1). De acordo com Manessy (1995), as *línguas francas* seriam formadas através de um processo de *perdas estruturais*, tanto do ponto de vista do léxico quanto do ponto de vista da gramática. No âmbito da gramática, por exemplo, a formação de uma *língua franca* poderia levar ao desaparecimento dos contrastes gramaticais mais abstratos de uma *língua natural*, por exemplo, a oposição entre posse alienável e posse inalienável, marcada na estrutura de várias línguas do mundo.

Conforme vemos na citação, é a perspectiva de Manessy (1995) que Bonvini (2008) assume ao analisar a LGM, caracterizando-a como uma variedade linguística *adaptada a um modelo estrangeiro* – certamente, adaptada ao português –, de *gramática simplificada* e de *sistema reduzido*. É uma variedade dotada de tais características que o autor localiza na fase de pidginização. A esse respeito, notemos que Bonvini (2008, p. 45) identifica na LGM a ausência de uma série de propriedades gramaticais que, em sua visão, seriam características das línguas Gbe:

De outro lado, notar-se-á a ausência na língua “mina” de alguns fatos sintáticos que são característicos das línguas do grupo *gbe*: construções seriais dos verbos, nos quais cada verbo pode ser focalizado ou interrogado; construções clivadas do predicado; sintaxe de tipo alienável para as partes do corpo; emprego de pronomes logofóricos. [...] (BONVINI, 2008, p. 45).

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Além das *perdas estruturais* que identifica na LGM, Bonvini (2008) questiona se a variedade documentada por Costa Peixoto estaria mais próxima das línguas Gbe ou do português, língua socioeconomicamente relevante na ecologia de contato das Minas Gerais do século XVIII. Ao tratar dessa questão, o autor analisa a construção negativa na *Obra Nova*, problematizando a proposta feita em Castro (2002). No trabalho de Castro (2002), é defendida a tese de que a LGM, encontrada no Brasil do século XVIII, seria equivalente ao fongbe, língua modernamente falada no Benim. Um dos argumentos centrais da proposta de Castro (2002) reside na análise do léxico da LGM, cuja maioria pertence ao fongbe, variedade esta que também deixou uma considerável herança no vocabulário litúrgico das religiões de matriz africana, sobretudo em terreiros localizados na Bahia e no Maranhão (cf. CASTRO, 2002). Assim, além da análise do léxico, Castro (2002) compara vários traços da gramática do fongbe àqueles encontrados na gramática da LGM, inclusive as construções negativas. Tal comparação é vista como problemática por Bonvini (2008), pela seguinte razão: o fongbe apresentaria dois tipos de construção negativa: o emprego do marcador negativo *ǎ* no final de orações assertivas – entendida como marca canônica de negação no fongbe –, e o emprego da dupla negação *ma ... ǎ* em orações não assertivas (injuntivo-negativas; interrogativas; interrogativo-negativas). Já a LGM apresentaria os dois tipos de construção negativa expostos abaixo:

- (5) LGM¹³
- a. gam màtim
 gam mà tim
 metal NEG existir
 “Metal não existe”
 CP: “Não tenho a chave”
- b. nhimánum agamhã
 nhi ma num agam hã
 1SG NEG beber álcool NEG
 “Eu não bebo álcool não”
 CP: “Eu não bebo aguardente”

Na perspectiva de Bonvini (2008), as construções negativas encontradas na LGM – como as apresentadas em (5) – não corresponderiam, de fato, à sintaxe das negativas do fongbe, pois enquanto o documento de Costa Peixoto apresentava o morfema *ma*, o

13 Todos os dados da LGM foram retirados da análise feita em Santos da Silva (2020). Em relação à forma de apresentação dos exemplos, trazemos os seguintes esclarecimentos: na primeira linha, manteremos a grafia utilizada na edição de 1945 da *Obra Nova*; na segunda linha, apresentamos a segmentação dos morfemas; na terceira linha, introduziremos as respectivas glosas; na quarta linha, apresentamos a nossa tradução do exemplo, com base na literatura sobre as línguas Gbe; e, por fim, na quinta linha, apresentamos a tradução proposta por Costa Peixoto.

marcador canônico de negativa do fongbe seria *ǎ* - diga-se de passagem, um marcador não encontrado na LGM (cf. SANTOS DA SILVA, 2020) -, e enquanto a dupla negação seria restrita no fongbe, ela seria a construção negativa mais frequente na LGM. Assim, após comparar os dados da LGM com exemplos oriundos de outras línguas Gbe, Bonvini (2008) conclui que a sintaxe da negação da variedade documentada por Costa Peixoto não corresponderia ao padrão encontrado em nenhuma das outras línguas do grupo, estado de coisas que o leva à seguinte conclusão:

Põe-se então a questão de saber donde vem exatamente a construção sintática da negação da língua “mina” de Costa Peixoto, assim como seu recurso quase sistemático à dupla negação. Cabe mesmo perguntar-se se essa dupla negação não seria mais um “decalque” do português local da época. (BONVINI, 2008, p. 44).

Ora, se ao identificar a ausência de traços sintáticos característicos das línguas Gbe na LGM, Bonvini (2008) justificava sua análise sobre a língua – qual seja, uma variedade *em fase de pidginização*, posto que *reduzida e simplificada* – dentro da visão de Manessy (1995) –, ao sugerir que a dupla negação poderia ser um *decalque do português*, ele reforça a sua perspectiva, uma vez que a LGM seria, então, uma *língua veicular “interpretada segundo um modelo estrangeiro”*, ou seja, o modelo do português¹⁴.

Entendemos que propostas como as de Yai (1997) e Bonvini (2008) podem ser problematizadas sob diferentes ângulos, sobretudo do ponto de vista das teorias sobre o contato linguístico e do ponto de vista das características mais gerais da sintaxe das línguas Gbe. Dada a natureza deste trabalho, daremos destaque ao segundo domínio de análise, a fim de privilegiar a abordagem por nós enunciada na introdução deste artigo: conhecer, na medida do possível, a estrutura das línguas africanas trazidas para o Brasil no período colonial. Assim, dado o potencial heurístico da *Obra Nova*, na próxima seção, analisaremos alguns tópicos da sintaxe da LGM no contexto da gramática das línguas Gbe, com o fito de mostrar que, diferentemente do que defendem Yai (1997) e Bonvini (2008), a variedade documentada por Costa Peixoto se aproxima muito das línguas Gbe da África Ocidental, não sendo caracterizada por perdas estruturais acentuadas.

¹⁴ Conforme indica um dos pareceristas anônimos deste artigo – a quem agradecemos pela importante observação –, a hipótese de Bonvini (2008) sobre a dupla negação da LGM ser um decalque do português também poderia ter sido analisada à luz de dados diacrônicos do português, dada a existência de muitos documentos setecentistas mineiros. Entretanto, em virtude do objetivo do artigo – qual seja, confrontar as análises de Bonvini com base nos próprios traços das línguas Gbe –, não adentramos nos documentos diacrônicos do português. Porém, vale destacar que pesquisas dessa natureza não estão fora de nossos horizontes, pois conforme sugerimos em Santos da Silva (2021), talvez seja possível dizer que, no caso da sintaxe da negação e de fenômenos relacionados à periferia esquerda da sentença, a LGM e o PB estivessem passando por mudanças concomitantes e paralelas.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

A sintaxe da língua geral de Mina no contexto das línguas Gbe

Uma das mais importantes características das línguas Gbe é a sua homogeneidade estrutural, tanto do ponto de vista do léxico quanto do ponto de vista de sua gramática. Aliás, se levarmos em consideração os dados apresentados por Aboh (2015a), veremos que, desde o século XVII, as variedades faladas na antiga Costa da Mina apresentam traços linguísticos bastante semelhantes. É desse período que datam dois dos poucos documentos diacrônicos das línguas Gbe, a saber: o já referido catecismo *La Doctrina Christiana* (1658) – documento escrito por missionários capuchinhos que atuavam no reino de Alada – e a *Grammaire Abrégée* (1730), parte de um relato de viajantes escrito em francês e na língua falada em Uidá – região portuária da Costa da Mina, atual Benim –, destinado a servir de apoio a mercadores de escravos e médicos que compunham os navios negreiros. A comparação entre esses registros diacrônicos e as línguas Gbe modernas dá a dimensão da notável homogeneidade que caracteriza essas variedades, dada a similaridade entre as raízes lexicais, os marcadores pré-verbais de Tempo, Modo e Aspecto (TMA), as construções de serialização verbal, as interrogativas-WH etc.

Ora, diante desse cenário, chama a atenção a especificidade da *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina*, pois, diferentemente de *La Doctrina*, da *Grammaire Abrégée* e, naturalmente, das línguas Gbe modernas, Costa Peixoto (1741) documenta uma língua africana da diáspora, utilizada numa ecologia de contato complexa, marcada pela presença do português e, aparentemente, de outras línguas africanas e indígenas. Neste sentido, cabe perguntar: a LGM, como uma língua da diáspora, também poderia funcionar como mais um argumento em defesa da homogeneidade estrutural das línguas Gbe ao longo dos séculos? Ou, por outro lado, seguindo hipóteses como as de Yai (1997) e Bonvini (2008), ela seria uma língua marcada por acentuada reestruturação¹⁵ – *crioulização*, para Yai, e *pidginização*, para Bonvini –, devido ao seu uso como *língua veicular* por falantes L2, em contato com o português? Neste trabalho, defendemos a ideia de que a análise da sintaxe da LGM nos conduz para algo mais próximo da primeira pergunta enunciada.

Uma das principais características da sintaxe das línguas Gbe é a ocorrência de estruturas de serialização verbal, as quais apresentam a estrutura exposta em (6):

- (6) Estrutura de Serialização Verbal (ABOH, 2015, p. 46)
Sujeito > TMA > V₁ > Objeto > V₂ > Adjunto

15 Por *reestruturação acentuada*, nos referimos a hipóteses segundo as quais a LGM teria perdido suas características de língua Gbe no Brasil, sendo as hipóteses *crioulização* e a *pidginização* dois exemplos emblemáticos de tal perspectiva.

De acordo com Aboh (2009, p. 5), nas construções de serialização verbal das línguas Gbe, os marcadores TMA devem ocorrer apenas no V_1 , que é analisado como um verbo funcional, responsável pela codificação gramatical da sentença. O V_2 , em contrapartida, é entendido como o verbo lexical, codificador do evento e atribuidor de papel temático aos argumentos (ABOH, 2009). Tese semelhante é apresentada em Awoyale (1988, p. 9), em que se defende que o V_1 de uma construção de serialização verbal é o responsável por expressar a *modalidade*, isto é, a maneira como o evento que o V_2 codifica foi realizado. Para fundamentar sua análise, Aboh (2009) apresenta o seguinte exemplo do gungbe:

- (7) gungbe (ABOH, 2009, p. 24)¹⁶
- | | | | | | | |
|-------|---------|---------|-------|----------|-------|------|
| Òjé | Sé!sínú | kùn | mótò | cè | só! | àdó |
| EXCL. | Sesinou | dirigir | carro | 1SG.POSS | bater | muro |
- “Sesinou dirigiu meu carro bateu o muro”
“Sesinou bateu meu carro dirigindo”

Aboh (2009, p. 25) argumenta que, em exemplos como (7), a verdadeira tradução é a representada em *itálico*, uma vez que o V_1 da estrutura de serialização é um verbo funcional, ocupando um núcleo funcional CAUSA que caracteriza a eventualidade de “*bater o carro*”. Neste sentido, o DP “*mótò cè*” recebe papel temático do verbo lexical “*só!*”. Deste modo, vê-se que a serialização verbal nas línguas Gbe é uma estrutura complexa, que envolve, dentre outras coisas, a combinação de um verbo funcional e de um verbo lexical¹⁷.

Assim como ocorre no gungbe moderno, outras variedades Gbe apresentam construções de serialização verbal, inclusive no Gbe diacrônico, mostrando, assim, que esse tipo de estrutura é pervasivo nesse grupo de línguas:

- (8) Estruturas de serialização verbal nas línguas Gbe
- a. Sofi ou anam [fongbe/gungbe diacrônico]^{18,19}
- | | | | | |
|-------|------|-----|-----|-----|
| Só! | sín | wá | ná | mì |
| pegar | água | vir | dar | 1SG |
- “Traga-me água” (ABOH, 2015a, p. 50)
- b. KòÙkú sò àtín xò Àsibá [fongbe]
- | | | | | |
|------|-------|-----|-------|-------|
| Koku | pegar | pau | bater | Asiba |
|------|-------|-----|-------|-------|
- “Koku bateu em Asiba com um pau” (LEFEBVRE; BROUSSEAU, 2002, p. 415)

¹⁶ Nos exemplos retirados de textos em língua estrangeira, adaptamos as glosas e traduções para o português.

¹⁷ Para mais detalhes sobre a estrutura de serialização verbal, remetemos o leitor ao trabalho de Aboh (2009).

¹⁸ O exemplo (8a) foi retirado da *Grammaire Abrégée* (1730).

¹⁹ É importante esclarecer que Aboh (2015a), ao glosar o exemplo transcrito em (8a), atualiza a sentença para o gungbe moderno, padrão que repetimos aqui.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Mostrando a sua proximidade com as línguas Gbe, a LGM exhibe construções de serialização verbal, algumas das quais são apresentadas em (9):

- (9) LGM
- a. sóvóname másusm
 só vó na me má susm
 pegar pano dar 1SG.ACC 1SG.MOOD limpar
 Lit: “Pegue pano dê-me deixe-me limpar”
 CP: “De cá a toalha para me limpar”
- b. máhichónumdu)
 má hi chó num du)
 1SG.MOOD ir comprar coisa comer
 Lit: “Deixe-me ir comprar coisa comer”
 CP: “Vou comprar alguma coisa para comer”
- c. guigeroi cou sógam name
 gui geroi cou só gam na me
 2SG querer NRL pegar balança dar 1SG.ACC
 Lit: “Você quer meia oitava pegue balança dê-me”
 CP: “De cá a balança se quiseres meia oitava”

Os dados em (9) mostram que, diferentemente do que afirma Bonvini (2008, p. 45), a LGM apresenta sim estruturas de serialização verbal. E, no que diz respeito ao segundo fato relativo aos verbos seriais aludido por Bonvini (2008), qual seja, a possibilidade de focalização de cada um dos verbos, Ameka (2010), ao estudar as línguas Kwa – família a qual as línguas Gbe pertencem –, mostra que a focalização dos verbos nas construções seriais não se constitui como um fenômeno totalmente livre, pois embora as línguas tendam a permitir a focalização do V_1 , nem todas aceitam a focalização do V_2 . Deste modo, mais dados seriam necessários para concluir a qual tipo de língua Kwa/Gbe a LGM pertence, dados estes que não parecem estar disponíveis na *Obra Nova*, que não se configura como uma gramática da língua, mas sim como um manual de conversação no qual Costa Peixoto registrou as interações linguísticas de que participou ou aquelas que foram reportadas a ele – por exemplo, os embates entre escravizados fugidos e agentes coloniais.

Além das construções de serialização verbal, outro traço bastante característico da estrutura argumental das línguas Gbe é a existência dos chamados verbos de complementação inerente. Os ICVs²⁰ – assim chamados por causa da sigla inglesa

20 Algumas teorias analisam os verbos de complementação inerente como *verbos leves*, verbos funcionais, semanticamente esvaziados. Esse fato foi lembrado por um dos pareceristas anônimos, a quem agradecemos. Entretanto, tal perspectiva analítica não é ponto pacífico na literatura. Para uma discussão teórica aprofundada, remetemos o leitor à tese de Essegbey (1999).

para *inherent complement verbs* – são verbos que, obrigatoriamente, devem tomar um complemento na sentença, argumento este que contribui para a especificação de seu significado (ESSEGBEY, 1999). Um fato que chama a atenção nesses verbos é que eles se combinam com diferentes argumentos e, quando seu complemento muda, muda também o seu significado, conforme ilustram os dados de Aboh (2015b):

(10)	gungbe (ABOH, 2015b, p. 23)	
	Verbo + Nome complemento	+ significado ICV
	dù àxó ‘dívida’	ter dívidas ou ir à falência
	gbɛ! ‘vida’	aproveitar
	xwè ‘ano’	celebrar/festejar
	àd̩j ‘veneno’	irritar-se
	winyán ‘vergonha’	estar envergonhado
	gán ‘chefe’	tornar-se chefe
	yà ‘dor’	sofrer

Conforme vemos nos dados em (10), o verbo *dù*, originalmente, o verbo “comer” em línguas como gungbe e fongbe, pode combinar-se a diferentes complementos, resultando em significados, à primeira vista, inesperados. Tal estado de coisas, que ocorre com inúmeras raízes verbais das línguas Gbe, levantou o seguinte questionamento por parte dos sintaticistas: o verbo de complementação inerente (V_{ICV}) seria um verbo lexical, como todos os outros da língua, ou as sentenças desse tipo seriam construídas por elementos de outra natureza? Aboh (2015b) vai concluir que os V_{ICVS} são melhor analisados como *verbos funcionais*, que não atribuem papel temático de argumento interno. Em razão deste fato, na posição de complemento, podem aparecer os mais diferentes tipos de sintagmas nominais²¹. Ainda de acordo com Aboh (2015b), as construções com V_{ICVS} são sensíveis a outros tipos de processos sintáticos, tais como: o complemento inerente não pode ser pronominalizado, pois, quando isso acontece, o significado ICV é perdido; diferentemente do que ocorre com os verbos lexicais, quando os V_{ICVS} são focalizados, é o complemento inerente que deve se mover para a periferia esquerda da sentença, sendo que, em termos de significado, entende-se que a construção é focalizada, como vemos em (11):

21 Remetemos o leitor ao trabalho de Aboh (2015b), no qual o autor argumenta que, nas construções com V_{ICVS} , a seleção semântica do complemento – e, portanto, a atribuição de papel temático – é feita por um núcleo verbal nulo interno ao VP.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

- (11) gungbe (ABOH, 2015b, p. 14)
- a. Félé tún tán.
 Fele V_{LIBERAR} saliva
 “Fele cuspiu”
- b. Tán wè̀ Félé tún.
 saliva FOC Fele V_{LIBERAR}
 ‘Fele CUSPIU’

Dadas as características aqui observadas, vê-se que os verbos de complementação inerente constituem uma estrutura de derivação complexa nas línguas Gbe e aparecem de maneira pervasiva nessas variedades linguísticas. Conforme indicamos em Santos da Silva (2020), a LGM também apresenta um considerável número de V_{ICVS} , alguns dos quais são apresentados em (12):

- (12) LGM
- a. humduachösusũ
 hum du achö susü
 1SG V_{COMER} dívida muito
 CP: “Eu devo muito”
- b. humgèdem
 hum gè dem
 1SG V_{CAIR} suor
 CP: ‘Estou suado’
- c. numdedû hevè gê²²
 num dedû he vê gê
 coisa comer-RED 3SG V_{EXCEDER/MACHUCAR} sal
 CP: ‘O comer está salgado’

Os exemplos em (12), além de outros V_{ICVS} que Santos da Silva (2020) descreve na LGM, constituem em mais um argumento para aproximar a língua documentada por Costa Peixoto (1741) das demais variedades Gbe, refutando, portanto, teses sobre sua reestruturação acentuada. Aliás, o fato de Costa Peixoto traduzir o sentido da construção ICV, e não proceder a uma tradução literal, é uma prova de que seus informantes – ou até mesmo Costa Peixoto – sabiam tanto a LGM, variedade Gbe da diáspora, quanto o português, dada a facilidade de verter para a língua românica uma estrutura tão diferente.

22 Segundo vemos em Aboh (2007), nas línguas Gbe, a reduplicação pode ser utilizada para transformar verbos em adjetivos. Assim, neste caso, temos em (12c) algo como “*coisa comestível*”, que Costa Peixoto traduz como “*o comer*”. Embora a LGM apresente outros casos de reduplicação, não adentraremos nesta questão aqui. Para mais detalhes sobre esse fenômeno na LGM, remetemos o leitor à tese de Santos da Silva (2020).

Por fim, é necessário tratar rapidamente da construção negativa da LGM. Conforme vimos na seção anterior, Bonvini (2008) não encontra paralelo entre a dupla negação da LGM e as construções negativas das outras línguas Gbe, acabando por concluir que Peixoto registrara um decalque do português. Entretanto, quando olhamos para trabalhos sobre a sintaxe das línguas Gbe, vemos que elas apresentam três diferentes padrões de construção negativa, a saber:

- (13) Sintaxe da negação em Gbe (ABOH; ESSEGBEY, 2010, p. 44)
- | | | | | | |
|------------------|-------|-------|-------|-----|----------|
| a. Súrù | má | dù | nú | | [gungbe] |
| Suru | NEG | comer | coisa | | |
| 'Suru não comeu' | | | | | |
| b. Súrù | dù | | nú | á | [fongbe] |
| Suru | comer | | coisa | NEG | |
| 'Suru não comeu' | | | | | |
| c. Súrù | mú | dù | nú | ò | [gengbe] |
| Suru | NEG | comer | coisa | NEG | |
| 'Suru não comeu' | | | | | |

Não obstante as línguas Gbe serem notavelmente semelhantes no léxico e na gramática, o grande ponto de divergência entre elas é exatamente na sintaxe da negação. Assim, as línguas de tipo-gungbe só apresentam a negação pré-verbal; as línguas do tipo-gengbe só apresentam a dupla negação; já as línguas do tipo-fongbe apresentam prototipicamente a negação com marcador no final da sentença e, em alguns casos restritos – como na oração condicional –, apresentam a dupla negação. Já a LGM apresenta dois padrões diferentes de construção negativa, como mostram os dados em (5), repetidos aqui como (14):

- (14)
- | | | | | | |
|-------------------------------|-----|---------|--------|--|-----|
| a. gam màtim | | | | | |
| gam | mà | | tim | | |
| metal | NEG | existir | | | |
| "Metal não existe" | | | | | |
| CP: "Não tenho a chave" | | | | | |
| b. nhimátim a sim ruchuhè) hã | | | | | |
| nhi | ma | num | agam | | hã |
| 1SG | NEG | beber | álcool | | NEG |
| "Eu não bebo álcool não" | | | | | |
| CP: "Eu não bebo aguardente" | | | | | |

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Com efeito, se observarmos as restrições da sintaxe da negação nas línguas Gbe, vemos que a LGM parece apresentar, sim, uma mudança, pois enquanto as línguas africanas desse grupo se diferenciam entre si, cada uma apresentando um padrão, a LGM exhibe dois tipos diferentes de negação, sendo mais frequente a dupla negação. Porém, diferentemente do que diz Bonvini (2008), tal comportamento não é completamente estranho às demais variedades Gbe, visto que a dupla negação é generalizada nas línguas de tipo-gengbe, e a negação pré-verbal generalizada nas línguas de tipo-gungbe. Neste sentido, é preciso ter cautela ao se falar que a dupla negação da LGM seria um decalque do português, até porque, perspectivas como a de Teixeira de Sousa (2018) defendem uma hipótese inversa, qual seja, a influência das línguas Gbe para o desenvolvimento de um tipo de dupla negação no PB. Portanto, em nossa perspectiva, cremos ser esta uma questão ainda não resolvida, havendo até mesmo a hipótese de que ambas, LGM (língua Gbe da diáspora) e português, estivessem passando por mudanças simultâneas na mesma direção, devido à ecologia de contato, hipótese esta sugerida por nós em Santos da Silva (2021). Seja qual for a resposta, o importante é pontuar que a sintaxe da negação da LGM revela padrões que, de alguma maneira, estão presentes no Gbe moderno, fato que, mais uma vez, não conduz a uma análise da língua documentada por Peixoto como uma variedade pidginizada, como o faz Bonvini (2008).

Ao longo desta seção, problematizamos em mais detalhes algumas das concepções trazidas por Bonvini (2008). Entretanto, cremos que, indiretamente, a análise que propusemos aponta algumas questões para o trabalho de Yai (1997), segundo o qual a LGM seria uma variedade em fase de criouliização justamente pelo fato de apresentar palavras e estruturas gramaticais de outras variedades do *continuum Gbe*, que não o fon, e também por evidenciar, em seu léxico, a emergência de uma espécie de cultura crioula. Ora, entendemos que, com relação a este último aspecto, a hipótese de Yai (1997) é bastante relevante e merece ser melhor estudada, através de um trabalho focado no léxico e na morfologia da LGM, algo que foge ao escopo da proposta feita aqui. Porém, em relação ao primeiro aspecto, ou seja, o da mistura de palavras e estruturas de outras línguas Gbe, argumentamos que um dos principais fatos evidenciados pela literatura é que as línguas Gbe, em seu conjunto, apresentam inúmeras semelhanças entre si, tanto na gramática quanto no léxico, sendo que, na gramática, a negação é um dos poucos pontos em que se nota uma divergência mais aparente. Neste sentido, não parece plausível assumir que, por exemplo, uma construção de serialização verbal ou um verbo de complementação inerente é do fongbe ou do gungbe, visto que todas elas apresentam o mesmo tipo de estrutura. Aliás, cabe acrescentar que, tal qual analisamos em Santos da Silva (2020) – com amparo de uma sólida literatura sobre a sintaxe das línguas Gbe –, a homogeneidade estrutural das línguas Gbe se faz notar em outros pontos da gramática da LGM, tais como:

marcadores de TMA; interrogativas-WH; sintaxe dos adjetivos predicativos e dos adjetivos atributivos; estruturas de Tópico e Foco. Deste modo, o argumento de que a LGM é uma língua em fase de crioulização devido à sua estrutura supostamente misturada ou a uma pretensa estrutura simplificada não se sustenta.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apontar a necessidade de se analisar de maneira mais aprofundada os poucos documentos restantes que dão notícia das línguas africanas faladas no Brasil colonial. Conforme dissemos, por muito tempo, a própria hipótese da influência do contato não foi considerada pelos estudiosos, algo que, felizmente, tem mudado nos últimos anos. Entretanto, parece ainda predominar a concepção de que os africanos escravizados, uma vez no cativo, abandonavam suas línguas em direção ao português.

Após questionar essa visão tradicional, mostramos que alguns dos trabalhos que se ocuparam do estudo da LGM, uma língua africana da diáspora, concluíram que ela seria uma variedade em fase de reestruturação, por assim dizer, acentuada, uma variedade em fase de crioulização, para Yai (1997), e uma variedade em fase de pidginização, para Bonvini (2008). Entretanto, conforme argumentamos, a análise da sintaxe da LGM no contexto da sintaxe das línguas Gbe mostra que a variedade documentada por Costa Peixoto se aproxima muito de suas “irmãs” africanas.

Com efeito, tal qual debatemos em Santos da Silva (2020), a LGM apresenta uma série de mudanças em relação ao Gbe diacrônico e às línguas Gbe modernas, fato explicável pela complexa ecologia de contato linguístico na qual ela estava imersa. Porém, tais mudanças não fazem dela uma língua extremamente distante das demais línguas Gbe, mas apenas uma variedade Gbe um pouco mais diferente, diante da tamanha homogeneidade lexical e morfossintática que caracteriza esse grupo.

Por fim, defendemos que, para além da compreensão da sintaxe da LGM como uma língua Gbe da diáspora, com suas permanências e mudanças, esse tipo de análise é relevante até mesmo para a compreensão do desenvolvimento do PB, uma vez que, ao conhecer a gramática da LGM, conheceremos um pouco mais da gramática de uma das línguas que, na ecologia de contato do Brasil colonial, contribuíram para a emergência do PB como hoje o conhecemos.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

Referências

- ABOH, E. O. A 'mini' relative clause analysis for reduplicated attributive adjectives. **Linguistics in the Netherlands**, v. 24, p. 1-13, 2007.
- ABOH, E. O. Clause structures and Verb series. **Linguistic Inquiry**, v. 40, n. 1, p. 1-33, 2009.
- ABOH, E. O. **The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a.
- ABOH, E. O. Functional verbs in Gungbe: The case of inherent complement verbs. **Linguística: revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto**, v. 10, p. 9-29, 2015b.
- ABOH, E. O.; ESSEGBEY, J. General properties of the clause. *In*: ABOH, E. O.; ESSEGBEY, J. (ed.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010. p. 39-64.
- AMEKA, F. Information Packaging Constructions in Kwa. *In*: ABOH, E. O.; ESSEGBEY, J. (ed.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010. p. 141-175.
- ARAÚJO, F. **Fome do ouro e fama da obra**. Antonio da Costa Peixoto e a "Obra Nova de Lingoa Geral de Mina" – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII, 2013. No prelo.
- AWOYALE, Y. **Complex Predicates and Verb Serialization**. University of Ilorin and MIT, Cambridge, Massachusetts, 1988.
- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CASTRO, Y. P. **A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- CASTRO, Y. P. De como Legba tornou-se interlocutor dos deuses e dos homens. **Cadernos Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 123-133, 2004.
- ESSEGBEY, J. **Inherent complement verbs revisited: towards an understanding of argument structure constructions in Ewe**. Nijmegen: MPI Dissertation series 10, 1999.

FERNANDES, G. A língua geral de Mina (1731/1741) de António da Costa Peixoto.

Confluência, v. 43, n. 2, p. 28-46, 2012.

LEFEBVRE, C.; BROUSSEAU, A. M. **A grammar of Fongbe**. Berlin/New York: Mouton, 2002.

LOPES, E. C. Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Evoie no Brasil. *In*: SILVEIRA, L. **Obra Nova de língua geral de Mina**, de António da Costa Peixoto. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1945.

MANESSY, G. **Créoles, pidgins, variétés véhiculaires, procès et genèse**. Paris: Editions du CNRS, 1995.

MUFWENE, S. S. **Language Evolution: contact, competition and change**. London: Continuum, 2008.

PARÉS, L. N. Os Africanos Ocidentais. *In*: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (org.). **Dicionário Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. **Confluência**, v. 1, n. 56, p. 55-113, 2019.

SANTOS DA SILVA, W. **A língua geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS DA SILVA, W. Estudando a sintaxe da língua geral de Mina: as línguas Gbe e a formação do Português Brasileiro. *In*: CONSTELAÇÕES DIACRÔNICAS EM HOMENAGEM A CHARLOTTE GALVES E MARY KATO. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2021, Campinas: Unicamp, 2021.

SOARES, M. C. **Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786**. São Paulo: Editora Chão, 2019.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

- | A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação

TEIXEIRA DE SOUSA, L. Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro. **Estudos de linguística galega**, v. esp. I, p. 123-138, 2018.

YAI, O. B. Identifying Enslaved Africans in Fon and Yoruba Vocabularies in Brazil (18th-19th centuries). *In*: LOVEJOY, P. E. **Identifying enslaved Africans in the nigerian hinterland**. Toronto: Unesco Conference, 1997. p. 543-553.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: SILVA, Wellington Santos da. A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 169-190, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 13/09/2021 | Aceito em: 05/11/2021.

PREDICATIONAL ENCODING IN UPPER GUINEA LINGUISTIC AREA

Chiara TRUPPI¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3167>

Abstract: The paper aims to study nominal and locative predication in Upper Guinea Portuguese-related creoles and the West African languages, mentioned in the literature as substrate - Mandinka, Wolof, and Temne - and/or adstrate - several Atlantic languages. We will look at three features that characterize the copular systems of Upper Guinea creoles: (i) the split between nominal and locative predication, (ii) nonverbal predication, and (iii) copulaless predication. The comparison of our findings in the Upper Guinea creoles and in the languages that contributed to their formation and/or to their further development will allow us to assess influences of the latter in the emergence of the predicational system of this group of creoles. Further outputs will be to show, on the one hand, the grammatical proximity of Upper Guinea creoles as to their predicational system and, on the other hand, to uncover possible commonalities and differences among the Atlantic languages.

Keywords: Copulas. Nonverbal predication. Upper Guinea Portuguese-related creoles. Substrate. Adstrate. Atlantic languages.

¹ Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal; chiaratruppi@campus.ul.pt; <https://orcid.org/0000-0001-9991-7107>

CODIFICAÇÃO PREDICATIVA NA ÁREA LINGUÍSTICA DA ALTA GUINÉ

Resumo: Este artigo tem como objetivo o estudo da predicação nominal e locativa nos crioulos portugueses da Alta Guiné e nas línguas da África ocidental que têm sido referidas na literatura como línguas de substrato - Mandinka, Wolof e Temne - e/ou de adstrato - várias línguas atlânticas. Focar-nos-emos no estudo de três aspetos que caracterizam o sistema das cópulas dos crioulos da Alta Guiné: (i) a divisão entre predicação nominal e locativa, (ii) a predicação não-verbal e (iii) a predicação sem cópula. A comparação dos resultados nos crioulos da Alta Guiné e nas línguas que contribuíram para a sua formação e/ou para o seu subsequente desenvolvimento permitirá avaliar possíveis influências destas últimas na emergência do sistema predicativo destes crioulos. Resultados adicionais serão mostrar o nível de proximidade dos crioulos da Alta Guiné em relação ao seu sistema predicativo, e revelar possíveis semelhanças e diferenças entre as línguas atlânticas.

Palavras-chave: Cópulas. Predicação não-verbal. Crioulos portugueses da Alta Guiné. Substrato. Adstrato. Línguas atlânticas.

Introduction

The Upper Guinea region is characterized by a varied linguistic situation and intense language contact. Besides the presence of Atlantic and Mande languages and some non-indigenous languages such as French, Portuguese, English, and Arabic, we also find a group of Portuguese-related creoles, i.e. the Upper Guinea creoles (UGCs), i.e. Caboverdean (CV), Bissau-Guinean (GB), and Casamancese (CS), spoken in the archipelago of Cabo Verde, in Guinea-Bissau, and Lower Casamance (southern Senegal), respectively.²

Concerning the West African languages spoken in the area, they mainly belong to two language families, the Mande and the Atlantic. Among the languages mentioned in the literature as contributors to the emergence of the UGCs or their further development, i.e. substrate and adstrate, we find Mandinka (Mande), Temne (Mel), and several Atlantic languages such as Wolof, Nyun, Biafada, and Fula (North), Balanta, Diola, and Manjaku -

² According to authors such as Quint (2000), among others, Papiamentu, a Spanish-related Caribbean creole, also belongs to the UGC group. However, this language is excluded from the present study. A preliminary investigation has shown that it does not share with the other UGCs any relevant commonality as to the predicational encoding and copular system: it is not a split language, it does not allow nonverbal predication, and it uses the verbal copula *ta* with both nominal and locative predicates.

a subgroup which also includes Mankanya and Pepel (Bak).³ In particular, Rougé (1994) has indicated Mandinka, Wolof, and Temne as possible substrate languages. Moreover, Quint and Moreira's (2019) work have revealed that most African-derived lexical items, common to CV, GB, and CS, derive from Mandinka, Wolof, and, to a lesser extent, Temne, while languages such as Balanta, Biafada, Fula, Manjaku, Mankanya, and Nyun have contributed a very small number of shared lexical items.⁴ A few studies have investigated influences at the structural level: Lang (2009) has shown influences of Wolof in CV grammar; Holm and Intumbo (2009) have compared Balanta grammar to GB grammar; and Kihm (2011) has discussed the possible role of languages such as Balanta, Diola, Manjaku, and Mankanya as contributors to GB. Regarding copulas, Baptista (2004) has suggested possible influences of Wolof in CV copular clauses. Moreover, Truppi (2019) has compared the system of copulas of GB, CS, and CV with those of Mandinka and Wolof and revealed possible influences from these languages in the emergence of the UGCs copulas system. According to her results, UGCs are *split* languages, i.e. they use different copulas for nominal and locative predication. According to Stassen's (2013) typological distinction, *split* languages such as Spanish or Mandarin Chinese use different copulas for nominal and locative predication, while *share* languages such as English use the same copula with both predicate types. Furthermore, UGCs have nonverbal copulas for nominal predication in perfective contexts and allow copulaless predication. As it is well known, the split encoding of these languages is also found in their lexifier language, i.e. European Portuguese (EP). By contrast, EP does not allow nonverbal and copulaless predication. EP copular clauses always need a verb such as *ser* 'to be' or *estar* 'to be, to stay' for individual-level and locative/stage-level predicates, respectively (cf. *Ele é professor* 'He is a teacher' and *Ele está aqui* 'He is here'). Finally, Mandinka and Wolof are also split languages and display nonverbal predication (TRUPPI, 2019).

The main purpose of this paper is to investigate whether West African languages other than Mandinka and Wolof may have influenced the emergence of nonverbal and copulaless predication in UGCs. We are going to focus mainly on the following aspects: (i) the distinction between nominal and locative predication in perfective contexts,

³ We follow here the classification proposed in Segerer and Pozdniakov (in press). According to the authors, the Mel languages - among which we find Temne - are not part of the Atlantic family. The two groups are clearly related insofar as they both belong to the Niger-Congo phylum. The same is not clear as to Mande languages: although they are traditionally considered as belonging to the Niger-Congo phylum, there is at present no convincing evidence for this classification (CREISSELS; SAMBOU, 2013; among others).

⁴ As for continental UGCs, in particular CS, lexical contributions of languages such as Nyun are more numerous than in CV (Cobbinah, p.c.).

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

(ii) nonverbal predication, and (iii) the possibility for copulaless clauses.⁵ In particular, nonverbal predication is triggered by the presence of nonverbal items in the clause such as nonverbal copulas, focus markers, predicators, or noun class agreement.⁶ As a difference, no predicational item shows up in copulaless clauses. First, we will compare these features in the UGCs. Besides the two continental UGCs, i.e. GB and CS, we will consider the CV varieties of Santiago (ST) and Fogo (FG), which belong to the Sotavento group of CV, and the variety of São Vicente (SV) - Barlavento. Subsequently, we will investigate the three features in all languages mentioned above as possible contributors to UGC: Mandinka, Wolof, Temne, Fula, Biafada, Nyun, Manjaku, Mankanya, Pepel, Balanta, and Diola.⁷ From a synchronic perspective, these languages are still spoken in Guinea-Bissau and/or Casamance and, therefore, are in contact with GB/CS. Based on the comparison of our findings, we will discuss possible influences from these languages in the predicational system of UGCs. Further outputs will be to assess the degree of structural proximity among UGCs, on the one hand, and among Atlantic languages, on the other hand. This study is mainly comparative in nature: the data for the comparison come from the literature on the languages taken into account.

Predication in UGCs

In the present section, we are going to compare the basic encoding of predication in UGCs and look at nonverbal and copulaless predication.⁸ With respect to the continental varieties, i.e. GB and CS, they will be treated together due to a number of facts. First, as we will see in more detail below, they share the same nonverbal copula *i* (see sentences in (1a-b) below). Furthermore, the two languages allow copulaless predication in the same contexts. Both GB and CS present the predicational split between nominal and locative

5 We limit our study to perfective contexts since the UGCs and the West African languages considered here use verbal copulas with aspect markers to express imperfective aspectual values. Moreover, adjectival predicates are excluded from the present study. While CV has only proper adjectives (see e.g. BAPTISTA, 2002), the continental UGCs have both adjectives and property items: the latter behave like verbs in predicative function (see e.g. KIHIM, 2000), although they are sometimes introduced by the nonverbal copula *i*. However, their behaviour in continental UGCs needs to be better studied.

6 In our discussion of West African languages, we will stick to the original terminology concerning these nonverbal items as found in the literature.

7 In addition to the languages considered as possible contributors, we also take into account Pepel (Bak) based on the historical relevance of the presence of the Pepels in the region of present-day Bissau (see e.g. SANTOS, 2015).

8 For more detailed descriptions of copulas in UGCs, we address the interested reader to more comprehensive studies such as Baptista (2002, 2004, 2007), Swolkien (2014), and Moreira (2020) for CV varieties; Kihim (1994, 2007) and Truppi (2019, 2021) for GB; and Biagui (2012) for CS.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

predication. In particular, nominal predicates in perfective contexts are introduced by the copula *i* or are found in copulaless clauses (cf. (1a-b) and (2a-b)). Copulaless predication in GB and CS is allowed in virtually any context where *i* may occur, although elicitation tasks reveal a preference for the overt copula *i* (TRUPPI, 2019, 2021). As a difference, locative predicates occur with a verbal copula which derives from EP 3SG present indicative *está* ‘stays’, i.e. *sta* in GB and *sá* in CS (see (5a-b)). Notice that all UGC copulas dealt with in the present paper are invariable forms and do not morphologically agree with the subject.⁹

Regarding the nominal predication, the sentences below represent copular clauses with *i* in GB (1a) and CS (1b), respectively.¹⁰

(1) a.

<i>Abo</i>	<i>i</i>	<i>fidju</i>	<i>di</i>	<i>un</i>	<i>mandjaku.</i>
2SG.NCL	COP	son	of	INDEF	Manjaku

‘You are the son of a Manjaku.’ (GB; TRUPPI, forthcoming)

b.

<i>Pidru</i>	<i>i</i>	<i>boŋ</i>	<i>soldadi.</i>
Pidru	COP	good	soldier

‘Pidru is a good soldier.’ (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 188)

The optionality of the copula *i* and the possibility for copulaless predication are represented in the sentences (2a) and (2b) for GB and CS, respectively.

(2) a.

<i>Kil</i>	<i>omi-s</i>	<i>(i)</i>	<i>piskadur(-is).</i>
DEM	man-PL	COP	fisherman(-PL)

‘Those men are fishermen.’ (GB; adapt., TRUPPI, 2019, p. 93)

b.

<i>Tera</i>	<i>di</i>	<i>mi</i>	<i>(i)</i>	<i>bonitu.</i>
land	of	POSS.ISG	COP	be.beautiful

‘My land is beautiful.’ (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 142; NUNEZ, p.c.)

⁹ The striking proximity of GB and CS is not unexpected: according to Biagui (2012), CS derives from 17th century GB.

¹⁰ Interestingly, we found in GB a few instances of locative predicates introduced by the copula *i* (TRUPPI, forthcoming). Although this use of *i* is not frequent, elicitation tasks suggest that nonverbal locative predication is associated with the expression of more inherent properties. For example, *skola i na matu* (school COP in forest) does not mean that a particular school is in the forest, but that the forest is the place where the school (meaning a certain training) takes place. However, more investigation is needed.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

The nonverbal behaviour of *i* may be verified on the basis of a well-known battery of tests.¹¹ First, the behaviour of *i* towards the negation *ka* is different from verbs. In the former case, the negation follows *i* (3a, b), while it always precedes verbs (3c, d). A second test regards the pronominal subject of a copular clause with *i*: while *i* (or its null counterpart) always requires a strong pronoun as its subject (3a, b), the only pronouns allowed as subjects of verbs are weak (clitic) subjects (3c, d). A third test regards the fact that aspect markers may only combine with verbs (3e, f), and never with *i*: combinations such as **na/ta i* (PROG/HAB + COP) are banned altogether both in GB and in CS.

(3) a.

<i>Ami</i>	<i>i</i>	<i>ka</i>	<i>storiador</i>	<i>nunka.</i>
1SG.NCL	COP	NEG	historian	never

'I am not a historian.' (GB; TRUPPI, forthcoming)

b.

<i>Abo</i>	<i>i</i>	<i>ka</i>	<i>fju</i>	<i>di</i>	<i>labrador.</i>
2SG.NCL	COP	NEG	son	of	farmer

'You are not a farmer's son.' (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 182)

c.

<i>N</i>	<i>ka</i>	<i>na</i>	<i>lembra.</i>
1SG.CL	NEG	PROG	remember

'I don't remember.' (GB; TRUPPI, 2019, p. 93)

d.

<i>N</i>	<i>ka</i>	<i>tené</i>	<i>nada</i>	<i>na</i>	<i>mi.</i>
1SG.CL	NEG	have	nothing	in	1SG.NCL

'I don't have anything with me.' (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 267)

e.

<i>Bay</i>	<i>Formosa,</i>	<i>u</i>	<i>na</i>	<i>odja.</i>
go	Formosa	2SG.CL	PROG	see

'Go to Formosa, then you will see.' (GB; TRUPPI, forthcoming)

f.

<i>l</i>	<i>na</i>	<i>fiká</i>	<i>tres</i>	<i>anu</i>	<i>siŋ</i>	<i>miñjer.</i>
3SG.CL	PROG	stay	three	year	without	woman

'He will stay three year without a woman.'
(CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 269)

¹¹ Nonverbal and copulaless predication are also possible in the case of past tense: See e.g. Baptista (2002, 2004, 2007), Ichinose (1993), Kihm (2007), and Truppi (2019, 2021).

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

the past marker *ba* can occur after the nominal predicate of a copular clause with *i* or in a copulaless clause (4a, b).

(4) a.

<i>Abo</i>	<i>(i)</i>	<i>bon</i>	<i>alunu</i>	<i>ba.</i>
2SG.NCL	COP	good	student	PST

'You were a good student.' (GB; TRUPPI, 2019, p. 95)

b.

<i>Anos</i>	<i>tudu</i>	<i>(i)</i>	<i>di</i>	<i>la</i>	<i>baŋ.</i>
IPL.NCL	all	COP	of	there	PST

'We all came from there.' (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 173)

As to locative predication, the sentences in (5a) and (5b) represent locative copular clauses with the verbal copula *sta* in GB and the verbal copula *sá* in CS, respectively.

(5) a.

<i>Si</i>	<i>kuku</i>	<i>sta</i>	<i>dentru</i>	<i>di</i>	<i>kila.</i>
POSS.3SG	kernel	COP	inside	of	DEM-LOC

'The kernel is inside it [the fruit].' (GB; TRUPPI, 2019, p. 101)

b.

<i>Sicor</i>	<i>sá</i>	<i>na</i>	<i>Senegal.</i>
Ziguinchor	COP	in	Senegal

'Ziguinchor is in Senegal.' (CS; adapt., BIAGUI, 2012, p. 190)

With respect to CV, ST and FG share almost the same setting, except for a few differences we are going to look at. Both are split languages and allow nonverbal predication. In particular, like continental UGCs, ST and FG have both verbal and nonverbal copulas. The copula *e* (or *ê*) occurs in present perfective copular clauses with nominal (and adjectival) predicates, as the examples in (6a, b) show.

(6) a.

<i>Vieira</i>	<i>e</i>	<i>diretor</i>	<i>di</i>	<i>skola.</i>
Vieira	COP	director	of	school

'Vieira is a school director.' (ST; BAPTISTA, 2002, p. 102)

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

b.

<i>Kondutor</i>	<i>afinal</i>	ê	<i>más</i>	<i>mofinu</i>	<i>profisâu [...]</i>
driver	after all	COP	more	sad	profession

'Driver is the worst profession [I got in my whole life].'
(FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 204)

This copula in CV varieties generally displays nonverbal behaviour: the preverbal negation *ka* usually follows the copula *e* (7a, b). While the copula may follow *ka* in ST (see 7c), this is not attested in FG. The sentences in (7d, e) show the preverbal behaviour of the negation *ka* in ST and FG. Finally, (7f) shows that FG allows copulaless predication just like continental UGCs, while it seems to be possible in ST with adjectival predicates in negated contexts only (7g).

(7) a.

<i>Joao</i>	e	ka	<i>padri.</i>
João	COP	NEG	priest

'João is not a priest.'
(ST; BAPTISTA, 2002, p. 105)

b.

<i>Zingi</i>	e	<i>kel</i>	<i>lata</i>	<i>artu,</i>	e	ka	<i>sima</i>
Zingi	COP	DEM	can	tall	COP	NEG	like
<i>es</i>	<i>bardi</i>	<i>di</i>	<i>oji [...]</i>				
DEM	bucket	of	today				

'The *zingi* is a tall can, it is not like present-day buckets [...].'
(FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 154)

c.

[...]	es	<i>kusa</i>	ka	e	<i>dretu.</i>
	DEM	thing	NEG	COP	good

'[...] this thing is not good.'
(ST; adapt., VEIGA, 2000, p. 157; in BAPTISTA, 2004, p. 101)

d.

<i>N</i>	ka	<i>gosta</i>	<i>propi</i>	<i>di</i>	<i>odja</i>	<i>gera.</i>
1SG.CL	NEG	like	really	of	see	war

'I really don't like to see fights.'
(ST; adapt., BAPTISTA, 2007, p. 187)

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

e.

<i>N</i>	<i>ka</i>	<i>parí</i>	<i>más.</i>
1SG.CL	NEG	give.birth	more

'I had no more children.' (FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 202)

f.

<i>Si</i>	<i>povu</i>	<i>pergunta-bu</i>	<i>ka</i>	<i>bu</i>	<i>frâ</i>	<i>kárru</i>	<i>di</i>	<i>bo.</i>
if	people	ask-2SG.CL	NEG	2SG.CL	say	car	of	2SG.NCL

'If people ask you, do not tell the car is yours.'

(FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 204)

g.

<i>Bo</i>	<i>bu</i>	<i>ka</i>	<i>dodu.</i>
2SG.NCL	2SG.CL	NEG	crazy

'You are not crazy.'

(ST; adapt., VEIGA, 2000, p. 165; in BAPTISTA, 2004, p. 104)

As in the continental UGCs, combinations of aspect markers and the copula *e* are excluded from CV grammar altogether: this means we cannot find cases like **ta e* (PROG + COP). This represents further evidence of the fact that this copula in ST and FG is mainly nonverbal. Furthermore, the copula *e* takes a strong pronoun as its subject (8a, b). The situation as to the pronominal subject of a verb is more complicated in CV than in continental UGCs: according to Baptista (2002, 2007), a verb in CV may take as its subject either a strong pronoun or a weak one, or both, at least in ST and SV; in (8c), we have an example from ST.

(8) a.

[...]	<i>mi</i>	<i>e</i>	<i>mas</i>	<i>nobu.</i>
	1SG.NCL	COP	more	young

'I am younger.' (ST; adapt., BAPTISTA, 2007, p. 191)

b.

<i>Si</i>	<i>bo</i>	<i>ê</i>	<i>bóngá</i>	<i>mi</i>	<i>N</i>	<i>ka</i>	<i>diminginha.</i>
if	2SG.NCL	COP	bonga	1SG.NCL	1SG.CL	NEG	diminginha

'If you are Bonga, I am not Diminginha (I am not like you).'

(FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 270)

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

c.

<i>Ami</i>	<i>fika</i>	<i>si,</i>	<i>mi</i>	<i>sozinha.</i>
ISG.NCL	stay	so	ISG.NCL	alone

'I remained like that, all alone.' (ST; adapt., BAPTISTA, 2007, p. 191)

Concerning the locative predication, similarly to GB, the copula *sta* is selected whenever the predicate complement is locative (9a, b). The copula *sá* is sometimes found in FG instead of *sta* (9c).

(9) a.

<i>Un</i>	<i>sta</i>	<i>la</i>	<i>pa</i>	<i>Sal.</i>
one	COP	there	in	Sal

'One is there in Sal.' (ST; BAPTISTA, 2002, p. 81)

b.

<i>Argen</i>	<i>mudje</i>	<i>ki</i>	<i>sta</i>	<i>li</i>	<i>na</i>	<i>Serkinhu</i>	<i>e</i>	<i>so</i>	<i>mi.</i>
some	woman	REL	COP	there	in	Cerquinho	COP	only	ISG.NCL

'I am the only woman in Cerquinho (lit. Woman who is here in Cerquinho is only me).' (FG; adapt., MOREIRA, 2020, p. 119)

c.

[...]	<i>ki</i>	<i>sa</i>	<i>na</i>	<i>Merka.</i>
	REL	COP	in	America

'[...] who is in America.' (FG; adapt., *ibid.*, p.227)

Finally, regarding the varieties of Barlavento, the paradigm of copulas of SV also consists of both verbal and nonverbal items. The non-verbal copula *e* occurs in nominal predication like in the other UGC varieties (10).

(10)

<i>Se</i>	<i>pai</i>	<i>d'fidj</i>	<i>e</i>	<i>peskadór.</i>
3SG.POSS	father	of+child	COP	fisherman

'The father of her children is a fisherman.' (SV; adapt., SWOLKIEN, 2014, p. 242)

As for the negation, according to Baptista (2007), in Barlavento varieties such as SV and São Nicolau (SN), the negation usually precedes the copula, showing the order *ka + e* both in SV and SN (11a,b). However, according to Swolkien (2014), the most common negator in copular clauses is the sentential negator *ne* (11c).

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

(11) a.

<i>Ka</i>	<i>e</i>	<i>mi.</i>
NEG	COP	1SG.NCL

‘That’s not me.’ (SN; BAPTISTA, 2007, p. 189)

b.

<i>Koza</i>	<i>ka</i>	<i>e</i>	<i>ben</i>	<i>asin.</i>
thing	NEG	COP	well	so

‘Things are not really this way.’ (SV; adapt., SWOLKIEN, 2014, p. 253)

c.

<i>Mi</i>	<i>n’é</i>	<i>ken</i>	<i>bo</i>	<i>ti</i>	<i>ta</i>	<i>pensá.</i>
1SG.NCL	NEG+COP	who	2SG.NCL	ASP	HAB	think

‘I am not who you think I am.’ (SV; adapt., *ibid.*)

Apart from the behaviour of the negation in the Barlavento varieties, and in particular, in SV, the nonverbal syntactic behaviour of the copula *e* survives in the selection of strong pronouns (12). Also, like in the other UGCs, the combination of this copula with aspect markers is banned altogether.

(12)

<i>Mi</i>	<i>e</i>	<i>prop</i>	<i>peskador.</i>
1SG.NCL	COP	proper	fisherman

‘I’m a real/proper fisherman.’ (SV; adapt., SWOLKIEN, 2014, p. 183)

Copulaless predication, according to Swolkien (2014: 248f.), is completely excluded from contemporary SV, but it was possible at least until the mid-20th century (13a). Moreover, copulaless predication in negated adjectival contexts is possible in SN, too (13b).¹²

(13) a.

<i>Bô</i>	<i>falá</i>	<i>ca</i>	<i>ê</i>	<i>d’Dêus,</i>	<i>ca</i>	<i>bôn.</i>
POSS.2PL	speech	NEG	COP	of God	NEG	good

‘Your speech is not God’s, (is) not good.’
(SV; adapt., FRUSONI, 1979; in SWOLKIEN, 2014, p. 248)

¹² According to Swolkien (2014, p. 248), historical data suggest that the copula could be omitted in Sotavento CV in positive adjectival contexts, too. For Baptista (2004), the fact that copulaless predication is allowed only in negated contexts with adjectival predicates may be due to remnants of verbal behaviour of *ka*, possibly inherited by some substrate’s verbal auxiliaries from which it may come from. However, since it happens with adjectives only, we may consider the possibility of adjectives in CV still having some verbal properties as property items in the continental UGCs.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

b.

<i>N</i>	<i>ka</i>	<i>kulpòd.</i>
1SG.CL	NEG	responsible

'I am not responsible for it.'

(SN; adapt., CARDOSO, 1989: 68; in BAPTISTA, 2004, p. 105)

As for locative predicates, the situation is slightly more complex in SV. According to Swolkien (2014, p. 245-246), locatives may be introduced either by *ta* (or *te*) or by *stod*. This would translate into a difference between stage-level and individual-level predication, respectively (cf. 14a-b).

(14) a.

<i>El</i>	<i>ta</i>	<i>na</i>	<i>Sant Anton.</i>
3SG.NCL	COP	in	Santo Antão

'He is in Santo Antão.' [now, temporarily]

(SV; adapt., SWOLKIEN, 2014, p. 251)

b.

<i>El</i>	<i>ta</i>	<i>stód</i>	<i>na</i>	<i>Sant Anton.</i>
3SG.NCL	PRS.IPFV	COP	in	Santo Antão

'He is in Santo Antão.' [permanently]

(SV; *ibid.*)

Summary of the findings with respect to predication in UGCs

The comparison carried out so far on the predicational split and on nonverbal and copulaless predication in UGCs has revealed a relevant degree of homogeneity among these languages. First, all UGCs considered in this paper are split languages. Second, all have nonverbal copulas which occur with nominal predicates. In particular, the copula *i* in the continental UGCs is clearly a nonverbal item. By contrast, the copula *e* in the insular varieties has a semi-verbal behaviour. FG shows nonverbal behaviour by taking as its subject a strong pronoun and preceding the negation *ka*. Moreover, while in ST the copula *e* may occur either before or after the negation, in the Barlavento varieties it always occurs after it, like the verbs. Finally, copulaless predication is allowed with nominal predicates in the continental UGCs and FG, but in ST and in the Barlavento varieties discussed here it is possible only in negated contexts and with adjectives but never with nouns. All in all, GB and CS are very close to each other. Among the CV varieties analysed here, FG is the closest to continental UGCs, while ST is half-way between FG and the Barlavento varieties. Chart (1) below offers a summary of our findings.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

Chart 1. Predicational features in UGCs

Language	Split	Nonverbal predication	Copulaless predication
GB	yes	yes	yes
CS	yes	yes	yes
ST	yes	yes	yes (in negated contexts)
FG	yes	yes	yes
SV	yes	yes	no

Source: own elaboration

Predication in the contributor languages of UGCs

Possible influences of Mandinka (Mande) and Wolof (Atlantic) in the copular systems of UGCs have already been discussed (TRUPPI, 2019; for Wolof’s influences in CV copular clauses, see Baptista, 2004). In what follows, we will provide a summary of the findings since we will need them for our discussion on substrate/adstrate influences. In particular, both Mandinka and Wolof are split languages and display nonverbal predication, while there was no evidence of copulaless predication in the data available (see (15a, b) and (15c, d) for Mandinka and Wolof, respectively). However, there are crucial differences between the two languages. In particular, Mandinka only allows nonverbal copulas in perfective contexts both in the present and in the past. The latter is realized through independent past markers, as in the case of UGCs. On the other hand, Wolof displays a more complex picture as to copular clauses. It selects nonverbal items, i.e. the focus markers *a* and *la*, with nominal predicates, while in locative copular clauses, a locative item or a verbal copula may occur.¹³ As in UGCs and Mandinka, the past tense in nonverbal copular clauses is expressed by an independent past morpheme.¹⁴

(15) a.

<i>Ā-té</i>	<i>lè</i>	<i>mú</i>	<i>màns-ôo</i>	<i>tí.</i>
3SG-EMPH	FOC	COP	king-D	POSTP

‘He is the king.’ (Mandinka; adapt. from CREISSELS, to appear (a), p. 24)

¹³ There is no consensus in the literature on Wolof as to whether the items *a/la* are copulas, although it is well known that they occur in nonverbal copular clauses.

¹⁴ With respect to Mandinka, this could be due to the fact that “[m]orphologically unmarked predication is quite marginal in Mandinka” (CREISSELS, to appear (a), p. 23).

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

b.

<i>Díndíŋ-ò</i>	<i>bé</i>	<i>búŋ-ò</i>	<i>kónò.</i>
child-D	COP	house-D	in

'The child is in the house.' (Mandinka; adapt., *ibid.*)

c.

<i>Xale</i>	<i>yi</i>	<i>nàppkat-a.</i>
child	D.PL	fisherman-a

'The children are fishermen.' (Wolof; adapt. from TORRENCE, 2005, p. 226)

d.

<i>Móódu</i>	<i>mu-ng-i</i>	<i>ca</i>	<i>ja</i>	<i>ba.</i>
<i>Moodu</i>	3SG-LOC.CL	P	market	D

'Moodu is at the market.' (Wolof; *ibid.*, p. 255)

In the present section, we are going to extend our study of predicational features to Temne and Atlantic languages such as Fula, Biafada, Nyun, Manjaku, Mankanya, Pepel, Balanta, and Diola. As a difference from both Mandinka and Wolof, Temne is not a split language. In particular, according to Wilson (1995, 2007, p. 165-166), it has a verbal copula *yi* which is used with both nominal and locative predicates (16a, b).¹⁵ However, Temne also displays nonverbal and copulaless predication. In particular, (16c) shows the use of the predicator *-añ*, preceded by a noun class consonant. Finally, the sentence in (16d) is a copulaless clause with a disjoint pronoun where a pronominal form other than a syntactic subject pronoun is used; this pronoun can be preceded by its emphatic (independent) pronoun.

(16) a.

<i>Minε</i>	<i>yi</i>	<i>ɔyathki</i>	<i>ka</i>	<i>Jɔn.</i>
1SG.INDP	COP	friend	of	Jean

'I am Jean's friend.' (adapt., WILSON, 1995, p. 100)

b.

<i>ɔ</i>	<i>yi</i>	<i>hε</i>	<i>ro</i>	<i>Kiamp</i>	<i>ɔ</i>	<i>yi</i>	<i>nɔ</i>	<i>seth.</i>
3SG.DP	COP	NEG	LOC	PN	3SG	COP	LOC	house

'He is not in Freetown, he is here at home.' (adapt., *ibid.*, p.102)

¹⁵ We cannot discuss the verbal or nonverbal nature of all items dealt with in the present section. We address the interested reader to the literature mentioned for each language.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

c.

<i>Məbɔŋɔ</i>	<i>mǎŋ.</i>
gold	PRED

'That's gold.'

(adapt., *ibid.*, p. 100)

d.

Minε	ɔwan	kämu	ubāki.
ISG.INDP	son	of-2SG	eldest

'I am your eldest son.'

(adapt., *ibid.*, p. 82)

Like Wolof, its sister language from the North group, Fula is a split language.¹⁶ According to Arnott (1970, p. 30-36), it displays both copulaless predication and verbal copulas. The sentences in (17a, b) represent copulaless clauses with nominal predicates in affirmative and interrogative contexts.¹⁷ Verbal copulas are items such as *woni* 'is' and *ŋgoni* 'are'. Interestingly, Arnott claims that clauses with such verbs may yield different interpretations than copulaless clauses (cf. (17b) and (17c), where the presence of the verbal copula in the latter yields a locative reading). With respect to locative clauses, they contain the predicator *ɗon*, which in (17d) occurs jointly with the past marker *no*. Similar to UGCs and Wolof, this past marker may also occur in copulaless clauses (17e). Finally, focus structures such as (17f) are instances of copulaless predication; they can also contain the verb *woni* 'is' like in (17g).¹⁸

(17) a. *Baaba maako moodibbo.*

'His father (is) a teacher.'

(ARNOTT, 1970, p. 31)

b. *To kuude?*

'How's works? (lit. How (are) works?)'

(*ibid.*, p. 32)

c. *To kuude ŋgoni?*

'Where are the works?'

(*ibid.*)

d. *Ali ɗon(-no) ɗo 'o.*

'Ali is (was) here.'

(*ibid.*)

e. *'o Dii'o no.*

'He (was) formely a District Officer (D.O).'

(*ibid.*, p. 31)

f. *ɗum sheede Bello waddi hannde*

'It (is) money Bello brought today.'

(*ibid.*, p. 29)

g. *Sheede woni Bello waddi hannde.*

'Money it is Bello brought today.'

(*ibid.*)

¹⁶ Arnott's (1970) work is a description of Gombe Fula as spoken in Nigeria. However, according to him, Fula languages, despite their geographical spread from Mali to Nigeria, are quite uniform in morphology and syntax and share a large set of common lexical items (*ibid.*, p. 2-4).

¹⁷ The negation *naa* may occur in copulaless clauses: ex. *Ali (naa) shooko* 'Ali (is) (not) poor' (Arnott, 1970, p. 31).

¹⁸ Focalization and cleft structures are particularly relevant to the study of copular clauses. In particular, in the case of Atlantic languages and UGCs, they need to be studied in more detail. However, this is outside the goal of the present paper.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

As a difference, Biafada is a non-split language. According to Wilson (1993, p. 78; 2007, p. 105), it has a single verbal copula *ga* ‘to be’ for both nominal (18a) and locative predication (18b). This copula is also found in the forms *ge/gə* (18a), with the initial /g/ being deleted in some cases. Moreover, locative predicates are often found without the copula (18c).

(18) a.

<i>Budihi</i>	<i>ge.</i>
well	COP

‘It is a well.’

(adapt., WILSON, 1993, p. 78)

b.

<i>Budihi</i>	<i>ga</i>	<i>yan.</i>
well	COP	here

‘There is a well here.’

(adapt., *ibid.*)

c.

Fo	<i>Mpada-ma.</i>
LOC	PN-3SG

‘He’s at Empada.’

(adapt., WILSON, 2007, p. 106)

As for Nyun languages, spoken in Casamance and to a certain extent in northern Guinea-Bissau, a brief comparison of the literature available (see e.g. COBBINAH, 2013; DIOP, 2018; QUINT, 2013; WILSON, 2007) reveals that they display copulaless predication and both nonverbal and verbal copulas. In affirmative contexts, copulaless predication is restricted to nominal predicates, while the nonverbal copula is used for locative predication. As a difference, the verbal copula *gu* may be selected for either nominal or locative predicates in both positive and negated contexts.¹⁹ The sentences in (19a, b) represent cases of copulaless predication in Gubëeher and Gunyamolo, respectively. The verbal copula *gu* occurs in (19c) with a nominal predicate in a negated clause in Gubëeher, while (19d) represents a case of positive locative predication with *gu* in Gujaxer. Finally, the nonverbal copula – which agrees with the noun class of the subject – occurs with a locative predicate in (19e) from Djifanghor.

¹⁹ With nominal predicates, the verb *gu* can yield either a resultative or a state-reading (Cobbinah, p.c.). For more details on copulas in Gubëeher, see Cobbinah (to appear).

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

(19) a.

<i>Me</i>	u-saw.
ISG	C.u-hunt

'I am a hunter.' (adapt., COBBINAH, 2013, p. 260)

b.

<i>Be-gid-o</i>	<i>um-ba</i>	<i>ba-naam.</i>
C-daughter-DEF	DEMI-C	C-ISG.POSS

'This daughter is mine.' (adapt., DIOP, 2018, p. 393)

c.

[...]	<i>gu-r-oy</i>	<i>di-fand</i>	[...].
	be-NEG.PERF-3SG.SBJ	CL.di-ronier.fruit	

'[...] it is not a ronier fruit [...].' (adapt. COBBINAH, 2013, p. 353)

d.

<i>Agu</i>	<i>Bisaw.</i>
COP	PN

'He is in Bissau.' (WILSON, 2007, p.90)

e.

<i>Bujɔŋkah-ɔ</i>	<i>mbɔŋ</i>	<i>raafɔ</i>	<i>bunɔhɔm-ɔ.</i>
manioc-DEF	C.BU.COP	on	bench-DEF

'The manioc is on the bench.' (adapt., QUINT, 2013, p. 26)

Like Temne and Biafada, the three languages of the Manjaku group (Bak), i.e. Manjaku, Mankanya, and Pepel, pattern together insofar they are not split languages and only present one verbal copula each for nominal and locative predication. However, according to Wilson (2007, p. 72), they often omit the copula and are therefore provided with copulaless predication. In particular, Manjaku has one verbal copula for both nominal and locative predication, i.e. *ci* (20a-b). Moreover, it displays nonverbal predication through noun class agreement (20c).²⁰ Finally, (20d) represents a case of copulaless predication.

(20) a.

<i>A-ci</i>	<i>ninx.</i>
it-COP	man

'It was a man.' (adapt., BUIS, 1990, p. 46)

²⁰In particular, Karlik (1972, p. 47f.) refers to this kind of nonverbal predication as *relator elements* that operate notional relations such as possession, substance, location, etc.. The relation is expressed via morphological items such as noun class agreement, among others.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

b.

<i>Bi</i>	<i>Jon</i>	<i>ban-ci</i>	<i>bki</i>	<i>xi.</i>
those	John	who-COP	who	here

'John and his friends who are here.' (adapt., *ibid.*, p.55)

c.

<i>Ukam</i>	<i>baneki.</i>
war	last year

'Last year (was the time of) the war.' (adapt., KARLIK, 1972, p. 48)

d.

<i>Inji</i>	<i>iini.</i>
1SG	here

'I am here.' (adapt., KARLIK, 1972, p. 112)

Mankanya has a verbal copula *wo* which is used for both nominal (21a) and locative predicates (21b). The sentence in (21c) represents a case of nonverbal predication with noun class agreement, while the one in (21d) contains the item *a* (glossed as an *object* in Gaved, 2020; however, it is considered as a focus marker in Pepel - see below).²¹

(21) a.

<i>Ba-wo</i>	<i>ba-yafan</i>	<i>ji</i>	<i>ba-şin</i>	<i>baka.</i>
CIP-COP	CIP-shepherd	like	CIP-father	CIP.POSS

'They are shepherds like their ancestors.' (adapt., GAVED, 2020, p. 103)

b.

<i>Ba-wo</i>	<i>ʔ-i</i>	<i>b-ʔeem</i>	<i>na</i>	<i>a-şin</i>	<i>baka.</i>
CIP-COP	INT-LOC	C5S-pirogue	with	CIAS-father	CIP.OBJ

'They were in the boat with their father.' (adapt., *ibid.*, p.103)

c.

<i>Ka-toh</i>	<i>k-i</i>	<i>k-i.</i>
C3S-house	C3S-GEN	C3S-DEM

'This is the house.' (ibid., p.124)

²¹ See Gaved (2020, p. 124) as to the presence of the genitive *-i* in the sentence in (21c). Furthermore, according to Gaved (*ibid.*, p. 125), the item *a* in (21d) may be an expletive pronoun.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

d.

<i>Nji</i>	<i>a!</i>
1SG.INDP	OBJ

'It's me!'

(adapt., *ibid.*, 125)

Like Mankanya, Pepel has the verbal copula *wɔ* for both nominal (22a) and locative predication (22b). Concerning the copulaless predication, the sentences in (22c) and (22d) contain a nominal and a locative predicate, respectively. Furthermore, according to Ndao (2013, p. 218), the Mankanya copulaless clause in (21d) above is possible in Pepel too: Ndao analyses the *a* item as a focus marker.

(22) a.

<i>Senegal</i>	<i>wɔ</i>	<i>ɔ-saak</i>	<i>ɔ-magl.</i>
Senegal	COP	C2-country	C2-strong

'Senegal is a strong country.'

(adapt., NDAO, 2013, p. 217)

b.

<i>Ndo</i>	<i>wɔ</i>	<i>u-ium.</i>
1PL.DP	COP	C5-Biombo

'We are in Biombo.'

(adapt., *ibid.*, p.219)

c.

<i>Kə-tim</i>	<i>u-ium.</i>
C4-name	C5-Biombo

'The name is Biombo.'

(adapt., *ibid.*, p.256)

d.

<i>Na</i>	<i>ni</i>	<i>sunda.</i>
mother	POSS	there

'My mother is there.'

(adapt., *ibid.*)

Balanta is also a non-split language insofar it displays one single verbal copula *ka/ke* (WILSON, 2007, p. 83). However, this copula may be realized differently according to some degree of intralinguistic variation: for example, in the varieties of Fora and Kentohe as spoken in Guinea-Bissau, the copula is *gi* or *ga*²² (see INTUMBO, 2007), while the variety of Balanta Ganja, as spoken in present-day Senegal, is *gi* (see CREISSELS, to appear (b); CREISSELS; BIAYE, 2016). In both varieties, this copula is a verb and may show up with

22 According to Intumbo (2007, p. 83-84), the form *ga* probably derives from the fusion of the copula with the locative preposition *a*.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

a nominal (23a) or with a locative predicate (23b). Balanta Ganja allows both copulaless (23c, d) and nonverbal predication (23e). In particular, the sentences in (23c) and (23d) represent copulaless clauses with a nominal and a locative predicate, respectively. Finally, the nonverbal clause in (23e) conveys identification through noun class agreement between the subject and the *identification marker* - which is also used in focalized structures (CREISSELS, to appear (b), p.26).

(23) a.

<i>À-jää</i>	<i>âg-gî</i>	<i>b-súlù</i>	<i>mà</i>	<i>ngí-tè</i>
C(ha)-balant	NEG-COP	C(b)-ethnicity	DEF	AUX _{HAB} -CTRP

<i>fùñ</i>	<i>mó</i>	<i>gì-ñwóót.</i>
love	HAB	C-destroy.NPr

'Balantas are not people who like destruction.'
(adapt., CREISSELS; BIAYE, 2016, p. 134)

b.

<i>À-gí</i>	<i>à</i>	<i>f-θàambé.</i>
C(ha)-COP	LOC	C(f)-rice.field

'She is at the rice field.' (adapt., *ibid.*, p.241)

c.

<i>Hala</i>	<i>hɔn?</i>	<i>Nyi</i>	<i>hɔn.</i>
who	DET	1SG	DET

'Who is it? It is I.' (adapt., WILSON, 2007, p. 83)

d.

<i>θùsbú</i>	<i>díis</i>	<i>ándòmbó.</i>
<i>C(u)mouse</i>	PST	here

'A mouse has been here.' (adapt., CREISSELS, to appear (b), p.10-11)

e.

<i>B̀-láantè</i>	<i>bá.</i>
Cbi-man	Cbi.ID

'These are men.' (ibid., p.26)

As a difference from the Bak languages analysed above, Diola is a split language: while locative predicates select a copula, clauses with nominal predicates have no copula (see e.g. BASSENE, 2006: 181-187; WILSON, 2007, p. 56). In particular, according to Bassene

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

(2006), in Diola Banjal,²³ clauses with nominal predicates are copulaless (24a), while locative predication selects the copula *u-Classifier-e/u/ua* (24b).²⁴ This copula contains at its right boundary a deictic item that varies according to the distance: *e* is proximal, *u* is distant, and *ua* is vague. The distant deictic is also used with past reference together with the past marker *-en* (24c).²⁵ Moreover, the verbal copula *-om* (allomorphs *-em/-am*) occurs after focalized items (24d).

(24) a.

<i>Atejo</i>	<i>a-aŋ-a.</i>
Atéjo	CI-farmer-AG

'Atejo is a farmer.' (adapt., BASSENE, 2006, p. 181)

b.

<i>Atejo</i>	<i>u-m-u</i>	<i>ni</i>	<i>b-a-xa.</i>
Atejo	COP-CI-DEM2	inside	C5-POST-bush

'Atejo is in the bush.' (adapt., *ibid.*, p.134)

c.

[...]	<i>O-pay-ol</i>	<i>u-m-u-en</i>	<i>lopital.</i>
	CI-father-POSS.3SG	COP-CI-DEM2-PST	hospital

'[...] his father was at the hospital.' (adapt., *ibid.*, p.186)

d.

<i>Bugo</i>	<i>gu-om</i>	<i>fatia</i>	<i>bu-nunux</i>	<i>babu.</i>
C2.PRN	3PL-COP	on-top	C5-tree	C5.DEM4

'It is they who are on the tree.' (adapt., *ibid.*, p.187)

23 We consider here only one variety of Diola, i.e. Banjal since Bassene's description allows us to have a detailed picture of copular structures in this language.

24 According to Bassene (2006, p. 185), copulas in this language are verbal, they trigger class marking of the locative predicate, but contrarily to the other verbs, they do not co-occur with all TAM markers. As to the locative copula, another peculiarity is that its class marker is infix, and not prefixed. Furthermore, the copula *u-classifier-DEM* comes from the grammaticalization of a locative deictic (*ibid.*, p. 195).

25 We already mentioned that the past marker may occur in nonverbal and copulaless clauses in continental UGCs, Mandinka, and Wolof. This is due to the fact that these languages use the past marker also with nonverbal items such as nouns, adjectives, adverbs, etc. (see e.g. TRUPPI, 2019). As to copulaless clauses, the past marker can occur with nouns also in Nyun Gubêeher and, in general, in both North and Bak Atlantic languages (Cobbinah, p.c.). Also, see the sentences in (17d-e) above as for the past marker in copulaless clauses in Fula.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

Summary of the findings with respect to predication in the contributor languages of UGCs

The results of our comparison of the three predicational features in the contributor languages of UGCs show a quite varied situation. For the predicational split, there is no homogeneity: some languages display the split encoding we found in UGCs, others do not. A certain degree of homogeneity is visible within the Bak group: most of the languages considered here are not split languages, except for Diola Banjál that patterns together with languages from the North group such as Fula and Nyun as for the predicational split and copulaless predication. As for the other features, i.e. nonverbal and copulaless predication, our findings show a high degree of homogeneity: almost all languages have both features. However, there are a few differences. As to nonverbal predication, Mandinka is the only language to display only nonverbal predication with both nominal and locative predicates, while all other languages have both verbal and nonverbal predication. As to the nonverbal items involved in copular clauses, there is a certain degree of variation among the languages considered: Wolof, Mankanya, and Pepel use focus markers; Temne and Fula display predicators, at least with nominal and locative predicates, respectively; moreover, Nyun, Manjaku, Mankanya, and Balanta use noun class agreement in nonverbal predication - in the case of Nyun, this happens with locative predicates. Finally, copulaless predication is a possibility to all languages analysed here, except a few unknown cases, i.e. Mandinka, Wolof, and Mankanya. Also, in this case, we find some degree of variation: Temne, Fula, and Nyun allow copulaless predication with nominal predicates, while locative predicates in Biafada are often found without copula. Chart (2) below presents a summary of our findings.

Chart 2. Predicational features in UGC contributor languages

Family	Group	Language	Split	Nonverbal predication	Copulaless predication
Mande	Manding	Mandinka	yes	yes	unknown
Atlantic	North	Wolof	yes	yes	unknown
Mel	Northern	Temne	no	yes	yes
Atlantic	North	Fula (Gombe)	yes	yes	yes
Atlantic	North	Biafada	no	unknown	yes
Atlantic	North	Nyun	yes	yes	yes
Atlantic	Bak	Manjaku	no	yes	yes
Atlantic	Bak	Mankanya	no	yes	unknown
Atlantic	Bak	Pepel	no	yes	yes
Atlantic	Bak	Balanta (Ganja)	no	yes	yes
Atlantic	Bak	Diola (Banjal)	yes	unknown	yes

Source: own elaboration

Conclusions

In this paper, we have carried out a comparison of three predicational features in UGCs and in their West African contributor languages: (i) the split between nominal and locative predication, (ii) nonverbal predication, and (iii) copulaless predication. The findings as to UGCs have revealed that continental UGCs pattern together as for the three features. Among the CV varieties considered here, FG is the closest to the continental UGCs, while ST is halfway between FG and the Barlavento varieties insofar ST presents more restrictions than FG, GB, and CS as to the nonverbal use of the copula *e* and as to copulaless clauses.

A further aim of this paper was to assess possible influences at the level of substrate and/or adstrate languages. The role of Mandinka and Wolof as substrate languages was already discussed in several studies (see e.g. TRUPPI, 2019). Regarding the role of Temne, this paper reveals possible influences from it in the predicational system of UGCs as to nonverbal and copulaless predication. However, Temne does not display a split encoding like UGCs, while Mandinka and Wolof share this type of encoding with them, along with nonverbal predication. These facts point towards a major influence from Mandinka and Wolof, while Temne may have played a minor role in the emergence of the predicational system of UGCs. This confirms results from lexical studies which reveal that Temne has contributed a small number of lexical items in UGCs and had, therefore, a minor role in their emergence (see e.g. QUINT; MOREIRA, 2019).

This study also aimed to evaluate possible influences from several Atlantic languages. Although they have often been mentioned in the literature on UGCs as possible contributors, their status was never clearly assessed. Our findings reveal novel and interesting data in this regard. First, there is not a homogenous situation among North and Bak Atlantic languages as to the split encoding of predication: only Fula and Nyun (North Atlantic), and Diola (Bak) may have contributed in the setting of the split encoding in UGCs, together with Mandinka and Wolof. However, the small number of lexical items they contributed to the shared African lexicon of UGCs does not point towards a primary role of these languages as substrate. By contrast, in the case of nonverbal and copulaless predication, the situation is much more homogeneous: almost all contributor languages allow copulaless clauses and nonverbal predication. These facts indicate possible influences from Atlantic languages in these two predicational features in UGCs. In particular, continental UGCs were always surrounded and possibly intertwined by the Atlantic languages spoken in Guinea-Bissau and Casamance since their speakers were often multilingual in several of these languages. Adstrate influences from Atlantic languages in continental UGCs could

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

be responsible for their unrestricted use of nonverbal copulas and copulaless predication with nominal predicates in the present and past tense. However, in light of our findings as to the UGC contributor Atlantic languages, a further possibility is available. In particular, in the geographical area where GB and CS are spoken, mostly Atlantic languages are present: this suggests the possibility of areal influences as to nonverbal and copulaless predication in continental UGCs. This option needs to be investigated in more detail by looking at further Atlantic languages spoken in Upper Guinea and at areal features in the region.

Abbreviations

1,2,3 = person; AG = agent marker; AGR = agreement; ASP = aspect; AUX = auxiliary; C = classifier; C1/1A/3/5S = noun class 1/1A/3/5 singular; C1P = noun class 1 plural; C2/4/5 = noun class 2/4/5; CL = clitic; COP = copula; CTRP = centripetal; DEF = definite; DEM = demonstrative; DET = determiner; DP = dependent; FOC = focalization; GEN = genitive; HAB = habitual; ID = identification marker; INACT = inactual; INCPL = incomplete; INDEF = indefinite; INDP = independent; INT = interrogative; IPFV = imperfective; LOC = locative; NCL = non-clitic; NEG = negation; NPr = name of process; OBJ = object; PL = plural; PN = proper name; POSS = possessive; POST = post-prefix; PRED = predicator; PRN = pronoun; PROG = progressive; PRS = present; PST = past; REL = relative; SBJ = subject; SG = singular; TAM = tense-aspect-mood.

Acknowledgements

Thanks to A. Cobbinah, J. J.-F. Nunez, C. Pinto, F. Pratas, and an anonymous reviewer. This research was financed by the *FCT* (SFRH/BPD/118401/2016) and *Projeto Estratégico/Programático* of CLUL (UIDB/00214/2020).

References

ARNOTT, D. W. **The nominal and verbal systems of Fula**. Oxford: Oxford University Press, 1970.

BAPTISTA, M. Étude comparative des phrases copulatives: Facteurs de variation et ramifications typologiques. *In*: ZRIBI-HERTZ, G. **Grammaires Créoles et Grammaire Comparative (Sciences du Langage)**, Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes, 2007. p. 183-208.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

BAPTISTA, M. A Cross-linguistic Comparison of Copular Predication: Some Basic Assumptions Revisited. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 3, p. 97-113, 2004.

BAPTISTA, M. **The syntax of Cape Verdean Creole: The Sotavento varieties**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

BASSENE, A. C. **Description du Jóola Banjal**. PhD dissertation – Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2006.

BIAGUI, N. B. **Description générale du créole afro-portugais parlé à Ziguinchor (Sénégal)**. PhD dissertation – Université Cheikh Anta Diop de Dakar (UCAD)/Institut National des Langues et Civilisations Orientales (INaLCO), Dakar/Paris, 2012.

BUIS, P. **Essai sur la langue manjako de la zone de Bassarel**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1990.

CARDOSO, E. **O Crioulo da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto de cultura e Língua Portuguesa/Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1989.

COBBINAH, A. Y. Bãinounk Gubëeher. *In*: LÜPKE, F. **The Oxford Guide to the Atlantic Languages of West Africa**. Oxford: Oxford University Press, to appear.

COBBINAH, A. Y. **Nominal classification and verbal nouns in Bãinounk Gubëeher**. PhD dissertation - SOAS, London, 2013.

CREISSELS, D. A sketch of Mandinka. *In*: LÜPKE, F. **The Oxford Guide to the Atlantic Languages of West Africa**. Oxford: Oxford University Press, to appear (a).

CREISSELS, D. A sketch of Ganja (Balanta). *In*: LÜPKE, F. **The Oxford guide to the Atlantic languages of West Africa**. Oxford: Oxford University Press, to appear (b).

CREISSELS, D.; BIAYE, S. **Le Balant Ganja. Phonologie, morphosyntaxe, liste lexicale, textes**. Dakar: IFAN Cheikh Anta Diop, 2016.

CREISSELS, D.; SAMBOU, P. **Le Mandinka. Phonologie, grammaire, textes**. Paris: Karthala, 2013.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

DIOP, S. B. Les classes nominales en nyun gunyamolo. *In*: CREISSELS, D.; POZDNIIAKOV, K. **Les classes nominales dans les langues atlantiques**. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2018. p. 369-404.

FRUSONI, S. **Vangêle contód d'nôs móda**. Free translation of Rossetti, B.; Er vangelo secondo noantri. Fogo, S. Filipe: Terra Nova, 1979.

GAVED, T. **A grammar of Mankanya. An Atlantic language of Guinea-Bissau, Senegal and the Gambia**. Amsterdam: LOT, 2020.

HOLM, J.; INTUMBO, I. Quantifying superstrate and substrate influence. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 24, n. 2, p. 218-274, 2009.

ICHINOSE, A. Evolução da expressão equacional no kiriol da Guiné-Bissau. **Papia**, v. 2, n. 2, p. 23-31, 1993.

INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. MA thesis – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

KIHM, A. Substrate influence in Kriyol: Guinea-Bissau and Casamance Portuguese-related Creole. *In*: LEFEBVRE, C. **Creoles, their substrates, and language typology**. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 81-103.

KIHM, A. The two faces of creole grammar and their implications for the origin of complex language. *In*: ECKARDT, R. *et al.* **Variation, selection, development: Probing the evolutionary model of language change**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 253-305.

KIHM, A. L'adjectif en portugais et en kriyol: Essai de syntaxe comparée. **Langages**, v. 34, p. 49-60, 2000.

KIHM, A. **Kriyol syntax: The Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau**. Amsterdam: Benjamins, 1994.

KIHM, A.; ROUGÉ, J.-L. Língua de Preto, the Basic Variety at the root of West African Portuguese Creoles: A contribution to the theory of pidgin/creole formation as second-language acquisition. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, Amsterdam, v. 28, n. 2, p. 203-298, 2013.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

LANG, J. **Les langues des autres dans la créolisation**. Tübingen: Gunter Narr, 2009.

MOREIRA, K. T. **Documentation et description grammaticale et lexicale du créole afro-portugais de l'île de Fogo (République du Cap-Vert, Afrique de l'Ouest)**. PhD dissertation – INALCO, Paris, 2020.

NDAO, D. **Phonologie, morphologie et structures syntaxiques du pepel**. Mauritius: Éditions universitaires européennes, 2013.

QUINT, N. Le système des classes nominales en nyun de Djifanghor. *In*: CREISSELS, D.; POZDNIAKOV, C. **Les classes nominales dans les langues atlantiques**. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2013. p. 405-442.

QUINT, N. **Le cap-verdien**: origines et devenir d'une langue métisse. Paris: L'Harmattan, 2000.

QUINT, N.; MOREIRA, K. T. The common African lexical core of the Upper Guinea Creoles and its historical significance. *In*: HAGEMEIJER, T. *et al.* **Lives in contact: A tribute to nine fellow creolinguists**, Special volume of *Journal of Ibero-Romance Creoles*, v. 9.1, p. 113-144, 2019.

ROUGÉ, J.-L. À propos de la formation des créoles du Cap Vert et de Guinée. **Papia**, v. 3, n. 2, p. 137-149, 1994.

SANTOS, M. B. **História(s) da Guiné portuguesa**. Ribeirão: Edições Húmus.

SEGERER, G.; POZDNIAKOV, K. A Genealogical classification of Atlantic languages. *In*: LÜPKE, F. **The Oxford guide to the Atlantic languages of West Africa**. Oxford: Oxford University Press, in press.

STASSEN, L. Nominal and locational predication. *In*: DRYER, M.; HASPELMATH, M. **The world atlas of language structures online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Available at: <https://wals.info/chapter/119>. Accessed on: 28 feb. 2019.

SWOLKIEN, D. **The Capeverdean Creole of São Vicente**: Its genesis and structure. PhD dissertation – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

- | Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area

TORRENCE, W. H. **On the distribution of complementizers in Wolof**. PhD dissertation – University of California, Los Angeles, CA, 2005.

TRUPPI, C. **CoKri – A corpus of Guinea-Bissau Kriol**. Forthcoming.

TRUPPI, C. The copula cycle in Kriol. **Journal of Historical Syntax**, v. 5.12, p. 1-27, 2021.

TRUPPI, C. Copulas in contact: Kriyol, Upper Guinea Creoles, and their substrate. *In*: HAGEMEIJER, T. *et al.* Lives in contact: A tribute to nine fellow creolinguists. **Special volume of Journal of Ibero-Romance Creoles**, v. 9.1, p. 85-114, 2019.

VEIGA, M. **Le Créole du Cap-Vert: Étude Grammaticale, Descriptive et Contrastive**. Paris: Karthala, 2000.

WILSON, W. A. A. Guinea languages of the Atlantic group. Description and internal classification. *In*: STORCH, A. **Schriften zur Afrikanistik**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2007.

WILSON, W. A. A. Les copules en six langues ouest-africaines. **Journal of West African languages**, v. 25.2, p. 85-106, 1995.

WILSON, W. A. A. An outline description of Biafada. **Journal of West African Languages**, v. 23.2, p. 59-90, 1993.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: TRUPPI, Chiara. Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 191-218, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 31/07/2021 | Aceito em: 26/10/2021.

O SENTIMENTO DE IDENTIDADE E A MANUTENÇÃO/SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA: O CASO DO VÊNETO EM SÃO BENTO DE URÂNIA, ESPÍRITO SANTO

Katiusica Sartori Silva COMINOTTI¹
Edenize Ponzo PERES²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3169>

Resumo: Este artigo busca analisar o papel do sentimento de identidade para a manutenção ou a substituição da língua de um grupo minoritário. Especificamente, pretende-se analisar o processo de substituição da língua falada pelos imigrantes vênetsos que se fixaram no distrito de São Bento de Urânia, em Alfredo Chaves, uma região bastante significativa para a história da imigração italiana no estado do Espírito Santo. Os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados foram: a aplicação de 118 questionários a moradores da comunidade de diferentes faixas etárias, a realização de 62 entrevistas semiestruturadas e a observação participante. Os resultados obtidos indicam que os sujeitos se identificam como descendentes de imigrantes italianos, sendo esse sentimento de identidade um forte fator da manutenção da língua vêneta, apesar da significativa perda de seus domínios de uso, no decorrer dos anos, relacionada a causas como a política de repressão do Estado Novo, na era Vargas; o papel da escola como instituição pública veiculadora de um ensino homogeneizador da língua portuguesa; e o preconceito linguístico.

Palavras-chave: Contato linguístico. Manutenção linguística. Substituição linguística. Identidade. Língua vêneta.

¹ Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU), Alfredo Chaves, Espírito Santo, Brasil; ksscominotti@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4623-1221>

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil; eponzoperes@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8552-5732>

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

THE FEELING OF IDENTITY AND THE LANGUAGE MAINTENANCE/REPLACEMENT: THE CASE OF VENETO IN SÃO BENTO DE URÂNIA, ESPÍRITO SANTO

Abstract: This article seeks to analyse the role of the feeling of identity in maintaining or replacing the language of a minority group. Specifically, it is intended to analyse the process of replacement of the spoken language by the Venetian immigrants who settled in the district of São Bento de Urânia, in Alfredo Chaves, a very significant region for Italian immigration history in the state of Espírito Santo. The methodological procedures used to obtain data were the application of 118 questionnaires to community residents of different age groups, 62 semi-structured interviews, and participant observation. The obtained results demonstrate that the participants identify themselves as descendants of Italian immigrants, and this feeling of identity is a strong factor in the maintenance of the Venetian language, despite the significant loss of its usage domains over the years, related to causes such as the repression policy of the Estado Novo, in the Vargas era; the role of the school as a public institution that conveys homogenised teaching of the Portuguese language; and linguistic prejudice.

Keywords: Language contact. Language maintenance. Language replacement. Identity. Venetian language.

Introdução

Uma das características do século XIX foram as profundas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Ocidente, cujas consequências, entre outras, levaram ao deslocamento de populações de sua terra natal para outras cidades, países e continentes, com a perspectiva de uma vida nova, fugindo da situação difícil em que se encontravam.

Nesse contexto histórico, o Brasil recebeu imigrantes procedentes dos cinco continentes, sendo que, no Espírito Santo, aportaram, nos séculos XIX e XX, 54.155 imigrantes. Desses, 52.719 (97,34%) eram europeus, especialmente da Itália: 36.666 (FRANCESCHETTO, 2014).

Atualmente, dos 78 municípios capixabas, 32 concentram descendentes desses imigrantes (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012)³. Esses dados confirmam a importância dos italianos para o quadro geral da imigração do estado⁴.

As grandes levas de imigrantes italianos começaram a chegar ao Espírito Santo a partir de 1874, em princípio com a expedição do genovês Pietro Tabacchi, que trouxe famílias conterrâneas para trabalhar em sua fazenda, localizada no atual município de Ibirapuçu-ES (DERENZI, 1974). Com o fracasso desse intento, as famílias se dispersaram pelas regiões próximas. Nos anos seguintes, chegaram outros grandes grupos desses imigrantes, que se destinaram ao município de Santa Teresa e à Colônia de Rio Novo, onde se localizavam as terras que deram origem a Alfredo Chaves. Os imigrantes procediam especialmente do norte da Península Itálica: do Vêneto, chegaram 39,37% dos imigrantes; da Lombardia, 19,72%; do Trentino-Alto Ádige, 13,33%; da Emilia-Romagna, 10,03%; do Piemonte, 5,13%; e do Friuli-Veneza Giulia, 4,10%, perfazendo 91,68% do total (FRANCESCHETTO, 2014).

O fato de a população da província do Espírito Santo estar concentrada no litoral – distante da região centro-sul, onde se fixaram os imigrantes italianos (MARTINUZZO, 2009) –, de o território capixaba estar coberto por densas matas e de haver poucas estradas transitáveis fez com que, no início, os contatos entre estrangeiros e nacionais fossem escassos, o que propiciou que os italianos usassem suas línguas maternas sem maiores dificuldades (DERENZI, 1974). Porém, com o decorrer do tempo, as necessárias interações entre os brasileiros e os imigrantes e seus descendentes levaram esses estrangeiros a aprender o português, para conseguirem sobreviver na nova pátria. Contudo, em vez de se tornarem bilíngues, como os pomeranos (TRESSMANN, 2005; BREMENKAMP, 2014; PEREIRA-NETO, 2018; HOLZ, 2020; etc.) e alguns alemães provenientes da Renânia Palatinado (KLIPPEL-MACHADO, 2018; CHRIST; PERES; ROCHA, 2019), os descendentes de imigrantes italianos substituíram as suas línguas pela portuguesa.

Por sua vez, as línguas dos imigrantes italianos deixaram suas marcas no português falado pelos atuais descendentes, especialmente os mais idosos e os que vivem no interior

3 O Instituto Jones dos Santos Neves atesta focos de imigração em: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Baixo Guandu, Castelo, Colatina, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Fundão, Ibirapuçu, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, João Neiva, Marechal Floriano, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Mateus, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Vila Pavão e Vila Valério. Também são conhecidos importantes grupos de descendentes de imigrantes italianos em Jaguaré, Governador Lindenberg, Marilândia e São Roque do Canaã, podendo haver mais.

4 Segundo Franceschetto (2014, p. 129), “Dentre os imigrantes de todas as nacionalidades que entraram no Espírito Santo, nos dois séculos passados, 68% eram procedentes da Itália. Se considerarmos apenas o século XIX, esse percentual alcança 75%. Ou seja, de cada quatro colonos estrangeiros que desembarcaram nos portos capixabas até 1900, três eram italianos”.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

do estado. Os principais traços são: a pronúncia [ti, di] (cf. AVELAR, 2015); o tepe [r] nos contextos em que as glotais [h, fi] são a pronúncia não-marcada dos capixabas; e o ditongo nasal <ão> pronunciado como [õ] (PETERLE, 2017; PERES; COMINOTTI; PARDINHO, 2018). Esses traços marcam sobremaneira a linguagem de comunidades colonizadas por imigrantes italianos, sobretudo as rurais, como São Bento de Urânia, gerando preconceito contra seus falantes, vergonha para eles e, em última instância, o abandono desses traços por parte dos mais novos (COMINOTTI, 2015).

Dessa forma, este trabalho objetiva: i) investigar quais os sentimentos dos moradores de São Bento de Urânia em relação à língua e à cultura dos antepassados; ii) identificar as representações e atitudes linguísticas dos membros da comunidade em relação ao vêneto; e iii) analisar de que forma o sentimento de identidade em relação às origens age e se manifesta na manutenção ou na substituição da língua e da cultura vêneta, nesse distrito.

Para expor essas análises, este trabalho foi dividido em quatro seções, além desta Introdução: na segunda, apresenta-se resumidamente o papel dos sentimentos de identidade, as crenças e as atitudes do grupo minoritário para a manutenção/substituição linguística; na terceira, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo; na quarta, analisam-se os resultados de questionários aplicados, de entrevistas realizadas e da observação participante em São Bento de Urânia, a fim de se registrarem os sentimentos, as crenças e as atitudes dos moradores com relação às suas origens: seus antepassados, sua cultura e sua língua; por fim, tecem-se as nossas considerações finais.

Sentimento de identidade, crenças, atitudes e o processo de manutenção/substituição linguística

O contato entre línguas traz consequências diversas, cujos resultados dependem dos contextos histórico e social em que ele se dá. Os fatores entrelaçados no contato linguístico são muitos, os quais levam à manutenção ou à substituição da língua de um grupo minoritário. Alguns dos fatores que favorecem a manutenção, citados por estudiosos dos Contatos Linguísticos (cf. ROMAINE, 1995 [1989]; APPEL; MUYSKEN, 1996; FASOLD, 1996; BAKER; JONES, 1998; WINFORD, 2003; MATRAS, 2003; SPOLSKY, 2009; MONTRUL, 2013; etc.), são: haver um grande número de falantes da língua; as religiões, as culturas e as línguas dos grupos envolvidos serem diferentes entre si; os casamentos ocorrerem dentro do grupo étnico, para que a língua materna possa ser mais facilmente transmitida e mantida no lar; a localidade onde vive o grupo minoritário estar distante dos centros urbanos; o *status* social do grupo minoritário ser baixo e o *status* de sua

língua ser alto; a língua do grupo minoritário ser protegida institucionalmente; os falantes nutrirem sentimentos e terem atitudes positivas em relação à sua cultura e à sua língua; os falantes se identificarem com seu próprio grupo; etc. Observa-se, assim, a complexidade de se definirem fatores confiáveis, definitivos e monovalentes para os processos de manutenção/substituição linguística (FISHMAN, 1979).

Cominotti (2015), ao discutir as causas da substituição do vêneto em São Bento de Urânia, chegou à conclusão de que muitos fatores desfavoreceram a manutenção dessa língua: a imigração foi permanente e não contínua, fazendo com que a comunidade não recebesse novos imigrantes do Vêneto; a língua nunca foi oficializada nem protegida, o que resultou no seu pouco ou nenhum uso nas instituições da comunidade, especialmente na escola, que proibiu qualquer manifestação das crianças em vêneto; as culturas italiana e brasileira não são muito diferentes; a intolerância que o país demonstrou ao bilinguismo; e o baixo *status* que a língua detém.

Em resumo, a substituição linguística na comunidade está relacionada a estes aspectos: i) o baixo prestígio da língua e dos próprios imigrantes; ii) a falta de apoio, de reconhecimento e de suporte institucional à língua; iii) o preconceito que ocorreu por parte dos próprios falantes, de pessoas de fora da comunidade e especialmente da escola (COMINOTTI, 2015). Entretanto, como se disse, no Espírito Santo, falantes de outras línguas também viveram o mesmo contexto histórico e social e mantiveram a sua língua materna⁵. Dessa forma, uma das questões centrais da manutenção linguística consiste na unidade identificadora e caracterizadora da comunidade linguística. Essa unidade deve ser capaz de gerar atitudes favoráveis para com o seu grupo e sua língua, para mantê-la (FISHMAN, 2006).

Portanto, a vitalidade de uma língua é fruto coletivo de padrões de escolha linguística dos sujeitos: se o grupo minoritário tiver uma atitude de resistência cultural, poderá fazer com que sua língua e sua cultura não sejam substituídas. Em outras palavras, o comportamento linguístico de um indivíduo ou grupo é regulado por crenças construídas por ele em relação às línguas/variedades e às pessoas, por intermédio da família, escola, profissão, classe social e religião, entre outros. Assim, as atitudes são ajustadas pelo indivíduo de acordo com o grupo com o qual se identifica ou a que deseja pertencer (LE PAGE, 1980; KAUFMANN, 2006).

5 Christ, Peres e Stein (2021), ao analisarem a manutenção do Hunsrückisch em Domingos Martins-ES, observaram a influência da religião nesse processo, pois, entre os descendentes de imigrantes luteranos, há um número muito maior de falantes dessa língua do que entre os católicos. Esse dado reforça o fato de que a semelhança entre as confissões religiosas aproxima os grupos, favorecendo a substituição linguística.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

Desse modo, deve-se reconhecer a importância das atitudes linguísticas na vida dos usuários de uma língua, pois elas são sobretudo atitudes sociais, estando em estreita relação com o sentimento de identidade de seus falantes. Tais apontamentos são fundamentais para que se interprete a substituição linguística em um contexto bilíngue e bicultural, como é o caso de São Bento de Urânia. Ressalte-se que uma língua deve ser vista como algo real, concreto, que faz parte do cotidiano das pessoas, que se altera de acordo com as transformações sócio-histórico-ideológicas da sociedade e se constitui como um processo que se realiza conforme os diferentes contextos comunicativos. Tem-se assim que as crenças, que determinam as atitudes de um indivíduo ou grupo, estão intimamente relacionadas à manutenção ou à substituição linguística. Adiante essa discussão será retomada. Na próxima seção, os procedimentos metodológicos da pesquisa são apresentados.

Procedimentos metodológicos

A comunidade pesquisada

O município de Alfredo Chaves foi colonizado a partir de 1877, quando Giuseppe di Agostino Togneri vendeu parte de sua propriedade para a Colônia Imperial do Rio Novo, que passou a receber imigrantes italianos. Em seguida, iniciou-se o movimento migratório da sede de Alfredo Chaves em direção a outras regiões do município e do estado, em busca de terras mais propícias à agricultura (PESSALI, 2010). A partir de 1888, oito famílias de imigrantes italianos se deslocaram para o oeste do município, fixando-se no que seria futuramente o distrito de São Bento de Urânia. Por se tratar de famílias vênetas, a comunicação entre elas se dava por meio dessas variedades – chamadas por nós, simplificadoramente, de vêneto.

O distrito manteve-se parcialmente isolado por muito tempo, pelas dificuldades de se chegar ao local. A principal estrada, que o liga à BR 262, tem 11km e foi asfaltada somente em 2006; a outra, entre o distrito e a Sede de Alfredo Chaves, tem 40km sem nenhuma infraestrutura, percorrendo uma densa mata. Além da dificuldade de acesso, existe a de permanência no lugar: o distrito está localizado no ponto geográfico mais alto do município, com cerca de 1250m de altitude, o que faz com que as temperaturas sejam baixas, especialmente no inverno. Atualmente, a população do distrito é de cerca de 1000 pessoas, das quais 500, mais ou menos, vivem no centro.

A economia do lugar se baseia no cultivo de verduras, legumes e frutas, especialmente a uva, para a fabricação de vinho. Na sede, há uma escola municipal de Ensino Fundamental; um posto de saúde, com visitas médicas a cada 15 dias; duas igrejas

– uma católica e uma adventista –; uma mercearia; uma pastelaria e uma lanchonete. Aos domingos, depois da celebração ou da missa, as pessoas se reúnem no pátio da igreja católica para conversar (algumas vezes, em vêneto) e jogar futebol, cartas, bocha e mora (VILAÇA, 2010; COMINOTTI, 2015; PETERLE, 2017).

Em 2014, foi instalada a primeira torre de telefonia celular e de internet⁶: “isso possivelmente iniciará uma mudança no comportamento linguístico de São Bento de Urânia, o que pode ser estudado no futuro, para que compreendamos os impactos da internet nesse lugar” (PETERLE, 2017, p. 90). Não obstante a presença da tecnologia, em São Bento de Urânia o cotidiano das pessoas é tipicamente rural, marcado pelo trabalho árduo na lavoura e/ou o estudo durante o dia, o recolhimento em casa à noite e as celebrações, missas ou cultos aos domingos. A exceção fica para as duas festas anuais – a Festa da Uva e do Vinho e a Festa do Inhame –, ocasiões em que a comunidade recebe visitas de pessoas vindas de diferentes localidades do estado (VILAÇA, 2010).

Em São Bento de Urânia, todos os moradores se conhecem e, quando não são parentes – mesmo distantes –, são pelo menos compadres e comadres, levando uma convivência pacífica. Assim, as características sócio-históricas do distrito foram propícias à manutenção da cultura e, até pouco tempo, da língua dos antepassados imigrantes. Ainda hoje a cultura vêneta se faz fortemente presente na população, entrelaçando a cultura brasileira com antigas práticas dos antepassados, que se modificaram com o passar das gerações, mas não se extinguiram.

Os corpora e a análise dos dados

Para as análises desta pesquisa, foram utilizados dois questionários, elaborados com base em discussões de nosso grupo de pesquisa e também em Gaio (2017). Os dados obtidos foram complementados por informações coletadas em entrevistas semiestruturadas e pela observação participante, durante as visitas à comunidade. O questionário I estava dirigido às crianças e adolescentes, estudantes da escola de Ensino Fundamental; e o questionário II destinava-se aos adultos da comunidade – pais ou responsáveis pelos alunos. Em ambos constavam perguntas sobre a presença do vêneto no lar e no distrito; a própria proficiência em vêneto; os sentimentos em relação aos antepassados, sua cultura e sua língua materna; as crenças e atitudes a respeito da língua; o desejo ou não de sua manutenção na comunidade etc. Um terceiro questionário foi elaborado para ser respondido por membros da Associação dos Moradores de São

⁶ Fonte: <http://www.montanhascapixabas.com/#!jornal-folha-da-terra/clje3>. Acesso em: 01 ago. 2015.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

Bento de Urânia, com o objetivo de essas respostas subsidiarem futuras propostas de revitalização e manutenção do vêneto na comunidade. Neste estudo, devido a limitações de espaço, serão apresentados alguns dos dados dos dois primeiros questionários que se relacionam ao tema deste trabalho.

O questionário aos estudantes foi aplicado pelas autoras deste estudo no dia 21 de fevereiro de 2019, durante as aulas, para que fosse possível explicar-lhes as perguntas, especialmente para os mais novos. Os estudantes levaram para casa o questionário destinado aos adultos, um para cada família, sendo recolhidos duas semanas depois pela primeira autora. Ao final, foram obtidos: 81 questionários de crianças e adolescentes (faixa etária I – de 08 a 17 anos) e 34 questionários de adultos (faixa etária II – pessoas acima de 21 anos). Dos participantes, 78,81% têm sobrenomes italianos⁷, seja de ambos os pais ou de apenas um deles, e sempre residiram na comunidade (COMINOTTI, 2021).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos anos de 2013 e 2014⁸ com 62 sujeitos dos dois sexos/gêneros, de quatro faixas etárias (I: de 08 a 14 anos; II: de 15 a 30 anos; III: de 31 a 50 anos; e IV: acima de 50 anos) e três níveis de escolaridade (até 04 anos de estudo; de 05 a 08 anos e acima de 08 anos) (COMINOTTI, 2015). Essa divisão foi utilizada para que fosse possível analisar melhor os efeitos das variáveis sociais sobre os resultados obtidos e também para possibilitar a realização de pesquisas sociolinguísticas variacionistas no futuro.

As perguntas abordavam temas como a história familiar na Itália e no Brasil, as origens e as tradições de São Bento de Urânia, os sentimentos em relação à ascendência, à cultura e à língua dos antepassados, as situações vivenciadas pela(o) entrevistada(o) e familiares na escola e na comunidade etc. Todos os participantes da pesquisa – aqueles que responderam aos questionários e os entrevistados – assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para o uso das informações obtidas.

Os dados também foram obtidos por meio das observações feitas durante as muitas visitas ao distrito. Dessa forma, foi possível conhecer o cotidiano do lugar e ter um contato mais estreito com os moradores e seus líderes – os patriarcas das famílias, os coordenadores da igreja católica da comunidade e o presidente da Associação de Moradores local.

Os dados foram interpretados a partir da presença do vêneto em São Bento de Urânia e das crenças e atitudes dos participantes quanto a essa língua e seu uso, evidenciadas

7 Todos os sobrenomes de nossos entrevistados foram verificados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, para a confirmação de sua ascendência italiana.

8 As primeiras entrevistas foram realizadas pelas autoras deste trabalho e pela Profa. Ms. Beatriz Dona Peterle.

pelos sentimentos que nutrem em relação a seus ascendentes, sua cultura e sua língua. Na próxima seção, esses tópicos serão abordados.

O vêneto em São Bento de Urânia

A fim de se saber se o vêneto ainda é falado em São Bento de Urânia, foi perguntado às crianças e adolescentes (Questionário I), assim como aos adultos (Questionário II), qual o seu nível de fala dessa língua. Os resultados dos participantes que responderam a essa pergunta estão na Tabela a seguir.

Tabela 1. Habilidades linguísticas declaradas pelos sujeitos

HABILIDADES DE FALA	Faixa I (8-17 anos)		Faixa II (acima de 21 anos)		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Bem	8/33	24,24	1/31	3,23	9/64	14,06
Razoavelmente	7/33	21,21	11/31	35,48	18/64	28,13
Pouco	5/33	15,15	19/31	61,29	24/64	37,5
Nada	13/33	39,39	-	-	13/33	39,39

Fonte: Cominotti (2021, p. 121-122, adaptado).

A tabela 1 mostra primeiramente que poucos jovens responderam a essa pergunta: apenas 33 (40,74%). Diante desse resultado, pode-se pensar que quem não respondeu não tem nenhuma habilidade na língua ou não tem segurança de seu nível de conhecimento.

Entretanto, observa-se que 20 crianças e adolescentes afirmam falar o vêneto – mesmo que seja pouco –, o que demonstra que a língua ainda está presente entre a geração mais nova. Os resultados da tabela também evidenciam que as capacidades declaradas “bem” e “razoavelmente” dos mais novos suplantam as dos adultos. Supõe-se que essa *capacidade* seja referente aos termos, expressões e frases mais usuais, que utilizam os mais velhos nos jogos, nas brincadeiras e nas conversas após os cultos de domingo, quando as crianças e adolescentes estão presentes. Há que se notar igualmente que esses mesmos 20 jovens também afirmaram que o vêneto é usado em casa, fazendo com que tenham a capacidade de falar e entender a língua.

Entre os adultos, 19 (61,29%) afirmaram que falam “pouco” e 12 (38,71%) declararam que falam bem ou razoavelmente, sendo que ninguém afirmou que não falava nada. Estes resultados podem ser justificados por uma maior criticidade dos adultos: devido ao menor uso da língua atualmente na comunidade, já não têm a mesma facilidade para utilizá-la;

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

outra possibilidade é a comparação com os moradores mais antigos, que falavam apenas ou majoritariamente o vêneto na comunidade.

Para que fossem conhecidos os usos dessa língua no distrito, perguntou-se aos adultos: *Se você fala a língua dos antepassados, com quem e/ou onde você fala?* Dos 34 participantes, 07 não responderam a essa pergunta. As opções indicadas pelos outros 27 sujeitos foram⁹:

- a) com os pais: 09 respostas;
- b) com os filhos: 09 respostas;
- c) com os avós: 05 respostas;
- d) com os irmãos: 02 respostas;
- e) com vizinhos e/ou amigos: 02 respostas;
- f) com os netos: 01 resposta;
- g) em casa: 16 respostas;
- h) no trabalho: 02 respostas;
- i) na igreja: 01 resposta;
- j) nos jogos/brincadeiras (bocha, mora, futebol, baralho etc.): 01 resposta;
- k) Nunca falo: 02 respostas.

Também foi perguntado às crianças e adolescentes: *Em que lugar(es) o(s) familiar(es) usa(m) a língua dos antepassados?*

- a) em casa: 41 respostas;
- b) em outras casas: 07 respostas;
- c) no trabalho: 05 respostas;
- d) na igreja: 04 respostas;
- e) no comércio: 03 respostas.

As respostas dadas demonstram que o vêneto realmente está presente em São Bento de Urânia, apesar de sua substituição pelo português em vários domínios. Uma causa frequentemente reportada nas entrevistas feitas em 2013-2014 foi a falta de interlocutor: os falantes eram e são os mais idosos e estes faleceram ou estão falecendo. Assim, há cada vez menos oportunidades de se utilizar a língua.

Pensando-se na possibilidade de elaboração de estratégias em prol da manutenção/revitalização do vêneto em São Bento de Urânia, foi perguntado às crianças e adolescentes quais línguas gostariam de aprender um pouco mais.

⁹ Nesta e nas duas próximas questões, os respondentes poderiam marcar mais de uma opção.

Tabela 2. Interesse de crianças e adolescentes em aprender línguas

Qual(is) língua(s) você gostaria de aprender um pouco mais?	Nº	%
Vêneto	31/85	36,47
Português	01/85	1,18
Outras línguas	53/85	62,35

Fonte: Cominotti (2021).

A Tabela 2 evidencia que o vênето foi muito menos selecionado do que o inglês, o espanhol e o alemão (Outras línguas), conforme indicaram os jovens. Esses resultados levam a pensar que crianças e adolescentes estão mais propensos a dar valor ao que lhes possa trazer algum retorno profissional ou financeiro. Assim, por já falarem e escreverem o português e pelo fato de saberem que o vênето tem pouco ou nenhum prestígio nas sociedades capixaba e brasileira, além de não ser uma língua oficial na Itália¹⁰, os jovens preferem aprender uma língua que lhes possa ser mais *útil* no futuro. Por outro lado, as crianças e adolescentes veem o vênето de modo positivo, como será exposto adiante, o que não deixa de ser promissor para essa língua.

Dessa forma, tem-se que o vênето desaparecerá em São Bento de Urânia, conforme avançam as gerações, se nada for feito para frear seu processo de substituição. As principais causas declaradas pelos uranienses para o declínio do uso da língua foram: o contato mais constante com os falantes unicamente de português, as restrições ao uso das línguas estrangeiras durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e o preconceito linguístico que sofreram os falantes. Entretanto, como se disse, as mesmas situações vividas pelos descendentes de imigrantes italianos, no Espírito Santo, foram vivenciadas pelos imigrantes germânicos, mas ainda se encontram muitos desses descendentes que falam o pomerano¹¹ e o Hunsrückisch¹².

10 Nas entrevistas, várias pessoas demonstraram que têm ciência de que o italiano e o vênето são línguas diferentes. Um exemplo é o relato do entrevistado RB: “[o vênето] já não é o mesmo italiano puro, não, que o italiano puro mesmo eu quase não compreendo. Eu sei conversar em italiano [o vênето], mas eu quase não compreendo o italiano mesmo, que fala, puro. O italiano mesmo é uma conversa mais diferente um pouco”.

11 De acordo com Tressmann (no prelo, p. III), “O Pomerano, no idioma nativo *Pomerisch*, é uma língua oriunda da antiga Pomerânia, região histórica localizada hoje parte na Polônia – a grande porção do antigo território –, parte na Alemanha, da família linguística germânica ocidental e da subfamília Baixo-Saxão (Low Saxon). A gênese da língua pomerana é o Baixo-Saxão medieval, originário do Saxão antigo (Old Saxon), uma das línguas formadoras do Inglês”.

12 Altenhofen e Morello (2018, p. 23) afirmam que o *Hunsrückisch* “pode ser visto como a denominação comumente dada pelos falantes a uma variedade do Alemão proveniente da região de mesmo nome, o Hunsrück”, uma região localizada entre os rios Mosela e Reno, na Renânia Central, Alemanha (ALTENHOFEN, 1998).

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

Portanto, faz-se importante analisar, entre os fatores de manutenção/substituição linguística, outras causas do abandono do vêneto pelos descendentes de imigrantes italianos do distrito, como a identificação, as crenças e as atitudes dos moradores para com as suas origens.

O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística

A presença do vêneto ainda hoje na comunidade pesquisada, falado por alguns adultos e mesmo jovens, está estreitamente relacionada à própria trajetória de vida de seus moradores. Nesse sentido, o uso da língua passou por diferentes estágios, como mostram os excertos a seguir, extraídos de Cominotti (2015)¹³.

Excerto 1

Entrevistado + 50 anos, feminino, até 4 anos de escolarização

I: A minha avó sempre conta historinha, de criança, né? Que quando ela morreu, eu estava com quanto? Quinze anos, né? Mais ou menos, né? Ela contava que quando eles vieram da Itália, vieram com doze anos os dois mais velhos, né?

E: Os pais de vocês falavam italiano¹⁴ com vocês?

I: Sim, sim. Tudo italiano. Por isso que nós estamos tudo enrolado.

Entrevistado + 50 anos, masculino, até 4 anos de escolarização

I: Os meus avós vieram tudo da Itália. [...] começaram do zero. E vinham para cima de Alfredo Chaves, tudo loteado.

E: E falavam italiano?

I: Ah, todos!

E: Todos?

I: É, nós mesmos... eu até de solteiro, era tudo italiano em casa. Depois que... depois que nós casamos então... começamos a falar em... brasilei...

E: Os pais de vocês falavam italiano com vocês?

I: Tudo. Tudo italiano.

Os excertos demonstram que o vêneto era utilizado normalmente pelos antigos moradores da comunidade. No entanto, os contextos de uso foram diminuindo com o passar do tempo, pelas situações já mencionadas, principalmente a Campanha de Nacionalização de Vargas, que atingiu as instituições mais importantes da sociedade – família, escola, igreja, os meios de comunicação –, e o preconceito, forçando os imigrantes e seus descendentes a irem abandonando a sua língua de herança.

¹³ Muitos participantes narraram, nas entrevistas concedidas, o preconceito que sofrem devido à sua linguagem. Desta forma, seguindo Meihy (2017), os relatos foram transcritos aproximando a linguagem dos sujeitos à variedade culta da língua portuguesa.

¹⁴ A língua vêneta é chamada de italiano, pelos moradores. A entrevistadora manteve essa denominação, nas entrevistas.

Exemplos do estigma contra quem falava e fala *diferente*, alcançando os atuais moradores, são estes relatos:

Excerto 2

Entrevistado + 50 anos, masculino, até 4 anos de escolarização

I: Eles [referindo-se aos filhos] têm vergonha de falar [o português] quando vão na cidade, talvez naqueles é... escritórios, aquelas secretarias bonitonas que têm lá. Eles ficam com vergonha de falar por causa do sotaque deles.

Entrevistado 15-30 anos, feminino, 5 a 8 anos de escolarização

É porque um dia cheguei eu e minha cunhada, a [xxx], a gente entrou numa loja, acho foi Piúma, aí a mulher viu que a gente conversava meio... ela não soube dizer se era depressa ou enrolado. Aí ela falou assim: 'Vocês são é... de Santa Catarina?' Aí a gente: 'Não!' 'Mas vocês falam de um jeito diferente'. Aí a [xxx] falou assim: 'Não, nós somos italianos'. 'Ah! Porque tem vez que não entende nada', ela falou. Mas é o jeito de falar, talvez depressa e muitos dos parentes puxam o "r", os [xxx], a maioria puxa o "r". Eu tento não puxar, mas tem vez a pessoa acaba puxando.

A língua, assim como a identidade de uma pessoa, adquire valor sempre que esta estiver ligada a um contexto que suporta valores concretos subjacentes. Em outras palavras, "se a língua é propriedade individual, quem determina o seu valor é a sociedade" (MEY, 1998, p. 79). O vênето atualmente, no distrito de São Bento de Urânia, se apresenta como língua minoritária – ou minorizada –, sem reconhecimento oficial, e, devido ao período de tempo em que ficou proibida de ser falada em público, permaneceu restrita ao domínio familiar. Acrescente-se também o fato de ser considerada – assim como o português aí falado – como uma "língua errada":

Excerto 3

Entrevistado + 50 anos, feminino, até 4 anos de escolarização

Misturado, tudo misturado [o modo como fala]. Por isso que... a gente fala tudo meio errado.

O fato de a sociedade não ter uma clara noção da classificação (socio)linguística das línguas e de suas variedades, em que não se considera uma melhor ou pior que outra, faz com que muitos falantes se sintam inseguros e desmotivados a usar uma língua diferente daquela que é a majoritária na sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que os moradores de São Bento de Urânia percebem o *status* inferiorizado que recebe a língua vêneta e também a sua variedade do português, marcada por traços do vênето, resultado do contato linguístico.

Em São Bento de Urânia, as poucas possibilidades de interação que têm os falantes de usar o vênето nas diferentes funções na comunidade faz com que seu grau

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

de funcionalidade e seu *status* sejam menores (CALVET, 2007), favorecendo o seu abandono. Por outro lado, também é preciso considerar que uma língua não oficial, falada por um grupo minoritário em um espaço em que ela é reconhecida e aceita por uma população orgulhosa de sua cultura, pode ter seu *status* garantido, o que aponta para a sua continuidade.

Dessa forma, a identidade e a diferença de cada grupo de indivíduos não podem ser compreendidas fora do sistema de significação cultural e socialmente atribuído, por meio do qual adquirem sentido; elas são o resultado da cultura e dos sistemas simbólicos que as constituem (SILVA, 2006). Assim, a identidade dos falantes de vêneto se manifesta na sua linguagem – nas situações, nos propósitos, na forma como utilizam a língua e com quem. Para falantes bilíngues, o uso da linguagem reflete a sua necessidade e seu desejo de se identificar com ambas ou com parte de cada comunidade linguística.

Deve-se considerar ainda que todo processo para a construção da identidade leva tempo, sendo que ela está em constante transformação. Seja identidade individual ou coletiva, entende-se que ela somente pode ser compreendida numa cadeia discursiva de diferenças, isto é, “aquilo que é” é inteiramente dependente daquilo que “não é” (SILVA, 2006, p. 47). Nada há de natural na construção identitária (BAUMAN, 2005; HALL, 2006); por isso é válido discorrer sobre a relação entre a identidade dos falantes de línguas minoritárias e alguns outros fatores fundamentais para a sua manutenção ou a sua substituição, como as crenças e atitudes de uma comunidade com relação à língua dos antepassados.

As crenças e atitudes de falantes e a manutenção/substituição linguística

As crenças e as atitudes linguísticas são um aspecto fundamental do comportamento linguístico de um indivíduo e de grupos minoritários, que podem levá-los a manter ou a substituir a sua língua. Para analisá-las, perguntou-se nos questionários o que os participantes achavam do vêneto, com o intuito de se compararem as respostas dos sujeitos de diferentes faixas etárias. Os resultados para os 74 respondentes crianças e adolescentes e para os 32 respondentes adultos estão na Tabela a seguir.

Tabela 3. Características da língua vêneta, segundo os sujeitos da pesquisa

O que você acha da língua vêneta?	Crianças e adolescentes (8-17 anos)		Adultos (acima de 21 anos)		Total (%)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bonita	26/74	35,14	29/32	90,63	55/106	51,89
Feia	3/74	4,05	1/32	3,13	4/106	3,77
Moderna	6/74	8,11	-	-	6/106	5,66
Antiquada	9/74	12,16	1/32	3,13	10/106	9,43
Fácil	6/74	8,11	3/32	9,38	9/106	8,49
Difícil	26/74	35,14	2/32	6,25	28/106	26,42
Outro	7/74 ¹⁵	9,46	-	-	7/106	6,60

Fonte: Cominotti (2021).

A Tabela 3 evidencia que as crianças e adolescentes consideram o vêneto muito mais bonito (35,14%) do que feio (4,05%); mais antiquado (12,16%) do que moderno (8,11%); e bem mais difícil (35,14%) do que fácil (8,11%), ou seja, para essa faixa etária, o vêneto é bonito, mas também difícil, além de ser uma língua antiquada, provavelmente por ser a língua dos antepassados e ser mais falada pelos idosos do lugar.

Quanto aos adultos, o vêneto é bonito para 90,63% dos que responderam; ninguém disse que é moderno e somente uma pessoa respondeu que é antiquado; e não houve muitos que afirmaram ser fácil (9,38%) nem difícil (6,25%). Comparando-se as duas faixas etárias, observa-se com clareza que o vêneto, apesar de ser bem considerado entre os mais velhos, também é visto de forma positiva pelos jovens.

Em suma, os resultados da Tabela 3 indicam uma atitude positiva dos sujeitos para com a sua língua de herança, o que indica a sua aceitação na comunidade. Ainda é possível notar, diante dos resultados, que os moradores do distrito – mesmo os mais jovens – demonstram consciência da diversidade linguística da comunidade, ou seja, sabem da existência do contato entre culturas e línguas, e, pelas respostas, não demonstram nenhum desprestígio da língua vêneta entre eles. Aqui se toma a noção de prestígio segundo Moreno Fernandez (1998), quando afirma que se trata de um processo de concessão de estima e respeito a indivíduos ou grupos que reúnem certas características e que leva à imitação de condutas e crenças.

Sobre as atitudes linguísticas, de acordo com Fishman (1979), elas atuam diretamente sobre o elemento cognitivo (um saber ou crença), o afetivo (uma atitude) e o conativo

¹⁵ Os sete entrevistados não responderam quais eram as outras características.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

(uma conduta). Portanto, toda observação referente a uma língua depende de atitudes, crenças e ações. Assim, a atitude linguística de um indivíduo é a soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendência a comportar-se de uma forma determinada, diante de uma língua ou de uma situação sociolinguística (AGUILERA, 2008).

As atitudes em relação aos indivíduos são transferidas para a língua de que são usuários, influenciando a sua postura e o seu comportamento frente a essa língua e gerando consequências para a sua manutenção (GROSJEAN, 2001). Sabe-se ainda que, em contextos bi/multilíngues, é possível encontrar atitudes linguísticas favoráveis a uma língua e contrárias à utilização de outra, a depender do prestígio que as línguas detêm na comunidade. E a língua de prestígio é, muitas vezes, considerada mais bonita, mais expressiva, mais lógica e mais capaz de expressar os pensamentos abstratos. Daí ela continuar mantendo o seu prestígio e o seu uso.

Nesse sentido, as atitudes linguísticas se apresentam como uma disponibilidade, um estado mental de prontidão, uma tendência para agir ou reagir positivamente ou não, quando o indivíduo tem que se posicionar diante da sua ascendência. Assim, é possível que, havendo um incentivo maior para a revitalização da língua, a afeição por ela poderá ser acrescida do esforço em aprendê-la e a usá-la.

Para verificar se os participantes adultos consideram importante falar o vêneto, foi feita essa pergunta no questionário destinado a eles. A Tabela 4 apresenta os resultados dos 27 sujeitos que responderam à questão.

Tabela 4. A importância do vêneto, segundo os participantes adultos

Você acha importante falar a língua de herança?	Nº	%
SIM	21/27	77,78
NÃO	5/27	18,52
MAIS OU MENOS	1/27	3,70

Fonte: Cominotti (2021)

Dos 27 respondentes, 77,78% afirmaram que acham importante falar o vêneto, o que implica uma coerência com as demais respostas positivas dadas. As respostas contrárias – não é importante e mais ou menos – somam apenas 22,22% do total. Esses resultados podem ser creditados ao fato de a localidade ser constituída por descendentes de italianos e pela importância que os moradores locais atribuem à manutenção das tradições, costumes e valores culturais dos antepassados.

É em uma situação de contato linguístico que as pessoas mais facilmente se tornam cientes das peculiaridades de sua língua (WEINREICH, 1970) e é assim que ela mais facilmente se torna o símbolo de pertencimento de um grupo. Por isso, tendo em vista as respostas dos adultos, observa-se realmente uma atitude positiva em relação à língua dos ascendentes. Esse fato, segundo Appel e Muysken (1996), reflete as estreitas relações entre a língua e a identidade social dos grupos etnolinguísticos, como mostram as justificativas dadas pelos 24 adultos que responderam livremente à questão sobre a importância de se aprender o vêneto.

Tabela 5. A importância de aprender o vêneto

Justificativas	Número de citações	%
Aprender sobre nossas origens/ascendência	7/24	29,17
Cultivar os costumes de nossos pais e avós	3/24	12,5
Onde moro se fala muito/diálogo bom [conversar com outras pessoas que falam]	2/24	8,33
Visitar o país de origem - Itália	2/24	8,33
Diferencial no mercado de trabalho	2/24	8,33
Tradição	2/24	8,33
Bonita de se falar	1/24	4,17
Possibilidade de dialogar com pessoas que falam outra língua	1/24	4,17
A língua esteve presente na família	1/24	4,17
Aprender é sempre bom	1/24	4,17
Moro num bairro italiano	1/24	4,17
Finalidade de passar de geração em geração	1/24	4,17

Fonte: Cominotti (2021).

A partir das respostas acima, verifica-se que o vêneto ainda é importante para os participantes adultos, principalmente por estar vinculado aos seus costumes, tradições e origens, e que, mesmo a língua tendo seus usos diminuídos no decorrer dos anos e ser falada por poucos da geração mais jovem, os sujeitos ainda consideram a sua manutenção como relevante para a comunidade.

As respostas dadas também evidenciam que, apesar de existirem razões de ordem social e profissional, como “Diferencial no mercado de trabalho” e “Porque podemos dialogar com pessoas de outra língua”, a principal razão pela qual consideram importante falar o vêneto é de ordem afetiva, relacionada ao vínculo com os ancestrais – “Aprender sobre nossas origens/descendência” e “Cultivar os costumes de nossos pais e avós” –, o que demonstra que, apesar de a língua vêneta não exercer um papel importante na igreja,

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

escola, comércio e posto de saúde¹⁶, ela ocupa um lugar privilegiado na memória dos moradores locais.

Neste sentido, torna-se importante pontuar que foram frequentes, nas entrevistas realizadas, os relatos de que, apesar de serem falantes do português, sentem a necessidade de preservar a língua de seus ancestrais, o que mostra uma estreita relação entre língua e identidade.

Excerto 4

Entrevistado 15-30 anos, feminino, até 4 anos de escolarização
Eu tenho orgulho [da ascendência]. Acho que a gente tem que ter orgulho.
Entrevistado 15-30 anos, feminino, + de 8 anos de escolarização
Tenho orgulho. Nunca na minha família falou o contrário.
Entrevistado + 50 anos, masculino, até 4 anos de escolarização
Eu tenho orgulho de ser italiano, do meu jeito.
Entrevistado + 50 anos, masculino, até 4 anos de escolarização
Ah, eu gosto. Ah, sim. Tenho o maior prazer de ser italiano.

O que acontece no meio social do indivíduo será refletido nas atitudes em relação à(s) língua(s) que aquela comunidade usa, o que, por sua vez, será refletido também nos membros dessa comunidade. Dessa forma, as atitudes linguísticas dos descendentes de imigrantes italianos do distrito de São Bento de Urânia possibilitam compreender os sentimentos, as crenças, os desejos e os comportamentos que os moradores do distrito manifestam em favor da língua de seus antepassados.

No atual cenário desse distrito, a possibilidade do desaparecimento da língua de imigração possibilitou que as pessoas se apercebessem das peculiaridades que ela apresenta, fazendo com que o vêneto se tornasse um dos símbolos da comunidade, identificando seus falantes como pertencentes àquela localidade. Conclui-se, pois, que os usos de uma língua são influenciados pelas atitudes de seus falantes e, portanto, essas atitudes representam pensamentos, sentimentos e tendências de comportamento por meio de uma variedade de contextos (BAKER; JONES, 1998).

Pontua-se ainda que as atitudes são “construções psicológicas”, sentimentos que as pessoas nutrem acerca de um objeto – neste caso, em relação a uma língua. No caso

¹⁶ Este assunto é detalhadamente apresentado em Cominotti (2015).

de São Bento de Urânia, pode-se dizer que os moradores percebem a força e o valor do vêneto na comunidade, embora o português seja a língua de maior utilização atualmente.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se investigar de que forma o sentimento de identidade dos uranienses age para que o vêneto, mesmo perdendo praticamente todos os domínios de uso para o português, ainda esteja presente na localidade. Os participantes da pesquisa se mostraram favoráveis à sua manutenção na comunidade, o que é observado pelas atitudes positivas dos falantes em relação à língua.

Ressalta-se que esses sentimentos positivos existem, mas, ao longo da história da colonização do país, houve muitos processos de inibição e mesmo de proibição de línguas dos grupos minoritários, sejam de ordem política ou sociolinguística, ou seja, pelas atitudes dos próprios falantes. Isso significa que, sozinhos, os sentimentos de identidade e de lealdade ao grupo, as crenças positivas e as atitudes não garantem a manutenção da língua de uma minoria, pois as pressões externas para a sua substituição são fortes.

Entretanto, o valor que é dado às origens pode facilitar ou mesmo contribuir – pelo menos, não haver resistência – para a implantação de políticas linguísticas de promoção e revitalização do vêneto em todo o distrito de São Bento de Urânia, para que se dê a devida importância e o devido respeito a essa língua e aos seus falantes. Acima de tudo, a riqueza linguística está na variação que origina as variedades, nas particularidades e no valor que as línguas detêm, independentemente de serem minoritárias/minorizadas ou não.

Agradecimentos

Katuscia Sartori Silva Cominotti agradece à FAPES a bolsa de estudos recebida durante seu doutorado na UFES. Edenize Ponzo Peres agradece à CAPES a bolsa de estudos recebida durante seu doutorado na PUC-Minas.

Referências

AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 105-112, 2008.

ALTENHOFEN, C. V. O estudo de línguas de imigrantes no Brasil. O exemplo do “Hunsrückisch” no Rio Grande do Sul. **Cadernos do Instituto de Letras**, Porto Alegre, n. 18, p. 17-26, 1998.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

ALTENHOFEN, C. V.; MORELLO, R. (org.). **Hunsrückisch**: inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: Ed. Garapuvu, 2018.

APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel, 1996.

AVELAR, D. dos S. **A realização variável das consoantes oclusivas dentais por descendentes de imigrantes italianos de Santa Teresa, ES**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BAKER, C.; JONES, P. S. **Encyclopedia of bilingualism and bilingual education**. Clevedon, Avon, UK: Multilingual Matters, 1998.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CALVET, L. J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CHRIST, A. da P. K.; PERES, E. P.; ROCHA, L. H. P. da. A história social dos contatos entre o Hunsrückisch e o português em Domingos Martins – Espírito Santo. **Sociodialeto**, v. 10, n. 28, p. 66-85, 2019. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/209>. Acesso em: 08 fev. 2019.

CHRIST, A. da P. K.; PERES, E. P.; STEIN, A. C. O *Hunsrückisch* e a religião na ex-Colônia de Santa Isabel, Domingos Martins-ES. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 14, n. 37, p. 263-282, 2021. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/4522/3051>. Acesso em: 08 fev. 2019.

COMINOTTI, K. S. S. **O contato linguístico entre o dialeto vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES**: uma análise sócio-histórica. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

COMINOTTI, K. S. S. **O sentimento de identidade e o processo de manutenção/substituição linguística: o caso de São Bento de Urânia, Espírito Santo.** 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

DERENZI, L. S. **Os italianos no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FASOLD, R. **La sociolingüística de la sociedad:** Introducción a la sociolingüística. Tradução Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.

FISHMAN, J. **Language Loyalty, Language Planning and Language Revitalization:** Recent Writings and Reflections from Joshua A. Fishman/Edited by Nancy H. Hornberger and Martin Pütz. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2006.

FISHMAN, J. **Sociología del lenguaje.** Tradução Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Catedra, 1979 [1995].

FRANCESCHETTO, C. **Imigrantes Espírito Santo:** base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GAIO, M. L. M. **Etnicidade linguística em movimento:** os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-talós do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GROSJEAN, F. **Life with two languages:** an introduction to bilingualism. 11 impr. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2001.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLZ, F. C. **Subsídios linguísticos para o trabalho com a ortografia de alunos bilíngues.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **ES em mapas.** Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 08 fev. 2019.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

KAUFMANN, G. Language maintenance and reversing language shift. Spracherhalt und Umkehr von Sprachwechsel. *In*: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K.; TRUDGILL, P. (ed.). **Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society**. 2nd complet. Rev. and exit. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006.

KLIPPEL-MACHADO, R. **Práticas de oralidade e de escrita nas aulas de português em contexto de diversidade linguística: o contato entre as línguas portuguesa e hunsrückisch em Marechal Floriano, ES**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal; Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LE PAGE, R. B. Projection, Focusing and Diffusion. **York Papers in Linguistics**, 1980.

MARTINUZZO, J. A. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Tradução Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue português e alemão.

MATRAS, Y. **Language contact**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MEY, J. L. Etnia, identidade e língua. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 69-88.

MONTRUL, S. **El bilingüismo en el mundo hispanohablante**. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2013.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

PEREIRA-NETO, A. da S. **Memória e oralidade em Santa Maria de Jetibá: uma proposta intercultural para a escrita de memórias literárias**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal; Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

PERES, E. P.; COMINOTTI, K. S. S.; PARDINHO, V. da M. O ditongo nasal ão em São Bento de Urânia (ES). **PAPIA**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/3050>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PESSALI, H. **Alfredo Chaves: uma visão histórica e política**. Alfredo Chaves: Câmara Municipal de Alfredo Chaves, 2010.

PETERLE, B. D. **Análise sociolinguística da realização do ditongo nasal tônico em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves/ES: o papel da variável sexo/gênero**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ROMAINE, S. **Bilingualism**. 2nd Edition. Oxford: England: Blackwell, 1995 [1989].

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TRESSMANN, I. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TRESSMANN, I. **Dicionário enciclopédico pomerano multilíngue** (no prelo).

VILAÇA, A. **Receita para um romanceiro**. São Bento de Urânia (ES). SEBRAE, Vitória, 2010.

WEINREICH, U. **Languages in Contact**. Findings and Problems. With a preface by André Martinet. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

WINFORD, D. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

- | O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo

COMO CITAR ESTE ARTIGO: COMINOTTI, Katiúsica Sartori Silva; PERES, Edenize Ponzo. O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 219-242, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 31/07/2021 | Aceito em: 13/09/2021.

FROM AFRICA TO JAMAICA AND BACK: THE ATLANTIC AS A DYNAMIC LINGUISTIC CONTACT ZONE

Andrea HOLLINGTON¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3336>

Abstract: This paper is concerned with Africa and the African Diaspora in Jamaica from a linguistic perspective. It will shed light on linguistic and communicative practices which illustrate the dynamic and reciprocal relationship between Africa and the Caribbean. My objective is to go beyond the approach of traditional (Caribbean) creolistics, which usually investigates African “substrate” influences in so-called creole languages, and to look at the Atlantic contact area as a dynamic zone with mutual and multidirectional influences. This will involve not only the historical dimension of the Transatlantic Slave Trade, through which the African Diaspora in Jamaica, the Caribbean, and the Americas emerged in the first place, but also a focus on the role of the dynamicity of current language practices on identity, language ideologies, linguistic creativity, and agency. An important aspect in this respect is the emblematicity of African elements, as linguistic elements, which are different from ‘Standard English’ (often perceived as the colonial language and the language of the slave master and oppressor), and which are marked in the context of conscious linguistic choices. Moreover, there is an awareness of the African heritage in Jamaican language practices that informs conscious efforts to use African linguistic elements (for instance, names). For many Jamaicans, their African heritage and identity play an important role. This can be observed, in particular, in Rastafari discourses and in Reggae music and culture, which emphasize a strong focus on Africa. These phenomena are also relevant in (Anglophone) Africa, where Jamaican linguistic practices are adopted through the influence of Reggae, Dancehall, and Rastafari. Therefore, this contribution will also feature some examples of how influences from the Diaspora come back to Africa, for example, in music and youth language practices.

Keywords: Africa. Jamaica. Creole languages. Atlantic. Contact area.

¹ University of Mainz, Renânia-Palatinado, Alemanha, andrea.hollington@yahoo.de; <https://orcid.org/0000-0001-7238-403X>

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

VON AFRIKA NACH JAMAICA UND ZURÜCK: DER ATLANTIK ALS DYNAMISCHE SPRACHLICHE KONTAKTZONE

Abstrakt: Dieses paper beschäftigt sich mit Afrika und der afrikanischen Diaspora in Jamaika aus linguistischer Perspektive. Es wird Licht auf linguistische und kommunikative Praktiken werfen, welche die dynamische und wechselseitige Beziehung zwischen Afrika und der Karibik illustrieren. Mein Ziel ist es, über den Ansatz der traditionellen Kreolistik hinauszugehen, welche üblicherweise afrikanische "Substrateinflüsse" in so genannten Kreolsprachen untersucht, und statt dessen den atlantischen Kontaktraum als dynamische Zone mit gegenseitigen und multidirektionalen Einflüssen zu betrachten. Dies wird nicht nur die historische Dimension des Transatlantischen Sklavenhandels, durch den die afrikanische Diaspora in Jamaika, der Karibik und den Amerikas damals entstanden sind, beinhalten, sondern auch einen Fokus auf der Rolle von Dynamizität zeitgenössischer Sprachpraktiken mit Blick auf Identität, Sprachideologien, sprachlicher Kreativität und agency. Ein wichtiger Punkt in diesem Zusammenhang ist die Emblematisierung afrikanischer Elemente, denn linguistische Elemente welche sich vom 'Standard English' (welches oft als koloniale Sprache und als Sprache der Sklavenhalter und Unterdrückter wahrgenommen wird) unterscheiden, sind im Kontext bewusster sprachlicher Entscheidungen kennzeichnend. Außerdem gibt es ein Bewusstsein über das afrikanische Erbe in jamaikanischen Sprachpraktiken, welches bewusste Bemühungen, afrikanische linguistische Elemente (wie zum Beispiel Namen) zu verwenden beeinflusst. Für viele Jamaikaner spielt ihr afrikanisches Erbe und Identität eine wichtige Rolle. Dies kann besonders in Rastafari-Diskursen sowie in Reggae Musik und Kultur beobachtet werden, wo in starker Bezug zu Afrika betont wird. Diese Phänomene sind auch im (anglophonen) Afrika relevant, wo jamaikanische linguistische Praktiken übernommen und adaptiert werden, durch die Einflüsse von Reggae, Dancehall und Rastafari. Daher wird dieser Beitrag ebenfalls Beispiele diskutieren, die zeigen, wie linguistische Einflüsse aus der Diaspora wieder zurück nach Afrika kommen, beispielsweise in Musik und Jugendsprache.

Stichworte: Afrika. Jamaika. Kreolsprachen. Atlantik. Berührungsfläche.

Introduction: A critical approach to Creole Linguistics

Linguistic influences between Africa and Jamaica have traditionally been investigated within the paradigm of Creole Studies. Since the traditional approach to the study of

African influences in Creole languages is highly problematic due to its historical rootedness in colonial discourses, this paper will start with a critical introduction of the creolistic paradigm and the study of African elements in Jamaican². The second section will then provide a historical and sociolinguistic overview of Jamaica and discuss some examples of African influences in Jamaican. Section three will highlight a special domain of African influences, namely body part metaphors and their use in expressions of emotions. This will also involve an illustration of how these expressions feature in today's language use and music. After that, I will relate those practices to current linguistic scenarios in African contexts to illustrate how language practices of the African Diaspora influence the African continent as well. The final section will conclude the paper.

As mentioned above, Jamaican is usually studied in the context and paradigm of creole linguistics. Though Jamaican is (lexically) based on English, it exhibits numerous influences from African languages, which came to the island with enslaved Africans during the course of the Transatlantic Slave Trade. While there is a range of (much) older works on Creole languages, several linguistic works of the 19th century have been regarded as the foundation of the establishment of Creole Studies including, for instance, the works of Hugo Schuchard, Francisco Coelho, Lucien Adam among others. As the linguistic discussions of the origins and structures of so-called Pidgin and Creole languages gained momentum, Creole Studies became institutionalized as an academic discipline in the 1960s. Several theories about the origins of Pidgins and Creoles, their development, grammatical structure and lexicon, and their relations to other languages etc., have been proposed since then, and many have been contested. While a thorough review of the various theoretic positions and views would go beyond the scope of this paper, it is important to point out that there are several problematic issues in the creolistic paradigm which led to substantial criticism (for a more detailed discussion of the problematic nature of Creole Studies, see for instance Ansaldo and Matthews, 2007, Hollington, 2015, 2020). I want to highlight three problematic aspects of Creole Studies, namely (1) the historic context in which Creole Studies emerged, (2) the terminology, and (3) the lack of linguistic evidence that so-called Creole language form a typological unit ("creole exceptionalism").

(1) The roots of Creole linguistics (like African linguistics and other academic disciplines concerned with languages, cultures, music, and other social practices of non-Western people) are strongly connected to and influenced by the colonial discourse (see

² Jamaican, the so-called Creole language spoken in Jamaica, is often referred to as Jamaican Creole by linguists, while most speakers of the language call it Patwa (also spelled Patois, Patwah, etc.). Several (mostly Caribbean) linguists, especially in light of the postcolonial critique of the coloniality of Creole Studies, have proposed to call the language Jamaican. This suggestion is also followed by the present author.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

Krämer 2014). As Makoni *et al.* (2003, p. 9) point out in their volume on *Black Linguistics*, “historically knowledge production within Creole Studies occurred during an era when speakers of the language were considered less than human”. Importantly, the authors stress that the ideological colonial and racist background of the missionaries and scholars who conducted early studies on Creole languages informed their paradigms and attitudes to the linguistic practices they were working on. For example, these ideologies led to a conceptualization of Creole language as opposed to ‘normal languages’ in terms of their linguistic development and set-up (see, for instance, the argumentation by Michel DeGraff in his video by MIT Open Course ware³), which needs to be regarded as a form of linguistic *othering*. Characterizations of Creole languages as “broken” or “corrupt” were coined within those discourses, and they have had a negative effect on language attitudes towards Creole languages, language policies, and language ideologies to the present day. Jamaican, for example, has been referred to as “stubborn, but expressive corruption of the English tongue” (RUSSELL, 1868 [1990], p. 186, see also the discussion in Walicek, 2014). In Jamaica, for instance, despite the fact that language attitudes are changing and that there are also positive attitudes towards Jamaican which are gaining momentum, many people still believe that English (as the colonial language of prestige and power) is better than Jamaican (see BECKFORD WASSINK, 1999, THE JAMAICAN LANGUAGE UNIT, 2005, FARQUHARSON, 2007, HOLLINGTON, 2015, 2020).

(2) In connection to these ideological underpinnings of early Creole Studies, it should be pointed out that some of the terminology used is highly problematic and by no means neutral. In fact, the very terms “Pidgin” and “Creole” have developed negative connotations affected by the racist colonial discourse as mentioned above. Moreover, for example, terms such as “superstrate” and “substrate”, which have been used to refer to the various languages involved in the linguistic contact scenario from which a Pidgin or Creole arose, are charged with hierarchical connotations that mark the unequal power relations of the language and their speakers and cannot be regarded as neutral terms (mostly, “superstrate” was used to refer to the dominant colonial language which seemingly had the greatest impact on the emerging contact language, for instance as the so-called “lexifier”, while languages regarded as “substrate”, often those used by the enslaved and colonized, were regarded to have had a minor impact on the contact variety).⁴ When trying to reconstruct

3 <https://www.youtube.com/watch?v=p8BXCDrYliY> (accessed November 2021)

4 While the etymology and previous usages of these terms reveal different underlying conceptualization, some of which have been metaphorically transferred (for instance the adoption of the term substrate ‘beneath the surface’ from geology), the problematic aspect lies in the fact that these terms have been charged with connotative meanings in their respective academic contexts, which, in the case of creolistics, was influenced by the colonial paradigm in which the academic discipline arose.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

the multilingual, multifocal and diverse realities on, for instance, Caribbean plantations during slavery and their complex entanglements, and when looking at the existing records of historic language practices and ways of speaking, it becomes clear that simplistic and non-neutral terms such as “superstrate”, “substrate”, “acrolect”, “mesolect” or “basilect” fail to grasp the complex realities of the contact scenarios and their multifaceted linguistic practices.

(3) Apart from the postcolonial criticism of the Creole paradigm, there are also purely linguistic concerns with the conceptualization of Creole languages as a typological class (creole exceptionalism). As pointed out by Kouwenberg and Singler (2008), the problematic nature of the linguistic concepts already becomes evident in the fact that the distinction between “Pidgin” and “Creole” based on clear-cut linguistic criteria is difficult if not impossible for many linguistic varieties and practices assigned to these groups of languages. Labels such as “pidgincreole”, “semicreole”, or “extended pidgin” illustrate the fuzziness and overlaps of the categories. More importantly, many scholars have criticized the notion of creole languages as a typological class as being based on “creole exceptionalism”, which grants a special status to creole languages that cannot be measured in those languages exclusively (see especially DEGRAFF, 2005, ANSALDO and MATTHEWS, 2007). Dimmendaal (2011, p. 230), for instance, highlights that “creoles vary among themselves regarding almost any structural feature that is claimed to be typical of them”. Therefore, scholars suggest breaking down the category of “Creole languages” and looking at contact languages as a unified object of study since Creole languages do not (linguistically or structurally) constitute a unique class of languages (ANSALDO; MATTHEWS, 2007, p. 3). Similarly, Faraclas and Bellido de Luna argue that the

[...] narrow interpretation of what constitutes a creole language is not only one of the cornerstones of the problematic edifice of creole exceptionalism, but also one of the primary motivations for marginalizing creole languages within linguistics and one of the main justifications put forward by linguists for their failure to take the potentially paradigm shattering insights from creolistics on board. (FARACLAS; BELLIDO DE LUNA, 2012, p. 38).

However, there is a range of authors who do argue for pidgin and creoles being a typological or structural class of languages that are different from other languages. And they do so by drawing on recent empirical data to exemplify their argument (see especially MCWHORTER, 2018). As often in the history of Creole Studies, this has become a very heated debate in which, at some point, seemed to lose track of the actual linguistic issues under study. As Bettina Migge states in her review of McWhorter (2018), she and other

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

creolists tend to find the strong binary between and the continued debate of creole exceptionalism versus creoles and other contact languages as a unified object of study not too relevant and representative for the actual current works of scholars working on so-called creole languages (MIGGE, 2020). Responding to McWhorter's argumentation for creole exceptionalism, she therefore recommends:

The nature of the linguistic enterprise clearly deserves more attention too. Linguistics has deep colonial roots and despite our best efforts, none of us can say that we are free from them because they permeate linguistic methods, themes, perspectives, approaches etc. We should follow sister disciplines such as anthropology and some researchers working on the African linguistic context and critically assess them in a mutually respectful and conducive manner. I propose that research on pidgins and creoles should take a lead in developing hospitable decolonial approaches to linguistic inquiry that are open to interdisciplinary standards of evidence. (MIGGE, 2020, p. 862-863).

One aspect that remains important in this debate about the Creole linguistics' paradigm is that its theories of the emergence of Creole language and its terminology focus on the description and analysis of language contact as processes that "happen" to the contact variety due to universal processes or imperfect learning, etc. Therefore, these theories assign a rather passive role to the speakers and linguistic innovators rather than highlighting their agency in the creation and development of the contact language (see FARACLAS, 2012, HOLLINGTON, 2020). This contribution aims at drawing attention to conscious language practices in the dynamic Atlantic contact area.

The historic and sociolinguistic background of Jamaica

Jamaica is an island in the Western Caribbean and has a population of a little under three million people, most of whom are descendants of Africans who came to the island as enslaved or indentured laborers. The Taíno, who belong to the Arawak group, were the first inhabitants and gave the island its name Xaymaca. In 1494, Christopher Columbus arrived in Jamaica, and subsequently, the island became a Spanish colony. The Spanish era was characterized by colonial rule, the establishment of plantations, the genocide of the Arawak population, and the import of enslaved Africans. The English conquered Jamaica in 1655 and increased the number of sugar cane plantations while bringing in more and more enslaved Africans through the Transatlantic Slave Trade.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

For the sake of understanding the complex nature of linguistic practices that characterized the development of linguistic practices in Jamaica, it is important to highlight that the plantation societies were very diverse: on the one hand, enslaved Africans, and later indentured laborers, came from vast areas in West and Central Africa. On the other hand, the Spanish and English settlers and workers constituted a very diverse group as well, and other Europeans, especially Portuguese, moved to the island as well. In the 18th century, missionaries from the United States also came to the island and played a significant role in resistance against slavery and for the abolitionist movement, while the 19th century, after the abolition of slavery in 1838 in Jamaica, saw increased immigration of contract workers from various parts of Africa, Asia, and Europe.

Moreover, there has been a lot of movement and migration between Caribbean islands and continental areas over the centuries. Taking all these aspects into consideration, we need to acknowledge that colonial Jamaican society has been multilingual, diverse, polylectal, and heterogeneous. This included not only a large number of African languages and varieties but also different Englishes, regiolects, dialects, registers, and ways of speaking as well as other languages including Arawak and Spanish.

With the occupation of Jamaica by the English, the emergence of Jamaican began. Creolists have discussed possible scenarios and theories for the development of Jamaican, in connection to other Atlantic contact varieties, by using demographic data and taking historic developments into account⁵. However, due to the lack of historical linguistic and demographic records, the existing accounts of the emergence of Jamaican are largely built on a few pieces of the puzzle and many assumptions. Linguistic influences from African languages may shed some light on the dimensions of language contact in Jamaica.

African influences in Jamaican

Jamaican has received much scholarly attention and systematic and extensive accounts and discussions of African influences have been published especially since the 1960s. One of the areas in which several researchers have explored influences from African languages is the lexicon. Farquharson (2012), who studied the African lexis in Jamaican extensively, discusses possible African etyma for the Jamaican lexicon in great depth:

⁵ A detailed description of the various and partly contested accounts of the development of Jamaican would go beyond the scope of this paper. For more information and an extensive summary of previous studies and likely scenarios see Farquharson (2012).

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

“217. **KOSKOS, KASKAS, KYASKYAS** ‘a dispute or quarrel; a “row”’. (2) Àkán (Akuapem) **akakásá** ‘dispute, contest, altercation, wrangling, quarrel’ (Christaller, 1933, p. 229). (3) The DJE derives this word from the Àkán verb **kasákàsa** ‘to dispute, contend in words’, and notes that the Jamaican word is ‘identified often with English dialectal *cuss* < *curse*’ through folk-etymology. While the DJE assigns the word to the Àkán verbal form, the DCEU derives it from the related nominal **akakásá** ‘dispute’ which is the etymology accepted here, since the Jamaican word is used as a noun and never as a verb.

The Jamaican form with the low vowel can be derived unproblematically from the Àkán noun by positing the clipping of the CVCVCVCV /kasakasa/ etymological form to CVCCVC /kaskas/, a process which is attested in other African-derived forms such as *potopoto* > *potpot* (entry 343). The Jamaican pronunciation with the palatal glide is my addition to the list from personal experiences. I believe that there is enough internal evidence to support the Àkán etymology. (4) Àkán (GOC).” (FARQUHARSON, 2012, p. 282).

Another domain in which African influences in Jamaican have been studied is Phonetics and Phonology (including phonotactics and suprasegmentals), where the discussions include, for instance, the presence of high nasal vowels [ĩ] and [ũ], a preference for CV-syllable structure but also tonal influences (see PARKVALL, 2000; DEVONISH, 1989, 2002; CASSIDY, 1961; MITTELSDORF, 1978).

The grammatical structure, morphology, and syntax constitute a prominent field of investigation of the so-called “substrate influence” in Creole languages. Therefore, there are numerous examples of discussions of grammatical features in Jamaican and their suggested African origins, for example, the use of the third person plural pronoun *dem* ‘them’ as a marker of nominal plural, which is common in relevant (West) African languages such as Yoruba, Ewe, Igbo or Akan (see HOLLINGTON, 2015). Specific forms of reduplication also constitute another much-cited example of African substrate influence (see for instance KOUWENBERG; LACHARITÉ, 2004) as well as serial verb constructions and other forms of predication (see WINFORD, 1993; HOLLINGTON, 2015).

Exemplarily, I will illustrate a rather special grammatical phenomenon in Jamaican, namely predicate-clefting, as a focus strategy. To focus a constituent in Jamaican, the focused element is highlighted through fronting and introduced by the copula *a*. Example (1) shows the unmarked expression while example (2) illustrates the focusing of the direct object pronoun *yu*.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

(1) *mi a kal yu*
 1SG PROG call 2SG
 'I am calling you'

(2) *a yu mi a kal*
 COP 2SG 1SG PROG call
 'It is you that I am calling'
 (HOLLINGTON, 2015, p. 58)

This process of fronting is cross-linguistically very common and reflects an iconic principle of moving an emphasized constituent to a prominent position. A more outstanding phenomenon in this context is usually referred to as predicate clefting. Here, the focused predicate is highlighted through fronting and introduced with the copula while a copy of the verb (or 'adjective')⁶ is left in its original slot. This focus strategy can also be used in different serial verb constructions (SVC), where the verbs of the SVC can then be highlighted separately (example 3).

(3) a. *a kyari mi kyari di akii go a maakit*
 COP carry 1SG carry DEF ackee go LOC market
 'I **carried** the ackee to the market'

b. *a go mi kyari di akii go a maakit*
 COP go 1SG carry DEF ackee go LOC market
 'I carried the ackee **to the market**'
 (adapted from VEENSTRA, 1990, p. 33)

In Ewe, verbs in SVC can be highlighted in a similar way, albeit without the highlighter copula, as example (4) illustrates.

(4) *sí wò-si dzó*
 flee 3SG-flee leave
 'fled she fled away'
 (AMEKA, 2006, p. 140)

Cultural conceptualizations and semantic structure

Apart from the classical areas of investigation for so-called "substrate influences", as illustrated here with predicate clefting and serialization, African influences can be observed in cultural conceptualizations and semantic structures of Jamaican. This approach is based

⁶ Adjectives in Jamaican can function as predicates and exhibit verbal qualities.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

on cognitive linguistics, and cultural linguistics in particular, where linguists aim at studying the cognitive basis of linguistic expressions. It deals with cognitive processes that the human mind undertakes to process the experiences people make in their lives and the ways in which we share them within our (linguistic) communities (see KÖVECSES, 2006). The ways in which meaning is linguistically encoded reflect our conceptual system, which in turn, is shaped by our (cultural, social, and individual) experiences.

Looking at semantic structures of specific expressions, we can therefore learn more about the underlying conceptualization of linguistic utterances. Since our conceptual system is so much based on our human, bodily and cultural experiences, embodiment plays an important role in these processes. This will become very clear when looking at the examples of body part metaphors below. Once particular experiences and their cognitive processes are shared by members of a cultural group, conceptualizations can become systematic and shared knowledge (see SHARIFIAN, 2011). Shared cultural conceptualizations often result in strong manifestations in language practices, such as metaphor. As Lakoff and Johnson (1980) illustrated in their seminal work, large parts of our cognitive system are structured metaphorically, and we often understand one thing in terms of another. Oftentimes in these processes, we use concrete things to represent abstract concepts as in Lakoff and Johnson's (ibid.) popular examples "time is money" and "argument is war".

A large field that exhibits versatile examples of embodied metaphor comprises cultural conceptualizations that involve the human body and its parts. This section will focus on body part metaphors, which express emotions and characteristics as this is a domain which exhibits culture-specific conceptualizations that serve as excellent examples of African influences in semantic structures. The human body is an important source for conceptualizations as we make different experiences with our bodies which can be mapped onto various concepts. However, these can be quite culture-specific. For example, while the English expression *needle eye* draws on the eye as the source for this metaphor, the German *Nadelöhr* involves the ear and the Hausa expression *hancin àlluuràa* conceptualizes the small hole in the needle as nose (cf. HOLLINGTON, 2015). The centrality of the human body in our experiences and cognitive and linguistic processes is also reflected in the great variety in which these manifest themselves in language, from body part metaphors to adpositions which grammaticalized from body parts. Moore *et al.* (2004, p. 23) state:

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

[...] the human body, its feelings, postures and orientations, extend into the natural and cosmic worlds through physical engagement and linguistic reflection. The body is both the starting point of one's own experience and the origin of a set of culturally constructed imaginative domains [...].

Regarding emotions, this is also connected to the role of our body in the perception of feelings and the location of emotions/feelings in the human body (e.g. the heart, the stomach, the liver). We often perceive emotions as something felt in the body, and therefore, emotions are usually seen as bodily experiences, yet they are psychological phenomena and abstract concepts at the same time. Moreover, descriptions and expressions of feelings are often rooted in different cultural experiences and may vary across societies. In many languages, body parts are commonly used in expressions of feelings and emotions, whereby concrete experiences that we make with our body also help us to conceptualize abstract emotions.

Due to the culture-specific nature of cultural conceptualizations, their linguistic manifestations in Creole languages can also reveal language contact phenomena as semantic structures might be translated (or “calqued”) into the new contact variety. In the context of the Jamaican examples below, I will speak about African cultural conceptualizations. My aim here is not to essentialize African cultures or that there is a single way of expressing emotions in African languages. As Batic (2011) shows, there is a great diversity of emotional expressions in African languages. However, it can be illustrated that there are several cultural conceptualizations and their corresponding linguistic manifestations that are quite common and wide-spread in larger parts of Africa and exist in more than one African language (which might be due to genetic relationships as well as areal diffusion). To illustrate this kind of language contact, I will present two examples, namely the Jamaican expressions *red yai* (‘envy, jealousy’ literally ‘red eye’) and *bad main* (‘envy, malevolence, begrudging’, literally ‘bad mind’) and some of their African counterparts (HOLLINGTON, 2015).

Jamaican

- (5) im red yai di man fi im moni
 3SG red eye DEF man for 3SG money
 ‘s/he envies the man for his money’
 (HOLLINGTON, 2015, p. 118)

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

Twi (Akan)

- (6) *m'ani* *a-bere*
 1SG-eye PRF-become.red
 'I am jealous/covetous'
 (GYEKYE, 1995, quoted in AMEKA, 2002, p. 51)

Ewe

- (7) *ɲútsu-á* *biã* *ɲkú* *dé* *ɲúnye*
 man-DEF redden eye DIR 1SG
 'the man envies me'
 (HOLLINGTON, 2015, p. 119)

It is interesting to note that in Jamaican, the expression *red yai* can be used in verbal, nominal, as well as adjectival position. This is significant since Akan and Ewe, as well as other West African languages, can also use the word for 'red' with a predicative function. Ameka (2002, p. 51) states that "[t]he connection between red eyes and envy and related emotions is not only an Ewe phenomenon but seems to be an areal feature in Ghana and West Africa" while he also assumes that the semantic concept has been calqued into Ghanaian English as well.

Like *red yai*, the expression *bad main* refers to a negative emotion and may also describe a person's character in general.

Jamaican

- (8) *mi* *sii* *nof* *bad* *main* *piipl*
 1SG see enough bad mind people
 'I see many malevolent people'
 (HOLLINGTON, 2017, p. 85)

Twi (Akan)

- (9) *adwene* *bone*
 mind, thought bad
 'wish someone ill, be malevolent, jealous'
 (HOLLINGTON, 2017, p. 86)

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

Ewe

- (10) $\text{d}\text{ɔ}^{\text{v}}$ $\text{t}\check{\text{a}}\text{-me}$ $\text{v}\check{\text{ɔ}}$ $\text{d}\acute{\text{e}}$ ame $\eta\acute{\text{u}}\text{t}\acute{\text{i}}$
 bear head-inside bad, wrong DIR person at
 ‘to have bad intentions towards a person’
 (HOLLINGTON, 2017, p. 86)

The transatlantic dimension

The expression *bad main*, apart from being used as a situational emotion, is also commonly used in Jamaican to characterize a person with this negative character trait. It is an expression that is extremely frequent in current and popular culture and features prominently in lyrics of Dancehall music. But also on the other side of the Atlantic, this expression is commonly used in various languages and songs lyrics, as in several Nigerian songs from the legendary Fela to the well-known Wizkid (see HOLLINGTON, 2017). Moreover, the expression *bad mind* also frequently occurs in Ghanaian Dancehall music, which is in close relation to Jamaican Dancehall, featuring a lot of influences, mutual exchanges, and transatlantic collaborations (ibid.). In this and other international contexts, Jamaican Reggae and Dancehall music function as vehicles for small-scale language contact in the respective local, discursive, and dynamic settings. Such manifestations and practices include, with examples from many different parts of the world, MC’s of Dancehall sound systems using Jamaican language forms, lyrics of Dancehall songs featuring Jamaican influences or adaptations, artists and other creators, innovators, and stakeholders in their communicative practices with each other, with fans and the general public and much more. Due to the role of Jamaican as a marker of authenticity and stylistic practice, Jamaican music has not only served as a vehicle to spread the content and message of the music but also linguistic expressions. Hence, salient and trending linguistic expressions, pronunciations, and stylistic means may become adopted in Dancehall and Reggae’s practices around the world.

In Jamaica, the term *bad mind* is frequently used in Dancehall lyrics. This is evident in the fact that even when just looking at the titles of Dancehall songs, we come across this expression many times (e.g. Vybz Kartel “Too badmind”, Mavado “Badmind a go kill dem slowly”, I-Octane ft. Bounty Killer “Badmind dem a pree”, Beenie Man “Badmind people”, Elephant Man “Bun bad mind” see ibid.).

The example of *bad mind* illustrates the contemporary linguistic connections between Jamaica and Africa, which become important in the language ideologies and

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

identity contexts. For many Jamaicans, African identity plays an important role. As many enslaved Africans lost their home through slavery and deportation, there have been conscious and diverse efforts to preserve linguistic, musical, and other cultural practices in Jamaica. Examples include for instance naming practices, music, and food. Furthermore, new connections to Africa have been established as well, and they exemplify the dynamicity of the transatlantic contact zone.

The conscious identification with Africa and African heritage is also a strategy to resist the Eurocentric hegemonic discourse, which is still dominant in Jamaica. This attitude is especially important for Rastafari, a movement that emerged in the 1930s in Jamaica among descendants of enslaved Africans. Panafrikanism, Ethiopianism, Black Consciousness as well as the Black Power Movement (among others) had an impact on the development of Rastafari (see BARSCH, 2003). Central to Rastafari is a focus on Africa and African identity, the divinity of Emperor Haile Selassie, and the (historical) role of Ethiopia as well as Christian and Jewish ideologies and other Afro-Jamaican religious practices. Based on this ideological basis, repatriation to Africa is a central thematic of Rastafari. There are different interpretations of repatriation, yet Ethiopia can be regarded as the main center of repatriation to Africa. Apart from the connection outlined above, this is also due to the special status awarded to Ethiopia as a country that symbolizes African independence, history, and Christianity. Over the decades, Rastafari has become a global phenomenon with people who identify themselves as Rastafari around the world.

In Ethiopia itself, a significant community of repatriated Rastafari (not only from Jamaica but from different parts of the world) has settled since 1948, when Emperor Haile Selassie granted a piece of land nearby the small rural town Shashemene to members of the African Diaspora. The Rastafari community in Shashemene in Southern Ethiopia comprises members from more than 20 different countries and constitutes a diverse group of people and families with various linguistic repertoires and backgrounds amidst a multilingual and diverse Ethiopian setting (RAS MWEYA MASIMBA, n.d.).

While the repatriated Rastafari in Shashemene and Ethiopia at large⁷ come from various countries, it can be observed that the Jamaican cultural and linguistic influence in the community and beyond is the largest. This is especially due to the fact that Rastafari as well as Reggae music, which often serves as an important (translocal) vehicle for the messages of Rastafari, originated in Jamaica. Therefore, the Jamaican language is also a marker of authenticity in these practices. Especially through Reggae music, but also through Rastafari and the presence of Jamaicans, Jamaican language forms have been

⁷ Many repatriates have also settled in Addis Ababa and other cities

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

adopted and used. In fact, when looking at the relation and exchange between repatriated Rastafari and their various linguistic backgrounds and repertoires, we can observe that the local language contact scenarios exhibit mutual influences, which can be regarded as fluid linguistic practices in the midst of a diverse and multilingual Ethiopian setting. In this complex and also contested space, language ideologies illustrate different attitudes and perspectives and shed light on the local and translocal dynamics of (linguistic) identities (see HOLLINGTON, 2016). Despite the existence and constant negotiations of tensions between Ethiopians and repatriates, the Jamaican and English language practices (with no clear border between the two) enjoy relatively high prestige in Ethiopian society (for example, numerous repatriates have found positions as English teachers in Ethiopian schools).

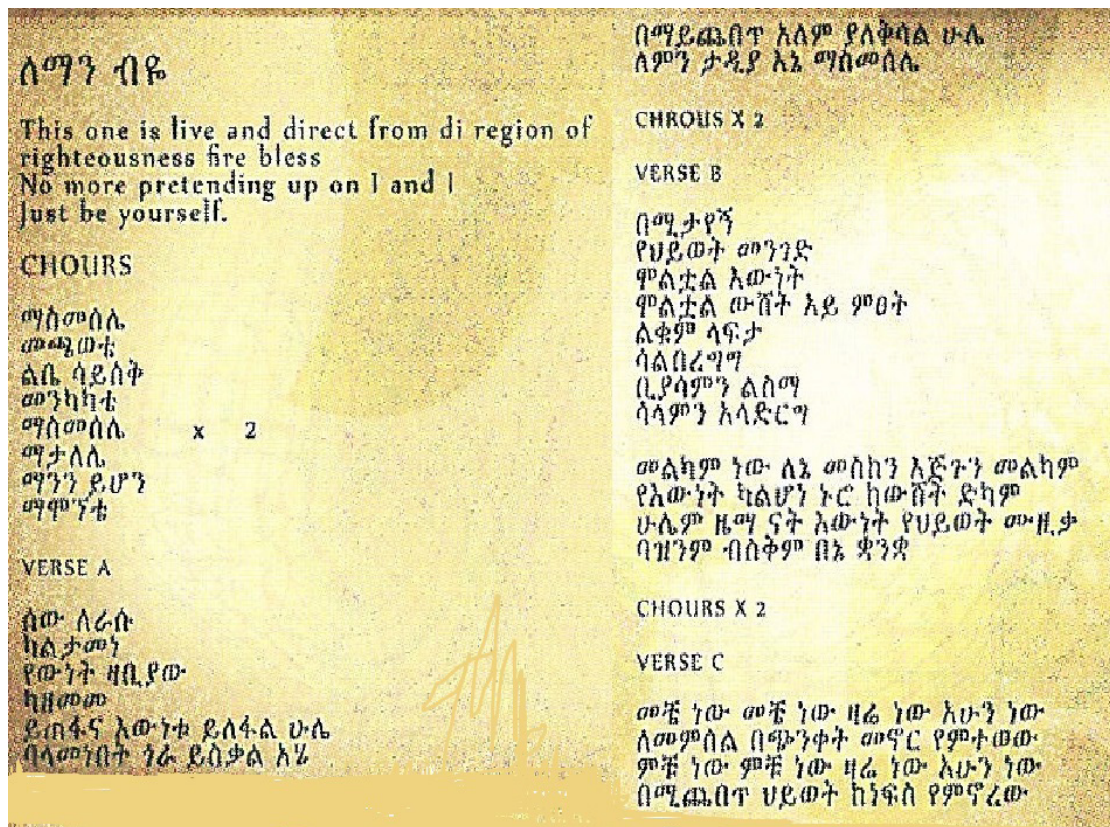
Moreover, in the music scene, especially in Reggae and dancehall contexts, the use of Jamaican is very popular, which is also intensified through collaborative practices that bring Ethiopians and repatriates together. Therefore, and through the popularity of Jamaican music, it is especially in the domains of music and youth language that we can observe Jamaican linguistic influences in Ethiopia. As Erin MacLeod (2014, p. 169) states: “[i]n order to address the relationship between Rastafari and Ethiopians it is also essential to look at the importance and impact of music - specifically reggae music - in Ethiopia”. For example, Ethiopian Reggae artists such as Jonny Ragga, Jah Lude, or Haile Roots frequently employ Jamaican speech forms (including lexical borrowing, the calquing of metaphors, and the use of emblematic idioms) and Rastafari rhetoric in their songs. The artists also use other ways to index Rastafari and Reggae culture, for instance, through hairstyle, clothes, and accessories⁸. Haile Root’s song ‘Leman Biye’ is a Reggae song with lyrics mostly in Amharic. However, the song starts with an English intro which is full of linguistic expressions commonly found in Rastafari discourse and Reggae music, such as *live and direct, righteousness, fire, bless, and I and I*.⁹ On the phonetic level, the rendering of the direct article as *di* marks the Jamaican adaptation of English ‘the’ which would usually be rendered *ze* in Ethiopian English (see figure 1, see also HOLLINGTON, 2016).

8 The mutual exchange between Ethiopians and repatriated Rastafari in Ethiopia is versatile and multifaceted. While only a few short examples are illustrated in this paper, the interested reader is referred to Hollington (2016) for a more nuanced picture.

9 *I and I* is often used to replace other personal pronouns, particularly in direct communicative situations. The expression is also charged with a signifying and spiritual meaning (MCFARLANE, 1998).

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

Figure 1. Lyrics of the song *Leman Biye* by Haile Roots



Another domain which features the creative incorporation of Jamaican linguistic practices is youth language. In Yarada K’wank’wa, a dynamic and fluid street language associated with young people in Addis Ababa and other parts of Ethiopia, speakers incorporate Jamaican lexemes and calque metaphors into Amharic, as shown in examples (11) and (12).

- (11) ነፍ /näf/ ‘many, numerous’ from Jamaican *nuff* /nof/ ‘many, much, a lot’
- (12) ቅዱስ ቅጠል /k’ədus k’ət’äl/ ‘marijuana’, this expression literally means ‘holy leaf’ which is a calque of the Jamaican idiomatic metaphor *holy herb, holy leaf*

Moreover, and beyond the circles of Yarada K’wank’wa speakers, the popularity of Reggae music and Bob Marley, in particular, has also led to similar practices of calquing emblematic expressions such as *one love* (very well known through Bob Marley’s song of the same name), which is rendered ኦንድ ፍቅር /and fək’ər/ in Amharic.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

While this section has mostly focused on illustrating how Jamaican features in Ethiopian linguistic practices, it is important to stress that the influences in this contact scenario are mutual and diverse. To be sure, repatriated Rastafari also learn and use Amharic and other Ethiopian languages (especially Afaan Oromo, the major local language in Shashemene), repatriated Reggae artists such as Sydney Salmon and Ras Kawintseb use Amharic in their song lyrics alongside other Ethiopian musical practices in combination with Jamaican and Caribbean rhythm and bass (see HOLLINGTON, 2016).

Conclusion

With regard to African influences in Jamaican, we have seen examples of language contact that are mostly credited to the historic period of the Transatlantic Slave Trade and which are found in different linguistic domains, including lexicon, phonology and phonotactics, grammatical structure, and semantic patterns based on cultural conceptualizations. There are also newer practices of strengthening and adapting African practices in language, music, art, and other cultural practices, as we have seen in the example discussed for the Rastafari, that is also in direct relation to the final part of this paper, which looked at the African continent again, and at Ethiopia in particular, to exemplify the dynamic relationship between Africa and Jamaica. Firstly, the paper has shown that the transatlantic linguistic flows are more dynamic, conscious, and multidimensional than the historic language contact during the Transatlantic Slave Trade. Secondly, if we acknowledge the holistic view of the transatlantic contact zone with its dynamic practices, this therefore also includes a critical perspective towards the paradigm, methods, and terminology of Creole Linguistics as discussed above, which supplements other existing approaches. Finally, and this has been illustrated with regard to linguistic practices in music on both sides of the Atlantic, shared practices may also express continuing relations between Africa and its Diaspora, and it is also facilitated through shared or similar historic and current experiences, including colonialism, exploitation, racism, etc. This, again, becomes evident in music practices when looking at the ways how Jamaican and African Reggae and dancehall artists collaborate in songs.

References

AMEKA, F. K. Cultural scripting of body parts for emotions. On 'jealousy' and related emotions in Ewe. *In*: ENFIELD, N.; WIERZBICKA, A. (ed.). *The Body in Description of Emotion. Special Issue of Pragmatics and Cognition* 10, v. 1-2, p. 27-55, 2002.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

AMEKA, F. K. Ewe serial verb constructions in their grammatical context. *In*: AIKHENVALD, A. Y.; ROBERT, M. W. D. (ed.). **Serial Verb Constructions. A Cross-linguistic Typology**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 124-143.

ANSALDO, U.; MATTHEWS, S. Deconstructing Creole: The rationale. *In*: ANSALDO, U.; MATTHEWS, S.; LIM, L. (ed.). **Deconstructing Creole**. Amsterdam: Benjamins, 2007. p. 1-18.

BARSCHE, V. **Rastafari. Von Babylon nach Afrika**. Mainz: VentilVerlag, 2003.

BATIC, G. C. (ed.). **Encoding Emotions in African Languages**. Munich: Lincom, 2011.

BECKFORD WASSINK, A. Historic low prestige and seeds of change: attitudes toward Jamaican Creole. **Language in Society**, v. 28, n. 1, p. 57-92, 1999.

CASSIDY, F. G. **Jamaica Talk. Three Hundred Years of the English Language in Jamaica**. London: MacMillan, 1961.

DEGRAFF, M. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of creole exceptionalism. **Language in Society**, v. 34, p. 533-591, 2005.

DEVONISH, H. **Talking Rhythm, Stressing Tones: The Role of Prominence in Anglo-West African Creole Languages**. Kingston: Arawak, 2002.

DEVONISH, H. **Talking in Tones: A Study of Tone in Afro-European Creole Languages**. Christ Church & London: Karia Press & Caribbean Academic Publications, 1989.

DIMMENDAAL, G. J. **Historical Linguistics and the Comparative Study of African Languages**. Amsterdam: Benjamins, 2011.

FARACLAS, N. (ed.). **Agency in the Emergence of Creole Languages. The Role of Women, Renegades, and People of African and Indigenous Descent in the Emergence of the Colonial Era Creoles**. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

FARACLAS, N.; LUNA, M. V. B. de. Marginalized peoples, racialized slavery and the emergence of Atlantic Creoles. *In*: FARACLAS, N. (ed.). **Agency in the Emergence of Creole Languages. The Role of Women, Renegades, and People of African and Indigenous Descent in the Emergence of the Colonial Era Creoles**. Amsterdam: Benjamins, 2012. p. 1-40.

FARQUHARSON, J. T. Folk linguistics and post-colonial language *politricks* in Jamaica. *In*: ANCHIMBE, E. A. (ed.). **Linguistic Identity in Postcolonial Multilingual Spaces**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2007. p. 248-263.

FARQUHARSON, J. T. **The African Lexis in Jamaican**: Its Linguistic and Sociohistorical Significance. PhD dissertation, University of the West Indies, Mona, Jamaica, 2012.

GYEKYE, K. **An Essay on African Philosophical Thought**: The Akan Conceptual Scheme. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1995.

HOLLINGTON, A. The constructed other as a historical source: reclaiming linguistic African roots in the Diaspora. **Journal of Postcolonial Linguistics** (special issue: the other's other), p. 41-58, 2021.

HOLLINGTON, A. Jamaican postcolonial writing practices and metalinguistic discourses as a challenge to established norms and standards. *In*: STORCH, A.; DEUMERT, A.; SHEPHERD, N. (ed.). **Colonial and Decolonial Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 225-243.

HOLLINGTON, A. Emotions in Jamaican. African conceptualizations, emblematicity and multimodality in discourse and public spaces. *In*: STORCH, A. (ed.). **Consensus and Dissent. Negotiating Emotion in the Public Space**. Amsterdam: Benjamins, 2017. p. 81-104.

HOLLINGTON, A. Movement of Jah people: Language ideologies and music in a transnational contact scenario. **Critical Multilingualism Studies**, v. 4,2, p. 133-153, 2016.

HOLLINGTON, A. Traveling Conceptualizations. **A cognitive and anthropological linguistic study of Jamaican**. Amsterdam: John Benjamins, 2015.

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

KOUWENBERG, S.; LACHARITÉ, D. Echoes of Africa: Reduplication in Caribbean Creole and Niger-Congo languages. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 19, n. 2, p. 285-331, 2004.

KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (ed.). **The Handbook of Pidgin and Creole Studies**. Oxford: Blackwell, 2008.

KÖVECSES, Z. **Language, Mind and Culture**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KRÄMER, P. **Die französische Kreolistik im 19. Jahrhundert. Rassismus und Determinismus in der kolonialen Philologie**. Hamburg: Buske, 2014.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors We Live By**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MAKONI, S.; SMITHERMAN, G.; BALL, A. F.; SPEARS, A. K. (ed.). **Black Linguistics. Language, Society, and Politics in Africa and the Americas**. London/New York: Routledge. 2003.

McFARLANE, A. A. The epistemological significance of 'I-an-I' as a response to Quashie and Anancyism in Jamaican culture. *In*: MURELL, S.; McFARLANE, A. A. (ed.). **Chanting Down Babylon. The Rastafari Reader**. Philadelphia PA: Temple University Press, 1998. p. 107-121.

MITTELSDORF, S. **African Retentions in Jamaican Creole: A Reassessment**. PhD dissertation, Northwestern University, Illinois, 1978.

MOORE, H. L.; SANDERS, T.; KAARE, B. **Those Who Play With Fire. Gender, Fertility and Transformation in East and Southern Africa**. Oxford: Berg, 2004 [1999].

PARKVALL, M. **Out of Africa. African Influences in Atlantic Creoles**. London: Battlebridge, 2000.

RAS MWEYA, M. **Rastafari Lighthouse. Shashemene Volume 1: Enlightenment on Rastafari, Repatriation & Ethiopia**. Shashemene: Ayahso Creative Art Productions. [n.d.]

- | From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone

RUSSELL, T. The Etymology of Jamaica Grammar. Reproduced in: Lalla, Barbara and Jean D'Costa (eds.). **Language in Exile. Three Hundred Years of Jamaican Creole**. Tuscaloosa AL: The University of Alabama Press, 1990 [1868]. p. 184-201.

SHARIFIAN, F. **Cultural Conceptualizations and Language. Theoretical Framework and Applications**. Amsterdam: Benjamins, 2011.

The Jamaican Language Unit /di Jamiekan Langwij Yuunit (JLU). The Language Attitude Survey of Jamaica. Data Analysis. Jamaican Language Unit, Department of Language, Linguistics and Philosophy, University of the West Indies, Mona, 2005. Available at: <https://www.mona.uwi.edu/dllp/jlu/projects/Report%20for%20Language%20Attitude%20Survey%20of%20Jamaica.pdf>. Access in: 09 dez. 2021.

VEENSTRA, T. **Serial Verb Constructions in Jamaican Creole and Grammatical Theory**. MA Thesis, University of Amsterdam, 1990.

WALICEK, D. E. Thomas Russell's Grammar of "A Stubborn and Expressive Corruption". In: KRÄMER, P. (ed.). **Ausgewählte Arbeiten der Kreolistik des 19. Jahrhunderts/Selected Works from 19th Century Creolistics**. Hamburg: Buske, 2014. p. 55-65.

WINFORD, D. **Predication in Caribbean English Creoles**. Amsterdam: Benjamins, 1993.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: HOLLINGTON, Andrea. From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 243-263, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 20/09/2021 | Aceito em: 12/11/2021.

APÓS MARIANA E BRUMADINHO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE NOTÍCIAS SOBRE O DESCASO

Maria Lúcia Cunha Vitório de Oliveira ANDRADE¹

Celia Regina ARAES²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3141>

Resumo: O presente artigo objetiva identificar os processos avaliativos de julgamento dos comportamentos de empresários e representantes legais divulgados na mídia impressa sobre o rompimento de barragens nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho. O *corpus* é constituído por duas notícias veiculadas na *Folha de S. Paulo* em 2019, uma que aponta um alto lucro da mineradora Vale, considerada responsável pelos acidentes, e outra expondo a situação da população carente que ainda enfrenta falta de moradia e de emprego. Selecionou-se o Sistema de Avaliatividade como categoria de análise, sendo que este origina-se no arcabouço teórico-metodológico da Linguística Sistêmico Funcional, além de buscar apoio na Análise Crítica do Discurso e na Ecolinguística. Como uma antecipação de resultados, verifica-se que os interesses econômicos empresariais superam o bem-estar humano e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Discurso. Mídia. Ecolinguística. Denúncia.

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; maluvictorio@uol.com.br; <http://orcid.org/0000-0002-3862-6573>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; celia.araes@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2613-646X>

AFTER MARIANA AND BRUMADINHO: A DISCURSIVE ANALYSIS OF NEWS ABOUT NEGLECT

Abstract: This article intends to identify the evaluation processes of the judgment of entrepreneurs and legal representatives' behaviors published in the printed media about the rupture of dams in the mining towns of Mariana and Brumadinho. The *corpus* consists of two news published in *Folha de S. Paulo* in 2019, one talks about a high profit from mining company Vale, considered responsible for the accidents, and the other one exposes the situation of the disadvantaged population that still faces a lack of housing and jobs. The Appraisal System was selected as the category of analysis, which originates in the theoretical-methodological framework of Systemic Functional Linguistics, in addition to seeking support in Critical Discourse Analysis and Ecolinguistics. As an anticipation of the results, it notes that business economic interests surpass human well-being and environmental conservation.

Keywords: Discourse. Media. Ecolinguistic. Complaint.

Introdução

“Voltou seus olhares para aquilo tudo e me viu. Veio caminhando em minha direção esperando o que eu ia falar. Eu não queria dizer nada. Abaixei a cabeça e sussurrei:

- Não deu, tenente. O mar de lama levou.” (FARAH, 2019, p. 73).

O conhecimento do percurso histórico das explorações do subsolo brasileiro contribui para compreender mais profundamente os acidentes³ nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho em novembro de 2015 e janeiro de 2019, envolvendo o nome da Vale. Nesse sentido, julga-se importante revisitar brevemente o objetivo financeiro da empresa, sendo que desde o final do século XIX, com a decadência da Era do Ouro, buscavam-se formas de extração de outros minérios. O estado de Minas Gerais continuava sob os olhares de quem procurava novas riquezas e, já na primeira década do século XX, o Pico do Cauê, na cidade de Itabira, tinha sido considerado a maior jazida de ferro do mundo e essa descoberta instigou a cobiça de investidores brasileiros e estrangeiros. A empresa inglesa Itabira Iron Ore Company foi a primeira a explorar os minérios da região,

3 Não é objetivo discutir se o ocorrido nas cidades mineiras em virtude das barragens foi realmente um “acidente”, sendo assim, utilizar-se-á esse termo no presente trabalho como empregado nas fontes consultadas. A substituição do termo “acidente” por outro vocábulo demandaria uma análise decorrente de pesquisas distintas.

mas, por não cumprir os termos contratuais no que se referia ao volume de ferro extraído anualmente, em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho do mesmo ano, a posse das minas passou a ser, por direito, do governo brasileiro (GUIMARÃES, 1981). Contudo, deve-se destacar o papel fundamental da Itabira Iron para incorporar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em conjunto com a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., com o poder de exploração e ampliação da estrada de ferro Vitória a Minas (EFVM). Isso facilitou o transporte do ferro do interior do país para o porto do Espírito Santo, tendo como alvo os negócios com os países estrangeiros de grande parte de toda a produção.

A CVRD foi criada ainda em 1942 pelo presidente Getúlio Vargas com o propósito de nacionalizar o minério e abastecer as indústrias siderúrgicas recém-implantadas no país. Entretanto, importava, fundamentalmente, alavancar o fornecimento de ferro para a indústria bélica americana, sendo, inclusive, uma forma de o Brasil atender às pressões políticas internas e externas para participar da Segunda Guerra Mundial. Ainda no final da mesma década, a mineradora já tinha 80% de sua produção voltada para a exportação e, até 2019, segundo o documento do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2019), o objetivo ainda era vender para esse mercado. No final da década de 1990, mesmo sob suspeita de fraudes, de acordo com a publicação no mesmo documento (MAB, 2019), o movimento de privatização foi fortemente questionado, mas o Poder Judiciário não finalizou a análise dos inquéritos e a privatização foi confirmada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A fragilidade econômica no mundo todo, acentuada pela crise nos países asiáticos, não intimidou a CVRD que, mesmo passando pelo fim da estatização, tivera um lucro de R\$1,02 bilhão em 1998, o maior de todos em seus cinquenta e cinco anos de história até então. Após três anos da privatização, suas ações passariam a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e, ao mesmo tempo em que entendia o comércio sob as novas ordens mundiais, propagava o respeito às ações ambientais, firmava parcerias atravessando os cinco continentes, conquistando, assim, o *status* da maior produtora de minério de ferro do planeta.

Tendo em vista facilitar a leitura visual e reforçar a imagem da empresa internacionalmente, em 2007, o nome foi alterado para *Vale* e o logo para a letra *V* estilizada, o que poderia representar tanto uma cava de mina como um formato de coração. As mudanças não pararam por aí e a Vale, nos anos seguintes, diversificou os investimentos, ampliando as atividades mineradoras, e alçou voo em outros ramos da economia como na industrialização de fertilizantes e em empresas de logística, comprando e construindo navios para conseguir autonomia nos transportes de seus produtos. Isso garantiu não apenas o aumento do leque de investimentos e lucros, como permitiu maior fluxo nas exportações, sempre com o rótulo de uma mineradora que alcança lucros extraordinários, como exposto a seguir:

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

Ao longo dos quase 22 anos como empresa privada, a Vale se consolidou como uma das maiores mineradoras do mundo, com capital aberto e ações vendidas nas principais Bolsas de Valores. O principal objetivo da Vale é aumentar lucros e distribuir dividendos para os acionistas. (MAB, 2019, p. 13).

O acidente de Mariana contabilizou 19 mortes humanas e incontáveis mortes ambientais na região avizinhada, além de atingir os litorais capixaba e baiano. Não se trata de uma hipérbole quando se usa o termo “incontável” para definir a destruição que a Bacia Hidrográfica do rio Doce sofreu com o despejo de quase 50 milhões de metros cúbicos de lama contaminada de rejeitos da mineração, contendo minério de ferro e outros metais considerados pesados. Já em Brumadinho, foram 252 mortos e 18 desaparecidos, segundo os dados de Ragazzi e Rocha (2019), quando a barragem da mina Córrego do Feijão também se rompeu.

A Vale está presente na mídia, ora como uma empresa de grande representatividade financeira no cenário mundial, ora por ter seu nome envolvido em acidentes, rompimento de barragens, mortes e desastres ambientais. Para este artigo, a seleção de dois textos jornalísticos (anexos) que foram publicados no mesmo ano, 2019, inclusive ano do acidente de Brumadinho, deve-se exatamente pela dualidade dessas situações. Por um lado, em 27 de março, a *Folha de S. Paulo* noticia o lucro de mais de 25 bilhões de reais da empresa, matéria assinada por Nicola Pamplona (TEXTO 1) e, por outro, em 05 de novembro, o descaso com os vitimados das duas cidades palco dos acidentes das barragens é contado por Fabiano Contarato (TEXTO 2) no mesmo jornal.

Nesse cenário de riqueza e sofrimento, objetiva-se uma leitura atenta entre as notícias na busca por identificação dos processos avaliativos de julgamento dos atores sociais⁴ envolvidos diretamente nos acidentes, aqueles considerados responsáveis pela regulamentação e recuperação dos locais destruídos, estabelecendo um grau de positividade e negatividade de seus comportamentos diante dos fatos. Dessa forma, espera-se reconhecer nas descrições linguísticas se há assimetria nas relações de poder nos discursos midiáticos analisados.

A opção por textos veiculados no mesmo jornal permite uma leitura comparativa, dirimindo as variáveis de cunho ideológico, pois já há uma proposição diferenciada de pauta e de datas entre os textos selecionados. A análise está apoiada nas partes mais

4 O termo “atores sociais” está sendo utilizado como proposto pela Teoria de Representação dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 2008) ao revelar uma preocupação sociológica na forma de sua manifestação de inclusão ou exclusão discursiva. As escolhas para fazer as referências textuais estabelecem uma relação de poder entre os participantes do discurso.

relevantes de descrição dos julgamentos, assim como os títulos e subtítulos de cada notícia.

Salienta-se, de antemão, que em nenhum dos dois textos jornalísticos houve um debate aberto com os responsáveis pelos acidentes, considerando, assim, para análise, os reflexos dos discursos representativos na grande mídia.

Fundamentação teórica

Diante da degradação crescente do meio ambiente, inclusive ameaçando a continuidade da vida na face da Terra, nada mais indicado do que cada cientista assumir uma postura de defesa dela. (COUTO, 2015, p. 174).

Como o tema retrata questões ambientais, busca-se apoio na Ecolinguística, um estudo das relações entre língua e ecologia, que ganhou maior notoriedade no mundo acadêmico graças aos movimentos de conscientização sobre os problemas da natureza. Não se pode afirmar que essa disciplina considera apenas os temas ambientais na busca de compreender o discurso dos poluidores que se mostram amigos do meio ambiente, mas, segundo Couto (2015), cerca de 62% dos textos das coletâneas publicadas se dedicam a esse tipo de questão.

O maior objeto de estudos da Ecolinguística está baseado nas relações entre língua e meio ambiente, que compreende o meio ambiente social e natural. O primeiro diz respeito ao social (efetivamente), psíquico, cognitivo ou mental e ideológico. O natural engloba o território e a fauna, a flora, o ar, os rios e tudo mais que está relacionado a ele. Afirma-se que a diversidade é maior do que a unicidade e o princípio supremo desse estudo é o reconhecimento da diversidade, incluindo, então, a biodiversidade.

Um dos estudiosos da Ecolinguística, Fill (2015), considera que o pensamento unidimensional leva a acreditar que o tamanho de algo define sua utilidade, por exemplo, equipara os termos “grande” e “bom”. Esse tipo de pensamento sobre a língua pode ser percebido a partir das escolhas lexicais que conotam os usos pejorativos ou negativos de uma determinada situação, inclusive, o termo “growthism” foi utilizado para explicar esse fenômeno linguístico de valorização do que é grande e tudo que ideologicamente pode representar crescimento e desenvolvimento. Sendo assim, essas formas de exposição das grandezas devem ser desveladas a fim de conscientizar os usuários das línguas de que algumas delas, muitas vezes enraizadas culturalmente, podem representar discursos preconceituosos, mesmo que, aparentemente, possam indicar aspectos positivos de cuidados com os fatores bióticos e abióticos.

Grosso modo, a Análise Crítica do Discurso (ACD), calcada na visão funcionalista da linguagem, estreita a relação entre as estruturas linguísticas de um texto e a participação social dos indivíduos em uma comunhão de significados e usos discursivos. A linguagem é tida como uma forma de intervenção na ordem social e econômica, por isso, os textos que abordam os conceitos de poder e de dominação são contemplados nesses estudos. Fairclough (2001) tem como foco de estudo um problema social e, nesse sentido, considera o discurso como constituinte da expressão de uma pessoa, pois seu discurso é uma forma de sua emancipação social. O grande diferencial proposto pela ACD é ter elegido a língua como prática social, uma espécie de autorregulação da sociedade. Não à toa, a Ecolinguística e a ACD podem ser consideradas complementares em seus estudos e propósitos, tendo a denúncia de injustiças como um norteador temático. Exemplo disso, voltando ao tema do *corpus* deste artigo, a Ecolinguística e a ACD são trazidas à ação para uma análise das estratégias discursivas com a exposição dos altos índices de lucro da Vale e as condições desfavoráveis de como vivem os vitimados dos acidentes cuja responsabilidade está atribuída a essa mesma empresa.

Como aporte para análise do *corpus*, o Sistema de Avaliabilidade (SA) de Martin e White (2005), concebido a partir de Linguística Sistêmico Funcional (LSF) proposta por Halliday e Mathiessen (2004), auxiliará este trabalho por enfatizar a funcionalidade da linguagem e preocupar-se com questões sociais realizando avaliações dos posicionamentos dos falantes/escritores. Essas avaliações, segundo Martin e White (2005), revelam sentimentos, valores e crenças que constroem identidades dos falantes/escritores e, sendo assim, entram em harmonia, ou não, com a sociedade em que estão inseridos. Na construção de enunciados, é possível fazer escolhas a partir de diversas possibilidades que estão à disposição no sistema linguístico e isso revela um posicionamento de valor do indivíduo em percepção de si mesmo e do mundo.

O SA consiste em três grandes categorias que são denominadas de Atitude, Engajamento e Gradação e suas subcategorias. A Atitude subdivide-se em Afeto, Julgamento e Apreciação. O Afeto traz à tona formas de sentimento através das reações emocionais, o Julgamento avalia comportamentos ligados às pessoas e a Apreciação está ligada à estética impressa sobre as entidades.

A segunda categoria é o Engajamento, uma forma de reconhecer o posicionamento da voz autoral no texto ou de trazer vozes não-autorais para o texto, “trazer perspectivas intersubjetivas disponíveis” (NININ; BARBARA, 2013, p. 129). Nessa categoria, os enunciados podem assumir uma característica monoglóssica ou heteroglóssica. Estas também possuem subcategorias que auxiliam a análise dos discursos. Os monoglóssicos são enunciados que reduzem ou apagam as redes dialogais entre textos, enquanto os

heteroglóssicos expõem posicionamentos alheios em uma rede dialogal. Estes últimos ainda podem revelar a expansão dialógica (permitem efeitos de aceitabilidade de outros textos) ou de contração dialógica (reduzem efeitos de posicionamentos autorais).

A Gradação é a terceira categoria do Sistema que está ligada aos graus de valores em relação à intensidade de ocorrência dos fenômenos e pode ser subdividida em Força e Foco. A Força imprime um grau de intensidade ou quantidade à voz autoral e se manifesta em um único item lexical ou se faz necessária a presença de um intensificador para graduar o processo ou a qualidade. O Foco, considerado como não-escalar, pode ser percebido pelo reforço ou suavização da voz em relação às categorias com que opera. Segundo Souza (2010), a subcategoria do Foco permite que os falantes expressem diferentes graus de prototypicalidade experiencial, representação de um elevado ou diminuto grau de autenticidade.

Para este artigo destacamos, na categoria de Atitude, o Julgamento que se apresentou com maior relevo durante a leitura e, posteriormente, classificamos os comportamentos nos padrões de sanção ou de estima social. Ainda foi possível a identificação da Força e do Foco que fazem parte da subcategoria de Gradação e aqui, vale ressaltar, como apresentado no estudo da Ecolinguística, a intensificação das qualidades das empresas como uma característica *sine qua non* nos textos que trazem números e estatísticas dos lucros. O uso de comparativos de superioridade e superlativos encaminham para, em uma primeira interpretação, pontos positivos da Vale e dos órgãos governamentais, mas, através de uma leitura mais aprofundada, esses pontos podem ser relidos sob outra ótica.

A análise dos comportamentos da Vale e dos representantes da lei

Inconteste dizer que a segurança de barragens e a gestão de riscos de desastres são negligenciadas no Brasil. A fiscalização é ridícula. (CONTARATO, 2019, p. 2).

O uso do sistema linguístico permite a realização de uma avaliação sobre o comportamento dos indivíduos e suas representações em consonância com os diversos modos de agir dos atores sociais associado ao seu caráter ou à sua personalidade através de normas sociais de conduta. A sociedade estipula padrões de comportamento com base em suas leis, valores, crenças e preceitos a partir do que considera correto ou incorreto e exerce um julgamento com o intuito de aprovar ou desaprovar as atitudes dos sujeitos. Na visão de Martin e White (2005), o julgamento pode gerar críticas, admiração ou condenação e, nesse sentido, insere-se em subcategorias de estima social

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

ou sanção social a depender da normalidade, capacidade e tenacidade quanto à estima ou veracidade e propriedade no que diz respeito à sanção.

Nesse contexto social, marcado por dados históricos, culturais e ideológicos, os comportamentos são avaliados em uma gradação positiva ou negativa. Gonçalves-Segundo (2011) considera que a estima social integra valores relacionados ao convívio mais íntimo entre os sujeitos ligados aos processos básicos de integração social, portanto, são julgamentos em que não cabem punições institucionais. Para a sanção social, o mesmo autor considera que ela está relacionada a atitudes de louvor/destaque ou condenação/recriminação. A sanção social envolve questões legais, jurídicas, de ética e de honestidade dentro de parâmetros impostos pela sociedade, portanto, são julgamentos variáveis de uma cultura para outra que devem ser cumpridos e/ou obedecidos.

Quanto à empresa Vale, no TEXTO 1, os números relacionados ao balanço da empresa realizado anualmente chega a bilhões de reais, potencializado por números na casa de centena de bilhões ao falar de receita e porcentagens representativas de adição, aparecem associados ao valor que a empresa Vale tem. A informação está centrada no termo “lucro” que carrega um sentido de acúmulo desse valor e o processo material (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004) “fecha”, isto é, propõe a finalização de um ciclo após as contas de 2018 e, ao mesmo tempo, por estar no presente do indicativo, parece dar estabilidade dessa riqueza e continuidade da conquista do valor atribuído à empresa, como se pode ler no decorrer de todo o texto e na manchete e linha fina descritas a seguir:

- Manchete: Vale lucra R\$25,6 bi em balanço ainda sem efeitos de Brumadinho
- Linha fina: Empresa fecha 2018 com receita de R\$134 bilhões, 24% acima de 2017 (PAMPLONA, 2019)

Nesse caso, o jornal atribui um julgamento com aspectos positivos quanto à capacidade da empresa, características essas pertinentes ao gênero da demonstração financeira de empresas bem-sucedidas financeiramente, gerando no leitor uma sensação de estima social da Vale. Se por um lado, o comentário que vem como aposto “ainda sem efeitos de Brumadinho” corrobora positivamente para a interpretação de riqueza da empresa que não teve perdas até aquele momento mesmo após o acidente, por outro, o fato de o acidente ser citado na manchete, faz o leitor lembrar de um elemento de carga negativa, expondo – assim – a dualidade da situação entre o lucro e o acidente.

Em quatro parágrafos do total de dezesseis, ideias contraditórias sobre as ações da Vale podem gerar dúvidas em relação aos lucros e pagamentos realizados para indenizações. Nos parágrafos três e quatro, em discursos relatados, a voz atribuída à

Vale (empresa) e não a um representante dela diz estar ainda em processo de avaliação da situação após acidente e que não é possível determinar um conjunto de resultados e estimativas confiáveis, além de justificar os custos que teve naquele determinado período com doações, indenizações, equipamentos, consultores jurídicos, entre outros. O documento do balanço ainda cita gastos de R\$5 bilhões para descaracterizar barragens com alteamento a montante com as barragens de Mariana e Brumadinho, no parágrafo cinco. Nos dois últimos parágrafos (quinze e dezesseis), o texto traz, através da voz do ex-presidente Fabio Schvartsman, que atuou de maio de 2017 até fevereiro de 2019, um anúncio da suspensão de pagamento de dividendos e de processo de recompra de ações. Porém, na parte final que traz a voz autoral do jornal, a informação é de que, como mostrado no balanço de 2018, a companhia já havia distribuído mais de 25% do lucro líquido obrigatório por lei aos acionistas. A informação do jornal ainda relata que foram pagos R\$7,7 bilhões a título de juros sobre o capital próprio e revela a voz da Vale, inclusive apresenta uma parte entre aspas, dizendo que o volume é significativamente acima do limite legal. Nesse caso, as informações parecem controversas e colocam em xeque a veracidade das vozes autorais, expressando um posicionamento de desaprovação do comportamento da Vale.

No TEXTO 2, publicado na mesma data em que se completavam quatro anos do acidente de Mariana, mesmo que aparentemente os termos “descaso” e “omissão” usados na manchete estejam associados à cidade de Mariana, não são atributos dessa cidade. O julgamento, na realidade, é de um sujeito ausente do enunciado; “descaso” e “omissão” são atitudes da Vale na ocasião dos acidentes e de seu comportamento com os vitimados pós-acidente. Os posicionamentos de valor nem sempre estão explícitos no texto, como assevera Martin (2001), e o reconhecimento dessas avaliações deve ser realizado a partir de marcas que revelam a intencionalidade dos falantes/escritores ligados à interpretação dos ouvintes/leitores de acordo com os contextos de interação. Destacam-se a manchete e a linha fina a seguir:

- Manchete: Após quatro anos, Mariana vive descaso e omissão
- Linha fina: Demora nas respostas do Legislativo é devastadora

Cabe o julgamento de sanção social da empresa Vale com acento valorativo de negatividade. A Vale impôs uma situação desfavorável aos moradores de Mariana e essa condição é acentuada pelo verbo “viver”, identificando a continuidade do processo sem atuação da Vale para a melhoria da vida desses moradores.

Além da Vale, há um julgamento do Poder Legislativo na linha fina que aponta para uma desaprovação de comportamento de quem é responsável pela elaboração e

aprovação da lei, considerada “devastadora” no que concerne à demora nas respostas. Essa informação é retomada no último parágrafo (dez) justificando os efeitos negativos para a população porque os decretos propostos (descritos no decorrer do texto) não foram aprovados. O sentimento de medo de uma nova tragédia pela omissão da legislação é claramente expresso nesse trecho com a afirmação de que é preciso uma “ação de verdade” (CONTARATO, 2019). Há nessa fala uma reprovação do comportamento de políticos que se consideram novos e que não são, segundo o texto do jornal. O enunciado “O porquê de não confiarmos que, no futuro, poderemos evitar ‘novas Marianas’” traz o sentimento coletivo com o uso da primeira pessoa do plural na conjugação verbal, ou seja, o jornal compartilha a desconfiança com seu leitor e, mais uma vez, coloca as atitudes da Vale em xeque por não creditar ou confiar em um futuro seguro.

O julgamento de estima social revela um padrão em textos que apresentam balanços financeiros de empresas lucrativas com a potencialização de elementos de Gradação, ou seja, essa subcategoria reforça a ideia de quão capaz a empresa é e quanto de crescimento e desenvolvimento isso representa. As escolhas de termos evidenciam os indicadores de gradação no eixo da força (intensidade e qualidade) no TEXTO 1, veiculado em março, que demonstram os altos índices de lucro, como na linha fina o uso da expressão “acima” na comparação de porcentagens de dois anos consecutivos. No parágrafo oito, “O desempenho da companhia em 2018 foi beneficiado [...], que amplia a receita em moeda nacional de produtos vendidos no mercado internacional.” (PAMPLONA, 2019), os termos “beneficiado” e “amplia”, apesar de pertencerem a classes gramaticais diferentes, qualificam positivamente o desempenho da Vale.

Outra manifestação de gradação é a repetição de números que contabilizam bilhões retratados por várias vezes no decorrer do texto. Em sucessivos parágrafos ocorrem as informações que conotam riqueza, inclusive no parágrafo nove há uma retomada da linha fina. É o caso que quantifica o lucro no parágrafo oito que retrata a receita, a geração do caixa no parágrafo nove, a demonstração de variação cambial e volume de vendas no parágrafo dez e a produção em toneladas no parágrafo onze.

No TEXTO 2, de novembro, os índices numéricos que expressam grande quantidade, na casa de milhões, estão ligados ao derramamento da lama e ao percurso que ela fez em quilômetros, como descrito no primeiro parágrafo. Outra grandeza desse trecho refere-se às pessoas afetadas, que contabilizam milhares, segundo o texto. Em outras partes do texto, os números aparecem em forma de denúncias, como no quinto parágrafo. O jornal dá voz ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que, em discurso direto, afirma não haver barragens seguras em depoimento de que apenas 16 profissionais fiscalizavam 790 barragens em todo o país.

Uma oposição entre “muito” e “pouco” opera um processo de Gradação no julgamento do Congresso Nacional, no parágrafo oito, ao comparar a quantidade de discurso de parlamentares (grande quantidade) e quase nenhuma deliberação dos documentos (pouca quantidade). Esses quantificadores estão presentes em outras partes, como no momento em que é descrito o que ocorre nas audiências públicas com a ausência dos senadores nas sessões (poucas pessoas), quando, na opinião do jornal, a presença deveria ser dos dezessete titulares e dezessete suplentes (todas as pessoas). Ainda, no terceiro parágrafo, continuando o assunto do parágrafo anterior, a descrição dos recursos (considerados pouquíssimos), qualificando as famílias das vítimas como pobres e carentes também revela oposição à riqueza da mineradora (considerada grande). No mesmo fragmento, a gradação de foco revela a oposição de poder, que por um lado expõe a fragilidade das famílias e por outro revela a fortaleza do judiciário e empresários na expressão “titãs do direito e altos executivos”.

Recapitulando o conceito de que o Julgamento está ligado às atitudes das pessoas, avaliando a ética, o caráter e como essas pessoas se comportam inseridas em uma determinada sociedade, entende-se o porquê de o Julgamento ser a subcategoria mais presente nos textos do *corpus* selecionado para a análise. É através do Julgamento que se pode reconhecer o modo como uma pessoa age e reage frente a uma situação em determinados contextos sociais. Aqui, neste artigo, a pessoa é simbolizada pela empresa e pelos órgãos reguladores públicos na representação dos atores sociais, a Vale e o Poder Legislativo.

Nos dois textos, os autores apresentam seus posicionamentos sobre o comportamento da mineradora diante dos acidentes. Mesmo no TEXTO 1, com a descrição do desenvolvimento financeiro, há valoração de cunho negativo das atitudes empresariais. No TEXTO 2, até por uma característica genérica, a presença de críticas negativas feitas à empresa é mais explícita. As escolhas lexicais acompanhadas dos sentidos semânticos e sintáticos, como os exemplos citados dos tempos de conjugação verbal e palavras de conotação de grandezas, possibilitam ao leitor perceber que a Vale e os governantes são incapazes de resolver os problemas causados à população moradora de Mariana e Brumadinho, assim como de todas as cidades atingidas pelos dois rompimentos em questão e pela destruição da natureza por onde a lama se concentrou ou os caminhos que percorreu. O Julgamento de sanção social caracteriza inclusive aquilo que ainda não aconteceu de fato, avalia negativamente a falta de segurança que gera medo pelas atitudes de não aprovação de nova legislação.

Os atores sociais, manifestados em situação de assimetria de poder nos textos analisados e as instâncias de decisão representadas pelo coletivo (ativos), não cumprem

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

seu papel social de recuperação das áreas vitimadas. Por outro lado, os atores (passivos) que sofreram a invasão da lama em suas vidas estão à espera de decisões. Portanto podemos, resumidamente, classificar os atores sociais em “aqueles que decidem” e “aqueles que esperam as decisões”.

Considerações finais

Como proposta inicial, este artigo buscou reconhecer os processos avaliativos de julgamento dos sujeitos envolvidos nos acidentes de Mariana e Brumadinho presentes em duas notícias veiculadas na *Folha de S. Paulo* em 2019.

Os textos analisados trazem formas diferenciadas de abordar o comportamento de pessoas e instituições envolvidas no rompimento das barragens, representando sanções e estimas sociais. A empresa Vale está numericamente mais presente quando associada às avaliações negativas caracterizadas, majoritariamente, por questões de ética no auxílio aos vitimados. Nesse julgamento, uma avaliação positiva diz respeito às conquistas econômicas e financeiras da empresa especialmente quando analisado o discurso do TEXTO 1, de março de 2019.

Os julgamentos com polaridade negativa foram associados aos órgãos reguladores de leis, especialmente citados no TEXTO 2, de novembro de 2019, a julgar as atitudes do Poder Legislativo que, por não aprovar leis, causa medo coletivamente à população pelas incertezas de que um novo acidente possa acontecer, ou seja, um discurso de denúncia.

Percebe-se com a leitura dos dois textos uma assimetria de poder nos discursos dos atores sociais de acordo com os papéis que ocupam na sociedade, com pouca observância para o sofrimento das vítimas e atuação mínima para restabelecimento do modo de vida das pessoas e do meio ambiente. A mineradora Vale e o poder público detêm conjuntamente o poder econômico e legal e agem com descaso para com os problemas dos vitimados, moradores e meio ambiente atingido pelo rompimento das barragens por mais de uma vez.

Referências

CONTARATO, F. **Após quatro anos, Mariana vive descaso e omissão**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/apos-quatro-anos-mariana-vive-descaso-e-omissao.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2019.

COUTO, H. H. do. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus Editora, 2007. Disponível em: www.thesaurus.com.br. Acesso em: 14 mar. 2020.

COUTO, H. H. do. Língua e meio ambiente. **Revista de estudos da linguagem**, v. 17, n. 1, p. 143-178, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2524>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FARAH, L. **Além da lama**: o emocionante relato do capitão dos bombeiros que atuou nas primeiras horas da tragédia em Mariana. São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

FILL, A. F. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. **Ecolinguística**: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 1, n. 1, p. 07-21, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/issue/view/918>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GUIMARÃES, J. E. P. **Epítome da história da mineração**. São Paulo: Art Editora, 1981.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141>

HALLIDAY, M.; MATHIESSEN, C. **Introduction to Functional Grammar**, 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

MARTIN, J. Beyond Exchange: Appraisal systems in English. *In*: HUSTON, S.; THOMPSON, G. (ed.). **Evaluation in text**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MARTIN, J.; WHITE, P. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

NININ, M. O. G.; BARBARA, L. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, jan./jul. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000100008-146>.

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

ORGANIZAÇÕES Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **O lucro não vale a vida**. Secretaria Nacional: São Paulo, Brasil, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/cartilha-brumadinho-2019-web>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PAMPLONA, N. **Vale lucra R\$25,6 bi em balanço ainda sem efeitos de Brumadinho**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/vale-lucra-r-256-bi-em-balanco-ainda-sem-efeitos-de-brumadinho.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2019.

RAGAZZI, L.; ROCHA, M. **Brumadinho: A engenharia de um crime**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SOUZA, A. A. Gradação: força e foco. *In*: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

VALE. **Nossa história**. Rio de Janeiro. Verso Brasil Editora, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>. Acesso em: 20 set. 2019.

VAN LEEUWEN, T. J. **Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis**. Oxford: University Press, 2008.

Anexos

Texto 1

Vale lucra R\$25,6 bi em balanço ainda sem efeitos de Brumadinho

Empresa fecha 2018 com receita de R\$134 bilhões, 24% acima de 2017

27.mar.2019 às 20h19

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO

1⁵- A Vale fechou 2018 com lucro líquido de R\$25,6 bilhões, alta de 45,5% com relação ao registrado no ano anterior. Divulgado com uma fita preta de luto impressa na capa, o balanço da companhia não trouxe ainda impactos da tragédia de Brumadinho (MG), que ocorreu no dia 25 de janeiro.

2 - A companhia diz que os impactos serão contabilizados no primeiro trimestre de 2019. Até o momento, autoridades contabilizam 216 mortos e 89 desaparecidos. Com maiores restrições de segurança, minas com capacidade para produzir 92,8 milhões de toneladas por ano estão fora de operação.

3 - “A Vale ainda está avaliando os passivos potenciais que podem surgir da ruptura da Barragem I. Devido ao estágio preliminar das diversas alegações e contingências, não é possível determinar um conjunto de resultados ou estimativas confiáveis da exposição potencial”, diz a empresa, no relatório.

4 - “Os custos incorridos até o momento são principalmente relacionados a doações, indenizações iniciais, assistência humanitária, equipamentos, consultores jurídicos, entre outros”, completa.

5 A numeração feita nos parágrafos dos Texto 1 (1 a 16) e Texto 2 (1 a 10) não estava originalmente nos jornais consultados. As autoras optaram por numerar os parágrafos no item Anexos por considerar um recurso didático para melhor orientação na leitura do presente artigo.

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso



Logo da mineradora Vale em Brumadinho, Minas Gerais – Adriano Machado/Reuters

5 - O documento cita ainda gastos adicionais de R\$5 bilhões para descaracterizar barragens com alteamento a montante, com as de Brumadinho e Mariana (MG), que se rompeu em 2015, deixando 19 mortos e um rastro de destruição que chegou ao litoral capixaba.

6 - A empresa diz também que dará baixa no valor dos ativos da mina Córrego do Feijão, onde estava a barragem que se rompeu em Brumadinho, e de outros ativos relacionados a barragens a montante no Brasil, “resultando em uma perda contábil, que impactará o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da companhia”.

7 - A divulgação do resultado de 2018 foi adiada após a tragédia de Brumadinho. Ao contrário de anos anteriores, a mineradora optou por arquivar os documentos na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) depois do fechamento do mercado —e não no início do dia. Também não distribuiu vídeos de executivos comentando o resultado.

8 - O desempenho da companhia em 2018 foi beneficiado pela desvalorização do real ante do dólar durante o ano, que amplia a receita em moeda nacional de produtos vendidos no mercado internacional. Apenas no quarto trimestre, a Vale lucrou R\$14,5 bilhões, alta de 472% com relação ao mesmo período do ano anterior.

9 - A empresa fechou o ano com receita de R\$134 bilhões, 24% acima do registrado em 2017. O Ebitda (medida que mede a geração de caixa de uma empresa) cresceu 24,6%, para R\$61 bilhões.

10 - Responsável por operações como a de Brumadinho, a área de Minerais Ferrosos teve Ebitda de R\$54,2 bilhões, 25% a mais do que no ano anterior, segundo a empresa, devido a efeitos da variação cambial, maiores preços e volumes de venda.

11 - Em 2018, a Vale produziu 384,6 milhões de toneladas de minério de ferro, 5% a mais do que no ano anterior. Após o desastre de Brumadinho, a companhia suspendeu voluntariamente as operações em dois complexos produtores e foi obrigada pela Justiça a paralisar três outras minas.

12 - As paralisações cortaram um volume equivalente a 24% de sua produção em 2018, cenário que gera preocupações entre municípios dependentes da mineração e trabalhadores da cadeia produtiva do setor.

13 - A companhia fechou o ano com dívida líquida de US\$ 9,6 bilhões (cerca de R\$37 bilhões, pela cotação do fim do ano), atingindo a meta de reduzir a dívida abaixo dos US\$ 10 bilhões (cerca de R\$39 bilhões).

14 - A redução da dívida e o foco na remuneração aos acionistas eram as principais bandeiras do presidente afastado da companhia, Fabio Schvartsman, que assumiu em maio de 2017 e se afastou em fevereiro a pedido da força-tarefa que investiga o rompimento da barragem em Brumadinho.

15 - Em uma das primeiras declarações após o desastre, ele anunciou a suspensão do pagamento de dividendos e de processo de recompra de ações. O balanço de 2018 mostra, porém, que a companhia já havia distribuído aos acionistas antecipadamente mais do que os 25% do lucro líquido obrigatórios por lei.

16 - Em 20 de setembro, foram pagos R\$7,7 bilhões a título de juros sobre o capital próprio - segundo a própria Vale, volume "significativamente acima do limite legal", que somaria R\$6,7 bilhões, considerando o resultado anual.

Texto 2

Após quatro anos, Mariana vive descaso e omissão

Demora nas respostas do Legislativo é devastadora

5.nov.2019 às 2h00

Fabiano Contarato

1 - Nesta terça-feira (5) faz quatro anos que a barragem do Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), rompeu, espalhando 43,7 milhões de m³ de lama tóxica por 663 km até o mar, no Espírito Santo. Morreram 19 pessoas e o rio Doce. Distritos foram destruídos, milhares de pessoas afetadas, sem água e sem trabalho. Uma perversidade que se prolonga porque a impunidade tem, continuamente, amargado a vida dos que ficaram: haja vista a recente absolvição de executivos da Vale.

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

2 - Falamos de executivos em processo cuja peça de acusação sustenta que se omitiram. Informa que, por diversas vezes, receberam alertas sobre os riscos de rompimento da barragem do Fundão. Podem sair “tranquilos” desse pesadelo. As famílias das vítimas, não.



O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) em seu gabinete no Senado Federal, em Brasília - Pedro Ladeira - 25.jun.19/Folhapress

3 - Isso é resultado de uma briga em que pessoas pobres, carentes, têm pouquíssimos recursos para enfrentar titãs do direito e altos executivos. Destaque-se que aqui não se coloca em dúvida a capacidade dos defensores públicos e do Ministério Público na assistência à população, pois contra fatos não há argumentos. Mas, infelizmente, no nosso país, não basta ter razão. Chega a ser fantasioso crer em “dê-me os fatos, e eu te darei o direito” tamanha a sensação de impunidade.

4 - O pior é que, em crimes descomuns, sempre vemos uma movimentação enorme de autoridades e de políticos buscando projetar, rapidamente, as suas nobres intenções e soluções. Contudo, o tempo tem mostrado, tragédia por tragédia, que o essencial fica para trás. Tivemos Mariana, depois Brumadinho (MG), em janeiro último - com 252 mortos e 18 desaparecidos. Mas, antes dessas, houve outras em Minas Gerais: 2006 e 2007, a mineradora Rio Pomba Cataguases, em Mirai; 2008, a Companhia Siderúrgica Nacional, em Congonhas; e 2014, Herculano Mineração, em Itabirito.

Sobreviventes de Mariana (MG)



Arthur, filho de Maria do Carmo, caminha em meio à lama que “ilhou” sua casa em 2015, em Mariana; hoje aos 7 anos, ele tem medo de que os rejeitos de Brumadinho voltem
Arquivo Pessoal/

5 - Inconteste dizer que a segurança de barragens e a gestão de riscos de desastres são negligenciadas no Brasil. A fiscalização é ridícula. Temos 790 barragens de rejeito de mineração no país. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em depoimento à Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, em maio deste ano, reconheceu: “Não tem barragem segura”; contou ele que dispunha de 16 fiscais para fiscalizar as barragens em todo o país.

6 - Sobretudo, com o que ocorreu em Brumadinho, quais respostas a sociedade brasileira ouviu do Congresso Nacional a respeito dessa insegurança que paira sobre milhares de vidas e a biodiversidade? Que este país endureceria as regras relacionadas às atividades de barragens de rejeitos minerais.

Aprovou-se, no Senado Federal, o projeto de lei nº 550/2019 para apreciação, revisão e votação na Câmara dos Deputados. Está lá, desde 20 de março, sem ser votado.

- | Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso

7 - Já a Câmara dos Deputados aprovou três outros projetos – como o de nº 2.787/2019, que “tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem”. Somente em 10 de outubro tivemos condições e quórum para aprovar na CMA do Senado Federal – e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na CMA, continuam para apreciação o PL 2.791/2019, que visa tornar mais seguras as barragens de mineração, e o PL 2.788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Seis meses do desastre em Brumadinho



Vista aérea da lama no Parque da Cachoeira, em Brumadinho – Eduardo Anizelli/Folhapress

8 - O que isso evidencia? Diz, claramente, que o Congresso Nacional discursa muito, mas delibera pouco. Não resolve. Não avança na proteção de interesses da sociedade brasileira.

9 - Reunir quórum para votação na CMA do Senado Federal tem sido desafiador. Na maioria das vezes, não conseguimos. Mesmo nas audiências públicas verificamos a presença de poucos senadores. Isso não deveria ocorrer. São 17 membros titulares e 17 membros suplentes!

10 - A demora nas respostas do Legislativo é devastadora. Explica, em parte, o porquê do desalento da população com a política. O porquê de não confiarmos que, no futuro, poderemos evitar “novas Marianas”. Algo precisa, de fato, mudar. Não bastam palavras. É preciso ação de verdade. Não basta dizer-se novo na política. Precisa provar que é.

Fabiano Contarato

É senador da República (Rede-ES) e presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; ARAES, Celia Regina. Após Mariana e Brumadinho: uma análise discursiva de notícias sobre o descaso. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 264-284, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 15/06/2021 | Aceito em: 26/10/2021.

INSUBORDINAÇÃO: UMA PROPOSTA FUNCIONALISTA PARA O ESTUDO DE (DES)ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS

Gabriela do Couto BARONI¹
Violeta Virginia RODRIGUES²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3145>

Resumo: A possibilidade de cláusulas “subordinadas” se materializarem de forma independente recebe tratamento diferenciado em diversas línguas. Em Português, essa materialização envolve dois fenômenos distintos – o desgarramento e a insubordinação. O termo “insubordinação”, cunhado por Evans (2007), refere-se ao fenômeno pelo qual cláusulas estruturalmente idênticas às subordinadas são usadas de forma independente, sem a presença de uma principal. A proposta do linguista despertou o interesse de diversos estudiosos que, desde então, têm oferecido diferentes contribuições sobre o tema, como Mithun (2008), Cristofaro (2016), Heine, Kuteva e Kaltenböck (2016) e D’Hertefelt (2018), para citar alguns. No Brasil, Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), Hirata-Vale (2020) e Rodrigues (2021) também têm se dedicado a analisar o fenômeno. Baseadas no funcionalismo, as pesquisas acerca de cláusulas subordinadas utilizam como *corpus* dados reais de fala ou escrita, que podem ser investigados tanto sincronicamente quanto diacronicamente. Além de mostrarmos um panorama a respeito dos estudos sobre insubordinação, assumimos aqui, com base em Cristofaro (2016), que o desengajamento clausal é um subtipo de insubordinação, que sabemos envolver padrões distintos. Como exemplos de insubordinação em português brasileiro, utilizamos dados de pesquisas que temos realizado sobre o tema e que ainda estão em andamento.

Palavras-chave: Desgarramento. Insubordinação. Articulação de cláusulas. Funcionalismo.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil; gabrielacbaroni@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-1595-9479>

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; violeta.rodrigues@letras.ufrj.br; <https://orcid.org/0000-0003-1789-5675>

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

INSUBORDINATION: A FUNCTIONALIST PROPOSAL FOR THE STUDY OF (DES)ARTICULATION OF CLAUSES

Abstract: The possibility of “subordinate” clauses materializing independently receives different treatment in several languages. In Portuguese, this materialization involves two distinct phenomena – detachment and insubordination. The term “insubordination”, coined by Evans (2007), refers to the phenomenon whereby clauses structurally identical to subordinate ones are used independently, without the presence of a principal. The linguist’s proposal aroused the interest of several scholars who, since then, have offered different contributions on the topic, such as Mithun (2008), Cristofaro (2016), Heine, Kuteva, and Kalténbök (2016), and D’Hertefelt (2018), to name a few. In Brazil, Hirata-Vale, Oliveira, and Silva (2017), Hirata-Vale (2020), and Rodrigues (2021) have also been dedicated to analyzing the phenomenon. Based on functionalism, research on insubordinate clauses uses real data from speech or writing as corpus, which can be investigated both synchronously and diachronically. In addition to showing an overview of studies on insubordination, we assume here, based on Cristofaro (2016), that clausal disengagement is a subtype of insubordination, which we know involves different patterns. As examples of insubordination in Brazilian Portuguese, we use data from research that we have carried out on the subject and which is still ongoing.

Keywords: Detachment. Insubordination. Articulation of clauses. Functionalism.

Introdução

Este artigo traz à cena um tema que, nos últimos anos, têm despertado o interesse de linguistas em diferentes partes do mundo: o uso independente, como cláusula principal, de estruturas formalmente idênticas às subordinadas. A esse fenômeno, Evans (2007) denominou *insubordinação* e, desde então, o termo cunhado pelo autor é usado em referência a essas estruturas que, de marginalizadas, passaram a ser analisadas como integrando processos importantes de mudança linguística.

Em português, cláusulas como “Que seu dia seja lindo” e “Se você puder me ajudar...” são exemplos de insubordinação. Trata-se, respectivamente, de estruturas equivalentes àquelas que a Gramática Tradicional classifica como subordinada substantiva objetiva direta e subordinada adverbial condicional e que, portanto, deveriam vir acompanhadas de suas respectivas principais. O que se verifica, porém, é que o uso insubordinado dessas cláusulas é perfeitamente aceito pelos falantes e não acarreta prejuízos ao entendimento da mensagem.

As investigações sobre a insubordinação são feitas sob a perspectiva funcionalista e, portanto, têm como objeto de estudo a língua em uso, observada em situações reais de fala ou escrita, em uma abordagem sincrônica ou diacrônica. Desse modo, visando ao estudo da língua em uso, além dos exemplos dos próprios textos revisitados, utilizamos, neste artigo, dados coletados de roteiros de cinema, do Facebook e do aplicativo WhatsApp, que permitem, estes últimos, a mobilização de distintos modos semióticos na constituição de suas postagens, que vão desde a escrita, passando por imagens, áudios e vídeos.

A proposta inicial de Evans (2007) sugere que a insubordinação é especialmente motivada pelo mecanismo de elipse. Nesse processo, considera-se que a cláusula principal foi omitida e precisa ser reconstruída pelo interlocutor por meio de inferências baseadas no contexto. No entanto, pesquisas posteriores à de Evans (2007) constataram que a elipse é apenas *um* dos mecanismos que pode levar à insubordinação, e o modelo de análise do linguista passou, então, a ser considerado incompleto ou simplista demais por alguns estudiosos, como notam Evans e Watanabe (2016). Entre as proposições subsequentes às de Evans (2007) estão, por exemplo, as de Mithun (2008), de Cristofaro (2016), de Heine, Kuteva e Kaltenböck (2016) e de D’Hertefelt (2018), que apresentam, cada um deles, perspectivas distintas sobre o fenômeno.

Assim, o objetivo principal deste texto é aplicar a dados do Português a proposta de Cristofaro (2016), com base na revisão das linhas gerais percorridas pelas pesquisas relativas à insubordinação. Não se tem a pretensão, pois seria claramente inviável, de mostrar todos os trabalhos feitos até aqui. Espera-se, no entanto, apresentar algumas das principais contribuições e os caminhos que têm sido adotados nas análises, para melhor compreensão de nosso objetivo principal.

A fim de cumprir esse propósito, este artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: parte-se, primeiramente, dos trabalhos de Evans (2007) e de Mithun (2008), responsáveis por colocar o tema em pauta. Após, são expostas as contribuições analíticas de Cristofaro (2016). Em seguida, são destacados os estudos do assunto no Brasil, por meio das pesquisas de Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), Hirata-Vale (2020) e Rodrigues (2021). Por fim, esboçam-se os rumos e as perspectivas de investigação a respeito das insubordinadas, adotando-se, principalmente, a proposta de desengajamento clausal de Cristofaro (2016). Sempre que possível, são estabelecidas correlações entre as discussões e exemplificados usos do fenômeno com dados de investigações em curso das autoras deste artigo.

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

Insubordinação: a proposta de Evans (2007)

Partindo da alegação de que este é um fenômeno muito mais comum e difundido do que se imagina, Evans (2007) utiliza o termo *insubordinação* para se referir ao uso, como cláusula principal, de estruturas que, à primeira vista, parecem formalmente subordinadas. O linguista critica o fato de que as cláusulas subordinadas são, muitas vezes, tratadas como “erros” ou consideradas marginais ou elípticas demais para serem descritas nas gramáticas de referência. Aliás, a motivação de Evans (2007) para o estudo das subordinadas surge justamente desta “dificuldade”: enquanto escrevia uma gramática para a língua aborígine australiana Kayardild, no ano de 1995, o autor se deparou com o desafio de classificar, dentro dos parâmetros gramaticais, cláusulas que eram recorrentemente utilizadas como independentes pelos falantes, mas que possuíam estrutura de subordinadas. A partir de então, passou a observar e a comparar esses usos em diferentes línguas, sistematizando o que veio a chamar, em 2007, de insubordinação.

Para Evans (2007), a insubordinação é fomentada pelo mecanismo de elipse. Parte-se, portanto, da premissa de que a cláusula principal foi omitida, cabendo ao interlocutor o papel de inferi-la a partir do contexto e, conseqüentemente, de seu conhecimento de mundo e de sua competência linguística. A insubordinação, como outras mudanças que acontecem na língua, ocorre de maneira gradual. Para esse fenômeno, Evans (2007) propôs o *continuum* a seguir, que representa, em quatro etapas, a trajetória histórica que leva à formação de cláusulas subordinadas:

Quadro 1. Trajetória de insubordinação de cláusulas

Subordinação	Elipse	Elipse convencionalizada	Reanálise como estrutura de cláusula principal
(1) Construção subordinada	(2) Elipse da cláusula principal	(3) Restrição de interpretação do material elipsado	(4) Uso convencionalizado da cláusula originalmente subordinada como cláusula principal

Fonte: Evans (2007, p. 370).

O linguista explica que, no primeiro estágio, estão as cláusulas subordinadas prototípicas, tais como tradicionalmente definidas pelas gramáticas. No segundo estágio, a cláusula principal passa a ser elipsada e a construção subordinada começa a ser usada de forma independente. Neste caso, como explica Evans (2007), qualquer cláusula principal gramaticalmente compatível com a subordinada pode ser “reconstruída” pelo ouvinte. A escolha a respeito de qual cláusula principal deve “preencher” esse espaço é baseada em processos de inferência conversacional. Na etapa seguinte, tem início a

restrição de interpretação do material elipsado, o que significa que algumas cláusulas, apesar de gramaticalmente aceitas, são convencionalmente excluídas pelos falantes. Essa restrição³, conforme o linguista, pode ser mais geral, como no exemplo (1), a seguir, em que a elipse só é aceita em cláusulas afirmativas e entre elas há uma gama de possibilidades, ou mais específica, como em (2), em que, na opinião do autor, a cláusula subordinada resultante não necessita de contexto linguístico ou situacional para ser compreendida. Os exemplos (1) e (2) foram fornecidos por Evans (2007) com base em Buscha⁴ (1976, p. 276). As traduções são nossas:

- (1) If you would maybe like to wash your hands.
 [, that would be very nice of you]
 [, you can do it here]
 *[, you cannot do it]
 *[, that would not be very nice of you]

Se você quiser lavar as mãos.
 [, isso seria muito gentil da sua parte]
 [, você pode fazer isso aqui]
 *[, você não pode fazer isso]
 * [, isso não seria muito gentil da sua parte]

- (2) And if I don't get away from her?
 [What happen?]

E se eu não me afastar dela?
 [O que acontece?]

Por fim, ao atingirem o quarto estágio da trajetória de mudança, as cláusulas subordinadas são convencionalmente usadas como cláusulas principais. Nessa etapa, segundo Evans (2007), ocorre uma *construcionalização* da estrutura anteriormente subordinada. Essa construção, agora, possui um significado específico próprio e não é mais possível restaurar o material elipsado.

3 É importante deixar claro que a restrição e, por conseguinte, a convencionalização, é específica em cada língua e, portanto, ela tem sentido e é compreendida *naquela* comunidade de falantes. Em (1) e (2), os exemplos foram extraídos por Evans (2007) do alemão, logo, nessa língua, essas restrições são entendidas da maneira como foram mostradas.

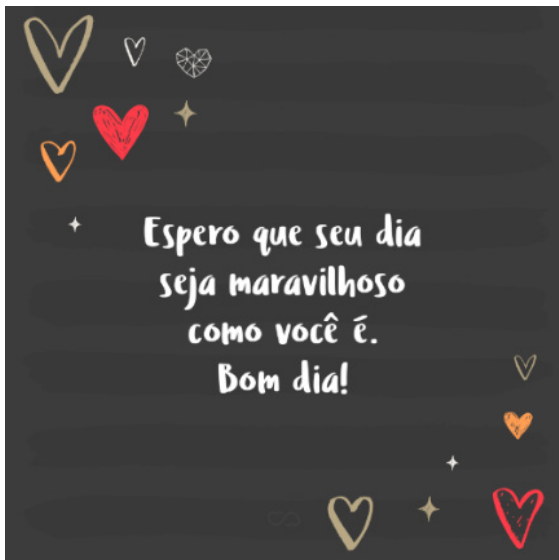
4 Os exemplos de Buscha (1976) estão em alemão. Por uma questão de espaço, optamos por apresentá-los somente em inglês, conforme tradução utilizada por Evans (2007).

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

É importante ressaltar que se trata de um processo de mudança gradual, de um *continuum*. Desse modo, a proposta de Evans (2007) não diz respeito a etapas distintas entre si; ao contrário, elas se sobrepõem e podem, por determinado tempo, coexistir. Isso significa, por exemplo, que uma mesma estrutura pode ser usada pelos falantes como subordinada ou insubordinada até que a mudança atinja o último estágio. Em muitos casos, o estágio final pode, inclusive, não ser atingido, como observa Evans (2007).

Em português brasileiro, o uso de cláusulas volitivas com estrutura de completivas ilustra esta situação: elas ocorrem tanto com a principal, na função de subordinadas objetivas diretas, quanto sem a principal, de forma independente e, portanto, insubordinada. As figuras (1) e (2), a seguir, exemplificam, respectivamente, esses casos:

Figura 1. Post com exemplo de cláusula completiva volitiva



Fonte: *Corpus*⁵ de pesquisa das autoras.

Figura 2. Post com exemplo de cláusula volitiva insubordinada



Fonte: *Corpus* de pesquisa das autoras.

Como se observa nos exemplos mostrados nas Figuras (1) e (2), em português brasileiro, o uso subordinado e o uso insubordinado de estruturas completivas coexistem. No que diz respeito à insubordinada da Figura (2), mesmo havendo, nos termos de Evans (2007), a elipse da cláusula principal, o falante consegue depreender o sentido volitivo da estrutura. Relacionando este exemplo à trajetória de insubordinação proposta por Evans (2007), pode-se afirmar que cláusulas volitivas como “Que seu dia comece abençoado

5 Para fins de pesquisas a respeito de insubordinação de cláusulas e de *desgarramento* (cf. DECAT, 1999, 2011), as autoras estruturaram um *corpus* composto por *posts* veiculados na internet e em redes sociais. Foram considerados como *posts* (ou *postagens*) quaisquer mensagens, textos ou imagens publicados nessas redes ou em aplicativos. Para conhecer alguns dos resultados já encontrados nessas pesquisas, consulte Rodrigues (2019, 2021).

e termine vitorioso”, da Figura (2), encontram-se entre a segunda e a terceira etapa do processo de mudança, ou seja, há elipse da cláusula principal e, de certa forma, há restrição de interpretação do material que foi elipsado, pois, apesar da possível inferência, por parte do falante, de que se trata de um verbo volitivo, nem todos os verbos desse campo semântico tenderiam a ocupar o espaço deixado pela elipse. O *corpus* estruturado pelas autoras, por exemplo, revela que verbos como *esperar*, *desejar* e *querer* aparecem nas postagens coletadas em que a cláusula principal é utilizada, como acontece na Figura (1). Por outro lado, não foram encontrados nessas postagens outros verbos volitivos, como *pretender*, *ambicionar*, *anelar* e *aspirar*. Desse modo, é mais provável⁶ que o falante, ao inferir o sentido de cláusulas como “Que seu dia comece abençoado e termine vitorioso”, suponha ter havido ali a supressão de verbos como *esperar*, *desejar* e *querer*, e não dos demais volitivos anteriormente citados.

Evans (2007) ressalta que a trajetória proposta por ele alterna entre a abertura e o fechamento do papel da pragmática. Conforme explica, primeiramente, uma cláusula subordinada torna-se independente e disponível para interpretações pragmáticas; nesta fase, ela se torna “menos gramatical”. Na segunda fase, porém, ocorre a *despragmatização*, pois a cláusula recém-independente adquire um significado construcional mais específico.

Nesse sentido, para o linguista, os estudos sobre insubordinação importam às tipologias funcionais “interacionistas” que não objetivam substituir as descrições estruturais pelas funcionais, mas, antes, examinam as maneiras pelas quais diferentes funções, entre elas a interpretação pragmática, interdependem de estruturas particulares da linguagem. Um ponto também interessante no que diz respeito à insubordinação, segundo Evans (2007), é que ela se move na direção oposta a outros processos de mudança morfossintática, como a gramaticalização. Esta última, como amplamente defendido na literatura funcionalista⁷, é um processo unidirecional que caminha da pragmática para a sintaxe e da sintaxe para a morfologia. Ou, em outras palavras, que leva uma unidade “menos gramatical” a tornar-se “mais gramatical”. Uma das consequências da gramaticalização, portanto, é que as construções “pragmáticas” paratáticas frouxas tornam-se sintáticas como cláusulas subordinadas, como explica Evans (2007). Com a insubordinação, por outro lado, ocorre justamente o contrário, uma vez que ela recruta estruturas de cláusula principal a partir de cláusulas subordinadas, como também nota o autor.

⁶ Estamos nos referindo a esta como uma situação *possível*, pois se trata de pesquisa ainda em andamento. Até o momento, as análises indicam esse resultado.

⁷ Estamos nos referindo aqui ao funcionalismo de orientação norte-americana.

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

Sem explicitar quais seriam os motivos, Evans (2007) afirma que nem todas as cláusulas subordinadas podem ser usadas com a cláusula principal elipsada. Isso significa, portanto, que algumas cláusulas, embora subordinadas, não são candidatas à insubordinação. Em português brasileiro, por razões que também precisam ser investigadas, é possível observar que algumas cláusulas volitivas, em certos contextos, não permitem a elipse de sua principal, como demonstram os exemplos criados por nós a seguir:

- (3a) Quero/desejo/espero que você seja feliz onde estiver.
- (3b) Que você seja feliz onde estiver.
- (3c) Seja feliz onde estiver.

- (4a) Quero/espero/ordeno que você leve o lixo!
- (4b) *Que você leve o lixo!
- (4c) Leve o lixo!

- (5a) Quero/espero/ordeno que você arrume o quarto.
- (5b) *Que você arrume o quarto.
- (5c) Arrume o quarto.

Nossa análise a respeito de insubordinadas volitivas, ainda em andamento, sugere haver alguma relação, que necessita ser melhor compreendida, entre o modo verbal e o uso independente de cláusulas subordinadas. Como se depreende a partir dos exemplos de (3a) a (5c), quando a cláusula complexa permite uma paráfrase no imperativo que exprime desejo, a elipse da principal é admissível. Por outro lado, se essa paráfrase indica uma ordem, a elipse da principal torna-se menos plausível, impedindo, assim, que haja insubordinação.

Evans (2007) deixa claro que sua pesquisa inicial é heurística e que sua preocupação é explorar construções que tendem a ser marginalizadas na análise e descrição linguísticas. Seu objetivo, como destaca, é incentivar os linguistas “a levarem essas construções mais a sério”, considerando que a insubordinação é um fenômeno importante em razão da direção incomum percorrida pela mudança diacrônica: da cláusula subordinada à principal, da morfossintaxe ao discurso e, em seu estágio inicial, da gramática à pragmática.

Conforme Evans e Watanabe (2016), desde a proposição inicial de Evans (2007), diversos pesquisadores passaram a analisar a insubordinação em diferentes línguas, encontrando novas funções para as estruturas resultantes da insubordinação ou questionando aspectos do modelo original. Como ressaltam os autores, os estudos subsequentes ao de Evans (2007) apresentam contribuições como:

- (i) maior atenção à gramática de interação;
- (ii) melhor incorporação da prosódia às análises⁸;
- (iii) uso de dados de fala espontânea em vez de dados de fala induzida;
- (iv) diferente perspectiva sobre a insubordinação a partir da adoção da díade conversacional como entidade geradora de estruturas gramaticais, em vez de levar em conta apenas o falante isoladamente.

A proposta de *extensão funcional* de Mithun (2008)

Do mesmo modo que Evans (2007), Mithun (2008) assevera que a insubordinação, embora já tenha sido constatada em diversas línguas, é um fenômeno que recebe relativamente pouca atenção. Em suas análises, a linguista atesta a presença de padrões semelhantes de insubordinação em línguas não relacionadas entre si e reforça a necessidade de compreensão desses padrões para que se possa elucidar esse tipo de mudança linguística.

Para Mithun (2008), a insubordinação é *um* dos processos⁹ nos quais se observa uma *extensão funcional* de marcadores de dependência gramatical do nível sintático da cláusula para domínios discursivos e pragmáticos mais amplos. Como consequência, segundo explica, pode haver uma remodelação da estrutura básica da cláusula subordinada, que passa a ser usada de forma independente.

A análise de Mithun (2008) a respeito da insubordinação está pautada, principalmente, em narrativas orais da língua atabascana¹⁰ Navajo, do sudoeste americano, e da língua esquimó Yup'ik, do sudoeste do Alasca. Nessas narrativas, a linguista detectou o uso sistemático de cláusulas “subordinadas” sem a presença da matriz, ou seja, de *insubordinadas*.

De acordo com Mithun (2008), embora a concepção de insubordinação de Evans (2007) esteja relacionada ao domínio da própria cláusula e à elipse da matriz, nas línguas investigadas foi possível notar uma relação da cláusula insubordinada com um contexto pragmático mais amplo ou com ideias de um tópico mais abrangente de discussão. Nesse

8 Rodrigues e Silvestre (2014), Rodrigues e Fontes (2018), Rodrigues e Silvestre (2019) e Rodrigues e Mallmann (2020) incorporaram análises prosódicas para descrever o fenômeno do desgarramento em Português.

9 Para a autora, há outros processos de mudança – e não apenas a insubordinação – que envolvem a extensão funcional. Por uma questão de espaço e escopo, eles não serão discutidos aqui.

10 As línguas atabascanas são um grupo de línguas faladas por nativos americanos da América do Norte.

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

sentido, para a estudiosa, essas cláusulas são dependentes, mas não necessariamente subordinadas da maneira como as cláusulas complementares são.

Com base nas averiguações feitas, Mithun (2008) alega que, em Navajo e em Yup'ik, o que acontece não é apenas a elipse da principal, conforme a proposta de Evans (2007), mas, sobretudo, um processo discursivo por meio do qual uma cláusula antes ligada, pela sintaxe, a uma principal, passa a ter seu funcionamento avaliado em um nível textual-discursivo. Em outras palavras, segundo a linguista, a função subordinativa é estendida, ou seja, a dependência deixa de ser entre orações dentro de um período para ser entre orações dentro de um contexto mais amplo. Assim, podemos dizer que se extrapola o nível sentencial. O exemplo a seguir, coletado por Mithun (2008, p. 96) em Yup'ik, ilustra a afirmação da autora. A tradução é nossa:

- (6) Interlocutor 1: Camek calisit?
What is your work?
Em que você trabalha?
- Interlocutor 2: Tua-i-gguq qalamciyarturlua.
Well, to tell stories.
Bem, para contar histórias.

Neste exemplo, para Mithun (2008), a insubordinada produzida pelo segundo interlocutor está diretamente relacionada à fala do primeiro, pois é uma resposta a ela. Refere-se, portanto, ao contexto, por meio do qual a principal pode ser recuperada. Como também explica a linguista, as insubordinadas podem, dessa forma, estar relacionadas a comentários, perguntas, respostas e comandos numa situação de interação. Podem, ainda, ser usadas pelo falante para dar contribuições a falas anteriores à sua, mostrando-se, desse modo, associadas aos turnos da conversa.

Também por meio do mecanismo de extensão funcional, os falantes estabelecem uma semelhança entre os contextos de uso da cláusula insubordinada e os contextos originais de ocorrência da cláusula subordinada. Em razão disso, de acordo com Mithun (2008, 2019), a insubordinada não precisa, necessariamente, estar ancorada em uma sentença superordenada, mas pode, em vez disso, ser avaliada em uma conjuntura mais ampla. Seu contexto, como esclarece a autora, é a situação do discurso. O exemplo a seguir, coletado por Mithun (2016, p. 316) em Barbareño Chumash, língua indígena da Califórnia, ilustra esse caso. Nele, o falante faz uma avaliação complementar ao que havia proferido antes, recorrendo, para isso, a uma insubordinada. As traduções são nossas:

- (7) When you are lying down at night out in the woods, you see eyes surrounding you, looking at you.
It is spooky.
Quando você está deitado à noite na floresta, você vê olhos ao seu redor, olhando para você.
É assustador.

Mithun (2008), no entanto, ressalta que os mecanismos que levam à extensão funcional sugerida por ela são, de certo modo, mais abstratos do que a elipse proposta por Evans (2007). A dificuldade em se esclarecer as motivações que levam à insubordinação, segundo a autora, reside no fato de que *nunca é necessário* que uma cláusula matriz seja omitida, mas os falantes, entretanto, recorrem a esse tipo de uso. Uma justificativa para isso, consoante Mithun (2008), é que as formas insubordinadas tendem a ser menos assertivas do que suas correspondentes completas. Os falantes, então, tenderiam a recorrer a essas formas em contextos nos quais a atenuação ou a baixa assertividade podem estar presentes.

A pesquisa de Mithun (2008), assim como a de Evans (2007), adota uma perspectiva diacrônica. Os dois autores foram os primeiros a se dedicarem ao tema da insubordinação tal como ele tem sido estudado hoje. Na seção seguinte, outra concepção sobre o assunto será abordada, dessa vez sob a visão de Cristofaro (2016) e que foi muito importante para nossa análise.

A proposta de desengajamento clausal de Cristofaro (2016)

Assim como Evans (2007) e Mithun (2008), Cristofaro (2016) afirma que as origens da insubordinação, isto é, os mecanismos e as motivações subjacentes ao fenômeno, são relativamente pouco conhecidos. Em sua opinião, as cláusulas insubordinadas se desenvolvem a partir de mecanismos de naturezas distintas e que não se aplicam exclusivamente à insubordinação, como a elipse, a reanálise e a extensão, esses dois últimos, por exemplo, presentes também nos processos de gramaticalização.

Para Cristofaro (2016), os trabalhos de Evans (2007) e de Mithun (2008) não são suficientes para dar conta dos diferentes tipos de padrão de insubordinação e carecem de uma proposição mais abrangente no que diz respeito às possíveis construções de origem desses padrões. Com base nessas alegações, a linguista propõe que se acrescente às análises de insubordinação o mecanismo de *desengajamento clausal*, ao lado da elipse e da extensão funcional propostos por Evans (2007) e por Mithun (2008), respectivamente.

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

De acordo com Cristofaro (2016), por meio do desengajamento clausal, as cláusulas que apresentam algumas características de cláusulas independentes tornam-se *desengajadas*, desconectadas, de uma cláusula coocorrente¹¹, fazendo com que elas sejam usadas separadamente, de forma insubordinada. A estudiosa explica que o desengajamento clausal é usado, por exemplo, para introduzir um novo tópico no discurso ou para reelaborar um tópico introduzido anteriormente na conversa. Para Cristofaro (2016, p. 85), a fala a seguir representa um caso de desengajamento clausal em língua italiana. A tradução é nossa e os grifos são da autora:

(8) No, **perché** poi questo workshop sembra interessante.

Não, porque esse *workshop* parece interessante.

Contexto: [A cláusula] “No perché poi questo workshop sembra interessante” foi proferida em referência a uma conversa realizada na noite anterior sobre um *workshop* do qual o orador decidiu participar, apesar das dúvidas iniciais.

Cristofaro (2016) assevera que cláusulas como as do exemplo (8), embora consideradas insubordinadas, não se referem a nenhum estado de coisas que possa ser recuperado por meio de uma cláusula principal elíptica, como propõe Evans (2007). Do mesmo modo, para a linguista, elas também não apresentam propriedades pragmáticas resultantes de um processo de extensão de contextos de uso da cláusula, como preconiza Mithun (2008). Cláusulas insubordinadas como a mostrada em (8) são, segundo Cristofaro (2016, p. 399), motivadas pelo mecanismo de desengajamento clausal e se constituem como unidades “completamente autônomas” no que se refere aos aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e prosódicos, uma vez que se configuram como afirmações à parte, com entonação própria. Além disso, como explica a autora, essas insubordinadas não estão relacionadas a algum item específico de uma cláusula coocorrente, mas sim elaboram todo o discurso ou algum tópico geral do discurso.

Entretanto, conforme Cristofaro (2016), o uso desse padrão de cláusulas é possivelmente originado de contextos em que a cláusula coocorrente está presente – e não ausente, como acontece em (8). Nesses contextos, cláusulas estruturalmente semelhantes às subordinadas apresentam uma notável independência em relação à sua coocorrente, visto que possuem entonação própria e são expressas depois de uma pausa ou de algum trecho de material intermediário e, não dificilmente, por outro interlocutor. Na maioria das vezes, essas insubordinadas têm o papel de reabrir o turno da conversação

¹¹ Cristofaro (2016) não declara explicitamente o que está sendo chamado de “cláusula coocorrente”. Pela leitura do texto, depreende-se que se trata de cláusulas que estão no mesmo contexto em que a insubordinada está sendo usada. Essas cláusulas se “conectam” às insubordinadas no que se refere ao sentido ou à motivação para o que está sendo declarado e são estruturalmente semelhantes a uma cláusula principal.

para reelaborar o que foi dito. Consoante Cristofaro (2016), isso provavelmente acontece porque o ouvinte não atingiu a compreensão esperada pelo falante no turno anterior. Esse falante, então, recorre a uma insubordinada para realçar as motivações para o estado de coisas descrito por ele em sua primeira fala. O exemplo a seguir, fornecido por Cristofaro (2016, p. 400) também para o italiano, ilustra a explicação da autora. As traduções são nossas:

- (9) A: Ordino una spesa.
 B: Ok.
 A: Perché abbiamo proprio finito la pasta.
- A: Vou agendar uma entrega de supermercado.
 B: Ok.
 A: Porque nós realmente ficamos sem massa.

Em (9), como se observa, o falante A comunica ao falante B que irá pedir compras no supermercado. O falante B responde com um “Ok”, concordando com a afirmação. O falante A, no entanto, recorre a uma insubordinada – *Porque nós realmente ficamos sem massa* – com o aparente intuito de justificar ou completar a informação anterior dada por ele.

Para Cristofaro (2016), cláusulas insubordinadas como a usada em (9), que demonstram relativa independência em relação às suas coocorrentes, possibilitam que os interlocutores as reinterpretem como unidades autônomas capazes de formular um tópico geral, e não apenas uma cláusula específica. Essas cláusulas passam, então, a ser usadas com a mesma função, mas agora sem a presença necessária de uma cláusula específica ou trecho do discurso ao qual possam se referir. Esse processo é o que Cristofaro (2016) chama de *desengajamento clausal*.

Cristofaro (2016) admite que o *desengajamento clausal* é semelhante à *extensão funcional* proposta por Mithun (2008), uma vez que os dois mecanismos preconizam a expansão dos contextos de uso de determinados tipos de cláusulas. Por outro lado, como afirma, difere-se da concepção de *elipse* de Evans (2007), porque não diz respeito à supressão de partes da construção de origem.

Embora a proposição de Cristofaro (2016) se assemelhe à de Mithun (2008) no aspecto citado, há, também, como defende a linguista, uma questão que as distingue: o *desengajamento clausal* origina-se de um desligamento orientado pelo contexto, que permite que uma cláusula estruturalmente semelhante a uma subordinada se separe de sua cláusula coocorrente e seja usada pelo falante para introduzir um novo tópico de

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

discurso, relacionado ao conhecimento prévio compartilhado pelo ouvinte. Na *extensão funcional*, por sua vez, os falantes estabelecem uma semelhança entre as cláusulas subordinadas em geral e alguns tipos de cláusulas independentes. Nesse último caso, conforme explica Cristofaro (2016), a insubordinada está conectada ao discurso como um todo, e não especificamente a alguma cláusula principal ausente ou elipsada. A extensão funcional, portanto, é motivada pela similaridade entre o antigo e o novo contexto de ocorrência da subordinada, independentemente se esses contextos envolvem ou não a presença de uma cláusula principal, como ressalta a autora.

Consoante Cristofaro (2016), um dos desafios atinentes ao estudo das insubordinadas é identificar a fonte exata dessas cláusulas, uma vez que elas podem se desenvolver a partir de mecanismos diferentes, bem como podem ter origem em diferentes contextos e construções. De acordo com a linguista, a elipse, por exemplo, pode ter como motivação o fato de o material elipsado ser comunicativamente periférico, muito provavelmente porque ele pode ser recuperado pelo contexto. Assim, como esclarece Cristofaro (2016), é possível, então, que, entre os vários contextos semanticamente compatíveis com a cláusula insubordinada resultante, essas cláusulas se desenvolvam a partir daqueles em que o material elipsado é mais facilmente inferível ou comunicativamente mais periférico e, por essa razão, mais propenso a ser deixado de fora. Contribui, ainda, para a elipse, segundo a estudiosa, a frequência de uso da construção fonte, uma vez que a repetição é um dos fatores que levam à omissão do material linguístico, conforme preconiza, por exemplo, Bybee (2016). Geralmente considerada como o principal mecanismo que leva à insubordinação, a elipse, segundo Cristofaro (2016), também envolve um processo metonímico por meio do qual parte de uma oração complexa (a subordinada) assume o significado originalmente associado à construção como um todo, enquanto outra parte (a principal) é suprimida, abandonada.

Por outro lado, como também orienta Cristofaro (2016), a extensão funcional e o desengajamento clausal são mais baseados no que Bybee, Perkins e Pagluica (1994) denominam *generalização*, um processo por meio do qual propriedades específicas do contexto em que uma construção é originalmente usada tornam-se proeminentes com o passar do tempo e levam a uma expansão dos usos dessas construções para outros contextos que apresentem propriedades semelhantes. Segundo a linguista, todas essas considerações reforçam a hipótese de que a insubordinação pode não ser um fenômeno unificado, mas sim o resultado de vários processos distintos. Esse é o caso, por exemplo, das insubordinadas condicionais, como explica Cristofaro (2016). Com base na concepção da autora, o uso de insubordinadas para solicitações indiretas, como a mostrada em (10), é resultado de elipse. No entanto, em contextos como o de (11), a seguir, o que ocorre é um desengajamento clausal. Os exemplos são nossos:

- (10) Se você puder me ajudar, por favor.
 (11) Eu quero dois pedaços dessa torta. Se ela tiver sido feita hoje.

Na seção seguinte, serão mostradas as pesquisas de Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), Hirata-Vale (2020) e Rodrigues (2021), que, no Brasil, foram as primeiras a lançar o olhar sobre a insubordinação.

As pesquisas de Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), Hirata-Vale (2020) e Rodrigues (2021)

Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017) realizam um estudo sincrônico e qualitativo de insubordinadas condicionais e completivas em português brasileiro, utilizando, para isso, dados coletados em *corpora* de acesso gratuito no português do Brasil, em redes sociais e em pesquisas no Google. Em relação às condicionais, as autoras recorrem à proposta de Evans (2007) e afirmam que as insubordinadas analisadas resultam de uma convencionalização de uso pelos falantes, não sendo necessária, por esse motivo, a presença da principal. Quanto às funções desempenhadas por essas cláusulas, asseveram que elas podem ser usadas de maneira intersubjetiva para expressar uma “instrução” do falante para o interlocutor e para ampliar ou generalizar os significados de enunciados precedentes. Em ambos os casos, trata-se, conforme alegam, de estratégias de polidez. O exemplo a seguir, fornecido por Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017, p. 34), ilustra um uso de insubordinada condicional em que a estratégia de polidez é aplicada pelo falante na sugestão feita ao ouvinte. Os grifos são das autoras:

- (12) todo mundo q fez me falou q era lah, se quiser ligar pra confirmar. Rua: BRASIL bem no inicio, o pessoal ai de penapolis tem a lista telefonica daki, é bem no começo OSCAR MOTOS (Internet)

Entre outras funções exercidas pelas insubordinadas condicionais estão, consoante Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017, p. 35), aquelas relacionadas à expressão subjetiva das atitudes do falante, tais como, desejos, crenças e avaliações. O exemplo a seguir, citado pelas estudiosas, demonstra esse tipo de caso. Os grifos são das autoras:

- (13) RECEPCIONISTA: [...] Vocês nem cara de bandido tem. *Se eu encontrasse com um de vocês num lugar... assim... Num baile, por exemplo, eu...* CABELEIRA: Ê mulher chata!

No que tange às insubordinadas completivas, Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017) declaram que essas cláusulas realizam funções discursivas e funcionais e que seus usos expressam ordens, direções e desejos (manifestados por meio de construções imperativas), avaliações e comentários (via construções exclamativas) e elaborações (feitas por meio de

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

construções conectivas). De acordo com Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), a função das construções conectivas é elaborar ou completar o que havia sido dito pelo falante em um turno anterior, como mostram no exemplo a seguir. Os grifos são das autoras:

- (14) ERN: <essa é a carta de aceite> //
MAR: <No' / são tanto documentos> //
ERN: <que *nũ chegou a sua*> *ainda* //

Como se observa em (14), a cláusula destacada, que Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017) denominam *construção conectiva*, corresponde ao que Cristofaro (2016) trata como desengajamento clausal e se assemelha, em termos de função, àquela apresentada no exemplo (9). Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), no entanto, argumentam que a cláusula em (14) ainda revela alguma dependência em relação a uma informação anterior do texto e, por essa razão, não seria uma subordinada prototípica, nos termos de Evans (2007), mas sim um caso de extensão funcional, conforme proposta de Mithun (2008).

Hirata-Vale (2020) dá prosseguimento ao estudo de subordinadas completivas, com foco, desta vez, nas subjetivas-modais, por meio das quais o falante manifesta sua atitude subjetiva em relação à proposição. Novamente, os *corpora* utilizados são de língua falada e a análise é sincrônica. A linguista chama essas subordinadas de *construções completivas subordinadas* (CCI) e afirma que, quanto ao aspecto formal, elas são marcadas com o modo subjuntivo, têm natureza exclamativa ou optativa/hortativa e seus sujeitos são de terceira pessoa do singular ou plural. Alega, ainda, que as CCI resultam do processo de extensão funcional e, por essa razão, expressam relações que extrapolam o nível da oração, devendo, por isso, ser avaliadas apenas discursivamente.

A abordagem utilizada por Hirata-Vale (2020) é construcional-interacional, com base, sobretudo, em Sansiñena (2015) e Gras (2016). Nessa perspectiva, são levados em conta os aspectos subjetivos e intersubjetivos das construções analisadas, visando a observar o papel que elas desempenham nas interações verbais. O exemplo a seguir é mostrado por Hirata-Vale (2020, p. 307) para ilustrar um caso de subordinada subjetiva-modal. Os grifos são da autora:

- (15) [...] mas já que estamos nos casando de verdade e oficialmente, *que venham as alianças!*
Mas que venham em ouro branco... porque alianças tudo bem, mas douradas já é demais! (CdP)

De acordo com a linguista, em (15), o modo subjuntivo contribui para uma avaliação subjetiva-modal da subordinada destacada, uma vez que indica um desejo, por parte do falante, de que a situação apresentada se concretize: *que venham as alianças!* Para Hirata-Vale (2020), em português brasileiro, as construções completivas subordinadas

resultam da extensão funcional do domínio de atuação da conjunção integrante, que passa a desempenhar funções para além do nível da cláusula. Em razão disso, segundo afirma, essa conjunção deixa de atuar como um “subordinador” e adquire outras funções, de cunho discursivo.

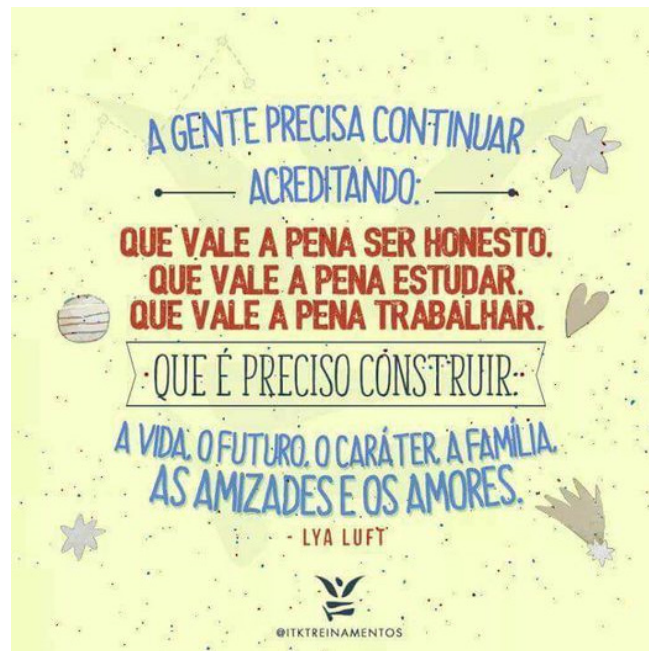
Ao analisar o uso independente de cláusulas formalmente subordinadas, Rodrigues (2021) propõe uma distinção entre *desgarramento* e insubordinação. O termo *desgarramento* foi cunhado por Decat (1999, 2011) para designar estruturas que, apesar de classificadas como subordinadas e dependentes pela Gramática Tradicional, são usadas, tanto na linguagem oral como na linguagem escrita, de maneira “solta”, isolada, constituindo, portanto, um enunciado independente.

Para Decat (2011), as cláusulas desgarradas consistem em uma unidade informacional, ou *idea unit*, conforme concepção de Chafe (1980). Uma unidade de informação, na visão de Chafe (1980), corresponde a um “jato de linguagem” que carrega em si toda a informação que pode ser “manipulada” pelo falante em um único foco ou estado de consciência.

As cláusulas mais propícias ao desgarramento são, segundo Decat (2011), as adverbiais e as relativas apositivas, já que essas, por não serem argumento de um item lexical, não estão estruturalmente integradas à cláusula matriz. Por outro lado, consoante a linguista, as completivas estão fortemente vinculadas à matriz e formam, junto com essa, uma unidade informacional. Desse modo, como alega Decat (2011), as completivas somente se “desgarram” se estiverem em sequenciação parafrástica, ou seja, se uma estrutura sintática idêntica já tiver sido usada de modo “encaixado” anteriormente, no mesmo texto. O exemplo a seguir ilustra o que, para Decat (2011), seria um caso de desgarramento de completivas em sequência parafrástica:

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

Figura 3. Post com exemplo de completivas *desgarradas*



Fonte: *Corpus* de pesquisa das autoras.

Com base em Decat (1999, 2011), Rodrigues (2021) ratifica que, em português brasileiro, há cláusulas circunstanciais *desgarradas* e relativas apositivas *desgarradas*. Especificamente no que se refere às completivas, no entanto, Rodrigues (2021) as distingue em completivas *desgarradas* – subdivididas¹² em contextuais, cotextuais e inerentemente pragmáticas –, completivas não *desgarradas* e completivas *insubordinadas*. A linguista, portanto, amplia a classificação de Decat (1999, 2011), ao mesmo tempo em que diferencia *desgarramento* e *insubordinação* em suas análises. Rodrigues (2021, p. 63) denomina *desgarradas* as completivas que vêm acompanhadas de algum material linguístico recuperável no discurso adjacente, como ilustra o exemplo a seguir:

12 Por uma questão de espaço, a classificação proposta por Rodrigues (2021) para as cláusulas *desgarradas* não será tratada aqui. Para mais detalhes, consulte Rodrigues (2019) e, também, Rodrigues (2021).

Figura 4. Post com exemplo de completiva *desgarrada*



Fonte: Rodrigues (2021, p. 63).

A linguista explica que, neste exemplo, a desgarrada *Que a sua noite seja tranquila e abençoada... relaciona-se ao SV permita, do qual se separa por meio de reticências*. Por sua vez, Rodrigues (2021, p. 62) considera como insubordinadas as completivas que ocorrem sem a presença de material linguístico precedente, conforme demonstra o exemplo a seguir:

Figura 5. Post com exemplo de completiva insubordinada



Fonte: Rodrigues (2021, p. 62).

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

A estudiosa explica que, nesse exemplo, a insubordinada “Que dezembro venha com toda sua mágica...” expressa o desejo do escrevente, ainda que a cláusula não venha precedida de material linguístico indicativo desse desejo. A completiva insubordinada, segundo Rodrigues (2021), funciona como unidade informacional e, geralmente, é composta de sete a nove palavras. Sua interpretação, como afirma, é feita inferencialmente, baseada no conhecimento de mundo dos falantes na situação comunicativa. No que tange aos aspectos formais das completivas insubordinadas, Rodrigues (2021) declara que elas podem ser representadas por QUE + SN + Subjuntivo, como é possível constatar no último exemplo citado.

A análise de Rodrigues (2021) é sincrônica e seu *corpus* é constituído, sobretudo, por postagens coletadas no Facebook. Como se observa, os estudos a respeito da insubordinação ainda são incipientes no Brasil e, assim como também acontece com linguistas de outras partes do mundo, muitas ainda são as questões a serem observadas e analisadas pelos pesquisadores que têm se debruçado sobre o fenômeno no país.

Insubordinação: uma proposta de análise a partir do desengajamento clausal

O quadro teórico apresentado permite-nos evidenciar a importância do cotexto e contexto de uso das cláusulas desgarradas e insubordinadas em situações comunicativas as mais diversas. Além disso, possibilita, ainda, que se repense a própria natureza da independência, autonomia das estruturas desgarradas e insubordinadas – se semântica, pragmática, prosódica.

No que se refere especificamente às insubordinadas, foco deste artigo, conforme visto, estas podem se originar de diferentes contextos. Como visto também, a maioria dos trabalhos incide sobre a modalidade falada, o que não é o nosso caso. Isso dificulta ainda mais a aplicação dos aspectos teóricos arrolados, principalmente se considerarmos que estamos levando em conta dados de língua escrita das redes sociais, que tem suas especificidades.

A proposta de desengajamento clausal de Cristofaro (2016), que não adota a elipse, como Evans (2007), mas a relação da insubordinada com todo um trecho do discurso ou um tópico discursivo geral, ajuda bastante a explicar estruturas que ficariam sem análise na língua escrita. Num sentido específico, quando se fala de desengajamento clausal na língua falada, pressupõem-se atos de falas diferentes e, na língua escrita, encontramos uma correspondência com sequências dialógicas em textos narrativos, como é o caso

dos roteiros de cinema¹³. Nos fragmentos de texto a seguir, destacam-se, respectivamente, duas insubordinadas circunstanciais – uma final introduzida por *para* e uma comparativa introduzida por *como*.

- (16) MARGHERIT: Você pode andar mais devagar?
 ROBERTO CARLOS: Pra quê?
 MARGHERIT: **Para conversar um pouco mais...**
 Roberto continua andando rápido.
 (*O contador de histórias* – 2009)

- (17) ANA (AINDA PROCURANDO-O COM O OLHAR): Ele queria; só não queria mostrar que queria; os gatos são assim...
 MARTÍN: **Como você.**
 ANA: Como eu, não! **Como você...**
 (*Jogo Subterrâneo* – 2010)

As insubordinadas destacadas em (16) e (17) colaboram para complementar o discurso de um personagem em relação ao do outro, simulando uma situação comunicativa próxima à de uma conversação, embora seja um texto escrito. Nisso não há nenhuma novidade, o que chama atenção são as relações semânticas e os conectores usados para indicá-las. Tal surpresa deve-se ao fato de, nos trabalhos revisitados sobre insubordinação, mencionarem-se mais frequentemente *se* condicional e *que* completivo.

Como se percebe, essa análise baseia-se numa estrutura diádica. Adaptando-se essa ideia para a linguagem das redes sociais e partindo do pressuposto de que todo texto falado ou escrito pressupõe dialogismo, na postagem a seguir, mesmo não havendo uma estrutura prototípica de diálogo, como visto antes nos fragmentos de roteiros, se estabelece um diálogo entre o escrevente e o leitor da postagem. A insubordinada circunstancial introduzida por *quando*, manifestando a relação semântica de simultaneidade, permite uma análise em que se pressupõe um diálogo entre a imagem, isto é, a linguagem não verbal, e a insubordinada, linguagem verbal, ou seja, contexto e cotexto. As várias semioses envolvidas na postagem colaboram para o estabelecimento de sentidos por parte do escrevente e do leitor.

¹³ Sobre os usos de desgarradas no *corpus* roteiros de cinema, consultem-se os trabalhos de Silvestre e Rodrigues (2014), Rodrigues e Fontes (2018) e Rodrigues e Silvestre (2019).

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

Figura 6. *Post* com exemplo de circunstancial insubordinada

Quando a fofoca vem com print



Fonte: *Corpus* de pesquisa das autoras.

Usos como esses ficariam sem análise, caso não adotássemos o fenômeno da insubordinação e, ainda, se não adaptássemos a noção de desengajamento clausal para a língua escrita das redes sociais. Pelos resultados preliminares de nossas análises, tudo indica que esse uso tem estreita ligação com o gênero *meme* (cf. CAVALCANTE; RODRIGUES, 2018; RODRIGUES; FONSECA, 2019).

Considerações finais

As pesquisas a respeito da insubordinação trazem à tona uma nova questão relativa à articulação de cláusulas à medida em que demonstram que as cláusulas subordinadas, fortemente encaixadas em suas principais, estão também sujeitas a percorrer um caminho contrário e a se tornarem sintática e semanticamente independentes. Relativamente aos estudos mostrados neste artigo, o objetivo era traçar as linhas gerais de cada um deles, de modo a apresentar o fenômeno ao leitor iniciante no tema. Desse modo, foram priorizados as explicações e os exemplos, em detrimento da exposição de um número maior de autores.

Adicionalmente, também propusemos uma análise das insubordinadas a partir da proposta de *desengajamento clausal* de Cristofaro (2016), abordagem ainda inédita em português brasileiro. Essa análise faz parte de uma pesquisa, em curso, realizada pelas autoras, mas que tem trazido resultados interessantes a respeito do tema.

No entanto, é importante deixar claro que ainda há muitos esclarecimentos a serem feitos acerca da insubordinação. Ao que tudo indica, como afirma Cristofaro (2016), ela parece ser resultado de vários mecanismos distintos e que não se relacionam

exclusivamente a esse fenômeno, como é o caso da reanálise, da extensão e da própria elipse.

Em português brasileiro, é necessário, também, realizar uma investigação diacrônica, a fim de atestar as origens desses usos. Além disso, uma análise prosódica¹⁴ permitiria perceber com mais clareza o grau de (in)dependência sintática das cláusulas insubordinadas, já que na fala não há o suporte material dos sinais de pontuação. Do mesmo modo, também se pode averiguar a ocorrência do fenômeno na escrita e se determinado gênero textual favorece ou não o uso da insubordinação.

Como se nota, há um vasto campo de exame disponível sobre o tema e muitas respostas a serem dadas por pesquisas futuras. Espera-se que este artigo contribua para instigar novas investigações.

Referências

BUSCHA, L. A. Isolierte Nebensätze im dialogischen text. **Deutsch als Fremdsprache**, v. 13, p. 274–279, 1976.

BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

CAVALCANTE, S. A. de S.; RODRIGUES, V. V.; COAN, M. Sintaxe: articulação de orações. *In*: LIMA, A. H. V.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. de S. (org.). **Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer**. v. 3. São Paulo: Pimenta Cultural, 20203.

CRISTOFARO, S. Routes to insubordination: a cross-linguistic perspective. *In*: EVANS, N.; WATANABE, H. (ed.). **Insubordination**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 393-422.

DECAT, M. B. N. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**: Campinas: Pontes Editores, 2011.

¹⁴ Em relação ao *desgarramento*, análises prosódicas foram feitas por Silvestre e Rodrigues (2017), por Rodrigues e Silvestre (2019) e por Rodrigues e Mallmann (2020).

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta** (Linguística e Filologia), Belo Horizonte: PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

D’HETERFELT, S. **Insubordination in Germanic**: A typology of complement and conditional constructions. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2018.

EVANS, N. Insubordination and its uses. *In*: NIKOLAEVA, I. (ed.). **Finiteness**: Theoretical and Empirical Foundations. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

EVANS, N.; WATANABE, H. The dynamics of insubordination: An overview. *In*: EVANS, N.; WATANABE, H. (ed.). **Insubordination**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 5-35.

GRAS, P. Revisiting the functional typology of insubordination: Insubordinate *que*- constructions in Spanish. *In*: EVANS, N.; WATANABE, H. (ed.). **Dynamics of insubordination**. Amsterdam: Benjamins, 2016. p. 113-144.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. On insubordination and cooptation. *In*: EVANS, N.; WATANABE, H. (ed.). **Insubordination**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 39-64.

HIRATA-VALE, F. B. de M.; OLIVEIRA, T. P. de; SILVA, C. F. da. Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise. *In*: **Odisseia**, Natal, v. 2, n. esp., p. 25-41, 2017.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MITHUN, M. Sources and mechanisms. *In*: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (ed.). **Insubordination**: Theoretical and empirical issues. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. p. 29-54.

MITHUN, M. Shifting finiteness in nominalization: From definitization to refinitization. *In*: CHAMOREAU, C.; ESTRADA-FERNÁNDEZ, Z. (ed.). **Finiteness and Nominalization**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 297-321.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentences. **Language**, v. 84, n. 1, p. 69-119, 2008.

RODRIGUES, V. V. **Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?** São Paulo: Blucher, 2021.

RODRIGUES, V. V. O *desgarramento* de orações completivas no Facebook. In: II SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES. **Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações**. Niterói: Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense, 2019. v. 1, p. 93-112.

RODRIGUES, V. V.; SILVESTRE, A. P. dos S. Desgarramento de cláusulas hipotáticas: interface sintaxe-prosódia. In: FERRAZ, D.; TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P. da. (org.). **Estudos linguísticos: perspectivas interdisciplinares**. Vitória: EdUFES, 2019.

RODRIGUES, V. V.; MALLMANN, A. C. L. G. Orações completivas e completivas desgarradas: comportamento prosódico. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 39, p. 44-55, 2020.

RODRIGUES, V. V.; FONTES, A. M. O desgarramento de orações adverbiais nos roteiros de cinema. In: COELHO, F. A. C.; SILVA, J. E. do N.; CONFORTE, A. N. (org.). **Descrição e ensino de Língua Portuguesa: temas contemporâneos**. v. 6. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018. p. 615-629.

SILVESTRE, R. de C. P. E.; RODRIGUES, V. V. Cláusulas com *para* e sua multifuncionalidade. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 93-106, ago./dez. 2017.

SANSIÑENA, M. S. P. **The multiple functional load of *que*: an interactional approach to insubordinate complement clauses in Spanish**. 2015. PhD Thesis. Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 2015.

SILVESTRE, A. P. dos S.; RODRIGUES, V. V. O desgarramento de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: XXV Jornada Nacional do Gelne, 2014, Natal – RN. **Anais da XXV Jornada Nacional do Gelne**. v. 1. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN, 2014. p. 1-11.

- | Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas

COMO CITAR ESTE ARTIGO: BARONI, Gabriela do Couto; RODRIGUES, Violeta Virginia. Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des) articulação de cláusulas. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 285-310, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 25/06/2021 | Aceito em: 01/09/2021.

ALTERNÂNCIA DE ESTILO EM ENTREVISTAS SOCIOLINGUÍSTICAS: UMA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA ÁRVORE DE DECISÃO LABOVIANA

Elisa BATTISTI¹

Bruna Silva dos SANTOS²

Rodrigo Lerner GUTTERRES³

Thomaz Torres TEIXEIRA⁴

Victória Goulart CUNHA⁵

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3152>

Resumo: Este artigo discute os critérios de identificação de estilos contextuais previstos pela Árvore de Decisão (LABOV, 2001) e aplica-os a transcrições de entrevistas sociolinguísticas. Retomam-se os critérios da Árvore de Decisão, um dispositivo metodológico usado para investigar variação linguística intrafalante e alternância estilística em entrevistas sociolinguísticas, e revisam-se propostas de outros estudiosos acerca do dispositivo (BAUGH, 2001; SCHILLING-ESTES, 2004, 2007; GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014; FREITAG, 2014; DANTAS; GIBBON, 2014). O objetivo do artigo é demonstrar os desafios de identificar estilos contextuais e efetuar a anotação da trilha Estilo em transcrições de entrevistas do acervo LínguaPOA (2015-2019). Mostra-se que algumas limitações dos critérios da Árvore de Decisão, decorrentes da concepção laboviana de alternância estilística como resultado de graus distintos de atenção prestada à fala, podem ser superados considerando-se elementos da interação entre informante e pesquisador na entrevista sociolinguística.

Palavra-chave: Árvore de Decisão. Alternância de estilo. Entrevistas sociolinguísticas. Variação linguística intrafalante. LínguaPOA.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; battisti.elisa@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-6701-4218>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; brunacortezi.bc@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-5719-6871>

3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; digolerner2@gmail.com, <http://orcid.org/0000-0002-5421-486X>

4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; thomaztt1@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-8141-5608>

5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; victoriagcunha@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-0335-646X>

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

STYLE-SHIFTING IN SOCIOLINGUISTIC INTERVIEWS: AN APPLICATION OF THE CRITERIA OF THE LABOVIAN DECISION TREE

Abstract: This paper discusses the criteria for identifying contextual styles provided by the Decision Tree (LABOV, 2001) and applies them to transcripts of sociolinguistic interviews. The Decision Tree, a methodological device used to investigate intra-speaker linguistic variation and stylistic alternation in sociolinguistic interviews, is approached in the paper along with proposals from other scholars about the device (BAUGH, 2001; SCHILLING-ESTES, 2004, 2007; GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014; FREITAG, 2014; DANTAS; GIBBON, 2014). The objective of the paper is to demonstrate the challenges of applying the criteria to the annotation of the Style tier in transcripts of interviews from the *LinguaPOA* corpus (2015-2019). The paper shows that some limitations of the Decision Tree criteria, arising from the Labovian conception of style-shifting as the result of different degrees of attention paid to speech, can be overcome by considering elements of the interaction between informant and researcher in the sociolinguistic interview.

Keywords: Decision Tree. Style-shifting. Sociolinguistic interviews. Intra-speaker variation. *LinguaPOA*.

Introdução

Este artigo trata do desafio de identificar estilos contextuais de fala em entrevistas sociolinguísticas. Tais entrevistas são o procedimento clássico de coleta de dados da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008)⁶. Embora as entrevistas sociolinguísticas labovianas contemplem fala pública – gravada, enunciada como resposta a perguntas feitas por um pesquisador desconhecido – e, por essa razão, produzam fala distinta da vernacular ou casual, organizam-se em subseções cujas perguntas buscam eliciar, do informante, uma gama de estilos de fala diferenciados, sendo que ao menos um deles

6 A Sociolinguística Variacionista estuda a variação e a mudança linguística. Com base em Weinreich, Labov e Herzog (2006), Labov (2008), essa linha de investigação analisa a correlação de variáveis observadas na fala – como, em português, a alternância entre nós::a gente na expressão de primeira pessoal de plural, ou entre forma ditongada e não ditongada (vocês::você) de vogais tônicas em sílabas fechadas por /s/ – com condicionadores linguísticos e sociais. Os condicionadores linguísticos dizem respeito aos níveis da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe – e os condicionadores sociais, à organização da comunidade de fala nos diferentes estratos que a compõem: idade, escolaridade, sexo/gênero, entre outras macrocategorias.

fica o mais próximo possível da fala casual ou não monitorada⁷. Tal organização baseia-se na ideia de que a alternância de estilos ao longo da entrevista e a consequente produção de variação linguística intrafalante são condicionadas, basicamente, pelo grau de atenção que o informante presta às formas da fala, não a seu conteúdo: quanto mais monitorada a fala, maior a ocorrência de variantes conformes à linguagem padrão⁸; quanto menos monitorada, maior a ocorrência de variantes vernaculares, eventualmente distantes da linguagem padrão.

Esse arranjo dos contextos de alternância de estilos de fala em um *continuum* unidimensional, o “da atenção prestada à fala, com a fala casual numa extremidade do *continuum* e os pares mínimos na outra” (LABOV, 2008, p. 126), possibilita, como Labov desejava, segmentar trechos da entrevista sociolinguística e quantificar a atenção prestada à fala. No entanto, não esclarece integralmente as motivações da alternância estilística, tanto nas entrevistas sociolinguísticas quanto nos usos da linguagem em geral. Isso se deve, segundo Milroy e Gordon (2003), ao fato de a atenção prestada à fala ser apenas uma das dimensões em que se encontram motivações para a alternância de estilos de fala. É uma das reações possíveis dos falantes à situação social. Outra reação à situação social tem a ver, segundo Bell (2001), com as pessoas com quem se fala, isto é, com a audiência: as pessoas alternam estilos de fala como resposta às expectativas de seus interlocutores. Além disso, a alternância estilística pode resultar, segundo Milroy e Gordon (2003), do empenho dos falantes para, na fala situada, construir *personae* e projetar posicionamentos via indexação de significados sociais, como mostram os estudos de Eckert (2000) e Coupland (2007). Ou seja, a alternância de estilos de fala encontra motivações em diferentes dimensões dos usos da linguagem.

Vale destacar, também, que, nos trechos de fala mais monitorada na entrevista, o informante nem sempre fará uso de variantes conformes à linguagem padrão, assim como,

7 Em *The social stratification of English in New York City* (1966), estudo pioneiro de Labov sobre variação fonológica no inglês de nova-iorquinos, conforme o relatado nos capítulos 3 e 4 de Labov (2008), o autor constatou variação sistemática em estilos e contextos diferentes para as cinco variáveis linguísticas que ele investigou. Labov distinguiu cinco contextos possíveis de alternância estilística nas entrevistas: o contexto A, de fala casual ou não monitorada: fala com o entrevistador antes da entrevista propriamente dita, fala com terceiros, parlendas e rimas infantis, fala que não responde diretamente às perguntas do entrevistador. Os demais são de fala cuidada ou monitorada: o contexto B, de fala na situação de entrevista, o contexto C, de leitura em voz alta de textos, o contexto D, de leitura em voz alta de listas de palavras e de pares mínimos distintivos. O estudo de Labov em Nova Iorque confirmou o incremento na proporção de uso de variantes mais prestigiadas, conformes à linguagem padrão – por exemplo a realização de /r/ em coda silábica na variável (r) – com o aumento da atenção prestada à fala.

8 Denominamos linguagem padrão os usos linguísticos que mais se aproximam da norma-padrão, entendida, conforme Preti (2000), Bagno, (2003, 2007), Faraco (2008), como um modelo de língua, um conjunto de regras que orienta usos de linguagem, mas que não corresponde a manifestações linguísticas de fato observadas, sejam elas faladas ou escritas.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

ao falar casualmente, nem sempre usará apenas variantes não-padrão. Por exemplo, Schilling-Estes (2007) observa, na entrevista sociolinguística de Felícia, uma informante afro-americana de uma comunidade rural da Carolina do Norte, que, nos contextos de fala casual Narrativa e Tangente⁹, não há apenas um padrão de fala. Felícia articula variáveis peculiares à fala vernacular em inglês negro americano com variáveis conformes ao inglês padrão, a depender de aspectos relevantes ao desenrolar da interação na entrevista, como o tópico sobre que se fala, o controle conversacional, ou até mesmo a incorporação da fala de outras pessoas em trechos de fala reportada.

O presente artigo segue Schilling-Estes (2007) e considera que as entrevistas sociolinguísticas são uma fonte valiosa de estilos de fala, bem como de informações sobre as motivações para sua alternância. Como propõe a autora, assume-se uma concepção multidimensional da alternância estilística, admitindo-se que há sempre algum grau de performatividade em todos os estilos de fala e reconhecendo-se que, especialmente nas entrevistas sociolinguísticas, os estilos de fala possam ser autoconscientes (do inglês *self-conscious styles*). Acreditamos que o estudo sistemático da alternância estilística tenha papel fundamental no empreendimento sociolinguístico, por explorar a ligação entre indivíduo e comunidade e por lançar luz à avaliação das identidades sociais dos falantes e dos significados sociais das variáveis, o que pode fornecer respostas ao problema da implementação da variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

O artigo relata e discute a aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana à identificação de contextos de alternância estilística em entrevistas sociolinguísticas do LínguaPOA (2015-2019)¹⁰. Esses critérios são o ponto de partida para o registro, na trilha Estilo das transcrições em ELAN¹¹ das entrevistas, dos trechos de fala nos diferentes tipos

9 Narrativa e Tangente são dois dos oito contextos em que se pode verificar alternância de estilo (entre fala casual e fala cuidada) em entrevistas sociolinguísticas conforme a Árvore de Decisão de Labov (2001), de que se tratará na seção a seguir.

10 O LínguaPOA é um banco de dados de fala. Contém uma amostra da variedade de português brasileiro de Porto Alegre, registrada nos áudios de 103 entrevistas sociolinguísticas de informantes porto-alegrenses, mais as transcrições dessas entrevistas e os documentos referentes a cada informante – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Ficha de Entrevista, Questionário Econômico. Resultou do projeto de pesquisa *Variação fonético-fonológica e classe social na comunidade de fala de Porto Alegre, do* (PPGLetras-UFRGS/CNPq) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, parecer n° 991.732 de 19/03/2015. As 103 entrevistas são estratificadas em (a) quatro zonas: Centro (Central), Norte, Sul, Leste; (b) dois bairros por zona: renda alta e renda baixa (por renda domiciliar média mensal em salários mínimos); (c) três grupos etários: 20-39 anos, 40-59 anos, 60 ou mais anos; (d) três níveis de escolaridade: fundamental, médio, superior; (e) dois gêneros: masculino e feminino. As 103 entrevistas atendem a todos os critérios de estratificação nos níveis médio e superior de escolaridade, mas não no fundamental.

11 ELAN é um programa computacional (disponível em <https://archive.mpi.nl/tla/elan>, acesso em 07/07/2021) para anotação de arquivos de áudio e vídeo. A anotação é feita em trilhas com diferentes funções. Além das trilhas sugeridas por Oushiro (2014) para pesquisas sociolinguísticas – uma trilha para cada participante da gravação, uma trilha para dados contextuais e uma trilha para identificar partes do roteiro de entrevista – as transcrições das entrevistas sociolinguísticas do LínguaPOA (2015-2019) contam com a trilha Estilo, para registro dos diferentes estilos contextuais de fala.

de estilos contextuais. O objetivo do artigo é o de oferecer a outros pesquisadores, especialmente àqueles envolvidos na constituição e manutenção de bancos de dados de fala com entrevistas sociolinguísticas, subsídios para incluir, na transcrição das entrevistas, informações sobre estilos contextuais. A anotação do *corpus* para estilos contextuais permite o tratamento de grandes quantidades de texto rapidamente (BERBER SARDINHA, 2004) e atende à necessidade apontada por autores como Miller e Biber (2015) de aumentar a representatividade interna do *corpus*, dando-se atenção a aspectos que viabilizem descrições confiáveis da variação linguística.

O artigo parte de uma breve apresentação da Árvore de Decisão laboviana e de uma revisão de literatura a respeito da Árvore, com sugestões de desenvolvimentos desse dispositivo. Em seguida, discute-se a complexidade de usar os critérios da Árvore na identificação de contextos de alternância estilística nas entrevistas do LínguaPOA, não só em função da unidimensionalidade da perspectiva estilística laboviana, mas também em razão das diferenças na estruturação das entrevistas desse acervo em relação à organização das entrevistas utilizadas por Labov e colaboradores ao proporem a Árvore. Por fim, apresentamos diretrizes para a utilização desses critérios, ilustrando-as com excertos de entrevistas do LínguaPOA.

A Árvore de Decisão laboviana

Após o estudo pioneiro dos estilos contextuais (ver nota 2), Labov, juntamente com seus alunos da Universidade da Pensilvânia, refinou as categorias contextuais com base na análise de entrevistas de mais de 180 informantes da Filadélfia. Chegou a um conjunto de critérios para identificar estilos de fala em entrevistas sociolinguísticas, reunidos em um dispositivo que ele denomina Árvore de Decisão (LABOV, 2001).

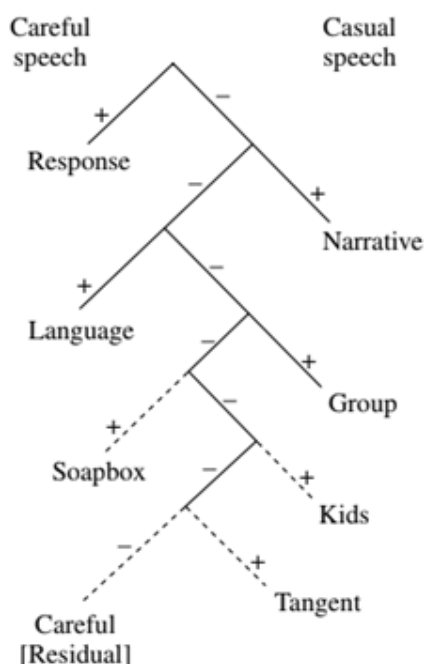
A Árvore de Decisão (Figura 1) organiza-se nos eixos da fala casual e da fala cuidada e os critérios são neles dispostos conforme uma escala de objetividade. Visa à segmentação e análise da fala na entrevista sociolinguística, para identificar especialmente os trechos de fala espontânea ou não monitorada produzidos pelo informante. Para isso, a Árvore conta com quatro nós no eixo de fala monitorada¹² (*Careful speech*) – Resposta, Língua, *Soapbox* e Residual – e quatro nós no eixo de fala espontânea ou casual (*Casual speech*) – Narrativa, Grupo, Infância e Tangente. Os quatro critérios da parte de cima da árvore são mais objetivos, “de modo que as primeiras quatro decisões possam ser feitas com o mais alto grau de confiabilidade.” (LABOV, 2001, p. 89, tradução nossa¹³).

12 Optamos por usar o termo “monitorada” no lugar de “cuidada” em função de a Árvore de Decisão reunir critérios referentes à atenção prestada à fala, isto é, ao seu monitoramento.

13 No original: “so that the first four decisions can be made with the highest degree of reliability.”

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

Figura 1. Árvore de Decisão



Fonte: Labov (2001, p. 94).

O nó Resposta, o primeiro da Árvore de Decisão, situa-se à sua esquerda, onde estão os estilos de fala monitorada. Nas entrevistas, Resposta é o trecho de fala do informante imediatamente seguinte à pergunta do entrevistador. Pode ser o primeiro trecho de outros nós contextuais: Narrativa, Tangente etc., o que é um primeiro desafio à identificação de estilos contextuais. Outro desafio é o fato de que, muitas vezes, o entrevistador coopera com o informante, produzindo *feedbacks* ou ecos ao longo da entrevista, sequências voltadas a orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção, conforme Marcuschi (2003), o que parece não ter efeito sobre o estilo de fala do informante. De acordo com Valle e Görski (2014), a diferenciação entre *feedbacks* (*Nossa, como assim?*) e ecos (*D: Com quem tu trabalha? S: Com quem eu trabalho?*), de um lado, e respostas de outro, é bastante difícil, especialmente no caso de repetições por parte do informante da última fala do entrevistador: “a parte repetida deve ser considerada resposta ou deve ser entendida como *feedback* ou eco? A entonação interfere nessa decisão – se for semelhante, é eco; se for diferente, é resposta?” (VALLE; GÖRSKI, 2014, p. 108).

Outro desafio na identificação de estilos contextuais em relação à Resposta são comentários do entrevistador em meio à fala do informante, sejam eles uma pergunta sobre o assunto, sejam apenas comentários avaliativos. O problema é: nesses casos, deve-

se segmentar o trecho de fala do informante imediatamente seguinte à fala do entrevistador como Resposta, para então voltar à segmentação anterior (Narrativa, Tangente, Residual etc.)?

A Narrativa, segundo nó da árvore, situado à sua direita, no eixo de fala casual, acolhe narrativas pessoais dramatizadas ao longo da entrevista. Dentre os estilos de fala em entrevistas sociolinguísticas, é o mais casual possível. No entanto, como aponta Labov (2001), obter narrativas pessoais em entrevistas sociolinguísticas é bastante complicado devido ao *Paradoxo do Observador*¹⁴. Por conta disso, o entrevistador precisa usar certas estratégias que permitam uma queda no nível de formalidade da entrevista, buscando promover uma conversa em que o vernáculo possa surgir. De acordo com Dantas e Gibbon (2014, p. 149):

[...] o estímulo às narrativas [...] representa uma estratégia para que o falante, ainda que esteja em situação de entrevista, desenvolva um estilo casual, isto é, uma forma de falar com menos audiomonиторamento que se aproxime, em alguma medida, do estilo vernacular, o estilo referencial do estudo variacionista laboviano.

Vencendo-se o desafio de obter narrativas, surgem questões referentes à sua natureza. Nem sempre o informante-narrador é o protagonista das narrativas, isto é, nem sempre as narrativas são de experiência pessoal. As narrativas nas entrevistas podem ser vicárias: o informante narra fatos acontecidos com outras pessoas. Além disso, observam-se nas entrevistas o que se poderia denominar pseudonarrativas: relatos breves que não narram um evento por completo. Seguindo-se a configuração binária da Árvore (nos eixos fala casual, fala monitorada) e a definição laboviana do contexto Narrativa, o que fazer com as narrativas vicárias e as pseudonarrativas? Outra questão é a de que nem sempre as narrativas de experiência pessoal implicam o envolvimento emocional do informante e o menor monitoramento da fala. Por outro lado, há pseudonarrativas e narrativas vicárias que despertam o envolvimento emocional do entrevistado, podendo, portanto, instanciar fala casual.

O terceiro nó é o Língua, um contexto de fala monitorada. Refere-se a “questões sobre gramática, o posicionamento em relação a Filadélfia, o dialeto da cidade, e a língua em geral, assim como a aplicação de pares mínimos.” (LABOV, 2001, p. 90, tradução

14 Labov (2008) assim enuncia o Paradoxo do Observador: “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática.” (LABOV, 2008, p. 244).

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

nossa¹⁵). Como veremos adiante, comentários sobre a linguagem levam naturalmente a um estilo de fala reflexivo e cuidado, razão pela qual o estilo contextual Língua não se apresenta como um grande desafio à identificação de estilos de fala.

O nó Grupo, quarto contexto da Árvore, abriga falas do informante com o entrevistador, fora da entrevista, ou com terceiros, presentes no local da entrevista. Equivale, na metodologia pioneira de Labov (2008), ao contexto A (ver nota 2). De modo geral, o uso desse critério não representa um desafio. Se eventualmente o informante conversa com terceiros, adota um estilo casual de fala, já que as entrevistas ocorrem em lugares familiares ao informante e nos quais transitam pessoas com quem ele tem alguma intimidade.

O quinto nó da Árvore é o *Soapbox*, situado do lado esquerdo, onde estão os estilos de fala monitorada. Caracteriza-se “por opiniões de cunho geral, não restritas ao contexto interlocutor-entrevistador, mas direcionadas a uma audiência maior. As principais características deste nó são a repetição e uma elevação no nível de intensidade (LABOV, 2001, p. 91, tradução nossa¹⁶).

Schilling-Estes (2007), talvez pela menção de Labov ao volume elevado e à retórica repetitiva desse tipo de fala, interpreta *Soapbox* como um estilo de fala em que se fazem fortes afirmações sobre, por exemplo, visões políticas, valores pessoais, familiares e culturais. O desafio na identificação do estilo contextual *Soapbox* concerne ao fato de que as opiniões nem sempre são gerais, tampouco são manifestadas com afirmações fortes. A esse respeito, Valle e Görski (2014, p. 109) observam que “[...] justamente nos contextos em que a informante expõe suas opiniões pessoais sobre temas de família e/ou polêmicos, ela mostra maior envolvimento com a temática, inclusive elevando seu tom de voz [...]”.

Esse descompasso entre opinião de cunho geral e opinião pessoal dificulta a segmentação de trechos *Soapbox*, o que pode levar o analista a anotá-los como Residual, sobrecarregando essa categoria de segmentação. Sente-se falta de um nó contextual para as opiniões pessoais na Árvore. No entanto, havendo esse nó, ele seria de fala casual ou monitorada? Levando-se em conta o observado por Valle e Görski (2014), opiniões pessoais poderiam ser situadas no eixo casual, desde que se verificasse o envolvimento emocional do informante e a presença de variáveis mais frequentes na fala casual.

15 No original: “questions about grammar, attitudes towards Philadelphia, Philadelphia dialect, and language in general, as well as minimal pairs.”

16 No original: “is characterized as an extended expression of generalized opinion, not spoken directly to the interviewer, but enunciated as if for a more general audience. The chief characteristics are an elevated volume level and a repetitive rhetoric.”

O sexto nó da Árvore, Infância, abriga “relatos sobre jogos, experiências de infância, e assim por diante. [...] Um adulto pode falar sobre a sua infância sob uma ótica madura, ou infantil. É o último ponto de vista que queremos separar como um componente da fala espontânea.” (LABOV, 2001, p. 91, tradução nossa¹⁷). Segundo Dantas e Gibbon (2014) e Valle e Görski (2014), esse nó poderia contemplar também as narrativas relacionadas à infância. O tempo e a perspectiva assumidos na fala, se da criança, pelo olhar infantil sobre a situação, distinguiriam Infância de Narrativa. Como veremos adiante, contudo, esse critério não soluciona por completo a distinção entre Infância e Narrativa, de um lado porque a própria Narrativa como estilo contextual desafia o analista na sua identificação, de outro porque a ótica madura e a ótica infantil podem mesclar-se em relatos sobre infância.

O sétimo nó da Árvore é o Tangente, de fala casual, referente a trechos em que o entrevistado produz “um corpo extenso de fala que desvia completamente do último tópico introduzido pelo entrevistador e representa um forte interesse do entrevistado” (LABOV, 2001, p. 92, tradução nossa¹⁸). Pela definição de Labov (2001), a identificação da fala tangente implica diferenciar trechos conduzidos ora pelo entrevistado, ora pelo entrevistador, distinguindo-se quem está no controle da interação. Assim, são tipicamente tangentes trechos que se afastam, em termos de temática, do tópico proposto pelo entrevistador e relacionam-se a atividades de fala inauguradas e desenvolvidas pelo próprio informante. Schilling-Estes (2007) afirma, entretanto, que, embora esperemos uma diminuição de monitoramento da fala quando o informante tangencia o tópico proposto pelo entrevistador, esse não é sempre o caso. Novamente com o exemplo da informante Felícia, a autora observa o uso predominante de variáveis peculiares ao inglês padrão quando a informante aborda, no tangenciamento, o tópico “educação em nível Superior e ingresso numa faculdade”. Esse tópico leva Felícia a usar variáveis mais frequentes na linguagem padrão para afirmar sua capacidade de ingressar numa universidade e cursar Ensino Superior.

O último nó da Árvore é o Residual, de fala cuidada, correspondente a trechos da entrevista que não se encaixam em nenhum dos demais nós. O pressuposto é o de que se não instanciam fala casual alocada nos quatro contextos casuais da Árvore (Narrativa, Grupo, Infância, Tangente), os trechos que tampouco sejam contextos de

17 No original: “[...] topics of kids’ games, kids’ experiences, and so on. [...] An adult can talk about children’s experience on this topic from an adult point of view, or from the kids’ point of view. It is the latter that we want to set aside as a component of the casual speech.”

18 No original: “an extended body of speech that deviates plainly from the last topic introduced by the interviewer, and represents the strong interest of the speaker”.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

Resposta, Língua e *Soapbox* devem ser alocados em Residual, isto é, em um eixo de fala cuidada por ocorrerem em uma entrevista. O contexto Residual é discutível por abarcar trechos de naturezas distintas, produzidos com diferentes graus de atenção à fala, e que eventualmente podem instanciar variáveis vernaculares. Em outras palavras, as entrevistas podem conter trechos segmentados como Residual pelas razões acima, mas que têm um estilo mais casual de fala, como é o caso de opiniões pessoais, narrativas não pessoais, entre outros.

A despeito das críticas¹⁹ recebidas pela Árvore e dos desafios para utilizá-la, os pesquisadores do LínguaPOA (2015-2019) vêm aplicando os critérios da Árvore na anotação da trilha Estilo nas transcrições das entrevistas. Entende-se que, se as entrevistas forem usadas para extrair dados na análise dos padrões de produção de diferentes variáveis linguísticas, a anotação na trilha Estilo poderá subsidiar o controle de mais uma variável previsora, Estilo Contextual, o que, por seu turno, auxiliará a esclarecer a variação linguística intrafalante.

Aplicação dos critérios da Árvore de Decisão a transcrições do LínguaPOA

A segmentação das transcrições do LínguaPOA (2015-2019) em diferentes estilos contextuais implicou examinar, inicialmente, o roteiro de entrevista do LínguaPOA, com o intuito de entender a natureza das perguntas e das possíveis respostas. O roteiro contém perguntas voltadas à produção de narrativas pessoais (*Já correte algum risco de vida? Se sim, qual? O que aconteceu? Se não, conheces alguém que já correu? O que houve?*), avaliações (*Como é o trânsito em Porto Alegre?*), descrições (*Há quanto tempo moras neste bairro/local? Gostas do lugar? Como era antigamente?*), opiniões para assuntos como política, violência urbana, uso de drogas, entre outros (*O que achas dos políticos brasileiros em geral? Tu achas Porto Alegre violenta? Na tua opinião, quais são as causas da violência? Qual é a tua opinião sobre a descriminalização do uso das drogas?*).

19 Entre as críticas aos critérios da Árvore de Decisão laboviana encontradas na literatura, está a de Baugh (2001), sobre a organização binária na Árvore (fala casual vs. fala cuidada). Para esse autor, cada ramo da Árvore deveria refletir uma tendência, não uma oposição, já que a mescla, não a separação de formalidade e informalidade aparecem frequentemente em entrevistas sociolinguísticas. Já para Eckert (2001), os estilos contextuais da Árvore de Decisão laboviana relacionam-se a subeventos das entrevistas sociolinguísticas de diferentes naturezas: o estilo contextual Resposta é definido com base em seu “lugar” na sequência da fala; os estilos Língua e Infância, com base em tópicos sobre que se fala; os estilos *Soapbox* e Narrativa, com base em gêneros discursivos; o estilo Grupo, com base na audiência. A diferente natureza dos subeventos torna desafiadora a tarefa de identificar alternância de estilos contextuais nas entrevistas sociolinguísticas. No entanto, como afirma Eckert (2001), a preocupação de Labov (2001) ao propor a Árvore não é a de definir estilo, mas a de identificar, arranjar e controlar subeventos de fala – que Labov (2001) considera estilos contextuais – associados à variação linguística nas entrevistas, razão de adotarmos os critérios da Árvore na anotação das entrevistas do LínguaPOA.

Eliciam-se respostas com opiniões genéricas e opiniões pessoais, para perguntas sobre, por exemplo, violência e política. Há perguntas sobre a infância e costumes antigos, como celebrações de Natal, Páscoa e aniversários, que tendem a ser respondidas pelos informantes com relatos no estilo contextual Infância. Esses dois contextos, Infância e *Soapbox*, localizam-se bem nas entrevistas do LínguaPOA a partir das perguntas. Contudo, há estilos contextuais que não são desencadeados por perguntas específicas. Por exemplo, as narrativas são produzidas ao longo de toda a entrevista, a qualquer momento. Como afirmamos acima, não há uma pergunta sobre língua no roteiro, e o estilo contextual Grupo é pouco frequente nas entrevistas do acervo.

Esse reconhecimento inicial das perguntas no roteiro permitiu construir alguns critérios de segmentação, o que contribuiu para minimizar discrepâncias na aplicação dos critérios da Árvore de Decisão pelos pesquisadores. Ilustram-se a seguir os desafios por eles enfrentados na aplicação dos critérios da Árvore e as estratégias usadas pela equipe para superá-los, partindo-se do primeiro nó da Árvore, do estilo contextual Resposta.

Em um primeiro momento, os pesquisadores registravam como Resposta todo o trecho que respondia diretamente à pergunta do entrevistador, o que poderia ser um trecho de fala bastante longo, contemplando inclusive outros estilos contextuais. Isso decorreu do fato de os informantes do LínguaPOA tenderem a contextualizar suas respostas com longos trechos de fala, correspondentes a pré-sequências, conforme Marcuschi (2003). Esse padrão de segmentação foi posteriormente revisado pelos pesquisadores. Decidiu-se seguir à risca o critério de Labov: segmentar como Resposta apenas o primeiro trecho imediatamente após a fala do entrevistador, o que compreende apenas o início das pré-sequências, quando elas ocorrem.

Nos excertos²⁰ (1) e (2) e todos os demais, os trechos anotados como Resposta estão sublinhados. O excerto (1) mostra a segmentação do estilo contextual Resposta inicialmente praticada pela equipe: o trecho que respondia à pergunta do entrevistador em sua íntegra. Já o excerto (2) ilustra a segmentação para Resposta posteriormente adotada pelos pesquisadores, seguindo-se exatamente a definição de Labov (2001).

20 A transcrição dos excertos apresentadas neste artigo não corresponde fielmente ao sistema de transcrição em ELAN das entrevistas do LínguaPOA. Esse sistema seguiu a orientação geral de Oushiro (2014, p. 130): dar preferência a “[...] um sistema mais simples de transcrição – por exemplo, sem o uso (ou abuso) de caracteres como dois pontos, chaves, parênteses, maiúsculas...”. Para o presente artigo, inspiramo-nos em parte nas normas de transcrição do NURC, disponíveis em obras como a de Hilgert (1997), por exemplo, para apresentar os excertos em um formato de texto passível de leitura por um público maior, não especialista.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

(1) **D:** Como é que tu escolheu essa área?

S: Ah, quando eu tinha::/ eu tava no colégio... eu tava no/ acho que no meu... se foi no terce(i)ro ano, eu tava em dúvida entre direito e jornalismo, porque sempre gostei muito de escrever, sempre tive muita facilidade, assim. E::/ só que eu achava, né/ eu tô falando como é que foi meu raciocínio na época, TÁ? Talvez não seja o que penso hoje, mas, na época, eu achava o jornalismo assim, não fútil, mas, tipo, que eu não poderia faze(r) a diferença, eu achava que no direito assim, aquela coisa meio de faze(r) justiça e tal..., essa foi o motivo da escolha (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf84)

(2) **D:** Como é que tu escolheu essa área?

S: Ah, quando eu tinha::/ eu tava no colégio... eu tava no/ acho que no meu... se foi no terce(i)ro ano, eu tava em dúvida entre direito e jornalismo, porque sempre gostei muito de escrever, sempre tive muita facilidade, assim. E::/ só que eu achava, né/ eu tô falando como é que foi meu raciocínio na época, TÁ? Talvez não seja o que penso hoje, mas, na época, eu achava o jornalismo assim, não fútil, mas, tipo, que eu não poderia faze(r) a diferença, eu achava que no direito assim, aquela coisa meio de faze(r) justiça e tal..., essa foi o motivo da escolha. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf84)

No excerto (1), é possível notar que a resposta fica longa porque o informante usa uma pré-sequência em sua contextualização. Mesmo que somente o conteúdo em itálico respondesse à pergunta, o trecho todo foi inicialmente segmentado como Resposta, pois entendeu-se que todo ele oferecia informações consideradas relevantes pelo informante para responder à pergunta. O excerto (2) mostra que, com a nova anotação, a maior parte da fala do informante cai no nó Residual, o que levanta a questão: em que parte da Árvore deveriam ficar os trechos cujo conteúdo responde a uma pergunta, mas não correspondem ao estilo contextual Resposta?

Na segmentação dos estilos contextuais nas transcrições do LínguaPOA, a equipe avalia pontualmente cada trecho segmentado como Resposta. Para tanto, leva em conta o desenrolar da interação entrevistador-informante. Por exemplo, se a pergunta do entrevistador interrompe a atividade de fala do informante, observa-se a reação do informante à interrupção: esse pode alinhar-se ao entrevistador, abandonando aquilo sobre o que falava para desenvolver temáticas introduzidas, na pergunta, pelo entrevistador; ou, após responder a pergunta de forma breve, o informante pode voltar à atividade e ao assunto sobre o qual falava antes da pergunta. No primeiro caso, o trecho inicial da fala do informante será anotado como Resposta; no segundo, será anotado conforme o estilo contextual que o informante vinha desenvolvendo antes da intervenção do pesquisador.

Sente-se falta na Árvore, portanto, de critérios que orientem a segmentação de trechos maiores de fala do informante na elaboração das respostas, mas não se encaixam em contextos da Árvore que não o Residual. Além disso, como afirmamos acima, os

critérios da Árvore não contemplam ecos e *feedbacks*, muito frequentes nas entrevistas sociolinguísticas e facilmente confundíveis com os trechos que deveriam ser segmentados como Resposta. Para o caso específico das entrevistas do LínguaPOA, decidiu-se alocar tais trechos no contexto Residual.

O excerto (3) traz, em itálico, um trecho no estilo Narrativa. Trata-se de um relato pessoal prolongado e dramatizado, de uma situação vivenciada na trajetória escolar do informante. Em meio à narrativa, o entrevistador faz um eco (em negrito), ajudando o informante a lembrar o nome da universidade em questão (UNISINOS). O eco ocorre em meio à Narrativa, razão pela qual se optou por segmentá-lo como Residual e, logo em seguida, manter a segmentação anterior, isto é, Narrativa.

- (3) **D:** *E:: na tua escola da época de infância, lembra de alguma situação? Gostava de ir na escola? Tinha amigos da escola? Como é que era?*

S: *Assim ó, o colégio Anchieta, eu estudei lá no Anchieta. E o Anchieta era pro pessoal pobre que não tinha condições de pagar, sabe? Toda a parte de baixo ali do Anchieta era o pessoal que não tinha condições de pagar, então ele era gratuito, ele era estadual né, assim né, digamos assim. E a parte lá de cima, que hoje é o ginásio, toda aquela parte de cima do Anchieta ali era pros ricos, era pra quem pagava, então nós/ todo mundo estudava ali na parte de baixo, mas o ensino ali era muito bom ali assim, era muito. Só que a professora que nós tínhamos, ela só botava no quadro assim/ as outras professoras de primeira à quarta série, quinta série, ensinavam mais, mas a MINHA professora não me ensinava, a minha professora só passava ã no pátio com nós o dia inteiro brincando na praça. Nós atravessava pro o(u)tro lado da rua, aonde é aquele esse que fizeram agora, aquele colégio novo ali, agora que fizeram*

D: A Unisinos

S: **A Unisinos, isso.** *Ali tinha um pátio grande, ali tinha uma praça, aí nós chegava na sala de aula, ela escrevia assim “o dia hoje está com sol, olha, vocês tão vendo escrevi isso aqui, tá, então tá, deixa o material de vocês guardado e vamos pro pa pra praça brinca(r)”, e a gente ia pra praça brinca(r), atravessava pro outro lado da rua, ia pra praça às cinco horas da tarde, a gente voltava e daí pegava nossas mochilinha e ia pra fila, tocava a campainha e a gente ia embora né. Então a gente não aprendeu até a quarta série, eu não aprendi nem le(r), nem escreve(r), nem nada, porque a professora só fazia isso, mas meus outros amigos, meus colega, minha prima, o pessoal que tava em outras salas aprenderam a escreve(r), e eu não aprendi. Daí o colégio ã fecho(u) essa parte ali que era pro pessoal pobre, a gente passou a estuda(r) lá na escola Bahia, que era próxima dali, mas daí eu tendo já na quarta série, eu tive que volta(r) pra primeira série, porque eu não tinha aprendido a le(r) nada, nem eu, nem meu irmão, nem uma outra prima que tava comigo também na mesma sala, também porque a professora não ensinava. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf10)*

A segmentação de trechos no estilo contextual Narrativa efetuada pela equipe LínguaPOA segue parcialmente o modelo laboviano. Para Labov (2001), o estilo corresponde apenas a narrativas pessoais dramatizadas. Já a opção da equipe foi segmentar trechos narrativos, pessoais ou não, no estilo contextual Narrativa quando evidenciassem envolvimento emocional, isto é, quando fossem dramatizados e tivessem uma extensão

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

relativamente longa, sem pausas ou hesitações. Seguindo-se Dantas e Gibbon (2014), decidiu-se não anotar como Narrativa os relatos curtos e não dramatizados, em que predomina a fala monitorada e que não correspondem à contação de uma história. Em sua maioria, essas pseudonarrativas apenas respondem a uma pergunta do entrevistador de forma um pouco mais detalhada. Já relatos vicários – longos e dramatizados, feitos em fala casual, muitas vezes surgidos pelo interesse do informante, mostrando tanto uma relevância tópica, quanto uma proximidade do informante com o protagonista da história – são segmentados como Narrativa. No excerto (4), em itálico, observamos um exemplo disso: a informante narra a escolha profissional e a trajetória acadêmica dos seus filhos.

(4) **D:** E os teus outros filhos fazem o quê?

S: *O meu mais ve/ esse é do meio, o meu mais velho também fez a mesma coisa, ele também é professor de educação física, só que os dois fizeram faculdade ju/ um/. Eles têm uma ano de diferen/ um ano e três meses de diferença, aí quando o mais velho fez vestibular, que ele era, assim, o meu mais velho assim ... sempre de boa, sempre vai da(r) tudo certo, nunca foi se/ nunca se preocupo(u) muito com as coisas assim, não é de inculca(r). Então ele di/ ele/ ele pego(u) e disse que:: que ia faze(r) vestibular, né, pra educação física. E não/ e nem estudo(u), co/ basicamente, e passo(u). Aí o o(u)tro, um ano depois, era a vez dele e ele não sa/ tava em dúvida. E aí ele disse “Ah, vou fazer educação física, se o Diego passo(u), eu passo também”, porque esse era mais preocupado ((risos)), né, e estudava mais. Daí “Se ele passo(u), eu passo também”, e passo(u). Aí eles fizeram praticamente juntos, porque o mais velho tava no primeiro semestre/ primeiro ano. Ele fez, ã, quartel né, o C.P.O.R. e o/ e aí ele rodo(u) em várias cadeiras, porque ele não conseguiu fazer tudo. Também não é/ não é de ficar, de studia(r) né, é aquela coisa fez, fazia men(a)s, né. Eles são muito assim o/ os dois de assisti(r) e aprende(r), eles/ eles/ eles memorizam só de ve(r), de/ né, não, ah, não são muito de fica(r) anotando e fica(r) lendo. E daí o/ aí ã/ aí ele foi se atrasando, e o outro começou a i(r), a, né, corre(r), corre(r) pra se formarem juntos e daí se formaram juntos. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf90)*

O estilo contextual Língua ocorre muito esporadicamente nas entrevistas do LínguaPOA, visto que não há uma seção específica no roteiro sobre o assunto, tampouco a leitura em voz alta de pares mínimos. Há apenas algumas manifestações espontâneas sobre a linguagem dos porto-alegrenses em todo o *corpus*, em respostas a perguntas sobre a relação dos entrevistados com a cidade de Porto Alegre, sobre seus habitantes, sobre idiomas.

O excerto (5) ilustra um trecho segmentado como Língua (em itálico). Nele, o informante apresenta sua percepção dos diferentes falares da cidade, ressaltando a maneira de falar dos bairros centrais de Porto Alegre, como Bom Fim e Cidade Baixa, e comparando os falares da zona central e da zona sul da cidade. Para esses casos, a segmentação do nó se deu a partir da proposta de Labov (2001), como fala monitorada. Observem-se as hesitações, as dúvidas e o cuidado na busca de termos, evidenciando o monitoramento da fala.

- (5) **D:** *Ã:: tu percebe diferença ... no comportamento das pessoas ã:: ... de bairro pra bairro, região pra região, assim?*
S: *Ah, com certeza, [com certeza.*
D: [Na zona norte, zona sul, zona leste. ()
S: *Depois que tu treina o olhar, tu não tem como não nota(r), né.*
D: *Que que tu comentarias assim de?*
S: *Ã:: na zona sul, eu percebo muito que o:: que o a:: ..., pelo menos a língua/, é tipo eu não sei se são os termos ou se é o sotaque, mas tem, mas tem termos muito específicos que se usa tipo no Bom Fim, e tem termos específicos que se usa no na Cidade Baixa. Tem um jeito de de de fala(r) específico do:: ali daquele miolo da Oswaldo Aranha tem/, e é muito diferente por exemplo do:: do:: ... do estilo de fa/ de fala do pessoal da zona sul, que é mais tranquilo assim, que é mais espaçado, que não é tão:: tão “BAH, E AÍ GURIA, a gente, bah, se viu na redença”. Então é mais/ é mais que nem o meu, porque eu/ eu moro na zona sul há dezoito anos, então ele é mais mais que nem o meu assim, mais que nem o meu sotaque. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf132)*

Assim como Língua, o estilo contextual Grupo não aparece com frequência nas gravações das entrevistas do LínguaPOA, pois, para realizar as entrevistas, os pesquisadores marcavam antecipadamente um horário com os informantes que, geralmente, estavam sozinhos quando recebiam o entrevistador. Em (6), está um trecho no estilo Grupo em que a informante interage com uma amiga sua, presente no local da entrevista. As duas debatem sobre qual zona de Porto Alegre é melhor para morar, se a zona sul ou a zona norte. Apenas a parte inicial está apresentada, devido à longa duração do trecho (em torno de cinco minutos). Contudo, (6) ilustra bem um segmento no estilo contextual Grupo, de acordo com a Árvore de Decisão laboviana.

- (6) **D1:** *Tu gosta dessas zonas?... Qual é a tua preferida?*
S1: *Bairro?*
D1: *Das zonas... a norte, a sul, a leste e a central.*
S1: *Não, é norte ou sul... E hoje em dia, eu nem sei te dize(r) mais direito assim, porque... eu moro há muitos anos aqui também, mas eu gosto muito da zona norte.... Eu/ eu/ eu/ eu gosto mais daqui assim, em matéria de qualidade de vida.*
D1: *Uhum*
S1: *Mas a zona norte pra/ pra ti sai::(r), pra ti i(r) em supermercado, padaria, tudo tem lá, aqui não tem tudo isso, tudo muito longe... né?*
S2: *Ah, eu acho que aqui tem tudo.*
S1: *MAS DA [ONDE?*
S2: [Tem tu::do, eu vou no mercadinho ali da esquina, eu compro tudo que eu quero.
S1: *É que, é que ela [nasceu aqui*
S2: [Eu quero/ eu não quero ir pra zona norte. [Tá louca?
S1: [Não, é que eu não gosto de mercadinho de esquina. Eu quero u::m supermercado decente, não tem.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

S2: Tu não fala mal da zona sul.

S1: ((risos)) Viu? É que ela nasceu [na zona sul.

'S2: [Eu acabei de dizer pra ela, a zona sul é tudo de bom.

S1: Não, ela é tudo de bom, mas eu/ eu prefiro... que tem tudo é a zona norte.

S2: Pra mim, aqui tem tudo, eu quero pão, vou ali na esquina. [...] (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf119)

Sobre o estilo contextual *Soapbox*, nota-se que há uma tendência nas entrevistas do LínguaPOA de os informantes emitirem opiniões pessoais, não opiniões gerais com afirmações fortes. Por essa razão, Teixeira (2020) propôs uma divisão desse nó em duas categorias: de um lado, *Soapbox* conforme a definição de Labov (2001) e, de outro, um novo nó denominado Posicionamento – esse último contemplando trechos de fala em que os informantes expressam opiniões pessoais. Essa medida tiraria as opiniões pessoais do nó Residual.

Os excertos (7) e (8) apresentam, respectivamente, um trecho de fala no estilo contextual *Soapbox* e um caso daquilo que se poderia considerar Posicionamento.

- (7) **D:** Tem uma questão aqui, já que a gente falou no/ no assunto, seria sobre a descriminalização do uso das drogas ... que que tu acha disso?
S: Das o QUÊ?
D: Descriminalização do uso das drogas, legalização... Acha que seria uma/ uma [forma de combater à violência?
S: [Mas de todas as drogas? Acho que tu tá te referindo mais à maconha que que eles querem né? ... Aí tem que especificar não é as drogas em geral.
D: Eh, é que tem pessoas que defendem que teria que liberar tudo... Algumas pe/ pessoas acham que a maconha seria uma que já poderia ser liberada e outras não... Na tua opinião [qual seria?
S: [Eu acho que é loucura porque a droga mata né? ... E tu escolhe qual é que mata mais rápido.
D: Sim..., então não seria uma boa?
S: Eu não se/ ã, da maconha eu não sei se é uma boa porque... eu não sei não sei te dizer mesmo no Uruguai é libera:do né, tem todo crité::rio para usa(r), mas tu acha que vão... tu acha que vão segui:r os crité::rios de ve:nda de/... ((respira fundo)). Eu não sei, não sei viu, acho que... poderia ser usado que a/ ã a maconha tem um aspecto medicina:l, né?... eu acho que poderia ser usado então numa indicação MÉDICA, né?... Mas não como eles tão querendo, ou como é feito..., qualquer pessoa pode... usar tanto, comprar tanto, né.
D: Então só legalizar não [seria a resolução do problema.

S: [Nã::o... Eu acho que não, porque/ porque é o caminho, viu?... *Muito dependente... começa com a maconha... Eu acho que seria ó, excelente se fosse através de:: assim... uma indicação médica né... com orientação... E tem determinados casos termina:is né... é indicada a maconha, porque ela alivia né... mas, por quê? Muita drogadição COMEÇA com a maconha, porque ela te deixa alienado... te deixa viajando... não é bem assim... Se a pessoa tá infeliz vai/ ... vai atrás de alguma coisa que dá alívio. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf18)*

- (8) **D1:** E tu consegue perceber alguma diferença entre essas zonas, assim, nas pessoas, [comportamento, jeito de falar, de vestir?

S1: [*sim, sim, sim sim sim sem dúvida. Aqui no... no zona norte, aqui não tenho nem dúvida. Aqui na zona norte as pessoas se falam na rua como se fossem gente. Né:: ali no... bairro Petrópolis, ali/ Bela Vista por exemplo, ali é::... tá mais pra desfile de moda aquilo ali:: eh talvez por causa da classe... do pessoal de Bela Vista, classe alta [...] ali as pessoas se falam assim, é tudo assim, aquela co::isa assim... dista::nte né::. Aqui não, aqui tu te sente à vontade. Parece que tu tá na... tá em casa, conversando com as pesso::as e ta::l... faz amizade com os vizi::nhos assim/ lá não, tu faz ah/ quem é aquele cara? Di(z)/ a::h não sei. Quem é? A::h nã::o, ele/ pois é:: ã essa pessoa não se::i, tem que ve(r) quem é. Não, aqui eu olho/nã::o aquele ali é o fulano que é a::... que é tio do Bento/ tá aí, veio visi/ fazer uma visita/ opa, esse cara eu não conheço. Já to/ ligo p(r)o conselho, já digo olha, entrou um carro estranho na rua aqui, a gente se conhece. Lá não, lá fica todo mundo/ é esse aí é alguém no::vo que tá aí... ninguém sabe, ninguém conhece ninguém. É que nem meu pai diz, tem muito morador de apartamento/ morador de apartamento não se fala entre eles. Os cara moram um do lado do outro e:: passam a::nos sem se fala(r) né... Aqui não, aqui parece que é uma coisa meio natura::l que acontece... eu acho é o perfil das pessoas que bu::scam esse tipo de espaço [...]* (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf45)

Nos excertos (7) e (8), é possível perceber a diferença entre os tipos de opinião. Em (7), há uma opinião bastante genérica acerca da descriminalização do uso das drogas, especialmente ao tratar da maconha, apresentando frases truncadas, hesitações, pausas, uso frequente do marcador discursivo ‘né’, frases prontas sobre o tema – um caso de intertextualidade, conforme Schilling-Estes (2004). A informante fala como se estivesse dirigindo-se a uma plateia, de maneira mais monitorada. O excerto (8), por sua vez, traz uma opinião bastante pessoal. O informante expressa as diferenças que percebe entre certos bairros, emitindo juízos de valor, o que evidencia o forte envolvimento que o informante tem com o bairro onde mora. É possível perceber o uso de um estilo mais casual principalmente nas falas reportadas, quando o informante muda o tom de voz para interpretar situações fictícias, que representam a diferença entre os bairros. O trecho de fala em (8) seria alocado no contexto Posicionamento, proposta ainda em avaliação pela equipe de pesquisadores. Entretanto, é importante destacar que Posicionamento abrigaria opiniões pessoais, as quais exibem, entre outras características, a tendência de serem enunciadas em linguagem mais casual.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

Quanto ao estilo contextual Infância, observam-se nas entrevistas do LínguaPOA relatos em que está presente o ponto de vista do adulto, não da criança. Esses não podem ser segmentados como Infância, de acordo com Labov (2001). Nas transcrições do LínguaPOA, relatos narrativos sobre o tempo de criança são anotados como Infância apenas quando invocam a ótica infantil. Quando a ótica é a do adulto, anotam-se os relatos como Residual. Trechos em que se mesclam ambas as óticas implicam múltiplas segmentações, alternando-se os respectivos contextos, Infância e Residual, o que é bastante desafiador para quem anota a trilha.

O excerto (9) é um trecho de fala sobre o tópico Infância, mas não se desenvolve do ponto de vista da criança. Nele, há pouco envolvimento emocional do informante com o que fala e é expressiva a ocorrência de “ã”, indicando monitoramento da fala. Além disso, o informante usa as palavras “sorte” e “privilégio” para veicular o julgamento que ele, enquanto adulto, faz daquela época, e as palavras “usufruí” e “embora”, que apontam um uso mais formal da língua. O trecho foi, por essas razões, anotado como Residual.

- (9) **D:** A gente tem uma pergunta aqui sobre a infância, tu/ como que era tua infância? Que tipo de coisa tu fazia com os amigos?

S: A minha infância foi ã/ foi muito boa. ã::... eu tive a sorte de mora(r) perto dum parque aqui. Eu more/ eu nasci aqui perto, aqui na/ no Moinhos de Vento. Então eu ã::/ eu ia muito a parques ... ã::m tinha/, eu nasci numa época que era bastante seguro ainda fica(r) na rua, sozinho, sem pais, então a gente ã, digamos que eu usufruí muito, tinha mui/ muitas crianças na minha rua, era uma rua pequena também, então a gente brincava ali na rua, esconde-esconde, essas coisas tudo, skate, ã::m. E:: também acho que tive... ã o... privilégio de ter tido bastante oportunidade de/ de lazer assim, no sentido, tinha uma casa duma vó numa praia, então passava verões ã::, dois meses na praia. Tive/ o meu pai é um cara que, embora tenha ã... não dado muito certo em algumas áreas, ou falhado em algumas áreas assim que a gente espera às vezes dum pai, ele foi um cara muito interessante no/ na parte assim de lazer, de acompanha(r)... ã:: então ele sempre me levou a muitos programas [...]. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf81)

Já no excerto (10), o tempo de criança é abordado a partir de um ponto de vista infantil, o que confirma sua anotação no estilo Infância. O único desafio aqui é diferenciar Narrativa de Infância, como apontado anteriormente: anotam-se em Narrativa os relatos de experiências pessoais na infância, e como Infância as enumerações de jogos, brincadeiras e circunstâncias relacionadas.

- (10) **D:** E como tu, assim, viu mudar o bairro? Tu vê/ viu mudanças assim [antigamente?

S: *[lh::, quando eu na/ quando eu era criança não tinha o Iguatemi. Não tinha todas essas casas, esses negócio(s) tudo pra lá não existia nada, era tudo... assim, ã::, terrenos e terrenos, mato, era uma chácara pra lá. E:: eu e meu ir/ meus, meus irmãos/ a minha mãe, a minha mãe:: costurava pra fora, e às vezes a gente ficava... em volta dela e brigando, discutindo, ela dizia "Ai, vão da(r) uma volta". A gente ia fazer piquenique, a gente pegava um/ u::ma sacola, botava uma toalha, pegava um pão, que a minha mãe fazia um pão doce bem legal, e:: um suco, e a gente ia caminhar, né. Daí a gente caminhava, daí a gente chegava perto duma árvore assim... botava uma toalha, subia na árvore, brincava e brincava, depois sentava, comia e voltava ... pra casa. (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf90)*

O estilo contextual Tangente fica no eixo de fala casual da Árvore. Segmentá-lo é relativamente complexo devido ao alto grau de subjetividade na sua identificação, fato já antecipado por Labov (2001). Nas entrevistas do LínguaPOA, a diferenciação entre Residual e Tangente levanta dúvidas. Em alguns trechos, o informante introduz um novo tópico, porém de alguma forma relacionado com o tópico inserido pelo entrevistador. Em outros, o tangenciamento é breve, o informante retoma o tópico do entrevistador em seguida. Diante dessas situações, os pesquisadores do LínguaPOA levantam questões sobre os limites entre Residual e Tangente: é preciso que o assunto trazido pelo entrevistado desvie por completo do assunto anterior? Caso desvie, mas não completamente, o trecho seria segmentado como Residual ou como Tangente? E em relação à duração do tangenciamento, deve ser prolongado?

No excerto (11), está em itálico um trecho de entrevista do LínguaPOA segmentado como Tangente. Sua identificação foi desafiadora, pois, no tangenciamento, o informante introduz um assunto específico, sobre um aspecto da escola comunitária. O assunto da escola, porém, já havia sido abordado pelo informante antes, em outro momento da entrevista. Como Schilling-Estes (2007) constata, o informante controla, com essa retomada (breve) de um tema anterior, o *footing* (desenrolar de temas) da interação: o informante explica o funcionamento de sua ONG e, em seguida, foca em um aspecto para além do funcionamento da escola, apesar de, em linhas gerais, manter-se no tópico proposto pelo entrevistador.

(10) **D:** A ONG em si ... ã sobrevive como, assim?

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

S: É a ONG/ a/ a ONG/ nós tinha/ nós temo/ tínhamos/, no caso, nós tínhamos um projeto com o município, né que se chamava inclusão cultural. E um/ com o estado, que é ponto de cultura né, que a gente aqui é um ponto de cultura, mas com essa crise aí, que deu aí, tipo::, foi sustada essas verba, né. E também tem uma escola de educação infantil aqui que temo(s) uma meta de quarenta a sessenta alunos que o município repassa uma verba pra nós né, só que hoje nós (es)tamo(s) com oitenta e duas criança(s), né. E/ e:: o município/ quer dizer, (es)tamo(s) tentando negocia(r) com o município, ele repor essa diferença aí, né, que tá muito difícil assim pra gente. Eh, e/ e/ e, antes da crise, nós tinha, assim, uma média de setenta por cento dos pais colaboravam né, agora inverteu né. Agora é quinze, vinte por cento colaboram, e o resto não tem mesmo, não tem como né. E aí, por outro lado, também não tem como tira(r) a criança da escola, né. Então, assim, tá um/ tá um colapso financeiro, assim, a escola, tá bem complicado, bem bem mesmo. Agora, pra essa semana, a gente vai até/ eh, (es)tamo(s) falando lá com ... a secretaria ou eles repassam o recurso pra nós né, ou vão ter que arrumar lugar pras criança(s). Esse excesso de criança né, não tem como, digamos a ONG manter né. Por mais que a gente tenha corrido atrás aí, não/ não tendo/ não (es)tamo(s) tendo muito sucesso. *E a escola também é/ é/ é muito fértil assim, nós (es)tamo(s) com três menina também esperando bebê, né. Aí, tipo, já e/ e até tem um exemplo, bem assim, tipo, uma senho/ uma menina aí, a Diana, que ela tentou, assim, há cinco anos ter bebê, né, começo(u) trabalha(r) na escola, seis meses, se preparou pra ganhar o bebê, né. Então a escola tem essa coisa de/ de muito fértil, assim, a gente quando entra a gente já fica meio assim, “bah, ó, será que vem bebê aí, né?”, mas é bem/ bem bacana mesmo o trabalho.* (LÍNGUAPOA, 2015-2019, Inf97)

Por fim, os excertos (2) e (9), acima, ilustram o estilo contextual Residual, que aloca todos os trechos de fala não contemplados pelos demais contextos da Árvore de Decisão. Como aponta Labov (2001) e já foi afirmado neste artigo, o desafio desse nó para o pesquisador é não o utilizar para abrigar todo e qualquer caso de dúvida na identificação de estilos contextuais na entrevista. É preciso lembrar que o nó Residual fica do lado esquerdo da Árvore, o dos estilos de fala monitorada. Examinar as variáveis prevalentes no trecho, se peculiares à fala cuidada ou casual, é uma medida relevante para evitar equívocos na segmentação desse estilo contextual.

Últimas palavras

A maior parte das decisões tomadas pela equipe de pesquisadores do LínguaPOA para identificar estilos contextuais nas transcrições das entrevistas do acervo conforma-se aos critérios da Árvore de Decisão de Labov (2001). Os ajustes nos critérios, relacionados a diferentes dimensões da interação (sequência, tópico, atividade e controle da fala, entre outros), ocorreram devido às características das entrevistas consideradas.

Entre as medidas tomadas pela equipe para unificar e adequar o trabalho dos diferentes pesquisadores na identificação e anotação dos estilos contextuais, estão: (a) considerar as perguntas do roteiro de entrevista; (b) distinguir tipos de opinião na segmentação de trechos de fala no estilo contextual *Soapbox*, com a proposta de

eventualmente ampliar a Árvore com o nó Posicionamento, no eixo de fala casual; (c) ter cautela na atribuição de trechos ao nó Residual.

A equipe optou por segmentar todos os trechos da entrevista, incluindo-se *feedbacks*, ecos e certos contextos frequentes no acervo – falas que respondem diretamente à pergunta do entrevistador, comentários, avaliativos ou não, opiniões pessoais, entre outros. Assim como o nó Posicionamento, outros nós podem ser adicionados à Árvore, a depender da sistematicidade das características presentes nos trechos. Em outras palavras, concordamos com Labov (2001) quando ele aponta a necessidade de fazer a Árvore crescer, não de podá-la.

Por fim, é importante frisar que a reflexão sobre a segmentação de estilos contextuais aqui empreendida não traz respostas definitivas para questões que há muito se levantam sobre os critérios da Árvore de Decisão laboviana. Apresentaram-se possibilidades de aplicação e desenvolvimento desses critérios, inspiradas nas características do acervo em questão. O passo futuro da equipe LínguaPOA será, com base na anotação da trilha Estilo nas transcrições, codificar dados extraídos das entrevistas para estilo casual *vs.* estilo monitorado, por exemplo, no estudo de diferentes variáveis. Assim, a equipe terá uma medida tanto do efeito dos estilos contextuais sobre os processos variáveis, quanto da eficácia da própria segmentação efetuada.

Esperamos que este artigo possa auxiliar usuários do acervo LínguaPOA no acesso às transcrições das entrevistas e em análises de estilo contextual, bem como aqueles que enfrentam o desafio de identificar estilos em entrevistas sociolinguísticas, a partir da Árvore de Decisão laboviana.

Referências

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **A língua oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAUGH, J. A dissection of style-shifting. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 109-118.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

BELL, A. Back in style: reworking audience design. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 139-69.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. Barueri: Editora Manole, 2004.

COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DANTAS, W. S.; GIBBON, A. O. A abordagem de estilo de fala na proposta da “árvore de decisão”: algumas questões de análise. *In*: GÖRSKI E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (org.). **Varição estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Coleção Linguística. v. 3. Florianópolis: Insular, 2014. p. 141-162.

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P. Style and social meaning. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 119-126.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREITAG, R. M. K. Dissecando a entrevista sociolinguística: estilo, sequência discursiva e tópico. *In*: GÖRSKI E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (org.). **Varição Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Coleção Linguística. v. 3. Florianópolis: Insular, 2014. p. 123-139.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. A variação estilística em entrevistas sociolinguística: uma (re) leitura do modelo laboviano. *In*: GÖRSKI E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (org.). **Varição estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Coleção Linguística. v. 3. Florianópolis: Insular, 2014. p. 67-92.

HILGERT, J. G. (org.). **A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: materiais para o seu estudo**. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

LABOV, W. The anatomy of style-shifting. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 85-108.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LÍNGUAPOA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015-2019 (período de coleta). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/linguapoa/>. Acesso em: 27 maio 2020.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MILLER, D.; BIBER, D. Evaluating reliability in quantitative vocabulary studies: The influence of corpus design and composition. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 20, n. 1, p. 30-53, 2015.

OUSHIRO, L. Transcrição de entrevistas sociolinguísticas com o ELAN. In: FREITAG, R. M. K. (org.). **Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística**. São Paulo: Blücher, 2014. p. 117-131.

PRETI, D. **Sociolinguística – os níveis da fala**: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. 9. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

SCHILLING-ESTES, N. Exploring intertextuality in the sociolinguistic interview. In: FOUGHT, C. (ed.). **Sociolinguistic variation: critical reflections**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004. p. 44-61.

SCHILLING-ESTES, N. Stylistic variation and the sociolinguistic interview: a reconsideration. In: MONROY, R.; SÁNCHEZ, A. (ed.). **Actas del XXV Congreso internacional de la Asociación Española de Linguística Aplicada (AESLA)**. Murcia, 2007. p. 971-986. Disponível em: <https://www.um.es/lacell/aesla/contenido/pdf/9/schilling.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

TEIXEIRA, T. T. Níveis estilísticos nas entrevistas do Língua POA: análise conforme a Árvore de Decisão. In: **XXXII Semana de Iniciação Científica UFRGS**, 2020, Porto Alegre.

VALLE, C. R. N.; GÖRSKI, E. M. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. In: GÖRSKI E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (org.). **Varição estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Coleção Linguística. v. 3. Florianópolis: Insular, 2014. p. 93-121.

- | Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: BATTISTI, Elisa; SANTOS, Bruna Silva dos; GUTTERRES, Rodrigo Lerner; TEIXEIRA, Thomaz Torres; Victória Goulart CUNHA. Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da Árvore de Decisão laboviana. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 311-334, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 21/07/2021 | Aceito em: 14/09/2021.

O FENÔMENO DA *SHIPPAGEM* NA NOMEAÇÃO DE CASAIS: UM NOVO EMPREGO DO CRUZAMENTO VOCABULAR

Carlos Alexandre GONÇALVES¹

Vitória Benfica da SILVA²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3097>

Resumo: Neste artigo, descrevemos o fenômeno da *shippagem* (prática que consiste em nomear relações afetivas de personagens, casais ou amigos), utilizando, na representação dos dados, os instrumentos da Morfologia Prosódica (MCCARTHY, 1986). Tomamos por base contribuições existentes sobre o cruzamento vocabular em português (BASILIO, 2005; ANDRADE, 2013), a fim de verificar se a tipologia proposta para nomes comuns também se aplica a antropônimos *shippados*: (a) interposição ou entranhamento lexical; (b) combinação truncada e (c) reanálise ou substituição sublexical. Nosso *corpus* é constituído de 212 dados. Com exceção de 10 dados coletados de fala espontânea, todos os demais foram retirados da internet. A maioria dos *ships* coletados remete a programas de televisão ou a plataformas *on-line* de filmes, séries (como as da Netflix) e novelas. As principais fontes são os *sites* que falam sobre personagens e atores dessas narrativas, como revistas, jornais, *fanfics*, *blogs* diversos, além das redes sociais Twitter, Facebook e Instagram. Nesta descrição, pretendemos mostrar que nem sempre são muito claras as fronteiras entre os chamados processos não concatenativos, uma vez que *ships* parecem estar a meio caminho entre o cruzamento, de um lado, e a siglagem e a hipocorização de nomes compostos, de outro.

Palavras-chave: Morfologia. Formação de palavras. Cruzamento Vocabular. *Shippagem*.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; carlexandre@bol.com.br; <https://orcid.org/0000-0003-3672-3852>

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; vitoriabds@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3158-2985>

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

THE PHENOMENON OF SHIPPING IN THE APPOINTMENT OF COUPLES: A NEW EMPLOY OF LEXICAL BLENDING

Abstract: In this paper, we analyze the phenomenon of shipping (a recent practice that consists of naming affective relationships of characters, couples or friends) in the light of the Prosodic Morphology (MCCARTHY, 1986) instruments of representations. We based in the existing descriptions about the lexical blending in Brazilian Portuguese (BASILIO, 2005; ANDRADE, 2013), in order to verify if the typology proposed for common names also applies to anthroponyms shipped: (a) lexical interposition; (b) truncated combination terminology) and (c) reanalysis or sublexical replacement. Our corpus consists of 212 data. With the exception of 10 data collected from spontaneous speech, all the rest were removed from the internet. Most of the ships collected refer to television programs or online platforms' for films, series (such as Netflix) and soap operas. The main sources are the sites that talk about characters and actors in these narratives, such as magazines, newspapers, fanfics, various blogs, in addition to the social networks Twitter, Facebook and Instagram. In this description, we intend to show that the boundaries between the so-called non-concatenative processes are not always very clear, since ships seem to be halfway between the blend, on the one hand, and the initialism and hypocorization of compound names, on the other.

Keywords: Morphology. Word formation. Lexical Blending. Shipping.

Introdução

Neste artigo, analisamos uma prática bastante usual na criação de nomes: a *shippagem*, fenômeno que consiste em batizar uma relação afetiva por meio da combinação de dois antropônimos, a exemplo de “Neymarquezine”, mescla do prenome do famoso jogador brasileiro de futebol, Neymar, com o sobrenome da atriz global Bruna Marquezine. O trabalho é pré-teórico e do tipo descritivo/analítico; utiliza-se da Morfologia Prosódica (McCARTHY, 1986; PIÑEROS, 2002) apenas para representar a estrutura morfofonológica dos produtos e para abordar as categorias mais baixas da hierarquia prosódica: sílabas e pés métricos.

Como ponto de partida para a investigação, pretendemos mostrar que o fenômeno é frequentemente utilizado nas mídias sociais e faz amplo uso do cruzamento vocabular (CV), processo de formação de palavras que consiste na fusão de duas palavras-matrizes. Temos, no texto, os seguintes objetivos: (a) analisar os padrões de cruzamento mais frequentemente empregados na construção de *ships*, seguindo, para tanto, as

classificações de Gonçalves (2003), Basilio (2005) e Andrade (2013); (b) estabelecer as principais diferenças entre CVs, de um lado, e hipocorísticos de nomes compostos e siglas, de outro, na criação de nomes oriundos da *shippagem*. Para tanto, utilizamos os trabalhos de Lima (2008) e Abreu (2004, 2009), respectivamente sobre a formação de nomes como “Cadu” (< Carlos Eduardo) e “Procon” (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor). Temos, com isso, o propósito de mostrar que as fronteiras entre os diversos processos não concatenativos do português podem ser tênues, sobretudo na formação de *ships*.

Para tanto, o trabalho se estrutura da seguinte maneira: primeiro, definimos a *shippagem* para, logo após, apresentar o *corpus* tomado por base. Na sequência, abordamos brevemente o CV para, por fim, descrever os padrões estruturais utilizados na criação de *ships*. Concluimos o texto acenando para um *continuum* entre os processos não concatenativos de formação de palavras na formação de antropônimos, sobretudo os oriundos da *shippagem*.

Algumas notas sobre o fenômeno da *shippagem*

A *shippagem* é um fenômeno que, nos últimos tempos, vem se popularizando em grande escala, principalmente entre adolescentes nas redes sociais. Como, até onde se conhece, o assunto é pouco conhecido entre morfólogos, dedicamos esta seção a uma descrição mais acurada sobre essa prática muito comum nos dias de hoje.

A expressão constitui decalque do inglês *shipping*, que ganhou toque mais vernacular ao receber o sufixo *-agem*. Segundo o *blog Holofotes* (<http://wp.clicrbs.com.br/holofote>), o fenômeno se tornou tendência primeiramente na mídia americana, o que justifica a adoção do termo original em inglês. O verbo, por sua vez, provém do encurtamento de *relationship*, “relacionamento”, e logo foi aportuguesado como *shippar*, o que cria homofonia com o verbo formado a partir de *chip* (“pequena lâmina usada na construção de transistores”), este grafado com <ch> e com um único <p>, como em “acabei de *chipar* meu celular”.

Como expresso no *site Significados*, *shippar* é o **ato de torcer pelo envolvimento afetivo de alguém**, “normalmente personagens de filmes, seriados, desenhos animados, histórias em quadrinhos, mangás etc.” (<https://www.significados.com.br/shippar/>). Assim, ao praticar a *shippagem*, o usuário da língua expressa seu desejo de que duas pessoas se envolvam em um relacionamento. Por exemplo, a torcida para que ficassem juntos Afonso e Amália, personagens centrais da novela *Deus salve o Rei* (Rede Globo, 2017), resultou em “Afonsólia”, cruzamento vocabular dos antropônimos que nomeiam o par romântico principal da novela.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Pela *shippagem*, manifesta-se a expectativa de que uma união afetiva, real ou fictícia, concretize-se. Linguisticamente, a torcida se expressa principalmente pelo cruzamento vocabular, fenômeno que envolve uma combinação não concatenativa³ de duas formas de base, a exemplo de “coronaro” (< corona (vírus) + Bolsonaro) e “Micheque” (< Michele (Bolsonaro) + cheque). É ampla, nos últimos 20 anos, a literatura sobre o cruzamento vocabular – tanto em português quanto em outras línguas. Em inglês, o fenômeno é conhecido principalmente como *lexical blend* (cf. ALGEO, 1977) e, pela sua relevância na formação de palavras em várias línguas, ganhou uma coletânea de quase mil páginas publicada pela famosa editora *Mouton de Gruyter* (cf. RENNER; MANIEZ; ARNAUD, 2012). Obras muitíssimo recentes são bastante acessíveis pela internet, como Dow (2018), além de Girolamo (2019), por nós enfocada em trabalhos anteriores, no âmbito da interface da fonologia com a morfologia na análise dos *blends* pela Teoria da Otimalidade (GONÇALVES; CARVALHO; ANDRADE, 2016). No entanto, nessas obras, nada é dito sobre a *shippagem* ou mesmo sobre a utilização de antropônimos nas mesclagens, razão pela qual não as utilizamos na presente descrição; preferimos trabalhar com os autores brasileiros, muitos dos quais descrevem fusões lexicais envolvendo antropônimos (cf. BASILIO, 2005; ASSUNÇÃO; GONÇALVES, 2008; ANDRADE, 2013, para citar apenas alguns).

Na tradição sobre o português, é ampla a variação terminológica: palavra-valise (ALVES, 1989) e mistura (SÂNDALO, 2001), para citar apenas alguns. No entanto, empregamos, aqui, o termo cruzamento vocabular (CV), utilizado por Sandmann (1985), primeiro manual que abordou o fenômeno (pelo menos até onde se conhece). Na seção “Primeiro olhar sobre o processo de *shippagem*”, descrevemos os cruzamentos com mais vagar, mas, antes, voltemos à questão dos *ships*.

Na *shippagem*, dois antropônimos são fundidos numa única forma que remete aos nomes de base. Denominamos de *ship* o produto do mecanismo da *shippagem*, como é o caso de “Afonsália”, acima mencionado. Por sua vez, o *shipper* é quem pratica o ato de *shippar*, ou seja, quem torce pelo casal e nomeia a relação. Por fim, os *shippados* são as pessoas envolvidas no *ship*, como Bruna Marquezine e Neymar, nas formas alternantes “Brumar” e “Neymarquezine”.

3 Em linhas bem gerais, processos concatenativos (ou aglutinativos) consistem no encadeamento de formas e estão diretamente associados à adição; os não concatenativos, por outro lado, são caracterizados por modificação morfofonológica nas bases e nem sempre pressupõem acréscimos. Nos aglutinativos, uma forma pré-especificada (palavra ou afixo) remete a algum tipo de significado e é adjungida ou à esquerda ou à direita de outra. Nos não concatenativos, ao contrário, a própria base sofre modificações fonológicas de natureza variada, não havendo, em consequência, estrito encadeamento de elementos morfológicos: o resultado da operação dificilmente implica uma divisão da palavra em unidades discretas de forma e significado.

A criação de nomes oriundos da *shippagem* se iniciou com leitores de narrativas de ficção que admiravam determinados personagens, desejando uni-los para que formassem um casal em uma história paralela, já que, na versão original, o par romântico não se constitui. Essas histórias alternativas, criadas por fãs, são nomeadas de *fanfics*, encurtamento de *fanfiction* (“ficção criada por fãs”). Além de inventadas pelos fãs, as *fanfics* são por eles divulgadas, geralmente em *sites* específicos para esse fim. A página *Fanfics Brasil* (<https://twitter.com/fanfics>), por exemplo, é um local virtual exclusivo para a publicação dessas histórias e organiza as mais de 15 mil *fanfics* em 24 categorias distintas, como aventura, ação, comédia, drama, guerra, LGBT, romance, suspense e terror, entre outras.

O site *Spirit Fanfics e Histórias* (<https://www.spiritfanfiction.com>) é uma plataforma popular para autopublicação de histórias em que muitas *fanfics* são encontradas. A imagem a seguir apresenta o prólogo de uma *fanfic* desse site. Na postagem, a autora faz um convite para leitores consumirem sua história alternativa da série literária *Os heróis do Olimpo*. A internauta, identificada como LoveJason, deixa claro que torce para que os personagens Jason e Piper formem um casal, mas, como isso não acontece na história original, ela mesma cria uma história para que seu desejo se torne realidade:

Menu: Spirit

RECENTES DESTAQUES AULAS BETAS READERS CAPISTAS GÊNEROS CATEGORIAS TAGS HISTÓRICO

História É isso o amor?- Jasiper- Hiatus

Escrita por **LoveJason**

Sinopse:
Jason Grace e Piper McLean um casal obviamente impossível. Será mesmo? Avida muda, fazemos besteiras, mas também acertamos, e esse relacionamento será um erro ou um acerto? E o que será desses dois?! Ela é normal e ele super popular, os dois ficarem juntos será obra do destino? Ou algo pré programado ?

Sei que parece clichê, mas ja estou cansada de não ter o que eu quero como leitora, então faça vc mesmo certo? Por mais que vc não goste de Jasiper (ou nem saiba o que é) leia mesmo assim, veja a fic como algo separado como se o livro nem existisse! Bjao espero que gostem!

Iniciado em 10/03/2016 14:00
Atualizada em 23/03/2016 20:17
Idioma **Português**
Visualizações **1.224**
Favoritos **20**
Comentários **18**
Listas de Leitura **3**
Palavras **6.069**
Terminada **Não**
Categorias **Os Heróis do Olimpo**
Personagens **Annabeth Chase, Jason Grace, Percy Jackson, Personagens Originais, Piper Mclean, Silena Beauregard, Thalia Grace**

Fonte: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/jasiper--a-primeira-vez-11360288/capitulo1>.
Acesso em: 15 mar. 2021.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Em função de sua ampla popularidade, o fenômeno da *shippagem* acabou expandindo-se fora da esfera ficcional. Hoje, *ships* não se referem somente a casais irreais nas histórias, mas também aos de fato encontrados nas narrativas. Além disso, passaram a se reportar também a pares românticos da vida real. Muitos são provenientes de casais famosos, como os já citados “Brumar” e “Neymarquezine”. Ao que tudo indica, esses *ships* foram criados depois de o relacionamento se tornar público, o que comprova que o fenômeno passou a se aplicar a casais já constituídos.

A *shippagem* também se expandiu para anônimos, ou seja, duplas não famosas nem na vida real nem nas narrativas ficcionais. A imagem a seguir exemplifica essa possibilidade. Na publicação, uma usuária do Facebook tirou uma foto de duas pessoas, João e Lorena, sentadas lado a lado. Depois, expressou publicamente seu desejo de que formassem um casal, cunhando a forma “Jorena”:



Fonte: <https://bit.ly/3FhFyDp>. Acesso em: 10 nov. 2017

Há casos em que o *ship* se origina nos personagens de uma ficção e acaba projetando outro *ship*, que envolve um casal real, como ocorreu com os personagens Samuel e Marocas, par romântico da novela *O tempo não para* (Rede Globo, 2018). A expectativa de que Juliana Paiva e Nicolas Prates começassem um relacionamento gerou o *ship* “Junick”.

Quanto à previsibilidade da narrativa, os *ships* referentes a casais da ficção podem ser de dois tipos. Os termos *canon ship* e *conventional couple* são usados para casos em que o relacionamento pelo qual se torce é óbvio na história, de maneira que o autor não deixa dúvidas de que determinados personagens ficarão juntos na trama. Já *cult ship* ou *unconventional couple* é o oposto, pois se realiza quando um par romântico nunca é revelado pelo autor ao longo da narrativa.

Em relação ao gênero do casal, os *ships* recebem diferentes classificações. O termo *slashship* é usado para casais formados por personagens homossexuais masculinos, enquanto *femslashship* é a expressão usada em referência a casais formados por personagens homossexuais femininos, o que nos leva à conclusão de que, quando não especificado (ou não marcado, fazendo relação com o gênero gramatical), o *ship* se refere a casais heterossexuais.

Além dessas classificações, o site *Amino* (<https://aminoapps.com>) descreve o *ship de amizade* que, em vez de representar uma torcida para que os *shippados* se tornem um casal, expõe apoio pela parceria entre duas pessoas ou o desejo de que se tornem amigas, como é o caso de “Semi”, mescla de Selena Gomez e Demi Lovato, atrizes e cantoras norte-americanas.

De acordo com um site *geek*⁴ (<http://www.garotasgeeks.com>), há, ainda, três outras possibilidades de classificação dos *ships*. OTP é a sigla da expressão inglesa *One True Pairing* (“único casal verdadeiro”), termo atribuído ao *ship* do casal favorito. *Ghost ship*, por sua vez, remete a pares românticos cujos personagens morreram ao longo da narrativa. Por fim, *crack ships* são aqueles que misturam personagens de histórias diferentes, o que os torna improváveis. O fato de um casal ser improvável – ou até impossível – não inibe a torcida. A revista *Capricho*, voltada especificamente para adolescentes do sexo feminino, divulgou matéria sobre o assunto, listando doze casais improváveis, mas, ainda assim, *shippados*. A revista deixa claro que não há regras quanto a isso e afirma o seguinte: “nem todos os casais que *shippamos* vão acontecer. Ou porque eles nunca tiveram nada além de amizade ou porque já não tem mais nada a ver juntos. Mas no maravilhoso mundo dos *shippers* tudo é possível!” (<https://capricho.abril.com.br/vida-real/nem-ai-13-casais-que-vamos-shippar-hoje-amanha-e-sempre>). Obviamente, esses dados não compõem nosso *corpus*, por terem sido criados com o objetivo de mostrar os limites entre o que pode e o que não pode acontecer num *ship*.

⁴ *Geek* é uma gíria da língua inglesa que nomeia alguém viciado em tecnologia, computadores e internet. Uma pessoa *geek* é semelhante a um *nerd*: tem profundo interesse por assuntos científicos e tecnológicos, gosta de estudar, é muito inteligente, pouco sociável e não se importa com a aparência pessoal.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Em redes sociais, como o Instagram, o Twitter e o Facebook, *ships* são frequentemente acompanhados de *hashtag* (#), ferramenta que facilita a busca de outras postagens sobre o assunto. Dessa forma, a *hashtag* e o *ship* possibilitam o encontro de pessoas que tenham interesse específico na torcida por um mesmo casal. Não é incomum o fato de pessoas que compartilham o mesmo interesse se juntarem para formar torcidas organizadas, visto que a existência de fãs clubes é anterior ao fenômeno da *shippagem*. Existem *sites*, inclusive, cuja função principal é conectar pessoas que compartilham do mesmo gosto, como o já comentado *Amino*.

A popularização da *shippagem* gerou diversas brincadeiras, a exemplo do desafio lançado pela página *Buscapé* no Facebook no dia dos namorados, 12 de junho de 2018. Nesse desafio, os internautas foram estimulados a criar *ships* de seu próprio casal, ou seja, unir seu nome com o do(a) cônjuge ou namorado(a). As perguntas feitas na página foram “Qual é o seu nome de casal?” e “Como ficaria se você juntasse seu nome com o do moço?”. Na imagem a seguir, aparecem algumas respostas:



Fonte: <https://bit.ly/3EdvVnH>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Nos exemplos formados, fica claro o alto grau de monitoramento com que *ships* são cunhados. Em caso de repercussão negativa, o *shipper* busca nova alternativa de junção, geralmente trocando a ordem das bases, como ocorre em “Gustanca” ou “Biantavo” para Gustavo mais Bianca; “Marisco” ou “Franciane” para Mariane mais Francisco; e “Izaquias” ou “Ezebel” para Izabel mais Ezequias. Houve, nas postagens, um caso em que o internauta julgou ruins todas as alternativas pensadas para Gilvanice mais Gabriel, preferindo, assim, não registrar nenhuma.

Além de páginas para produzir possíveis combinações de antropônimos, também são encontradas na internet enquetes envolvendo *ships*, como a votação no *Blog do Mauricio Stycer* (<https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer>) sobre quem deveria ficar com a personagem Eliza, da novela *Totalmente Demais* (Rede Globo, 2015). As opções da votação foram fechadas, Artur ou Jonatas, que originaram os *ships* “Arliza” (<Artur + Eliza) e “Joliza” (<Jonatas + Eliza).

A crescente popularidade da *shippagem* resultou até na criação de algoritmos produtores de *ships*. Existem aplicativos disponíveis no Google Play e *sites* que geram *ships*, tendo o usuário apenas de escrever o nome dos dois integrantes do (possível) casal. O *Fandom Ship Names Generator* é gratuito e cria várias opções de *ships*. As alternativas oferecidas são diversas, mas, em muitas, não é possível reconhecer os antropônimos originais; em outras, aparecem sequências segmentais totalmente em desacordo com os padrões fonotáticos da língua. Para a entrada Bianca e Gustavo, por exemplo, são disponíveis opções como “Ag”, “Agustav”, “Ancag”, “Bgustav”, “Biancgu”, “Caustavo”, “Gustavb”, “Iancatavo”, “Ncagu”, entre outras. Obviamente, esses dados não foram objeto de análise neste artigo por terem sido criados artificialmente (por programa de computação). A seguir, apresentamos o *corpus* utilizado na pesquisa para, logo após, analisar os padrões estruturais utilizados na criação de *ships*.

O corpus

Nosso *corpus* é constituído de 212 dados. Com exceção de 10 dados coletados de fala espontânea, todos os demais foram retirados da internet. A maioria dos *ships* coletados remete a programas de televisão ou a plataformas *on-line* de filmes, séries (como as da Netflix) e novelas. As principais fontes são os *sites* que falam sobre personagens e atores dessas narrativas, como revistas, jornais, *fanfics*, *blogs* diversos, além das redes sociais Twitter, Facebook e Instagram.

Centos e vinte *ships* (56% dos dados) referem-se a casais na vida real, quantitativo que comprova ter a *shippagem* se expandido para além das narrativas de ficção. Desses *ships* de pares românticos,

• | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

- (i) 33 são de anônimos e foram coletados principalmente das redes sociais, como “Brelherme”, união de Brenda e Guilherme;
- (ii) 29 nomeiam participantes do *Big Brother Brasil* e *d’A Fazenda* (*reality shows* brasileiros), como “Brenara”, junção de Breno e Ana Clara;
- (iii) 24 são de atores e atrizes, a exemplo de “Judrigo”, mescla de Juliana Paiva e Rodrigo Simas;
- (iv) 12 envolvem personalidades do campo musical (cantores, instrumentistas etc.), como “Luade”, oriundo de Luan Santana e Jade Magalhães;
- (v) 2 são do domínio jornalístico (dois *ships* com as mesmas bases): “Sandrevaristo” e “Evarisandra”, união de Sandra e Evaristo, prenomes dos então apresentadores do *Jornal Hoje* (Rede Globo, 2016);
- (vi) 1 diz respeito a *youtubers*: “Viihlu”, mescla de Viih e Luiz;
- (vii) 1 vem da esfera política: “Marchele”, fusão de Marcela (Temer) com Michele (Bolsonaro);
- (viii) 18 remetem a *shippados* que não possuem a mesma função, a exemplo de “Felena”, de Fausto Silva, apresentador de televisão, e Selena Gomes, atriz.

Os outros 92 dados, que correspondem a casais da ficção, são distribuídos em:

- (i) novelas brasileiras (42 casos), a exemplo de “Shirlipe”, junção de Shirlei e Felipe, da novela *Haja coração* (Rede Globo, 2016);
- (ii) séries internacionais (36 *ships*), como “Stelena”, união de Stefan e Elena, da série *The vampire diaries*;
- (iii) filmes (8 nomes), como “Dramione”, cruzamento de Draco com Hermione, do filme do *Harry Potter*;
- (iv) mangás (4 dados), a exemplo de “Nalu”, de Natsu e Lucy, do mangá *Shonen*;
- (v) livros (2 casos), como “Jasiper”, mescla de Jason e Piper, do livro *Percy Jackson e os Olimpianos*.

Quanto à relação interpessoal expressa nos *ships*, 205 dados manifestam apoio por um casal contra apenas 7 de amizade, o que confirma ser a relação romântica o principal domínio conceptual da *shippagem*. Dos 205 *ships* de casais, 89% (183 dados) são de casais heterossexuais, enquanto 7% (13 dados) são classificados como *slashship*,

ou seja, casais homossexuais masculinos, e 4% (9 dados) são de *femslashship*, casais homossexuais femininos. Exemplo de *slashship* foi retirado de um *blog* sobre *Sherlock Holmes*, clássico personagem da literatura britânica, que, segundo o blogueiro, mantém um suposto romance com seu assistente John Watson, o que motivou o *ship* “Jonhlock” (<http://sherlockbrasil.blogspot.com.br>). Exemplo de *femslashship* é “Clanessa”, mescla de Clara e Vanessa, nomes de duas participantes da 14ª edição do *Big Brother Brasil* (2014).

Por definição, *ships* pressupõem bases antropônicas, aqui entendidas como manifestações de termos referentes à onomástica⁵: prenomes, sobrenomes, hipocorísticos, alcunhas ou nomes artísticos. Na maioria dos casos, *ships* resultam da união de dois prenomes, como “Thiara” (<Thiago + Sara). Quando o prenome é composto, o *shipper* pode selecionar a primeira ou a segunda forma para produzir a mescla. Como exemplo, podemos citar dois *ships* envolvendo Ana Clara, nome de uma participante do *Big Brother Brasil 17*. No caso do cruzamento com o antropônimo Breno, o *ship* resultante é “Breana”, com a opção pelo primeiro nome, Ana; já no caso da mescla com o prenome Caruso, o produto é “Claruso”, sendo selecionado o segundo nome, Clara.

Em alguns dados, faz-se uso de sobrenomes. No caso de “Tralliane” (<Tralli + Ticiane), o cruzamento envolve o sobrenome do jornalista Cesar Tralli com o prenome da apresentadora Ticiane Pinheiro. Em “Stylinson”, foram mesclados dois sobrenomes, os dos músicos Harry Styles e Louis Tomlinson, ambos da banda *One Direction*.

Além de envolver prenomes e sobrenomes, *ships* podem acessar bases hipocorísticas, como “Cabibi”, de Caio e Bibi, personagens principais da novela *A força do querer* (Rede Globo, 2017). Os dois únicos casos em que uma das entradas não constitui antropônimo são “Dolly”, cruzamento de Doutor Marcos com Emilly, nomes de participantes do *reality show BBB 17* (Rede Globo, 2017), e “Captain Swan”, mescla de Captain Hook com Emma Swan, personagens da série *Once upon a time*.

Uma vez discriminado o *corpus*, passemos, na sequência, à descrição estrutural dos *ships*. Pretendemos, portanto, apresentar os principais aspectos fonológicos e morfológicos desse tipo de construção, investigando as motivações para a ordem das bases no interior do cruzamento e o tipo de CV mais utilizado na nomeação de casais. Para isso, definimos, ainda que brevemente, esse processo de formação de palavras.

5 A onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, *ato de nomear, dar nome*) é o estudo dos nomes próprios de todos os gêneros, das suas origens e dos processos de denominação no âmbito de uma ou mais línguas ou dialetos.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Outras notas sobre o cruzamento vocabular

O cruzamento vocabular pode ser definido como um processo não concatenativo de formação de palavras que consiste na mesclagem de duas bases (cf., p. ex., LEHRER, 2007, DOW, 2018; GIROLAMO, 2019), como em “sapatênis” (junção de sapato com tênis, “tipo de calçado”), “feminazi” (mistura de “feminista” com “nazista”, “referência pejorativa, ofensiva e tóxica à militância feminina pela igualdade de direitos”) e “boaconha” (junção de boa com maconha; “maconha de boa qualidade, sem mistura, pura”). Alves (1989) denomina o produto de palavra-valise, uma vez que resulta da união de pedaços de duas outras palavras. Marginal até os anos 1990, o CV vem recebendo amplo tratamento na literatura em diversas linhas teóricas, como mostramos em texto ainda no prelo, intitulado “Por uma visão compreensiva do cruzamento vocabular em português” (GONÇALVES, 2021). Como nosso interesse específico é no fenômeno da *shippagem*, que faz amplo uso do CV, iremos abordá-lo basicamente focalizando seus diferentes tipos, propostos por Gonçalves desde 2003. Tal classificação é corroborada em trabalhos como Basilio (2005), Andrade (2008), Carvalho (2008), Andrade (2013) e Rio-Torto (2014), para citar apenas alguns. Apesar da grande variação terminológica existente, vamos usar o termo mais consagrado na literatura: cruzamento vocabular (cf. GONÇALVES, 2021), CV.

CVs podem ser distribuídos em três grandes grupos de processos de formação de palavras. O primeiro deles — e o mais produtivo nos cruzamentos de nomes próprios (cf. BENFICA da SILVA, 2019) — é o *entranhamento lexical*, mecanismo que consiste na fusão de duas palavras pela interposição de uma a outra. Do ponto de vista fonológico, as duas bases são literalmente superpostas, de modo que um ou vários segmentos⁶ são compartilhados:

- (01) aborrescente (<aborrecer + adolescente)
 alcoolância (<álcool + ambulância)
 craquético (<craque + caquético)
 crionça (<criança + onça)
 escragiário (<escravo + estagiário)

Os dados revelam que as bases compartilham idêntica estrutura segmental (sílabas, rimas ou mesmo porções fônicas não equivalentes a categorias de análise fonológica, como pés métricos) e se fundem de tal modo que geram, no nível de palavra resultante, inúmeras relações de correspondência de um-para-muitos entre a forma cruzada e as formas de base. Na grande maioria dos dados, os itens envolvidos não são do mesmo

6 O termo **segmento** é aqui utilizado em referência às **unidades sonoras** (sons da fala) das palavras de base, também chamadas de **matrizes lexicais** (RONNEBERGER-SIBOLD, 2013; LIEBER, 2005).

tamanho. Quando isso acontece, a palavra mais curta aparece maximamente representada na forma resultante, não sofrendo, portanto, nenhuma perda segmental, como em “mautorista” e “boilarina”. A forma de base mais longa, embora seja caracterizada pela perda de segmentos, contribui, no CV, com suas estruturas métrica (divisão em pés) e acentual (proeminência na mesma sílaba). Em vários casos de entranhamento lexical, o número de sílabas e a pauta acentual da base mais longa correspondem ao número de sílabas e à acentuação da forma cruzada, a exemplo do que ocorre com “familícia”, “crentino” e “marginata”.

O segundo subprocesso de CV é a *combinação truncada*, que, em geral, não faz uso da ambimorfemia (compartilhamento de material fonológico), uma vez que são raros os casos em que não há qualquer semelhança fônica entre as bases. Quando as palavras não são do mesmo tamanho, a maior sofre encurtamento e a menor se concatena a ela (“lambafunk”, “futivôlei”). Quando as duas apresentam equivalente número de segmentos, há redução em ambas (“portunhol”, “brasiguaió”). De um modo geral, o significado do produto corresponde a uma combinação quase sempre transparente dos significados de ambas as palavras. Tal é o caso de “depuvid”, em que as duas palavras são truncadas (deputado e Covid), e “presijegue”, forma em que apenas uma das bases é encurtada (no caso, presidente). Esses CVs são mais designativos do que expressivos, ou seja, neles predomina a função de rotulação, enquanto no entranhamento sobressai a função atitudinal (expressão de ponto de vista):

- (02) democradura (<democracia + ditadura)
 showmício (<show + comício)
 toboágua (<tobogã + água)
 vagaranha (vagaabunda + piranha)

O último fenômeno relacionado ao CV é a *reanálise*. Nesse caso, uma sequência fonológica de uma das palavras é interpretada morfológicamente e substituída. Gonçalves, Andrade e Almeida (2010) descrevem tais casos como substituições sublexicais (SSLs). Nas SSLs, uma palavra — por conta da relação formal e semântica que parte dela mantém com outra — é entendida como morfológicamente complexa e, conseqüentemente, reestruturada em função dessa identidade. Em *comemorar*, por exemplo, a primeira parte do verbo (*come*) é interpretada como se estruturasse a partir do radical de *comer*, já que comemorações remetem ao *frame* de festa: são eventos descontraídos em que normalmente se oferecem “comes e bebes”. A formação analógica *bebemorar*, já bastante consagrada pelo uso e catalogada no dicionário eletrônico Aurélio — séc. XXI, designa, expressivamente, uma situação de festejo regada a bebida. Passemos, enfim, à descrição dos aspectos fonológicos e morfológicos relevantes à formação de *ships*.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Primeiro olhar sobre o processo de *shippagem*

Ao contrário de outras formações envolvendo nomes de pessoas, como “bolsonero” (GONÇALVES, 2020) e “malafaia” (GONÇALVES, 2019b), usados em referência a Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, respectivamente, os dados não apresentam bases predicadoras, mas antropônimos interligados. Se, nesses casos, há clara relação de subordinação entre as bases (cf. BENFICA da SILVA, 2018), na *shippagem*, ao contrário, ocorre coordenação. Considerando a noção da sintaxe da palavra, proposta por Sandmann (1989), *ships* são sempre copulativos, como atestam os exemplos a seguir, em que a sílaba tônica é negritada:

- (03) Bentriz – ‘Bento e Beatriz’
Jorena – ‘João e Lorena’
Peloísa – ‘Pedro e Heloísa’

Ao que tudo indica, a ordem das bases no interior dos *ships* é determinada por diferentes fatores. Os “manuais” sobre *shippagem* consultados⁷ não estabelecem restrições quanto à ordem que as bases devem seguir. Por exemplo, não há ressalvas se é o nome da mulher ou o do homem que deve vir antes no *ship*, até mesmo porque *ships* podem envolver pessoas do mesmo gênero, como ressaltamos na segunda parte do texto. A coleta de dados aponta para uma escolha baseada na sonoridade mais agradável do produto final, tanto que, na etapa de produção do *ship*, muitos falantes testam as duas ordens, A + B ou B + A, e escolhem a que “combina mais”, ou a que “fica mais bonita”, expressões usadas pelos criadores ao justificar o que se conhece na literatura como eufonia⁸. As imagens a seguir demonstram a dupla tentativa de ordenação das bases.

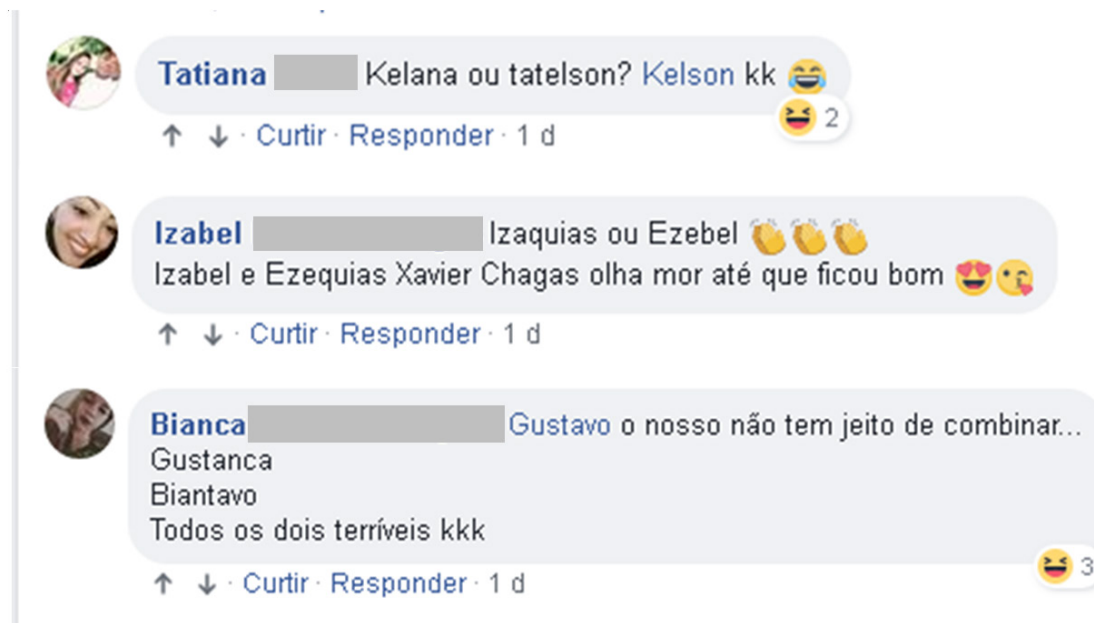
7 O termo *manual* deve ser tomado aqui em sentido bem amplo e, por isso mesmo, está entre aspas. São, na verdade, páginas da internet que se dedicam a “ensinar” os usuários a compor nomes de casais, ou seja, a *shippar*. Entre os consultados, estão os seguintes:

Diário secreto: <http://diario-otome.blogspot.com/2018/06/manual-da-shippagem-o-que-e-shippar.html>;

Funcfiction Net: <http://diario-otome.blogspot.com/2018/06/manual-da-shippagem-o-que-e-shippar.html>

Segunda espécie, ou Bella cria um par: <http://diario-otome.blogspot.com/2018/06/manual-da-shippagem-o-que-e-shippar.html>.

8 Qualidade acústica favorável da emissão e/ou da audição de um significante pela articulação de certos fonemas. No domínio fônico, a eufonia procura evitar sons estranhos, contrastantes, discordantes, repetições desagradáveis; em fonética, explica certas mudanças, podendo ser fator de assimilação ou de dissimilação (Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eufonia>. Acesso em: 10 out. 2020).



Fonte: <https://bit.ly/32ugudS>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Um questionamento instigante que se tenta responder no estudo do cruzamento vocabular é como definir, entre as duas bases, qual delas será a primeira (cf. PIÑEROS, 2002; ANDRADE, 2008). No caso da *shippagem*, podemos aplicar o questionamento, por exemplo, às seguintes perguntas: (a) por que o *ship* de Afonso e Amália é “Afonsália” e não Amalionso? Por que o de Rodolfo e Brice é “Bridolfo” *não* Rodolce? O caminho para as respostas perpassa, para nós, os seguintes aspectos: (a) o rastreamento das formas de base a partir dos *ships*, o que é garantido, por um lado, pela menor perda de massa fônica e (b) o melhor efeito sonoro (no sentido de eufonia) da forma criada. Essas hipóteses, por sua vez, geram outro questionamento: por que “Afonsália” e “Bridolfo” são mais bem-sucedidas do que Amalionso e Rodolce e, por isso mesmo, emergiram como os verdadeiros *ships* dos casais ora considerados?

Análises do CV por *ranking* de restrições, nos moldes da Teoria da Otimalidade (cf., p. ex., ANDRADE, 2008; GONÇALVES; CARVALHO; ANDRADE, 2016), comprovam que ser fiel às bases e não criar formas que possam evocar outras, fora da esfera das que estão sendo combinadas, têm alta prioridade na língua. Desse modo, “portunhol” supera “espaguês”, na análise de Gonçalves (2006), não apenas porque esta deixa de priorizar posições prosodicamente proeminentes, como teremos a oportunidade de abordar adiante, mas porque aproveita de “português” justamente a porção que contém um morfema (o sufixo *ês*) e lembra outra forma da língua, “espaguete”, o que levou os informantes do teste aplicado por Gonçalves e Salgado (2006, p. 198) a rechaçar essa

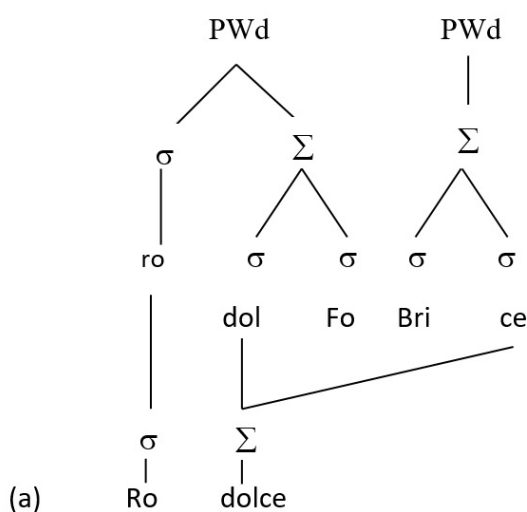
- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

forma, por “não ter pronúncia agradável”, como relatado pelo informante designado por B. Assim, quando nos referimos a “melhor efeito sonoro”, estamos falando de situações em que uma combinação possível gera uma forma “estranha”, o que Basilio (2005) denomina de fusão vocabular expressiva mal sucedida.

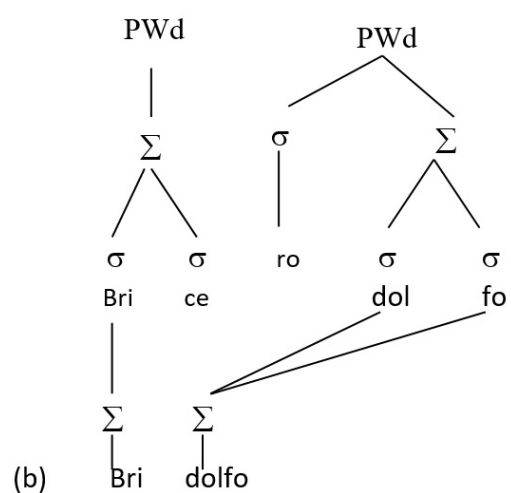
Ao selecionar uma forma, em detrimento de outra, o *shipper* utiliza sua intuição de falante nativo. Podemos recorrer a Basilio (2005), para quem a chave da interpretação do CV consiste em reconhecê-lo como palavra alterada no todo (e não pela soma de suas partes de palavras). Nesse sentido, é mais fácil rastrear a base Afonso no *ship* “Afonália” que em Amálonso, do mesmo modo que o acesso a Brice é maior em “Bridolfo” que em Rodolce: a maior quantidade de material fônico preservada possibilita rastrear melhor as formas de base. Outro fator extremamente importante é a manutenção da estrutura métrica (número de sílabas) e prosódica (padrão acentual) das palavras-matrizes.

Podemos recorrer à proposta de fidelidade posicional de Beckmann (1998), para quem existe um pequeno inventário de posições linguisticamente privilegiadas que desempenham papel importante nos sistemas fonológicos. Essas posições são as que apresentam vantagem perceptual no sistema de processamento, via proeminência psicolinguística ou fonética, em relação a posições não privilegiadas: sílabas iniciais de raízes/palavras, sílabas acentuadas, *onsets* silábicos, raízes, vogais longas. Tomemos o caso de “Bridolfo” e “Rodolce”, possíveis *ships* para o casal Brice e Rodolfo. Vejamos a estrutura métrico-prosódica das duas formações. Nessas representações, os símbolos PWd, σ , Σ representam, nessa ordem, a palavra prosódica, a sílaba e o pé (nos dois casos, um troqueu) – as categorias mais baixas da hierarquia prosódica:

(04)

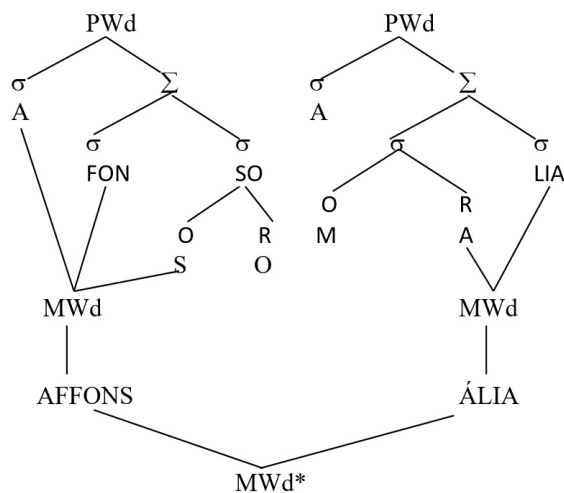


(05)



Raciocínio semelhante vale para o possível (mas não identificado *ship*) “Amalionso”. Se, por um lado, o prenome Amália está bem representado no *ship*, o mesmo não se pode dizer a respeito de Affonso. Apesar do aproveitamento do pé trocaico nuclear quase na íntegra (só o /f/ não é levado para a forma ora inventada), a sequência *onso* não constitui sufixo, mas aparece em palavras muito usuais da língua, como “sonso”, além de lembrar um possível masculino de “onça”. Esses fatos justificariam a ordem das palavras no interior dos *ships*. Observe a representação de “Affonsália”, o *ship* criado para a torcida de Affonso e Amália na novela *Deus salve o rei* (Rede Globo, 2017). Na representação abaixo, MWd faz referência à palavra morfológica (*morphological Word*) e MWd* à palavra morfológica complexa. O e R abreviam os constituintes silábicos *onset* e rima (optamos por deixar os dois <f> de Affonso apenas para ser fiel à grafia original desse antropônimo):

(05)



Como se vê, *ships* se valem de cruzamentos inclusive no que diz respeito à ordem das bases no interior do produto. Observam-se, em (05), duas posições prosodicamente proeminentes envolvidas: o pé nuclear (de Amália) e a margem esquerda (de Affonso). O menor número possível de apagamentos também é levado em consideração: somente a vogal átona final de Affonso e átona inicial de Amália não aparecem no produto. Se considerarmos a ambimorfemia de elementos não idênticos, como Piñeros (2002), é possível associar [f] com [m], dada a posição estrutural de *onset* e o grau de semelhança fônica entre os segmentos (ambos são labiais).

Quanto à estrutura dos *ships*, identificamos ao todo cinco possibilidades de formação, sendo apenas duas consideradas mais padronizadas, pois as outras três não se mostram tão regulares e não apresentam número significativo de ocorrências (*tokens*). O padrão dominante é o que mescla os segmentos iniciais da primeira base com os finais

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

da segunda, a exemplo de “Joliza” (<Jonatas + Eliza), em que houve aproveitamento da borda esquerda de Jonatas e do pé nuclear de Eliza, duas posições salientes do ponto de vista perceptual (BECKMANN, 1998). A grande maioria (85% dos dados, 180 formações) foi criada por esse padrão. Mais alguns exemplos aparecem em (06), a seguir.

- (06) Belidolfo (<Beliza + Rodolfo)
 Brenlherme (<Brenda + Guilherme)
 Paugner (<Paula + Wagner)
 Shirlipe (<Shirlei + Felipe)
 Thiara (<Thiago + Sara)

O segundo modelo identificado no *corpus* é o que mescla a margem esquerda de ambas as bases, a exemplo de “DiRo” (<Diego + Roberta). Apenas 13% dos *ships* (28) são formados por esse padrão, que parece não se repetir no cruzamento vocabular formado por nomes comuns, os quais geralmente seguem a estrutura de “portunhol” (<português + espanhol) e “chocotone” (<chocolate + panetone) – (cf. GONÇALVES, 2003; BASILIO, 2005; ANDRADE, 2008), p. ex., o que confirma a relevância do pé na formação dos produtos. A seguir são listados mais alguns *ships* formados pelas margens esquerdas das formas de base, o que põe em relevo, por sua vez, a importância da sílaba e do início de palavras, posições também privilegiadas, na visão de Beckmann (1998).

- (07) Jelu (<Jéssica + Lucas)
 MaVi (<Manoel + Vivian)
 ToCar (<Tomás + Carla)

Como se vê nos dados, essas formas se assemelham mais a hipocrísticos de nomes compostos do que a cruzamentos, uma vez que, como demonstra Lima (2008), esse fenômeno define-se como a junção de duas bases antroponímicas que se encurtam, a exemplo de “Malú”⁹, hipocorístico de Maria Luíza ou Maria Lúcia, e “Cadé”, hipocorístico de Carlos André. Além disso, o processo em questão cria formas que são, de maneira geral, oxítonas, ou seja, constituídas de um único pé iâmbico (. *). A exceção à regra se faz com os hipocorísticos terminados em [a]; nesse caso, serão sempre paroxítonos, constituindo, assim, pés trocaicos, como se observa nos exemplos em (08):

- | | | |
|------|-------------------------|--------------------|
| (08) | André Luiz > Delú | João Carlos > Jóca |
| | Carlos Alexandre > Calê | José Carlos > Zéca |
| | Carlos André > Cadé | José Luiz > Zelú |

9 Representamos os acentos neste e nos demais exemplos com os sinais gráficos vigentes apenas com o propósito de indicar as tônicas, a despeito de serem ou não grafadas dessa maneira pelos padrões de escrita do português.

Carlos Artur > Catú	Luiz Carlos > Lúca
Carlos Eduardo > Cadú	Maria Júlia > Majú
Carlos Luiz > Calú	Maria João > Majô
Carlos José > Cazé	Maria José > Mazé
Célia Lúcia > Celú	Eduardo Carlos > Dúca
Maria Luíza / Lúcia > Malú	Maria Teresa > Matê

Os dados em (08) confirmam o que foi dito anteriormente: à exceção dos hipocorísticos terminados em [a], que são sempre paroxítonos, todos os demais são oxítonos (por isso, usamos acentos gráficos para marcar as tônicas). Além disso, observa-se que, em quase todos os casos, a primeira sílaba com *onset* do primeiro nome é unida à primeira sílaba com *onset* do segundo, constituindo o hipocorístico. As exceções estão nos casos em que aparece o antropônimo José. Nesses hipocorísticos, a sílaba <zé> será sempre copiada, e nunca a primeira sílaba com *onset* (<jo>), como nos demais casos¹⁰. Como se vê, é muito semelhante o padrão de hipocorização ora em foco com os dados em (07), o que os torna mais próximos de hipocorísticos do que de cruzamentos, muito embora a função dos *ships* seja bem diferente da de hipocorísticos (*ships* nomeiam; hipocorísticos são expressivos). Do ponto de vista fonológico, no entanto, é próxima a relação desses *ships* com hipocorísticos de nomes compostos. Por outro lado, quando se observam os dados a seguir, o processo mais semelhante passa a ser a siglagem:

- (09) a. Bel**Gra** (<Belo + Gracianne)
 b. Jolari (João + Larissa)
 c. Perom**ar** (Pérola + Márcio)

A formação (09a) destoa dos hipocorísticos de nomes compostos em três aspectos importantes: (a) não forma um troqueu (mas um iambo), embora o produto termine em *a* (a pronúncia é [bɛʎ'grɐ], um dissílabo oxítono (diferente de “Jóca” e “Lúma”, p. ex.); (b) apresenta *onset* complexo, o que nunca ocorre nos hipocorísticos; (c) não respeita as fronteiras das categorias de análise fonológica, nesse caso, a sílaba, pois <bel> não é sílaba em Belo, o que faz com que a lateral passe à posição de coda e se vocalize no *ship*. Um aspecto crucial afasta os dados em (09) de hipocorísticos de nomes compostos: nem sempre as bases apresentam a mesma quantidade de sílabas nos produtos (algumas fazem uso de uma e outras, de duas), como em (09b) e (09c), gerando formas trissilábicas, o que jamais acontece na hipocorização, que constitui processo de formação de palavra mínima (ARAÚJO, 1990). Assim, os dados em (09) apontam para outro processo não

10 Esse fato se deve, possivelmente, a um processo de lexicalização que pode ter ocorrido com a sílaba <zé>, pois, como se sabe, é bastante comum o nome José ser reduzido a Zé.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

concatenativo de formação de palavras: a siglagem. Discutiremos essa questão com mais vagar na próxima seção. Antes, voltemos aos dados de *shippagem* a que tivemos acesso.

A terceira possibilidade estrutural une o início de um prenome com o meio de outro, tendo sido encontrado em apenas dois dados do *corpus*. Essas ocorrências, listadas a seguir, parecem ser intencionalmente motivadas já que as palavras finais correspondem a homônimos: “frito”, “que se frigiou ou estar em situação embaraçosa, sem desculpas para uma falta, sem dinheiro, sem escapatória”, e “viada” (\approx veada), “designação pejorativa, preconceituosa e depreciativa para se referir a homossexuais”.

- (10) **Frito** (<Franciele + Vitor)
Viada (<Vivi + Radamés)

A quarta possibilidade de formação só ocorreu em um caso, que mescla o fim da primeira base com o início da segunda. Assim como em (10), esse caso isolado também parece ter sido formado com a intenção de fazer analogia com outra palavra de uso comum na língua: “pau” – “vara, ripa, viga; [chulismo] pênis”. Nesses casos, está em jogo a função discursiva de avaliação, nos termos de Basilio (1987), uma vez que a intenção vai além da simples nomeação do par: contém claro propósito de denegrir o casal, o que se evidencia com a utilização de nomes comuns característicos de uma linguagem de baixo calão.

- (11) **Nopau** (<Breno + Paula)

A quinta e última possibilidade estrutural também ocorreu em um só caso, unindo, integralmente, a primeira MWd com as duas extremidades (esquerda e direita) da segunda. Entendemos que a excentricidade desse caso raro pode ser justificada pelo fato de as bases serem antropônimos mais comuns na língua inglesa, visto que ambos os nomes são referentes a personagens da série *Supergirl*. Novamente aqui predomina a função expressiva de avaliação. Nesse caso, no entanto, cria-se uma forma que evoca algo positivo e com conteúdo nitidamente afetivo: um doce, caramelo.

- (12) **Karamel** (<Kara + Mon-el)

Apresentadas as cinco possibilidades estruturais, discorreremos, a seguir, sobre as duas mais recorrentes, consideradas, aqui, os efetivos padrões estruturais da *shippagem* em português. Começando pelos casos envolvendo a margem esquerda das formas de base, ressaltamos que em nenhum dos dados as bases compartilham material fonológico. Identificamos algumas situações em que as palavras-matrizes até apresentam semelhanças, mas essa similaridade fônica não foi aproveitada para a produção do *ship*. Por exemplo, “LuAr” (< Lua+ Arthur) apresenta semelhança no /a/ (apesar de o segmento figurar em

sílaba de rima ramificada – núcleo + coda – em Arthur). No entanto, pela grafia, é notório o aproveitamento da primeira sílaba de Lua, o que caracteriza uma correspondência de um-para-um (e não a existência de ambimorfemia).

Outro caso interessante é o de “TayTay” (<Taylor + Taylor), *ship* do ator Taylor Lautner e da cantora Taylor Swift. Os prenomes são idênticos e, portanto, todos os segmentos das bases podem ser considerados semelhantes, mas, ao selecionar a primeira sílaba de cada base, o *shipper* optou pelo aproveitamento de ambas as bordas esquerdas, criando uma espécie de forma reduplicada para ressaltar bem a união dos prenomes da nomeação amorosa em questão.

Desse modo, todos os 28 dados que se servem da borda esquerda dos antropônimos são classificados como combinação truncada e formalmente se assemelham a hipocorísticos de nomes compostos (com todas as ressalvas já levantadas). Entre *ships* e hipocorísticos, outra particularidade vale ser ressaltada: a mudança da estrutura silábica em relação às bases. Em “Somic” (<Sophia + Micael), por exemplo, o *ship* aproveita, da base Micael, a primeira sílaba (/mi/) e o *onset* da segunda (/k/), o que mostra que o processo pode operar na ressilabificação de segmentos, fato simplesmente inexistente na hipocorização de nomes compostos (cf. LIMA, 2008). Outro exemplo semelhante é “MerDer” (<Meredith + Derek), em que o tepe /r/, *onset* da segunda sílaba de ambas as bases, passa a [ɣ] e [x], fricativa velar sonora e surda, respectivamente, ao assumir a posição de coda interna e externa, nesta ordem (pelo menos na fala carioca). Cumpre destacar que essa mudança estrutural também não costuma ocorrer em dados de CV em português (cf., p. ex., ANDRADE, 2008), embora seja bastante comum em outras línguas, como o inglês, conforme relatado em Lehrer (2007), e em francês (cf. RENNERT; MANIEZ; ARNAUD, 2012). Por outro lado, mudança estrutural semelhante é observada em “BelGra” (<Belo + Gracyanne) e “Catpe” (<Catarina + Pedro), nomes relacionados a famosos brasileiros. No nosso entendimento, esses *ships* remetem ao processo de siglagem, como abordaremos adiante.

Os *ships* formados por margens diferentes das formas de base, como destacamos, são os que perfazem a maioria dos dados e, entre eles, a combinação truncada também prevalece sobre a interposição lexical (36% contra 64%). Com relação ao ponto de quebra, observamos que o corte nas bases é feito no nível intersilábico. Como exemplo, podemos citar “Ludrigo” (< Luciana + Rodrigo), “Pelice” (< Pedro + Alice) e “Maunam” (<Maura + Ionam), cujo material aproveitado no produto final é a borda esquerda de uma base e a direita de outra, considerando os aspectos discutidos mais acima, em relação à ordem das matrizes no interior dos *ships*. Um aspecto que merece destaque é o fato de, nos três casos, haver aproveitamento de sílabas, na íntegra.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Há, no entanto, outros dados igualmente formados por margens diferentes das formas de base e por combinação truncada cujo corte é feito no nível intrassilábico, uma vez que o material aproveitado corresponde a porções menores que a sílaba – é o caso de “Mafeu” (<Mafalda + Romeu), “Spoby” (<Spencer + Toby) e “Tatelson” (<Tatiana + Kelson). No primeiro exemplo, o corte é feito a partir da segunda sílaba de Mafalda, aproveitando, desta, apenas seu *onset*, (/f/), posteriormente ligado à rima da segunda sílaba de Romeu (/eŭ/). De igual modo, em “Spoby”, o corte conecta o *onset* complexo (em inglês, /sp/) da primeira sílaba de Spencer, (/sp/), com o núcleo da primeira sílaba de Toby, (/ɔ/). Em “Tatelson”, novamente o *onset* de sua segunda sílaba de Tatiana, (/t/), é ligado à rima da primeira sílaba de Kelson (/εŭ/). Nos três casos, a quebra foi feita no interior de uma sílaba.

Observamos, assim, que os dados formados por margens diferentes das bases são heterogêneos quanto ao ponto de quebra, uma vez que, em alguns deles, o corte mantém as sílabas completas e, em outros, é interno às mesmas – o que denominamos de nível intersilábico e intrassilábico, respectivamente. Nossa hipótese para explicar a motivação de um ou outro é a questão do rastreamento das matrizes lexicais, a partir do aproveitamento do maior número de segmentos e das estruturas métrica e prosódica das bases. Outro ponto igualmente importante é o efeito fonológico da criação, ao evitar, por exemplo, que (a) uma matriz seja representada por uma sequência parecida com um afixo ou uma palavra e (b) o resultado soe estranho (a menos que isso seja intencional). Em “Pelice” (<Pedro + Alice), se a quebra fosse feita no nível intrassilábico, o produto final (Pedrice) remeteria mais diretamente a Pedro, mas a base Alice seria de mais difícil reconhecimento, por conta da terminação *ice*, equivalente, em forma, ao sufixo formador de nomes abstratos (cf. *chatices*, *burrices*). Do mesmo modo, se o corte do *ship* “Mafeu” (<Mafalda + Romeu) fosse intersilábico, o resultado (Mameu ou Mafalmeu), além de apresentar sonoridade incomum, seria opaco quanto à identificação da base Romeu.

Concluindo, não identificamos nenhum *ship* monossilábico ou formado pela substituição sublexical. Observamos a combinação truncada como o tipo de cruzamento vocabular mais recorrente na *shippagem*, correspondendo a praticamente 70% dos 212 dados. Segue uma tabela que distribui os dados entre as possibilidades estruturais de *ships* e os tipos de cruzamento vocabular identificados.

Tabela 1. Possibilidade estruturais de *ships*

Análise estrutural dos <i>ships</i>			Interposição lexical		Combinação truncada	
	UNID	%	UNID	%	UNID	%
Início + fim	180	85	65	31	115	54
Início + início	28	13	0	0	28	13
Início + meio	2	1	0	0	2	1
Fim + início	1	0,5	0	0	1	0,5
Início + extrem.	1	0,5	0	0	1	0,5
TOTAL	212	100	65	31	147	69

Fonte: Elaboração própria

Ainda que menos avaliativo do que os casos mais clássicos de interposição lexical, como “Boçalnaro”, “Bozonero”, “Coronaro” (cf. GONÇALVES, 2020), o significado veiculado pelos *ships* é também atitudinal, nos termos de Gonçalves (2016), posto que motivado por uma intenção específica do falante (o desejo de que o casal dê certo). Ao apoiar um *ship* publicamente, muitas evidências são reveladas sobre o falante (o internauta, nesse caso). Por exemplo, pelo simples fato de postar a *hashtag* #Paugner em uma rede social, os leitores saberão que o autor da postagem é expectador do *reality show* *Big Brother Brasil 18* e claramente torce pelo romance entre Paula e Wagner; logo, não deve apoiar o namoro da participante com nenhum outro jogador, e provavelmente torce para os dois terem bom desempenho no programa (caso contrário não daria “íbope” para o mesmo). Sendo assim, mais uma vez, constata-se que o antropônimo não se apresenta como “marca sem significado” ou “mero rótulo” (cf. SOLEDADE, 2019), revelando forte valor discursivo socialmente demarcado. Teria também função indexical, nos termos de Gonçalves (2016), uma vez que, pela *shippagem*, seriam reconhecidos traços sociolinguísticos do falante: geralmente jovens, a maioria adolescentes do sexo feminino.

Paralelo entre cruzamento vocabular de bases antroponímicas e siglagem

Examinados a estrutura dos dados e seus principais padrões de formação, investigamos agora outro processo morfológico que se aproxima da *shippagem*: a siglagem, em especial os casos de acronímia (cf. ABREU, 2004). Observamos que os

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

dados em questão, sobretudo os formados pelo aproveitamento da margem esquerda das formas de base, mostram-se semelhantes às siglas, palavras também formadas pelas iniciais de suas bases.

O paralelo entre a siglagem e o cruzamento vocabular não é inédito, pois foi apresentado no trabalho de Gonçalves (2004), ao juntar ambos os mecanismos de ampliação lexical no mesmo grupo, o de processos de fusão. Nesse sentido, definimos a siglagem para, depois, verificar algumas divergências e convergências entre siglagem e CV, a fim de investigar se alguns *ships* podem ser considerados siglas.

Segundo Gonçalves (2019a, p. 255), uma sigla é uma “combinação das iniciais de um nome composto ou de uma expressão”. Pode ser de dois tipos: (i) alfabetismo, em que os produtos são pronunciados letra por letra, como em uma soletração, a exemplo de UFMG, ou (ii) acrônimo, “siglas cuja combinação de letras possibilita pronunciar a nova forma como palavra comum na língua” (GONÇALVES, 2019a, p. 226), a exemplo de UERJ. Pela pronúncia dos dois tipos, selecionamos os acrônimos para comparação com os *ships* que se valem da borda esquerda das bases.

O primeiro ponto em comum é não concatenatividade, pois, assim como cruzamentos, siglas também não são formadas por encadeamento estrito de seus componentes. Além disso, siglagem e CV são processos de fusão, como afirma Gonçalves (2004). A fusão, inclusive, parece ser o fator que mais une os dois mecanismos. Em siglas como “Petrobras” (<Petróleo Brasileiro), é nítida a fusão pela qual as bases são processadas, incluindo o rompimento do constituinte **sílaba** (a sibilante /z/ passa a coda e se neutraliza). Esse exemplo também deixa claro que os CVs são mais parecidos com os acrônimos do que com os alfabetismos, uma vez que não necessariamente usam apenas a primeira letra de cada base da expressão; podem aproveitar mais segmentos. Em “Petrobras”, são empregadas as duas primeiras sílabas da primeira palavra, [‘pɛtro], que se unem à primeira sílaba da segunda palavra, [bra], mais o *onset* da sílaba seguinte, /z/, o que torna neutralizável a pronúncia do produto, uma vez que, ao passar para a coda, pode ser realizado alveolar, [s] ou alveopalatal, [ʃ], a depender do dialeto. Esse caso se aproxima de “BelGra” (<Belo + Gracyanne), por exemplo, que aproveita a primeira sílaba de Belo e o *onset* da segunda, formando uma palavra com ditongo na primeira sílaba e *onset* complexo na segunda. Esses fatos afastam os *ships* da classe dos hipocorísticos de nomes compostos, que, como vimos, são basicamente CV.CV e nunca operam no nível intrassilábico.

Outra semelhança entre os processos de *shippagem* e siglagem (acronímia) é que ambos possuem função lexical: como o CV, a siglagem também forma novas palavras por

meio de bases já existentes na língua. Além disso, alguns *ships* formados pelas iniciais das bases são grafados com letras maiúsculas no interior da palavra, delimitando onde começa a segunda base – cf. “BelGra” (<Belo + Gracyanne) –, assim como ocorre com algumas siglas – “MinC” (<Ministério da Cultura). A quantidade de bases, por sua vez, é um critério que distancia os processos: enquanto dados de CV possuem invariavelmente duas bases, siglas apresentam no mínimo duas bases.

A relação do produto final com as bases é uma convergência entre os processos, na medida em que consideramos a autonomia dos produtos. O falante pode tomar um acrônimo como palavra primitiva, ou seja, siglas apresentam a possibilidade de criar derivados – cf. “petista” (< PT) e “aidético” (< AIDS). Ainda que não seja muito recorrente, verificamos uso parecido com “shirlipeiro”¹¹, derivado em *-eiro* do “Shirlipe” (< Shirlei + Felipe).

Comparando pelo critério semântico, há diferenças entre *ships* e acrônimos. Nos *ships*, o significado total é a soma dos significados de cada base, isoladamente, de modo que o falante, imerso na esfera social em que circulam essas formações, capta as bases e percebe o desejo do *shipper* de que dois personagens ou duas pessoas fiquem juntos (formem um par). Por exemplo, o *ship* “ToCar” pode ser opaco para muitos falantes, mas para os telespectadores da novela *Rebelde*, é de fácil acesso, já que mescla os nomes de um dos principais casais: Tomás e Carla.

Nas siglas, por sua vez, embora o significado total também seja resultante da combinação dos significados de cada base, o produto é mais distante de suas matrizes, o que se dá pela possibilidade de o falante não conseguir identificar as bases, como ocorre em “CEP” (< Código de Endereçamento Postal) e “BRT” (< *Bus Rapid Transit*, “Transporte Rápido por Ônibus”). Por exemplo, o fato de o falante conhecer o BRT não é garantia de que reconheça as bases da sigla, uma vez que são oriundas do inglês. Sobre isso, Gonçalves (2019, p. 226) afirma que

[...] o distanciamento das formas de base advém da pequena relação de identidade entre a sigla e a expressão, uma vez que apenas a sequência inicial é copiada. Em decorrência, é grande a probabilidade de o acrônimo suplantar de vez o sintagma-base, a exemplo do que vem ocorrendo com CPF (abreviação de ‘cadastro de pessoas físicas’), que já não mantém qualquer relação de correspondência com a expressão que lhe deu origem.

¹¹ Dado disponível em: <https://glo.bo/3yLhxSJ>. Acesso em: 10 out. 2016.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

Como já afirmamos, há *ships* que aproveitam apenas as iniciais das bases, como em “JeLu” (< Jéssica + Lucas); mas também há dados que aproveitam o início de uma base e o fim de outra, como “Artulia” (< Artur + Julia), além de outras possibilidades menos recorrentes. Nas siglas, ao contrário, independentemente de serem alfabetismos ou acrônimos, necessariamente aproveitam-se dos segmentos iniciais das bases, como em “Detran” (< Depto de Transito) e “Secom” (< Secretaria do Comércio). Fica claro, então, que a maior diferença entre os processos é o fato de a siglagem formar palavras, necessariamente, por meio das iniciais de suas bases – tanto é que, em inglês, o termo utilizado é *initialism*¹² (inicialismo).

Levando em conta os critérios apresentados – como resume o quadro a seguir – concluímos que os *ships*, principalmente os que preservam a borda esquerda das matrizes lexicais, têm características tanto de cruzamento vocabular como de siglas. Em um *continuum* entre os processos, provavelmente ficariam entre o CV e a siglagem. No quadro a seguir, apresentamos as principais semelhanças e diferenças entre os dois processos:

Quadro 1. Siglagem vs. cruzamento vocabular

	Critério	Siglagem	CV (ship)
1	Formação	Processo não concatenativo/fusão	Processo não concatenativo/fusão
2	Função	Função lexical	Função lexical
3	Quantidade mínima de bases	Duas bases	Duas bases
4	Quantidade máxima de bases	Permite mais de duas bases	Duas bases
5	Autonomia das bases	Produto final pode ser derivado	Produto final pode ser derivado
6	Semântico	Significado das bases distante do significado da nova palavra (menos transparência)	Significado das bases próximo do significado da nova palavra (mais transparência)
7	Padrão estrutural	Permite ‘início + início’	Permite pelo menos dois padrões

Palavras finais

Neste artigo, procuramos descrever as principais características de um fenômeno que se tornou febre entre os adolescentes, sobretudo os mais antenados com as mídias

¹² O termo *initialism*, como tradução para *siglagem*, é encontrado no dicionário *on-line* de inglês Oxford. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/spelling/initialisms>. Acesso em: 10 set. 2018.

sociais e as diversas séries de TV que vêm se popularizando, por exemplo, na Netflix: a *shippagem*. Ao mostrarmos que a formação de *ships* constitui prática bastante recente na criação de nomes, observamos que a criação lexical revela forte desejo de batizar uma relação afetiva por meio da combinação de dois antropônimos, a exemplo de “BelGra”, junção do nome artístico de um cantor romântico, Belo, com o prenome de uma conhecida fisiculturista, Gracyanne Barbosa.

Esperamos, no texto, ter alcançado as seguintes metas: (a) mostrar que a *shippagem* é um fenômeno a serviço da Onomástica, uma vez que parte de nomes de pessoas com vistas a formar um nome composto, ainda que este não seja real; e (b) ao analisar os padrões mais frequentemente empregados na construção de *ships*, comprovar que o cruzamento vocabular, em sua diferente tipologia (interposição, combinação truncada, substituição sublexical) responde pela maioria das formações, ainda que interaja, em menor proporção, com outros processos não concatenativos, principalmente a siglagem e hipocorização, o que evidencia não serem rígidas as fronteiras dos processos de formação de palavras, mesmo os não concatenativos. Esperamos que, por sua natureza seminal, o trabalho sirva para estimular novos estudos nessa área tão recente e ainda tão pouco descrita.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. N. M. de. **Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil:** a formação de siglas e de acrônimos. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALGEO, J. Blends, a structure and systematic view. **American Speech**, v. 52, p. 47-64, 1977.

ALVES, I. M. **Neologismo:** criação lexical. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, G. A. Morfologia não-concatenativa em português: os portmanteaux. **Caderno de Estudos linguísticos**, Campinas, v. 39, p. 5-21, 1990.

ASSUNÇÃO, F. P.; GONÇALVES, C. A. V. Cruzamentos vocabulares em nível discursivo/textual: efeitos expressivos e padrões estruturais na coluna de Agamenon Mendes Pedreira. **Signum, Estudos de Linguagem**, v. 11, p. 111-130, 2008.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

ANDRADE, K. E. **Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do Português do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, K. E. **Proposta de *continuum* composição-derivação para o português do Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BASILIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

BASILIO, M. M. de P. A fusão vocabular como processo de formação de palavras. **Anais IV Congresso Internacional da ABRALIN**, Salvador: UFBA, p. 545-555, 2005.

BECKMAN, J. N. **Positional faithfulness**. 1998. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of the University of Massachusetts, Amherst, 1998.

BENFICA da SILVA, V. O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise morfológica e fonológica. **Dissertação** (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, J. J. de. **A formação de palavras na língua portuguesa: um estudo da fusão vocabular na obra de Mia Couto**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

DOW, L. A corpus study of phonological factors in novel English blends. **Lexis**, v. 45, n. 3, p. 111-123, 2018.

GIROLAMO, C. The Fandom PairingName Blends and the Phonology-Orthography Interface. **Names**, v. 60, n. 4, p. 231-243, 2019. DOI: [10.1179/0027773812Z.00000000034](https://doi.org/10.1179/0027773812Z.00000000034).

GONÇALVES, C. A. V. **Uma análise compreensiva do cruzamento lexical em português**. Campinas: Pontes (no prelo)

GONÇALVES, C. A. V. Uma análise construcional das (de)formações lexicais com os nomes do atual chefe do executivo. **Gragoatá** (UFF), v. 25, n. 52, p. 648-687, 2020.

GONÇALVES, C. A. V. **Morfologia**. São Paulo: Parábola, 2019a.

GONÇALVES, C. A. V. A crença nas palavras: (des)construções lexicais em antropônimos de líderes religiosos. **Estudos Linguísticos** (São Paulo, 1978), v. 48, p. 899-918, 2019b.

GONÇALVES, C. A. V. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. V. A ambimorfemia de cruzamentos vocabulares em português: uma abordagem por *ranking* de restrições. **Revista da ABRALIN**, v. 5, p. 169-184, 2006.

GONÇALVES, C. A. V. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. **Alfa** (ILCSE/UNESP), Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004.

GONÇALVES, C. A. V. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 16-35, 2003.

GONÇALVES, C. A. V.; CARVALHO, W.; ANDRADE, K. Splinters são cruzamentos de cruzamentos? Repensando o estatuto desse constituinte em português. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 132-156, 2016.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. Se a macumba é para o bem, então é *boacumba*: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português. **Revista Lingüística**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 47-62, dez. 2010.

GONÇALVES, C. A. V.; SALGADO, V. C. Sobre o efeito da restrição morfológica Morphdis nos cruzamentos vocabulares em português. *In*: IV Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília. **Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN**. Brasília: UnB, v. 1. p. 195-202, 2006.

LEHRER, A. Blendalicious. *In*: MUNAT, J. (ed.). **Lexical Creativity, Texts and Contexts**, Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2007. p. 115-133.

LIMA, B. C. **A formação de 'Dedé' e 'Malu'**: uma análise otimalista de dois padrões de Hipocorização. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- | O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular

McCARTHY, J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, v. 12, n. 3, p. 373-417, 1986.

PIÑEROS, C. E. **The creation of portmanteaus in the extra grammatical morphology of spanish**. Iowa: University of Iowa, 2002.

RENNER, V.; MANIEZ, F.; ARNAUD, P. J. L. **Cross-Disciplinary Perspectives on Lexical Blending**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012.

RIO-TORTO, G. M. Blending, cruzamento ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (dis)semelhanças com a composição. *Filologia e lingüística portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2014.

LIEBER, R. English Word-Formation Processes. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, **Handbook of Word-Formation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 429-448.

RONNEBERGER-SIBOLD, E. Tuning Morpho-Semantic Transparency by Shortening. In: LÜTSCHUZKY, H.; RAINER, F. (ed.). **Proceedings of the 15th International Morphology Meeting**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 206-225.

SANDMANN, A. J. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 1989.

SANDMANN, A. J. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia et Labor, 1985.

SÂNDALO, M. F. Morfologia. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (ed.). **Introdução à lingüística**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOLEDADE, J. Origens e estruturação histórica do léxico antroponímico do português brasileiro. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 8, n. 2, p. 411-452, jul./dez. 2019.

<http://wp.clicrbs.com.br/holofote>

<http://www.garotasgeeks.com>

<https://aminoapps.com>

<https://capricho.abril.com.br/vida-real/nem-ai-13-casais-que-vamos-shippar-hoje-amanha-e-sempre>

<https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer>

<https://twitter.com/fanfics>

<https://bit.ly/3H6U2GH>

<https://bit.ly/3stXbft>

<https://www.significados.com.br/shippar>

<http://sherlockbrasil.blogspot.com.br>

COMO CITAR ESTE ARTIGO: GONÇALVES, Carlos Alexandre; SILVA, Vitória Benfica da. O fenômeno da *shippagem* na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 335-365, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 12/01/2021 | Aceito em: 04/02/2021.

ANÁLISE DE MARCAS DE DOIS GOVERNOS FEDERAIS PÓS-*IMPEACHMENT*

Juciano Rocha PROFESSOR¹

Marcelo SAPARAS²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3142>

Resumo: Este trabalho corresponde a um recorte da pesquisa de mestrado de um dos autores, a respeito da análise de Marcas de Governo – construções imagéticas produzidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) para identificar visualmente o mandato de um presidente da República. Os dados de análise são duas Marcas de Governo, gestão Itamar Franco e gestão Michel Temer, escolhidas por serem ambas de mandatos pós-*impeachment*. O objetivo deste trabalho é analisar, conforme a Gramática do *Design* Visual (KRESS; van LEEUWEN, 2006) e teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 2002; SAPARAS; IKEDA, 2017; FENG, 2017), a relação dessas Marcas com as Marcas dos governos que os antecedem, bem como as metáforas e metonímias que as compõem. Deste modo, foi possível perceber que, embora sob formas diferentes, ambas as Marcas foram construídas de maneira a evitar a associação com as construções dos governos anteriores, alvo de *impeachment*. Foi observada, também, a metonímia do tipo PARTE PELO TODO tanto na Marca de Franco quanto de Temer, fazendo remissão, nos dois casos, à Bandeira do Brasil.

Palavras-chave: Marcas de Governo. Metáfora. Metonímia. Gramática do Design Visual.

1 Universidade Federal da Grande Dourados, (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil; mosquitop1@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-3170-1662>

2 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil; christian_matt@uol.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-9924-8369>

ANALYSIS OF BRANDS OF TWO FEDERAL GOVERNMENTS AFTER-IMPEACHMENT

Abstract: This paper is based on the Master's research by one of the authors regarding the analysis of Government brands – imagery constructions produced by SECOM (Special Secretariat for Social Communication) to visually identify the term of a President of the Republic. The analysis data consist of two Government Brands, Itamar Franco's administration and Michel Temer's administration, chosen because they are both from post-impeachment terms. The objective of this paper is to analyze, according to the Grammar of Visual Design (KRESS; van LEEUWEN, 2006) and the theory of Metaphor and Conceptual Metonymy (LAKOFF; JOHNSON, 2002; SAPARAS; IKEDA, 2017; FENG, 2017), the relationship of Brands with the governmental Brands that preceded them, as well as the metaphors and metonymies that compose them. In this way, it was possible to see that, although, under different forms, both Brands were built in a way to avoid any association with the constructions of previous, impeached governments. The metonymy of the PART FOR THE WHOLE type was also observed in both the Franco and Temer Brands, referring, in both cases, to the Brazilian Flag.

Keywords: Government Brands. Metaphor. Metonymy. Grammar of Visual Design.

Introdução

A sociedade, em virtude de seu crescente desenvolvimento tecnológico, partilha discursos diversos sob variadas materialidades: impressas, sonoras, midiáticas etc. A partir dessa premissa, é interessante salientar que, com os serviços de *internet*, cada vez mais os sujeitos entram em contato com práticas sociais a que não estão acostumados e, de mesma forma, visões de mundo entram em embate constante.

Visto que o alcance dos discursos veiculados pela internet é extenso, fazer uso desta plataforma corrobora com a massificação de informações, preceitos, notícias e acontecimentos em geral. Cada vez mais a sociedade é transpassada por informações que surgem não mais sob a forma apenas verbal, há também músicas e imagens que compõem o imaginário cultural e que precisam de um olhar atento para compreender suas significações.

É, pois, de grande interesse a este artigo refletir sobre a imagem, uma vez que, conforme Kress e van Leeuwen (2006), sua construção não é imotivada e seus sentidos partem do objetivo de seu criador. De mesmo modo, Santaella (2014, p. 15) chama a atenção para a complexidade da imagem, ora sendo óbvia ora sendo astuciosa: "A imagem

se mostra, mas, ao mesmo tempo, promete algo mais que não se deixa ver.". O que nos interessa é perceber esse algo a mais que, a princípio, não se deixa ver.

Assim, este trabalho corresponde a um recorte de uma pesquisa de mestrado cuja prerrogativa foi analisar Marcas de Governo Federal, ou seja, construções imagéticas produzidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM). Seria divergente dos propósitos deste escrito trazer definições teóricas a respeito de Marcas, Logotipos e *slogans* e, portanto, utilizamo-nos do termo Marca de Governo a fim de englobar as construções imagéticas produzidas pela SECOM para representar o mandato de um presidente da república. Trazemos neste artigo duas Marcas que muito se assemelham contextualmente, indicando uma possível análise de ambas quanto à sua estrutura e às visões de mundo metafóricas que elas reproduzem.

Este artigo compõe-se de mais três partes, à exceção da conclusão: (1) apresentação dos campos teóricos utilizados; (2) metodologia, em que apresentaremos as Marcas e os procedimentos utilizados para a discussão e análise, cujo objetivo é demonstrar os resultados obtidos (3).

Campos teóricos utilizados

Nesta seção, abordaremos dois campos teóricos que servirão de base para a análise: a Gramática do *Design* Visual e a Linguística Cognitiva, em especial, as Metáforas e Metonímias Conceptuais. Escolhemos utilizar a primeira teoria por ela trazer um arcabouço capaz de analisar construções imagéticas e, também, por acreditarmos que ela traz consigo uma análise da imagem como uma forma mais crítica, pensando-a em relação à realidade e aos sujeitos sociais nela envolvidos. Consoante a Lakoff e Johnson (2002), tem-se que parte de nosso sistema mental é conceptualizado de maneira metafórica bem como metonímica e, neste viés, é de interesse desse trabalho saber quais Metáforas e Metonímias estão impressas nas Marcas de Governo em análise, visto que tais construções são massivamente reproduzidas e estão associadas ao processo de persuasão do leitor (FENG, 2017). A seguir, traremos alguns conceitos de ambos os campos.

Gramática do *Design* Visual

A Gramática do *Design* Visual (doravante GDV) compreende um conjunto teórico desenvolvido inicialmente pelos estudos de Gunther Kress e Theo van Leeuwen e sistematizado em sua obra conjunta *Reading Images* (1996, 2006). Para eles, há uma necessidade de se pensar o texto – seja ele verbal, visual, sonoro ou audiovisual – de forma crítica e voltada aos efeitos de sentidos de seus criadores.

Por conseguinte, os autores associam à análise da imagem as três metafunções de Halliday e colaboradores: a ideacional, a interpessoal e a textual. Tal perspectiva surge uma vez que, para Kress e van Leeuwen (2006), as metafunções de Halliday propõem um olhar para a estrutura do discurso e, também, aos papéis sociais nele envolvidos. Nas palavras de Kress, Leite-García e van Leeuwen (2000, p. 379, tradução nossa³):

[...] partimos do pressuposto de que as categorias de Halliday podem ampliar-se como categorias abstratas e gerais a toda semiose social humana e não apenas especificamente à língua. As potencialidades de representação e comunicação de um modo particular, e seu desenvolvimento cultural e histórico em uma sociedade determinada, requerem descrições específicas desse modo.

Desta maneira, ao voltar as metafunções à construção imagética, tem-se as funções *representacional*, *interativa* e *composicional*, respectivamente. No quadro abaixo, é possível perceber a relação entre as metafunções de Halliday e as funções da GDV:

Quadro 1. Relação entre gramática sistêmico-funcional e gramática do *design* visual

GSF	GDV	
Ideacional (Léxico-gramática)	Representacional (Intra-imagem)	Estruturas visuais que constroem visualmente a natureza dos eventos, objetos, participantes envolvidos e as circunstâncias em que ocorrem, estabelecem as relações construídas entre os elementos retratados.
Interpessoal (Relações sociais)	Interativa (Inter-imagem)	Estruturas visuais responsáveis pela relação entre os participantes, estabelecem a natureza da relação entre quem vê e o que está sendo visto.
Textual (Estruturação da mensagem)	Composicional (Intra-imagem e inter-modal)	Estruturas visuais responsáveis pelo formato do texto e pela disposição dos elementos, estabelecendo o valor hierárquico dos elementos na imagem e entre os diferentes modos de representação da informação (multimodalidade).

Fonte: Lovato (2010, p. 117)

Na função representacional, considera-se os participantes que compõem a imagem, sendo divididos em *representado* e *interativo*. Ou seja, os participantes que produzem ou

3 No original: “nosotros partimos del supuesto de que las categorías de Halliday pueden emplearse como categorías abstractas y generales aplicables a toda la semiosis social humana y no tan sólo específicamente al lenguaje. Las potencialidades de representación y comunicación de un modo particular, y su desarrollo cultural e histórico de una sociedad determinada, requieren descripciones específicas de ese modo.”

consomem a imagem e os participantes que são mostrados em sua composição. É de se destacar nesta função que a representação é estruturada em relação à natureza dos eventos, participantes, objetos e circunstâncias construídos pela imagem (UNSWORTH, 2001, p. 72 *apud* LOVATO, 2010, p. 118). Neste sentido, os participantes (termo que pode englobar objetos) podem ser conectados ou não por um vetor, isto é, um traço imaginário com efeito de sentido de ação/movimento (LOVATO, 2010).

Em relação ao vetor, quando ele está presente em uma imagem – seja conectando dois ou mais participantes, seja direcionando o olhar de algum deles – tem-se um *processo narrativo* (KRESS; van LEEUWEN, 2006). Quando há a indicação de movimento de algum participante, o processo pode ser de *ação* em que o vetor é direcionado a alguém da composição, visível ou não, ou de *reação* quando o vetor é direcionado a partir dos olhos. Há, também, vetores que indicam falas ou pensamentos, geralmente, típicos de histórias em quadrinhos, mas como as imagens em análise não são deste tipo, não nos aprofundaremos nas explicações.

Há, por conseguinte, imagens que não retratam ações, cuja tendência é representar os participantes de maneira estática, em termos de classe, estrutura e significado (KRESS; van LEEUWEN, 2006). Neste prisma, tem-se processos *conceituais*, divididos em: *classificatórios*, *analíticos* e *simbólicos*. No primeiro, os participantes são categorizados em relação a outros, em taxonomias: “pelo menos um conjunto de participantes desempenhará o papel de subordinados em relação a pelo menos um outro participante, o superordenado” (idem, p. 79, tradução nossa⁴). No segundo, há a ênfase em um participante (Portador) e/ou nas partes que o compõem (Atributos). No terceiro, os processos simbólicos “são sobre o que um participante significa ou é” (idem, p. 105, tradução nossa⁵). Dessa forma:

Essas composições apresentam uma atmosfera manipulada (cores, tamanho, silhueta, iluminação, dentre outros), que põe em destaque o Portador ou algum de seus Atributos. Há ainda, nesse processo, uma distinção entre *processo simbólico atributivo* e *processo simbólico sugestivo*. No primeiro, é ressaltado algum Atributo do Portador, destacado pela sua localização na imagem, tamanho, incidência de luz e foco, por exemplo. Já no segundo, o Portador, como um todo, apresenta-se como elemento principal, não há um detalhamento e a atribuição de significado ocorre por meio da manipulação da constituição visual da imagem. (LOVATO, 2010, p. 118).

4 No original: “[...] at least one set of participants will play the role of subordinates with respect to at least one other participant, the superordinate.”.

5 No original: “Symbolic processes are about what a participant means or is.”.

Quanto à função *interativa*, há três sistemas para o exame do significado, a saber: o *sistema de contato*, de *distância social* e de *atitude*. No sistema de *contato*, a imagem provoca uma reação do espectador de alguma forma (exige uma resposta ou oferece uma “informação” visual). Em *distância social*, enfatiza-se o modo como os participantes estão representados de modo a determinar a relação social entre eles (participante representado e interativo). Claire Harisson (2003, p. 53), ao pautar-se nos trabalhos de Kress e van Leeuwen, aponta que os participantes podem ser retratados de seis formas: *distância íntima*: a cabeça e o rosto apenas; *distância pessoal próxima*: a cabeça e os ombros; *distância pessoal distante*: da cintura para cima; *distância social próxima*: a figura inteira; *distância social distante*: a figura inteira com espaço ao redor e *distância pública*: torsos de várias pessoas.

As categorias acima parecem destinadas a participantes humanos, mas como a definição de participantes também engloba objetos, usaremos para análise as categorias *distância pessoal distante*, caso os objetos estejam representados pela metade ou em partes, e a *distância social próxima*, caso estejam representados em sua totalidade.

Por fim, no sistema de *atitude*, há dois grupos: *dimensão horizontal* e *dimensão vertical*. O primeiro cria envolvimento dos espectadores (por meio da frontalidade) ou afastamento (por meio da lateralidade). Já o segundo estabelece a relação de poder entre o espectador e participantes representados (hierárquico ou solidário).

Por último, em relação à função *composicional*, a imagem é composta por três sistemas inter-relacionados de significados ideacionais e interpessoais (KRESS; van LEEUWEN, 2006): *Valor da informação*, em que se observa a organização dos componentes (esquerda, direita, em cima, em baixo); *Saliência*, no qual analisa-se os componentes que chamam a atenção do público em diferentes perspectivas (plano de fundo, frente, tamanho, contrastes de cor etc.) e, por fim, *Moldura*, relacionado à conexão de elementos na figura.

Quanto ao *Valor da informação*, as relações podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 2. Relação do espaço visual na semiótica visual ocidental

	Domínio do Dado	Domínio do Novo
Domínio do Ideal		
Domínio do Real		

Fonte: Kress; Leite-García e van Leeuwen (2000, p. 395)

Metáfora Conceptual

A Teoria da Metáfora Conceptual, que envolve a Linguística Cognitiva, refere-se, inicialmente, aos trabalhos de George Lakoff e Mark Johnson em sua obra marco *Metaphors we live by* (1980, 2002). Nessa ótica, a metáfora é pensada não como apenas um recurso estético da linguagem, mas como um modo de representar áreas da experiência humana. Para Sousa (2019, p. 97), “construir uma metáfora é compreender uma experiência em termos de outra”; contudo, não se trata apenas de formular uma experiência em termos de outra, pois há uma preparação conceptual que leva em consideração o ambiente em que vivemos, os interlocutores e a cultura em que estamos inseridos.

A fim de melhor compreender os termos que fazem parte dessa estrutura, Sardinha (2007) elucida: *metáfora conceptual* refere-se à maneira de representar um domínio da experiência em termos de outro; *expressão metafórica* configura-se como a exteriorização linguística de uma metáfora subjacente à mente dos falantes; *domínio*, de modo geral, refere-se à “área do conhecimento ou experiência humana” (SARDINHA, 2007, p. 31) – neste caso, conforme Sardinha (2007, p. 31), dois são os domínios em uma metáfora, o *domínio-fonte* e o *domínio-alvo*, em que se representam as experiências uma em relação à outra. Há, também, os *mapeamentos*, ou seja, as relações estabelecidas entre esses domínios.

Leva-se em consideração que as metáforas conceptuais são abstratas e se concretizam por meio de domínios da experiência humana e de suas expressões metafóricas. Ou seja, como a metáfora tem o caráter de representar uma entidade em termos de outra, quando se diz “tempo é dinheiro”, há uma relação que estabelece similitude entre ambas as entidades. Tal processo é acionado na mente dos falantes de dada língua assim que ouvem uma expressão como “preciso economizar meu tempo” ou, ainda, “estou gastando muito tempo neste lugar”. É de se ressaltar, também, que as metáforas se constituem em relação às culturas em que se situam e, como bem aponta Sardinha (2007; LAKOFF; JOHNSON,

2002), a metáfora “tempo é dinheiro” só é passível de apreensão uma vez que se configura em uma sociedade na qual o capitalismo se faz presente.

Conforme Saparas e Ikeda (2017, p. 21-2), “uma metáfora conceptual tem a forma A é B (e.g. A VIDA É UMA VIAGEM⁶). Isto significa que muitas expressões metafóricas ou veículos (e.g. estar numa encruzilhada, extraviar-se do caminho) em que o domínio da experiência (e.g. vida) é sistematicamente conceptualizada em termos de outro (e.g. viagens)”. Tal perspectiva atenta-se à distinção entre metáforas conceptuais e expressões metafóricas, também chamadas de metáforas linguísticas. Aquelas podem ser tidas como “uma declaração formal de qualquer ideia que esteja escondida numa figura de linguagem (e.g. metáfora ou metonímia) que possa ser inferida por meio de várias expressões metafóricas e serve para resolver a tensão semântica” (SAPARAS; IKEDA, 2017, p. 22). Por outro lado, estas, as expressões metafóricas, criam a tensão semântica no discurso entre o contexto original da fonte e o novo contexto do alvo. Desta forma, a partir da tensão instaurada pelas expressões metafóricas, pela incongruência de sentido, é possível se ter acesso às metáforas conceptuais a elas subjacentes.

Na metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, por exemplo, são evocados dois domínios da experiência: um em relação à discussão e outro, à guerra. Nesse princípio, surgem expressões metafóricas como “seus argumentos são *indefensáveis*”, “destruí sua argumentação”, “ele *derrubou* todos os meus argumentos” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46).

Metonímia Conceptual

Tanto a metáfora quanto a metonímia se constituem como processos cognitivos, estruturando conceitos em termos de outros. Para Lakoff e Johnson (2002, p. 93), enquanto a metáfora consiste em conceptualizar um domínio em termo de outros, tendo como função primordial a compreensão, a metonímia “permite-nos usar uma entidade para *representar* outra. Mas a metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento”. À relação PARTE PELO TODO⁷, os autores elucidam o papel da metonímia de enfatizar e relacionar uma parte particular para representar o todo. Em “precisamos de boas cabeças no projeto” (LAKOFF; JOHNSON, 2002), por exemplo, a metonímia “boas cabeças” só é passível de aceitação uma vez que se relaciona à parte da cabeça com a inteligência.

6 As Metáforas Conceptuais são grafadas em estilo versalete (small caps) de modo a diferenciá-las das expressões metafóricas, grafadas em letras minúsculas.

7 De mesmo modo, as Metonímias Conceptuais são grafadas em letras maiúsculas.

Além da diferença de domínios, ou seja, metáfora utilizando mais de dois e metonímia apenas um, esta se diferencia daquela pelo aspecto da focalização. A metonímia “permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 93). É de se ressaltar que tanto a metáfora quanto a metonímia não são apenas recursos estilísticos e retóricos, mas constituem “parte da maneira como agimos, pensamos e falamos no dia a dia” (idem, 2002, p. 93).

Os conceitos metonímicos não se constituem de maneira aleatória e sua noção está ligada à de *frame*. Para Minsky (1975), um *frame* pode ser tido como uma estrutura que representa situações e que indexa vários tipos de informações, possíveis contextos e, ainda, expectativas sociais. Nas palavras deste autor, determinada cena ou situação pode conter diferentes *frames* de um sistema e eles “[...] descrevem a cena de diferentes pontos de vista, e as transformações entre um *frame* e outro representam os efeitos da mudança de um lugar para outro.” (MINSKY, 1975, s/p, tradução nossa⁸). Isso dá margem a pensar nas possibilidades de combinação de metonímia em um texto ou imagem, uma vez que sua seleção denota determinado ponto de vista, encobrendo outros.

Os estudos recentes de metonímia trazem consigo perspectivas sobre o modo como a realidade é, de certa maneira, recortada por esse processo. Radden e Kověcses (2007) pautam sua visão acerca de metonímia em três pontos: a) ela é um fenômeno conceitual; b) ela é um processo cognitivo e; c) ela opera dentro de um Modelo Cognitivo Idealizado (MCI). Quanto ao primeiro ponto, os autores elucidam que, conforme Lakoff e Johnson (2002), a metonímia está ligada à experiência de mundo de um indivíduo, estando sujeita a “princípios gerais e sistemáticos”, estruturando seus pensamentos e ações (RADDEN; KOVĚCSES, 2007, p. 335). Assim, ela é, também, processo cognitivo, pois uma entidade conceptual é acessada mentalmente por outra entidade. Por fim, os autores relacionam o processo metonímico com o chamado Modelo Cognitivo Idealizado (MCI), cujo conceito “[...] deve incluir não apenas o conhecimento enciclopédico das pessoas sobre um domínio específico, mas também os Modelos Culturais Idealizados [MC] dos quais eles fazem parte” (RADDEN; KOVĚCSES, 2007, p. 3, tradução nossa⁹). O MCI pode ser descrito como modelos mentais construídos individualmente por meio de experiências sensório-motoras e ele se difere dos MCs “na medida em que os modelos culturais fazem parte de específicos mundos culturais e não de experiências humanas gerais” (SAPARAS; IKEDA, 2017, p. 64).

8 No original: “[...] describe the scene from different viewpoints, and the transformations between one frame and another represent the effects of moving from place to place.”

9 No original: “[The ICM concept] is meant to include not only people’s encyclopedic knowledge of a particular domain but also the idealized cultural models they are part of.”

É de se considerar, nesse sentido, a proximidade conceitual entre MCI e *frame*. Conforme Saparas e Ikeda (2017, p. 63), “*frames* são conjuntos de informação aceitos culturalmente que envolvem qualquer termo lexical” e sua noção “refere-se à estrutura ou a um conjunto estruturado de conhecimento apoiado em vários domínios conceituais, consistindo de conhecimento enciclopédico associado a dada forma linguística” (DIRVEN; FRANK; ILIE, 2001, p. 01 *apud* SAPARAS; IKEDA, 2017, p. 64). Os MCIs podem ser vistos, aliados a tal perspectiva, “como subtipos mais abrangentes ou, ainda, hiperonímicos da categoria de *frame*” (DIRVEN; FRANK; ILIE, 2001, p. 2 *apud* idem, 2017, p. 64).

Feng (2017) chama a atenção para as discussões de Radden e Kövecses (2007), voltando-as à imagem. O autor, por conseguinte, parte do pressuposto de que as imagens, além de sua iconicidade, são:

[...] indexadas em pelo menos dois sentidos: primeiro, as imagens visuais nunca são réplicas exatas da realidade, mas podem ser apenas representações parciais da realidade (Feng e O’Halloran, 2012); segundo, representações visuais de conceitos abstratos que são invisíveis (por exemplo, emoções) só podem existir através de representações de objetos visíveis (por exemplo, sintomas de emoções) relacionados a eles (ver, por exemplo, a discussão sobre representação de emoções em Feng e O’Halloran, 2012; Forceville, 2005) (FENG, 2017, p. 442, tradução nossa¹⁰).

A questão posta por Feng na citação anterior é de que as imagens se relacionam com a metonímia, uma vez que elas são, também, recortes de uma dada realidade. O estudioso, portanto, alude ao fato de que a identificação metonímica nas imagens visuais atua no nível da semântica do discurso, dependendo, portanto, de seu contexto:

Nesta perspectiva, um metônimo consiste em um conceito/estrutura de origem, que, por meio de uma sugestão no modo comunicativo (linguagem, recursos visuais, música, som, gesto, etc.) permite que o destinatário do metônimo deduza o conceito/estrutura de destino (Forceville 2009: 58) (FENG, 2017, p. 444, tradução nossa¹¹).

10 No original: “[images are also] indexical in at least two senses: first, visual images are never exact replications of reality, but can only be partial representations of it (Feng and O’Halloran, 2012); second, visual representations of abstract concepts which are invisible (e.g. emotions) can only be through depictions of visible objects (e.g. symptoms of emotions) related to them (see, for example, the discussion of emotion representation in Feng and O’Halloran, 2012; Forceville, 2005).”.

11 No original: “From this perspective, ‘a metonym consists of a source concept/structure, which via a cue in a communicative mode (language, visuals, music, sound, gesture, etc.) allows the metonym’s addressee to infer the target concept/structure’ (Forceville, 2009: 58).”.

Assim, é de se considerar que as imagens visuais possuem alto valor metonímico já que se constituem, como sustenta Feng (2017), em representações parciais da realidade. Deste modo, em seu trabalho, o autor alude às categorias de análise de Kress e van Leeuwen (2006) e da premissa de que “representação visual é sempre parcial, motivada pelo interesse do criador de sinais” (FENG, 2017, p. 447, tradução nossa¹²).

Na seção seguinte, serão indicadas as duas Marcas de Governo alvo de análise deste trabalho.

Metodologia

Este trabalho, fruto de um recorte de pesquisa de Mestrado, recorre a uma metodologia embasada em procedimentos da Gramática do *Design* Visual (GDV), de Kress e van Leeuwen (2006), a fim de pensar a organização e estruturação imagética dos dados propostos. Assim, serão apresentadas duas Marcas de Governo, uma do governo de Itamar Franco e outra do governo de Michel Temer, que serão alvo de análise, tentando compreender os efeitos de sentido lá presentes. Serão apresentadas, também, a Marca de Fernando Collor de Mello e a de Dilma Rousseff – Marcas anteriores às em análise. Além disso, a análise contará, também, com a Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 2002; FENG, 2017), tentando apreender as visões de mundo impressas nas Marcas.

A seguir, indicamos os dados que servem de subsídio para a discussão, bem como os procedimentos de análise que foram adotados nesse processo.

Dados

Os dados deste trabalho são duas Marcas de Governo Federal, ou seja, construções imagéticas produzidas pela SECOM para identificar visualmente o mandato de um Presidente da República do Brasil. Assim, todos os documentos oficiais em que a participação governamental esteja associada deverão conter tal imagem, bem como seguir um conjunto de normas para sua inserção.

Desde 1990, com a eleição por voto direto de Fernando Collor de Mello, a SECOM produz as Marcas como forma de construir uma imagem visual para o governo. Desta forma, cada presidente da República tem, desde 1990, uma Marca que representa sua gestão. Quando há a troca repentina de presidentes, como é o caso de *impeachments*,

¹² No original: “[...] visual representation is always partial, motivated by the sign maker’s interest.”

- | Análise de Marcas de dois governos federais pós-*impeachment*

há também a criação de uma nova Marca. Os dados a seguir correspondem justamente a duas Marcas de governos pós-*impeachment*: a do governo Itamar Franco e a do governo Michel Temer.

Marca do Governo Federal 1 – Itamar Franco (1992-1995)

Em 1992, Fernando Collor de Mello foi retirado da presidência e seu vice, Itamar Franco, assumiu. Seu mandato teve, em decorrência, o tempo restante do antigo presidente, ou seja, perdurou até 1995. Com a troca de presidente, foi produzida outra Marca que representasse a imagem visual do novo mandato. Para o então novo presidente Itamar Franco, nascido em Minas Gerais, a construção imagética teve como *slogan* a frase “Brasil, união de todos”, escrita na base de um triângulo amarelo, tendo, próximo ao cume, a flâmula brasileira sobreposta, conforme é passível de observação na Figura 1.

Figura 1. Marca do Governo Federal: 1992-1995. Gestão Itamar Franco.



Fonte: Wikipédia (2013, s/p)

Marca do Governo Federal 2 – Michel Temer (2016-2018)

Michel Temer era o vice-presidente de Dilma Rousseff e, com o *impeachment* de 2016, passou a ser o novo presidente. Como de costume, para a nova gestão, uma outra Marca foi criada pela SECOM. Por conseguinte, a Marca do Governo Temer ficou em vigor de 2016 a 2018, apropriando-se em grande parte da cor azul e do *slogan* “Brasil, ordem e progresso”, conforme a Figura 2.

Figura 2. Marca do Governo Federal: 2016-2018. Gestão Michel Temer



Fonte: SECOM/PR (2016, p. 3)

Abaixo, apresento a Marca de Governo de Fernando Collor de Mello e, na sequência, de Dilma Rousseff, anteriores às Marcas em análise.

Figura 3. Marca do Governo Federal: 1990-1992. Gestão Fernando Collor de Mello.



Fonte: Sousa (2019, s/p)

Figura 4. Marca II¹³ do Governo Federal: 2015-2016. Gestão Dilma Rousseff



Fonte: SECOM/PR (2016, p. 1)

13 Dilma Rousseff teve duas Marcas de Governo durante seus mandatos. Esta Marca corresponde a seu segundo mandato presidencial e é a que estava em vigor quando houve o impeachment.

Procedimentos de análise

A fim de analisar as Marcas de Governo de Itamar Franco e de Michel Temer, este artigo pauta-se na análise de dois fatores:

1. a análise da organização das Marcas, levando em consideração as três funções propostas pela GDV;
2. a análise de metonímias e de metáforas.

O item 1 considera a análise visual das Marcas e, para isso, leva em consideração as funções *representacional* (processos e participantes), *interativa* (contato, atitude e distância social) e *composicional* (valor de informação, saliência e moldura). Já no item 2, analisa-se as Marcas a fim de compreender quais Metonímias estão sendo enquadradas pelas construções imagéticas (FENG, 2017) e quais Metáforas estão sendo mobilizadas por seus autores (LAKOFF; JOHNSON, 2002; SARDINHA, 2007; SAPARAS; IKEDA, 2017). Tais análises servirão de base para compreender, de modo geral, quais visões de mundo (metafóricas) são veiculadas metonimicamente por meio das construções imagéticas apresentadas.

Análise e discussão dos dados

A fim de analisarmos as Marcas, serão levadas em consideração a construção da imagem em suas três funções – representacional, interacional e composicional – bem como a relação das metáforas e metonímias nelas existentes. Também será alvo de nossa reflexão o modo como as Marcas se relacionam com as Marcas anteriores, cujo governo sofreu o processo de *impeachment*.

Marca Itamar Franco

a) *Análise do enunciado visual*

Na função representacional desta Marca, percebe-se a presença de dois participantes: a bandeira do Brasil e o grande triângulo amarelo que se faz de fundo. Ambos os participantes estão envolvidos em um processo narrativo em que há um vetor direcionando seus movimentos. Em relação ao triângulo, o vetor é vertical, cuja direção aponta para cima; quanto à bandeira, sua forma indica hasteamento e sua movimentação, pautada pela inferência do vento, transpõe-se por um vetor horizontal, da direita à esquerda, conforme verifica-se na figura 5.

Figura 5. Relação de vetores na Marca de Itamar Franco

Fonte: Elaboração própria

Em relação à função interativa, como não há humanos ou animais, o contato é feito por meio de oferta. A distância social é próxima, já que os participantes estão representados por completo. Por fim, no sistema de atitude, tem-se o ângulo frontal, estabelecendo envolvimento e, ao mesmo tempo, indicando duas dimensões: a horizontal, por meio da bandeira hasteada, englobando o espectador, e a vertical, representada pelo triângulo, reiterando a hierarquia como plano de fundo da nação.

Quanto à função composicional, tem-se em relação ao valor da informação os domínios do Real, em que se observa o *slogan* “Brasil, união de todos”, e o domínio do Ideal, na parte superior da imagem, contendo a Bandeira do Brasil hasteada. Tal conjunto ressalta a ideia de uma relação do que é idealizado e do que não o é: a bandeira é simbólica, sendo um conceito, pois, idealizado. Sua posição, neste viés, reforça essa mensagem e o modo como se representa, em hasteio, concretiza ideais patriotas. Quanto à saliência, duas coisas chamam a atenção: o tamanho da palavra Brasil e o grande triângulo amarelo que serve de fundo aos elementos. Ao se levar em consideração a simbologia de um triângulo, é comum que as ideias e os conceitos mais relevantes estejam associados ao cume, seu ponto mais elevado. A imagem já indica isso com o posicionamento da bandeira. O *slogan* parece se construir esteticamente da mesma forma: sua construção em duas linhas sintetiza esse ideal de importância, tendo a palavra Brasil, em destaque, na parte superior e a frase “União de todos” servindo como sua base.

A escolha de um triângulo para compor esta Marca reflete algumas informações acerca do presidente. Este trabalho ressalta de maneira significativa que, como postula Kress e van Leeuwen (2006), o criador de imagens seleciona seus elementos de maneira motivada. Nesta construção, por conseguinte, é possível verificar que o triângulo não somente se liga diretamente ao então presidente Itamar Franco, como a escolha da cor amarela para preenchê-lo entrelaça significação dupla. Itamar Franco é natural de Minas

- | Análise de Marcas de dois governos federais pós-*impeachment*

Gerais, cuja bandeira do estado também contém um triângulo isósceles. A cor amarela, a princípio, retrata a riqueza do país, relacionada à bandeira nacional; como pano de fundo, por outro lado, indica diretamente a cor do principal minério a que deu nome ao estado natal de Itamar, o ouro.

b) Análise de metáforas e metonímias

Esta análise começa indicando os dois elementos metonímicos presentes na imagem: a bandeira do Brasil e o Triângulo amarelo que dá fundo ao conjunto. É de se destacar que, conforme Radden e Kövecses (2007), a linguagem constitui em si uma metonímia. Para os princípios desta análise, levaremos em consideração apenas os dois elementos acima citados, desconsiderando o *slogan*. Assim, é possível perceber que a bandeira relaciona-se ao processo metonímico PARTE PELO TODO, em que representa o Brasil em sua contiguidade simbólica. O grande triângulo, contudo, possui em seu bojo referência dupla e altamente contextual: refere-se, por sua cor, à riqueza que é passível de se referir ao amarelo da Bandeira e, de acordo com o *frame* associado à cor e à Itamar Franco, pode-se ter acesso à relação com o estado de Minas Gerais. Ambos evocam a riqueza e o ouro, juntos em uma metonímia do tipo MATÉRIA PELO OBJETO.

A relação metafórica, associativa, que é observada nessa Marca alude a essa relação entre metonímias e *slogan*. Considera-se, portanto, a aparente incoerência entre o movimento da bandeira e o termo *união*, algo que a princípio não lembraria movimento, tal qual a representação do triângulo, estática em si. Contudo, essa junção traz consigo metaforicamente a ideia de uma grande mudança que só é apreensível em caso de união. O contexto cultural do período chama a atenção justamente para a tentativa de trazer em uma Marca um ideal que aproximasse o povo frente à dissolução ocorrida pós-*impeachment*. Assim, a possível leitura que pode ser feita para esta Marca em termos metafóricos é a conceptualização de dois domínios: o domínio UNIÃO e o domínio MUDANÇA, trazendo consigo a Metáfora Conceptual UNIÃO É MUDANÇA. Tal metáfora transpõe a tentativa do governo Itamar Franco de construir um mandato que dirimisse o mal-estar criado pela gestão anterior.

Marca Michel Temer

a) Análise do enunciado visual

Em relação à função representacional, o participante da construção é a esfera azul, representativa do mesmo círculo presente na Bandeira Nacional. Não há ação sendo

desenvolvida e, portanto, o processo é conceitual simbólico atributivo: há a ênfase na esfera que compõe a Bandeira e, principalmente, destaca-se excessivamente a cor azul. É de se ponderar que as cores verde e amarelo têm, geralmente, grande espaço nas Marcas anteriores; contudo, esse fato não ocorre nesta: o verde e amarelo ocupam a faixa, sendo a escrita feita em verde e o fundo, em amarelo. No símbolo original, percebe-se que o fundo da faixa, porém, é preenchido com a cor branca e não amarela. Assim, observa-se a necessidade de se construir essa Marca mantendo as cores originais da Bandeira, mesmo que subvertendo a proporção e o espaço de cores.

Quanto à função interativa, em relação ao sistema de contato, a Marca chama a atenção pelo excesso da cor azul e minimização das cores verde e amarelo. Quanto à atitude, a imagem, por meio da escrita de Brasil, na horizontal, tem a função de aproximar o espectador. Por fim, em relação à distância social, a imagem constrói-se como distância social próxima, em que embora o círculo seja parte da bandeira originalmente, na Marca ele é representado sem nenhum recorte.

Em conclusão, quanto à função textual, no sistema de valor de informação, o domínio Dado/Novo é deixado de lado em relação ao domínio do Real/Ideal. Assim, o círculo, junto com seu *slogan*, destaca-se acima, no domínio do Ideal, enquanto a escrita “Brasil, Governo Federal” se estende abaixo, no domínio do Real. No sistema de saliência, a Marca chama a atenção por dois fatores: justaposição do círculo em relação à escrita Brasil e o tom gradiente que se estende concentricamente. No primeiro caso, a justaposição do círculo à escrita faz com que se pareça um participante flutuante. A junção de ambos os elementos é conflitante, uma vez que a moldura não é bem disposta de forma a dar-lhes harmonia. No segundo caso, o tom gradiente que se projeta do meio da escrita, logo abaixo do círculo, é uma tentativa de coordenar os elementos desta construção imagética. Contudo, não há grande êxito.

b) Análise de metáforas e metonímias

Na análise de metáforas e metonímias desta Marca, é preciso reiterar que o governo de Michel Temer assumiu o poder após a saída da ex-presidente Dilma Rousseff por meio de um *impeachment*. Tal contexto é importante, pois retoma, também, acontecimentos semelhantes ao governo de Itamar Franco, cuja Marca era uma tentativa de se eximir da relação com o governo anterior. Assim, o mesmo ocorre nesta situação e, neste caso, a Marca do Governo Dilma era predominantemente verde-amarela enquanto a Marca deste governo é predominantemente azul. Nesta Marca de Michel Temer, a fim de fazer remissão à bandeira com as cores verde e amarela e não ser ligado diretamente à Marca

anterior, a alternativa encontrada foi minimizar os conteúdos verde-amarelos nessa construção. Essa escolha indica, por exemplo, a troca da cor branca para amarela na faixa que entorna a esfera. Assim, a metonímia encontrada nesta Marca remete, também, à bandeira e, portanto, ao conceito PARTE PELO TODO. A parte verbal do governo sugere que haverá a manutenção da ordem e conseqüente progresso. A parte imagética e o *slogan*, neste viés, endossam tal premissa, pois o gradiente branco que cresce a partir do centro, misturando-se ao azul, emite a ideia de progressão. Assim, é possível observar os domínios GOVERNO TEMER e PROGRESSO, formando juntos a metáfora GOVERNO TEMER É PROGRESSO. Ao observarmos a Marca de Governo de Dilma Rousseff, anterior ao mandato de Michel Temer, é possível compreendermos a minimização das cores verde e amarelo em sua construção. Na Marca de Dilma, há o predomínio das cores verde e amarelo em toda a imagem e, a fim de não relacionar o novo governo ao anterior, a solução encontrada foi utilizar uma nova cor de modo excessivo, neste caso o azul, sem perder de vista as cores símbolo tidas como padrão.

Palavras finais

Este artigo, construído como recorte de uma pesquisa de mestrado, teve como intuito analisar duas Marcas de Governo pós-*impeachment* a fim de encontrar alguma relação entre elas, tentando perceber se havia uma tentativa de evitar possível associação. Em ambos os casos, percebeu-se que as Marcas foram construídas de maneira a evitar uma relação com o governo anterior. No caso de Itamar Franco, na Marca, observa-se a tentativa de dissipar o mal-estar criado pelo *impeachment*, indicando a união da nação como forma de superar o ocorrido. Quanto à Marca de Michel Temer, o modo encontrado foi minimizar as cores símbolo da Marca de Governo anterior e utilizar outra em seu lugar. É de se ressaltar, dessa maneira, que a Gramática do *Design* visual nos ajudou sobremodo a entender tais relações, principalmente, em virtude da organização das Marcas enquanto construções imagéticas.

A análise das Marcas ainda englobaria a questão dos *slogans* e sua relação com a construção imagética e com os contextos de suas produções de uma maneira mais profunda. Contudo, como este trabalho trata-se de um recorte, trazer tais apontamentos excederia sua finalidade.

De modo geral, tal pesquisa contribuiu para compreender melhor como as Marcas se constroem e, ainda, quais visões de mundo estão impressas nelas sob vieses metafóricos. Ao analisar ambas as Marcas, foi possível perceber que mesmo uma imagem tida como identidade visual de um governo possui implícitos que precisam ser levados em consideração nessa onda de imagens a povoar o cotidiano de todos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Referências

FENG, W. D. Metonymy and visual representation: Towards a social semiotic framework of visual metonymy. **Visual Communication**, v. 6, n. 4, p. 441-466, 2017.

HARISSON, C. Visual semiotics: understanding how still images make meaning. **Technical Communication**, v. 50, n. 1, p. 46-60, 2003.

KRESS, G.; LEITE-GARCIA, R.; VAN LEEUWEN, T. Semiótica Discursiva. *In*: VAN DIJK, TEUN A. (comp.). **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000. p. 373-412.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. London: Routledge, 2006.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LOVATO, C. S. Análise das imagens em notícias de popularização científica. **Travessias**, Cascavel, v. 4, p. 114-133, 2010.

MINSKY, M. A. A framework for representing knowledge. *In*: WINSTON, P. **The Psychology of Computer Vision**. McGraw-Hill, 1975.

RADDEN, G.; KOVĚCSSES, Z. Towards a theory of Metonymy. *In*: EVANS, V.; BERGEN, B.; ZINKEN, J. (ed.). **The Cognitive Linguistics Reader**. London: Equinox, 2007. p. 335-359.

SANTAELLA, L. Imagens são óbvias ou astuciosas? **Líbero** (FACASPER), v. XVII, p. 13-18, 2014.

SAPARAS, M.; IKEDA, S. N. **Metáfora Cultural: persuasão e revelação**. Dourados: Ed. UFGD, 2017.

- | Análise de Marcas de dois governos federais pós-*impeachment*

SARDINHA, T. B. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.

SECOM. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal**. Brasil, Pátria educadora – Governo Federal, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3yJxnwY>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SECOM. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal**. Brasil, Ordem e Progresso – Governo Federal, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3FaPRZI>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOUSA, A. L. F de. A construção metafórica e metonímica da anarquia na história em quadrinhos V de Vingança. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 79, p. 96-107, jan. 2019.

SOUSA, A. C. **Marca do Governo Federal (2019-2022): a simplicidade dos novos tempos**, 2019. Disponível em: <https://tonykarlos.com/profi/nova-marca-governo-federal/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

WIKIPÉDIA. **Logomarca do governo Itamar Franco**, 2013. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Logomarca_do_governo_Itamar_Franco.jpg. Acesso em: 15 jun. 2020.

WIKIPÉDIA. **Logo do Governo FHC**, 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Logo_do_governo_FHC.png. Acesso em: 16 jul. 2020.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: PROFESSOR, Juciano Rocha; SAPARAS, Marcelo. Análise de Marcas de dois governos federais pós-*impeachment*. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 366-385, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 16/06/2021 | Aceito em: 12/09/2021.

JOEY E SUA MECÂNICA DO “CORPO”: UM OLHAR SOBRE A ESCOLHA DO SUJEITO AUTISTA DE SE ALIENAR PARCIALMENTE À LINGUAGEM

Elisangela Maria da SILVA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3151>

Resumo: O objetivo do presente estudo é discutir a escolha do sujeito autista: a de se alienar parcialmente ao Outro, partindo das contribuições teóricas de Maleval no tocante ao autista não deixar de manter um domínio sobre o objeto *a*, seja por retenção ou pela construção de borda. Metodologicamente, realizamos uma discussão teórica sobre as defesas autísticas como proteção da angústia. Numa tentativa de abordar empiricamente o objetivo proposto, recorreremos, a título de exemplificação, a recortes do caso Joey de Bruno Bettelheim.

Palavras-chave: Escolha. Constituição subjetiva. Autismo.

¹ Centro Universitário Maurício de Nassau, Olinda, Pernambuco, Brasil; elisangelasilva1718@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-8404-5190>

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

JOEY AND HIS “BODY” MECHANICS: A LOOK AT THE AUTISTIC SUBJECT’S CHOICE TO PARTLY ALIENATE HIMSELF TO THE LANGUAGE

Abstract: This study aims to discuss the autistic subject’s choice to partially alienate himself/herself from the Other, based on Maleval’s theoretical contributions regarding the autistic subject’s ability to maintain domination over object *a*, either by retention or by the construction of an edge. Methodologically, we’ve carried out a theoretical discussion about autistic defenses as protection against distress. In an attempt to empirically approach the proposed objective, we’ve resorted, as an example, to clippings from Bruno Bettelheim’s Joey.

Keywords: Choice. Subjective constitution. Autism.

Introdução

[...] creio que, ao devolver a causalidade da loucura a *insondável decisão* do ser em que ele compreende ou desconhece sua libertação, à armadilha do destino que o engana quanto a uma liberdade que ele não conquistou, não estou formulando outra coisa senão a lei de nosso devir. (LACAN, 1998, p. 178, grifo nosso).

Todos os seres humanos, mesmo antes de nascer, são afetados pela linguagem, o que inclusive concede a possibilidade da alucinação e do autoerotismo. Isso significa que nascemos num mundo onde a linguagem nos precede e nos determina. No sujeito autista, isso não é diferente e ainda que ele se defenda da linguagem, ela ecoará em seu corpo. É nesse sentido que concordamos com Maleval (2015, p. 21) quando diz que o sujeito autista está na alienação em relação ao Outro, mas que essa “[...] alienação significativa não é assumida pelo sujeito”. Desse modo, o sujeito autista se põe em posição de promover um intenso trabalho de distanciamento desse Outro. Se pondo numa escolha, talvez insondável, do ser em seu posicionamento de não se deixar perder.

É sobre essa aceitação parcial, essa aceitação não assumida da alienação que discutiremos neste estudo. Discutindo também como o sujeito autista não deixa de manter um domínio sobre o objeto *a*, seja retendo-o ou construindo uma borda. Para tanto, utilizamos recortes do caso Joey de Bruno Bettelheim, a título de exemplificação.

Aspectos gerais do caso Joey de Bettelheim

O caso Joey é relatado no livro *A Fortaleza Vazia* (1987), de Bettelheim. Joey era um garoto de 9 anos quando foi atendido na Escola Ortogênica de Chicago (EUA) – uma instituição para o acolhimento de crianças que sofriam de distúrbios afetivos graves, especialmente autistas.

Segundo Bettelheim (1987), Joey não se sentia uma pessoa, mas sim um dispositivo mecânico. Ele criou seu próprio mundo onde não havia sentimentos, só máquinas. O casamento dos pais de Joey foi uma tentativa de solucionar traumas de casos amorosos anteriores, a mãe amou um homem que morreu na Segunda Guerra Mundial e o pai também teve um amor infeliz. Apesar de cada um dos genitores encontrarem-se traumatizados pela perda de um companheiro que, para eles, significava uma profunda relação emocional, ambos decidiram que uma escolha racional iria ajudá-los. Diante disso, o que pretendiam do casamento era esquecer a dor de cada um, essa dor não partilhada.

Para o autor, ambos não estavam preparados psicologicamente para ter um filho. A mãe não permitiu que a maternidade provocasse qualquer emoção: “Nunca me dei conta que estava grávida”. Também o nascimento dele “não fez qualquer diferença” (BETTELHEIM, 1997, p. 259). Em partes gostou de ter um filho, pois diminuiria sua solidão, mas sentiu-se apavorada com a responsabilidade da maternidade e com medo de não ser uma boa mãe. Desse modo, não quis cuidar de Joey, não quis vê-lo e nem o amamentar, considerava-o uma coisa.

Para Bettelheim (1987, p. 260), o acolhimento de Joey nem foi amor, nem rejeição, nem ambivalência. Devido à ansiedade absoluta da mãe, Joey foi pura e simplesmente ignorado. Ao ir para casa, Joey “chorava quase o tempo todo”, sofria de cólicas, alimentava-se a cada quatro horas rigorosamente, era trocado quando necessário. Ninguém brincava com ele e nem o embalava para dormir.

Com o passar do tempo, passou a bater violentamente a cabeça, balançando-a ritmicamente para frente, para trás e para os lados. O pai era militar transferido para outra unidade de trabalho e descarregava frequentemente sua irritabilidade no bebê. Com um ano e meio, Joey e sua mãe mudaram-se para a casa dos avós maternos, que observaram uma mudança estranha e evidente no comportamento do menino. Notaram um envolvimento com máquinas, principalmente, com um ventilador que ganhou dos pais em seu aniversário de um ano. Joey desmontava e remontava o presente repetida e incansavelmente.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

Consoante Bettelheim (1987), o interesse pelo ventilador é justificado pelo fato de Joey ser levado desde muito cedo para o aeroporto quando seu pai embarcava e desembarcava de suas viagens a trabalho. Tais viagens tiveram grande significado para o garoto.

Joey falava, embora não se comunicasse, sua linguagem foi se tornando abstrata e despersonalizada e aos quatro anos de idade foi encaminhado para uma escola maternal para crianças perturbadas. A orientadora infantil reconheceu a necessidade de um tratamento psiquiátrico para o menino, já que vivia isolado e só se interessava por movimentos giratórios.

Na clínica, Joey foi diagnosticado autista, sendo-lhe proposto um tratamento psicoterápico individual tanto para a criança como para os pais. Os anos de terapia para os pais proporcionaram um progresso e melhora na relação do casal até um nível satisfatório. Eles tiveram mais dois filhos não autistas: uma menina, seis anos mais nova que Joey, e um menino, treze anos mais novo.

Durante a terapia na escola maternal, Joey apresentou alguns progressos, passou a reconhecer a existência de sua terapeuta e até a interagir um pouco com ela e após um ano passou a chamá-la pelo nome. Mas, seis anos era a idade limite permitida para a escola maternal, Joey, então, passou os dois anos seguintes em um internato, perdendo muito do progresso conquistado. O menino voltou a um mundo despersonalizado em que dirigia-se somente à mãe, manifestando-se por murmúrios.

Joey ficou em casa enquanto aguardava ser admitido na Escola Ortogênica. O menino não falava mais nem “mamãe” e sua relação com ela só piorou, porque toda a atenção era direcionada à filha mais nova. O garoto foi mergulhado em uma raiva, tornando sua própria vida insuportável, levando-o a cometer uma tentativa de suicídio.

Ao chegar à escola de Bettelheim (1987, p. 254), Joey apresentava estatura menor que o esperado, estava magro, parecia frágil, “um homem mecânico”. O autor defende que Joey encontrou um mundo em que sentimento era sinônimo de sofrimento, então criou um mundo próprio, sem lugar para sentimentos. Interessava-se pelas máquinas, por serem mecânicas e isentas de emoções.

Para se alimentar, Joey ligava a si mesmo com um fio imaginário a uma tomada imaginária antes de comer, porque só a corrente fazia funcionar seu aparelho digestivo. Com o passar do tempo, Joey se aproxima de duas orientadoras e de um professor, a saber, Fae, Bárbara e Lou. Foi apenas por volta dos doze anos que Joey deixou de agir como um aparelho mecânico para ser uma criança humana, tornando-se um recém-

nascido. Após nove anos na escola, ele já era capaz de sentir emoções e desejava ser amado, demonstrava vontade de dirigir sua própria vida e comunicou que queria voltar a morar com seus pais para recomeçar sua vida em família.

Joey completou sua educação em uma escola técnica e após o término de seus estudos, pediu aos pais para visitar a escola de Bettelheim indo sozinho até Chicago. Nessa visita, Bettelheim pediu a Joey o consentimento de publicar sua história.

Agora que conhecemos alguns aspectos do caso Joey, passaremos à discussão da constituição do sujeito e de sua relação com a linguagem. Tomamos para ilustração fragmentos do caso Joey, tecendo reflexões sobre como a criança autista parece optar por não seguir as regras de partida da linguagem tal como era esperado.

A encarnação da linguagem ou posição diante do Outro

Ao falarmos da encarnação da linguagem, referimo-nos à constituição do sujeito, na qual, conforme Leite e Souza Jr. (2021), pressupõe-se um sujeito de linguagem, um sujeito no qual o tesouro da língua irá se depositar a conta-gotas, letra a letra, no decorrer desse misterioso processo de transmissão denominado aquisição de linguagem.

Quanto a esse último ponto, os trabalhos sobre aquisição de linguagem desenvolvidos por Lemos (1998, 2001 e 2002) e colaboradores, que tratam da trajetória da criança de *infans* a falante através do encontro com o campo de saber da Linguística Estrutural europeia e com a Psicanálise Freud lacaniana, passam a contemplar a emergência do sujeito na língua ao levar em consideração um sujeito do inconsciente que emerge na cadeia significante.

É a linguagem, ou melhor, *le langage* – e nela está incluído o outro enquanto semelhante e, na sua diferença, enquanto “outro” – que precede e determina a transição da criança do estado de *infans* para o de falante. Em outras palavras, a criança é capturada por *le langage*, atravessada e significada como é pela *parole* do outro, matriz de sua identificação como semelhante – e membro da comunidade linguística e cultural – e como dissemelhante, referido a uma subjetividade figurada como individual. (LEMOS, 2001, p. 27).

A partir da releitura de Saussure (2006, p. 31), era possível incluir uma “ordem própria da língua”, principalmente no que tange à noção central de funcionamento da língua. Desse modo, foi possível a Lemos (1998) retomar os dois processos trazidos por Jakobson (1971), os processos metafóricos e metonímicos que respondem pelo funcionamento da

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

língua e são entendidos, desde então, como mecanismos descritivos e explicativos das mudanças que operam na fala da criança.

Convém destacar que o Saussure convocado por Lemos (2002, p. 51) é aquele Saussure que sobrevive pela leitura lacaniana, em que “[...] se privilegiou a teoria de valor, o conceito de sistemas como sistema de relações – e não de unidades – regidas pela pura diferença”.

Uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza; uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser trocada por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente. (SAUSSURE, 2006, p. 134).

Dessa forma, a autora destaca que a teoria do valor de Saussure, oferece

[...] a possibilidade de ir além da consideração das unidades como primitivos linguísticos, de considerar qualquer classe de unidades linguísticas como derivadas de relação [...]. Tal noção de valor impossibilita o acesso direto às coisas em si mesmas, ou, em outras palavras, a possibilidade de tratá-las como idênticas a si mesmas. (LEMOS, 1998, p. 156).

Nesta direção, o encontro e a releitura de Saussure possibilitaram a Lemos (1998, 2002) abordar a mudança na fala da criança de um ponto de vista estrutural, porque ele oferece uma visão de linguagem compatível tanto com questões epistemológicas quanto com os argumentos empíricos da perspectiva seguida pela pesquisadora, a saber, o Interacionismo. Desse modo, a pesquisadora encontra o linguístico como a teoria linguística que permite ver aquilo que emerge como singular na fala da criança como: as repetições, o erro, as dificuldades e recusas em se deixar transitar por uma língua.

Assim, vemos que os trabalhos sobre aquisição de linguagem, desenvolvidos por Lemos (1998 e 2002) ao longo de vários anos têm demonstrado a íntima dependência da fala da criança em relação à fala do adulto (mãe), indicando processos de especularidade que descrevem o percurso entre a posição da criança alienada à fala do outro até a possibilidade de assumir a função da fala enquanto submetida à língua – separação.

É importante destacar que esse processo não se dá de modo pacífico. E por mais cuidado que se despenda ou tome, é forçosamente que a língua se instala na criança, isso porque esse processo de engendramento do sujeito acontece não pelo Outro, mas pela falta encontrada nesse Outro, num processo de hiância por dois movimentos distintos denominados por Lacan (2008a) de alienação e separação.

A alienação consiste no tipo de véu que condena o sujeito a uma escolha e qualquer que seja a escolha que se opere, um dos elementos desaparece. Ao exemplificar como se dá essa escolha, Lacan (2008b, p. 207) aponta uma questão em que o sujeito é confrontado: “[...] a bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada”.

Para Leite (2000, p. 46), tal escolha é forçada, considerando que há apenas uma escolha real, a vida, que se escolhida condena o sujeito a uma vida em falta; caso opte pela bolsa perderá tudo. Esse véu, portanto, exclui sempre um só e mesmo termo – a bolsa. “Ao substituímos os termos dessa escolha por aqueles que nos interessam na constituição do sujeito, temos: Ser (sujeito) e Outro (sentido). Desse modo, a alienação se dá entre sentido e não-sentido”.

A separação é introduzida pela via da falta, no intervalo que corta os significantes, nas faltas do discurso do Outro e que chamamos de desejo (LACAN, 2008a). Nesse sentido, o Outro também é faltoso e demonstra isso ao não responder ao ser do sujeito. Desse modo, “[...] o desejo do homem é o desejo do Outro, uma vez que o modo de sua estruturação se faz por enganchamento do desejo do Outro” (LEITE, 2000, p. 46).

Nesta direção, o sujeito da psicanálise, ao mesmo tempo em que se aliena ao outro, dele se separa para que possa comparecer de maneira singular, tratando-se de uma subjetividade sempre em constituição. É um sujeito que não está pronto e ao ser imerso na linguagem segue um movimento contínuo em relação ao Outro. Desse modo, o sujeito da psicanálise é o resultado dos discursos aos quais é submetido.

Portanto, não há como falarmos do sujeito sem falarmos do Outro, visto que o Outro representa, conforme Silva (2015, p. 22), “[...] não somente outro sujeito, mas a língua, a cultura e as relações estabelecidas pela sociedade ao longo da história da humanidade, ou seja, todos os significantes capazes de constituir o sujeito pela linguagem”.

Nesse começo da relação mãe bebê, uma mãe faz do seu bebê único objeto do gozo e, nessa identificação com ele, desenvolve um modo particular de comunicação, expressando seu alto grau de sensibilidade, enunciando a criança como causa de seu desejo, antecipando-o enquanto sujeito e nomeando sua demanda. Desse modo, as

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

palavras e os significantes, que são responsáveis por criarem sentido, cingem o corpo da criança e provocam efeitos. Passado esse tempo de alienação, surge o desejo de ir mais além de uma primeira inscrição e, a partir da falta no Outro, a criança se questionará sobre o que o adulto deseja, surgindo, então, um enigma em torno do desejo do Outro. É essa incompletude no Outro, essa hiância que anuncia a existência de um desejo. “É nesse ponto de falta que o sujeito tem que se reconhecer” (LACAN, 2008a, p. 262).

Como se pode observar, o desejo do Outro faz surgir na criança interrogações, enigmas e é nessa falta, nessa hiância que a criança poderá se mover da posição de petrificada, alienada em relação aos significantes do Outro, para a posição de sujeito do desejo. Assim, se o que vem do outro é responsável pelo que, em nós, há de mais fundamental, estruturante e organizador, cumpre notar que não é de uma maneira qualquer que isso nos chegou um dia. É primordial que haja alguém que suponha na criança um falante, que a coloque no lugar de interlocutor, a partir do qual, num segundo momento, ela será capaz de endereçar-se a um outro. Mas cabe ao sujeito a advir conceder, consoante Catão e Vives (2011, p. 85), “[...] seu primeiro sim à operação de alienação, que terá que ser confirmada várias vezes”. Esse movimento aponta que cada sujeito tem com o objeto uma relação particular e que, diante do Outro da linguagem, o sujeito possui diferentes possibilidades de respostas que definirão a sua posição no campo simbólico.

O funcionamento psíquico se estrutura em tempos sucessivos de afirmação e de negação. As diferentes modalidades de negação descritas por Freud darão acesso às diferentes estruturas psíquicas: *Verdrängung* (recalque) a neurose, *Verwerfung* (forclusão) a psicose e *Verleugnung* (renegação, recusa da realidade, recusa ou desmentido) a perversão. (CATÃO; VIVES, 2011, p. 85).

Assim, vemos que o aforismo de Lacan sobre o inconsciente ser estruturado como uma linguagem, além de revelar o surgimento da linguagem no ser falante, aponta, estruturalmente, quão traumático pode ter este acesso do ser vivente na linguagem. Mostrando que há aí, nos dois tempos constitutivos da subjetividade, uma escolha a ser feita: a de abrir mão do gozo vocal. E, consoante Maleval (2017, p. 106), é essa “a condição da incorporação da voz do Outro”. Partindo disso se operará a incorporação da voz. Mas, a vontade inicial de controle de toda e qualquer perda, realizada pelo autista, barra sua alienação no significante, resultando numa ausência de regulação do gozo do vivo.

Em outras palavras, nessa lógica de perda há um corte que pode ser pensado como possibilidade de aquisição da função de fala, na qual o bebê deverá abandonar o fluxo contínuo das vogais e aceitar a entrada das consoantes que funcionam verdadeiramente como cortes de tal fluxo. Desse modo, a entrada na linguagem e o funcionamento a partir

de elementos significantes que em sistemas se organizam para produzir significações implicará a perda de certo gozo no corpo (HELLER-ROAZEN *apud* LEITE; SOUZA JR., 2021). E esse gozo que confronta a criança com uma demasia de excitação pode ser destrutivo, caso não seja limitado.

Vemos, então, que a encarnação da linguagem inicia pela incorporação da voz do Outro, mas isso só pode ocorrer com o consentimento da criança. A criança autista não cede sobre o gozo da voz e, em função disso, sofre de um excesso de voz. Essa recusa não se dá somente com a voz. É comum constatar-se na história dessas crianças uma recusa em trazer os objetos pulsionais (o olhar, a voz, as fezes e o alimento) para a troca, é o que relata Joey, no que concerne à voz e ao olhar:

Primeiro colocamos cera nos ouvidos. Isso nos protege e nos tapa os ouvidos de maneira que não podemos ouvir coisas que não queremos. Colocamos cada vez mais cera para termos a certeza de que não ouvimos; isso nos deixa surdos. A surdez espalha-se tanto que todo mundo fica surdo e ninguém é capaz de ouvir. Leva a cegueira, então as pessoas ficam surdas e cegas. (BETTELHEIM, 1987, p. 345).

A fala de Joey parece confirmar as considerações de Maleval (2018) a respeito da angústia gerada no autista em interagir com os outros, apontando que esta não é da ordem da incompreensão das relações sociais, mas de uma angústia irracional que o sujeito não domina. O que aponta que a escolha do sujeito autista indica uma maneira de lidar com o Outro que é sustentado a duras penas por um sujeito que tenta escapar do destino de ter uma vida fugaz, em intervalos e desaparecer entre dois significantes.

De acordo com o exposto acima, a criança autista não aceita perder o objeto pulsional voz, a qual permanece como objeto *a* não separado e se manifesta regularmente no grito e na ecolalia, formas mais frequentes de produção verbal da criança autista. E esta última (ecolalia) mostra claramente que a criança autista não é indiferente às palavras do Outro, mas demasiadamente sensível a elas.

Ainda sobre a recusa de trazer os objetos pulsionais para a troca, Maleval (2018) esclarece que pode ser demonstrada no mutismo, quando uma resposta *lhe* é exigida, e no tapar as orelhas quando *lhe* falam. Para o autor, esses dois modos diferentes de agir do autista têm em comum evitar o uso da voz e que diante de tais condições a entrada na linguagem, pelo autista, passará por dois canais: balbucios pobres e ecolalias que desconsideram a significação e, principalmente, a escrita que exclui o gozo vocal. Disto resulta uma separação entre emoções e o intelecto.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

Para o referido autor, nesta primeira defesa do quadro do autismo infantil precoce há uma separação entre o sujeito e sua vida emocional. Algo que parece ser revelado na chegada de Joey à Escola Ortogênica.

Da primeira vez que encontramos o Joey, parecia muito baixo e frágil para seus nove anos e meio. Parecia ser só olhos num corpo dolorosamente magro, olhos escuros e sofredores fitando vagamente o nada. Se por acaso fazia algo, parecia funcionar por controle remoto – um homem mecânico dirigido por máquinas que haviam sido criadas por ele e que lhe escapavam ao controle. (BETTELHEIM, 1987, p. 254).

Notemos o quanto subsiste aí uma sensação de inércia da parte de Joey, uma vez que sua energia parece vir de suas máquinas. Sobre isso, Maleval (2017) vai apontar que como o simbólico não chega a amainar o caos do mundo e das emoções do autista, alguns desenvolvem estratégias notáveis a sua debilidade e procuram, com isso, pelo controle e pelo absoluto.

Prosseguindo nesse caminho de procura pelo controle e pelo absoluto, Maleval (2018) postula que o autista não gosta dos equívocos da língua e para se prevenir, quando procura se comunicar, ele se apega a uma língua factual que gostaria que fosse tão precisa quanto um código e às vezes ele elabora uma língua para o seu próprio uso, supondo que ela seria mais apropriada à expressão de suas emoções. Dessa forma,

[...] a criança autista cria uma linguagem de acordo com a experiência emocional que tem do mundo – o que é uma realização intelectual. Longe de não saber como utilizar corretamente a linguagem, significa uma *decisão* espontânea de criar uma linguagem que se coadune com a forma como ela experimenta as coisas – e apenas as coisas, não as pessoas. (BETTELHEIM, 1987, p. 262, grifo nosso).

Sobre esta linguagem particular, Maleval (2018) destaca que aparece desde as primeiras vocalizações das crianças autistas e mesmo que seja compreendida por seus próximos, ela não é nem um pouco forjada para servir à comunicação, tratando-se mais de uma busca de satisfações verbais solitárias levemente acompanhadas de uma busca de ordem e clareza. Bettelheim (1987, p. 254-261) nos relata que “Joey era uma criança autista que falava, embora não se comunicasse. [...] A linguagem de Joey se dirigia exclusivamente para ele mesmo”. Assim, vemos que Joey forja uma linguagem, mas não para compartilhá-la.

O retorno do gozo na borda ou uma mecânica do “corpo”

Vimos que o autismo se enraíza, muito cedo, em uma angústia em interagir com os outros e que esta não é da ordem da incompreensão das relações sociais, mas de uma escolha mais radical, comandada por um gozo imperioso. Vimos também que a criança autista se recusa a ceder o gozo vocal, resultando uma ausência de regulação do gozo pelo simbólico. Sobre esse aspecto, Maleval (2017, p. 123) explica que, no sujeito autista, “[...] o gozo do vivo não se prende ao significante – de modo que suas sensações e suas imagens carecem de elementos reguladores”.

Para o referido autor, como o gozo do sujeito autista não é regulado pelo simbólico, não há, praticamente, investimento dele (autista) na realidade social e é nisso que se encontra empenhado. Aqui, estamos diante da segunda defesa do domínio do quadro autístico infantil precoce: o retorno do gozo na borda que, consoante Maleval (2017), encontra seus desenvolvimentos na síndrome de Asperger, com as estupendas utilizações do duplo e do objeto, ou as notáveis construções do Outro de síntese.

Com efeito, o sujeito autista, por não ter cedido o objeto voz, no lugar da perda por não se tornar falta, se impõe como um lugar real que a criança tentará tapar com objetos autísticos, que permanecem engatados ao corpo. Esses objetos autísticos servem como um rochedo que separa a criança autista do Outro. Desse modo, os objetos autísticos funcionariam como uma prisão de gozo, como um abrigo afastando-o do mundo (ORRADO; VIVES, 2021).

É nesse sentido que Maleval (2017, p. 124), ao postular sobre o nascimento de uma borda, afirma que o autista se esforça para controlar o gozo desvairado, desviando-o do corpo e fazendo-o servir à sua segurança e às suas defesas. Por isso, o sujeito autista “[...] dedica-se à criação de uma borda que separe seu mundo tranquilizante e controlado do mundo caótico e incompreensível”. Desse modo, a borda autista é uma formação protetora, uma fronteira entre o mundo pessoal do sujeito autista e o resto do mundo, ela se fundamenta em uma perda dominada, que não fecha um buraco, mas delimita-o, ou seja, circunscreve-o. Mas, para que isso ocorra é preciso que a criança autista esteja em condições que lhe permitam desenvolver as potencialidades da borda.

Neste sentido, a construção de uma borda é uma das respostas possíveis frente à demasia de um gozo em jogo, ela (borda) é uma forma de capturá-lo para evitar que o gozo retorne no corpo. Assim, essa borda é simultaneamente separadora e protetora, já que o sujeito autista é muito sensível à menor modificação e o gesto estereotipado funcionaria como uma forma de apagar toda e qualquer possibilidade de surpresa.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

Ainda sobre o tratamento do gozo pulsional, Maleval (2017, p. 129) postula as especificidades do duplo, afirmando que este se impõe para o sujeito autista como uma estrutura privilegiada para sair da solidão, uma vez que sua conformidade é tranquilizante e delimitadora do gozo. Desse modo, o duplo se constitui num “[...] objeto familiar, sempre controlado, ou considerado como um ‘amigo’ inerente ao mundo assegurado, [...] que pode ser utilizado como suporte de uma enunciação artificial”. Vejamos o que descreve Bettelheim (1987, p. 284) sobre as prevenções de Joey:

Quando Joey veio viver conosco, ir ao banheiro, assim como qualquer outro ato da sua vida, cercava-se de complicadas prevenções. Tínhamos de ir com ele ao banheiro; tinha de tirar toda a roupa; não podia sentar-se, mas apenas acocorar-se sobre o tampo e tinha de tocar a parede com uma das mãos, à qual prendia as lâmpadas que lhe forneciam energia para sua eliminação. Com a outra mão tinha de segurar o pênis enquanto defecava, e mantê-la perto do ânus quando urinava. Foi esse o primeiro indício que tivemos do quanto ele receava, que abrindo demasiado o corpo, este perdesse todo o seu conteúdo, que todo o seu ‘recheio’ se esvaísse. O terror que experimentava quando algo lhe saía do corpo revelava o quanto receava perder o que quer que fosse.

Para Bettelheim (1987), a atividade manipulatória dos objetos pela criança autista pode revelar muito sobre o que se passa em sua intimidade, por isso, o psicanalista não julga necessário privar o sujeito autista de seus objetos. Assim, vemos, pela descrição, que a defecação de Joey é alimentada pelo seu duplo, as lâmpadas, que fornecem uma dinâmica vital e essencial para a regulação do objeto anal. Desse modo, o fenômeno do corpo é deslocado e dominado pela construção e manipulação desse objeto que é externo.

Ao localizar seu gozo em um objeto externo, o sujeito autista mostra que ele alimenta uma relação desordenada com o gozo de seu próprio corpo. Entretanto, por não dispor da função do significante unário, ele não a codifica em um índice do objeto perdido: ele se separa dela pela produção de um objeto concreto. (MALEVAL, 2018, p. 28).

Como vimos o corpo do sujeito autista é a sede de um gozo invasivo que ele tenta fechar de todas as formas, seja fechando os olhos, tapando os ouvidos ou retendo as fezes. E a borda funciona como um operador de captura e tratamento do gozo, podendo encarnar em um objeto concreto, imagem, pessoa ou um conjunto temático de signos. Desse modo, o sujeito autista conservaria o objeto *a* não no bolso, mas separado da mão,

alocado em um “en-forma”, como um objeto de gozo que continua presente (MALEVAL, 2018).

Entre a nomeação do objeto e sua negação operada pelo sujeito autista, produz-se uma cutucação do objeto – a qual procura apagá-lo, e não fazê-lo retornar. Todos os clínicos notaram a frequência do recurso a tais condutas de cutucação nas crianças autistas. Essas condutas dão a elas uma sensação de segurança, testemunhando um controle do objeto. Essas condutas parecem aplicar ativamente a lógica do signo, assegurando-se primeiro da presença do objeto, daí afetando-o com certa negatividade – entretanto, sem proceder a uma assunção da sua perda. Elas operam para enquadrá-lo simbolicamente e depois disso ele pode encontrar lugar no mundo protegido delas, ali onde convém, a saber, na borda. (MALEVAL, 2017, p. 168-169).

Em outras palavras, o objeto autístico funcionaria como um verdadeiro ferrolho, que tranca a porta e transforma o espaço interno da criança num regulador de gozo que pode se apresentar nas estereotípias. Mas se isso não for suficiente, o sistema pode entrar em colapso e o sujeito autista pode bater a cabeça contra a parede, alternando, assim, atitudes de retraimento e comportamentos autoagressivos (ORRADO; VIVES, 2021).

Nesta direção, o objeto autístico complexo se inscreve numa lógica parecida a uma cutucação do objeto, visto que ele se esforça por enquadrar o seu excesso de presença e distanciá-lo, produzindo um acionamento precário da dinâmica pulsional e permitindo a instauração de certa animação subjetiva (MALEVAL, 2017). Vejamos o que nos relata Bettelheim (1987, p. 294, grifo nosso) sobre as soluções de Joey para amainar sua angústia e construir seu mundo:

Dominado por máquinas que lhe controlavam o corpo e a mente, e exasperado por elas o dirigirem segundo suas próprias leis e não segundo os desejos dele, Joey reafirmava-se com violência. Quando ‘fazia explodir’ as lâmpadas ou válvulas que forneciam energia à *máquina-Joey*, por um instante tornava-se uma pessoa real. Jogando-as fora, libertava-se da escravidão. Era o único instante supremo em que estava vivo. Mas assim que despedaçava a máquina, a vida entrava em declínio e instalava-se a ansiedade. O circuito era interrompido. Seu eu desintegrava-se, esvaziava-se de toda emoção, de toda a energia vital. Tudo era consumido na explosão.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

Sobre os objetos complexos de Joey, Maleval (2017) aponta uma qualidade comum a todos eles, qualidade esta que Joey tenta adquirir, a capacidade que possuem de regular a energia vital. Joey os utiliza para tratar sua afetividade. Esses objetos são, conforme o autor, “[...] captadores de libido, reguladores de gozo. Traduzem um trabalho subjetivo de tratamento das pulsões” (MALEVAL, 2017, p. 178).

No tocante à progressão dos objetos complexos de Joey, o autor afirma ainda serem frutos de um trabalho defensivo, longo e difícil, com avanços e retrocessos: a automáquina, Kenrad e Mitchell (dois garotos da escola), o amigo imaginário Valvus (menino feito Joey) e o retificador que converte a corrente alternada em corrente contínua (construído quando se especializou em eletrônica) (MALEVAL, 2017).

Para Maleval (2017, p. 219), o retificador construído por Joey exemplifica o que este autor chama de ilha de competência, ou seja, um interesse específico para os estudos de eletricidade que serviu de raiz para o desenvolvimento do seu Outro de síntese. Este último é “[...] construído de elementos linguísticos aprendidos por repetição, ou registrados de maneira fotográfica, que apresentam um caráter objetual muito marcado”, como descreve Bettelheim (1987, p. 367) numa visita que Joey fez à escola, três anos depois de sua partida:

O que realmente nos impressionou, muito mais do que o que ele nos contou do passado e da sua presente capacidade de desempenho, foram as duas coisas que ele escolheu trazer consigo para nos mostrar. Uma delas seu diploma de colegial. A segunda coisa foi uma máquina elétrica que construiu sozinho e cuja demonstração fez aos que dentre nós desejassem escutar. Era uma coisa muito pesada e ele a fazia vergar precisamente como as lâmpadas e motores o haviam dominado no passado, mas na forma como ele transportava essa máquina havia triunfo e satisfação. Era um retificador, e sua função consistia em transformar a corrente alternada em corrente contínua. E mostrou-nos várias vezes como esse aparelho que construíra mudava o eterno movimento oscilatório da corrente alternada para um fluxo direto e contínuo. Joey libertara-se realmente do círculo vicioso no qual girara incessantemente entre o anseio e o medo. Sozinho, alterara o curso dos acontecimentos e começava agora a relacionar-se diretamente com a vida.

Encontramos, no trecho acima, o que Maleval (2017, p. 220) aponta acerca da função capital do objeto autístico, a de ultrapassar a função de um duplo protetor, uma vez que ele contribui para o estabelecimento de uma energética pulsional. Desse modo, o objeto autístico é um duplo que suplementa a debilidade fálica e obtura a hiância do Outro, já que a realidade do sujeito autista é investir essencialmente no mundo, sua

relação com a linguagem e os seus objetos por derivação do objeto autístico complexo. É nesse sentido que o autor destaca que o Outro de síntese do autista difere em relação com os significantes que constituem o inconsciente freudiano por dois pontos: primeiro, permanecem parasitados pelo referente, não apagando a coisa representada; segundo, tem seu funcionamento como “godês de gozo” (LACAN, 1971, p. 118) não representam a pulsão, ou seja, apresentam uma ausência de conexão entre a linguagem e a vida emocional.

É nesse sentido que notamos a pertinência do qualificativo proposto por Maleval (2017): ilhas de competência, visto que a seleção de um objeto ou de uma afinidade deve ser considerada uma escolha que supõe um sujeito em devir. Essa escolha ou, como traz Lacan (1998), *insondável decisão* do ser, nos aponta o caminho que o gozo tomou emprestado. Desse modo, o objeto constitui simultaneamente uma ilha e uma competência para que o trabalho do gozo seja possibilitado, para que o tratamento da dimensão pulsional seja operado a partir da escolha do sujeito autista.

Considerações finais

O sujeito autista interroga o homem sobre sua relação fundamental com a linguagem, visto que, quando tem acesso à linguagem, usa-a de maneira bastante particular, o que nos levou a discutir, neste estudo, a escolha do sujeito autista: a de se alienar parcialmente ao Outro da linguagem.

Diante das considerações apresentadas a respeito do modo como o sujeito autista se posiciona frente ao Outro, foi possível percebermos que ele responde ao processo de uma alienação parcial, mantendo-se, consoante Maleval (2018), numa alienação sem o entroncamento do significante mestre, na qual há uma repetição do primeiro significante sem reenvio de mensagem para o outro. Ou seja, um vínculo particular com o significante, com o objeto voz, como forma de mantê-lo à distância. Desse modo, todo o desafio é encontrar um uso específico da voz que permitirá ficar a salvo de toda e qualquer dimensão de endereçamento.

Os recortes apresentados do caso Joey exemplificam um intenso trabalho de uma sucessão de elaborações de borda, que faz um movimento da passagem de máquinas assustadoras a formas cada vez mais humanas e amistosas, testemunhando que a criação da borda não está a serviço de um encapsulamento, mas de um esforço do sujeito autista para tentar retornar ao mundo.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

Tais recortes indicam a necessidade que o sujeito autista tem de separar, realmente, o seu território do mundo que o cerca, seja intensificando seus recursos às estereotípias ou olhando fixamente para um objeto quando seu espírito é invadido. Esse muro é o que Maleval (2017) propõe chamar de borda. Com o uso desse termo, aponta para a função de proteção, ao mesmo tempo em que reconhece um potencial de evolução.

Esses recortes indicam também que a necessidade de imutabilidade por parte do sujeito autista vai favorecer um vínculo único com um objeto ou um tema de predileção e este é, ao mesmo tempo, uma escolha do sujeito e a testemunha do caminho traçado pelo gozo. Assim, o sujeito autista, em sua relação com a linguagem, permanece desconectado do Outro, mas abre uma possibilidade de diálogo com os outros.

Agradecimentos

A autora agradece o Núcleo de Estudos Psicanalíticos - NINAR/Recife, do qual é membro.

Referências

BETTELHEIM, B. **A fortaleza Vazia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CATÃO, I.; VIVÈS, J. M. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 36, p. 83-92, 2011.

JAKOBSON, R. **Linguística, poética, cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LACAN, J. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACAN, J. O Seminário 7. **Os quatro conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a [1959-1960].

LACAN, J. Seminário 20. **Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b [1972-1973].

LACAN, J. O seminário, livro 18. **De um discurso que não seria do semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009 [1971].

LEITE, N. V. A. Sobre a singularidade. **Cad. Est. Ling.**, n. 38, p. 39-49, jan./jun. 2000.

LEITE, N. V. A.; SOUZA JR., P. S. Corpo e língua materna. *In*: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Corpo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LEMOS, C. T. G. Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. Trabalho apresentado in **The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy**; organizado pelo Istituto per la Ricerca Scientifica e Tecnológica Italiano em Povo, 1998.

LEMOS, C. T. G. Sobre os fragmentos e holófrases. **Anais do III Encontro LEPSI/USP** – Campinas: Instituto de Psicologia, Campinas, 2001.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun. 2002.

MALEVAL, J.-C. Da estrutura autista. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 4-38, maio/out. 2018.

MALEVAL, J.-C. **O autista e sua voz**. São Paulo: Blucher, 2017.

MALEVAL, J.-C. Por que a hipótese de uma estrutura autística? **Opção lacaniana online nova série**, ano 6, n. 18, p. 1-40, nov. 2015.

MALEVAL, J.-C. Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas. *In*: MURTA, A.; CALMON, A.; ROSA, M. (org.). **Autismo(s) e atualidade**: uma leitura lacaniana. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

ORRADO, I.; VIVES, J. **Autismo e mediação**: uma solução para cada um. São Paulo: Aller, 2021.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, L. B. M. **Música: um estímulo à expressão cognitiva e à linguagem dos bebês**. 2015. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4789>. Acesso em: 03 mar. 2021.

- | Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem

COMO CITAR ESTE ARTIGO: SILVA, Elisangela Maria da. Joey e sua mecânica do “corpo”: um olhar sobre a escolha do sujeito autista de se alienar parcialmente à linguagem. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 386-403, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 21/07/2021 | Aceito em: 12/10/2021.

ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira.** São Paulo: Parábola, 2021. 262 p.

Ronaldo BATISTA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3338>

Como previra em 1998 Ataliba Teixeira de Castilho no prefácio do primeiro livro de Cristina Altman (professora titular da Universidade de São Paulo), a historiografia linguística (HL) no Brasil deveria reconhecer dois momentos: antes de Cristina Altman e depois de Cristina Altman.

Desde esse pioneiro trabalho de extensão em investigação historiográfica sobre os percursos da ciência da linguagem brasileira (analisada com elegância e acuidade ímpares em uma história situada entre 1968 e 1988), a HL no Brasil viu em Altman sua principal líder organizacional e intelectual.

Formada pelos maiores nomes na área (na tradição anglo-saxônica Konrad Koerner; na tradição europeia Pierre Swiggers), Altman estabeleceu seu trabalho em análises rigorosas e ao mesmo tempo envolventes em sua escrita e em suas apresentações orais em eventos científicos. De modo que falar da linguística brasileira e sua história é necessariamente falar em Cristina Altman.

Penso ser suficiente essa introdução para dar informações da autora do livro que aqui resenho; mas posso avançar um pouco mais e citar a geração de historiógrafos que ela formou na Universidade de São Paulo, a criação do Grupo de Trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL e (por que não?) os seus impressionantes estágios de pós-doutorado realizados em lugares de excelência acadêmica e intelectual como Estados Unidos, Holanda, Alemanha, Japão. Novamente, mais sobre Cristina Altman não é preciso dizer, a não ser, ainda, o fato de que a comunidade de linguistas brasileiros (não apenas os historiógrafos da linguística, já que o seu livro de 1998, *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*, é conhecido, lido e citado em trabalhos fora de seu campo específico) ansiava por outro livro de Altman.

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), São Paulo, São Paulo, Brasil; robotista@mackenzie.br; <https://orcid.org/0000-0002-7216-9142>

Questão resolvida.

Saiu agora em 2021, em caprichada edição da Editora Parábola, o livro com título por si só impressionante: *A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira*.

O volume é uma coletânea de textos publicados por Altman em edições esparsas que agora surgem reunidos e revistos.

No livro, um dos temas preferenciais da pesquisa que caracterizou uma das vertentes de reflexão historiográfica de Altman: o estudo do estruturalismo e suas formas de inserção teórica e institucional nos centros de pesquisa e ensino em linguística no Brasil.

Essa abordagem se dá em tom original. Partindo da tese de que é possível reconhecer dois grandes eixos de influência na pesquisa linguística brasileira estruturalista (um norte-americano e outro europeu), Altman faz da expressão *guerra fria* bela metáfora para discutir rumos de uma linguística reconhecidamente de recepção em meio a complexos processos de formação de grupos de especialidade teórica e de institucionalização de programas de investigação científica. A justificativa de sua escolha está numa concepção ampliada de ciência, que considera o lado humano da prática científica:

Em um mundo globalizado, talvez pareça estranho pensar em divisões geopolíticas do conhecimento, sobretudo quando grande parte da linguística do século XX se desenvolveu como uma ciência abstrata, formalizada, aparentemente desengajada da sua realidade social e histórica. Mas as ciências não acontecem em um vácuo, nem brotam por geração espontânea. (ALTMAN, 2021, p. 9).

Interessante notar que mesmo com a ressalva de Altman de divisões que poderiam parecer anacrônicas em polos tão delimitados como eram os da guerra fria política entre EUA e URSS, a metáfora não é isolada no contexto intelectual contemporâneo. Em manchete da seção Internacional, o jornal *O Estado de S.Paulo* de 22/09/2021 na página A12 assim anunciava: “Em estreia na ONU, Biden rejeita nova ‘Guerra Fria’, mas envia recados à China”. Altman não está numa perspectiva estranha como ela parece julgar na apresentação de sua hipótese de trabalho.

O livro de 262 páginas está dividido em apresentação, introdução, três partes com conjuntos de textos que de certo modo dialogam entre si (ainda que não necessariamente) e uma espécie de anexo que configura uma quarta parte que é uma crônica de produção linguística brasileira que refletiu essencialmente sobre a própria linguística.

- | A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira (resenha)

As duas seções iniciais seguem o que a rigor os seus gêneros demandam: a) “Apresentação” (p. 9-10): na qual Altman apresenta sua tese central que é o eixo unificador dos textos do volume, que segundo a autora podem ser lidos independentemente ainda que haja uma ordenação lógica visível aos leitores; b) “Introdução: a guerra fria estruturalista” (p. 11-18): dados e informações mais gerais sobre o movimento intelectual estruturalista na linguística são apresentados, tanto os relativos a uma esfera norte-americana, quanto os relativos a uma esfera europeia de atuação e influência.

Na sequência, os leitores encontram a “Parte I: Questões gerais em historiografia linguística brasileira” (p. 19-68). Nessa seção, Altman recupera uma apresentação geral do campo da HL, em tom didático, no texto “História, estórias e historiografia da linguística brasileira” (p. 19-36), em que são apresentados conceitos clássicos da área como a seleção de fontes, a distinção entre narratividade e crônica, o alcance científico da perspectiva historiográfica em linguística. Refletir sobre como linguistas fazem o retorno histórico sobre sua própria área de atuação é o eixo implícito que define o tema do texto “Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três cursos de linguística geral” (p. 37-46), no qual recupera-se parte das apresentações de Saussure nos seus famosos cursos de linguística geral, em especial a retomada histórica do pensamento linguístico. Em “Filologia e Linguística outra vez” (p. 47-68), Altman retoma um tema presente em suas pesquisas historiográficas desde o livro de 1998: o embate entre filólogos e linguistas quando da institucionalização da pesquisa e ensino em ciência da linguagem no Brasil.

A partir da “Parte II: A conexão americana” (p. 69-156), a mais extensa do livro, Altman inicia de fato sua interpretação da linguística brasileira a partir de dois eixos de influência. Nessa perspectiva, é exemplar o texto “As chamadas esferas de influência em pesquisa linguística no Brasil (1940-1960)” (p. 71-92). Em minha opinião, esse texto é o núcleo do livro, pois nele estão as questões fundamentais da hipótese de Altman que serão desdobradas nos outros capítulos do livro. Além de que o texto é um grande exemplar de interpretação historiográfica, em que são entrelaçados parâmetros internos e parâmetros externos dos procedimentos metodológicos em HL com perfeição. Os EUA como esfera de influência para a implantação e o desenvolvimento da pesquisa e do ensino em linguística no Brasil é tema retomado nos outros textos da Parte II: “Mattoso Camara e o Círculo Linguístico de Nova York (1942-1943)” (p. 93-112); “A correspondência Jakobson-Mattoso Camara (1945-1968)” (p. 113-156). Nos dois textos, a figura de Mattoso é recuperada historicamente em sua importância para a linguística brasileira (e latino-americana) do século XX, e a apresentação de reprodução de documentos originais torna a leitura muito mais interessante, uma vez que podemos nos aproximar de certo modo dos pensamentos de Mattoso e de Jakobson, outra figura fundamental para a linguística do século XX.

O diálogo com uma influência europeia é revisto na “Parte III: A conexão europeia” (p. 157-196). A presença de uma influência de Saussure e sua inovadora linguística é discutida no embate entre filólogos e linguistas brasileiros e seus grupos de especialidade em “Saussure e o (des)encontro de duas gerações acadêmicas no Brasil” (p. 159-176). Tanto nesse último texto como em “Eugenio Coseriu: entre a filologia e a linguística brasileiras (1950-1963)” (p. 177-188), Altman volta a discutir a relação tensa que se configurou no Brasil entre filólogos e linguistas, agora recuperando historicamente o nome fundamental de Coseriu para linguística latino-americana. Em “Eternos gramáticos: algumas considerações sobre norma e prescrição na descrição linguística” (p. 189-196), uma breve reflexão é estabelecida sobre a gramaticografia.

Antes de uma útil (para consulta) lista de “Referências bibliográficas” (p. 243-258, extensa como manda a boa tradição historiográfica) e de um bem-vindo “Índice onomástico” (p. 259-262), Altman apresenta uma “Crônica da produção linguística brasileira (1900-2000)” (p. 199-242), na qual elenca uma série de títulos (e suas conexões) que refletiram, cada um a sua maneira, sobre a pesquisa e o ensino em linguística e língua no Brasil. Essa contribuição é fundamental, uma vez que, como já apontou Altman em outras ocasiões, a boa crônica nunca deve ser relegada a segundo plano pelo historiógrafo, desde que este saiba das limitações e especificidades do gênero.

Os leitores vão com certeza ler de uma sentada só o trabalho de Altman. Não só pela série de instigantes temas que ela recupera e interpreta à luz da historiografia linguística, como também pela limpidez e elegância do estilo da escrita.

A nós, seus leitores, cabe apenas fazer um pedido a ela e à Editora Parábola: uma boa reedição do clássico de 1998 (*A pesquisa linguística no Brasil [1968-1988]*) e uma nova coletânea com textos do outro eixo de pesquisa privilegiado por Altman em seus mais de trinta anos de carreira, aqueles que se dedicaram ao estudo da tradição da linguística missionária.

COMO CITAR ESTA RESENHA: BATISTA, Ronaldo. Resenha de ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira.** *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, p. 404-407, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 23/09/2021 | Aceito em: 23/10/2021.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Adstrato	192
Alternância de estilo	311
Articulação de cláusulas	285
Artigo definido	95
Árvore de Decisão	311
Autismo	386
Concordância de Gênero	40
Concordância Nominal	40
Constituição subjetiva	386
Construções de Serialização Verbal	169
Contato linguístico	40, 219
Contato português/quimbundo	115
Cópulas	192
Crioulos portugueses da Alta Guiné	192
Cruzamento Vocabular	335
Denúncia	264
Desgarramento	285
Discurso	264
Documentação missionária de Angola	115
Ecolinguística	264
Entoação	70
Entrevistas sociolinguísticas	311

Escolha	386
Escravidão	143
Formação de palavras	335
Funcionalismo	285
Gramática do Design Visual	366
Identidade	219
Insubordinação	285
Língua Geral	143
Língua Geral de Mina	169
Língua vêneta	219
LínguaPOA	311
Línguas Africanas no Brasil	143
Línguas atlânticas	192
Línguas Gbe	143, 169
Linguística de contato	115
Manutenção linguística	219
Marcas de Governo	366
Metáfora	366
Metonímia	366
Mídia	264
Morfologia	335
Ocupação colonial de Angola	115
Percepção	70
Português de Angola	40

Português de Helvécia	40
Português de São Tomé	95
Português de São Tomé e Príncipe	40
Português Europeu	70
Português falado na Guiné-Bissau	70
Predicação não-verbal	192
Pronomes Possessivos	95
Quimbundo libolo	115
Shippagem	335
Substituição linguística	219
Substrato	192
Tráfico atlântico	143
Varição	95
Varição linguística intrafalante	311
Variedades de português	70
Verbos de Complementação Inerente	169

SUBJECT INDEX

Adstrate	191
Africa	243
African Languages in Brazil	144
Angolan Portuguese	41
Articulation of clauses	286
Atlantic	243
Atlantic languages	191
Atlantic Slave Trade	144
Autism	387
Choice	387
Complaint	265
Contact area	243
Contact linguistics	116
Copulas	191
Creole languages	243
Decision Tree	312
Definite Article	96
Detachment	286
Discourse	265
Ecolinguistic	265
European Portuguese	71
Funcionalism	286

Gbe Languages	144, 170
Gender Agreement	41
General Language	144
Government Brands	367
Grammar of Visual Design	367
Helvécia Portuguese	41
Identity	220
Inherent Complement Verbs	170
Insubordination	286
Intonation	71
Intra-speaker variation	312
Jamaica	243
Language Contact	41, 220
Language Maintenance	220
Language Replacement	220
Lexical Blending	336
Libolo Kimbundu	116
LinguaPOA	312
Media	265
Metaphor	367
Metonymy	367
Missionary documentation from Angola	116
Morphology	336
Nominal Agreement	41

Nonverbal predication	191
Perception	71
Portuguese colonial settlement in Angola	116
Portuguese spoken in Guinea-Bissau	71
Portuguese/Kimbundu contact	116
Possessive Pronouns	96
Santomean Portuguese	96
São Tomé and Príncipe Portuguese	41
Serial Verb Constructions	170
Shipping	336
Slavery	144
Sociolinguistic interviews	312
Style-shifting	312
Subjective constitution	387
Substrate	191
Upper Guinea Portuguese-related creoles	191
Variation	96
Varieties of Portuguese	71
Venetian language	220
Word formation	336

ÍNDICE DE AUTORES

Ana Livia AGOSTINHO	40
Andrea HOLLINGTON	243
Bruna Silva dos SANTOS	311
Carlos Alexandre GONÇALVES	335
Carlos Filipe Guimarães FIGUEIREDO	115
Celia Regina ARAES	264
Chiara TRUPPI	91
Danielle Kely GOMES	95
Edenize Ponzo PERES	219
Eduardo Ferreira dos SANTOS	40
Elisa BATTISTI	311
Elisangela Maria da SILVA	386
Flaviane Romani FERNANDES-SVARTAMAN	70
Gabriela BRAGA	70
Gabriela do Couto BARONI	285
Ivana Stolze LIMA	143
Juciano Rocha PROFESSOR	366
Katiusica Sartori Silva COMINOTTI	219
Livia Rodrigues CORDEIRO	95
Luana LAMBERTI	40
Marcelo SAPARAS	366
Margarida Maria Taddoni PETTER	115
Maria Lúcia C. V. O. ANDRADE	264

Rodrigo Lerner GUTTERRES	311
Ronaldo de Oliveira BATISTA	404
Sónia FROTA	70
Thomaz Torres TEIXEIRA	311
Vanessa Martins do MONTE	115
Victória Goulart CUNHA	311
Violeta Virginia RODRIGUES	285
Vitória Benfca da SILVA	335
Wellington Santos da SILVA	169